Habitação a Contrapelo

As estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular

Isadora de Andrade Guerreiro

São Paulo 2018

Isadora de Andrade Guerreiro

HABITAÇÃO A CONTRAPELO:

As estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original, sob responsabilidade da autora e anuência da orientadora.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade. São Paulo, 03 de agosto de 2018.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Projeto, Espaço e Cultura.

Orientadora: Vera Maria Pallamin.

São Paulo, 2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Capa: Acima, Ocupação Povo Sem Medo, MTST, São Bernardo do Campo-SP, 2017; Abaixo, Foto aérea do Pinheirinho dos Palmares, São José dos Campos-SP.

Este trabalho teve auxílio da Capes.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Guerreiro, Isadora de Andrade

Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular / Isadora de Andrade Guerreiro; orientadora Vera Maria Pallamin. - São Paulo, 2018. 504 p.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Projeto, Espaço e Cultura

1. Habitação Popular. 2. Movimentos Sociais. 3. Participação Política. 4. Política Habitacional. 5. Sociologia Urbana. I. Pallamin, Vera Maria, orient. II. Título.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. *Habitação a contrapelo: As estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

Aprovado em: 25 de Junho de 2018

Banca Examinadora:

Profa. Doutora: Vera Maria Pallamin

Instituição: FAU - USP

Julgamento: Aprovada

Profa. Doutora: Cibele Saliba Rizek

Instituição: IAU - USP

Julgamento: Aprovada

Prof. Doutor: João Marcos de Almeida Lopes

Instituição: IAU - USP

Julgamento: Aprovada

Prof. Doutor: José César de Magalhães Júnior

Instituição: FACAMP - Externo

Julgamento: Aprovada

Profa. Doutora: Silke Kapp

Instituição: UFMG - Externo

Julgamento: Aprovada

Aos meus filhos, Rosa e Chico, em nome do futuro.

Agradecimentos

Três “duplas dinâmicas” foram fundamentais, de maneiras diferentes, para minha formação, que agora resulta nesta tese. O carinho, admiração e agradecimento que tenho a elas são incalculáveis. No embasamento teórico, Gustavo Mello e Carolina Catini, companheiros desde a graduação (ele na economia e na sociologia, ela na educação). Para eles, a teoria nunca foi limitada às (inúmeras) folhas escritas na academia: sempre foi originada no seu engajamento direto nas lutas da periferia, junto à organização popular autônoma. Compartilhamos e refletimos conjuntamente sobre elas, o que também me fez ter uma perspectiva ampla da crítica necessária ao nosso tempo histórico tão acelerado e contraditório. Fora da arquitetura, minha relação com eles foi fundamental para analisá-la “a contrapelo”. A segunda dupla me acompanhou no cotidiano da Usina, compartilhando os sabores e dissabores do trabalho técnico engajado: Beatriz Tone e Pedro Arantes. Com Bia, a sintonia total das crises políticas, teóricas, técnicas, existenciais e afetivas do cotidiano feminino no escritório e no canteiro de obras. Com Pedro, uma enorme quantidade de aprendizados e admiração, feitos dia a dia em embates construtivos, permeados de discordâncias emocionadas, otimismo utópico e força de enfrentamento. A terceira dupla foi a que encarou com garra minha saída da Usina, Kaya Lazarini e Flávio Higuchi. Garra esta mais do que necessária para enfrentar o tsunami do Programa Minha Casa Minha Vida e as agruras da geração pós-lulista, seja no escritório, seja no canteiro, ou ainda nas ruas. Com eles estão minhas esperanças de poder dar vazão a uma nova fase desta história.

Em cada um dos três estudos de caso algumas pessoas especiais me acompanharam, na prática, ou na reflexão, da Usina, das comunidades e entre as lideranças: Zé Bara, Fernando, Leslie, Aninha, Jade, Paulinha, Carol Zul, Grazi, Ricardo, Sandro, Tiarajú, Mire, Jane, Cláudio, Laércio, Rejane, Flamenguista, Lelê, Nenê, Marcelinho, Marco, Padre João Carlos, Érica, João Campos, Carol Laiate, Cecília e Toninho. E, também, meus companheiros de Usina nos anos em que estive lá, principalmente: Chico, Helô, Lu Ceron, Wagner, João Marcos, Mário, Débora, Edu, Fernanda e Leila. Um salve também para a nova geração da Usina, com a qual não pude estar tão perto, mas que também fez boas discussões e contribuições.

Ao longo do doutorado continuei comprometida com as lutas populares. Conheci pessoas de diversas áreas, militantes e da academia, que compartilharam generosamente minhas reflexões e angústias, além de terem me ensinado muito. São pessoas imersas no desafio do futuro imediato que se abre nesta conjuntura, o qual este trabalho pretende contribuir: Joana Zatz, Andrei, Karina, Fabio, Oliver, Vitor, Luiz Fernando, Bella, Nati, Toffi, Willian, Thiago Canettieri, Rafa Bittencourt, Mariana Fix, Alexandre Mandl e André Dal Bó. E um agradecimento à banca de qualificação: Caio Santo Amore e Cibele Rizek.

Por fim, algumas pessoas que estiveram muitíssimo perto nesses anos, sem cujo apoio seria impossível ter terminado este trabalho, do ponto de vista afetivo e emocional: minha sempre orientadora Vera Pallamin, minha analista Silvana, minha sogra Ana, minha mãe Luciana e minha família: Fabio, Rosa e Chico. Cada minuto de vocês comigo foi precioso. À minha família: espero devolver cada um deles, e dar-lhes muitos mais, cada vez melhores. Obrigada.

“Fustel de Coulanges recomenda ao historiador interessado em ressuscitar uma época que esqueça tudo o que sabe sobre fases posteriores da história. Impossível caracterizar melhor o método com o qual rompeu o materialismo histórico. Esse método é o da empatia. Sua origem é a inércia do coração, a acedia, que desespera em apropriar-se da verdadeira imagem histórica, em seu relampejar fugaz. Para os teólogos medievais, a acedia era o primeiro fundamento da tristeza. Flaubert, que a conhecia, escreveu: ‘Peu de gens devineront combien il a fallu être triste pour ressusciter Carthage’ [Poucas pessoas vão adivinhar o quão triste deve ter sido ressuscitar Cartago]. A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN: 1987, 224).

Resumo

GUERREIRO, Isadora de Andrade. *Habitação a contrapelo: As estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

Nesta tese é apresentada a hipótese de que a produção do urbano, em particular da habitação popular, é uma chave de análise relevante das estratégias políticas dos movimentos populares. Tal produção – por exigir uma articulação de forças sociais concretas, determinadas historicamente – permite a análise da relação entre os trabalhadores, o Estado e o capital na concretização do programa político destes movimentos populares. O recorte se encontra na especificidade das gestões no governo federal do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), partido cuja origem remonta às experiências de organização da classe trabalhadora após a redemocratização. Tais gestões, aqui entendidas por meio da caracterização de um “Estado Democrático Popular”, configurariam uma estrutura de adequação das faces econômica, social, política e cultural do país à nova ordem mundial, hegemonizada pela acumulação fictícia de capital. Esta adequação altera o lugar da produção do urbano na estratégia política dos movimentos populares, principalmente, mas não só, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Para a construção destas hipóteses, são apresentados três estudos de caso: a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara em Jandira-SP, realizada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra); o Pinheirinho em São José dos Campos-SP, organizado pelo MUST (Movimento Urbano dos Sem Teto); e os Conjuntos João Cândido e Chico Mendes em Taboão da Serra-SP, conquistados pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Tais experiências, vividas diretamente pela pesquisadora enquanto integrante do corpo técnico da assessoria Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado –, são problematizadas tendo em vista os deslocamentos entre os programas urbanos e políticos dos movimentos populares e seu enfrentamento com uma periferia transformada desde a redemocratização. A partir deste cenário, apresenta-se a hipótese de que tal processo de adequação, colocado em andamento pelo Estado Democrático Popular, operou transformações na subjetivação política da classe trabalhadora. Num primeiro momento, tal Estado ascende conformando a subjetivação política do “trabalhador” àquela do “cidadão”. A continuidade desta dinâmica leva a uma segunda transição, em direção ao sujeito “cidadão-consumidor”, que acessa o direito como mercadoria. Desta maneira, seu lugar social é determinado pela combinação entre a precariedade de acesso ao mercado e a violência institucional. Os casos analisados demonstram que o movimento popular, embora apresente um programa contra-hegemônico a esta tendência, efetiva, na prática, estratégias de produção do urbano que a reafirmam ao apoiar-se nela para se reproduzir politicamente.

Palavras Chave: Habitação Popular; Produção do Urbano; Movimentos Populares; Estado Democrático Popular; Lulismo; PT; MST; Comuna Urbana Dom Hélder Câmara; Pinheirinho; MTST.

Abstract

GUERREIRO, Isadora de Andrade. *Housing against the grain: The urban production strategies of the popular movements during the Democratic Popular State*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

The hypothesis presented here is that the urban production, popular housing particularly, is a key of analysis of the political strategies of popular movements. Such production – by requiring a concrete articulation of historically determined social forces – allows the analysis of the relationship between workers, the State and capital in the making of the political program of these popular movements. The focus is the federal terms of the Workers' Party (2003-2016), party whose origin goes back to the working class organization experiences after the re-democratization in Brazil. These terms, understood here as a "Democratic Popular State", would configure a structure of adaptation of economic, social, political and cultural aspects of the country to the new world order, in which fictitious accumulation of capital is predominant. This adaptation changes the place of urban production in the political strategy of the popular movements, mainly, but not only, through the Program "Minha Casa Minha Vida" ("My House My Life"). Three case studies are presented for the construction of these hypotheses: the Urban Commune "Dom Hélder Câmara" in Jandira-SP, carried out by the MST (Movement of the Landless Workers); the "Pinheirinho" in São José dos Campos-SP, organized by MUST (Urban Movement of the Homeless); and the housings "João Cândido" and "Chico Mendes" in Taboão da Serra-SP, an achievement of the MTST (Movement of the Homeless Workers). These cases, experienced directly by the researcher as technical staff member of the work center "Usina" (Center for Work for the Inhabited Environment) are analyzed in view of the displacements between the urban and political programs of the popular movements and their confrontation with a periphery transformed since the re-democratization. From this scenario, it is hypothesized that such process of adaptation, moved by the Democratic Popular State, has induced transformations in the political subjectivation of the working class. At first, this State rises while conforms the political subjectivation of "worker" to that of "citizen". The continuity of this dynamic leads to a second transition, towards the "citizen-consumer" subject, who accesses the right as a commodity. In this way, this social place is determined by the combination of precarious market access and institutional violence. The cases analyzed demonstrate the popular movement, although presenting a counter-hegemonic program to this tendency, promotes strategies of urban production that reaffirm it by relying on it to reproduce itself politically.

Keywords: Popular Housing; Urban Production; Popular Movements; Democratic Popular State; Lulism; PT; MST; Comuna Urbana Dom Hélder Câmara; Pinheirinho; MTST.

Lista de Figuras

Figura 1: Dilma Rousseff em evento de defesa do PMCMV-Entidades e contra o Golpe, no Conjunto João Cândido, do MTST, em Taboão da Serra-SP, 8 de julho de 2016.	24
Figura 2 (verso): Construção da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara, Jandira-SP, 2009.	40
Figura 3: Despejo da Favela Vila Esperança.....	47
Figura 4: Seminário Salesiano no Jardim Alvorada (dezembro de 2006).....	48
Figura 5: Assentamento provisório da Comuna Urbana na Rua Nicolau Mayevsky.	52
Figura 6: Assentamento provisório da Comuna Urbana na Rua Nicolau Mayevsky (2007-2012). Parte de baixo, com o galpão de assembleias.....	52
Figura 7: Desfiles da Unidos da Lona Preta	54
Figura 8: Projeto da Prefeitura de Jandira para a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara	59
Figura 9: Conjunto habitacional da CDHU vizinho à Comuna Urbana	61
Figura 10: Processo de projeto participativo da Comuna Urbana	63
Figura 11: Projeto final da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara (Usina-CTAH).....	66
Figura 12: A Rua da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara	67
Figura 13: Projeto urbanístico feito pelo grupo dos homens	68
Figura 14: Projeto urbanístico feito pelo grupo das mulheres	68
Figura 15: Projeto padrão de articulação de Núcleos (pracinhas e quintais)	69
Figura 16: Implantação das pracinhas de Núcleos	69
Figura 17: Articulação entre Quintais.....	70
Figura 18: Diagrama de escalas urbanas de Carlos Nelson F. dos Santos.....	73
Figura 19: Diagrama de escalas urbanas de Alison e Peter Smithson.....	74
Figura 20: Projetos do de arquitetos ligados ao Team X que correspondem ao conceito de "clareza labiríntica"	75
Figura 21: Foto da Moradia Estudantil da Unicamp e de seu sistema construtivo	76
Figura 22: Projeto da Moradia Estudantil da Unicamp. Arquiteto Joan Villá.....	76
Figura 23: Conjunto São Francisco VIII, MST-Leste 1 (São Paulo-SP); Conjunto Nova Maré (Rio de Janeiro). Arquiteto: Demetre Anastassakis, grupo Co Opera Ativa.	79
Figura 24: Conjunto Ribeiro Dantas (Complexo da Maré, Rio de Janeiro). Arquiteto Demetre Anastassakis, grupo Co Opera Ativa.....	79
Figura 25: Implantações dos projetos União da Juta, Copromo, Juta Nova Esperança e Paulo Freire (Usina-CTAH)	80
Figura 26: Corte da sequência padrão de tipologias na transversal à declividade do terreno ...	81
Figura 27: Detalhe padrão do cruzamento de tipologias na alvenaria	82
Figura 28: Mutirão no primeiro ano de obra (2009)	92
Figura 29: Obra da Comuna Urbana durante o primeiro ano (2009)	92
Figura 30: Obra da Comuna Urbana no segundo ano (2010)	108
Figura 31: Obra da Comuna Urbana no seu terceiro ano (2011).....	110
Figura 32: Escola de Educação Infantil da Comuna Urbana.....	112
Figura 33: Comuna Urbana habitada (2013-2017).....	113
Figura 34: Uso e cuidado com as pracinhas de Núcleo.....	114
Figura 35: Padaria da Comuna Urbana.....	115
Figura 36: Parquinho e quadra autoconstruídos em mutirão após a mudança das famílias	115

Figura 37: Apropriações do espaço comum da Comuna Urbana.....	116
Figura 38: Modificações feitas pelos moradores.....	118
Figura 39 (verso): Residencial Pinheirinho dos Palmares em construção (2016).	228
Figura 40: Espaço urbano do Pinheirinho.....	234
Figura 41: Ocupação urbana do Pinheirinho.....	239
Figura 42: Reintegração de posse, destruição do bairro e terreno atualmente vazio.	242
Figura 43: Projeto da Usina-CTAH para o Terreno 1.....	249
Figura 44: Projeto da Usina para o Terreno 2.....	250
Figura 45: Propaganda de loteamento pronto (Terreno 6).....	252
Figura 46: Projeto da Usina para o Terreno 7.....	253
Figura 47: Folder publicitário do projeto final do empreendimento.....	255
Figura 48: Implantação final do Pinheirinho dos Palmares.....	256
Figura 49: Primeiras casas construídas em alvenaria estrutural convencional.....	258
Figura 50: Obra em fevereiro de 2016.....	259
Figura 51: Entrega das chaves – Dezembro de 2016.	261
Figura 52: Pinheirinho dos Palmares, no dia da mudança das famílias.....	262
Figura 53: Vista aérea do conjunto na época de sua inauguração.....	263
Figura 54: Pinheirinho dos Palmares: Usos comerciais.	264
Figura 55: Pinheirinho dos Palmares: Expansão das moradias à frente e atrás das casas.	264
Figura 56: Pinheirinho dos Palmares: Áreas de lazer.....	265
Figura 57: Pinheirinho dos Palmares: "Acrópole" e "Praça".	265
Figura 58: Pinheirinho dos Palmares: Perspectivas.	265
Figura 59: Pinheirinho dos Palmares: Implantação comprometida pelos muros de arrimo.	265
Figura 60: Pinheirinho dos Palmares: Escola provisória.	266
Figura 61: Pinheirinho dos Palmares: Área de preservação e Horta Comunitária.....	266
Figura 62: fotos de eventos no Pinheirinho dos Palmares.....	266
Figura 63: Exemplos de casas feitas em Concreto Auto Adensável.....	300
Figura 64 (verso): Ex-Presidente Lula da Silva na entrega do Conjunto João Cândido - MTST, Taboão da Serra, em dezembro de 2014.	358
Figura 65: Projeto original realizado pela Usina para o Jardim Salete, em 2009.	371
Figura 66: Projeto realizado pela CDHU para o Jardim Salete, entregue em 2011.	375
Figura 67: Revisão do projeto da CDHU, realizada pela Usina em 2012.	377
Figura 68: Comparação do projeto aprovado e do realizado do Conjunto João Cândido.....	380
Figura 69: Fotos do Conjunto João Cândido, entregue em dezembro de 2014.	380
Figura 70: Comparação entre o projeto aprovado e a revisão da construtora em 2014, do Conjunto Chico Mendes.	381
Figura 71: Revisão final da Usina do Conjunto Chico Mendes, em 2014/2015.	382
Figura 72: Diagramas comparativos entre os projetos da Usina e da Construtora para o Conjunto Chico Mendes.	383
Figura 73: Dilma Rousseff e Fernando Haddad na Ocupação Copa do Povo (2014); Lula e Guilherme Boulos na Ocupação Povo Sem Medo em São Bernardo do Campo (2017); Mesa de lançamento do PMCMV 3 (2015).	386
Figura 74: Construção do Conjunto Santo Dias, Jardim do Estádio, Santo André-SP.	388
Figura 75 (verso): Entrada da Coordenação da Vila Soma, Sumaré-SP.....	472

Lista de Tabelas

Tabela 1: Cronologia dos Estudos de Caso.	30
Tabela 2: Composição de investimento da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara	57
Tabela 3: Modelos de democracia segundo Carlos Rodrigues Brandão.	184
Tabela 4: Resumo do desenho financeiro do PMCMV	287
Tabela 5: Resumo do desenho financeiro do PMCMV	288
Tabela 6: Forças sociais atuantes nos diferentes processos de construção de habitação descritos.	478

Lista de Mapas

Mapa 1: Localização da Favela Vila Esperança (A), da Ocupação do Alvorada (B), do terreno alugado da Rua Nicolau Mayevsky (C) e da Comuna Urbana definitiva (D).	41
Mapa 2: Localização do terreno original do Pinheirinho (A) e do Residencial Pinheirinho dos Palmares (B).	229
Mapa 3: Localização dos terrenos da Fase 1	247
Mapa 4: Localização dos terrenos da Fase 2	252
Mapa 5: localização dos dois terrenos, o original e o final.	256
Mapa 6: Localização dos Conjuntos João Cândido e Chico Mendes (A) e da Ocupação Chico Mendes (B).	359

Lista de Organogramas

Organograma 1: Obra padrão do mutirão autogerido	88
Organograma 2: Obra da Comuna Urbana no seu primeiro ano (2009)	88
Organograma 3: Gestão social e política da Comuna Urbana	92
Organograma 4: Relação entre Matérias primas e Grupos de Trabalho	98
Organograma 5: Articulação dos grupos de materiais com o grupo de trabalhos intermediários	99
Organograma 6: Obra da Comuna Urbana no segundo ano (2010), com a Cooperativa Treme- Treme.....	101
Organograma 7: Gestão social e política da Comuna Urbana durante o segundo ano de obra (2010), com a Cooperativa TT	105
Organograma 8: Obra no FAR (Empreiteiras).	285
Organograma 9: Obra nas Faixas 2 e 3 (FGTS).	285
Organograma 10: Etapas até o início de obra da modalidade Compra Antecipada.	401
Organograma 11: Obra no PMCMV-E, modalidade Autogestão.	403
Organograma 12: Obra do PMCMV-E, modalidade Empreitada Global.	404

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Média da Produtividade Coletiva Diária por tipo de mão de obra	95
Gráfico 2: Participação total do tipo de mão de obra nos serviços fechados da Comuna Urbana	95
Gráfico 3: Evolução dos IPOs no Brasil desde 2000.	435

Lista de Siglas

AP: Ação Popular
APP: Área de Proteção Ambiental
BDI: Bônus e Despesas Indiretas
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM: Banco Mundial
BM&F: Bolsa de Mercadorias e Futuros
BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento
BNH: Banco Nacional de Habitação
Bovespa: Bolsa de Valores de São Paulo
CAA: Concreto Auto Adensável
CAO: Comissão de Acompanhamento de Obra
CCFGTS: Conselho Curador do FGTS
CCI: Cédulas de Crédito Imobiliário
CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CDR: Comitês de Defesa da Revolução
CDRU: Concessão do Direito Real de Uso
CEB: Comunidades Eclesiais de Base
Cebrap: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
Cecap: Companhia Estadual de Casas Populares
CEF: Caixa Econômica Federal
CENEDIC: Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania
CEPAC: Certificado de Potencial Adicional de Construção
Cepal: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGTB: Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CIAM: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CIMFurb: Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CMH: Conselho Municipal de Habitação
CMT: Conselho Municipal de Transportes
CNC: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNF: Confederação Nacional das Instituições Financeiras
CNI: Confederação Nacional da Indústria
CNS: Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços
CNS: Confederação Nacional de Serviços
CNT: Confederação Nacional do Transporte
COHAB: Companhia Municipal de Habitação
ConCidades: Conselho das Cidades

Conlutas: Coordenação Nacional de Lutas
CONSIF: Confederação Nacional do Sistema Financeiro
CPC: Centros Populares de Cultura
CPTM: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS: Centro de Referência em Assistência Social
CRE: Comissão de Representantes do Empreendimento
CRI: Certificados de Recebíveis Imobiliários
CSB: Central dos Sindicatos Brasileiros
CSP: Central Sindical e Popular
CTAH: Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado
CTB: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CTU: Comitês de Terra Urbana
CUEM: Concessão de Uso Especial para fins de Moradia
CUT: Central única dos Trabalhadores
CVM: Comissão de Valores Mobiliários
CW: Consenso de Washington
EAU: Emirados Árabes Unidos
Embraer: Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMEF: Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI: Escola Municipal de Educação Infantil
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
EO: Entidade Organizadora
EUA: Estados Unidos da América
FAR: Fundo de Arrendamento Residencial
FAS: Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
FAU: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FDS: Fundo de Desenvolvimento Social
FEBEM: Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FFLCH: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FIES: Fundo de Financiamento Estudantil
FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FII: Fundo de Investimento Imobiliário
FLM: Frente de Luta pela Moradia
FMI: Fundo Monetário Internacional
FNHIS: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRU: Fórum Nacional de Reforma Urbana
FUCVAM: Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua
GAORP: Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse
GPGRC: Gabinete de Planejamento de Gerenciamento de Riscos e Crises
Graprohab: Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo
GTA: Grupo Técnico de Apoio
Hec: Hectare
HIS: Habitação de Interesse Social
IAB: Instituto de Arquitetos do Brasil
IAP: Institutos de Aposentadoria e Previdência
IAU: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (São Carlos)
IBAM: Instituto Brasileiro de Administração Municipal do Rio de Janeiro
INPS: Instituto Nacional de Previdência Social
Instituto Casa: Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
IPO: Initial Public Offering

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITCP: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp
JEC: Juventude Estudantil Católica
JUC: Juventude Universitária Católica
LCI: Letras de Crédito Imobiliário
MLB: Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas
MPL: Movimento Passe Livre
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MST-Leste1: Movimento Sem Terra Leste 1
MST-TS: Movimento Sem Terra de Taboão da Serra
MTD: Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUST: Movimento Urbano dos Sem Teto
NCST: Nova Central Sindical de Trabalhadores
Neddate: Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação
NEP: Núcleo de Educação Popular 13 de Maio
NETE: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação
OEA: Organização dos Estados Americanos
OGU: Orçamento Geral da União
ONG: Organização Não Governamental
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PBQP-H: Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCC: Primeiro Comando da Capital
PCS: Programa Crédito Solidário
PD: Plano Diretor
PDP: Projeto Democrático Popular
PIB: Produto Interno Bruto
PlanHab: Plano Nacional de Habitação
PLHIS: Plano Local de Habitação
PLS: Planilhas de Levantamento de Serviços
PM: Polícia Militar
PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-E: Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
PMJ: Prefeitura Municipal de Jandira
PMTS: Prefeitura Municipal de Taboão da Serra
PNDU: Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PP: Partido Progressista
PPP: Parceria Público-Privada
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrático
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
PST: Partido Social Trabalhista
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT: Partido dos Trabalhadores
QCI: Quadro de Composição de Investimento
RF: Renda Familiar
RGSP: Regional Grande São Paulo
Sabesp: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SBPE: Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SDS: Social-Democracia Sindical

SECOVI: Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais
SEDU: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
SEHAB: Secretaria de Habitação
SFH: Sistema Financeiro de Habitação
SFI: Sistema Financeiro Imobiliário
SINAPI: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
SM: Salário Mínimo
SNAS: Secretaria Nacional de Articulação Social
SNHIS: Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
STF: Superior Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
TCA: Trabalhos Comunitários e Ambientais
TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação
TINA: *"There is no alternative"*
TJSP: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo dentro
TMD: Teoria Marxista da Dependência
TR: Taxa Referencial
TT: Cooperativa Treme-Treme
TTS: Trabalho Técnico Social
UBS: Unidade Básica de Saúde
UDN: União Democrática Nacional
UFF: Universidade Federal Fluminense
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina
UGT: União Geral dos Trabalhadores
UH: Unidade Habitacional
UMM: União dos Movimentos de Moradia
Unicamp: Universidade Estadual de Campinas
UNMP: União Nacional dos Movimentos de Moradia
USP: Universidade de São Paulo
ZEIS: Zona Especial de Interesse Social

Sumário

INTRODUÇÃO	23
1. DE TRABALHADOR A CIDADÃO	39
1.1 A Comuna Urbana Dom Hélder Câmara - MST (2007-2012)	41
1.1.1 Projetando uma Comuna	42
1.1.2 Construindo uma Comuna	83
1.2 Produção do urbano, educação popular e trabalho	121
1.3 Um projeto democrático específico: o Partido dos Trabalhadores.....	169
1.4 O processo de construção da Comuna Urbana como expressão da crise do sujeito político trabalhador	209
2. O SUJEITO INSTITUCIONAL: CIDADÃO CONSUMIDOR.....	227
2.1 Pinheirinho: um caso paradigmático	229
2.2 O PMCMV e a produção do urbano	269
2.3 O sujeito institucionalizado em espera	313
2.4 O paradigma Pinheirinho e a pós-democracia.....	343
3. A REIFICAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO E SUA RENTABILIDADE	357
3.1 MTST: o Poder Popular e o Estado Democrático Popular	359
3.2 O PMCMV Entidades	391
3.3 O Estado Democrático Popular e a polêmica do Lulismo	417
3.4 A nova razão do movimento popular	453
CONCLUSÃO	471
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	485

Introdução

Figura 1: Dilma Rousseff em evento de defesa do PMCMV-Entidades e contra o Golpe, no Conjunto João Cândido, do MTST, em Taboão da Serra-SP, 8 de julho de 2016.

Fonte: < <https://jornalistaslivres.org/2016/07/22065/> > acessado em 2 de março de 2018.

Não foram os anos mais fáceis para o país. O projeto desta tese foi formulado em meio às Jornadas de Junho de 2013, passou por um golpe parlamentar e termina num ano eleitoral que delimita um grande desafio para a Nova República. Naquele final de semestre, eu estava dando aulas à noite, para o curso de arquitetura e urbanismo da maior rede particular de ensino privado *do mundo*, numa unidade remunerada 100% pelo FIES (Fundo de Financiamento Estudantil¹). No dia 17, a maior manifestação que a capital paulista realizava desde as Diretas-Já chegava, ao final da noite, ao lado desta unidade de ensino onde eu estava – fato que fazia com que eu quisesse colocar o assunto em pauta com os estudantes. Eles, no entanto, não me deram nenhuma atenção: outro professor havia dado um zero generalizado e eles estavam com suas energias vinculadas apenas a isso – estudar para a prova fatal daquela semana. Saí de lá para me juntar à manifestação e o assunto não me saía da cabeça. Como podiam aqueles alunos, da classe social que pertenciam, podendo estudar por conta daquele governo, fazerem declarações tão estranhas e desvinculadas à realidade que lhes batia à porta? Como era possível ser tão pragmático para não se afetar por aqueles dias, aferrando-se ao estudo de cálculo?

O caso não era isolado para mim. Somava-se a anos de trabalho como arquiteta na assessoria técnica Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (CTAH), marcados por uma sucessão de enfrentamentos com esta realidade, no campo da produção de moradias junto a movimentos populares. Tal pragmatismo era recorrente – não apenas na base trabalhadora – e tinha se mostrado, ao longo dos anos, cada vez mais consolidado, estando as lideranças cientes deste caráter, assumindo-o e dando-lhe contornos de estratégia política que frutificava em paralelo ao perecimento da gestão petista no governo federal. Ali parecia que haviam, numa primeira visada, duas dinâmicas que se encontravam: um fim de ciclo daquilo

¹ O FIES foi o programa de financiamento da rede privada de ensino superior criado pelo governo Lula, que promoveu um crescimento exponencial tanto deste mercado, quanto do acesso à universidade de uma fração da classe trabalhadora que nunca o havia alcançado.

que há tão pouco tempo (cerca de um ano antes apenas) se definia academicamente como “Lulismo” – e que me ajudava muito a entender pelo que tínhamos passado no coletivo –; e a ascensão da luta de classes que, no campo em que estávamos (a produção do urbano), se expressava pela explosão de ocupações de terra junto a grandes remoções. No entanto, algo ali já não se encaixava nesta primeira visada que a esquerda crítica ao PT queria acreditar. Pois o que eu tinha vivido, por dentro dos trabalhos da Usina-CTAH, mostrava que o confronto midiático não se refletia nas práticas estratégicas adotadas pelas mesmas forças que criticavam o governo à esquerda. No centro disso estava o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), mas não só ele: já antes dele a Usina vinha de experiências que expressavam certo girar em falso político da prática do mutirão autogerido, seu embasamento histórico. No entanto, ao carregar esta tradição e confrontá-la com o novo pragmatismo dos movimentos populares, um curto-circuito se configurava: nem uma nem outra prática parecia dar resposta contra-hegemônica à realidade da classe trabalhadora que se apresentava.

Esta situação me fez decidir pelo afastamento do cotidiano da Usina, cujo programa político – que eu defendo – mostrava não ter mais chão histórico nas estratégias adotadas, não encontrando mais aquela subjetivação política que era sua razão de ser: o trabalhador que constrói sua moradia por meio da experimentação de outras relações de produção, que criam organicidade popular por configurarem relações de poder originadas na objetividade concreta da experiência de classe. Esta tese, portanto, nasce como necessidade pessoal de esclarecimento destas vivências – muitas vezes traumáticas – e a busca de caminhos que pudessem dar continuidade ao comprometimento político junto à produção do urbano. Neste sentido, é importante frisar que as hipóteses e relatos dos processos aqui apresentados são de inteira responsabilidade minha, não representando as posições da assessoria Usina-CTAH ou de seus membros novos ou antigos, muitos dos quais não compartilham com tais hipóteses e teriam feito relatos de outras maneiras, dos mesmos processos.

Ao mesmo tempo, eu percebia que tal experiência pessoal, realizada junto ao coletivo da Usina, trazia elementos de relações sociais e articulações políticas que outros círculos de relacionamento que eu frequente não tinham, e se interessavam muito. Particularmente da área das ciências humanas e da militância distante do trabalho de base. Pelo fato da Usina estar entre três mundos – o acadêmico, o militante e o profissional –, tinha acesso a um ponto de vista privilegiado para analisar o governo federal e sua relação com os movimentos populares: a operação interna dos programas estatais, em particular na produção do urbano, o que envolve um cotidiano de articulação com muitas forças sociais – o Estado (legislativo, executivo e judiciário), a Caixa Econômica Federal (CEF), lideranças de várias instâncias, diversas frações da classe trabalhadora, organizações legais e ilegais da periferia, o mercado de materiais e equipamentos da construção civil, seus fabricantes, os proprietários de terra, os trabalhadores mais e menos qualificados, as mulheres e jovens de outra realidade, os políticos e seus partidos, a polícia e outros aparatos repressivos e regulatórios institucionais ou não, intermediários de várias espécies, organizações populares diversas, engenheiros, advogados, agrônomos, economistas, administradores, contadores, educadores, cientistas sociais, geógrafos, ambientalistas, artistas, professores, arquitetos, críticos... Ou seja, uma gama de relações concretas e objetivas, determinantes das relações de poder e das subjetivações que as perpassam. Portanto, uma visão que incorpora a arquitetura no corpo social – não se restringe a ela, mas, também, não a deixa de lado.

Esta maneira de encarar e vivenciar a arquitetura a coloca em movimento histórico. Pretende seguir, assim, o método materialista dialético:

“O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX: 2007 [1845], 87. Grifos no original).

A arquitetura encontra-se exatamente neste lugar complexo entre a reprodução da vida e um modo de produção que não é apenas a reprodução física dos indivíduos (sua moradia e seu ambiente urbano), mas também uma “forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos”. Esta visada torna indissociáveis a forma e o conteúdo da arquitetura, demonstrando certo caráter de síntese social que ela carrega. Ao entendê-la como materialização de relações sociais, percebe-se que ela articula o conjunto de determinações do presente (formadas no passado) com a especificidade de dar a elas uma potência futura, por inserir o *projetar*. Nessa relação entre o passado, o presente e o futuro, mediados pela necessidade concreta de materialização da historicidade da vida imediata dos indivíduos, também se encontra sua potência política:

“O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados [em determinadas relações de produção]², que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica [que se atém simplesmente aos fatos reais]³ tem que provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem parecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal qual como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio” (Idem, 93. Grifos acrescidos).

A produção do urbano pelos movimentos populares, portanto, revela uma forma política que subjaz ao que pode “parecer na imaginação própria ou alheia, mas sim como realmente [é]”. Aqui se encontra a articulação desta tese, que desliza constantemente entre a arquitetura como projeto e produção material, por um lado, e, por outro, como articulação social e política. Por isso a estrutura dela é invertida em relação à maioria das análises acadêmicas que passam pela arquitetura: esta não aparece como exemplo, materialização prática de conceitos abstratos anteriormente expostos. É dela que partirão os elementos de análise e, por isso, cada uma das três partes do trabalho é encabeçada pelos estudos de caso. Evidentemente, ao ler estes capítulos chave muitas coisas ficarão em suspenso, a espera de um aprofundamento maior em seguida – sempre indicado. Pedimos ao leitor paciência, pois acreditamos ser importante esta inversão: ainda que ela pareça mais trabalhosa, dá outra dinâmica às análises, que não estarão descoladas de seu chão histórico e de suas

² “Variante no manuscrito” (Nota do tradutor).

³ Idem.

determinações materiais, mas sempre justificadas e baseadas nos elementos que a própria experiência levantou. Ao mesmo tempo, há também um deslocamento hierárquico nesta postura: o conhecimento não vai sendo construído por somatória de elementos, mas por articulações cíclicas que os complexificam. Assim, em muitos momentos a exposição pode parecer repetitiva, mas é importante reconhecer que não se trata disso, mas de um retorno de elementos depois de já ter passados por outros, o que dá outra perspectiva para o mesmo tema. Peço perdão àqueles que preferem a separação e completude de cada capítulo, podendo pular coisas que não parecem ter importância: aqui, o entrelaçamento de temas demanda uma dificuldade extra na exposição, que vai se completando aos poucos, pois depende da articulação de todos eles.

A tese é então composta de três partes, que têm uma mesma estrutura interna: o capítulo chave, que apresenta o estudo de caso; dois capítulos de apresentação de conceitos, análise e contextualização histórica; e, por fim, um quarto capítulo que é sempre uma síntese dos anteriores daquela mesma seção, no qual é retomado o estudo de caso à luz das questões levantadas nos capítulos intermediários. Desta maneira, conforma-se a exposição em ciclos, que vão compondo o objeto dentro de um todo coerente. Esta unidade parece ser o maior desafio do trabalho, que envolve áreas do conhecimento diversas e constantemente separadas dentro da academia. Chamamos a atenção dos leitores também para esta dificuldade: por se tratar de temas complexos dentro de cada área, sendo trespassados pela crítica marxista, por muitas vezes o leitor vai se deparar com explanações e esclarecimentos que lhe parecerão excessivos dentro da sua área de conhecimento. Gostaria de lembrar-lhes que estes mesmos elementos podem não ser compreensíveis para leitores de outras áreas, para os quais as informações relevantes estão no reverso da leitura dos primeiros. Mais uma vez, paciência.

Para introduzir o leitor a cada uma destas três partes é necessário antes apresentar a Usina-CTAH, que estará presente em todos os momentos e é o lugar de onde eu vivi os estudos de caso, analisando-os agora como pesquisadora que precisou se afastar deste cotidiano para poder olhá-los de fora. Evidentemente, serei aqui sintética, procurando mostrar os lugares social, técnico e político da Usina que, no entanto, ficarão mais claros ao longo dos capítulos para o leitor externo a esta dinâmica – principalmente no que concerne à historicidade do coletivo.

A criação da Usina-CTAH não é isolada da conjuntura política da década de 1980. Naqueles anos de redemocratização, havia grande mobilização social em torno da elaboração e implantação de uma democracia que uma expressiva parte da sociedade nunca tinha passado durante a vida adulta. Da parte dos arquitetos e urbanistas engajados politicamente, a época trazia o significado de uma possibilidade de prática *profissional* atuante socialmente, que havia sido muito limitada durante a ditadura⁴. Assim, procuravam outra maneira de fazer arquitetura, vinculada não apenas às necessidades imediatas dos trabalhadores (o que já seria bastante naqueles anos), mas também às possibilidades de organização e formação política dos mesmos por meio do trabalho cooperativado. Articulava-se, aí, uma série de elementos, ligados à expansão da disciplina profissional e a sua potencialidade social ao propor um processo conjunto entre movimento popular, técnicos e Estado. Esta é a origem comum de

⁴ Não nos aprofundaremos nesta conjuntura histórica e de confluência de ideias neste momento, pois estes serão temas descritos longamente nos capítulos 1.2 e 1.3.

várias assessorias técnicas, atores importantes naqueles tempos de fortalecimento da sociedade civil e criação de uma democracia *participativa* no que tange à questão urbana.

Apoiadas no modelo das cooperativas habitacionais uruguaias (articuladas pela FUCVAM⁵), as assessorias propunham um trabalho conjunto com os movimentos populares no qual os futuros moradores, em luta pela moradia num momento em que não havia mais política pública federal (com o fim do BNH em 1986), fossem o centro do processo de conquista da terra, planejamento do espaço de moradia, construção e gestão da obra, utilizando fundos públicos numa política habitacional descentralizada. A Usina-CTAH, especificamente, nasce da confluência de arquitetos que tinham em comum a perspectiva de inseparabilidade entre projeto e construção, além da diretriz política de fazer arquitetura junto ao “povo”, como será visto na Parte 1. Seu trabalho começa em laboratórios internos às universidades, para depois seguir um caminho autônomo. Primeiramente no Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes em São Paulo, em 1982, de onde partiram importantes diretrizes para a política habitacional da gestão do PT na cidade em 1989; e, depois, na Unicamp (Campinas), onde se desenvolveu um sistema construtivo de painéis pré-fabricados de tijolos cerâmicos direcionado à produção em mutirão. Assim, fazia-se uma articulação que ganharia potencialidade na década de 1990: projeto, obra, tecnologia, política pública e movimentos populares, mediados pela produção do ambiente construído. Assim:

“Não víamos incompatibilidade entre a sustentação de um trabalho profissional especializado e uma atuação comprometida com a defesa e o aprofundamento de processos autogestionários, buscando métodos e procedimentos que assegurassem aos movimentos sociais a possibilidade de produzir seus próprios territórios com autonomia. Dessa forma, a articulação entre a defesa da autogestão e o empreendimento técnico parecem assegurar uma composição mais harmônica entre técnica e política: não existe ação técnica que não seja política ou ação política que não seja instruída pela ação técnica” (LOPES et.al.: 2015, 205. Grifo no original).

Todos estes elementos serão aprofundados ao longo da tese. Apenas para introduzir o leitor ao primeiro capítulo, é importante a compreensão do papel da Usina nos empreendimentos de construção de habitação junto aos movimentos populares. Basicamente, são dois momentos bem marcados: a fase de projeto, e a de obra. Na fase de projeto, a Usina tem a responsabilidade de sintetizar o desenho do empreendimento, que tem dois vieses: por um lado, as imposições da política pública (sua normatização) e seu financiamento (os limites e modos de operação); e, por outro, as decisões projetuais compartilhadas entre arquitetos e população organizada – o que envolve todo um processo participativo que tem como objetivo não apenas o desenho final do empreendimento, mas principalmente a formação e apropriação do processo pelo grupo de moradores e construtores. Neste momento são delineadas as necessidades presentes e futuras daquele conjunto de sujeitos em formação política, o que aponta para discussões mais profundas a respeito da cidade e das relações sociais. Estas decisões também passam pela técnica construtiva, o que conforma um momento de discussões e, depois, de prática, de outras relações de produção e de trabalho. Destas discussões também são resultados tanto o regulamento de obras quanto, depois, o

⁵ Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua. Este tema será apresentado nos capítulos 1.2 e 1.3.

regulamento do condomínio. É a Usina que encabeça estes processos e, depois, o sintetiza num desenho final – que deve levar em consideração sua construção em mutirão autogerido.

Na fase de construção, a Usina é responsável por gerir seis frentes: 1. O trabalho mutirante (definições e acompanhamento); 2. O trabalho remunerado (Idem); 3. A gestão do canteiro da obra em conjunto com comissões formadas por moradores (compras e almoxarifado); 4. Supervisão e compatibilização do controle financeiro com o orçamento e cronograma de obra; 5. Trabalho Social: articulação política de todos os procedimentos e vivências de obra, dando sentido mais amplo ao cotidiano e construindo relações de organicidade e formação coletiva; e 6. Responsabilidade técnica da obra perante o agente financiador (conformidade com o desenho físico e financeiro apresentado). Estas funções serão descritas no Capítulo 1.1, e podem ser vistas no Organograma 1. A partir desta descrição e da observação do Organograma, é possível ver que a assessoria técnica tem papel de articulação fundamental na autogestão da construção da moradia, o que envolve o entrelaçamento de técnica com formação política.

Esta tese, no entanto, mostrará como estes papéis e lugares técnicos, sociais e políticos vão se modificando juntamente àqueles das outras forças sociais envolvidas nestes processos, além da entrada de novas. Queremos demonstrar o significado destas mudanças: de onde elas vieram, como se amoldam e suas consequências para estas forças e suas articulações. Os três estudos de caso, que encabeçam as três partes do trabalho, são bastante paradigmáticos para esta demonstração, por isso sua escolha e não de outros empreendimentos que poderiam trazer outras narrativas do mesmo período. Trata-se, portanto, de uma hipótese em construção, e não do compromisso de descrição exaustiva das formas de relacionamento dos movimentos populares de moradia com a gestão petista no governo federal.

Tabela 1: Cronologia dos Estudos de Caso.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Comuna Urbana - MST														
Pinheirinho - MUST														
João Cândido - MTST														
Chico Mendes - MTST														

Em ocupação														
Projeto Usina														
Projeto Outros														

Obra Usina														
Obra Outros														
Morando														

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A Parte 1 descreve o empreendimento da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara, em Jandira-SP, realizado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) entre 2006 e 2012 (ver Tabela 1). A escolha da Comuna Urbana advém do fato de que ela nos parece um processo em transição entre o que a Usina fazia como mutirão autogerido anteriormente, e o que passou a fazer depois. Muitas coisas a diferenciavam de saída: um projeto urbano junto ao MST, financiamento federal e uma comunidade que já morava e continuaria morando junta ao longo do processo de obra. A tradição de mutirão que a Usina carregava encontrava ali algumas barreiras para se desenvolver da mesma forma, principalmente o encontro com um

movimento que não tinha centralidade na construção civil e na questão urbana. Porém algo mais inesperado aconteceu: o encontro com uma subjetivação política dos trabalhadores e futuros moradores muito diversa – mas não oposta – àquela que foi o embasamento social da autogestão desde a década de 1980. Houve ali uma espécie de curto-circuito entre o programa original de autogestão da Comuna, com uma realidade onde se misturavam carências sociais com uma relação estrutural com o trabalho cujo cerne era a precariedade, e não a potencialidade de criação coletiva. Será visto, então, como um processo de projeto de uma Comuna se transformou, durante a sua efetivação prática em obra, na perversão da autonomia: o empreendedorismo popular e a gestão do social no lugar da política.

Por conta deste encontro deslocado entre o projeto e as relações objetivas, foi necessário, no Capítulo 1.2, retomar certa história das ideias desde a década de 1960, que confluíram na década de 1980 no modelo de mutirão autogerido, demonstrando que tal forma de produção era delimitada por uma noção política do trabalho coletivo, cujo sujeito se formava numa experiência de classe determinada por um momento histórico. Nesta revisão bibliográfica, foi dada relevância à conformação de subjetividade por meio desta experiência de classe, direcionada politicamente por determinadas correntes cujo ideário político conformou uma prática vinculada à produção do urbano cada vez mais ligada à formação do cidadão, deslocado da sua condição de trabalhador. É na confluência entre a formação de subjetivação política do trabalhador e do cidadão que nasce o Partido dos Trabalhadores (PT), que é o tema do Capítulo 1.3.

Neste, o desenvolvimento do partido até a chegada ao governo federal é acompanhado por transformações no cenário mundial, que promoveram a ascensão da predominância da reprodução de capital fictício, alterando significativamente os papéis e configurações do Estado e da produção, em particular aqui a do urbano. As especificidades da inserção brasileira nesta conjuntura conformam uma dinâmica concreta na qual se movimenta a consolidação daquela formação histórica original, em conjunto com a da própria democracia no país. No campo da produção do urbano, a dialética entre o trabalhador e o cidadão se desdobra em diferentes estratégias de atuação: o mutirão autogerido e o movimento pela Reforma Urbana. Se na década de 1980 este par dialético – ainda que carregasse diferenças internas – promovia certa tensão que os movimentava politicamente dentro de uma unidade, a década de 1990 e a entrada da de 2000 irá afastá-los do ponto de vista estratégico, ainda que permanecessem dentro de um mesmo programa.

A confluência de uma nova inserção do país no mercado mundial e a consolidação objetiva das experiências da Reforma Urbana e dos mutirões autogeridos têm como resultado uma forma política híbrida. E é nos anos imediatamente anteriores e durante o primeiro mandato presidencial petista que, ao mesmo tempo em que a efetivação de seu programa urbano chegava ao ápice, movimentava-se aquela subjetivação da classe trabalhadora, cuja consolidação do predomínio do cidadão agora se deslocava para aquela do consumidor. O processo de construção da Comuna Urbana acontece a partir das consequências deste cenário, durante o segundo mandato do campo Democrático Popular. Nela ficaram expostas as fraturas sociais e políticas de um programa cuja estratégia já não encontrava chão histórico para se desenvolver, chegando a um esgotamento que não impediu o empreendimento de ser finalizado, mas que lhe deu outro caráter.

Na Parte 2 estas consequências são narradas em sua forma máxima, por meio do caso do Pinheirinho, ocupação urbana de São José dos Campos-SP. Depois de 8 anos de estabilidade num terreno bem localizado, no mesmo ano em que a Comuna Urbana finalizava seu processo de obra (2012, ver Tabela 1), o Pinheirinho sofre uma das mais violentas reintegrações de posse da história recente, dada a desproporção das forças (ilegais) utilizadas, o tamanho da ocupação (1.800 famílias) e a inesperada resistência da população. No entanto, sendo já fruto de outro momento histórico, a forma como este processo se desenvolverá até a entrega das novas casas é completamente outra em relação à Comuna. Em particular, o protagonismo da população – que se efetivou tanto na construção de todo um bairro durante os anos de ocupação quanto na sua histórica resistência à reintegração de posse – foi apagado em nome de um processo extremamente pragmático de conquista da moradia definitiva. Já sob a forma de produção urbana do PMCMV, o novo bairro foi erguido, sem nenhuma relação com o movimento popular, por meio de uma construtora, numa localização isolada e com um projeto padronizado de péssima qualidade. Politicamente, o protagonismo dos trabalhadores foi transfigurado, justamente por meio do acesso ao direito (cidadania), no violento retorno ao seu não-lugar social, o de “consumidores falhos”, segundo Bauman (2005).

Esta cadeia significativa de transmutações entre a subjetivação política do trabalhador ao consumidor, por meio do cidadão, é aquela que vai caracterizar a forma institucional própria de relacionamento do que definimos como *Estado Democrático Popular* com os movimentos populares, de acordo com a hipótese desenvolvida nesta tese. Para descrevê-la, os dois capítulos intermediários desta Parte 2 lidaram, respectivamente, com dois aspectos deste processo: o entendimento do funcionamento urbano e produtivo, além dos significados do PMCMV (Capítulo 2.2); e as transformações internas ao Estado neste período (Capítulo 2.3).

O PMCMV foi analisado do ponto de vista de sua constituição enquanto política pública (seu desenho institucional e financeiro) e enquanto política urbana (as causas e consequências das transformações produtivas operadas na construção civil e a caracterização de um novo padrão de segregação criado pelo programa). Foi necessário para isso fazer contrapontos constantes com o BNH, último modelo de produção habitacional federal da mesma escala do PMCMV. O eixo de análise foi a demonstração de que as transformações urbanas operadas no período, nas quais se insere o programa, fazem parte de um movimento maior de adaptação das estruturas sociais, políticas e econômicas do país a uma nova fase de acumulação do capital, na qual a condição de país dependente tem significados próprios. Opera-se, desta maneira, vinculações de forma e conteúdo entre a produção do urbano (aqui centrada na habitação popular) e a predominância financeira da economia mundial, na qual nos inserimos de maneira subordinada.

Acompanhando as análises de Leda Paulani e da Teoria Marxista da Dependência, bem como o pensamento de Sérgio Ferro, foi buscado descrever a importância da atualização do papel de “plataforma de valorização financeira” do país, adequando, para tanto, sua base produtiva, institucional e social. Desta perspectiva, foram relatadas as novas conexões do capital financeiro com o imobiliário e a especificidade das conexões deste circuito com o Estado durante a gestão petista, por meio de modificações técnicas internas a sua estrutura e aos mecanismos de financiamento. No urbano, foi retomada como base a discussão (realizada

sobretudo na década de 1970) sobre a forma específica de desenvolvimento possível ao país, indicando limites e idiosincrasias próprias a uma estrutura que cresce apoiada mais na precariedade e na intensificação do uso de força de trabalho, do que no incremento dos níveis de produtividade, mesmo com grandes transformações no setor da construção civil. A forma da intervenção estatal aí é fundamental, pois é ela que *induz* as adequações necessárias na base produtiva, modificando o mecanismo de aporte à habitação: do processo licitatório à figura do repasse. Este mesmo mecanismo opera, ao mesmo tempo, uma maneira específica do uso da terra, que coloca em andamento formas próprias à Renda Absoluta da Terra (tal qual descrita por Marx), promovendo um novo tipo de segregação urbana, diverso daquele do BNH.

No Capítulo 2.3 foi necessário entender este processo do ponto de vista das formas de judicialização que tomaram a produção do urbano, indicando mudanças internas à estrutura estatal para dar resposta a conflitos cada vez mais acirrados. Foi demonstrado como o processo do Pinheirinho foi originador de uma estrutura institucional específica de relacionamento entre Estado e movimentos populares, pautada pelo poder judiciário, na qual a mesa de negociação se transforma num mecanismo potente de amoldamento das forças sociais envolvidas, depois reproduzido em situações semelhantes em todo o país. Para tanto, recorremos a uma revisão da teoria marxista do Estado, que o olha por meio da forma do direito no sistema capitalista, na qual as relações sociais são reificadas em função da formação dos mecanismos da troca. Nesta visada, a subjetivação do cidadão já é imediatamente aquela conformada a uma institucionalização dos mecanismos de troca, que dependem da contratualização. Esta, por sua vez, se torna cada vez mais necessária com a predominância do capital fictício na economia, alargando a forma estatal para além de suas atribuições executivas e dando predominância ao poder judiciário.

É com estes elementos que foi procurado formular qual é a subjetivação própria à classe trabalhadora neste processo de transformações produtivas que, no urbano, tem como decorrência o acesso ao direito como mercadoria. Politicamente, isso significa um amoldamento do trabalhador que produz autonomamente seu espaço para o consumidor precário, cujo não-lugar social é conformado justamente no acesso ao direito. Isso é demonstrado por meio da análise das decorrências humanas da mudança das famílias do antigo Pinheirinho para o novo Pinheirinho dos Palmares, cujo caráter de segregação é também político.

Estes dois estudos de caso seriam suficientes para demonstrar, por um lado, o esgotamento histórico das *estratégias* do mutirão autogerido (ainda que não o seu *programa*) e a passagem para um sistema de extenso apassivamento social e político. Isso, no entanto, não chega ao ponto central da hipótese aqui estabelecida: o *Estado Democrático Popular*, mais do que uma estrutura de apassivamento, foi uma *estrutura de adequação* de diversas facetas do país às necessidades do avanço da predominância do capital fictício mundialmente, devido ao seu caráter dependente. Assim, se por vezes a necessidade é a institucionalização de casos específicos, isso repousa numa dinâmica maior, na qual o amoldamento se dá na forma de *reprodução do movimento popular*, ou seja, na sua lógica de funcionamento e direcionamento da experiência de classe em mais larga escala.

A Parte 3 se detém nesta análise, por meio da descrição do processo de construção dos empreendimentos João Cândido e Chico Mendes, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em Taboão da Serra-SP. Realizado por meio do PMCMV na sua modalidade Entidades, porém sem autogestão, pode-se ver na Tabela 1 que a temporalidade deles perpassa os dois casos anteriormente analisados, sendo que o segundo ainda não teve as obras iniciadas.

Por conta de uma dinâmica muito diferente dos tradicionais movimentos de moradia do campo Democrático Popular, o eixo desta narrativa foi o embate constante entre projetos – de construção física, mas também e, talvez, principalmente, política – entre a Usina e o MTST. Sem dispensar totalmente a assessoria, como aconteceu no Pinheirinho, o movimento foi habilmente construindo uma síntese entre os princípios de projeto pragmáticos da construtora que fez a obra e aqueles da primeira, que traziam – ainda que não construídos por meio de processos participativos – a herança dos processos autogeridos por meio, agora, apenas do desenho. Não é apenas simbólico tal amálgama, mas expressão de uma objetividade de relações mediadas pelo Estado Democrático Popular. A necessidade do movimento com aqueles empreendimentos era criar uma marca própria, afinal, além de ser seu primeiro conjunto entregue, é onde se localiza sua sede. Eles precisavam ser a síntese entre um processo pragmático e uma expressividade cuidadosamente delimitada como marca política, determinada como distinção junto à subjetivação política de uma classe marcada pela precariedade social. Trata-se do desenho de uma mercadoria, mas não de qualquer uma: uma mercadoria política adequada a uma objetividade social.

É por meio das sucessivas modificações de projeto arquitetônico e urbanístico entre a Usina e a empreiteira que vai se delineando o caráter dos empreendimentos e, ao mesmo tempo, a forma de reprodução política do MTST. Percebe-se que há grande efetividade de mobilização nesta forma, que é a de todas a mais adequada para articular uma massa de população precarizada, cuja subjetivação atravessou a barreira do cidadão consumidor, na medida em que sua constituição social e econômica “falha” não lhe permite nem isso. Assim, reificada diretamente como mercadoria política, tal população, transformada numa abstrata “demanda”, é base de valorização de certo “Poder Popular” produzido objetivamente por mecanismos criados pelo Estado Democrático Popular. Entre eles, a instrumentalização de ocupações para gerar as mesas de negociação, necessárias para a criação de uma específica forma de institucionalidade, que substitui o conselhismo só que, agora, por dentro do poder judiciário, o que é um importante sintoma.

O PMCMV-Entidades é um desses mecanismos, descrito no Capítulo 3.2. A partir da origem de seu desenho, foi possível descrever como formas políticas antes ligadas à objetividade da experiência de classe em busca de autonomia, se transformaram em abstrações conformadas juridicamente, na medida exata da viabilização de seu caráter de entidade de mercado. Assim, o processo de construção habitacional popular que antes tinha caráter público – e, na especificidade da luta por moradia, protagonismo de seus moradores –, passa a ser mediado pela lógica bancária das avaliações de risco de crédito, os movimentos populares passam a ser “Entidades”, os trabalhadores em luta se transformam em “demanda” e a experimentação e construção de outras cidades possíveis perdem o sentido frente ao postulado máximo de mobilização abstrata. Na modalidade do programa usada pelo MTST (a

Empreitada Global), fica evidente a aliança do movimento com o capital produtivo para articular esta mobilização, uma forma contraditória própria ao Estado Democrático Popular.

Depois destas análises foi possível retornar ao elo deixado aberto na Parte 1, buscando compreender agora com maior complexidade a estrutura adaptativa levada a cabo por tal Estado, herdeiro das lutas do campo democrático encabeçadas pelo PT até a chegada ao governo federal. Assim, no Capítulo 3.3 foi realizada uma revisão bibliográfica dos pesquisadores que se dedicaram ao tema do dito “Lulismo”, que define chaves interpretativas para o fenômeno no qual estas experiências de produção do urbano pelos movimentos populares estão inseridas. Por meio do aprofundamento em alguns autores cujas análises se aproximavam mais daquelas desenvolvidas nesta tese (como Ruy Braga e Mauro Iasi), foi possível consolidar a hipótese de que o “Lulismo” (tal qual o definiu André Singer) – entendido como realinhamento eleitoral no qual as camadas mais precarizadas da população se identificam com a gestão petista no governo federal, promovendo uma adequação do mesmo a uma subjetivação política pragmática – seria *um* dos fenômenos internos a uma *estrutura de adaptação maior* em curso, levada a cabo pelo Estado Democrático Popular. Nesta, são elementos igualmente importantes: o protagonismo do poder judiciário, a alteração das formas de participação popular, a reestruturação produtiva vinculada a uma específica demanda do capital fictício, a alteração do lugar social de grandes contingentes populacionais cuja segregação é promovida pelo acesso ao direito (conformando-se um Estado de Exceção permanente); e, elemento que interessa em particular aqui, a alteração das estratégias dos movimentos populares de luta pela moradia em direção a uma lógica, ou certa racionalidade, ou ainda uma *forma* de reprodução determinada pelo amoldamento à *forma rentista*, na qual os conteúdos programáticos são desativados objetivamente (permanecendo de maneira funcionalmente espectral) em nome de articulações autonomizadas, que movem concretamente os processos políticos com forças que são ocultadas do seu aparecimento público.

Com isso fecha-se a hipótese de que os processos colocados em andamento pelo Estado Democrático Popular não podem ser entendidos como uma “traição” da cúpula petista em torno da figura e do grupo do ex-presidente Lula da Silva, que “coopta” lideranças populares e que, terminado seu ciclo à frente do governo federal, entrega o país à dinâmica de luta de classes anterior. Quando se passa a entender este processo como uma estrutura adaptativa à nova ordem mundial, percebe-se que o mais importante a captar no momento são as heranças deixadas, que alteraram a estrutura da luta de classes e que permanecem se movimentando ao terem conformado a experiência da classe trabalhadora e dos sujeitos e setores engajados politicamente com o ideário de esquerda. Assim, não é um processo que acabou, mas que completou um ciclo de adaptações e que se move, agora, dentro das estruturas que criou. Tais estruturas são baseadas na reificação da classe trabalhadora que, assim, pode proporcionar o acionamento de mecanismos de articulação entre Estado e capital que remuneram certo “Poder Popular”. Este só pode ter um caráter trágico, na medida em que se move entre uma face política pública limitada à discussão programática abstrata⁶ cuja

⁶ Na qual passa a fazer sentido a participação não engajada dos meios de comunicação digitais, como a Plataforma “Vamos!” ou o aplicativo para celular do próprio MTST, acompanhadas de mobilizações presenciais passivas moldadas para o engajamento da classe média, como palestras e shows.

aplicabilidade não existe ao não ser acompanhada por definições estratégicas – que passam a ser naturalizadas como um processo automático, sem alternativas, como o PMCMV.

Portanto, há de se ver a luta de classes para além deste mecanismo que, ao invés de a tensionar, a modula. A população precarizada permanece tendo que sobreviver um dia após o outro, independente das estruturas políticas que as instrumentalizem. No campo do urbano, a autoconstrução de moradia e de infraestrutura só cresceu junto ao maior programa habitacional desde o BNH. Ocupações de terra espontâneas surgem num ritmo maior do que as organizações mesmas podem acompanhar. Do outro lado, assistimos a um crescimento da repressão urbana brutal, na qual o protagonismo do judiciário levou à sua autonomização e, consequentemente, à ação largamente ilegal do Estado. Embora a herança da estrutura adaptativa continue se movendo dentro da esquerda, fica a dúvida sobre a possibilidade de sua efetiva continuidade sob um regime oficialmente de exceção. Pois o aspecto trágico da situação é que se trata de uma forma desenvolvida da *democracia* possível no país, na medida em que se apoia em mecanismos vinculados ao acesso ao direito (ainda que como mercadoria). Uma possibilidade é que essa autonomização do direito como mercadoria permita que tal forma política rentista continue se movendo sem democracia, em relação direta com o capital.

No momento, vale o aprofundamento nas questões colocadas nesta tese, que tenta avaliar o período precedente e que termina numa conjuntura absolutamente instável, promovida justamente por inúmeras questões levantadas aqui. Adianto que o pessimismo que transparece no trabalho é necessário num momento de “negação bruta” (SAFATLE: 2017) em que vivemos, mas não para nos paralisarmos. Sem luto não é possível o início de uma nova fase de lutas, que permanecerão como motor da história.

1 De trabalhador a cidadão

Figura 2 (verso): Construção da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara, Jandira-SP, 2009.

Fonte: Arquivo da Usina, 2009.

Capítulo 1.1 A Comuna Urbana Dom Hélder Câmara - MST (2007-2012)

Mapa 1: Localização da Favela Vila Esperança (A), da Ocupação do Alvorada (B), do terreno alugado da Rua Nicolau Mayevsky (C) e da Comuna Urbana definitiva (D).

Fonte: Elaborado a partir de imagem do Google Maps.

Entre os anos de 2006 e 2012, junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST-SP), na cidade de Jandira-SP (Grande São Paulo), foi construído o primeiro empreendimento urbano do MST, denominado Comuna Urbana Dom Hélder Câmara, com 128 unidades habitacionais, uma creche, uma padaria, anfiteatro, quadra (em andamento), praças e áreas de geração de renda. Na qualidade de arquiteta junto à assessoria técnica Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, a pesquisadora esteve presente desde a etapa de projeto participativo até a mudança definitiva das famílias, acompanhando a obra autogerida e realizada de maneira híbrida em diversas modalidades de construção.

Tal processo é emblemático para a compreensão da crise, dentro do espectro dos movimentos populares, das estratégias políticas construídas no âmbito da redemocratização dentro do tema da Reforma Urbana. Tomam-se como linha condutora desta investigação os significados atribuídos ao trabalho coletivo no processo de formação política da base, tendo em vista os pressupostos da Educação Popular e as transfigurações por quais ela passa ao se defrontar com uma organização sem experiência na questão urbana e, ainda, considerando grandes mudanças na dinâmica social nos últimos 30 anos. A transição do rural ao urbano (do MST e do país) é acompanhada de perto pela conformação em larga escala de uma nova subjetividade política forjada pela inclusão social por meio do trabalho formal precário e das benesses dos programas públicos e do crédito – deslocando substancialmente o sujeito político trabalhador para o consumidor.

Tal sujeito, também conformado pelo espaço vivido de uma periferia diversa daquela da década de 1980, é inserido, pelo movimento, numa proposta de Comuna baseada no trabalho cooperativado, no espaço comum e na propriedade coletiva. Há, aparentemente de maneira contraditória, um embate histórico emblemático no encontro destas propostas com

aquele sujeito forjado por outro cotidiano na periferia. Há um deslocamento semântico da noção de *educação popular por meio do trabalho coletivo* para um universo forjado por três determinantes principais: a *produtividade*, a *precariedade* e o *empreendedorismo*.

1.1.1 Projetando uma Comuna

Os novos desafios do MST nos anos 2000

Para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), os anos 2000 significaram o grande desafio da sua consolidação nacional e internacionalização, conformando o que é ainda hoje o maior movimento popular da América Latina⁷. No estratégico Estado de São Paulo, foram anos fundamentais para a aproximação de grandes centros urbanos, principalmente Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo, além da construção da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) entre 2000 e 2005, em Guararema (localizada a cerca de 80Km da capital). Este momento foi também aquele no qual o movimento delimitou mais claramente seu papel político para além da pauta da Reforma Agrária, propondo-se a fomentar um projeto de desenvolvimento popular para o país, formar lideranças a partir de determinada interpretação acadêmica da história nacional e instalar as bases de uma organização política. Estas ações se concretizaram na criação da organização política Consulta Popular após a Marcha Popular pelo Brasil (1999) e de seu Projeto Popular para o Brasil (consolidado no livro “A Opção Brasileira”, de 1998), além da Editora Expressão Popular (1999). Ainda nesta conjuntura, é lançado em 2003 o jornal Brasil de Fato, veículo de mídia que procurava alcançar setores populares e da classe média identificada com a esquerda e que participava ativamente dos Fóruns Sociais Mundiais. Tal ascensão (e ápice político) do MST expressa claramente a conjuntura do país nos anos imediatamente anteriores à vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 nas eleições federais.

A Regional Grande São Paulo (MST-RGSP) sintetizou neste período as fraturas mais prementes da expansão do movimento e das grandes mudanças da conjuntura nacional que impunham transformações internas nem sempre bem absorvidas pela direção nacional. A principal delas: a entrada na luta urbana. A primeira expressão desta aproximação se deu em 1997, com a fundação do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) em São Paulo, fruto da saída de militantes do próprio MST que foram para a cidade (este tema será retomado no Capítulo 3.1). Porém a pressão da conjuntura continuou e, mesmo na luta pela reforma agrária, o sujeito político que formava a base do movimento já era urbano, e nem sempre da

⁷ Segundo o site do MST (movimento fundado em 1984): “Após dezesseis anos de existência, o MST já tinha atuação em 23 estados, 1,5 milhão de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos. Foram construídas associações de produção, comercialização e serviços, além de cooperativas associadas e de agroindustrialização. No setor de educação no ano 2000 o MST já contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professores em escolas onde se desenvolve uma pedagogia específica para o campo” (Fonte: < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/00-04> > acessado em 20 de junho de 2017).

periferia⁸. Estas questões faziam com que tal Regional enfrentasse, necessariamente, outros e novos desafios, que se mostraram decisivos nos anos seguintes. Por este mesmo motivo, tal Regional sempre foi alijada do MST seja Estadual ou Nacional, configurando-se quase como dissidência no que concerne às diretrizes do movimento⁹. Assim, a experiência da Comuna Urbana aqui relatada sempre deve ser posta em articulação tensa com o MST: se em alguns momentos e posicionamentos se mostra mais próxima, em outros se afasta, fato relevante para esta tese na medida em que demonstra o caráter de transição que ela representa num contexto mais amplo das lutas populares.

Não casualmente contribui com esta conjuntura a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal em 2003, fato que transmutou a relação do MST com o poder público, suas políticas sociais e, portanto, a correlação de forças. Durante os dois mandatos de Lula da Silva (até 2010) o movimento passou por grandes transformações, ampliando seu escopo para muito além de seu caráter de luta direta pela Reforma Agrária e se configurando como um dos principais movimentos populares de apoio *político* ao governo, com novas frentes (como indicado acima) e com novas alianças de classes, acompanhando a dinâmica do próprio governo federal.

Embora quantitativamente pequena, a saída de militantes em 2011 foi significativa simbolicamente¹⁰ na medida em que indicavam um questionamento que já se fazia sentir socialmente para além das organizações populares, e que soma nas Jornadas de Junho de 2013, configurando outro patamar para a luta de classes no país. Podemos considerar aqui, a título de hipótese, que este ano de 2011, início do mandato de Dilma Rousseff, marca a consolidação da crítica ao Projeto Democrático Popular (PDP) que guiou as forças de esquerda do país a partir da democratização, tendo em vista também a grande produção bibliográfica neste sentido¹¹. Esse período marca o aparecimento de inúmeras novas organizações políticas que não se identificam mais com aquela tradição que deu origem ao PT, CUT e MST. Segundo documento que justificava a saída daqueles militantes:

“É preciso considerar que vem se conformando uma ampla aliança política, consolidando um consenso que envolve as principais centrais sindicais e partidos políticos, MST, MTD¹², Via Campesina, Consulta Popular, em torno de um projeto de desenvolvimento

⁸ No Assentamento Dom Tomás Balduino, em Franco da Rocha, por exemplo, as famílias eram oriundas, principalmente, do centro da capital, em sua maioria moradores de rua soropositivos agrupados através da Fraternidade Povo da Rua, entidade ligada à Igreja Católica e à Pastoral da Moradia. A consolidação deste assentamento mereceria um capítulo à parte, pois ali se expressaram com grande violência as contradições de uma “volta ao campo” artificial, que reproduziu em larga escala a precariedade e desestruturação social e política vividas no urbano.

⁹ De acordo com entrevista de uma ex-liderança que não quis ser identificada.

¹⁰ Em novembro de 2011 foi lançada publicamente a “Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas”, assinada por 51 militantes (por isso a denominação popular de “Carta dos 51”) que fazia importante avaliação da conjuntura de crise de tradicionais movimentos populares que conformavam importante base de sustentação do lulismo. Tal carta está na íntegra em < <http://passapalavra.info/2011/11/48866> > acessado em 20 de junho de 2017.

¹¹ Entre 2011 e 2013 são lançados diversos títulos de avaliação da gestão petista, com destaque para os debates acerca do que se denominou “Lulismo” e “neodesenvolvimentismo”. Entre os autores, podemos elencar Emir Sader, André Singer, Ruy Braga, Luiz Werneck Vianna, Lincoln Secco, Francisco de Oliveira, Mauro Luis Iasi, Tales Ab’Saber, Leda Paulani, Paulo Arantes, Jessé Souza, Márcio Pochmann, entre outros. Este assunto será tema específico do Capítulo 3.3.

¹² Movimento dos Trabalhadores Desempregados, movimento criado entre 2003 e 2004, originário do Rio Grande do Sul e que se nacionalizou rapidamente de maneira colada ao MST. Sua criação indica justamente a premência

para o Brasil, subordinado às linhas políticas do Governo, conformando assim uma esquerda pró-capital” (CARTA DOS 51).

A Comuna Urbana Dom Hélder Câmara em Jandira-SP (Região Metropolitana de São Paulo), primeira atuação urbana do MST, teve um ciclo entre sua idealização e a mudança das famílias para as suas habitações definitivas entre 2006 e 2012. Portanto, é uma experiência que sintetiza bem este processo de transição e diz muito sobre a situação atual das forças políticas do país. Nela, fica muito claro o encontro do *projeto* Democrático Popular com a *realidade* popular própria do período analisado também em âmbito federal. Para além disso, ela também explicita uma conjuntura que não dá mais resposta à “aplicação” de projetos formulados fora da sua dinâmica e historicidade próprias, situação que acaba criando uma realidade disjuntiva entre forma e conteúdo.

Esse tipo de formulação parece típico de momentos de crise política, quando ainda não há estratégias e projetos adequados para se lidar com uma realidade concreta em transformação. No entanto, o MST se adequou durante este período, expressando elementos significativos da nova fase de pactuação política do país. Segundo João Bernardo¹³ (BERNARDO: 2012), há uma “mutação decisiva”, que equivale a um “segundo nascimento” do movimento, que é a adesão à agroecologia nos anos 2000, em contraposição a uma primeira fase que apostava na coletivização do trabalho por meio da “administração de empresas autogestionárias, de tipo grande, de produção social de bens e de serviços, sem cercas internas a fim de poder usar racionalmente a maquinaria, o progresso técnico que o nível das forças produtivas exigir” (Clodomir Moraes¹⁴ In BERNARDO: 2012). Segundo o autor:

“A apologia da agricultura familiar e a agroecologia surgiram no MST sobre os escombros do cooperativismo e da produção coletiva. (...) O MST deixou de privilegiar a formação das cooperativas de tipo superior e passou a apresentar como cooperação também as formas tradicionais de entreajuda episódica, que não pautam o conjunto dos processos de trabalho. Foi a partir de então que a direção do MST deu prioridade às cooperativas de prestação de serviços. É certo que estas formas rudimentares de cooperação poderiam constituir um patamar que ajudasse a atingir gradualmente formas mais desenvolvidas. Mas uma ascensão deste tipo ficou bloqueada pela adoção da agroecologia como tecnologia de cultivo, porque a agroecologia se confundiu aqui com o quadro da economia familiar e permanece nesse quadro. Bastaria esta gênese histórica para caracterizar as funções sociais e políticas da agroecologia” (BERNARDO: 2012).

Isabel Loureiro segue a análise:

“Segundo alguns críticos à esquerda, a perda de radicalidade do MST estaria sintetizada na nova palavra de ordem de ‘Reforma Agrária Popular’ – substituindo a ‘Reforma Agrária Clássica’ em que o Estado democratizava a propriedade da terra –, lema do Programa

das lutas urbanas para este último, que não tinham espaço dentro de suas pautas e características. Diferente do MTST, o MTD permaneceu sempre próximo ao MST, como “braço urbano”, mas com muita dificuldade de atuação fora da região sul do país.

¹³ “João Bernardo Maia Viegas Soares (Porto, 1946) é um militante político português e escritor / ensaísta autodidata. Tem se dedicado à pesquisa em torno da crítica ao capitalismo, tais como o fascismo e seus desenvolvimentos contemporâneos; da formação do capitalismo a partir do desenvolvimento do regime senhorial da Idade Média; do sindicalismo; da teoria e da prática da administração; da teoria do Estado; da exploração do trabalho e dos métodos de organização do trabalho; e da história do movimento operário” (Fonte: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Bernardo> acessado em 30 de janeiro de 2018).

¹⁴ Clodomir Santos de Moraes, pernambucano, foi militante das Ligas Camponesas e, durante o período ditatorial brasileiro passou por diversos países da América Latina, já como professor, formado no Chile. No retorno ao Brasil, permanece próximo ao MST.

Agrário do MST adotado no VI Congresso Nacional (fevereiro de 2014), e que tem por eixo a 'produção agroecológica e cooperativada como forma de viabilização dos assentamentos' (CORRÊA: 2015). A adoção da agroecologia representaria uma espécie de diversionismo encobridor do processo de acomodação ao (neo) desenvolvimentismo por parte do movimento, que em vez de adotar a pauta anticapitalista da luta contra a concentração fundiária estaria se limitando a reivindicar a inclusão social e econômica dos camponeses pobres assentados" (LOUREIRO: 2016, 142).

Desta maneira, para se entender o processo de construção da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara é necessário passar pela conformação do MST neste período dos anos 2000, no qual sua ascensão, em paralelo a do PT, fez tencionar os níveis internos de contradições. Do ponto de vista das hipóteses desta tese, o projeto e a consolidação das Comunas (da Terra e Urbana) precisam ser avaliados enquanto *produção do espaço*, pois aí pode ser encontrada sua síntese política – no momento preciso do encontro entre o concreto e a formulação teórica. Por meio da narrativa do processo desde este ponto de vista, será realizado o primeiro movimento da tese, no qual se perceberá a transformação histórica do *caráter do trabalho como centralidade na formação política da classe trabalhadora*.

Da Favela Vila Esperança à Comuna Urbana

O MST se fez presente em São Paulo no início dos anos 2000 na aproximação com os centros urbanos por meio das Comunas da Terra¹⁵. De acordo com entrevistas realizadas junto ao movimento¹⁶, o interesse naquele momento (com presença marcante de militantes universitários) era a *organização popular*. Neste sentido, havia muitos núcleos de base e as ocupações eram sínteses da ação política de diversos núcleos (cultura, jovens, etc.). A questão urbana era premente, porém não se usava o termo Reforma Urbana pelo seu desgaste histórico¹⁷, utilizando o conceito de Comuna – *que abarcava mais do que um projeto territorial, mas um programa político para as cidades*.

O projeto das Comunas da Terra¹⁸ parte de um modelo de integração entre trabalho, organização política, sociabilidade e territorialidade, próprio para a aproximação do MST dos grandes centros urbanos. Tal proposta foi formalizada por Delwek Matheus (2003), liderança paulista do MST, e focava na remodelação da concepção do assentamento de reforma agrária do movimento:

"A proposta consiste em organizar núcleos de economia camponesa próximos aos grandes centros urbanos, com um primeiro objetivo de massificar a Reforma Agrária, ou seja, possibilitar o acesso à terra para essa população que no passado veio do campo para as grandes cidades, que percorreu um longo caminho no processo de migração, saindo dos seus

¹⁵ Até a Comuna Urbana, em 2006, a Regional Grande São Paulo do MST contava com 3 Comunas da Terra: Irmã Alberta (Perus, zona norte de São Paulo), Dom Pedro Casaldáglia (Cajamar) e Dom Tomás Balduino (Franco da Rocha).

¹⁶ Grande parte das entrevistas foram feitas por Sandro Barbosa de Oliveira em 2013 por conta de sua dissertação de mestrado (OLIVEIRA: 2013). Agradeço ao pesquisador pela disponibilização das mesmas. Alguns entrevistados não autorizaram citações de falas diretas e, por conta disso, seu conteúdo será colocado no texto de maneira indireta.

¹⁷ Esta afirmação foi feita por uma ex-liderança em entrevista, que não quis se identificar.

¹⁸ Para maior aprofundamento no tema, ver GOLDFARB: 2007.

Estados de origem, indo para outras regiões do país à procura de oportunidade de trabalho no campo e acaba nas grandes cidades. (...) a proposta cumpriria um processo de 'recampesinação' da população brasileira através da Reforma Agrária" (MATHEUS: 2003, 42).

Na mediação entre campo e cidade, as Comunas da Terra se propunham a sanar os problemas de ambos, mantendo seus benefícios:

"Sem dúvida nenhuma, essa proposta também ajudará de forma direta a solucionar os problemas urbanos, a questão da violência, da falta de trabalho e renda, da falta de espaços para organizar a moradia e da falta de espaço para as atividades sociais e culturais, problemas esses, que não se revolverão se parte da população não sair para outro local, porque a questão é lógica: falta espaço para viver. Proporcionar a possibilidade concreta de um espaço, formar uma comunidade de economia camponesa, um território que as pessoas possam morar, trabalhar, ter alimentação garantida com possibilidade de renda, com espaços garantidos para atividades sociais e culturais e ainda mais em contato com a terra e a natureza, certamente é o sonho de muitas pessoas. O importante é que esses núcleos permitirão a convivência e o desenvolvimento social, por estarem próximos e organizados, facilitando o planejamento na educação, saúde, esporte, lazer e cultura e também na moradia, como por exemplo, a questão do saneamento básico" (Idem, 43).

As Comunas da Terra se estruturariam a partir de cinco elementos fundamentais:

1. O vínculo dos assentados com o trabalho e a produção: a partir da perspectiva da relação ontológica do homem com o trabalho ("O trabalho dignifica o homem" (Ibidem, 45)), a proposta contemplaria a unidade entre trabalho no campo e no desenvolvimento social e cultural, além de manufatureiro (beneficiamento dos produtos primários);
2. A propriedade coletiva da terra: que seria concedida e não vendida ou arrendada, sendo dividida entre lotes de moradia e lotes de produção coletiva;
3. Uma nova matriz de produção (a Agroecologia), que envolve um novo modelo tecnológico que também necessita de uma relação específica com a produção de conhecimento popular e formal, numa nova relação com as universidades e com o Estado;
4. A cooperação e solidariedade em todas as faces da vida: cooperativismo, socialização dos meios de produção, compromisso com a democracia e a participação, construção do "novo homem e da nova mulher";
5. O desenvolvimento sócio-cultural: promover a nucleação das famílias de maneira urbanizada, com infraestrutura, serviços públicos e comunitários, lazer e cultura, além de proximidade de vizinhança (núcleos de 50 a 60 famílias).

Desta maneira, a formulação das Comunas da Terra retoma um modelo de construção de núcleos de resistência ao padrão hegemônico de desenvolvimento – como foram, no Brasil, Canudos, Contestado e os quilombos –, cuja materialidade como estrutura urbana isolada é expressão da necessidade de se proteger da dominação externa, mas também da construção *concreta* de outro modo de vida, de sua produção e reprodução¹⁹. A

¹⁹ Uma referência possível também para a proposta das Comunas da Terra são as Cidades Jardim, de Ebenezer Howard, do final do século XIX, clássico do socialismo utópico inglês. Apresentando a questão como uma unanimidade entre tendências ideológicas distintas numa síntese reformista de caráter "forte", a Cidade Jardim é a "terceira via", "que assegura a combinação perfeita de todas as vantagens da mais intensa e ativa vida urbana com toda a beleza e os prazeres do campo, na mais perfeita harmonia" (HOWARD: 1996 [1898], 108). Ambas as propostas se colocam dentro da perspectiva da síntese entre campo e cidade, partindo do princípio da migração dos

forma urbana, desta maneira, aparece como uma *contra-cidade*, na medida em que tem determinações de origem e manutenção diversas do modelo hegemônico – pautadas diretamente por seu valor de uso, legado às necessidades daquela população. Diferente, no entanto, dos exemplos acima citados, as Comunas da Terra já nascem de uma pré-formulação programática carregando, enquanto projeto, uma dimensão utópica que é intrínseca tanto à arquitetura quanto à determinada *forma política*, quando está ligada à construção de certa racionalidade das relações humanas que levaria à previsibilidade, harmonia e “justiça social”.

Tal projeção utopista dava-se por meio também da relação com a Igreja Católica e suas pastorais, da maneira tradicional de dinâmica entre estas organizações populares que vinha desde a década de 1970. A aproximação do MST com a comunidade de Jandira aconteceu por estes laços: oriunda de uma favela na beira dos trilhos do trem, denominada de Vila Esperança (desde 2000), a comunidade já experimentava laços coletivos por meio da instalação de uma creche administrada e mantida pela Cáritas São Francisco, capitaneada pelo Padre João Carlos, ligado à Teologia da Libertação e à Pastoral da Terra. Na eminência da reintegração de posse exigida pela CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), no final de 2005, o padre propôs uma saída coletiva: que as pessoas depositassem o “cheque-despejo”²⁰ numa conta da Cáritas, para dar entrada na compra de um terreno coletivamente; e que saíssem juntas para ocupar outra área, porém dentro de uma perspectiva de construção de um projeto de vida comum.

Figura 3: Despejo da Favela Vila Esperança

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH (2006).

Foram cerca de 100 famílias que aceitaram a proposta (das 250 cadastradas na favela), enquanto outras se dispersaram e ainda um terceiro grupo confiou na “fila da CDHU”²¹. O que estava colocado como disputa, em realidade, era algo que permearia toda a história da Comuna Urbana: a disputa de poder entre o crime organizado, a igreja e o movimento popular. Esta terceira força social ainda não estava colocada no momento do

grandes centros urbanos, num processo de *ruralização* ou “*recampesinação*” como coloca Matheus, porém mantendo a chave urbana. O título original do livro é sugestivo: “Amanhã: um caminho pacífico para a verdadeira reforma”.

²⁰ Cheque dado pela CPTM, a título de “solução habitacional”, de cerca de R\$2mil. Esta denominação de “cheque despejo” é usualmente usada na periferia para este tipo de procedimento bastante utilizado pelo poder público, que normalmente se refere aos custos de retorno à cidade de origem do (pretensamente) migrante.

²¹ Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, ligada ao Estado de São Paulo. Ela é responsável por administrar o cadastro de famílias despejadas no Estado, que têm prioridade de atendimento na sua produção habitacional.

despejo. Porém, a dualidade das outras duas configurou a cisão da favela: aqueles que seguiram com o padre o faziam pela simples contraposição à violência cotidiana sofrida pelo “mundo do crime”²². As lideranças deste último grupo, após o despejo, se viram isoladas e sem o controle do território, que era seu poder no primeiro momento. Assim, permaneceram junto a um grupo desconexo de famílias não necessariamente ligadas a elas, mas seguramente muito fragilizadas socialmente e desconfiadas da saída proposta pela igreja, de um comunitarismo extemporâneo. Esse grupo (heterogêneo e desorganizado) se fixou nas bordas, *do lado de fora dos muros* que delimitavam fisicamente o edifício abandonado que foi ocupado pelas famílias ligadas ao padre, em dezembro de 2005, ainda em fase de construção de um seminário de Padres Salesianos.

Figura 4: Seminário Salesiano no Jardim Alvorada (dezembro de 2006)

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH (2006).

Tal edifício trazia um desenho que conformava um imenso pátio central, que foi marcante na socialização e organização das famílias durante o ano que permaneceram ali, além de contar com um grande auditório, usado nas constantes assembleias – uma prática nova para aquela população, que antes vivia em meio ao “individualismo desesperado”²³. Ele foi projetado por Joaquim Guedes, arquiteto expoente do modernismo paulista, e não foi concluído, permanecendo sua estrutura em ruínas. Simbolicamente a situação da ocupação do edifício era bastante forte: ali ficava expresso o encontro direto entre o projeto moderno e o “atraso”, expresso pela precariedade da realidade da população que ali ocupava o espaço também como resistência política contra tais desigualdades. Ou seja, expressava-se ali a condição estrutural brasileira de dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, que as Teorias da Dependência se detiveram durante as décadas de 1960 e 1970 (ver FRANK: 1967; MARINI: 2005 [1973] e 2017 [1969]; OLIVEIRA: 2003 [1972]; FERRO: 2006a [1969]). O tema será desenvolvido no Capítulo 1.2.

Para a ocupação deste edifício o Padre João Carlos chamou primeiramente o MTST, braço urbano do MST, que atuava nas cidades. No entanto, o movimento não pode acompanhar o caso, pois estava naquele momento com toda a militância voltada para as

²² A expressão é de Gabriel Feltran (2011), para quem não é possível separar os diversos crimes que envolvem a rede ligada ao narcotráfico nas periferias, que conformam uma determinada sociabilidade que envolve, inclusive, aqueles que não fazem parte direta dela.

²³ Expressão utilizada pelo Padre João Carlos, em entrevista a Sandro Barbosa, em 29 de dezembro de 2012. A citação completa onde ela se encontra está adiante, neste mesmo capítulo.

Ocupações João Cândido e Chico Mendes (situação que será analisada na Parte 3). O MST foi então procurado, pois os objetivos de organização popular do padre se aproximavam daqueles do movimento, que tinha grande experiência de ocupação de terra. Os laços também se davam por meio de jovens tutelados pelo padre, que já participavam do movimento e formaram base da demanda por moradia da comunidade – cumprindo um importante papel de mediação entre a igreja e o movimento, que teve inúmeras fases de acertos e desacertos. A bandeira do MST foi hasteada após a entrada no edifício e, portanto, as famílias tiveram uma grande surpresa. Esta relação com o movimento, que começa desta maneira truncada, sempre marcará a história da comunidade, que se constituiu de maneira externa ao MST e que consolidará a relação de maneira muito tensa, quase como uma prestação mútua de serviços entre a base e o movimento popular. Não foram poucos os momentos em que ouvia-se a frase “vamos ver o que eles têm a oferecer para nós”.

Neste ano de consolidação da “Comuna” no edifício dos Salesianos²⁴ (entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006), o que o movimento “teve a oferecer” foi a negociação com duas forças sociais extremamente relevantes para a população periférica, dado o grau de violência normalmente estabelecido com elas²⁵: o crime organizado e o Estado. Nas entrevistas com moradores sobre a Vila Esperança, são sempre dois elementos que aparecem para expor as péssimas condições de vida dali: a violência do crime (que decretava toque de recolher e mantinha um cotidiano de homicídios dentro do espaço da favela, além de ser responsável pela entrada da polícia e seus tiroteios, execuções, torturas, roubos, estelionato, etc.); e as enchentes, fato que expressa a violência típica da espoliação urbana mantida pelo Estado brasileiro, particularmente na moradia. Mediada pela autoridade *socialmente* estabelecida da igreja (em particular da Cáritas), a presença *política* do MST era fundamental para articular tais forças sociais.

A tarefa não era simples. A articulação política com o Estado envolvia o dado imediato de uma ocupação de propriedade privada no âmbito local e a falta de programas robustos ou adequados de habitação para a situação em âmbito estadual ou federal. Na prática, a relação se deu por meio de ligações pessoais (mediadas pela Cáritas e pelo MST) construídas historicamente com o PT: a gestão municipal petista tinha quadros formados pelo padre João Carlos²⁶, e foi endereçada uma carta diretamente ao presidente Lula para a viabilização da compra do terreno e sua urbanização. No campo da negociação com o mundo do crime, a relação já se dava por meio da absorção das crianças destas famílias na creche organizada pela Cáritas na Vila Esperança e, depois da saída da favela, a premência da necessidade imediata de moradia. Deste modo, a Comuna Urbana nasce a partir de um projeto de vida em comum, que excluía de sua comunidade aqueles que não compartilhassem suas regras, mas sem apartar de antemão aqueles que, no período anterior, foram responsáveis pela violência cotidiana. Forma-se algo de extrema força social: uma rearticulação do poder em torno da vida em comum, inaugurando um espaço político interno (como organização

²⁴ Por conta do nome do bairro, este edifício é identificado na história da comunidade como o “Alvorada” – significativo também como início da ideia de Comuna.

²⁵ Novamente, a referência é o trabalho de Gabriel Feltran (2011) para a compreensão dos nexos entre tais forças sociais na periferia, articulando violência e espaço político.

²⁶ O próprio prefeito, Paulo Bururu Henrique Barjud (PT), além da Secretária de Habitação (Maura Soares) e um vereador (“Zezinho do PT”) foram, quando adolescentes, do núcleo de militância católica do Padre João Carlos.

popular) e externo (na organização pública oficial) que legitima vozes antes abafadas por sua situação de exclusão.

O depoimento da principal liderança do grupo que, no início da ocupação, ficou apartado da comunidade, montando barracos do lado externo do edifício (por não terem aceitado de imediato a proposta do Padre João Carlos), elucida muito destas relações, que serão fundamentais para se compreender o processo histórico da Comuna Urbana:

“Só que tinha quartos dentro e quartos fora. As famílias que não aceitaram a associação²⁷ acabaram no final indo para a associação. Por quê? Por que a associação que montaram priorizou o prédio. E eu, que acreditava muito no poder público, acabei indo pro CDHU. Só que eu vou pra onde se não vai um prefeito, um vereador, fazer o meu cadastro habitacional para me pagar meu aluguel social? Eu vou também. Então nos alojamos aqui fora. Tivemos muita dificuldade, inclusive porque a associação tinha o apoio da Cáritas e nós não. Diziam: ‘vocês querem ser individualistas, então sofram as consequências’. E nós sofremos”.

“(...) E aí levanta-se uma bandeira do MST. O que a mídia mostra do MST? Nada de bom. (...) E eu acreditava nisso. E daí quando colocou um regimento interno na minha porta, foi briga! Eu disse que não era da associação, era da CDHU. Mas, por eu estar no espaço que eles ocuparam... aqui foi feito uma ocupação, teve organização, alguém organizou, estava ali numa linha de frente para se fazer uma reunião. Nós do CDHU não tinha história de ‘reunião’. Só que eles estavam adiantados, tinham a faca e o queijo na mão porque eram cadastrados da associação, e nós do CDHU. Quando a prefeitura vinha, era com eles que lidavam. Então nós entendemos. Então teve uma eleição para uma coordenação que representasse estas famílias da CDHU”.

“(...) No começo, o MST queria entrosamento com as famílias da CDHU. Eles queriam puxar aquelas famílias pro lado deles para mostrar que o trabalho que eles estavam querendo fazer ali não era trabalho de individualista. O individualismo ficou lá na favela, onde cada um cuidava de si. Não tinha essa de que faltou um leite ia lá pegar na minha casa. Faltou um leite, espera o dia clarear e se vira. Lá não. Lá teve organização e, se o problema é seu, é de todo mundo. Só que todo mundo teve problema para aceitar. Nós do CDHU sempre tivemos dificuldade, porque eles não acreditavam que nós queríamos juntar. Achavam que apenas queríamos informações referentes à criação da associação. Quando as famílias viram que era ‘a Patrícia’²⁸ que era a representante das famílias do CDHU, aí o bicho pegou²⁹. Eu nunca aceitei aquele regimento interno, nem as outras famílias. Tinham 65 famílias da associação, e nós éramos 120. Porém estávamos lá e começamos a participar. E eu só dava trabalho: tinha muita coisa que eu não aceitava. E o MST estava sempre nos apoiando... relaxando, né? Dizendo ‘deixa eles pensando do jeito deles... vai ser trabalho mesmo’. E tiveram muito trabalho com o pessoal do CDHU. Nossa trajetória era totalmente diferente, mas nem por isso deixamos de ser acolhidos. O MST nos acolheu e colocou na cabeça da gente... Fez com que a gente acreditasse que, se a gente se organizar, a gente consegue chegar. A gente conseguiu chegar até aqui. (...) Quando a gente começou a acreditar, nós nos unimos. A gente está junto para ver se vamos realmente conseguir... e eles também estão lutando. Não tinha nada certo ainda na associação, eram só pessoas que tinham se juntado, se organizado, estava tudo em aberto. Então não tínhamos nada a perder. Até porque não tinha ninguém da prefeitura que ia ver a gente. Foi quando a gente começou a se entender”³⁰.

²⁷ A entrevistada denomina aqui de “associação” o grupo que primeiramente se formou em torno do padre e do MST, que não tinha nenhum formato institucionalizado, mas que o prometia.

²⁸ Nome fictício.

²⁹ A entrevistada, desde a Vila Esperança, sempre foi polêmica e tinha laços importantes com o mundo do crime.

³⁰ Entrevista a Sandro Barbosa de Oliveira em 10 de janeiro de 2013.

Neste depoimento explicitam-se elementos fundamentais para a construção da hipótese desta tese. Articulam-se aqui as diversas formas pelas quais se consolidou o movimento pela redemocratização do país (PT, MST, Igreja Católica) com suas novas forças políticas e contradições advindas da conquista do Estado, bem como seu enfrentamento com a realidade das classes trabalhadoras numa periferia completamente transformada. Estas transformações se dão no nível da relação com o trabalho e com as consequências de uma urbanização de caráter dependente, cujo ponto nodal é a conformação de uma conjuntura na qual a precariedade é regra. Feltran (2011) caracteriza bem o contexto:

“As periferias de São Paulo têm sido palco de transformações intensas nas últimas décadas. Os pilares da dinâmica social de ocupação desses territórios – a migração, o trabalho fabril, a família operária, a teologia católica e a expectativa de mobilidade ascendente – se deslocaram radicalmente desde os anos 1970. De lá para cá, duas gerações nasceram e cresceram no mundo urbano. Esses novos habitantes da cidade já não são migrantes, como seus pais e avós, nem esperam ser operários; seus arranjos familiares, percursos de vida e modos de inscrição produtiva são hoje extremamente heterogêneos; entre eles a escolaridade, o acesso à infraestrutura urbana e à capacidade de consumo cresceram tão significativa quanto desigualmente. O pano de fundo sobre o qual esses sujeitos inscreveram suas trajetórias foi marcado, portanto, por paradoxos constitutivos: a consolidação da democracia formal foi coetânea à reestruturação produtiva; a ampliação do acesso ao crédito popular foi simultânea à limitação da contrapartida social ao assalariamento; o declínio da representatividade dos movimentos populares ocorreu enquanto crescia o acesso às políticas sociais; o trânsito religioso rumo ao pentecostalismo ocorreu junto à consolidação da infraestrutura urbana dos territórios de periferia e, finalmente, a emergência do mundo do crime – e do Primeiro Comando da Capital (PCC) – ocorreu ao mesmo tempo em que se sofisticavam as políticas de segurança em todo o país, e se ampliava o encarceramento em São Paulo” (FELTRAN: 2011, 2. Grifos acrescidos).

O depoimento de Patrícia demonstra muito bem o novo contexto da periferia que levanta Feltran, e a construção da Comuna Urbana trará ainda outros elementos. A conformação de Patrícia como sujeito político passa pelos tais “paradoxos constitutivos”: entre as relações com o mundo do crime e a crença no Estado provedor; entre a formação ideológica da mídia acerca do MST e o reconhecimento de uma organização popular ligada à sua classe social e aos seus interesses; o desolamento do reconhecimento do abandono estatal e da falácia democrática; entre a constituição social vinculada ao crime e a construção do cotidiano da família (ela teve muitos filhos), particularmente no que concerne ao seu papel feminino; a ascensão à coordenação política da comunidade em contradição com o “individualismo” ligado ao comércio de drogas, trazendo continuamente contradições internas entre produzir e desobedecer regras de convívio; a vivência com a sociabilidade de duas organizações completamente distintas (MST e PCC) e suas diversas relações com o aparato estatal e com a comunidade; a permanente dificuldade de lidar com sua face de mãe, mulher, coordenadora, trabalhadora legal e ilegal (mas sempre precária); enfim, um terreno extremamente movediço e instável, porém com uma busca constante de pertencimento que lhe trouxesse um grau mínimo de segurança social e voz política, que passou, com a consolidação crescente da Comuna, pela constituição coletiva de um projeto ligado à organização popular, em franco enfrentamento com uma realidade cada vez mais avessa a isso. Outros sujeitos políticos em construção movediça aparecerão ao longo deste relato.

Figura 5: Assentamento provisório da Comuna Urbana na Rua Nicolau Mayevsky (2007-2012).

Figura 6: Assentamento provisório da Comuna Urbana na Rua Nicolau Mayevsky (2007-2012). Parte de baixo, com o galpão de assembleias

Fontes: Arquivo da Usina-CTAH (2011).

Este período de ocupação do Seminário, no bairro do Alvorada, durou um ano, no qual os contatos institucionais da Cáritas e do MST renderam a compra de um terreno e os recursos para sua urbanização e construção de um equipamento comunitário pelo governo federal; o contrato de construção das casas com o FGTS, mediado pela Caixa Econômica Federal (CEF); e o aluguel, pago pela Prefeitura Municipal de Jandira (PMJ), de um terreno no qual se instalaram as famílias de maneira coletiva durante cerca de seis anos³¹ (de dezembro de 2006 a dezembro de 2012). A Comuna Urbana, embora ainda não no seu lugar definitivo, já começava aí: o espaço foi ordenado de maneira coletiva; a infraestrutura foi construída em mutirão (de maneira precária, com os famosos “gatos” nos quais se puxa energia e água da rede oficial); foi feito também um grande galpão de reuniões e cerimônias, usado cotidianamente como creche; além de um regulamento interno e formação de uma coordenação. Neste regulamento o mundo do crime foi normativamente afastado da comunidade, ação apoiada na prática social de incorporação de suas lideranças num outro tipo de organização e de pertencimento comunitário. Os antigos mantenedores da violência passaram a ser aqueles que a mantinham afastada da comunidade, por meio de seus contatos e ligações. Passaram a ter uma função (declarada em entrevistas de lideranças) de “ponte com a violência”, que nunca deixa os territórios periféricos e que, portanto, precisa ser constantemente negociada. Isso terá consequências adiante, quando tal equilíbrio de forças se desloca.

A organização da comunidade já havia começado a se dar mediada pela Cáritas na Vila Esperança, que fez núcleos por ruas da favela, que tinham coordenações que realizavam “mini-assembléias”, segundo o padre João Carlos. Ainda que muitas das lideranças destes núcleos fossem vinculadas ao mundo do crime, essa organização foi fundamental para o início da vida em comunidade, pois se tratavam das questões cotidianas. Este germe comunitário foi altamente centralizado pela figura do Padre João Carlos (antes da chegada do MST no Alvorada) cujo princípio organizativo baseava-se no comunitarismo cristão (de cultura católica), cujo coletivismo é ligado à *reprodução da vida no cotidiano*: a creche como lugar neutro de socialização das crianças se transforma num ponto de relacionamento dos diversos grupos da comunidade; sua cozinha industrial também reunia jovens (de fora da comunidade, mas que, por conta deste vínculo, depois se incorporaram à Comuna) para fazer pão e sopa distribuída gratuitamente. A *organização popular*, que depois encontra eco e força política com o MST, é baseada na construção de uma identidade de classe por meio do *compartilhamento do cotidiano* (crianças e alimentação) e do *trabalho coletivo*. Durante este ano no Alvorada, portanto, se constitui a Comuna Urbana por meio da rearticulação bem sucedida do poder: fundando o campo político da comunidade antes invisível, Cáritas e MST conseguem catalisar suas necessidades³² e dar vazão aos seus anseios.

Como se tratava de uma situação urbana, o MST fez adaptações do projeto das Comunas da Terra: para além do cotidiano de reprodução, focaram a identidade comunitária também por meio da produção de cultura popular – traço característico do movimento de

³¹ O terreno se localizava na Rua Nicolau Mayevsky, denominação que passou a ser corrente deste momento da Comuna.

³² Segundo Rancière, este é o momento da fundação da comunidade política, que consegue declarar, no espaço público, o *dano* sofrido socialmente (C.f. RANCIÈRE: 1996).

maneira geral, para o qual as chamadas “místicas”³³ são responsáveis pela criação de identidade política. Nesse âmbito, foi criada uma Escola de Samba chamada “Unidos da Lona Preta”, que congregava vários militantes e apoiadores³⁴ do movimento de toda a região, que se encontravam na Comuna Urbana – que se transformou no centro de encontro da Regional. Durante o carnaval, o bloco saía nas ruas do bairro e fazia a integração com os vizinhos. A cada ano eram compostos sambas-enredo para este dia, que tematizavam as lutas presentes e passadas dos trabalhadores, sendo também um veículo de formação política e cultural importante³⁵. Vale ressaltar que a “Unidos” também se inscrevia na relação contraditória e tensa entre o MST e a comunidade: a identidade política do movimento por meio do samba foi muitas vezes questionada, pois a referência cultural da maioria das famílias era baseada no forró. Assim, foi se criando uma situação na qual as festas e confraternizações – momentos importantes na identidade comunitária – eram fraturadas e não compartilhadas³⁶.

Figura 7: Desfiles da Unidos da Lona Preta

Fonte: Divulgação OnLine.

Além da “Unidos”, foi criado em conjunto com a Usina-CTAH um Núcleo Audiovisual, apoiado financeiramente pela Caixa Econômica Federal (CEF), que permitiu a compra de equipamentos para filmagem das atividades da Comuna (culturais, políticas ou da obra). Com estes equipamentos, foi montado um grupo de jovens que se formou neste campo, compondo uma narrativa própria de todo o processo. As imagens geradas serviam também para suscitar debates e avaliações durante a obra. Veremos adiante como se desenvolveu este projeto.

³³ As místicas são produções artísticas realizadas no início de toda atividade do MST (reuniões, assembleias, manifestações, congressos, etc.), que permitem a criação de pertencimento coletivo, inspiração e força para realizá-la como ação coletiva e direcionada politicamente. Também promove uma união anterior à atividade, pelas pessoas que realizarão a mística, que formam repertório cultural e político próprio ao movimento, além de responsabilidade na tarefa e experiência organizativa. São comuns encenações, cantos, danças, gritos de ordem, leituras, projeções multimídia, entre outros. A experiência da mística, como o próprio nome diz, se refere às ligações do MST com a prática das Comunidades Eclesiais de Base, fundadas na liturgia católica. No entanto, se afastam das missas por se direcionarem à criação de uma cultura popular, originada nas experiências de luta da classe trabalhadora.

³⁴ Entre eles, o grupo de rap A Família, o grupo Favela Atitude (das favelas Real Parque e Jardim Panorama na zona sul de São Paulo, que se uniram contra o Empreendimento Cidade Jardim, o maior complexo de luxo da capital), integrantes do Movimento Passe Livre (MPL), integrantes do coletivo cultural da zona leste Dolores Boca Aberta e integrantes da Fábrica Flaskô, fábrica ocupada localizada em Sumaré-SP (Ref. OLIVEIRA, S.B.: 2013).

³⁵ “A proposta inicial foi a de viabilizar a inserção e a formação da juventude por meio de atividades musicais, como estratégia de inserção em atividades orgânicas do MST que permitisse a politização e a organicidade dessa juventude junto ao movimento” (OLIVEIRA, S.B.: 2013, 212).

³⁶ Uma conversa que tive uma vez no canteiro de obras expressa bem esta situação. Reconstruindo o diálogo, que se deu quando terminamos de concretar a última laje: Eu: “precisamos fazer um samba nesse final de semana para comemorar!”, ao que fui respondida por um mutirante: “que samba o quê! Vamos fazer um forró, pois fomos nós que concretamos isso aqui, não o movimento!”.

A Comuna, portanto, vai conformando as formulações teóricas e políticas no *espaço*. Para fazer esta análise, será utilizado o arcabouço categórico de Henri Lefebvre, para o qual nos auxilia Sandro Barbosa de Oliveira, também analisando a Comuna Urbana, para quem as

“noções lefebvrianas de espaço percebido (l’espace perçu), [correspondem] à prática espacial de uma sociedade que deixa em segredo seu espaço, e que se descobre decifrando o espaço percebido na realidade cotidiana e urbana, que se assegura mediante a continuidade de uma relativa coesão ao demonstrar que se diferenciam conforme os conjuntos espaciais próprios de cada formação social; espaço concebido (l’espace conçu), que diz respeito as representações do espaço e se refere ao espaço dos acadêmicos, cientistas, planejadores, urbanistas e tecnocratas – espaço dominante numa sociedade (modo de produção); e espaço vivido (l’espace vécu), que se refere ao espaço das representações, como um espaço dos habitantes e dos usuários, que procuram se apropriar do espaço pelas imagens e símbolos que os acompanham, mas também envolve certos artistas, escritores e filósofos. Trata-se para Lefebvre do espaço dominado, submetido, que a imaginação tenta modificar e apropriar. Esse espaço percebido engloba os dois espaços anteriores ao emergir do lado clandestino da vida social de maneira a contestar criativamente as práticas espaciais dominantes” (OLIVEIRA, S.B.: 2013, 125-26. Grifos no original).

Assim, a cada *espaço vivido* coletivamente (que traz a dimensão do cotidiano e do uso do espaço), a Comuna foi se constituindo, agregando sempre novos usos, advindos das necessidades sociais crescentes, que puderam aparecer e se concretizar apenas pela abertura do campo político realizado pela Cáritas e pelo MST. Assim, da creche da Vila Esperança se agregaram no Alvorada o espaço de reuniões (um antigo auditório dentro do Seminário), o campo de futebol, a grande praça de festas; e depois, na Nicolau Mayevsky, espaços de geração de renda (costureiras) e equipamentos (sala de computadores). Com a conquista do terreno e do financiamento habitacional, o MST chamou a Usina-CTAH, que já realizava o acompanhamento das obras da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino em Franco da Rocha. Os técnicos, dentro da concepção política na qual inserem a arquitetura, passam a dar voz, contornos e materialidade ao *espaço percebido* pela comunidade, com vistas a consolidarem um *espaço concebido* (aquele que seria projetado dentro do financiamento habitacional) de maneira contra-hegemônica, pois baseado não em concepções abstratas do espaço (vinculadas no seu caráter interno ao modo de produção vigente), mas na prática espacial e no princípio organizativo daquela comunidade.

“A apropriação do espaço torna-se possível quando há participação em sua concepção. Referenciando-se em Lefebvre (2006), “a lei do espaço está no espaço e não se resolve numa relação falsamente clara, “dentro-fora”, o que é tão-somente uma representação do espaço”. Por isso, concebida ao longo do período de ocupação do Edifício dos Salesianos e no alojamento do terreno na rua Nicolau Maesvsky, o projeto da Comuna nasceu da vivência cotidiana em meio às atividades culturais, educativas, políticas e religiosas que ocorreram nesta estadia. Em busca da alvorada na cidade de Jandira, foi durante um ano de ocupação que houve aprendizados coletivos que permitiu desenvolver novas necessidades para estes trabalhadores. Ao se instalar em ambiente improvisado, esses trabalhadores pauperizados se organizaram para resistir e viver durante um período ali. Dessa vivência e cotidianidade foi acontecendo formas de ocupação e usos dos espaços que permitiram se chegar ao projeto e, através do sincretismo entre a comunhão do Pe. João Carlos, o comunitarismo dos moradores da favela, a organização política de viés comunista do MST e a proposição pedagógico-libertária, arquitetônica e urbanística da Usina, nasceu a Comuna” (Idem, 125. Grifos acrescidos).

A Comuna Urbana precisava, por fim, ser desenhada enquanto cidade *dos trabalhadores*, ou melhor, *daqueles trabalhadores*, na sua especificidade. Este momento faz parte, portanto, da construção da organização popular, pois *con-forma* a Comuna não como modelo de *re-forma* urbana, mas como elemento dinâmico da consolidação de determinada *forma* urbana, materialização de uma práxis inscrita historicamente e vinculada a um projeto de cidade que é, necessariamente, um projeto político. Aqui, a construção de consciência de classe não se separa da construção da cidade, ambas frutos do movimento histórico da práxis dos trabalhadores.

O projeto arquitetônico e urbanístico da Comuna Urbana

“O movimento de formação, de gestação da forma, é também movimento de elaboração progressiva do conteúdo. Forma é exteriorização de conteúdo. E formação, germinação de conteúdo. O projeto de um coletivo autodeterminado tem que ser, e ser somente, o registro da projeção coletiva, da ação projetiva comum durante a qual forma e conteúdo se interdeterminam no movimento de sua ação recíproca” (Ferreira In: USINA: 2015, 26).

Durante o ano de ocupação do edifício dos Salesianos no Alvorada o MST e a Cáritas São Francisco se articularam junto ao poder público, como visto acima, para a construção do espaço definitivo da Comuna Urbana. Naquele momento (2006) o principal programa para a construção habitacional por iniciativa de comunidades era o Programa Crédito Solidário³⁷ (PCS) que, no entanto, constituía-se por financiamento habitacional, cujas parcelas eram inviáveis para a população. Esse limite sempre impediu que os financiamentos habitacionais fossem acessíveis às mais baixas faixas de renda, inferiores a três salários mínimos (SM), nas quais se concentra a maior parte do déficit habitacional. Outra opção – que foi a utilizada – era a Resolução 460/Operações Coletivas do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS), criada em dezembro de 2004 (com validade até 2008), em âmbito federal. Tal Resolução não era uma política habitacional – no sentido de considerar todas as etapas do processo, suas determinações, agentes e tempos, etc. –, mas apenas um financiamento, de caráter coletivo (acessível apenas em grupo), para famílias com renda mensal bruta de até R\$ 3.900,00 para unidades habitacionais de até R\$ 72.000,00. Seu grande diferencial – histórico, inclusive – era o alto subsídio (R\$ 14.000,00) para famílias com renda mensal de até R\$ 1.500,00. Era necessária contrapartida das famílias, de maneira inversamente proporcional a sua renda – uma novidade também.

No caso da Comuna Urbana, a média da contrapartida financeira (que cada família precisou adiantar antes das obras se iniciarem, de acordo com sua faixa de renda) foi de R\$ 2.000,00, somada à contrapartida em trabalho mutirante (que foi de cerca de R\$ 1.200,00). As duas características originadas nesta Resolução (subsídio e contrapartida inversamente proporcional à renda), além do desenho institucional do PCS, embasarão, mais tarde, o

³⁷ Este programa será aprofundado no Capítulo 3.2.

desenho do Programa Minha Casa Minha Vida³⁸ (PMCMV), na sua modalidade Entidades³⁹. Além do subsídio do FGTS e da contrapartida financeira das famílias, cuja soma (R\$ 16.000,00), sozinha, não seria suficiente para a construção das casas, foi acessado, depois que as obras já tinham se iniciado, um subsídio do Estado de São Paulo de R\$15.000,00, assim que ele foi criado (2009) como forma de complementação aos programas habitacionais federais⁴⁰.

Foi, portanto, uma composição de orçamento com todas as esferas federativas, além dos futuros moradores, que investiram financeiramente e com trabalho direto. Os valores finais de investimento incluem terreno, infraestrutura, equipamento comunitário e *equipamento público*⁴¹. Ela pode ser resumida por meio da Tabela 2.

Tabela 2: Composição de investimento da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara

	Por Unidade Habitacional	Total Investimento
Res. 460 / FGTS*	R\$ 14.000,00	R\$ 1.792.000,00
Gov. Estado de São Paulo*	R\$ 15.000,00	R\$ 1.920.000,00
OGU*	R\$ 11.718,75	R\$ 1.500.000,00
Contrapartida PMJ*	R\$ 7.031,25	R\$ 900.000,00
Contrapartida Financeira Moradores	R\$ 2.000,00	R\$ 256.000,00
Contrapartida em Trabalho	R\$ 1.200,00	R\$ 153.600,00
TOTAL	R\$ 50.950,00	R\$ 6.521.600,00

Fonte: Planilhas Orçamentárias da Usina-CTAH (Ano de aprovação: 2007. Governo do Estado de SP: 2009). As fontes de recursos assinaladas com * são de subsídio (investimento a fundo perdido).

Como visto acima, o terreno já havia sido conseguido por meio da articulação direta do Padre João Carlos com o Presidente Lula, que conseguiu viabilizar um repasse de verba direta do Orçamento Geral da União (OGU), a fundo perdido, para a Prefeitura de Jandira comprar o terreno, fazer infraestrutura nele e construir um equipamento público. As famílias da Comuna Urbana, então, conseguiram a aprovação de uma lei que lhes garantiu o direito (por licitação) de construir suas casas (de financiamento em seu nome) em *terreno público*, que seria repassado a elas após a construção das casas e da infraestrutura *não como propriedade*, mas como *concessão de uso*. O instrumento urbanístico a ser utilizado ainda era indefinido: se a Concessão Real do Direito de Uso (CDRU), interna ao Estatuto das Cidades, ou a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM), artigo da Constituição Federal⁴². O terreno do equipamento comunitário (construído com os recursos do FGTS pelas famílias) seria

³⁸ Este programa será descrito no Capítulo 2.2.

³⁹ Esta modalidade do programa será descrita no Capítulo 3.2.

⁴⁰ Esta complementação, que acompanhou todo o PMCMV depois, é apenas uma entrada de recursos e não uma interferência do Governo do Estado no programa, nem mesmo como fiscalizador.

⁴¹ Sem o equipamento público (escola infantil), cujo valor em planilha é de cerca de R\$300mil, a unidade habitacional sairia por cerca de R\$ 48.600,00 (em 2007).

⁴² Segundo Ricardo Baitz (Professor do Instituto Federal de São Paulo, advogado e geógrafo, assessor da Comuna Urbana para os assuntos jurídicos, por meio da Usina-CTAH): “Embora existam muitas diferenças entre os institutos, consideramos como principal aspecto o fato da CDRU exigir uma lei sancionada pela Câmara de Vereadores para cada caso, o que inviabiliza sua aplicação generalizada em municípios que o corpo legislativo não se proponha a isso, enquanto a CUEM é procedimento administrativo, portanto, muito mais célere. O legislador também preocupou-se em assegurar o acesso ao direito por via judiciária, no caso da CUEM. Neste caso, caso a administração não atenda o pedido do interessado, este pode interpor medida judicial que assegure seu direito” (BAITZ: 2011, 273).

concedido também, porém a uma figura jurídica que representasse as famílias após sua mudança para as casas (uma Associação). Já o equipamento público (recurso do OGU), uma escola de educação infantil, seria conveniado com entidades da sociedade civil como outras no município.

Partindo do projeto de Comuna, o Padre João Carlos defendia a necessidade de haver instrumentos jurídicos relativos à propriedade que assegurassem o caráter coletivo e controlado do empreendimento. A preocupação era com a desagregação da comunidade após a mudança, pois o histórico de outras experiências habitacionais mostrava que a venda ou aluguel de casas abria espaço para a entrada do mundo do crime, ou de pessoas que não compartilham o projeto social e político ali construído – além de não terem participado do processo como um todo, cuja finalização material e seu uso são apenas uma parte. A Usina-CTAH os assessorou neste aspecto, além de desenhar o projeto urbanístico final com caráter o mais coletivo possível (cuja maiores expressões foram a caixa d'água central e a estação de tratamento de esgoto), incluindo a negação da categoria urbana do lote, como será visto a seguir.

Para tanto, foi realizada ampla articulação com a Prefeitura de Jandira e com a CEF ao longo de todos os anos de projeto e obra, gerando polêmicas importantes relativas ao estatuto da propriedade no Brasil. Nossa constituição não permite o instituto da propriedade coletiva, sendo a figura do condomínio (a mais coletiva possível na Constituição Federal) apenas a agregação de indivíduos, que permanecem com liberdade de compra e venda de sua cota privada. No Uruguai, por exemplo, as Cooperativas de Habitação são as proprietárias dos conjuntos, cujos moradores são filiados e detentores de uma cota-parte (sua moradia) e, quando querem se desfazer dela, a devolvem para o coletivo recebendo apenas este “direito de uso” que foi comprado quando ingressaram. Com este sistema, a comunidade decide sobre quem será o próximo morador, além de ter meios de controle do mercado imobiliário interno (tem capacidade de interferência sobre o aluguel, por exemplo). No Brasil os condomínios (suas figuras jurídicas) não podem ter propriedade de unidades privadas (e, portanto, o aluguel das unidades comerciais nos edifícios residenciais não pode ser usado para abater seus custos).

No caso da Comuna Urbana, a estratégia jurídica adotada foi a de apostar no instrumento do Estatuto das Cidades da CDRU Coletiva, aplicada no caso de urbanização de favelas onde não é possível a demarcação exata dos lotes. Nele, acaba se constituindo um tipo de condomínio, no qual os moradores têm frações ideais (não necessariamente iguais) da totalidade da área. Desta maneira, seria possível que a concessão dada pelo poder público não individualizasse as unidades habitacionais, articulando de outra maneira o controle da área (cuja prerrogativa, de outra maneira, seria apenas do poder público), dando mais condições à Convenção de Condomínio de interferência nos processos de compra, venda e aluguel. Desta maneira, seria possível uma descentralização do poder sobre a propriedade. Tal proposta teve adesão de técnicos da CEF e da Prefeitura de Jandira (incluindo um dos Secretários de Habitação, que fez relatório extremamente favorável), porém foi negada, ao final, pelo limite jurídico imposto pelo financiamento, que é individual e prevê a individualização das unidades. Ainda que elas estejam sobre terreno público.

Por meio desta intrincada rede de recursos e sobreposição de formas de propriedade é possível observar que a constituição da Comuna Urbana enquanto projeto político passa necessariamente por um desenho urbano diferenciado e condizente com as necessidades advindas deste processo – que envolve as condicionantes do presente, mas aponta, tensionando, possibilidades e projetos futuros. Nesse sentido, todos os passos da conquista habitacional foram muito delicados e discutidos coletivamente, pois o que se buscava ali não eram unidades habitacionais, mas outra forma de vida coletiva, que indicava e necessitava de outra forma urbana.

O primeiro embate, portanto, foi relativo à autonomia da comunidade frente aos projetos arquitetônico e urbanístico. Inicialmente, a Prefeitura de Jandira ofereceu a ela um projeto pronto, importado da CDHU, baseado na tipologia padrão da Companhia que desenha edifícios em forma “H”, alinhados – uma forma de obter rápida aprovação nos órgãos estaduais e evitar a perda dos recursos, que tinham tempo de validade (ver Figura 8). Sem nenhuma preocupação técnica de implantação (pois o terreno é um grande talvegue, praticamente desconsiderado), o projeto previa a separação tradicional entre edifícios e sistema viário, sem espaços de lazer, comércio ou áreas verdes. Para além deste exíguo programa, já foi extensamente criticado este modelo de implantação de habitação social, principalmente no que tange à falta de sociabilidade e pertencimento da comunidade, fatores que geram vandalismo e desarticulação social – justamente pelo seu elevado grau de abstração espacial, como já levantou Lefebvre (1991 e 2006). No terreno em frente ao da Comuna já estava, na época, implantado um conjunto da CDHU nos mesmos moldes. Com imensas passarelas de acesso aos edifícios por conta do grande declive, o espaço entre eles era extremamente residual, entre estacionamentos e taludes mal cuidados.

Figura 8: Projeto da Prefeitura de Jandira para a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara

Fonte: Desenho trabalhado em cima de imagem presente na documentação de aprovação do projeto nos órgãos estaduais, no arquivo da Usina-CTAH, 2006.

Tal desenho é importante de ser analisado, pois sua racionalidade aparecerá em todas as experiências aqui descritas – primeiramente, na Comuna Urbana, como algo a ser combatido; no Pinheirinho (Parte 2), como a solução final; e no Jardim Salete (Parte 3), como elemento de disputa. O resultado material final dele é a expressão desta racionalidade, que é própria à forma de produção de habitação pelo capital *e pelo Estado*. Assim, é um desenho instrumental, cuja função é dar as indicações do serviço a ser executado, que, por sua vez, é a confluência de trabalho e matéria prima especificados na produção de uma mercadoria. A definição da mercadoria não é seu valor de uso (que apenas a define como fruto de trabalho humano), mas seu valor: a quantificação de força de trabalho ali consolidada, de maneira abstrata. O desenho indica a determinação técnica deste trabalho, como uma “ordem de serviço” (FERRO: 2006a [1976], 174), ou seja, ele organiza e gerencia a produção da mercadoria. É desta maneira que é instrumento de subsunção do trabalho ao capital: o trabalhador não tem autonomia sobre o processo produtivo e sobre seu resultado.

O desenho, portanto, também é fetiche na medida em que substitui de maneira abstrata o comando humano (Ref. FERRO: 2006a [1976]), eliminando o “desígnio” do trabalhador ao inserir a heteronomia no canteiro de obras. Sua função é obrigar que o processo da construção civil – manufatureiro, como será visto no próximo capítulo – tenha o mínimo de desperdício e o máximo de produtividade, levando-se em conta a enorme concatenação de serviços. No caso da produção habitacional para baixa renda esse caráter é fundamental, dado o grau de economia que se requer e a distância entre o financiador (o Estado) e o produtor final – que pode ser o segundo terceirizado de uma empreiteira com muitas obras ganhas em licitação. Para esta, é fundamental a racionalidade construtiva e a segurança de um modelo já muito testado, que já se conhece quanto custa, quais os fornecedores, as especificações e a mão-de-obra necessária (tais trabalhadores, devido a esta padronização, também vão se adequando e gerando grupos bem definidos de habilidades, historicamente determinadas).

Assim, o “bloco H” da CDHU é a expressão de um modo de produção. Sua configuração de mercadoria é aquela da máxima economia: o formato quadrado é de fácil implantação (o que economiza muito tempo e trabalho com novas soluções e permite grandes movimentações de terra, serviço de ganhos relevantes na construção civil); a circulação vertical centralizada é otimizada para atender um maior número de apartamentos; enormes empenas cegas estruturam o edifício para ser construído em alvenaria estrutural sem necessidade de dobras nas paredes (o que dificultaria a execução e aumentaria o perímetro de alvenaria); além do famoso apartamento exíguo de menos de 40m². O urbanismo segue a mesma lógica: o sistema de grelha viária ortogonal com o mínimo de cruzamentos permite uma infraestrutura com menos elementos intermediários (como poços de visita e medidores) e menos leito carroçável. A falta de hierarquia das vias, por sua vez, é a expressão da monofuncionalidade urbana: moradia é o abrigo, e só, o que também evita maiores gastos com paisagismo e equipamentos comunitários e aumenta o potencial construtivo da área.

Figura 9: Conjunto habitacional da CDHU vizinho à Comuna Urbana

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2011.

O resultado são espaços abstratos, ou seja, sem qualidade específica ligada à necessidade do uso. Sua implantação funcionalista faz a relação entre um prédio e outro ser – via de regra e, no desenho proposto para a Comuna Urbana, isso se repete –, de um lado o talude de desnível e, de outro, a rua retilínea para onde estão viradas as empenas cegas. As ruas são, portanto, cercadas de muros verticais. A relação entre os prédios é sempre igual e, devido à exígua circulação, sua comunicação exige longos percursos de má qualidade, o que diminui as interações entre os moradores. Nenhuma possibilidade é dada pelo espaço de diferenciação subjetiva, pois não há externalização do espaço interior da casa para o espaço comum. A habitação se transforma, no “modelo CDHU”, em *unidade* habitacional abstrata, que amolda também seu morador ao lugar socialmente estabelecido de força de trabalho dentro do processo produtivo – de mercadoria à mercadoria, uma relação objetiva. Tais unidades do modelo são, via de regra, *sorteadas* depois de construídas, demonstrando a adequação entre forma e conteúdo.

Serem colocados num espaço como aquele significaria aceitar o lugar designado socialmente à classe trabalhadora na sua conformação como força de trabalho abstrata e, na prática, acabar com o projeto de Comuna. Foi então que a Usina-CTAH foi chamada pelo MST, pois, de acordo com o movimento, era uma maneira de manter o controle político do processo pelo fato de haver parceria política com a assessoria que carregava na sua forma de atuação os preceitos da autogestão no projeto e no canteiro de obras. Desta perspectiva tudo se inverte: o trabalhador volta a ser o centro de decisão e produção autônoma, articulando este processo produtivo com um espaço voltado às suas necessidades e desejos. O desenho não é mais “ordem de serviço”, mas consolidação de decisões coletivas e, por isso mesmo, pode ser modificado pelo processo construtivo.

O projeto arquitetônico e urbanístico foi realizado de maneira participativa, numa metodologia construída pela Usina-CTAH na prática com movimentos populares desde sua fundação em 1990, como visto na Introdução. Esta metodologia não será exposta em detalhes aqui⁴³, mas cabe ressaltar alguns aspectos dela, no que concerne a esta vinculação entre *forma*

⁴³ Para um maior aprofundamento no processo de projeto participativo desenvolvido pela Usina-CTAH, ver USINA: 2014 e ARANTES et.al.: 2010 (ambos em versões modificadas em USINA: 2015).

urbana e forma política: enquanto a primeira parece exprimir uma consolidação espacial material, a segunda se refere a um processo de construção coletiva. Assim, pode-se dizer que a metodologia de projeto desenvolvida pela Usina-CTAH – que é apenas uma das expressões do projeto participativo que compõe o modelo de produção de habitação por autogestão realizado também por outras assessorias técnicas – busca articular os momentos dinâmicos e consolidados de um processo social em movimento, realizando uma experiência de classe que resulta na construção de determinado sujeito político. Assim, é um processo cujo escopo não é apenas o desenho final como objeto e “ordem de serviço”, mas um momento de constituição da comunidade política. Muito sinteticamente, tal metodologia envolve quatro esferas (constituídas de várias dinâmicas e momentos internos e articulados): 1. A construção da autonomia decisória da comunidade e da horizontalidade entre as forças sociais ali presentes; 2. As questões relativas ao lugar do espaço privado dentro da coletividade; 3. O espaço urbano da comunidade e sua relação com a cidade; e 4. O processo produtivo autogerido.

A primeira esfera envolve uma troca de conhecimentos e experiências entre técnicos, moradores e movimento popular, mediada sempre pela questão espacial e construtiva. Aí entram referências abstratas e concretas de modos de vida, vividos diretamente ou não, mas que funcionam como disparadores de uma discussão qualitativa sobre o morar: o passado, o presente e o futuro (como projeto), buscando sempre os nexos coletivos e de classe. A intenção é fomentar um ser criativo subjugado pela condição de força de trabalho no capitalismo, bem como deixar acessível outros modos de morar referenciados pelos conhecimentos dos técnicos e, além disso, explicitar os desígnios do espaço comum defendidos pelo movimento. Este processo, além do seu conteúdo, é um primeiro momento de formação da comunidade política, onde as forças sociais se reconhecem e se colocam dentro de uma dinâmica que quer desconstruir a relação hierárquica instituída pelo capital.

A segunda esfera entra em questões que são vividas privadamente (dentro do espaço da casa), mas que requerem decisões coletivas, pois o desenho final comportará apenas algumas tipologias. Aí entram as questões das especificidades de gênero e faixa etária, bem como os modos de vida das famílias e como se expressam no lugar privado. Este momento é importante para que se perceba coletivamente que as necessidades humanas têm várias escalas e são historicamente determinadas e, portanto, podem ser reconstruídas. Há escalas subjetivas, mas algumas delas, nestas discussões, quando são explicitadas, podem ser compartilhadas com outras pessoas e colocadas em perspectiva. Ao serem contrapostas a outros grupos de interesses, devem avaliar o quanto abrem mão de seus próprios em relação aos outros. Neste sentido, a subjetividade é construída aqui em torno do compartilhamento de experiências, opressões, necessidades e desejos, que conformam, no seu conjunto, um quadro de relações que começa a dar contorno à subjetividade política: o lugar de fala para dentro e para fora da família, mediado pelas relações espaciais. Aqui entram as separações, funções e articulação de cada espaço da casa, o que envolve a delicada criação de espaço intergênero e intergeracional, evitando opressões e potencializando dinâmicas positivas que devem, antes de tudo, ser reveladas ou descobertas.

A terceira esfera, urbana, amplia a escala de agregação, necessidades e potencialidades e, portanto, é centrada na relação do sujeito com a política por meio do espaço coletivo. A cidade passa a ser pensada (*projetada*) não de maneira estritamente

funcional (uma diretriz do capital), mas como um espaço que deve promover a transformação das relações até então discutidas, baseando-se nas necessidades presentes e objetivos futuros daquela comunidade. Interessante notar que, nesta fase já avançada do processo de desenho, o aspecto funcional – primeiro a ser considerado pelos arquitetos ortodoxos – é o menos levantado pelos moradores. O centro de suas atenções – e das preocupações de direcionamento da Usina-CTAH – é a relação entre público e privado e suas escalas intermediárias e, portanto, a *qualidade* espacial (e não a articulação abstrata da funcionalidade). São levantados aqui um programa de necessidades e sua articulação com o espaço privado, de um lado, e, de outro, com o espaço público. Isso leva à necessidade de se projetar a cidade em termos de *escalas gregárias*, que são também *escalas de organização política* que delimitam um sujeito político construído de baixo para cima.

Figura 10: Processo de projeto participativo da Comuna Urbana

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2006.

Por fim, a quarta esfera – da definição e organização do processo produtivo – envolve a construção de uma subjetividade política que articula as necessidades de uso do espaço com aquelas de sua produção. A coincidência, no mutirão autogerido, do morador com o produtor, leva à possibilidade de se aproximar o sujeito político em formação de uma unidade do processo social. As contradições – já presentes nestes indivíduos, porém dissociadas no espaço e no tempo pelo capital – entre sua identidade de trabalhador e a de consumidor são ressaltadas nesta fase pelo seu aspecto potencial de superação das formas

sociais vigentes. Neste momento conflui a formação da comunidade política realizada até então com as determinações trazidas pela realidade material. Esta identidade compartilhada permite a desconstrução da visão parcelar de ambas as faces, conectadas apenas pela forma mercadoria. O morador preocupar-se-á sim com a qualidade dos materiais e do espaço (como o responsável por defini-los em conjunto com a assessoria técnica e dentro das possibilidades do financiamento), porém o processo de trabalho de tal configuração desejada também será levado em conta e poderá redefini-la *de acordo com as necessidades da sua face de produtor*. O construtor, por sua vez, ponderará a relação entre a facilitação do trabalho e a qualidade do produto final. Desta maneira, fica patente que a identidade do sujeito político se afasta – potencialmente – da desagregação que a forma mercadoria lhe imputa, num processo de busca da unidade *em movimento*, como uma *experiência de classe*.

Há um aspecto dialético na formulação de Lefebvre entre o espaço *vivido* e o *concebido* que ganha relevância quando se trata de uma produção contra-hegemônica do espaço. No caso da Comuna Urbana, o lugar dos técnicos por dentro da constituição do seu projeto político (que passava pela materialização urbana) não os coloca na posição pré-estabelecida de definir o espaço *concebido*, mas sim de constituir politicamente o espaço *percebido* e, apenas nesta mediação dialética, criar os nexos entre o *vivido* e o *concebido*. Segundo o autor, é no espaço percebido onde estão as significações sócio-políticas da prática espacial. O momento de definição urbanística e arquitetônica do projeto da Comuna, realizado de maneira participativa, tinha, portanto, a função de fazer emergir tais significações, dando *forma política* ao desenho urbano (dando-lhe o caráter de processo, não de mercadoria). Trata-se não de dar conformação abstrata ao projeto sonhado, mas de, em unidade dialética, captar a dinâmica da prática espacial (a partir do espaço vivido), dar significação e direcionamento a ela (espaço percebido), a catalisando num desenho coletivo (espaço concebido). Não se trata nem de um pré-estabelecimento espacial utópico, nem de uma reafirmação do espaço produzido de maneira hegemônica pelo capital ou pela informalidade: trata-se de relação dialética, baseada na dinâmica de concreção do movimento de conformação de consciência de classe pela organização popular.

Desta maneira, dois elementos tinham que ser levados em consideração: o espaço vivido pelas famílias antes do Alvorada (seja individualmente, seja na Vila Esperança), e o espaço vivido já sob a construção da ideia da Comuna. O espaço central do Seminário do Alvorada indicava já uma grande diferença da favela: o vazio como possibilidade de apropriação coletiva, marcado pelo espaço central livre, delimitado pelo espaço construído. Era ali que se jogava o futebol, faziam-se festas, ritos religiosos ou grandes reuniões e atos, sintetizando e concentrando o significado e a vivência da Comuna.

“Ou seja, a experiência espacial vivida no claustro e de organização da Comuna (já ‘nucleada’ pelo método do MST) foi percebida pelos arquitetos como novo tema gerador, e iniciamos os debates a partir dos espaços coletivos e não dos ambientes privados, invertendo nossa prática habitual, que parte do desejo mais imediato da moradia individual. (...) Assim, foram reivindicados locais específicos e edificações complementares à moradia. As principais, que acabaram contempladas no projeto, foram: creche e escola infantil, quadra esportiva, oficinas de trabalho, lugar de festas, padaria comunitária⁴⁴, praça, horta comunitária, espaço

⁴⁴ A padaria sempre foi um programa defendido arduamente pelo Padre João Carlos, pois expressa a relação cristã estabelecida entre o trabalho comum e a geração de alimentos simples (o pão), que são a base da solidariedade

para atividades de formação, assembleias e celebrações” (ARANTES et.al.: 2015, 140. Grifos acrescidos).

O projeto *concebido* da Comuna Urbana como parte de um processo de organização popular é articulado então a partir destes “vazios” que abrem a potencialidade da ação coletiva antes inexistente na favela (ver Figura 11). Eles não são espaços abstratos, como os vazios projetados pelo alto modernismo, mas conformam escalas de sociabilidade. De maneira oposta à abstração do espaço funcional, o conceito de espaço vivido lefebviano como *prática espacial* define o espaço por meio de seus aspectos qualitativos, como espaço *em construção pela ação no espaço*, que podemos entender, simetricamente, como a construção da consciência de classe, que também se dá em movimento por meio da práxis. Os “vazios” do espaço da Comuna Urbana são articulações destas práticas no *cotidiano*, que complexificam e dão materialidade à comunidade na dialética entre a formação do sujeito político e seu corpo social. Assim, o espaço “vazio” é conformado pelo espaço construído: os espaços semi-privados, coletivos, comunitários ou públicos (em diferentes escalas) são não sobras do espaço privado, mas fazem parte de uma unidade com ele. Por isso também a figura do lote não faz sentido na Comuna: a partição do espaço não é entre público e privado, mas entre escalas de práticas sociais (no caso, que se querem contra-hegemônicas), delimitadas de maneira mais ou menos fluida pela arquitetura – que, por fim, não se separa do urbanismo, pois sintetiza a unidade urbana como *manufatto* (C.f. ROSSI: 1966), *obra* (C.f. LEFEBVRE: 1991 e 2006).

Tal partido projetual se baseou do princípio organizativo da comunidade, que aspirava (e praticava) uma vida em comum em contraposição ao seu lugar socialmente designado de massa amorfa e abstrata, sem voz política. A *produção do espaço* da Comuna – como unidade de um processo composto do viver-perceber-conceber – foi um momento fundador da sua existência enquanto construto social e político, na medida em que articula, de forma dialética, a construção do espaço àquela dos sujeitos políticos por meio de sua conformação enquanto classe, na práxis entre pensar-produzir e inaugurar um *espaço político*.

entre os pobres. Como importante equipamento também comercial, a padaria fica posicionada no local mais alto da Comuna, sendo sua entrada principal, cumprindo também a função de relação aberta com o bairro circundante. Sua estrutura física, por conta deste privilégio espacial, foi refuncionalizada diversas vezes: primeiramente como cozinha e refeitório coletivo, além de banheiros durante a obra; depois como salão de celebrações religiosas e creche (antes da finalização da creche oficial); e por fim como padaria. Para o padre, “Na organização da favela, para nós, importante foi a criação de uma creche, uma escolinha, alguns cursos de computador, e chegamos a ter uma mini padaria, onde o pessoal fazia o pão. Uma cozinha que serve para a creche, mas também para as pessoas que não têm comida: vão lá, pegam um prato e levam pra casa. Então é uma referência muito importante para toda a favela” (Padre João Carlos, em entrevista a Sandro Barbosa de Oliveira, em 29 de dezembro de 2012). Durante o período vivido da Nicolau Mayevsky, o padre também organizou uma pequena venda subsidiada, com o mesmo princípio.

Figura 11: Projeto final da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara (Usina-CTAH)

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2007.

O partido de projeto foi concebido coletivamente tendo como eixo estruturador a forma de organização da comunidade, e não estritamente as relações funcionais entre diferentes usos. Assim, a Rua Central do projeto (ver Figura 12) não se configura primariamente como elemento de circulação, mas como integração de espaços qualificados de acordo com seu *uso* (ou *prática espacial*, segundo Lefebvre), sendo ela mesma um espaço cujo caráter não se limita à transição de outros de hierarquia pretensamente mais alta, mas um *lugar* em si⁴⁵. Esta Rua não foi projetada como um eixo retilíneo nem como uma calha de tráfego motorizado, mas, pelo contrário, como sucessão de acontecimentos espaciais significativos, que conformam a identidade da comunidade por meio da articulação entre sua história pregressa (o *pertencimento* construído nos espaços da Vila Esperança, Alvorada e Nicolau Mayevsky), o movimento histórico presente (a *apropriação* dos espaços por diversos usos) e o apontar para um futuro, baseado na organização popular que modifica estes espaços autonomamente.

⁴⁵ O conceito de *lugar* na teoria da arquitetura foi reelaborado na segunda metade da década de 1960, principalmente por arquitetos italianos ligados à crítica ao modernismo (principalmente Vittorio Gregotti e Aldo Rossi). O *lugar* ou *locus* se caracterizaria pela potência da forma espacial na constituição e consolidação de identidades culturais, promovendo a reconstrução ontológica do homem por meio da noção de *pertencimento*. O *lugar* como *espaço de significação coletiva* – decantação da história e da história em movimento – se coloca em contraposição ao espaço neutro, universal, objetivo e abstrato do alto modernismo, sintetizado na funcionalidade (ou um *não-lugar*, uma *atopia*). “Para estes não-lugares não existem mais tecidos sociais, dentro dos quais se consolidam a solidariedade, contrastes e senso de pertencimento, mas o grande vazio universal colocado entre o indivíduo e o mercado, onde o sistema ao qual se refere é de todo abstrato e a-espacial” (GREGOTTI: 1991, 82. Tradução livre).

Figura 12: A Rua da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara

Fonte: Desenho trabalhado em cima do projeto de implantação da Comuna Urbana. Arquivo da Usina-CTAH, 2007.

Tal Rua se abre, se fecha, se contorce, abrange e articula funcionalidades e escalas diversas, sendo transfigurada literalmente de acordo com a proximidade ou incorporação de determinados pontos significativos: a quadra esportiva, a praça principal, as entradas dos núcleos habitacionais, os limites do tráfego veicular, o grande anfiteatro, a creche e escola infantil e a padaria (podendo ser esta ordem inversa, por conta dos dois extremos do eixo desembocarem numa mesma rua externa). Tomando configurações diversas (leito carroçável, calçada, praça, escada, anfiteatro), este elemento que denominamos Rua canaliza não apenas o fluxo, mas toda a face pública da comunidade, comportando-se como um eixo que conecta espaços significativos, *lugares*. Ao começar e terminar numa mesma rua tradicional da cidade, gera uma dinâmica dialética entre abertura e fechamento, espaço interno e externo, alternando usos e escalas, direcionando fluxos e perspectivas, conectando e fixando significados. Cria uma relação historicamente determinada com a cidade, espacializando um gesto que é puramente político: a *autodeterminação de uma comunidade que produz seu locus, de acordo com suas necessidades, significados, limitações, contradições – dando potência ao “pertencimento” como unidade entre tempo e espaço de constituição desta comunidade*.

Dos dois lados desta Rua estão as duas grandes massas construídas das habitações, posicionadas de maneira transversal à acentuada declividade do terreno, que tem a Rua como fundo de vale e o auditório fazendo a transição entre as duas vertentes do talvegue. Este posicionamento derivou das discussões participativas de projeto, nas quais o grupo de mulheres ganhou preponderância sobre o dos homens: se posicionadas acompanhando as curvas de nível, seria possível organizar as habitações tradicionalmente, com as fachadas para ruas de tráfego motorizado posicionadas paralelamente à Rua central – opção dos homens (Figura 13). As mulheres, no entanto, desenharam outra perspectiva de relação entre as habitações: transversalmente, núcleos de casas sem tráfego nos quais as crianças poderiam ficar sem preocupação (Figura 14). O ponto de vista de gênero aqui foi central, na medida em que são elas as “donas das casas”, não apenas no papel, mas na apropriação do espaço do lar,

no qual os homens passam menos tempo e de maneira muito diversa, na qual o lazer e descanso prevalecem em relação ao trabalho – o inverso das mulheres, as quais entendem a reprodução da vida dentro da noção de trabalho.

Figura 13: Projeto urbanístico feito pelo grupo dos homens

Fonte: Diário de Projeto da Usina-CTAH, 2006.

Figura 14: Projeto urbanístico feito pelo grupo das mulheres

Fonte: Diário de Projeto da Usina-CTAH, 2006.

A perspectiva de gênero estava diretamente associada à construção da vida em comum a que se propunha a Comuna. A organização popular proposta desde a Vila Esperança se dava por meio de grupos organizados pelas ruas, que também são a *escala de cuidado com as crianças* – não à toa o centro focal da ação da Cáritas na favela ter sido a creche. Há, portanto, uma relação orgânica entre a ideia de Comuna enquanto organização popular e o

espaço no qual ela se constrói, que dá relevância ao cotidiano e às relações de trabalho em comum como agregadores da comunidade. As habitações foram organizadas, desta perspectiva, de maneira a conformar o elemento espacial padrão que media o público e o privado, criando uma escala intermediária na qual se desenrola o cotidiano em comum, que é muito diverso seja do espaço da família, seja do espaço de toda a comunidade, seja do espaço da cidade: o *Núcleo*, de cerca de 10 unidades habitacionais que conformam pequenas praças suficientemente fechadas para acolher as crianças, porém abertas para a circulação de pedestres entre núcleos e entre a cidade e a Rua Principal da Comuna⁴⁶ (Figuras 15 e 16).

Figura 15: Projeto padrão de articulação de Núcleos (pracinhas e quintais)

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2007.

Figura 16: Implantação das pracinhas de Núcleos

Fonte: Desenho trabalhado em cima do projeto de implantação da Comuna Urbana. Arquivo da Usina-CTAH, 2007.

⁴⁶ Fato curioso, porém significativo, foi o processo de aprovação legal da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara nos órgãos do Estado. Tais pracinhas não cabiam nas regras pré-formatadas de propriedade legalmente aceitas, pois se fossem internas à comunidade não poderia ser caracterizadas como praças que, por definição, são públicas. A mesma situação se deu com a creche: pública ou privada? A noção mesma de propriedade *comum* não é considerada na legislação brasileira, algo já superado, como visto acima, no Uruguai. A Usina foi chamada pelo Grapohab (Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo) para explicar o que aquilo significava e, ficando clara sua inadequação legal, foi obrigada a mudar o nome “Praça” nas plantas e tabelas de áreas de aprovação para “Circulação Interna”, alterando a relação entre áreas comuns e viárias do projeto legal.

O Núcleo é articulado de várias maneiras. Os quintais das casas também se configuram como espaços fechados de 8 a 10 unidades (diferentes do núcleo que está na entrada das unidades), possibilitando (se assim for desejável) o compartilhamento de seus espaços⁴⁷ e a troca solidária cotidiana principalmente entre as mulheres que trabalham em casa e ficam na maior parte do tempo entre a cozinha e o quintal, convivendo com as vizinhas. O posicionamento das praças como passagem de escala local entre a cidade e a Rua Principal faz com que existam ligações específicas de dois a três Núcleos, conformando mais uma escala de convivência (de 12 a 18 famílias) (Figura 16). A principal articulação dos Núcleos, no entanto, se dá no espaço fixo das praças onde se encontram as entradas das casas e a maior parte de suas janelas. Tais agrupamentos foram definidos por afinidade entre as famílias, que já conviviam juntas. Portanto, a mudança para as casas definitivas não é o início da Comuna, mas um importante momento de seu processo de construção. Os últimos acertos de obra foram já realizados sob a configuração final dos Núcleos, que passaram a ser responsáveis não apenas pelo término das casas, mas pela manutenção da sua praça. Cada uma destas praças ganhou, portanto, uma configuração própria, condizente com o nível de organização de cada Núcleo⁴⁸.

Figura 17: Articulação entre Quintais

Fonte: Desenho trabalhado em cima do projeto de implantação da Comuna Urbana. Arquivo da Usina-CTAH, 2007.

Fica claro aqui que o desenho urbano e arquitetônico da Comuna está posicionado muito mais no espaço *percebido* (na conceituação de Lefebvre) do que no *concebido*, de maneira inversa ao projeto da CDHU, pautado unicamente em aspectos funcionais e abstratos. Está ligado à consolidação histórica de um espaço *vivido* e aponta para outra organização social, pautada por um espaço que confronta diretamente o espaço do capital – não é produzido pela sua necessidade, não responde aos seus interesses e ainda propõe uma forma de vida diferente daquela da reprodução simples da força de trabalho. Retoma o trabalhador

⁴⁷ Algumas famílias fizeram este compartilhamento, principalmente núcleos familiares diferentes de uma família maior (irmãos, filhos já casados, etc.).

⁴⁸ No período natalino, é sempre organizado um concurso de melhor decoração de praça. É quando elas são todas arrumadas de maneira coletiva, para a recepção das famílias de fora da Comuna.

como *produtor*, e não como *força de trabalho* (condição de produtor de *valor* das mercadorias). Ao partir do ser humano, o espaço é pensado como espaço de uso e, portanto, suas *premissas* são outras que não aquelas da forma mercadoria.

As referências do projeto da Comuna Urbana

As referências projetuais da Comuna Urbana são devedoras do bojo de iniciativas e interpretações sobre a cidade do final da década de 1970 e início da de 1980, no Brasil, que compuseram o arcabouço de práticas da Usina-CTAH, cujos integrantes fundadores tiveram seu processo formativo e início de prática profissional nos anos 1980, como visto na Introdução. Tal práxis articula a arquitetura e o urbanismo com a intervenção política, entendendo o ato projetivo como um processo de organização popular: fruto deste espaço *vivido*, nas práticas espaciais experimentadas pela comunidade, o planejamento futuro deve ser, mais do que uma determinação objetiva (principalmente vinda de fora), um *momento* de avaliação coletiva e superação, colocando em outro patamar suas potencialidades de intervenção política na medida em que, ao produzir coletivamente o urbano (material ou imaterialmente), dispõem publicamente da sua voz. Esta atitude política é integrante do processo de redemocratização, que está naquele momento estruturando modos democráticos específicos, nos quais a *participação popular* tem lugar central. Este tema será ampliado e aprofundado nos Capítulos 1.2 e 1.3, mas é importante já pontuar que esta atitude tem como referência a articulação da arquitetura e do urbanismo com a prática política popular formulada e materializada durante a década de 1960 internacionalmente, mas com uma expressão local brasileira muito relevante, principalmente nas experiências pernambucanas: as Ligas Camponesas, o método Paulo Freire e a experiência de Cajueiro Seco – ligação costurada como continuidade da organização popular anterior à ditadura militar.

A necessidade colocada pela esquerda naquele momento de redemocratização era a de combater não apenas o conteúdo programático da ditadura, mas também sua forma política, que se expressava no urbano por meio das grandes obras de reestruturação urbana, que articulavam a implantação de um modelo de mobilidade baseado no automóvel com grandes conjuntos habitacionais do BNH⁴⁹ – padrão que consolidou a produção institucional de periferias desurbanizadas combinada com as remoções forçadas de comunidades das áreas centrais das metrópoles. Tal forma autoritária de produção urbana compunha o arcabouço do programa político da ditadura, que aumentava a desigualdade brasileira consolidando o padrão de crescimento com segregação urbana.

Na década de 1980, portanto, a produção de arquitetura e urbanismo buscava se afastar do aspecto tecnicista que tinha se colado ao modernismo produzindo nosso modelo de *International Style* periférico, expresso na dialética entre os conjuntos do BNH e uma nova fase da construção de grandes edifícios de escritórios⁵⁰ nas áreas centrais. A articulação entre produção do urbano e política passou a ser uma preocupação também das ciências sociais,

⁴⁹ Banco Nacional de Habitação. Sua forma de produção de habitação será tema do Capítulo 2.2.

⁵⁰ Este foi o tema de pesquisa do mestrado da pesquisadora. Ver GUERREIRO: 2010.

criando uma composição de profissionais que formariam as assessorias técnicas aos movimentos populares. Foram muitas as experiências deste período e serão levantadas aqui apenas algumas, que foram referências diretas para o projeto da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981 e 1988), autodenominado “antropoteto”, fez uma série de trabalhos pioneiros no Rio de Janeiro junto a comunidades ameaçadas ou em processo de remoção – das quais a famosa urbanização da favela Brás de Pina⁵¹ é um exemplo. Sua atuação de intervenção urbana era baseada justamente num processo de projeto cuja primeira fase era o conhecimento e reconhecimento da vida comunitária já consolidada, de onde partiam os elementos para as transformações espaciais pensadas conjuntamente. Sua equipe⁵² era majoritariamente de profissionais da área social (antropólogos, cientistas sociais, educadores), que procuravam entender as *práticas espaciais*, ou seja, o caráter de apropriação do espaço das diversas sociabilidades. Segundo o arquiteto:

“Quando se pensa que no Brasil são gastos recursos enormes na realização de planos e de projetos urbanísticos sem que ninguém se preocupe em verificar a eficácia de seus postulados quando levados à prática, pode-se entender porque estamos tão interessados em pesquisas como esta. É preciso saber quais os verdadeiros efeitos de determinadas ações sobre o meio urbano. Cidades não são objetos idealizáveis abstratamente e nunca se comportam de acordo com a fantasia de quem as trata desta forma. São concretizações de modelos culturais, materializam momentos históricos e se desempenham como podem, tendo de comportar conflitos e conjugações que se armam e desarmam sem parar em muitos níveis. Em geral os resultados reais da atividade do cientista, do planejador, do administrador, do técnico, do político sobre as cidades começam quando toda essa gente sai de cena. Quando os seus projetos deixam de ser mapas, memoriais, orçamentos, leis, decretos ou planos financeiros e se transformam em uma linguagem física decodificável no dia-a-dia. Infelizmente é nesse momento crítico de início e de estreia que os trabalhos urbanísticos são dados por terminados. Na verdade estão é começando, passando das abstrações estáticas às práticas sociais contaminadoras e cambiantes que caracterizam o que é urbano” (SANTOS: 1981, 7. Grifos acrescidos).

Seu trabalho, em contraposição ao funcionalismo moderno (que, naquele momento, estava colado ao desenvolvimentismo próprio ao regime autoritário), é baseado na diversidade de usos urbanos e nas relações sociais que conformam as articulações entre os espaços públicos, privados e comunitários, cujas fronteiras não seriam da ordem da pré-definição técnica, mas das práticas sociais. Assim, os elementos urbanísticos que trabalha são aqueles nos quais predomina o caráter de apropriação espacial, em diversas gradações: a correta densidade urbana (que não pode ser muito baixa ou muito alta, situações que fazem definir as relações sociais), as relações de centralidade de bairro⁵³, as hierarquias viárias, os

⁵¹ A urbanização da favela Brás de Pina no Rio de Janeiro (1969) foi um marco do urbanismo nacional na medida em que foi decorrente de uma mobilização dos moradores e da intervenção de arquitetos vinculados ao poder público (coordenados por Carlos Nelson) que promoveram um processo participativo que transformou a intervenção urbanística num delicado desenho de remodelação que objetivava preservar a vida social já estabelecida na favela, dando a ela um protagonismo antes rechaçado pelos urbanistas, poderes públicos e pelo senso comum. Sua importância é ainda mais relevante na medida em que foi realizada em plena ditadura militar. Carlos Nelson fala desta e de outras experiências em seu livro “Movimentos urbanos no Rio de Janeiro” (1981).

⁵² Carlos Nelson era chefe do Centro de Pesquisas Urbanas do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal do Rio de Janeiro).

⁵³ “As cidades não se compõem de manchas de cor como costumam ser figuradas nos mapas de zoneamento. Arquitetos e urbanistas gostam de se iludir. Quando cobrem um papel de verdes, amarelos e cor-de-rosa pensam que estão determinando mesmo o que querem dizer esses matizes. Na verdade, os assentamentos urbanos reais se

usos mistos⁵⁴, as escalas intermediárias de uso que embaralham as noções rígidas de propriedade. No curta-metragem feito em conjunto com o livro homônimo “Quando a rua vira casa” (1981) ele diz: “Sabe quando a casa vira rua? É quando o espaço privado vira a extensão do público, ou é tratado desta forma. E às vezes acontece o contrário: é a rua que vira casa” (QUANDO... 1981: 13’10”). Nesta dinâmica ele vai descrevendo as relações de gênero e intergeracionais por meio da apropriação do espaço, bem como as articulações políticas e conflitos sociais que decorrem da intensa vida em comum dos bairros periféricos – indicando, portanto, que a sociabilidade de classe é relevante para sua consciência política.

“Há dois tipos principais de espaços nas nossas cidades: o construído, fechado e, em maior ou menor grau, privatizado (exs. – casas, lojas, fábricas, oficinas, escolas, bares); e o aberto e de uso coletivo (exs. – ruas, becos, largos, praças, jardins públicos, praias). Entre estes dois polos, que servem para armar as representações do urbano, se estabelecem relações de apropriação diferencial. O que se denomina ‘vida comunitária’ é um conjunto de desempenhos suportados por ‘palcos’, por ‘cenários’ que tenderão a ser identificados de acordo com o enquadramento em um dos dois modelos” (SANTOS: 1981, 13. Grifo acrescido).

Estabelece-se, assim, não uma cidade funcionalista, mas em escalas, como mostra este desenho do arquiteto:

Figura 18: Diagrama de escalas urbanas de Carlos Nelson F. dos Santos

Fonte: SANTOS: 1988, 160.

Este debate de Carlos Nelson estava alinhado com as discussões internacionais da arquitetura e do urbanismo de crítica ao movimento moderno no início da década de 1960, nas quais ele se inspira⁵⁵, porém dá sentido original por se tratar de uma realidade completamente distinta – seja política, seja social, seja urbana, sendo a especificidade da

estruturam como gradientes. Nos miolos a cor é forte. À medida que se saia do centro em direção às beiradas, os pigmentos ou as retículas vão esmaecendo até encontrarem novos pigmentos e retículas de outra cor que ficarão fortes adiante. Identificar centros, aliás, é tarefa das mais simples. São os lugares centrais que todos veem como sendo naturalmente assim. É dessa forma que as pessoas normais percebem a cidade” (SANTOS: 1988, 113).

⁵⁴ Ele denominava o sistema funcionalista que separa rigidamente as “funções urbanas” de “esquema lé-com-lé e cré-com-cré” (Ref.: SANTOS: 1988).

⁵⁵ Há seguidas citações nos seus livros de uma série de bibliografias internacionais que foram críticas ao urbanismo moderno, particularmente Jane Jacobs, Christopher Alexander, Françoise Choay, James Holston, Henri Lefebvre, Manfredo Tafuri, Aldo Van Eyck e os Smithson (Team X).

favela sua maior expressão. Dentre tais referências, vale citar a do Team X⁵⁶, que trouxe elementos importantes nesse arcabouço conceitual:

“O rompimento decisivo [com o receituário moderno] veio com o CIAM IX, realizado em Aix-en-Provence em 1953, quando esta geração, liderada por Alison e Peter Smithson e Aldo van Eyck, desafiou as quatro categorias funcionalistas da Carta de Atenas: Moradia, Trabalho, Lazer e Transporte. Em vez de oferecer um conjunto alternativo de abstrações, os Smithsons, Van Eyck, Jacob Bakema, Georges Candilis, Shadrach Woods, Jonh Voelcker e William e Jill Howell pesquisaram os princípios estruturais do desenvolvimento urbano e a unidade significativa imediatamente acima da célula familiar. (...) Escreveram: ‘O homem pode identificar-se de imediato com seu próprio lar, mas não se identifica facilmente com a cidade em que está situado. ‘Pertencer’ é uma necessidade emocional básica – suas associações são da ordem mais simples. Do ‘pertencer’ – identidade – provém o sentido enriquecedor da urbanidade. A ruazinha estreita da favela funciona muito bem exatamente onde fracassa com frequência o redesenvolvimento do espaço’.” (FRAMPTON: 2008, 329-30).

Os Smithsons, em particular, desenvolveram um diagrama de quatro escalas de associação em confronto direto com as quatro funções urbanas da Carta de Atenas, que se assemelha diretamente com o esquema de Carlos Nelson da Figura 18:

Figura 19: Diagrama de escalas urbanas de Alison e Peter Smithson

Fonte: < <https://canstudio.com.au/2014/01/30/streets-in-the-sky/> > acessado em 04 de fevereiro de 2018.

O conteúdo dos dois diagramas é importante para a compreensão do projeto final da Comuna Urbana, pois relaciona o espaço com a organização social, esclarecendo que ela se dá em escalas distintas de associação. Aqui, não são as funções que configuram o espaço, mas o atravessam: o homem é compreendido na sua unidade social, e não como elemento abstrato de uma máquina funcional (a cidade moderna). Da mesma maneira, a Comuna não se organiza por meio das várias funções urbanas, mas pelas escalas crescentes de associação que se integram, formando uma unidade complexa. Também citado por Carlos Nelson, Aldo Van Eyck, por meio do conceito de “clareza labiríntica” dá forma a esta complexidade: contra a rigidez dos espaços planejados modernistas, bem como contra a flexibilidade sem intencionalidade ou

⁵⁶ Em referência ao décimo CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), realizado em Dubrovnik por estes arquitetos em 1956 e que encerrou o ciclo dos congressos pela contundência da sua crítica.

a continuidade espacial sem qualificação de uso. A complexidade proposta por meio da “clareza labiríntica” trata da dialética entre a determinação e a indeterminação do espaço, sua abertura e fechamento simultâneos, a repetição de elementos que se transformam de acordo com novas articulações. Nela, os espaços que se moldam com o uso, conformando-se menos como elementos fechados e mais como uma sequência, uma multiplicação de espaços menores articulados. Nesse sentido, a “clareza labiríntica” tem relação com a cidade, não com um edifício isolado: o edifício é entendido como uma estrutura de unidades bem definidas articulada a *espaços de transição*. O edifício, nesse sentido, não define o desenho da cidade: *ele é em si uma estrutura urbana, recompondo suas relações*.

Figura 20: Projetos do de arquitetos ligados ao Team X que correspondem ao conceito de "clareza labiríntica"

Legenda: 1. Orfanato Municipal de Amsterdã, de Aldo Van Eyck; 2. Vilarejo Mateotti, de Giancarlo De Carlo; 3. Universidade Livre de Berlim-Dahlem, de Woods e Schiedhelm; 4. Escritórios da Centraal Beheer, de Herman Hertzberger. Fonte: divulgação, internet.

Este tipo de implantação foi realizado na Moradia Estudantil da Unicamp (Campinas-SP) projetada, entre 1987 e 1989, pelo Laboratório de Habitação da Unicamp, coordenado pelo arquiteto Joan Villá. Alguns dos arquitetos que fundaram a Usina-CTAH em 1990 eram da equipe do Laboratório e levaram daquela experiência parte dos fundamentos da assessoria técnica: a tecnologia aplicada a um canteiro autogerido⁵⁷ e um projeto de unidades

⁵⁷ A tecnologia de construção da Moradia Estudantil da Unicamp era baseada em painéis de alvenaria pré-fabricados em obra, o que rearticulou toda a organização do trabalho no canteiro e suas hierarquias. Segundo Josep Maria Montaner e Zaida Muxí: “No primeiro laboratório desenvolveram painéis armados feitos com tijolo furado, que pesavam no máximo cem quilos, para que pudessem ser transportados e montados facilmente sem guias por

habitacionais baseado não na lógica da cidade tradicional (rua-lote), mas na articulação de espaços transitórios e diferentes escalas de apropriação, que conformam um desenho mais urbano do que arquitetônico. A implantação desta Moradia Estudantil é baseada num esquema modular que articula cômodos com espaços vazios e de circulação, criando uma série de situações e escalas de encontro diversas (ver Figura 21).

Figura 21: Foto da Moradia Estudantil da Unicamp e de seu sistema construtivo

Fonte: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.154/4895>> acessado em 04 de fevereiro de 2018.

Figura 22: Projeto da Moradia Estudantil da Unicamp. Arquiteto Joan Villá.

Fonte: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.154/4895>> acessado em 04 de fevereiro de 2018.

três ou quatro operários, muitas vezes mulheres. O objetivo era construir os diferentes elementos das habitações – paredes, escadas, pilares, lajes, vãos de janelas –, de maneira seriada, *in situ*, para criar novas comunidades comprometidas em reduzir a circulação de veículos e a pensar novos sistemas de rede e manutenção, sempre recorrendo às tecnologias e à participação” (< <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.154/4895>> acessado em 04 de fevereiro de 2018).

O desenho de implantação da Comuna Urbana se inspira nesta tradição projetual, na qual o espaço construído das habitações não se separa tradicionalmente do viário em lotes bem definidos. Como uma grande estrutura urbana complexa, há uma unidade espacial definida apenas pelas relações de uso, acesso e escalas de associação: o edifício é em si o sistema urbano⁵⁸. As unidades habitacionais, inclusive, do ponto de vista construtivo, embora pareçam casas horizontais, são edifícios com módulos de quatro unidades que, ao invés de estarem organizados verticalmente no mesmo prumo, se inclinam para a adequação ao terreno, todavia, compartilhando paredes, fundações e infra-estrutura. São unidades individuais apenas no uso interno da casa, pois são unidades coletivas em projeto, construção, manutenção e relação organizativa e social (por conta do acesso via Núcleo). As pracinhas dos Núcleos, portanto, se aproximam dos espaços transicionais de Van Eyck, presentes também na Moradia da Unicamp, como repetições não exatamente iguais, que articulam *fluxo* e *estar* simultaneamente.

No caso dos Núcleos da Comuna (Figura 16) (que, no diagrama de Carlos Nelson (Figura 18) seria a “vizinhança” e, no dos Smithsons (Figura 19), estariam na escala da “rua”), as pracinhas tem uma configuração definida pela circunscrição de portas e janelas: acessos e controle de observação. Carlos Nelson (1981) se detém longamente nestes aspectos, definindo a rua como o lugar do encontro, das trocas e dos conflitos próprios do urbano – mas que definem “a raiz da construção social da pessoa” (Idem, 85). Por isso a importância das janelas: os “muitos olhos” (Ibidem, 89) para a rua, que asseguram sua segurança por meio de códigos sociais (e não barreiras ou violência física) que, ao demonstrarem a apropriação do lugar, definem que é seu “proprietário natural” (Ibidem, 93-94). As pracinhas da Comuna Urbana definem uma escala entre o público e o privado, que procura a escala da *apropriação coletiva*.

“A relatividade do público e do privado, ou da casa e da rua, fica mais evidente ainda se considerarmos sua relação com os respectivos grupos que usam estes espaços, ou que têm pertinência dentro deles. A casa está para a família como a rua está para os moradores. Por isso é que se pode dizer que os moradores formam ‘uma grande família’ ou que ‘esta rua é a minha casa’. As oportunidades de contato com a multiplicidade de atividades, relações, pessoas e eventos, fazem da rua um espaço muito atraente para todos. Também para as crianças e os jovens. A rua é, contra todas as evidências da pedagogia institucional, uma área de lazer educativo” (SANTOS: 1981, 96. Grifos acrescentados).

Neste íterim o autor refere-se à contribuição de Jane Jacobs (1961) que abre sua crítica ao modernismo descrevendo o uso das calçadas para sintetizar a riqueza da vida

⁵⁸ Mais um problema, portanto, burocrático para aprovação legal: a dificuldade de separar a terra que deve ser concedida individualmente e aquela que permanecerá pública ou condominial fez com que até hoje toda a estrutura de propriedade fundiária ainda não esteja resolvida. Esta demora faz com que o processo de apropriação do espaço se desenvolva, criando novas situações mais ou menos coletivas, de acordo com as articulações sociais e políticas que se dão no tempo. As modificações que as famílias fizeram ao longo de já cinco anos morando na Comuna não se detiveram no espaço individual, mas avançaram no coletivo, gerando novas situações urbanas mais ou menos conflitivas devido ao grau maior ou menor de apropriação individual: do cuidado com a jardinagem das pracinhas e criação de hortas, a cercamentos para uso comercial. Todas estas situações fazem parte das potencialidades abertas pela apropriação espacial que o desenho propicia e que devem servir de temas geradores para a reorganização social e política da comunidade, na perspectiva da vida em comum. O conflito, portanto, faz parte do desenho em movimento, pois os espaços não tem *função* pré-estabelecida, mas *usos definidos pela escala associativa*, que é móvel no tempo e, portanto, muda no espaço.

urbana⁵⁹. Ela levanta três grandes temas para exaltar a calçada: a segurança, o “contato” e a integração das crianças. São temas extremamente relevantes para a história da Comuna, principalmente ao considerarmos sua origem na favela – local de violência, insegurança e “desvio” dos jovens; e seu florescimento organizativo por meio da “rua” como unidade mínima e do cuidado das crianças como centralidade da comunhão social. Segundo o Padre João Carlos:

“Uma favela é uma realidade de um ‘individualismo desesperado’, dominado pelos interesses da criminalidade. É aí que se esconde o traficante, é aí que se esconde a droga, onde a criminalidade recruta novos soldados. Cada um vive no seu barraco e não pode confiar no outro, não pode nem falar alguma coisa mais alta porque desconhece o outro, não sabe que tipo de alianças ele tem... uma conversa que ele faz hoje com o vizinho pode chegar amanhã nos ouvidos do traficante, que pode não gostar do que ele falou e este cara pode ser executado ou castigado. É nesse lugar que os adolescentes estão à disposição dia e noite para um trabalho que a criminalidade paga com uma certa regularidade. Um adolescente que não tem trabalho em nenhum lugar desse mundo... do lado dele tem o traficante que o oferece um dinheiro fácil... ele acha que encontrou a solução para o seu próprio sustento e da sua família. Geralmente o adolescente não tem um pai, nem uma família estruturada. Tem a figura da mãe que nós sabemos que muitas vezes é uma figura sagrada, pois é a única relação humana que ainda tem uma criança ou um adolescente” (Padre João Carlos, em entrevista a Sandro Barbosa, em 29 de dezembro de 2012).

Esta realidade aparece com angústia na fala das mulheres durante o processo de projeto participativo. Sua maior aflição é a perda dos filhos para o mundo do crime, fato pelo qual elas constantemente se culpabilizam por sua condição precária de ter que cuidar da casa e das crianças, trabalhar fora e muitas vezes querer estudar. Nesta vida, não conseguem olhar os filhos. Quando pensam sobre o espaço que querem viver, os elementos que mais aparecem estão relacionados à maior segurança deles – deixando em segundo plano o seu próprio conforto, lazer ou funcionalidades espaciais. Para Carlos Nelson, referenciando-se em Jacobs, tal segurança não vem da presença ostensiva da polícia (e isso a periferia está cansada de saber), mas dos “olhos para a rua” da própria comunidade, que cria laços de solidariedade também no cotidiano do cuidado coletivo. A escala da relação entre os “olhos” das janelas e a calçada (no caso da Comuna, a pracinha do Núcleo) é fundamental aqui: é ela que media e controla os usos específicos daquele espaço (para o bem ou para o mal...), assegurando a segurança física e social das crianças pela própria comunidade, independente da presença da mãe. Assim, não há espaço residual ou “sem dono” na configuração espacial da Comuna: no caso dos Núcleos, não apenas as portas, mas principalmente as janelas e varandas estão numa relação direta e próxima com as praças e com a Rua Principal.

É nessa relação do espaço que “tem dono” – coletivo e auto-determinado – que a Comuna se diferencia da favela, inclusive na sua potencialidade de organização popular. Herman Hertzberger, aluno de Van Eyck, justamente utiliza alguns exemplos de configurações espaciais populares da América Latina para ilustrar as suas “Lições de Arquitetura”, cujas fotografias, entre outras referências, foram utilizadas para as oficinas de projeto participativo na Comuna. Segundo o arquiteto, em continuidade às lições de Van Eyck, a potencialidade da “clareza labiríntica” enquanto espaço de organização coletiva está na determinação espacial

⁵⁹ Jacobs descreve a efervescência da vida urbana no bairro de Greenwich Village, em Nova Iorque, enquanto Carlos Nelson se refere às periferias e favelas do Rio de Janeiro. Portanto, é sempre necessário guardar suas distinções, ainda que o arquiteto se refira diretamente à americana.

(não legislativa) do seu caráter transicional entre público e privado. Os elementos que compõem essa determinação são o acesso ao espaço, sua supervisão, utilização, cuidado (manutenção) e responsabilidade sobre ele – transformando o *usuário* em *morador*. O desenho é capaz de delimitar estes elementos, direcionando e potencializando a produção e a apropriação coletivas do espaço que são ações, em si, políticas. A escala progressiva dos espaços é um dos fatores mais importantes para que isso aconteça de maneira *não hierárquica*, mas de *qualidades de uso e funções diversas*: a adequação desta escala determina ao que o espaço servirá ou não, transformando-o em um *lugar* (diferente de *espaço*), que é a articulação de unidades espaciais de tamanhos específicos para os seus usos, ampliando a capacidade do *espaço* (lugares menores formam espaço maior e mais determinado, fugindo dos grandes espaços vazios que alienam e dispersam).

Na história mesma dos conjuntos de habitação popular dos mutirões autogeridos há um exemplo que foi referência para a Usina-CTAH neste aspecto: o Conjunto São Francisco VIII, na zona leste da capital paulista, do movimento Leste 1, ligado à UMM (União dos Movimentos de Moradia), projetado por Demetre Anastassakis, do escritório carioca Co Opera Ativa. Do mesmo grupo, no Rio de Janeiro, o Conjunto Ribeiro Dantas e o Conjunto Nova Maré (ambos no Complexo da Maré) também apresentam a mesma solução urbanística: pátios de escala menor que dão acesso a grupos de moradias, com fechamentos delimitados por pórticos formados pelas próprias habitações no segundo andar, além da tectônica própria ao tijolo de cerâmica aparente (Figuras 23 e 24).

Figura 23: Conjunto São Francisco VIII, MST-Leste 1 (São Paulo-SP); Conjunto Nova Maré (Rio de Janeiro). Arquiteto: Demetre Anastassakis, grupo Co Opera Ativa.

Figura 24: Conjunto Ribeiro Dantas (Complexo da Maré, Rio de Janeiro). Arquiteto Demetre Anastassakis, grupo Co Opera Ativa.

Fonte: Site da Co Opera Ativa (<<http://cooperaativa.blogspot.com.br/>> acessado em 04 de fevereiro e 2018).

A Usina-CTAH, em seus projetos anteriores à Comuna Urbana, apoiados nas indicações urbanísticas da Moradia Estudantil da Unicamp, sempre buscaram estas escalas intermediárias, que podem ser vistas de maneira mais proeminente no Copromo (Osasco-SP), União da Juta, Juta Nova Esperança e Paulo Freire (todos em São Paulo-SP) (ver Figura 25 e USINA: 2015). No entanto, em nenhum deles esta diretriz projetual estava diretamente ligada à organização política dos movimentos populares que os construíam. Os Núcleos, na Comuna Urbana, estão para além dos preceitos trabalhados desde a década de 1960 na arquitetura crítica ao movimento moderno: eles são uma superação política da organização comunitária, pois participam, como prática espacial, de uma organicidade construída nacionalmente pelo MST e que se comunica, portanto, com uma estrutura maior do que as relações localmente estabelecidas.

Figura 25: Implantações dos projetos União da Juta, Copromo, Juta Nova Esperança e Paulo Freire (Usina-CTAH)

1. União da Juta; 2. Copromo; 3. Juta Nova Esperança; 4. Paulo Freire.
Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2015.

Porém, nem tudo são flores. Este desenho envolvia grande complexidade técnica, pois o terreno da Comuna tem uma alta declividade que compõe um talvegue (um pequeno vale), com uma nascente (que tornava cerca de um terço do terreno área *non edificanti*). Dada

a extensão do programa de necessidades e o princípio (exigido pelos moradores) de casas que não fossem sobrepostas, foi adotada a solução de sobrados geminados em desnível. O limite estreito dos recursos disponíveis também não permitia a adoção de uma excessiva quantidade de muros de arrimo, o que diminuía ainda mais o espaço disponível, pois teriam que ser utilizados taludes para criar os patamares de implantação das casas. Foi realizado um projeto de patamarização que acompanhava a declividade natural do terreno que, no entanto, não permitia a concordância dos andares, tendo um desnível de 1,80m. A solução adotada foi a de construir *em cima dos taludes*, aproveitando-os como caixão perdido para passagem de infraestrutura, cuja construção e manutenção seriam muito mais fáceis do que se estivessem embaixo da laje concretada.

O desenho final (ver Figuras 26 e 27) é de grande complexidade construtiva, que teve como decorrência uma obra muito delicada e difícil de ser apreendida pelos trabalhadores inicialmente. As redes de infraestrutura individuais, ainda que passassem pelos caixões perdidos, tinham percursos que inevitavelmente cruzavam outras casas. Isso gerava grande quantidade de trechos “em espera”⁶⁰, que não tinham razão de estarem ali de acordo com a lógica da casa que estava sendo construída (pois se referiam às casas vizinhas). Além disso, o cruzamento entre as casas (tanto de alvenaria quanto de redes) foram causa de constantes desgastes com os trabalhadores remunerados, pois a medição da CEF, as planilhas orçamentárias e quantitativas e a própria (auto) organização deles no canteiro⁶¹ era ordenada pela unidade habitacional, não pelo avanço contínuo de alvenaria, que era a lógica do desenho.

Figura 26: Corte da sequência padrão de tipologias na transversal à declividade do terreno

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2007.

⁶⁰ Pequenas partes das redes colocadas na alvenaria, que aguardam a finalização quando a próxima etapa de construção as forem continuar.

⁶¹ Os trabalhadores que faziam a alvenaria (chamados de “bloqueiros”, como será descrito no próximo item) se auto-organizavam no canteiro procurando nichos próprios, que não envolvessem a interferência com a área de outro bloqueiro, até porque as paredes eram compartilhadas entre as casas. Como saber se determinada alvenaria compartilhada foi realizada pelo bloqueiro da casa de cima ou de baixo? Por diversas vezes essa definição foi acordada e o pagamento por tipologia padronizado, mas esse procedimento nunca era suficiente para a quantidade de exceções e acordos particulares entre os trabalhadores diretamente no canteiro.

Assim, os desenhos executivos de obra⁶² - cuja produção dentro do escritório da Usina-CTAH foi extensa pela quantidade de detalhes que exigia – foram utilizados apenas parcialmente, com inúmeras adaptações locais. Este tema será aprofundado no próximo item, mas aqui é importante ressaltar que a lógica do projeto não era a mesma da obra (fato que numa obra ortodoxa seria impensável). Esse deslocamento entre desenho e canteiro expressava algo mais profundo: a enorme distância entre o pensamento sobre o que seria uma Comuna e a sua efetivação material, carregada de contradições. Se, numa obra regida pela racionalidade do capital, o desenho tem função de materializar as determinações da mercadoria (que é sempre inequívoca e objetiva), na Comuna Urbana a realidade do canteiro autogerido se voltou *contra o “desenho”*: ou seja, contra um projeto social e político cuja lógica não respondia às necessidades e desígnios daquela comunidade, conformada por uma racionalidade que se formava socialmente maior do que a organização local⁶³, como será visto nas Partes 2 e 3 desta tese. Ao final o desenho técnico foi cumprido, mas sua má execução é fruto destes deslocamentos, o que indica um problema de fundo⁶⁴.

Figura 27: Detalhe padrão do cruzamento de tipologias na alvenaria

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2007.

⁶² Tais desenhos indicam tecnicamente ao trabalhador o que deve ser feito.

⁶³ Esta relação entre o local e a organização política nacional já estava presente na configuração dos Núcleos, como visto acima.

⁶⁴ Outro comentário interessante de obra expressa isso. Ao eu corrigir uma alvenaria feita errada (algo recorrente), o trabalhador (também morador) respondeu algo assim: “Fala sério! De novo? Por que isso precisa ser tão difícil?”.

1.1.2 Construindo uma Comuna

O canteiro de obra da Comuna Urbana

Dentro da concepção da Comuna Urbana como processo político-espacial, a *produção do espaço* tem papel central na medida em que é entendida como unidade entre o *vivido-percebido-concebido*. A realização da obra em mutirão era bastante polêmica, principalmente para o MST, que nunca tinha trabalhado na questão urbana e via com maus olhos o trabalho não remunerado nesse campo, embora o realizasse de outras maneiras no meio rural ou na construção dos equipamentos organizativos do movimento⁶⁵. O padre João Carlos, no entanto, dentro da perspectiva do trabalho como centro da formação do caráter e da moral cristã⁶⁶, apostava nessa saída. O que era menos polêmico era a autogestão da obra: fazia claramente parte do processo da Comuna a autodeterminação coletiva da comunidade, e ela começava a se firmar gerindo diretamente a construção do seu espaço definitivo – contratando e administrando a mão de obra e comprando e administrando o material. O mutirão foi, ao fim, realizado num misto (sempre mal acabado) entre a necessidade (por conta da precariedade do financiamento) e a diretriz do Padre João Carlos.

As Comunas promovidas pelo MST na Grande São Paulo apresentaram diferenças em relação ao entendimento consolidado no movimento sobre o papel do trabalho coletivo na perspectiva de formação política e organicidade. Sua materialização explicitou a contradição entre certo idealismo presente nas formulações do *trabalho como princípio educativo*⁶⁷ e o movimento real de formação da subjetividade do trabalhador dentro de relações de produção determinadas, principalmente no urbano. Neste sentido, as Comunas são importantes materiais empíricos para a práxis que pretende fazer formação política por meio da educação pelo trabalho. Da mesma maneira, as Comunas promovidas pelo MST-RGSP tiveram uma série de particularidades em relação aos empreendimentos anteriores da Usina-CTAH, realizados junto aos movimentos de moradia urbanos e de tradição paulista (com origem uruguaia, como visto na Introdução). Elas decorriam, principalmente, de diferenças de entendimento sobre o papel do trabalho coletivo na perspectiva de formação política e organicidade do movimento.

Primeiramente, há um desafio novo para o MST que é a construção civil: a produção de uma materialidade imóvel e perene, que envolve a coordenação de grande diversidade de trabalhos específicos, conformados como uma manufatura⁶⁸ específica⁶⁹. Mais do que isso, a

⁶⁵ Ver LOBO: 2005 e GUERREIRO: 2016a.

⁶⁶ Este tema será aprofundado no Capítulo 1.2.

⁶⁷ Este tema será aprofundado no Capítulo 1.2.

⁶⁸ Marx dedica-se à descrição da manufatura e suas origens nos Capítulos XI (“Cooperação”) e XII (“Divisão do Trabalho e Manufatura”) d’O Capital (MARX: 1983 [1867]. Livro I, Tomo I). Derivada da cooperação simples (trabalhadores que trabalham conjuntamente de maneira planejada e conexa), a manufatura caracteriza-se como a reunião de diversos trabalhadores comandados por um mesmo capitalista. Diferente, porém, da cooperação simples, ela exige um fracionamento e especialização dos ofícios que antes tinham o domínio da totalidade do processo produtivo. Assim, suas principais características são a decomposição do ofício em operações particulares e a perda parcial da autonomia do trabalhador frente ao produto final, ou seja, “um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (Idem, 268). A maquinaria não tem papel relevante (e, as usadas, dependem ainda da força humana) e, portanto, não há efetivamente uma unidade técnica no processo de trabalho, permanecendo em

produção habitacional envolve um bem ligado ao uso privado (ainda que se possa discutir sua propriedade coletiva). Desta maneira, difere da principal experiência do MST com o trabalho coletivo, as cooperativas de produção e consumo ligadas aos assentamentos de reforma agrária. Trata-se, portanto, de uma discussão sobre o estatuto do trabalho num momento de transição para o MST, no qual é necessário transpor – ou transformar – as experiências ligadas ao trabalho rural para o urbano. A produção do espaço, neste sentido, é uma importante expressão desta transição, pois envolve novos elementos: propriedade da terra, outras habilidades e tecnologias de produção, e a principal delas, a transição do modo de produção baseado no trabalhador individual para o coletivo – representada pela manufatura. Isso implica uma mudança substantiva no lugar do trabalho dentro da estratégia de formação política do movimento.

O mutirão autogerido é uma prática adotada pelos movimentos de moradia paulistas há quase 30 anos, com origem na experiência uruguaia da Federación Uruguaya de Cooperativas por Ayuda Mutua (FUCVAM)⁷⁰. Ele parte de uma estratégia política na qual tem centralidade a crítica ao modo de produção capitalista por meio da experimentação de outra organização da produção, na qual são desnaturalizados os papéis e funções já cristalizados pelo capital. O processo de construção de moradias é um campo privilegiado para esta proposição, pois lida com momentos de formação crítica frente à cidade contemporânea, discute relações de gênero e comunitárias, além de colocar em prática a autogestão dos trabalhadores e a possibilidade de experimentar outra relação de produção pelo fato de que a construção civil tem base manufatureira e, portanto, ainda é muito ligada ao controle operário. Como não há remuneração, os serviços tendem a ter uma maior homogeneidade valorativa, pois são todos necessários para a aferição de obra⁷¹. O intuito formativo é o de

seu centro o trabalhador coletivo (unidade da cooperação de trabalhadores parciais). A manufatura pode ser de dois tipos: a heterogênea e a orgânica (também chamada de “serial”, dependendo da tradução utilizada). A primeira é conformada por um processo produtivo que independe da reunião dos trabalhadores num único local de trabalho, pois cada um deles se especializa na fabricação de uma parte do produto independente de outras – que só depois serão juntadas. Há, portanto, uma “relação externa do produto acabado com seus elementos de diferentes espécies [que] torna aqui (...) accidental a combinação dos trabalhadores parciais na mesma oficina. Os trabalhos parciais podem mesmo ser executados como ofícios independentes entre si (...)” (Ibidem, 271). “A segunda espécie de manufatura [a manufatura orgânica], sua forma completa, produz artigos que percorrem fases interligadas de desenvolvimento, uma sequencia de processos gradativos (...). Na medida em que tal manufatura combina ofícios originalmente dispersos, ela reduz a separação espacial entre as fases particulares de produção do artigo. O tempo de sua passagem de um estágio a outro é reduzido, do mesmo modo que o trabalho que media essa passagem. Em comparação com o artesanato ganha-se assim força produtiva, na verdade originando-se esse ganho do caráter cooperativo geral da manufatura. Por outro lado, seu princípio peculiar da divisão de trabalho causa um isolamento das diferentes fases de produção, que como outros tantos trabalhos parciais artesanais se autonomizam reciprocamente. Estabelecer e manter a conexão entre as funções isoladas requer transporte ininterrupto do artigo de uma mão para outra e de um processo para outro. Do ponto de vista da grande indústria, isso se apresenta como uma limitação característica, custosa e imanente ao princípio da manufatura” (Ibidem, 272).

⁶⁹ Segundo Sérgio Ferro: “O processo da construção civil é complexo, havendo combinação de manufatura serial com a manufatura heterogênea e a indústria. Por exemplo: há sinais da manufatura heterogênea na sucessão de várias etapas, quando saem os pedreiros da obra e entram os pintores, ou ainda quando peças produzidas fora do canteiro são montadas na obra (caixilhos, armários, etc.). Os produtos industrializados também compõem, ou como matéria prima (ferro, cimento) ou como peças a serem incluídas na obra (metais, ferragens, louças de banheiro, luminárias, etc.). A produção no seu conjunto, ou no interior de cada etapa, entretanto, é predominantemente do tipo da manufatura serial. E o que caracteriza a forma de produção da construção civil é sua forma dominante, e não a do componente mais avançado técnica ou historicamente” (FERRO: 2006a [1969], 83).

⁷⁰ Este tema será aprofundado no Capítulo 1.3.

⁷¹ A obra é aferida pela CEF em visitas técnicas programadas segundo o cronograma físico-financeiro, nas quais se fiscaliza os serviços daquela etapa de obra, que devem estar todos finalizados para que ocorra nova liberação de recursos. Esta visita é denominada de “medição”.

discutir a contradição central entre valor de uso (qualidade) e valor (quantidade)⁷². Nesse sentido, a percepção dos trabalhadores no canteiro muda em relação ao próprio trabalho: o trabalho concreto ganha vida e é a sua especificidade aquela que entra na contabilidade, agora subjetivada. “Mede-se” no chão do canteiro as habilidades necessárias, as forças físicas, psíquicas e cognitivas empregadas, além da relação direta com a matéria.

Na direção oposta ao fetiche⁷³ – que oculta o trabalho concreto (aquele que produz valores de uso) por meio da transformação do trabalhador em *força de trabalho*⁷⁴ – a intenção

⁷² Segundo Karl Marx: “Cada coisa útil, como ferro, papel etc., deve ser encarada sob duplo ponto de vista, segundo qualidade e quantidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico. Assim como também o é a descoberta de medidas sociais para a quantidade das coisas úteis. A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa, como dúzia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro etc. (...) O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX: 1983 [1867], 45-46 (O Capital, Livro I, Tomo I, Capítulo I). Grifos acrescentados). Após discorrer sobre o que seria o *valor de troca* (uma relação quantitativa entre valores de uso, que permite a sua troca), Marx o descarta como categoria na medida em que ele é a forma aparente do *valor*: “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso. Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores — valores mercantis. Na própria relação de troca das mercadorias seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, realmente, o valor de uso dos produtos do trabalho obtém-se seu valor total como há pouco ele foi definido. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor. O prosseguimento da investigação nos trará de volta ao valor de troca, como a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor, o qual deve ser, por agora, considerado independentemente dessa forma” (Idem, 47. Grifos acrescentados).

⁷³ A categoria de fetiche em Marx percorre todo O Capital, se transformando junto com a exposição do autor. Aqui se trata da sua primeira forma de aparecimento, que é o “fetiche da mercadoria”, tal qual exposto no Primeiro Capítulo (Livro I, Tomo I). De maneira bastante sintética, pode-se dizer que o fetiche da mercadoria é o resultado desta dualidade entre qualidade e quantidade na mercadoria, que tende a se autonomizar enquanto *forma social* (Ibidem, 70): “De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho. O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quíproquo os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais” (Ibidem, 71. Grifos acrescentados). Cabe ressaltar que a categoria “fetiche”, em Marx, é fruto maduro de uma primeira fase de seu pensamento – na qual ele procurava se diferenciar do hegelianismo – em que ele se deteve no conceito de “alienação” (principalmente nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos”), procurando a descrever de

política-formativa é a de criticar a categoria capitalista de “trabalho produtivo”⁷⁵, demonstrando, na prática, a necessidade concreta de trabalhos que, para o capital, são “não produtivos” (no caso do canteiro de obras, a movimentação e escavação de terra, o fazer a “massa”, a organização do canteiro, o transporte de materiais, o fazer comida, o cuidado com as crianças, etc.). A intenção é deslocar a valoração socialmente estabelecida: trabalhos necessários são também aqueles que não efetivam, ou consomem, mercadorias de maneira produtiva (para o capital) (no caso do canteiro, a produção de alvenaria, lajes, coberturas, etc.). Isso só é possível no mutirão, pois há controle da totalidade da produção pelos trabalhadores e pré-disposição de experimentar outras relações produtivas. Um trabalho efetivamente de formação política. Daí a incorporação do trabalho feminino e dos idosos e deficientes, a rotação de tarefas, a valoração subjetivada coletivamente dos diversos trabalhos “improdutivos”, a discussão em canteiro das indicações projetuais e estratégias produtivas, além da organização do trabalho vivo. Um trabalhador “profissional” não receberia uma casa maior ou melhor, mas a mesma casa do idoso que entregava a água para os trabalhadores durante o mutirão.

Na Comuna Urbana, enquanto o mutirão ocorria nos finais de semana, durante a semana o trabalho era remunerado. A divisão de serviços seguia uma dupla articulação: a necessidade financeira e a adequação dos serviços ao trabalho mutirante (o que inclui sua maior adequação pedagógica e política também). Esta definição foi feita pela Usina-CTAH quando montou o orçamento para ser aprovado pela CEF. No entanto, a prática do canteiro

maneira materialista por meio da noção de “estranhamento” do trabalhador em relação ao seu produto de trabalho no processo de produção capitalista, no qual ele comparece como *força* de trabalho, separada (alienada) do sujeito. “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isso na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a *objetivação* do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desejetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento*, como *alienação*” (MARX: 2008 [1844], 80. Grifos no original). Assim, é necessário frisar a diferença da categoria de alienação em Marx, amadurecida no conceito de fetiche, e a de *trabalho abstrato*, visto na nota 72, que se trata da *expressão* quantitativa e reduzida do trabalho concreto.

⁷⁴ A “força de trabalho” é uma mercadoria necessária para a produção de mais-valia, cujo valor é aquele de sua reprodução, expresso na forma salário. Assim, ela faz parte da composição *interna* do capital, como sua parte *variável* (aquela que produz um novo valor), enquanto as matérias primas e meios de produção são sua parte *constante* (aquela que transfere valores da mercadoria consumida para a nova mercadoria) (Cf. O Capital: Livro I, Tomo I, Capítulo VI). Assim, ela *difere da categoria “trabalho”*, entendida como *trabalho em geral*, que apenas produz *valores de uso*, ou seja, não está subsumida à forma capital. Este tema será retomado no Capítulo 1.2.

⁷⁵ As noções de trabalho produtivo e improdutivo foram trabalhadas por Marx no Capítulo VI Inédito, que não foi incluído no O Capital (MARX: 1978 [1867]). Para o autor, *o trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia*, independente da mercadoria que se esteja produzindo (se material ou imaterial). É importante frisar que a *mais-valia* não é a mesma coisa que *valor*: este é o tempo de trabalho socialmente necessário despendido para a produção da mercadoria e, a primeira, a *diferença* entre o tempo total de trabalho *despendido* e o *necessário* para repor a força de trabalho (expresso no seu preço, o salário, que pode estar acima ou abaixo do efetivo *valor* de reposição da força de trabalho). Assim, para a produção de mais-valia e, portanto, para a existência do *trabalho produtivo* no capitalismo é necessário que *o processo de trabalho seja também processo de valorização*, ou seja, seja realizado por meio do assalariamento. Cf. MARX: 1983 [1867] (Livro I, Tomo I, Capítulo I) e MARX: 1978 [1867] (Capítulo VI Inédito). O termo “trabalho produtivo” aqui está sendo usado de maneira comparada, já que numa obra autogerida a finalidade não é a produção de mais-valia – ainda que se produza um valor. A crítica está justamente na desambiguação da palavra: no mutirão é possível entender o “produtivo” como o trabalho que gera valores de uso (serviços indispensáveis para a conclusão das casas), que serão reapropriados pelos produtores. Reiteramos que, como qualquer produção dentro do sistema capitalista, o processo de trabalho envolve sua especificidade histórica, a de ser também produtor de *valor* – podendo, portanto, a casa ter, depois, um preço (este tema será retomado adiante).

modificava constantemente as pré-definições abstratas, fazendo com que precisassem ser feitas adequações dos tipos e quantidades de serviços feitos em mutirão. Estas definições eram realizadas sempre em conjunto com a Coordenação de Obra, que era composta por: moradores remunerados (compradora e almoxarife); trabalhadores contratados pela Entidade Organizadora⁷⁶ (mestre de obras (eventualmente) e a Usina-CTAH); trabalhadores da Entidade remunerados para trabalhar na obra como contratados (administração financeira e trabalho social); além de representante do MST. Além desta coordenação geral, havia os coordenadores dos três Núcleos⁷⁷ de moradores que se formaram para o revezamento no mutirão (cada dia era responsabilidade de um Núcleo, fazendo com que os mutirantes trabalhassem um sábado, o domingo da semana seguinte, e o terceiro final de semana seria liberado). As funções destes agentes⁷⁸ (ver Organograma 2) eram:

1. Compradora: recebia da Usina-CTAH a lista de compras de materiais para cada etapa de obra, fazia cotações em fornecedores e fechava as compras;
2. Almoxarife: recebia os materiais na obra, conferia os pedidos, os organizava e controlava sua saída do almoxarifado e repassava as notas para a administração financeira;
3. Administração financeira: pagava os fornecedores e trabalhadores (bem como seus direitos trabalhistas), controlava o fluxo de caixa da obra e era responsável pelas prestações de conta;
4. Contador: organizava as notas, compunha os balancetes e fazia a manutenção jurídica da Entidade;
5. Usina-CTAH: fiscalizava a obra (adequação de projeto e execução técnica), controlava o orçamento, definia os serviços de cada etapa, montava listas de materiais para compra e assumia a responsabilidade técnica junto à CEF;
6. Mestre de obras: fiscalizava e geria o cotidiano da obra junto aos trabalhadores;
7. Trabalho social: organizava assembleias e gerenciava as famílias junto à CEF (cadastro, faltas, problemas específicos);
8. Representante do MST: coordenação geral deliberativa e direção política;
9. Coordenadores de Núcleos: controlavam as faltas, organizavam o trabalho no canteiro junto à Usina-CTAH e administravam os pagamentos de faltas⁷⁹.

⁷⁶ Uma pessoa jurídica que representava as famílias no contrato com a CEF, em nome do MST. Esta definição, que vem do financiamento estatal, será desenvolvida no Capítulo 3.2.

⁷⁷ Os três Núcleos foram definidos pelo MST e por moradores já contratados para a administração da obra, rearticulando os 17 Núcleos que haviam no local de moradia. O critério foi a distribuição homogênea de profissionais da construção civil e suas habilidades específicas, para que os Núcleos ficassem equilibrados. Tais Núcleos eram o centro organizativo da Comuna Urbana, tanto na obra quanto no local de moradia, o que demonstrava a centralidade do processo construtivo na organicidade da comunidade naquele momento. Por conta disso, eles foram muito trabalhados pelo MST, que tinha um representante em cada Núcleo e criou uma dinâmica para a escolha dos seus nomes, completada por uma mística em torno do seu significado. Assim, cada núcleo criou um grito de guerra, evocado todo início e final de dia de obra, o que foi muito importante para a geração de pertencimento dos moradores. Seus nomes eram Keno (militante assassinado do MST), Pátria Livre e Unidos.

⁷⁸ Para visualizar sinteticamente estas funções, ver a Tabela 6, na Conclusão, onde se poderá comparar esta organização de obra com os outros casos analisados nesta tese.

⁷⁹ Pelo regulamento de obras, feito em assembleias, os mutirantes tinham um número máximo de faltas não justificadas, podendo também pagar para outra pessoa os substituir (o que também tinha um número máximo de ocorrências permitidas). Em determinado momento da obra, instituiu-se que o morador faltante poderia fazer este pagamento para o coordenador do Núcleo que, ou arranjará alguém para substituir o morador, ou somaria o recurso numa “caixinha de obra”, para gastos urgentes sempre necessários. Fica claro aqui que esses

Organograma 1: Obra padrão do mutirão autogerido

Organograma 2: Obra da Comuna Urbana no seu primeiro ano (2009)

Fontes: Formulação própria com base no arquivo da Usina-CTAH, 2009.

coordenadores ganharam grande centralidade de poder, pois controlavam dinheiro e a permanência das pessoas no processo (pelo controle de faltas).

Além destes coordenadores, a obra era realizada diretamente pelos trabalhadores do canteiro, que eram remunerados durante a semana, quando ocorria a maioria dos serviços, sendo contratados de maneiras diversas ao longo da obra, como será visto adiante. No entanto, sempre sua maioria era composta por moradores da Comuna Urbana. Durante o final de semana ocorria os mutirões, com os moradores trabalhando em serviços específicos, de maneira não remunerada⁸⁰. Esta divisão de tarefas e funções era muito próxima do modelo dos mutirões autogeridos tradicionais, porém carregava já mudanças importantes. Acima, no Organograma 1, pode ser visto o Organograma de Obra padrão do modelo anterior e, em seguida, no Organograma 2, como ele se transforma em alguns pontos no caso da Comuna Urbana.

Uma primeira diferença é em relação ao Trabalho Técnico Social (TTS) da Comuna Urbana, que foi muito diferente daquele desenvolvido até então pela Usina-CTAH nas suas obras com outros movimentos populares e outros programas habitacionais. Neste quesito, pela Resolução 460 – que já acompanhava a nova geração de políticas habitacionais do governo Lula (particularmente o PCS, também por autogestão, como será visto no Capítulo 3.2) – a CEF tinha controle do TTS, que passava a ser uma *exigência institucional* do programa. Tal exigência está ligada à “gestão do social” numa escala muito maior, que envolve o controle e conhecimento sobre as populações atendidas pelos programas sociais dentro da gestão petista: o Cadastro Único, no qual os beneficiários devem estar inseridos para qualquer acesso a estes programas. Segundo Rizek, sobre o tema:

“Seria possível identificar aí um processo de gestão da vida cotidiana pautada por critérios de eficiência mensuráveis nos termos de cada um dos programas. No âmbito desses programas, talvez seja possível e necessário identificar um deslizamento que permite compreender como os operadores se transformam e são transformados por esses mesmos critérios de avaliação e eficiência crescentemente acoplados aos programas sociais que instituem instrumentos de gestão da vida, de organização e de mapeamento da pobreza, de transformação das populações em situação de precariedade em públicos-alvo fragmentados e condicionados por idade, sexo, atividade, necessidades não raro identificadas e atribuídas a partir de critérios de cada programa, de cada uma das instituições e agentes envolvidos” (RIZEK: 2016, 215).

Anteriormente, o trabalho social era realizado pela assessoria como maneira de dar direcionamento *político* do processo de trabalho, que deveria estar sempre acompanhado da reflexão coletiva dos temas e situações de obra, momento político-formativo trazido diretamente do canteiro (Cf. USINA: 2015). Nele também era realizado o Regulamento de Obras e o Regimento de Condomínio, feitos em assembleias, que também eram organizadas de maneira constante para prestação de contas e centralização de questões que apareciam nos Núcleos de trabalho, bem como homogeneizar informações e horizontalizar as decisões do canteiro.

Dentro da institucionalidade, o trabalho social, agora “TTS”, tinha como escopo a gestão social da “população atendida” que, teoricamente não adaptada à vida legal em comum, deveria ter assistência em relação à formação e conhecimento cidadão e comunitário.

⁸⁰ A avaliação quantitativa destes serviços pode ser vista nos Gráficos 1 e 2.

Sendo um trabalho agora obrigatório⁸¹, havia recursos reservados para tanto e apenas a exigência de que sua responsabilidade técnica ficasse a cargo de um profissional habilitado na área social – ou seja, não necessariamente a assessoria⁸². Assim, na Comuna Urbana o TTS ficou a cargo do MST⁸³. Num primeiro momento, a assessoria achou interessante que o movimento assumisse esta tarefa, pois seria uma maneira de dar um caráter político para além do canteiro. No entanto, o fato de que este trabalho tivesse se transformado numa formalidade, somado ao cada vez maior afastamento do movimento do canteiro de obras, fez com que, na prática, ele não se efetivasse – o que teve uma série de decorrências.

Outra diferença era a administração financeira, que no modelo anterior era realizada por um morador (eleito em assembleia, como o comprador e o almoxarife) que era remunerado para fazer a tarefa durante a semana. Esta administração era supervisionada pela assessoria, que podia também ter condições de acompanhar a evolução do orçamento de acordo com a sua adequação à realidade (da obra e da evolução dos preços dos insumos). Na Comuna Urbana, esta função também foi realizada por um integrante do MST, pois o movimento, responsável junto à CEF pelo financiamento, queria alguém de sua confiança para administrar a conta corrente. Esta mudança, embora do ponto de vista jurídico e financeiro tenha lógica, na prática promoveu uma ruptura entre o canteiro e o fluxo de caixa, pois o responsável pela função não era morador, não morava em Jandira e não estava na obra, pois fazia o serviço da sede da Entidade Organizadora (EO), na Comuna da Terra Dom Tomás Balduino (Franco da Rocha-SP). Não apenas pelas dificuldades físicas, mas principalmente pela centralização que o MST promoveu, foi realizada apenas uma prestação de contas à comunidade, logo no início da obra – o que gerou, evidentemente, muita desconfiança e uma fratura na relação entre o movimento e os moradores. Assim, conformou-se uma Coordenação de Obra com caráter bastante técnico e afastada do cotidiano do canteiro, fator que colaborou decididamente para que o direcionamento político do mutirão e da autogestão ficasse comprometido.

No trabalho remunerado durante a semana, mais mudanças. No primeiro ano de obra (2009), ele foi realizado de forma mista: dois pedreiros⁸⁴ (representados pela letra “B” no Organograma 2) contratados diretamente pelo MST (recebendo salário mensal), combinados a uma pequena empreiteira⁸⁵ local (letra “A” no Organograma 2) que recebia por serviço, cujo

⁸¹ Para a liberação dos recursos de obra, além do relatório técnico de fiscalização de obra, era também necessário um relatório do TTS.

⁸² Este movimento de “desintermediação”, que retira o monopólio da assessoria técnica sobre um determinado escopo, é relevante na hipótese desta tese e será aprofundado no Capítulo 3.2.

⁸³ Este formato já havia sido experimentado entre a Usina-CTAH e o MST no acompanhamento de obra da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, com uma má avaliação, mas que na Comuna Urbana acordava-se que seriam feitas modificações pelo movimento.

⁸⁴ Estes dois pedreiros foram chamados pela Usina-CTAH, pois já tinham experiência anterior em obras de mutirão autogerido e conhecimento da técnica do bloco estrutural cerâmico. Sua incumbência era, além dos serviços de obra, também ensinar o trabalho especializado da alvenaria para os mutirantes. No entanto, seu pagamento mensal foi questionado pela Coordenação, que focalizava a produtividade da obra, como será visto adiante – o que fez com que eles fossem desligados dela já no início do segundo ano. Este afastamento também teve decorrências ruins para o caráter de formação política do mutirão, pois a alvenaria não conseguiu ser descentralizada e acabou sendo quase que integralmente feita pelos trabalhadores contratados – mesmo porque era o serviço mais bem remunerado da obra.

⁸⁵ “Empreitada” significa, na construção civil, uma forma de contratação de mão-de-obra e gestão: o “empreiteiro” recebe os recursos globais para vários serviços fechados e contrata os diversos trabalhadores necessários para realizá-los, estando estes e os recursos sob sua gestão (e não na do contratante).

dono aceitou contratar trabalhadores da comunidade – pois ele também fazia parte, anteriormente, do grupo de jovens formados pelo Padre João Carlos, sendo naquele momento também presidente da Cáritas. As relações de trabalho durante a semana, portanto, não eram autogeridas pelas famílias, apenas organizadas pela Usina e pagas pelo MST. Todo início de obra tem produtividade mais baixa, porém este foi especial. O empreiteiro não colocava trabalhadores suficientes em obra e, além disso, atrasava o salário daqueles que estavam. Ao fim do ano, abandonou a obra em meio a uma greve dos trabalhadores, realizando cerca de 15% de seu total.

O caso era ainda mais dramático na medida em que, por conta da autogestão do financiamento, ocorria um fato inusitado: os trabalhadores explorados e espoliados durante a semana eram sujeitos conformados por uma sobreposição de papéis político-econômicos. Ao mesmo tempo em que eram os beneficiários e gestores do financiamento, acumulavam funções de maneira combinada: gestão da obra e coordenação do mutirão – algo normal nos mutirões autogeridos –, mas também a *coordenação política interna das famílias* (que moravam juntas no terreno alugado da Nicolau Mayevsky), além de *trabalho “duplicado” como mutirantes e como contratados* – situações estas muito próprias da Comuna Urbana (Organogramas 2 e 3). Isso se dava porque a comunidade morava junta, de maneira já previamente organizada coletivamente⁸⁶; e também, talvez por conta da origem comum (baseada no trabalho precário), havia muitos trabalhadores da construção civil⁸⁷, de profissionais a serventes (todos homens). Havia diversos graus de sobreposição, do mínimo (moradores mutirantes) ao máximo (incluindo aí pessoas que, além das funções apresentadas, eram também militantes do MST e, outras ainda, responsáveis jurídicas pelo contrato com a CEF) (Organograma 3).

Sendo assim, eram as próprias famílias (aqui como classe trabalhadora) que dominavam o processo produtivo e, portanto, liberavam recursos para um intermediário que não as remunerava – indicando a disparidade de formas de gestão de obra (a autogestão e a empreitada). Era muito clara, inclusive, a diferença entre o que era pago ao empreiteiro e o que chegava à mão dos trabalhadores – os valores pagos pela obra eram públicos, afixados na entrada do canteiro. Percebia-se também a diferença entre o que era pago por serviço ao empreiteiro e como isso se transmutava em salário mensal para os trabalhadores (pois estes estavam nas duas pontas). Somado a isso, o trabalho das famílias também era durante o final de semana, no mutirão, que, por conta da improdutividade do empreiteiro, foi aquele que cumpriu as metas durante todo este primeiro ano. Embora isso tenha levado a grande desgaste físico e psicológico, foi também o único momento em toda a obra que alguns Núcleos mais organizados conseguiram fazer almoços coletivos e “cirandas” (o cuidado com as crianças que segue uma metodologia própria do setor de educação do MST). Eram estes trabalhadores-moradores aqueles que, neste primeiro ano de obra, experimentavam o controle do processo produtivo durante o mutirão e eram ao mesmo tempo explorados e espoliados durante a semana por um “*capataz*” contratado por eles mesmos. Experimentavam a sua maior produtividade e organização em relação àquelas do empreiteiro.

⁸⁶ Normalmente nos empreendimentos autogeridos as famílias moram isoladamente, de aluguel ou na casa de parentes e amigos.

⁸⁷ Na maioria das vezes os mutirantes de outras obras não têm experiência anterior na construção civil. Este fator colabora para a presença massiva de mulheres no canteiro.

Organograma 3: Gestão social e política da Comuna Urbana

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Usina-CTAH (2009).

Figura 28: Mutirão no primeiro ano de obra (2009)

Figura 29: Obra da Comuna Urbana durante o primeiro ano (2009)

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH (2009).

Com o abandono da obra pelo empreiteiro, os trabalhadores se viram numa situação inusitada de *não encontrarem um capitalista que os quisesse como trabalhadores assalariados*. O preço da mercadoria produzida – determinado pelo Estado – não era suficiente para sua produção capitalista. Foi então que alguns destes trabalhadores assumiram integralmente a obra durante o ano de 2010, formando uma cooperativa que foi logo denominada Treme-Treme (TT). A alusão era ao fato físico de vários trabalhadores sem experiência “profissional” na construção civil se verem em situações de instabilidade e insegurança física e psíquica – uma imagem da precariedade instalada, mas que inclui a potência do trabalho livre.

Quem os incentivou a assumirem a obra foram aqueles que já estavam envolvidos com a sua gestão e que, portanto, já haviam passado pelo processo de desmistificação da divisão social do trabalho promovida pelo capital: a compradora e o almoxarife da obra (ver Organograma 2), ambos parte das famílias beneficiadas (e portanto também mutirantes no final de semana) e contratados durante a semana em postos centrais da autogestão do empreendimento. Eles faziam a mediação entre os técnicos (a Usina, que controlava cronograma, orçamento, projeto e fiscalização de obra) e os trabalhadores, por meio do domínio da logística dos materiais postos em obra – que é central na compreensão da totalização do processo de trabalho.

Quem eram estes trabalhadores que formaram a Cooperativa TT? Poder-se-ia entendê-los todos indistintamente como trabalhadores-moradores. No entanto, de acordo com o nível da sobreposição de papéis acima descrito, foi acontecendo ao longo do tempo uma divisão em dois grupos, cuja conformação se deu no amálgama entre suas funções e envolvimento no processo produtivo e no que vamos aqui denominar de “gestão do social”, que substituiu, na experiência da Comuna Urbana, a organização política representada pelo MST. Este tema será desenvolvido no Capítulo 1.3, porém vale adiantar que, segundo as indicações de Paulo Arantes (2004), Cibele Rizek (2016) e Pierre Dardot e Christian Laval (2016), estamos vivendo uma era de nova subjetivação política, na qual emerge o “sujeito neoliberal” conformado à lógica da gestão empresarial. Segundo Rizek, citando Paulo Arantes (2015) há a produção do *“social como dimensão híbrida*, como contraponto à constituição de sujeitos de ação política, como criação de objetos de gestão, acomodação e pacificação da precariedade e da desigualdade” (RIZEK: 2016. Grifo no original). Esta nova racionalidade acaba por apagar a *política* nos termos em que Rancière (1996) a define, como dimensão conflitiva e dissensual das práticas sociais, transformando-a no que ele define como *polícia*:

“Chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de polícia” (RANCIÈRE: 1996, 41).

Sua, contraposição, a *política*, seria definida então da seguinte forma:

“Proponho agora reservar o nome de política a uma atividade bem determinada e antagônica à primeira: a que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de uma parcela dos sem-parcela⁸⁸. Essa ruptura se

⁸⁸ “O povo apropria-se da qualidade comum como sua qualidade própria. O que ele traz à comunidade é, propriamente, o *litígio*. Devemos entender isso num duplo sentido: o título que ele traz é uma propriedade litigiosa,

manifesta por uma série de atos que configuram o espaço onde as partes, as parcelas ou as ausências de parcelas se definiam. A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (Idem, 42).

Entre a política inserida pela ação do MST e a “gestão do social” como forma de polícia, veremos a seguir que o que se iniciou como uma tomada de poder do processo produtivo pelos trabalhadores – com o adicional de serem também moradores e, portanto, se reapropriarem do produto de seu trabalho – ao final de um ano tinha se transformado numa guerra pela disputa de poder ancorada na reprodução das relações capitalistas pelos próprios trabalhadores.

Trabalho cooperativado na Comuna Urbana: V

O depoimento acima (de um dos membros da Cooperativa TT) diz muito. Ela pode ser entendida como a transmutação do estatuto mesmo do trabalho na conjuntura atual. Há uma indicação importante nessa fala: a crítica à visão idealista de que há, na atualidade, possibilidade de existência de felicidade advinda do trabalho livre e reapropriado – como prescrevia certo socialismo utópico. Ela deixa muito claro que o trabalho é duro e degradante, além de não ser escolha livre num mundo de necessidades bloqueadas. A formação da Cooperativa TT foi fruto de um financiamento escasso e pouco flexível, do déficit habitacional e do desvio *não desejado* do mundo da mercadoria e suas facilidades. Veio da necessidade de assumir uma tarefa de alta complexidade em situação precária.

Condizendo com todo o processo da Comuna até então, foi uma festa quando a Cooperativa TT foi formada. Retirado o empreiteiro, a obra começou a andar e alcançou um nível de produtividade fantástico para as condições manufactureiras locais. Apenas durante este segundo ano, foi realizada *metade do volume de obra*, atingindo em seu auge a totalidade da produção da fábrica de blocos cerâmicos, que não tinha a capacidade produtiva requerida por aqueles trabalhadores⁸⁹. No início eram 13 trabalhadores, de profissionais da construção civil a pessoas com experiência recente, apenas no mutirão. Sua primeira medição aconteceu em tempo recorde até aquele momento de obra (1,5 mês), *triplicando a produtividade coletiva*⁹⁰ da empreiteira (média do ano anterior⁹¹, ver Gráfico 1). Durante todo aquele ano, a

já que não lhe pertence propriamente. Mas essa propriedade litigiosa não é, apenas a instituição de um comum-litigioso. A massa dos homens sem propriedades identifica-se à comunidade em nome do dano que não cessam de lhe causar aqueles cuja qualidade ou propriedade têm por efeito natural relançá-la na inexistência daqueles que não tomam ‘parte em nada’. (...) Mas é também mediante a existência dessa parcela dos sem-parcela, desse nada que é tudo, que a comunidade existe enquanto comunidade política, ou seja, enquanto dividida por um litígio fundamental, por um litígio que afeta a contagem de suas partes antes mesmo de afetar seus ‘direitos’. O povo não é uma classe entre outras. É a classe do dano que causa dano à comunidade e a institui como ‘comunidade’ do justo e do injusto” (RANCIÈRE: 1996, 24).

⁸⁹ Tratava-se da Gresca, segunda maior fabricante de blocos estruturais cerâmicos do país, altamente industrializada.

⁹⁰ A produtividade aqui é aferida de acordo com o trabalhador coletivo da manufatura: consideram-se todos os serviços feitos por um tipo de mão de obra (contratados (inclui a empreiteira), mutirão ou cooperativa) no seu conjunto, por meio do seu valor total aferido na planilha orçamentária medida pela CEF. Este valor do serviço fechado inclui os valores de material e mão de obra, e não apenas desta última. Chama-se este valor fechado de

Cooperativa TT teve uma média de produtividade coletiva de pouco mais do que o dobro da empreiteira, atingindo o pico de produtividade de toda a obra (ver Gráfico 1), quando havia cerca de 40 trabalhadores no canteiro, todos parte das famílias da Comuna Urbana, com raras exceções.

Gráfico 1: Média da Produtividade Coletiva Diária por tipo de mão de obra

Gráfico 2: Participação total do tipo de mão de obra nos serviços fechados da Comuna Urbana

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Usina-CTAH (2009-2012).

“material posto em obra”, ou seja, um serviço já acabado que inclui matéria prima, uso de equipamentos e força de trabalho. Vale destacar que, mesmo que esta última não seja paga (no caso do mutirão), seu valor é computado em planilha, pois deve constar como contrapartida em trabalho (não financeira), como visto acima (na descrição do financiamento). A produtividade, portanto, será considerada aqui uma média, a cada período de obra (ao final de cada qual a CEF afere os serviços e libera os recursos para o próximo, o que é chamado de “medição”), do valor da totalidade dos serviços fechados (material posto em obra) pela quantidade de dias que durou aquele período específico.

⁹¹ Todos os dados utilizados neste capítulo têm como fonte as planilhas de controle de obra da Usina-CTAH.

A primeira liberação de recursos para mão de obra foi integralmente colocada sob sua gestão, e eles dividiram igualmente os recursos segundo as horas trabalhadas, não fazendo diferenciação de trabalhos mais ou menos complexos ou tempo de experiência. A relação salarial foi diretamente questionada, pois, da sua perspectiva, esta não fazia o menor sentido, por dois motivos: não existia a figura do “patrão” e, por experiência própria, eles sabiam que o salário era contrário à produtividade, que eles buscavam de um ponto de vista diferente do capital. Ela era fruto de seu desejo como futuros moradores: “a perspectiva nem era receber, mas garantir a obra” (João⁹²).

“No terceiro mês tinha 25 pessoas, e chegou a 40, tudo da comunidade. Quem queria trabalhar a gente aceitava⁹³. E pagava bem. O ajudante a gente pagava R\$40. Na empresa ele ganhava R\$25/R\$30, a gente conseguia pagar R\$40 livre. Com alimentação na obra, transporte (porque a gente trazia na perua, no carro). Então a gente garantiu uma dignidade” (João).

Para entender o que aconteceu com a Cooperativa TT em seguida, é necessário um parêntese sobre o funcionamento da manufatura da construção civil. Nela, há uma série de serviços que dão suporte à cadeia de produção. Para um bloco ser “colocado em obra”, no caso da Comuna Urbana, uma imensidão de trabalhos foi efetivada: preparação da terra, substrato de brita, redes de esgoto e água fria, armação, fôrma, escoramento, concretagem das lajes e radiers⁹⁴ e um constante transporte de materiais e “viração de massa”.

Quatro grupos de matéria foram manuseados na obra da Comuna Urbana: Grupo A. a matéria natural, não trabalhada (a terra local); Grupo B. os insumos *in natura* não beneficiados, porém com certa quantidade de trabalho morto⁹⁵ agregada (extração, transporte, mediação do capital comercial), como areia, água, pedra, cal e cimento; Grupo C. insumos intermediários advindos de outros centros manufatureiros⁹⁶ (telhas cerâmicas, madeiramento); e Grupo D. os insumos industrializados com alta cristalização de trabalho morto (aço, blocos de cerâmica estrutural, conduítes, cabos elétricos, encanamento hidráulico, concreto usinado, etc.). Via de regra, o trabalho nestes diversos materiais era mais especializado quanto maior trabalho morto cristalizado nas matérias primas utilizadas (Organograma 4).

⁹² Nome fictício. As falas aqui transcritas são de uma entrevista captada em vídeo, realizada por Graziela Kunsch e Ricardo Saito, em 8 de Julho de 2012 com seis membros da Cooperativa TT. Faz parte do arquivo da Usina-CTAH. Como ela foi realizada em outro contexto, preferimos aqui não usar os nomes dos entrevistados.

⁹³ Inclusive algumas mulheres da comunidade, com alto grau de vulnerabilidade, entraram da Cooperativa TT com sua experiência já adquirida no mutirão.

⁹⁴ O Radier é um tipo de fundação rasa, como uma laje no chão.

⁹⁵ Marx denomina de “trabalho morto” os trabalhos já realizados, que produziram no pretérito a mercadoria que, no presente, é utilizada na produção de uma nova mercadoria. O trabalho realizado no presente para a produção de uma nova mercadoria é denominado de “trabalho vivo”, e entra na composição do capital como sua parte variável. Segundo o autor: “A parte do capital adiantada na compra da força de trabalho é determinado quantum de trabalho objetivado, portanto grandeza constante de valor, como o valor da força de trabalho comprada. No próprio processo de produção, porém, toma o lugar das 90 libras esterlinas adiantadas a força de trabalho em ação, em lugar de trabalho morto, trabalho vivo, em lugar de uma grandeza estática, uma em fluxo, em lugar de uma constante uma variável” (MARX: 1983 [1867], 175 (O Capital, Livro I, Tomo I, Capítulo VII). Grifos acrescentados).

⁹⁶ Como visto na nota 69, a construção civil tem também uma característica de manufatura heterogênea, na qual comparecem elementos fabricados em outros locais, que são montados em obra dentro do processo da manufatura serial.

O trabalho concreto⁹⁷ realizado em cada grupo de materiais é bastante diferente: aquele feito com os materiais não beneficiados (Grupos A e B, descritos acima) é constante, monótono, não exige especialização, mas é a base da produção e não pode parar nem ser mais lento do que as próximas etapas produtivas (principalmente o Grupo D), pois elas dependem dele. É aquele que abre a “frente de obra”⁹⁸, centro nervoso da manufatura, não à toa sendo o setor onde as grandes empresas investem em estratégias e tecnologia para controlar o trabalho ou extingui-lo. O Grupo C, intermediário, exige trabalhadores com habilidades mais flexíveis, pois transita em todas as fases da produção, com certa especialização. É um grupo estratégico na manufatura, pois concentra trabalhadores que têm, por meio do seu local na produção (e não na gestão), mais proximidade da compreensão da totalidade do processo. Já o Grupo D é de trabalhadores “profissionais” especializados, que dominam uma técnica específica e que concentram todo o seu tempo nela, tendo grande quantidade de ajudantes para manter sua produtividade. São os que têm menos compreensão da totalidade da obra e os maiores salários⁹⁹.

Essa divisão interna no funcionamento da manufatura da construção civil é fundamental para a compreensão do processo de desagregação da Cooperativa TT – e da comunidade, por consequência. Ele se iniciou a partir destas diferenças na produção, que se relacionavam diretamente com a “gestão do social”. A partir do conhecimento e da apropriação da forma de pagamento por serviço (modo de remuneração do financiamento), os trabalhadores que lidavam com a alvenaria¹⁰⁰, dentro do Grupo D, inseriram a discussão de pagamento por produtividade *individual e específica* (por tipo de trabalho e por trabalhador individual). Questionaram o fato de os ajudantes receberem o mesmo que eles – ainda que tivessem aprendido aquele ofício na própria obra, lado a lado com estes últimos¹⁰¹. Se no

⁹⁷ Ver nota 72 e 186.

⁹⁸ Chama-se de “frente de obra” todos os grupos de trabalhos que estão sendo realizados simultaneamente no canteiro de obras. A manufatura orgânica (ou serial, ver nota 68) é caracterizada por uma sequência de trabalhos, que dependem do anterior para poderem ser realizados. Desta maneira, criam-se grupos de trabalhos sequenciais que, no caso da produção de uma série de habitações, são repetidos a cada nova unidade iniciada. Estes grupos de trabalhos sequenciais são as “frentes de obra” que, para serem abertas (iniciarem o processo produtivo de cada nova unidade), exigem trabalhos iniciais, mais simples, que vão dar suporte para os mais qualificados que vêm sequencialmente. Embora simples, os trabalhos de abertura de frente de obra são fundamentais, pois, sem eles, os mais complexos e “produtivos” não podem se iniciar.

⁹⁹ Sobre esta questão da manufatura, Marx coloca: “Uma vez que as diferentes funções do trabalhador coletivo podem ser mais simples ou mais complexas, mais baixas ou mais elevadas, seus órgãos, as forças de trabalho individuais, exigem diferentes graus de formação, possuindo por isso valores muito diferentes. A manufatura desenvolve portanto uma hierarquia das forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários. Se, por um lado, o trabalhador individual é apropriado e anexado por toda a vida a uma função unilateral, então as diferentes operações daquela hierarquia são adaptadas às habilidades naturais e adquiridas. Todo processo de produção exige no entanto certos manejos simples que qualquer ser humano é sem mais capaz de realizar. Eles também são destacados de sua conexão em fluxo com os momentos de mais conteúdo da atividade e ossificados em funções exclusivas. A manufatura cria portanto em todo ofício, de que se apossa, uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato. Se ela desenvolve a especialidade inteiramente unilateralizada, à custa da capacidade total de trabalho, até a virtuosidade, ela já começa também a fazer da falta de todo desenvolvimento uma especialidade. Ao lado da graduação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados” (MARX: 1983 [1867], 276).

¹⁰⁰ Chamados de “bloqueiros”, que se diferenciam dos pedreiros comuns por dominarem a técnica específica da alvenaria estrutural, que exige grande precisão por seu alto grau de industrialização e sua requisição estrutural.

¹⁰¹ Um caso particular merece atenção pois elucida uma série de questões. José (nome fictício), um dos bloqueiros e beneficiário, no início da obra vendia balas no trem. No mutirão, mostrou-se muito habilidoso, embora nunca tivesse trabalhado na construção civil. Foi incentivado seu aprendizado na alvenaria, serviço mais valorizado da obra, no qual ele se deu muito bem. Em determinado momento de maior produtividade, ele foi o trabalhador que

mutirão isso se tornava pauta de formação e crítica ao modo de produção capitalista, no trabalho remunerado autogerido a tensão era maior.

Organograma 4: Relação entre Matérias primas e Grupos de Trabalho

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Usina-CTAH (2009-2012).

Houve então a separação de três grupos (Organograma 4): Grupo 1. os “profissionais”, que ganhavam por produtividade individual (grupo de materiais D) e que não se envolviam com a “gestão do social”; Grupo 2. os ajudantes que *não tinham postos de coordenação* (principalmente dos grupos A e B), que ganhavam por dia (os salários mais baixos); e Grupo 3. trabalhadores que também tinham postos de coordenação (quase todos do grupo C), que ganhavam na produtividade da concretagem (que envolvia a montagem das lajes e radiers). As concretagens de lajes e radiers são os principais serviços de abertura de frente de obra: ao mesmo tempo em que congrega uma série de serviços intermediários (carpintaria, armação, redes) e, portanto, coordena a totalidade da obra, é ele que abre campo de trabalho para a alvenaria (que será realizada em cima das lajes). Não é mera coincidência o fato de que os trabalhadores do Grupo C fossem também aqueles que assumiam os postos de coordenação no mutirão (Grupo 3) (ver Organograma 2) e que, pela centralidade da obra na organização social da comunidade, também assumissem a coordenação do local de moradia: sua condição de trabalhadores no canteiro é de concatenação de tarefas e, por isso, tem maior domínio do processo como um todo (Organogramas 3, 4 e 5).

recebeu o pagamento mais alto da obra, de mais de R\$7mil. Foi ele quem iniciou a reivindicação do pagamento por produtividade, junto a outro pedreiro de profissão.

Organograma 5: Articulação dos grupos de materiais com o grupo de trabalhos intermediários

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Usina-CTAH (2009-2012).

Os trabalhos que precisavam ser feitos – de abertura de frente de obra – mas que o empreiteiro não tinha interesse de fazer (pois são de baixa produtividade) foram aqueles tomados primeiramente pela Cooperativa TT que, originalmente, queria “fazer a obra andar”. Os cinco homens (dos 13 iniciais) que assumiram este papel (Grupo 3) estavam numa posição político-social na qual entrava em contradição sua condição de trabalhadores, de coordenadores e de moradores. Como trabalhadores, precisavam receber; como coordenadores, precisavam de tempo (não remunerado); como futuros moradores, viam-se sem alternativas de fazer a obra acontecer. Como resolução aparente da contradição, os cinco tomaram para si todas as funções que podiam, deixando apenas as técnicas com a Usina e, ainda assim, sob forte pressão (ver Organograma 6). Passaram a fazer pessoalmente os pagamentos e coordenar os trabalhos. Eram vistos como “patrões” e quando se falava “TT” estava-se referindo aos cinco, e não mais à cooperativa. Mas a contradição permaneceu: eram por um lado empreiteiros, mas que ganhavam pelo seu trabalho (e não com o lucro, que não havia) e também coordenadores que não tinham acesso aos recursos e ao agente financiador (responsabilidade do MST, ver Organograma 2).

“Quando você tem uma empresa que é contratada, você tem funcionário. Funcionário ganha salário pelo serviço. Aí se não tiver um encarregado bom o serviço fica parado, né? Nós não, a gente era uma equipe e falava: ‘aqui não tem profissional, o serviço que tiver para fazer a gente vai fazer’. Onde a gente ganhava dinheiro? No concreto. A empreiteira passava um mês para fazer o radier, não abria frente de obra. A gente entendeu como funcionava e descobriu que adiantando ali a gente ganhava dinheiro e liberava obra para pedreiro, para hidráulica, elétrica. A empreiteira tinha só um carpinteiro, a gente colocou mais” (Carlos).

“Você tinha que abrir frente para o pedreiro trabalhar. E essa frente para se abrir era o serviço bruto. Tinha que cavar terra, tinha que fazer aterro, mexer com tela, fazer todo o serviço para que os pedreiros pudessem trabalhar. Então eles viram que carregar terra não dava dinheiro. (...) ‘Por que é que eu vou carregar terra se tem os ‘camelos’ para fazer isso?’ E os camelos éramos nós. Eu mesmo não tinha qualidade, nunca tinha sido pedreiro. Então eu tinha que ficar quieto e cavar o meu. Só que no segundo ou terceiro mês o pedreiro passou a ganhar bem. E nós aqui, os cinco, a gente ganhava dinheiro não era na escavação, mas no lançamento de concreto. Ah, muito bem, tudo prontinho e daí ia chamar ‘os bonito’ para mexer no concreto? Não... E não era fácil não. Aconteceu várias vezes do caminhão quebrar antes e a gente ter que ir pegar o concreto com o carrinho. E o pedreiro não queria fazer isso. A gente conseguiu abrir um monte de frente para pedreiro trabalhar. Faltou foi pedreiro.” (João).

“Daí no terceiro mês a gente começou a sacar que a gente só ganhava dinheiro quando tinha concreto. (...) Começamos a abrir muita frente e montar laje. E daí os pedreiros começaram a ganhar mais. E isso foi o que eles escolheram. Não foi a gente que falou que seria linha de frente. Eles que escolheram assentar os tijolos, não ter preocupação, procurar o ajudante... E nós escolhemos cavar o barro... Mas a gente não podia só pegar o enxadão, baixar a cabeça e ficar cavando barro. Porque a gente tinha que olhar o todo da obra também. Porque a gente tinha que levar resposta para as pessoas que não estavam na obra. A gente tinha que sempre ficar atento a todos os problemas da obra para poder relatar isso na reunião de coordenação. (...) A gente tinha que ter uma boa relação com a equipe técnica, no caso, a Usina. Como a gente estava no dia-a-dia, sete dias da semana na obra, a gente tinha que ter este cuidado de prestar atenção em todos os detalhes. E quem não quis ficar fazendo este serviço de ficar prestando atenção em toda a problemática, ficou mais tranquilo. Chegava às 7hs, fazia o servicinho dele e às 17hs ia embora” (Manoel).

Da produtividade coletivamente dividida na primeira medição, na segunda se formaram as duas “elites” (Grupos 1 e 3), que juntas somavam entre 75% e 80% do pagamento total da Cooperativa TT em cerca de 10 pessoas (cinco em cada grupo). Tendo em vista que chegaram a ter 40 trabalhadores em obra, isso é bastante significativo da concentração de renda que ocorreu. E, se os valores absolutos da primeira medição foram muito baixos (cerca de R\$12mil ao todo), chegaram a mais de R\$100mil logo em seguida. O Grupo 1 tinha uma presença constante na obra, pois, para ganhar por produtividade individual, precisava investir tudo nisso – trabalhando mais de 12hs por dia direto, inclusive à noite, com baixa iluminação. Eram vistos como heróis da obra: o serviço de alvenaria era aquele que materializava a produtividade e, embora estivessem claramente ganhando muito bem, isso era socialmente justificável, pois estavam visivelmente trabalhando por isso. O trabalho em canteiro do Grupo 3, que se transformou na cabeça da Cooperativa TT, era diferente: envolvia uma série de trabalhos intermediários e descontínuos, sendo que a concretagem era apenas seu ponto culminante, ainda assim pontual, embora de grandes proporções. O concreto era usinado (feito industrialmente fora da obra), e vinha em caminhões betoneira com bombas de lançamento. Justamente por conta desta maquinaria, o trabalho de concretagem era entendido socialmente como trabalho “fácil”.

Os sinais políticos todos se invertem em relação ao capital. O trabalho mais intensivo é o mais valorizado, justamente porque *produz mais valor*. Ele deveria ser bem pago da perspectiva subjetiva das famílias. O trabalho de coordenação, entendido como um “não-trabalho”, pois *não produtivo*, era ali realizado pelos trabalhadores que também se envolviam (e se remuneravam assim) num trabalho concreto entendido como “pontual” e de abertura de frente de obra, algo de grande invisibilidade social. Foram eles que efetivamente mantiveram

a produtividade da obra, porém seu tempo (seu trabalho) era invisível – inclusive porque eles muitas vezes não estavam presentes no canteiro para participar de reuniões externas, fazendo transporte de materiais e pessoas, tratando de burocracias, além de resolver todos os problemas cotidianos das famílias.

“Não é que a gente era patrão. As pessoas nos viam como patrões porque se viam como empregados. (...) A gente de vez em quando estava trabalhando, escorando laje e tinha que sair para ir na prefeitura, em reunião. (...) As pessoas que ficaram como empregados sempre tinham a postura de não assumir responsabilidades. Fazer só sua parte” (Manoel).

“Tem muitos detalhes dentro desta obra aqui que ele [Manoel] sabe que aconteceu, mas quer encobrir o sol com a peneira. Eu que trabalhei muito nessas coisas, eu sei quando as coisas mudam. Aconteceram muitas coisas na obra que não deveriam ter acontecido. (...) Eu nunca desisti dessa obra aqui. Eu fui o cara que, junto com o José, fiquei aqui até o final da obra. Trabalhando todo o dia aqui direto. Como é que o cara vem aqui para mim e diz que chegou um dia que eu queria ser empregado?” (Gabriel).

Organograma 6: Obra da Comuna Urbana no segundo ano (2010), com a Cooperativa Treme-Treme

Fonte: Formulação própria com base no arquivo da Usina-CTAH, 2010.

O Organograma 6, se comparado com o 2, mostra as mudanças que ocorreram no fluxo de obra com o advento da Cooperativa TT – apontadas com o símbolo de “curto circuito”. A organização do trabalho, normalmente feita pela Usina nas obras em autogestão (ver Organograma 1), foi aqui feita diretamente por moradores, porém de maneira completamente centralizada. Percebem-se, no Organograma 6, dois problemas principais: o desaparecimento do MST (“curtos circuitos” 1, 2, 3 e 9) e a ascensão da centralidade da Cooperativa TT (“curtos circuitos” 4 a 8). Vejamos primeiro os problemas relacionados à ascensão da TT.

O mutirão foi direcionado pela Cooperativa (“curto-circuito” 5) para fazer serviços que alavancassem a sua produtividade (de tal modo que o volume de obra feito pelo mutirão ao longo de 2010, junto à Cooperativa TT, dobrou em relação à média do ano anterior, junto à empreiteira – ver Gráfico 1). Desta maneira, as possibilidades experimentais das transformações das relações de produção no mutirão ficaram seriamente comprometidas, gerando ódio das famílias pela exaustão do trabalho não remunerado e sem sentido e que, pior ainda, beneficiava a remuneração de seus companheiros transmutados em “gestores”. Estes mesmos deixaram de trabalhar no mutirão, usando os finais de semana para fazerem serviços remunerados – o que gerava a situação insustentável de trabalhadores lado a lado com e sem remuneração (“curto-circuito” 6). Assim, os moradores deixaram de realizar os grupos de apoio (cozinha coletiva, ciranda e brigada de segurança) (“curto-circuito” 4), pois também deixaram de ver sentido no trabalho coletivo e solidário.

A Usina passou a ter questionadas suas decisões e ser deslegitimada inclusive do ponto de vista técnico, pois, como mostra o Organograma 6, o mutirão passou a ter duas gestões técnicas (antes era uma técnica e outra social), que muitas vezes não coincidiam (“curto-circuito” 5). Uma guerra foi instaurada tendo, de um lado, trabalhadores em busca de uma produtividade desenfreada (inclusive abusando de mão de obra mutirante, seus próprios companheiros) e, de outro, técnicos sem autoridade e cada vez mais sem lugar¹⁰². Isso se dava também por conta da interferência da Cooperativa TT junto ao Mestre de Obras¹⁰³ (“curto-circuito” 7): sendo responsável pelos serviços da semana e sem mestre próprio (algo que as empreiteiras têm), ela acabava funcionando como uma série de trabalhos coordenados por ele, pois a Usina não estava o tempo todo no canteiro. Assim, o Mestre ficava entre as indicações da Usina e as necessidades da cooperativa, que também tinha ascendência sobre ele: como parte da Coordenação (“curto-circuito” 8), ela também definia seu próprio trabalho, característica da autogestão. Assim, passava a gerir toda a obra, porém a produtividade da mesma era composta por dois interesses, não coincidentes: por um lado (o de “empreiteiros”), a rentabilidade e, de outro (o de futuros moradores), a qualidade. Esta, evidentemente, passou a ser questionada pelos próprios trabalhadores-moradores, os mais interessados nela. As possibilidades de formação política por meio da produção, distantes.

A Usina não soube lidar com a situação. Foi-se conformando ao longo do tempo uma relação difícil entre os técnicos e as famílias, principalmente com a Cooperativa TT e o mestre de obras. Dada a precariedade do financiamento, não era possível os arquitetos e arquitetas estarem todos os dias no canteiro, dependendo muito da presença do mestre. Este criou uma relação orgânica com a Cooperativa TT, fazendo inclusive outra obra com eles de maneira

¹⁰² A autonomia deste grupo de dirigentes da Cooperativa TT chegou a tal ponto, que tomavam conta da obra como bem entendessem, deixando de lado inclusive o ponto de vista técnico ou financeiro. Algumas notas no diário de obras feitas por duas arquitetas da Usina exemplifica essa situação, que era cotidiana no período: “O caminhão não conseguiu subir o talude e teve que parar num ponto muito distante. (...) Como já era muito tarde, a TT decidiu jogar no radier 79, que ainda estava sem pedra, sem tela e sem o nivelamento correto!! Quando eu vi eles já haviam colocado. Isso não pode mais acontecer, pois o concreto corre o risco de fissurar, rachar e alterar a resistência de toda a fundação. Era perfeitamente possível terem me consultado para isso, pois eu estava em obra” (23 de junho de 2010). “Quando fui conferir as lajes superiores me deparei com uma caixinha a mais (octogonal). TT diz que já colocou faz tempo em todas as casas, pois ‘a sala vai ficar escura’. Não está em orçamento nem em projeto” (18 de agosto de 2010).

¹⁰³ Este Mestre de Obras não tinha experiência anterior com o mutirão autogerido, como foi o caso de mestres anteriores que a Usina-CTAH trabalhou. Desta maneira, além de não compreender muito bem a lógica do processo, não tinha disposição pedagógica e envolvimento com a formação política.

concomitante. O lugar da Usina sempre foi instável, seja pelo desafio de uma obra difícil, seja pela inexperiência da equipe específica, ou ainda pelas ilegitimidades políticas (pois a obra, nesta altura, não era tratada pelo MST como uma questão organizativa, como se verá em seguida), gerencial (tomada pela Cooperativa TT), técnica (deslegitimada pelo mestre de obras), financeira (ocupada pelo MST, que não compartilhava os balanços), nem social (também com o MST) – ver Organograma 6. Na prática, a Usina era respeitada apenas no trato técnico com a CEF e, portanto, seu lugar no canteiro foi ficando cada vez mais difícil de lidar.

Além disso, a complexidade do desenho fazia com que os erros fossem constantes (inclusive por parte da equipe da Usina), as redes cotidianamente mudadas e a divisão de trabalhos da manufatura toda entrelaçada. Nesse ponto, o desgaste era enorme: um trabalhador jogava o problema para o outro, que muitas vezes significava um embate entre Cooperativa TT, mutirantes, terceirizados e equipe técnica. As medições de serviço eram extenuantes, pois o entrelaçamento das unidades habitacionais fazia com que fosse difícil separar os quantitativos – sempre questionados pelos trabalhadores (que, neste momento, se descolavam dos interesses coletivos da Comuna). O limite estreito do financiamento (que não previa aumento inflacionário nem aditivos) fazia com que a pressão fosse constante para evitar perdas de material e desperdício de tempo, o que gerava um acordo tácito em torno da precariedade da execução de obra. Criava-se uma situação extremamente contraditória, na qual a centralização de poder na Cooperativa TT fazia com que a qualidade da obra fosse colocada em segundo plano pelos próprios moradores, que pediam a fiscalização da Usina, mas não a respeitavam.

O fato era agravado pelo segundo grupo de problemas antes exposto: o MST, sendo pago pela obra para assumir a “gestão do social”, não estava presente no canteiro, sempre em atividades de mobilização nacional (“curto-circuito” 3). Embora seus militantes fossem também futuros moradores, deixaram claro desde o início de que não participariam sempre do mutirão, pois estariam envolvidos com a luta externa. Diferentemente da tradição das obras em autogestão, como dito anteriormente, a Usina não estava responsável pelo trabalho técnico social, aquele que justamente retira do chão do canteiro os elementos de formação política da comunidade. No entanto, num afastamento cada vez maior, o movimento não realizava assembleias (“curto-circuito” 2), para evitar enfrentamentos; não eram feitas as prestações de conta (“curto-circuito” 9); e a Cooperativa TT não foi discutida como um assunto da comunidade, embora participasse da Coordenação de Obra, praticamente no lugar do MST, que não estava mais presente (“curto-circuito” 1). Se nos dois primeiros anos de consolidação do projeto e conquista do financiamento (2007 e 2008) havia assembleias lotadas, com músicas e o hino do movimento em coro, além da participação das famílias em várias lutas do Estado, durante as eleições de 2010 a situação chegou ao seu momento mais crítico¹⁰⁴. Lideranças da comunidade passaram a apoiar abertamente candidatos a deputados de direita, para chamar a atenção do movimento. E a bandeira foi retirada.

“Por que um dirigente do movimento, que tem amor pela causa, que conhece a causa, não amou este projeto a ponto deste projeto ter menos problemas, ter avançado muito mais? (...) Não foi só um problema de afastamento. Foi um problema de desligamento. (...) Falou

¹⁰⁴ No Capítulo 3.4 esta crise política de 2010 junto à população mais pobre será trabalhada.

muito lá fora e esqueceu que o processo aqui dentro precisava avançar. Hoje volta uma direção do MST aqui dentro para trabalhar, para poder falar disso aqui lá fora. Mas eu acho que o MST perdeu o tempo de falar sobre este projeto. A história dele tem que ser contada por quem mora aqui, por quem está aqui dentro. Porque quem está aqui é quem é o MST hoje, é quem pode falar sobre este projeto. Falar para o MST sobre este projeto” (Manoel).

“Um movimento se cria quando você tem uma bandeira, zela por ela, tem uma liderança que zela. Quem tem coragem de descer aí dizendo que é do movimento e que vai fazer reunião, mutirão? Ninguém respeita mais, acabou” (Carlos).

“Eles têm uma história aqui dentro, que a gente não pode apagar. Teve um papel importante no começo, lá trás. Com o passar do tempo ela foi se perdendo. A gente tem uma pertença. Se a gente não continuar com essa pertença, com a mística do movimento, chega um tempo em que ela se perde. Acabou a mística e o papel fundamental que é hastear a bandeira. Até onde tinha a bandeira, as famílias se consideravam MST” (Pedro).

Nossa hipótese, neste aspecto, é que o afastamento do cotidiano da Comuna Urbana pelo MST em nome das lutas da Frente de Massas deslocou, localmente, a política para a gestão do social, que foi assumida por este grupo que encabeçou a Cooperativa TT. A política aqui deve ser entendida como um movimento *dissensual*, no qual o novo se impõe como a negatividade crítica do que é dado como natural. Embora todos os elementos estivessem colocados para este salto qualitativo na formação da Cooperativa TT, precisavam ser trabalhados politicamente. Na ausência do agente político, que se afasta do trabalho de base para o movimento de massa, a potencialidade do *dissenso* se transforma em gerenciamento de uma base social sem instrumentos críticos, procurando se salvar do afogamento puxando os próprios cabelos. A “política social” instaurada pela Cooperativa TT foi a da repressão, controle e opressão, em nome da necessidade de coesão da comunidade por meio da produtividade do trabalho. A fragilidade não demorou a se mostrar, e a própria comunidade se levantou contra seus “benfeitores”, aqueles que tinham feito a obra acontecer.

No Organograma 7, podem-se observar mais de perto os problemas já apresentados anteriormente, com foco neste deslocamento da *política* (representada pelo MST e muito clara no “curto circuito 12”, que mostra o desaparecimento das assembleias) para a *gestão do social* (representada pela Cooperativa TT). Ao compará-lo com o Organograma 3, percebe-se que o descolamento do MST da obra (“curto circuito 10”) foi concomitante com a ascensão e centralidade da Cooperativa TT (“curto circuito 16”), além do fortalecimento da Cáritas São Francisco por conta da desestruturação do setor de educação do MST (“curto circuito 14”). Esta mudança específica da administração da creche foi muito importante para o futuro do equipamento público de educação infantil, que acabou sendo conveniado com a Cáritas, sendo um de seus vínculos mais fortes com a Comuna Urbana (desde a Vila Esperança até o pós-ocupação final). Da mesma maneira, o afastamento do MST fez com que o Núcleo Audiovisual ficasse sob responsabilidade única da Usina-CTAH (“curto circuito 13”), o que acabou gerando um documentário como produto externo ao processo de obra, sem participação das famílias. Ainda assim, ele foi importante como forma de avaliação do processo, pois promoveu uma série de entrevistas com os agentes mediadas por imagens do início do mesmo¹⁰⁵ – o que fez com que cumprisse, de forma bastante precária e insuficiente, a ausência do Trabalho Social

¹⁰⁵ O documentário foi produzido por Graziela Kunsch e Ricardo Saito e não foi divulgado, apenas entregue para a CEF, pois se pretende retomá-lo e finalizá-lo com um ponto de vista mais livre dos ditames de um vídeo institucional. Hoje faz parte apenas do acervo da Usina-CTAH e da CEF.

(“curto circuito 15”). Tal ausência fica bastante explícita neste Organograma 7 se comparado com o anterior, pois se percebe a quantidade de ligações que o TTS fazia e que, neste momento, foram transferidas para a Cooperativa TT (“curto circuito 16”).

Organograma 7: Gestão social e política da Comuna Urbana durante o segundo ano de obra (2010), com a Cooperativa TT

Fonte: Formulação própria com base no arquivo da Usina-CTAH, 2010.

Mais internamente às relações de trabalho, é muito significativa a mudança da política para o social. As duas coordenações (de obra e da Comuna Urbana), sem a presença do MST, mudam de figura. A de obra (“curto circuito 18”) se transforma numa coordenação técnica, como visto com mais detalhe acima, dando centralidade para a Usina-CTAH (que não tinha legitimidade política) e abrindo espaço para a centralização da Cooperativa TT. Já a Coordenação da Comuna Urbana (“curto circuito 11”), sem mediação e direcionamento político, mas com muito poder nas mãos (por conta do controle de faltas), foi o ponto de inflexão do processo. Percebe-se na comparação dos Organogramas 3 e 7 que ela passa de um equilíbrio entre famílias e movimento – com caráter de organização popular inclusive pela não mediação econômica – para uma configuração de desequilíbrio evidente, onde há moradores remunerados e não remunerados no mesmo patamar hierárquico (“curto circuito 11”). O pragmatismo desta situação é completado por sua disfuncionalidade (“curto circuito 18”). Percebe-se que os Coordenadores de Núcleo estão sob dupla (e oposta) condição: por um lado, a de *serem geridos* em obra pelos ditames da Cooperativa TT e sua necessidade do mutirão para sua própria produtividade; e, de outro, participarem lado a lado com ela na Coordenação da Comuna Urbana, ou seja, *gerindo* a organização social da comunidade, cuja

centralidade naquele momento era a obra. Foi neste ponto que as contradições foram mais graves, pois isso alterou o equilíbrio político anterior.

O deslizamento foi progressivo: no início das obras, a avaliação política do mutirão pelo movimento era positiva. O que acontecia, no entanto, era a formação dos agentes do processo de uma maneira complexa que em determinado momento saiu do seu controle. Tais pessoas não estavam se formando só como militantes e dirigentes (coordenadores), mas também como administradores de um processo que envolve dinheiro público e a casa das pessoas. A desejada e construída apropriação do processo coletivo de formação da Comuna pela própria comunidade foi alcançada pela coordenação interna (também um resultado de luta coletiva e direcionada pelo MST): lidava com os problemas cotidianos do assentamento no terreno da Nicolau Mayevsky, administravam a obra dos materiais à mão de obra contratada e mutirante e criaram uma cooperativa que partiu dos preceitos do cooperativismo. Sua autonomia, no entanto, se descolou do processo político encabeçado pelo movimento e, de certa maneira, perverteu os preceitos mesmo da noção de Comuna. O processo produtivo no canteiro de obras levou tal poder às mãos destes dirigentes, que eles tiveram protagonismo num momento chave: a exclusão de famílias por não participação no mutirão, com a consequente substituição por outras. Assim, o poder sobre o controle de demanda foi somado ao cenário já saturado, incluindo nele um elemento de extrema relevância: as negociações internas resultantes da centralização dos poderes executivo, legislativo e, agora, judiciário.

A posição de gerenciamento da obra com deslizamento para “o social” fez com que também o grupo dos cinco se afastasse do trabalho mutirante. Eles estavam presentes na obra durante o final de semana, porém realizando serviços pagos lado a lado com famílias não remuneradas. Inúmeras notas no diário de obras demonstram a dificuldade de aferir se um serviço foi feito pelo mutirão ou pela Cooperativa TT. Como coordenadores de obra, eles também colocavam os mutirantes para realizar serviços que influenciavam diretamente na produtividade deles e os impedia de realizar tarefas mais complexas que pudessem ser remuneradas durante a semana. Neste ritmo, as famílias impuseram aos técnicos o sistema de “cabô-lavô”¹⁰⁶, que na prática acabou com qualquer potencialidade política do trabalho colaborativo, trazendo-o de volta ao seu estatuto capitalista e, pior, com caráter de máxima exploração pois não remunerado.

A divisão entre os dois grupos (bloqueiros e “a TT”) tem certa complexidade, pois envolve um entrelaçamento entre sua posição como trabalhadores na produção e aquela relativa à “gestão do social”. Neste sentido, é fundamental entender que o poder da “TT” (os cinco “patrões”) *não era legitimado politicamente*, mas estava *ancorado na sua posição produtiva*. Que era, lembremos, de *abrir* frente de obra para os bloqueiros trabalharem. Esse esquema deu tão certo que as frentes foram abertas rapidamente e, quando se aproximaram do fim, houve um alto desequilíbrio entre as remunerações dos dois grupos, que até então não

¹⁰⁶ O termo é uma corruptela de “Acabou e lavou”, que se refere à ação de terminar uma tarefa, lavar as ferramentas de trabalho e ir embora sem colaborar no término do trabalho de outras equipes. Também significa o trabalho por produtividade e não por cooperação: só sai do canteiro quando a tarefa for concluída, evitando o “corpo mole” de estar no mutirão e não trabalhar. A Usina sempre se posicionou contra este sistema, pois era o contrário do que se apostava no trabalho político de formação junto à produção coletiva. O “cabô-lavô” também impedia a discussão de final de dia, onde se retotalizava o processo produtivo através da avaliação com todos os presentes.

acontecia: enquanto a medição de setembro de 2010 foi um pouco menor para “a TT” do que para os bloqueiros (43% do trabalho remunerado foi para os bloqueiros e 33% para “a TT”), a de novembro foi radicalmente diferente (respectivamente 57% e 7%). Radicalizava-se agora a diferença entre um trabalho diretamente produtivo e aquele que permitia a produtividade do outro, assumido por “gestores”.

Esse cenário foi exacerbado pelas eleições em outubro e pelo desmantelamento do mutirão, que já não durava até o final do dia por conta do “cabô-lavô” generalizado. A falta crônica de assembleias e, portanto, de informações, gerou um quadro de desconfiança e ódio da Cooperativa TT entre as famílias, que passaram a acusá-los de roubo de recursos (os quais eles não controlavam). A obra entrava numa profunda crise financeira causada pelo aumento da inflação no setor decorrente do lançamento recente do PMCMV, sem poder atualizar uma planilha orçamentária defasada em três anos (foi aprovada no final de 2007). Com o afastamento do cotidiano pelo MST e, portanto, dos responsáveis pelo financiamento, a Cooperativa TT preferiu fazer o endividamento massivo com os fornecedores de material do que parar as frentes de obra, o que chegou ao limite naquele fim de ano de 2010. Neste cenário o MST retornou, com apoio desesperado das famílias, que exigiram a volta da bandeira: a mística que portava a autoridade política, substituída durante o ano pela gestão autoritária do social.

Em dezembro, “a TT”, numa posição extremamente frágil e desesperada, exigiu, de maneira violenta, que a Usina-CTAH chamasse a CEF para realizar uma medição que não estava ainda concluída. Neste momento o MST interferiu com duas ações: uma viagem à Brasília com a Usina para pedir mais recursos¹⁰⁷; e a retirada unilateral da Cooperativa TT da obra, com a justificativa oficial de que não havia mais recursos para a existência de “empreiteiros”. O caso, na verdade, é que se tratava de uma questão de disputa de poder entre o *político* e o *social*, mediado pelas relações de trabalho. Durante o ano de 2011 o MST manteve um militante acompanhando semanalmente o canteiro e as decisões passaram a ser mais coletivas na Coordenação de Obra. A técnica substituiu a “gestão do social”, embora a *política* nunca mais tenha se restabelecido.

Os bloqueiros permaneceram na obra ganhando por produtividade individual, o mutirão voltou a fazer serviços mais complexos (como a instalação de caixilhos e as coberturas) e muitos serviços foram terceirizados. Neste último ano (2011) se formou uma segunda cooperativa (União), porém com outro caráter: fazia serviços mais simples e não se envolveu em nenhum momento com a “gestão do social”. Sua base foram trabalhadores do esquecido Grupo 2 (Organograma 4), os trabalhadores ligados às tarefas mais simples (agora de acabamento¹⁰⁸), que permaneceram na obra do começo ao fim. A produtividade coletiva

¹⁰⁷ Tal viagem foi fundamental para que a CEF liberasse o uso dos rendimentos dos recursos da obra aplicados em conta poupança, algo que poderia ser feito apenas após a obra, mas que foi excepcionalizado neste caso. Depois, no PMCMV, o uso destes rendimentos durante a obra já virou procedimento padrão. Sem a liberação destes recursos, a obra teria parado neste ponto (com cerca de 70% realizados) pela sua quantidade de dívidas com fornecedores.

¹⁰⁸ Revestimento de banheiros, instalação de caixilhos, madeiramento de algumas coberturas finais (telhadas em mutirão), algumas hidráulicas finais e instalação de louças e metais (divididas com o mutirão), pintura externa e guarda-corpos. Os bloqueiros também passaram a fazer parte da Cooperativa União, porém sempre com a prerrogativa de receberem por produtividade individual.

(ver nota 90) foi mantida, porém esta nova cooperativa jamais faria o mesmo volume de obra que a Cooperativa TT (Gráfico 2).

Figura 30: Obra da Comuna Urbana no segundo ano (2010)

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH (2010).

A Cooperativa União foi gestada a partir da insatisfação dos trabalhadores da Cooperativa TT com as transformações internas das relações de trabalho e poder que ocorreram ao longo de sua existência. Tais trabalhadores, em uníssono com os moradores mutirantes que não faziam parte da primeira cooperativa, se revoltaram contra aqueles que conformaram a elite desta que, para eles, tinham se transformado em “patrões”: pouco ou nenhum (depois do término das lajes) trabalho diretamente no canteiro de obras (inclusive e principalmente no mutirão), relação de mando e controle, além de salários de administração e gerenciamento de grande fluxo de caixa sem transparência. Neste momento também já haviam se incorporado à obra novas famílias, vindas da substituição de outras¹⁰⁹, que deram novo fôlego para o processo, algumas delas inclusive fazendo parte desta nova cooperativa. Além delas, também se incorporaram à Cooperativa União trabalhadores externos à Comuna Urbana, alguns que haviam trabalhado como serventes para a Cooperativa TT, e outros novos.

“Tem essa turma aqui de seis novos pedreiros. Um pouco que eu sei eu tô passando pra eles. Cada dia eles vão evoluindo: primeiro dia 4 metros, segundo dia 5 e por aí vai. Só que era assim: eu até então estava fazendo uns 12/13 metros por dia, e agora não tô fazendo nem 2. Mas eles fazem mais! (então você está mais envolvido em passar o que você sabe?) É. (Outro pedreiro: ‘Numa cooperativa alguém tem que ceder para todos produzirem mais juntos, como equipe’). Mas é difícil, ainda mais eu que não tinha esta experiência, de vez em quando a cabeça dói. Porque você quer produzir ali e não dá. Eu faço mais rápido e o cara do lado mais devagar, e eu vou ajudá-lo. E você quer que ele faça mais rápido que nem você e ele não faz... mas agora tá todo mundo junto. (...) Essa obra aqui é mais fácil terminar assim na cooperativa do que com pedreiro bloqueiro profissional. Porque o cara vai chegar aqui e vai querer fazer 15 metros hoje e 20 amanhã. E não dá para fazer, então ele não fica... por causa dos oitões¹¹⁰, agora é só osso, o filé já foi” (Paulo)¹¹¹.

Apoiada pelo MST e pela ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp), que passaram a ter reuniões semanais com o grupo que se formava, a Cooperativa União nasce já com experiência e com a possibilidade de ter acompanhamento político. Segundo Maria Emília Rodrigues de Castro¹¹², da ITCP naquele momento, tanto a Incubadora quanto o MST se empenharam nesta formação, de acordo com os preceitos da economia solidária, focando nas questões das relações de trabalho e formas de remuneração. A ITCP também dava assessoria técnica para a formalização jurídica da cooperativa (que a Cooperativa TT nunca teve), o que envolvia a formulação de um estatuto e o comprometimento legal dos trabalhadores, além da oficialidade da prestação de contas com responsáveis legais. Esta formalização daria possibilidade da cooperativa sair da Comuna Urbana e prestar serviços em outras obras.

No entanto, ainda segundo Maria Emília, já era bastante difícil fazer a discussão política com estes trabalhadores, que queriam terminar a obra o mais rapidamente possível – com, inclusive, outras oportunidades surgindo, como outra obra vizinha que foi realizada por eles, inclusive com o Mestre de Obras da Comuna Urbana, no mesmo período. Assim, houve

¹⁰⁹ Tais famílias foram retiradas do processo pela coordenação da Comuna Urbana (não a de obra, ver Organograma 3), por conta das faltas no mutirão. Algumas destas famílias nunca tinham ido à obra.

¹¹⁰ O oitão é a parte de finalização da alvenaria, acima do segundo andar, que forma um triângulo que sustenta o telhado. Sua execução é mais difícil porque os blocos precisam ser contados um a um para darem a inclinação correta.

¹¹¹ O vídeo faz parte do arquivo da Usina-CTAH (2011), e mostra um dia de formação da ITCP com a Cooperativa União.

¹¹² Em entrevista à pesquisadora em 03 de fevereiro de 2018.

grande pressão para que o processo fosse mais pragmático e direcionado à legalização. Além disso, os serviços realizados por eles já não tinham o mesmo lugar dentro da cadeia da manufatura serial que tinham aqueles feitos pela Cooperativa TT: eram serviços de finalização, não de abertura de frentes de obra, o que os colocava num lugar de pouca interferência na sua totalidade. Os bloqueiros permaneciam sendo o centro dinâmico do grupo, e eram bastante pragmáticos. Assim que a alvenaria acabou, eles se afastaram. Aqueles que sobraram se desarticularam, e a Cooperativa União, mesmo com todos os papéis prontos (inclusive o Estatuto, que gerou as discussões mais interessantes), não teve organização para terminar o processo de legalização, se desfazendo antes do término da obra da Comuna Urbana.

Figura 31: Obra da Comuna Urbana no seu terceiro ano (2011)

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH (2011).

A Comuna Urbana e seu lugar político

No último ano de obra (2011, pois 2012 foram apenas pequenos serviços), com o retorno do MST, a realidade muda, porém sem nunca mais recobrar o projeto original de Comuna. Há maior entrelaçamento entre a administração financeira (MST) e a Usina, que retoma seu lugar de gerenciamento técnico da obra, porém sempre mediado pelo mestre, cujo protagonismo ganhado durante o período da Cooperativa TT ficou permanente. O MST ganha um grande aprendizado (na prática) sobre a relação necessária entre a autogestão na produção do espaço e a organização popular nas cidades, tendo desenvolvido o *know-how* do processo junto ao poder público e às famílias. Tanto que, logo em seguida (2013), faz nova ocupação em Itapevi (cidade vizinha à Jandira) denominada Comuna Urbana II Padre João Carlos Pacchin¹¹³, com famílias que foram procurá-los, vendo que a Comuna Urbana finalmente se concluía e que o PMCMV dava novas possibilidades, menos precárias. Esta ocupação foi bastante problemática (e logo terminou), pois, dentre outros fatores, carregou consigo a herança do processo da Comuna Urbana por meio do retorno de alguns membros da elite da Cooperativa TT. Claramente, o *caráter empreendedor* que vinculou *trabalho e “gestão do social”* por meio das *políticas públicas* teve sobrevida ali, sob a aparência de luta pela moradia. Os tempos já eram outros.

As famílias se mudaram para as casas definitivamente em dezembro de 2012, mesmo sem a autorização final da CEF, que esperava o Habite-se¹¹⁴. As obras de infraestrutura, de responsabilidade da Prefeitura de Jandira, não estavam concluídas. Ficaram, em realidade, paradas durante anos: o empreiteiro licitado era o mesmo que abandonou a obra das casas em 2009 e, além disso, houve uma série de escândalos de corrupção com a gestão municipal que resultaram no assassinato¹¹⁵ do Prefeito Walderi Braz Paschoalin (PSDB), no final de 2010, pelo próprio Secretário de Habitação, Wanderley Aquino¹¹⁶ (fazendo inclusive a obra de infraestrutura da Comuna Urbana ser investigada pelo Ministério Público). Novamente a situação contraditória: as casas, feitas por eles mesmos, estavam prontas, porém não eram habitáveis por não terem infraestrutura. De uma precariedade à outra, acostumados aos “gatos”, as famílias se mudaram e lutaram anos para conseguir a totalidade da infraestrutura¹¹⁷ e a entrega da Creche. Esta última foi conveniada entre a Prefeitura e a Cáritas São Francisco. A mesma entidade, encabeçada pelo Padre João Carlos, reformou a padaria e o salão comunitário com recursos próprios, controlando seu acesso aos moradores.

¹¹³ Para maiores informações desta nova Comuna, ver OLIVEIRA: 2013.

¹¹⁴ Documento emitido pelas Prefeituras no qual qualquer edifício passa por vistoria técnica e jurídica antes de ter autorizado seu uso.

¹¹⁵ Ver < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/12/prefeito-de-jandira-e-motorista-sao-mortos-tiros.html> > (acessado em 08 de fevereiro de 2018).

¹¹⁶ Ver < <http://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000393965/um-dos-envolvidos-na-morte-do-prefeito-de-jandira-confessa-participacao-no-crime.html> > (acessado em 08 de fevereiro de 2018).

¹¹⁷ Embora, até hoje (início de 2018), o esgoto ainda seja um problema, pois a Estação de Tratamento, sucateada durante o abandono da obra pela Prefeitura, nunca funcionou corretamente.

Figura 32: Escola de Educação Infantil da Comuna Urbana

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH (2015).

Embora com todos estes percalços, a Comuna Urbana tem uma vivacidade incrível. Foi criada uma Associação para a qual é concedido pela Prefeitura o espaço da padaria, e que gerencia a comunidade no lugar do Estatuto de Condomínio, que nunca foi efetivado¹¹⁸. Há grande disputa por esta Associação entre a Cáritas e um grupo de moradores (encabeçados por ex-integrantes da elite da Cooperativa TT), demonstrando que os tensionamentos em torno da “gestão do social” permanecem constantes. As festas – com ápice na Festa Junina – fazem a comunidade se apropriar do espaço coletivo, dando significado ao pertencimento imaginado em projeto. As praças dos núcleos de fato reorganizaram a comunidade após a obra, mediando algumas das tensões antes existentes. Sua vivência no cotidiano efetiva os desejos expressos na fase de projeto, principalmente no que concerne ao cuidado com as crianças e solidariedade entre as famílias. Toda uma condição muito diferente daquela da Vila Esperança.

Figura 33: Comuna Urbana habitada (2013-2017)

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH (2013-2017).

No entanto, é a produção do espaço novamente que repõe as tensões, explicitando as contradições do processo. Muitas famílias têm se apropriado privadamente dos espaços coletivos, principalmente em núcleos nos quais a coesão social é mais precária. Em alguns casos, a apropriação é comercial, o que fez inclusive com que a Prefeitura derrubasse uma das construções. Há grande mercado de aluguéis, além de modificações internas nas casas que permitem a locação de partes delas (divisão de andares com entradas separadas, por exemplo). Desta maneira, a coesão social pretendida inicialmente não foi completada – ainda que não se compare com a existente na favela –, demonstrando que se trata de um processo longo, como não poderia deixar de ser.

¹¹⁸ A questão da propriedade está até agora (início de 2018) em aberto: o empreendimento foi aprovado no Grapohab como condomínio, dentro das diretrizes do início do processo (ver acima), porém esta configuração foi contestada, depois, tanto pela Prefeitura de Jandira quanto pelos próprios moradores e pelo MST: se assim fosse, os moradores teriam que se responsabilizar pela manutenção das áreas comuns e da infraestrutura, que envolve a Estação de Tratamento de Esgoto; além disso, teriam que administrar o condomínio, com centralização de água e energia elétrica, além de taxas de manutenção – um trabalho considerado burocrático e difícil, dado todo o processo político passado, que o MST não estava mais disposto a assumir. A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) acabou obrigando a instalação de caixas d’água individuais, lacrando a torre de caixa d’água coletiva.

Figura 34: Uso e cuidado com as pracinhas de Núcleo

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH (2017).

Finalmente, é importante identificar o lugar da política neste processo de produção do urbano, principalmente diferenciando-a da “gestão do social”. A presença e papel do MST, desde o início do processo, era a ponte necessária para a sua potenciação política, na medida em que dava sentido ao trabalho coletivo e à noção de Comuna para além do comunitarismo cristão. Mais do que isso, era ele que conectava a luta destas famílias aos problemas nacionais: ao longo dos primeiros anos, as famílias da Comuna Urbana construíram pertencimento ao movimento, participando de marchas, Encontro Nacional em Brasília, atos e outras ocupações no Estado de São Paulo. Uma liderança formada ali chegou até a coordenação estadual do MST – o que foi extremamente importante para o movimento (de acordo com lideranças

entrevistadas), pois a presença das questões urbanas (representadas, no caso, por uma mulher negra) transformava-os também internamente. Foi a formação de base do MST que fez possível a mediação com o mundo do crime, a apropriação da obra e da Comuna pelos coordenadores, um projeto participativo e contra-hegemônico da produção do urbano, a formação da Cooperativa TT e sua proposição de novas relações de trabalho inicialmente. Foi o seu afastamento, junto com a falta de lugar da Usina e outros interesses da Cáritas (não propriamente políticos) que abriram espaço para que a política virasse “gestão do social”: perdendo seu dispositivo *dissensual* (RANCIÈRE: 1996) e contra-hegemônico de produção do urbano por meio da transformação das relações de produção junto a um movimento de expressão nacional, a *organização popular* (pretendida pelo MST ao se aproximar do urbano) se fechou na Comuna Urbana e na resolução dos seus problemas cotidianos.

Figura 35: Padaria da Comuna Urbana

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH (2017).

Figura 36: Parquinho e quadra autoconstruídos em mutirão após a mudança das famílias

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH (2013-2017).

Figura 37: Apropriações do espaço comum da Comuna Urbana

Fonte: Páginas do Facebook da comunidade (2013-2017). Página principal: < <https://www.facebook.com/CUDHC> > acessada em 09 de fevereiro de 2018.

A Comuna Urbana Dom Hélder Câmara tem hoje expressão mínima mesmo na cidade de Jandira, quando poderia ter tido expressividade nacional e internacional. Seu caso foi publicado em revistas nacionais e estrangeiras¹¹⁹, além de apresentado em congressos (inclusive internacionais), presente no trabalho de estudantes que vieram fazer residência na Usina (também estrangeiros), recebeu visitas de delegações do país e do exterior organizadas pela Cáritas, competiu dentro da CEF para o prêmio de melhor empreendimento nacional, além de centenas de militantes, principalmente da América Latina, mas não só, que vieram trabalhar nos mutirões em forma de brigadas voluntárias organizadas pela Escola Nacional Florestan Fernandes (MST).

A pergunta que devemos fazer, que será desenvolvida nos próximos capítulos, é: o que aconteceu? Por que o MST deixou de estar presente ou, ainda, onde ele estava? Por que a Usina não foi capaz de dar o salto qualitativo necessário entre as relações de produção do espaço e a organização popular? Por que a Cooperativa TT e sua “gestão do social” ganham tamanha relevância? O que este processo gerou? Para responder a estas questões, precisamos entender as transformações operadas na sociedade brasileira e na organização dos movimentos sociais durante o segundo mandato do Presidente Lula (2007-2010) por meio do seu lastro na produção do urbano – com destaque para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) após 2010.

¹¹⁹ Ver: OLIVEIRA: 2013; STÉDILE: 2014; USINA: 2011, 2012a, 2014 e 2015; ARANTES et.al.: 2010; BAITZ: 2011; GUERREIRO: 2016b; FIDELIS: 2010.

Figura 38: Modificações feitas pelos moradores

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH (2017).

Capítulo 1.2 Produção do urbano, educação popular e trabalho

“Tal é a Comuna – a forma política da emancipação social (...). Ela inaugura a emancipação do trabalho – seu grande objetivo (...).” (MARX: 2011 [1871], 131).

A análise do processo de produção material, simbólica e política da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara – visto no capítulo anterior – precisa ser compreendida à luz da intencionalidade de construção de um determinado sujeito político pelas forças populares envolvidas, que são produto, por sua vez, do processo histórico de conformação da democracia existente no país desde o fim do período da ditadura militar. A hipótese aqui desenvolvida é a de que a Comuna Urbana demonstra muito claramente as transfigurações que ocorreram na periferia urbana neste período, principalmente durante os anos de governo do PT: se, durante a década de 1980, o partido se constituiu em torno da configuração social do *trabalhador* como base política – e os movimentos populares que lhe davam suporte de mobilização faziam o trabalho junto às camadas mais precarizadas da população a partir deste pressuposto –; após a reestruturação produtiva da década de 1990 este cenário muda, fazendo com que o caráter do *trabalho* como estruturador social se desfizesse. Segundo Feltran, no primeiro momento, “o trabalho lhes dá lugar no mundo”:

“É desse modo que se territorializa a periferia trabalhadora paulistana, de sociabilidade muito própria, estudada ao longo das últimas décadas. Interessa-me aqui sublinhar que, como nesse caso específico, a expansão das periferias em São Paulo guarda coerência com um projeto específico de família. (...) A dignidade da família se fundava no arranjo trabalho, casamento, casa própria e sacrifício para fazer a vida. É a ascensão social do grupo familiar que está em questão (...). O projeto funciona enquanto essa conjuntura permite, ou seja, meados dos anos 1980. (...) O que Eder Sader percebeu, ainda nos anos 1980 (SADER: 1988), foi o potencial político desta condição, em um contexto de transição do poder de Estado e redefinição do estatuto ocupado pelo trabalho produtivo na economia nacional. É nesse conjunto de famílias que os alicerces dos movimentos sindicais e populares do período seriam erigidos. (...) O projeto de família casava-se perfeitamente com as promessas de justiça social contidas nas lutas sindicais do período. Além do mais, as tintas cristãs que o discurso popular de esquerda imprimia nos imaginários, por meio da teologia da libertação, eram muito coerentes com a moral familiar do trabalho, que estruturava esse universo social desde os tempos da migração. A ideologia petista figurava um país de trabalhadores” (FELTRAN: 2011, 98-100. Grifos no original e acrescidos).

Assim, é necessária certa revisão bibliográfica em torno desta perspectiva: a formação do sujeito político na periferia a partir do seu estatuto de trabalhador, ou seja, por meio do *trabalho*, perspectiva presente principalmente na década de 1970. Tratava-se, naquele momento, de resignificar seu caráter capitalista, no qual a coletivização da força produtiva se faz por meio da privatização dos meios de produção e consequentemente do afastamento do trabalhador do produto do seu trabalho. Era necessário revelar esta potência do trabalho coletivo, numa perspectiva pedagógica mesmo, como formação política em torno da crítica às relações de produção. Isso era particularmente importante pela especificidade do capitalismo dependente brasileiro, pautado numa remuneração abaixo das necessidades de reprodução da força de trabalho e que, portanto, transferia as contradições políticas do chão de fábrica para a produção precária das periferias autoconstruídas e sem mobilidade – a dita “espoliação urbana” de Lúcio Kowarick (1979). A produção coletiva do espaço é determinante para formar politicamente este trabalhador forjado por um capitalismo específico, cujo traço de precariedade é central: fora da fábrica ele também trabalha, como *produtor de cidade*.

No entanto, este direcionamento da mobilização e formação popular por meio do trabalho coletivizado necessariamente muda de caráter com a reconfiguração histórica da estrutura produtiva (no limite, mundial) que lhe dava sentido. Por isso a relação tensa e contraditória, na Comuna Urbana, entre um projeto consolidado de formação política popular e os seus necessários enfrentamentos históricos com a prática social de outro momento. Um projeto que não encontra mais sua base social. Neste capítulo será revisitada a bibliografia que consolidou este projeto de formação do sujeito político por meio das relações de produção – em particular àquelas ligadas à produção do espaço construído. Ao final, entenderemos suas vinculações com o projeto democrático consolidado pelo PT, para poder enfim retomar os desafios de análise que a experiência da Comuna Urbana enseja.

A estrutura deste capítulo não é estritamente cronológica, pois se busca mais o encadeamento de ideias do que os fatos históricos, porém estas duas faces se confundem, andando juntas – ainda mais considerando que as ideias, aqui, não são desvinculadas das suas articulações políticas e sociais. Assim, perfaz-se um período de cerca de 30 anos, entre meados da década de 1950 e meados da de 1980. Vai-se notar que o processo de urbanização do país, que nestes anos consolidou as periferias autoconstruídas, é elemento central para a compreensão das transformações no campo político da esquerda, não apenas aquela presente nestes locais, mas todo o seu conjunto. As ideias não são presas ao seu tempo, tanto que perpassam todo o período e chegam até hoje, porém há predominâncias importantes de serem resgatadas, bem como suas origens: de 1956 até 1968, uma fase na qual o trabalho é encarado do ponto de vista da relação do homem com a natureza – com forte influência católica – e, a cidade, o lócus da desintegração desta relação pela industrialização; entre 1968 e 1972, uma fase de extrema radicalização política expressa pela luta armada, quando o marxismo ganha relevância inclusive dentro dos setores católicos; 1972-78, quando há amadurecimento do pensamento sobre a cidade, consolidando a categoria do *urbano* com base num marxismo que passava a pensar a América Latina; e 1978-1983 (não tão precisamente), quando a via institucional ganha relevância na esquerda, com o enfraquecimento da ditadura pós anistia. Será focalizado aqui o movimento popular em articulação com os setores católicos e universitários, uma marca importante no período e que

formará parte importante do Partido dos Trabalhadores depois de 1980. A questão do sindicalismo e da construção partidária será abordada no capítulo seguinte.

O trabalho como princípio educativo: em busca da ontologia do ser social

A experiência mais próxima do MST-SP com a construção civil foi a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema-SP. Como grande centro nacional de formação política do movimento, ela foi também *meio de formação*: sua construção foi realizada diretamente por assentados de todo o país, inclusive por grupos de militantes estrangeiros – dentro da mística da concretização de um monumento que expressa o poder popular por meio do trabalho coletivo e voluntário. Nesta construção, dos anos 2000, será possível resgatar uma maneira específica de entendimento da construção do sujeito político por meio do trabalho que foi teorizada originalmente de meados da década de 1950 até meados da década seguinte e que permanece presente até hoje, principalmente nos grupos de intelectuais e militantes deste movimento popular. Não à toa, pois o trabalho dentro do MST está diretamente ligado à terra, que remete a um momento histórico anterior à predominância das cidades no cenário social e político brasileiro.

O centro do processo de construção da ENFF, que coordena todo seu significado e materialidade, foram as *brigadas de trabalho*: grupos de assentados voluntários, eleitos nas suas regiões para passarem dois meses colaborando com a construção da escola. A coordenação da manufatura se dava por meio da Brigada Permanente (formada por assentados que já haviam participado da construção nas brigadas estaduais e que permaneceram na ENFF), dividida pelos diversos trabalhos concretos que constituíam o canteiro, além dos técnicos que gerenciavam sua totalidade. Este sistema produtivo só foi possível pelo fato de os brigadistas estarem ligados ao trabalho sazonal da lavoura e ainda assim poderem se ausentar do seu lote original na medida em que seus companheiros de assentamento cuidavam temporariamente de sua plantação. Trata-se, portanto, de um trabalho cuja forma é mediada pela especificidade das condições de reprodução da força de trabalho rural, além da organização de um movimento de massa e da objetividade da construção de um espaço coletivo e simbólico.

As brigadas voluntárias eram formadas por 50 a 80 assentados de determinado estado do país, geralmente com pouco tempo no movimento e integrantes dos setores de formação (eram poucos os militantes de base). Ao serem recebidos na ENFF, tinham um primeiro período de formação sobre o MST e o pensador Florestan Fernandes, além da discussão sobre o método de construção da escola e os significados do trabalho coletivo não remunerado. A rotina era composta de trabalho na construção durante o dia e formação política e cultural à noite (inclusive com curso de alfabetização de jovens e adultos), além da participação na organização cotidiana da própria escola com revezamento das atividades (limpeza de louça e espaços). “Portanto, a dimensão educativa do trabalho voluntário na ENFF pode assumir uma determinada importância para a organização do MST, já que abre possibilidades reais para a expansão do trabalho político-organizativo em sua base social” (SILVA: 2005, 179).

A tecnologia empregada foi a do solo-cimento, em blocos ou paredes monolíticas. Nela, há uma mistura de solo com cimento que permite a fabricação local, dando um caráter autônomo e extremamente artesanal ao canteiro, que emprega grande quantidade de mão de obra. A escolha da técnica fez parte do caráter político e simbólico da construção: “Sem Terra construindo com terra”. Segundo o movimento, tal técnica sintetizava uma série de pontos positivos. O primeiro é econômico-tecnológico: por seu caráter artesanal, permite a apropriação do processo de trabalho (podendo o trabalhador levá-la ao assentamento de origem); utiliza material e mão-de-obra que o processo tem em fartura; propicia autonomia, geração de conhecimento e emprego. Há maior possibilidade de diminuição da divisão social do trabalho, pela proximidade entre o pensar e o fazer. Os arquitetos e engenheiros envolvidos no canteiro, na tentativa de diminuir ainda mais esta diferença, montaram um curso de formação técnica, que envolvia história da arquitetura, a técnica do solo-cimento e paisagismo (ligado aos preceitos da agroecologia)¹²⁰. O segundo ponto positivo seria seu conforto térmico e ambiental: “de baixíssimo consumo de energia não renovável, não gera entulho, o material é reciclável e resulta numa moradia mais saudável para o ser humano do que aquelas que se utilizam materiais sintéticos que não respiram” (SILVA: 2005, 183). O terceiro seria seu caráter cultural e simbólico, que resgata uma técnica popular anterior aos processos de industrialização perpetrados pelo capitalismo. Segundo a assessoria técnica Usina: “na autogestão, necessariamente, as técnicas de produção devem ser diferentes, reumanizando o homem ao invés de transformá-lo num autômato” (USINA: 2008, 58).

Qual seria então o lugar do trabalho na estratégia política do MST, no caso da construção da ENFF? Primeiramente, é notável que este lugar está ligado à formação da base do movimento e não à esfera da Frente de Massas (enfrentamento e expansão) e da linha programática central (a reforma agrária) e sua consolidação contra-hegemônica (formação de cooperativas de produção agropecuárias e agroecológicas). As diretrizes políticas de transformação das relações de trabalho, no MST, sempre foram direcionadas para as cooperativas de produção de alimentos (com pouco beneficiamento) e, mais recentemente¹²¹, para a discussão sobre a agroecologia. Desta maneira, não é plausível a compreensão da construção da ENFF como tática nacional de implantação de novas relações de produção na construção do espaço, como apontava em certo momento a constituição de grandes cooperativas de construção civil a partir da Cooprotterra no Paraná (Cf. LOPES: 2015) – tema bastante controverso no MST que, embora construa efetivamente espaços habitados em todo o país, nunca tornou este tema relevante no campo estratégico nacional. Trata-se, portanto, de experiência voltada à formação política de base, na escala local de construção subjetiva, ligada à educação popular e à construção simbólica do movimento.

¹²⁰ “Na verdade, este curso surge como um experimento capaz de identificar as práticas tradicionais dos trabalhadores com o conhecimento sistematizado da arquitetura. Segundo o depoimento do engenheiro, o processo é rico na troca de aprendizados, possibilitando inclusive o questionamento da formação acadêmica em arquitetura a partir do conhecimento dos trabalhadores acumulado pela vivência prática da construção civil. Ou seja, os trabalhadores acumulam conhecimentos complexos na área da arquitetura sem muitas vezes ter a educação básica ou mesmo um processo sólido de alfabetização. O que se efetiva no cotidiano do canteiro de obras é uma escola viva através de um processo coletivo, onde arquitetos, engenheiros e trabalhadores rompem com uma hierarquia do conhecimento e do fazer próprio da construção civil e vivenciam uma relação pedagógica de forma dialética, aprendendo e ensinando a partir do processo de trabalho” (SILVA: 2005, 183).

¹²¹ Principalmente nos anos 2000 (Cf. BERNARDO: 2012) e, de maneira ainda mais proeminente e articulada, por meio da instituição da pauta programática da “Reforma Agrária Popular” no VI Congresso Nacional do MST em 2014 (Cf. CORREA: 2015 e LOUREIRO: 2016).

É possível identificar esta discussão na aproximação com determinados autores¹²² ligados à educação popular que buscaram dar centralidade ao trabalho na prática pedagógica na medida em que o consideram como ontologia do ser social, baseando-se na obra madura de Lukács¹²³, produzida durante a década de 1960 e publicada em 1971 (“A Ontologia do ser social”). Segundo esta perspectiva, o trabalho media dialeticamente a relação do homem com a natureza, “humanizando o homem”, o diferenciando dos animais e conformando sua estrutura psíquica e social por meio da relação de transformação da natureza consciente e direcionada a um fim – o atendimento às suas necessidades físicas, psicológicas e culturais. Neste sentido, o trabalho é a mediação necessária com a natureza para a construção do homem como ser criativo e autônomo. Além disso, é por meio do trabalho que o homem se torna um ser social, no compartilhamento das atividades de reprodução da vida e de geração de conhecimento. A origem do MST reforça ainda mais esta visão, na medida em que sua perspectiva política passa pela construção de determinada subjetividade ligada a valores da ruralidade – seu tempo, sua finalidade, suas formas culturais, etc.

“A produção da existência humana e a aquisição da consciência se dão pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, neste sentido não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história. É a consciência moldada por esse agir prático, teórico, poético ou político que vai impulsionar o ser humano em sua luta para modificar a natureza (ou para dominá-la, como se dizia no passado, antes que se tomasse consciência da destruição que o homem vem operando sobre o planeta). Diferente dos animais, a consciência do ser humano é a capacidade de representar os seres de modo ideal, de colocar finalidades às ações, de transformar perguntas em necessidades e de dar respostas a essas necessidades. Os seres humanos agem através de mediações, de recursos materiais e espirituais que eles implementam para alcançar os fins desejados” (CIAVATTA: 2005, 3-4).

Trata-se, portanto, da constituição do sujeito social (pré-político) na sua relação ontológica com a natureza, mediada pelo que Marx chamaria de *trabalho em geral* (no qual não atuam as relações de produção historicamente determinadas, sendo uma forma abstrata que captaria a essência do conceito), por meio do qual se conforma determinada consciência humana ligada a valores, que pode então estabelecer uma teleologia e, então, direcionar sua história:

“A capacidade humana de reproduzir na sua consciência o movimento do real só se desenvolveu por conta do trabalho. As relações dialéticas operantes no mundo objetivo são relações causais. O trabalho surge na história como o elemento capaz de inserir nessas causalidades da natureza uma teleologia, ou seja, uma finalidade, que é posta pelo homem que trabalha. Assim, a atividade humana rompe com a lógica natural em que as

¹²² Alguns autores que trabalharam no tema foram: Maria Ciavatta Franco, Gaudêncio Frigotto, Demerval Saviani, Roseli Caldart, Mario Manacorda, Roberta Maria Lobo da Silva, Miguel Arroyo, Hormindo Pereira de Souza Júnior, Luciana Amaral Praxedes, Marcos Del Roio, Ivo Tonet e Giovanni Semeraro. Centros importantes de pesquisa neste tema são o Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETE), da Faculdade de Educação da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e o Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (Neddade) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹²³ Segundo José Rodolfo Thiesen: “A descoberta do papel fundador do trabalho na construção do ser social foi sem dúvida o grande marco da chamada ‘virada ontológica’ de Lukács. Se no texto de 1925-26 ele já admitia a veracidade da tese da dialética da natureza, mas ainda não conseguia extrair daí todas as principais consequências possíveis, era porque o que estava faltando era justamente o elemento de *mediação* entre a *dialética da natureza* e o *pensamento dialético*. Esse elemento de mediação era o *trabalho*” (THIESEN: 2015, 28. Grifos no original).

transformações só ocorrem com a passividade dos elementos envolvidos (característica fundamental de toda relação causal). (...) Na medida em que o homem se torna capaz de pôr uma teleologia nas causalidades da natureza e se tornar ativo nesse processo, ele aparece como sujeito perante a natureza. Enquanto os elementos das transformações eram apenas passivos, não havia sujeito, mas sim apenas relações entre objetos. O trabalho, portanto, inaugura a relação sujeito-objeto. O homem diferencia-se da natureza sem, no entanto, deixar de ser um produto da natureza. O trabalho propicia um salto de qualidade no qual surge um novo ser a partir do ser natural: o ser social. (...) Para que o sujeito possa desenvolver sua capacidade de intervir sobre as relações causais objetivas segundo uma teleologia, ele precisa desenvolver sua capacidade de apreender as legalidades desses processos causais, ou seja, ele precisa entender quais causas conduzem a quais efeitos, compreender quais meios são necessários para os fins que ele quer pôr, e como manipular esse processo para poder usar isso a seu favor. Assim, ele vai desenvolvendo a sua consciência, que nada mais é do que a construção de uma nova objetividade, subjetiva, consciente, em que as relações do mundo objetivo são reproduzidas. Esse processo enriquece a capacidade do homem de intervir sobre a natureza” (THIESEN: 2015, 31. Grifos acrescidos).

Nesta concepção, a consciência humana não pode ser alcançada de maneira idealista, por meio de práticas educacionais abstratas, formalmente institucionalizadas e de conteúdo científico exteriormente definido. Trata-se da formação da consciência por meio da *práxis*, partindo do concreto, ainda que não se trate de *consciência de classe*, que só pode se formar por meio das relações de trabalho historicamente determinadas e, portanto, do trabalho concreto e não geral. Segundo Thiesen:

“A formulação de conceitos, que é inseparável da linguagem, vai se tornando a base da nova objetividade criada pela consciência humana, os conceitos buscam apreender a realidade e expressá-la da maneira mais próxima possível da forma real de expressão da objetividade. Eles vão se tornando fundamentais para o desenvolvimento do homem enquanto ser social, pois possibilitam avanços no processo de trabalho, como o desenvolvimento da cooperação. Estes desenvolvimentos, por sua vez, retroagem sobre a hominização do homem, pois fazem avançar as forças produtivas do trabalho. A consciência nascida deste processo é uma consciência necessariamente materialista, embora este materialismo tenha muito pouco a ver com o materialismo filosófico que conhecemos hoje. Trata-se de algo que Lukács chama de materialismo espontâneo. A consciência que brota do trabalho levará muitos milhares de anos para atingir um nível considerável de descolamento da imediatez da prática humana primitiva. Sem este descolamento, no entanto, a consciência não pode se desenvolver e, na medida em que ele ocorre, o ser social vai conseguindo dar saltos cada vez mais decisivos em direção à práxis social efetiva” (THIESEN: 2015, 58).

Nestes termos, a crítica do MST ao trabalho *no capitalismo* seria a reversão operada no seu estatuto ontológico, criando uma forma histórica na qual este, ao invés de emancipar, escraviza o homem por meio de determinantes externas às suas necessidades. O trabalho é transformado num meio de sujeição do homem ao tempo da máquina (uma necessidade de rotação do capital), de separação dele dos seus produtos de trabalho, de divisão social, de espoliação, de alienação, de castração da criatividade, de afastamento do campo espiritual, de embotamento psíquico e de aniquilação, portanto, do trabalhador. A bandeira política de luta pela Reforma Agrária carrega consigo um enfrentamento maior do que o diretamente ligado à propriedade fundiária: ela é a possibilidade de formação do “novo homem”, que retorna ao seu estatuto ontológico para poder dar finalidade consciente aos seus atos e construir sua própria história. Por isso, não bastaria ao movimento apenas assentar: é necessária a *formação desta subjetividade*, possível por meio da *reinvenção do trabalho na práxis cotidiana*. “Um processo educativo emancipatório será aquele que permita ao jovem e ao adulto

compreenderem, partindo da leitura crítica das condições e relações de produção de sua existência, a dimensão ontocriativa do trabalho” (FRIGOTTO et.al.: s/d, 8).

O projeto político do MST parte, portanto, do pressuposto do *trabalho como princípio educativo*. Segundo Frigotto:

“(...) Percebe-se a centralidade do trabalho como práxis que possibilita criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, linguagem e símbolos, o mundo humano como resposta às suas múltiplas e históricas necessidades. Nesta concepção de trabalho, o mesmo se constitui em direito e dever, e engendra um princípio formativo ou educativo. O trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que explorem e vivam do trabalho de outros, ou se caracterizem como, segundo a afirmação de Gramsci, mamíferos de luxo. O trabalho como princípio educativo não é apenas uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio éticopolítico. Dentro desta perspectiva, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. O que é inaceitável e deve ser combatido são as relações sociais de exploração e alienação do trabalho em qualquer circunstância e idade” (FRIGOTTO et.al.: s/d, 9).

Neste sentido, a perspectiva política do trabalho voluntário no MST seria o rompimento com o capitalismo ao experimentar, por meio da práxis, a desconstrução do trabalho como mercadoria. Ainda que dentro deste modo de produção, a construção da ENFF buscou, na medida do possível (e com as determinantes próprias de um canteiro em área rural, de uma obra de caráter simbólico e educativo, sem financiamento via poder público), se desligar da cadeia da construção civil. Tanto na mão-de-obra quanto nos materiais, a autonomia da produção foi sempre buscada, o que ao mesmo tempo pode ser considerado um fator positivo pelas suas potencialidades experimentais, mas por outro tem limitações políticas bastante claras no que diz respeito ao caráter histórico do trabalho e, portanto, da inserção e enfrentamento na realidade concreta da maioria dos trabalhadores.

“Entretanto, o que se destaca dentro do desenvolvimento da história do MST é a criação de novas possibilidades concretas de formação de militantes, como, por exemplo, a experiência de trabalho voluntário na ENFF, onde a transformação está na luta pela mudança qualitativa da categoria trabalho, passando da condição de objetivação alienada para a condição de objetivação social, produzida e apropriada coletivamente e humanamente” (SILVA: 2005, 186).

“Fica evidente que o trabalho foi o elemento “chave” na construção da ENFF, alicerçado por outros elementos que proporcionaram a reflexão e, consequentemente o avanço rumo à construção dos seres humanos, como é prática no conjunto do MST. Ficou patente mais uma vez que ele, o trabalho, não pode ser uma espécie de “apêndice” nos processos de formação, pelo contrário, deve permear o todo da organização, a fim de ir forjando sujeitos sociais com consciência e capacidade de fortalecer o processo organizativo nos acampamentos e assentamentos e, consequentemente, a luta por condições dignas de vida para as organizações de trabalhadores do Brasil, da América Latina e, por que não, do mundo” (Ana Justo Pizetta citada em BARROS: 2017, 232).

Segundo Francisco Barros, tal perspectiva política do MST na construção da ENFF precisa ser compreendida por meio do processo pedagógico proposto por Paulo Freire, na medida em que sua meta é a *humanização* como forma de resolver a dualidade entre

opressores e oprimidos¹²⁴. Desta maneira, o trabalhador aqui é entendido novamente na chave da subjetividade e a educação – como formação de consciência por meio da práxis – o “humaniza” na medida em que promove autonomia com finalidade emancipatória:

“Paulo Freire, em seus diversos escritos e pronunciamentos afirma haver processos pedagógicos que contribuem para a ampliação da autonomia dos educandos. Por outro lado, há processos que sugerem aos educandos a vida em ambientes de heteronomia, condicionando-os a essa realidade. Em ‘A pedagogia da autonomia’, Freire discorre e comprara posturas e ações que o educador popular pode se imbuir. Ele afirma que a educação se trata de uma obra política, que depende de diversos fatores, mas que pode e deve sim haver uma intencionalidade, a da emancipação” (BARROS: 2017, 30).

Neste sentido, o *trabalho* historicamente definido é entendido na chave política da *opressão*, em contraposição ao *trabalho emancipado*, que se aproximaria do *trabalho em geral*, onde estaria a essência ontológica do ser social. Paulo Freire será retomado adiante, porém no momento é importante ressaltar que o autor não define a relação de opressão apenas por meio da relação de trabalho, mas de maneira mais geral, no âmbito das relações humanas. Sua preocupação é a definição das relações de poder nas relações sujeito-sujeito, e não sujeito-objeto, como trazia Lukács, com chão na dialética materialista. Há aqui, portanto, o encontro de tradições distintas que, no entanto, se encontram na afirmação do caráter *pedagógico* do trabalho: uma que poderia ser denominada de *Lukácsiana*, na qual o trabalho é mediação dialética entre homem e natureza; e outra *Freireana*, na qual o trabalho é *uma* das relações sociais nas quais se expressa a relação de opressão. O que as une politicamente é a noção de que a superação do capitalismo é a superação de determinado momento histórico no qual o ser humano está submetido a uma *separação interna ao seu ser uno, ontológico*, que pode ser entendida como *alienação* (na relação sujeito-objeto) ou *opressão* (sujeito-sujeito). Ambas veem a construção da *consciência* como meio desta superação e, por isso, a introdução da pedagogia da práxis como forma de reunificação do ser social.

Importante notar que nesta proposição de trabalho de base presente no MST por meio de seus formuladores teóricos – que une de maneira um tanto eclética alguns marxistas e não-marxistas – não está presente a formação da consciência *de classe* historicamente determinada pelo trabalho *concreto* (ver nota 186). Talvez neste ponto encontre-se uma das dificuldades do movimento de lidar com a questão urbana, forma específica da reprodução do capital, na qual o trabalho concreto determinado pelas relações capitalistas de produção é central para a organização política da classe trabalhadora na superação de suas formas *específicas* de alienação e opressão. O urbano enquanto forma de reprodução específica do capital está imerso no âmbito daquilo que o jovem Marx, influenciado por Hegel, abarcou sob o conceito de “segunda natureza”, na qual as relações historicamente determinadas pelo modo de produção substituem integralmente a “primeira natureza”, ontológica. Neste sentido, não poderia deixar de ser extremamente contraditória e tensa a chegada do MST à cidade, armado de *aparato conceitual e prático deslocado para lidar com a nova periferia urbana*. As ligações foram feitas justamente por meio de Paulo Freire, que também fez esta migração campo-cidade do seu método, apoiado em Antônio Gramsci, na década de 1970.

¹²⁴ A obra de Paulo Freire é muito vasta e heterogênea, tendo sido desenvolvida principalmente na década de 1960. Seu livro “Pedagogia do Oprimido”, que marca o amadurecimento de seu pensamento e prática educativa, foi lançado em 1970. Desta maneira, deve-se considerar que, embora distantes e pautados em realidades completamente distintas, Lukács e Paulo Freire participam de um mesmo momento histórico do pensamento.

Segundo Paulo Sérgio Tumolo,

“Alguns movimentos sociais, que têm ocupado papel central no cenário político brasileiro contemporâneo, vêm buscando desenvolver, em seu seio, propostas de educação que se pretendem inovadoras e progressistas, balizadas pelo lema do trabalho como princípio educativo. Tal é o caso, pelo menos, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, e da Central Única dos Trabalhadores, a CUT. (...) Antes, porém, de ter se tornado um elemento basilar de propostas educacionais de movimentos sociais, o trabalho como princípio educativo, no bojo das análises acerca da relação entre educação e trabalho, foi um dos temas mais recorrentes no Brasil, nos anos 80 e início dos 90 do século XX, entre os pensadores da educação, sobretudo aqueles que se apoiavam num referencial teórico-político marxista, com enfoque em Gramsci. (...) Num trecho de uma entrevista concedida à Revista Bimestre, Saviani assim resume os fundamentos conceituais da proposição do trabalho como princípio educativo: ‘Na verdade, todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho’ (SAVIANI, Demerval. O nó do ensino de 2º grau. Bimestre, n. 1. São Paulo: MEC/INEP – Cenafor: 1986, p.14).” (TUMOLO: 2001, 1. Grifos Acrescidos)

Tumolo, no artigo citado, vai criticar a noção de *trabalho como princípio educativo* por meio de uma leitura de Marx sob o ponto de vista dialético contido na conceituação de *trabalho*. Assim, resgata a dupla determinação do trabalho (ver nota 186) presente n’O Capital, base na qual Marx desenvolverá seu método dialético. Segundo este, o processo de produção capitalista é unidade do *processo de trabalho* e do *processo de valorização*: de maneira historicamente determinada, o *trabalho* considerado como *trabalho em geral*, baseado na produção de valores de uso (de caráter concreto útil, portanto), não é suficiente para a determinação do modo capitalista de produção. O capital se caracteriza pelo movimento constante de produção de mais-valor e, portanto, só existe no processo de valorização, no qual o trabalho é o motor. Assim, este ganha a duplicidade imediata (pois aparece social e diretamente como um duplo) de trabalho concreto e trabalho abstrato, este sim produtor de *valor*.

Vejamos. Segundo Marx, a mais-valia não pode se originar no processo de circulação (por meio do comércio, por exemplo), pois ali há troca de equivalentes – ainda que mal encoberta pela concorrência e desequilíbrios de oferta e demanda. Trata-se, nesta esfera, de flutuação de *preços*, que se descolam da *forma valor*, ligada diretamente ao processo de trabalho. Ali só poderia ser gerado mais-dinheiro, não mais-valor – corroborando o fato de que o capitalismo é uma estrutura social historicamente determinada e diversa, portanto, de fases históricas anteriores baseadas na expansão comercial. A mais-valia seria então gerada no processo de produção, na medida em que a força de trabalho necessária para a produção de mercadorias é tomada no mercado, também como uma mercadoria: o valor desta mercadoria especial seria determinado pelas necessidades de reprodução desta força de trabalho, em condições historicamente dadas. Desta maneira, o valor gerado pela força de trabalho durante determinado período temporal deve necessariamente ser maior do que o valor necessário para ela se reproduzir socialmente: há, assim, parte da jornada de trabalho que se configura como *trabalho não pago*, mais-valia do ponto de vista do capitalista (ver nota 75). Desta maneira, o capital só existe por meio deste processo de valorização, no qual a produção de

mais-valia é possível pela transfiguração da força de trabalho em mercadoria. Não se produzem *apenas* produtos de trabalho úteis, com qualidades específicas concretas, mas *mercadorias*, geradas por trabalho abstrato, no qual as qualidades são transfiguradas em quantidade, *quantum*, de tempo de trabalho indiferenciado.

Assim, o caráter do trabalho historicamente determinado no período capitalista não pode ser considerado de maneira puramente ontológica, como aparece na definição de *trabalho como princípio educativo*. Pelo simples fato de que, sob o capital, dialeticamente o trabalho carrega consigo a negatividade do trabalhador, *transfigurando subjetividade em objetividade*, qualidade em quantidade, concreto em abstrato, trabalho morto dominando o trabalho vivo (ver nota 95). A força de trabalho é matéria objetiva retirada ao trabalhador, bem como os produtos do seu trabalho, que não mais lhe pertencem. Ela é *parte do capital*, como *capital variável*, entrando na composição da mercadoria de maneira composta e paralela ao capital constante (trabalho morto) (ver notas 95 e 146). Carrega consigo a subsunção do trabalhador como sujeito histórico. Segundo Carolina de Roig Catini:

“No capitalismo essa dimensão negativa do trabalho se interioriza como parte constitutiva dele, e se desenvolve contraditoriamente no interior da própria atividade, inscrevendo-se na história com a violência da exploração. O que importa destacar são as características do trabalho como atividade historicamente determinada, que precisa ser descrita, como em Marx, em oposição a uma concepção do trabalho considerado de maneira supra-histórica, isto é, tomar o processo de trabalho no interior do modo de produção capitalista, em sua dupla determinação – como processo de valorização e como processo de trabalho concreto. Em resumo, a oposição apresenta-se entre um processo de trabalho mais ou menos integral, a partir do qual ‘[...] obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto idealmente’ (MARX), e o trabalho heterônomo, parcial ou apendicizado, engajado no processo de produção e reprodução do capital” (CATINI: 2016a, 265. Grifos Acrescidos).

E ainda Tumolo:

“Portanto, se o trabalho, numa forma social genérica, é “um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX), ou seja, é o elemento determinante na constituição da própria natureza humana, no capitalismo a construção do gênero humano, por intermédio do trabalho, se dá pela sua destruição, sua emancipação se efetiva pela sua degradação, sua liberdade ocorre pela sua escravidão, a produção de sua vida se realiza pela produção de sua morte. Na forma social do capital, a construção do ser humano-social, por meio do trabalho, se processa pela sua niilização, a afirmação de sua condição de sujeito se realiza pela negação desta condição, sua subjetivação ou omnização se produz pela produção de sua reificação. No limite, trata-se da constituição do fetiche do capital – o capital que se subjetiviza ou se omniza reificando as relações sociais e o ser social – ou (...) da subsunção real da vida social ao capital” (TUMOLO: 2001, 17).

Deste ponto de vista, o entendimento da educação popular por meio do trabalho como princípio educativo como *o outro* do capital – na medida em que retoma o estatuto *ontológico* do trabalho – não enfrentaria seu estatuto *histórico*. Como se fosse possível, separa a dupla determinação do trabalho (que é uma unidade histórica), retirando o trabalhador da concretude do embate com o capital em direção, portanto, não a sua superação, mas ao seu apagamento (que, nestes termos, só pode ser ilusório). Forma-se uma espécie de ilha na qual o trabalho pode ser diferente simplesmente por não se relacionar com o capital, mas que não tem capacidade de, nem como contraparte, superá-lo. Essa postura, que só pode se

desenvolver longe da influência direta do capital – e, não admira, ser realizada no MST no campo, numa experiência toda *sui generis* na forma de construção e financiamento –, teria grandes problemas ao ser transplantada para as questões urbanas. Sua consequência seria ou o reformismo social no qual se pode conviver com o capitalismo, ou a narrativa triunfalista de caráter ideológico.

“Dessa ótica, a base da produção de tal conformismo está na concepção ideológica do trabalho como agente do progresso social. Em suas palavras, esse ‘conceito marxista vulgar do que é o trabalho não se detém muito na questão de como os trabalhadores tiram proveito de seu produto enquanto dele não podem dispor. Esse conceito só quer se aperceber dos progressos da dominação da natureza, mas não dos retrocessos da sociedade’ (BENJAMIN). No plano dos embates contra essa forma de vida, decorre de tal concepção positiva do trabalho, uma imagem triunfalista das lutas, que se manifesta na interpretação que muitas organizações de ‘esquerda’ fazem do processo histórico como uma sucessão de ‘vitórias’ e ‘conquistas’ – sobretudo no âmbito dos direitos sociais, como o próprio direito ao trabalho ou o direito formal à educação, à moradia etc., cujo avanço estaria nos conduzido a uma emancipação progressiva” (CATINI: 2016b, 70).

Aparece, aqui, a deflexão da dialética materialista em relação ao socialismo utópico: enquanto neste último há deslocamentos externos que definem artificialmente relações sociais por modelos pré-estabelecidos de pura racionalidade abstrata, a primeira baseia-se necessariamente nas contradições do processo histórico concreto, entendendo-as dialeticamente e, portanto, em movimento. A possibilidade de transformação viria apenas dentro deste movimento contraditório, onde o confronto com o capital é constante e conforma a classe trabalhadora como sujeito historicamente determinado – e não no seu isolamento. Trabalhar dialeticamente a dupla determinação do trabalho sob o capital não é nem aceitar a negatividade absoluta da sua transfiguração em *valor*, nem opor a este um puro valor de uso reencontrado no trabalho em geral; mas partir da contradição expressa no concreto das relações de produção para superar a subsunção do trabalho ao capital. Como então, desde este ponto de vista marxista, fazer a necessária crítica radical ao trabalho subsumido ao capital a partir da *produção do espaço*? Além disso, como transformar esta crítica em movimento de conformação de consciência da classe trabalhadora, em particular a urbana? De certa maneira, este debate foi desenvolvido por parte dos estudos marxistas da década de 1970¹²⁵, com particularidades na América Latina.

Marginalidade, funcionalidade e dialética na polêmica sobre a Urbanização Dependente

“A construção acertada acorda, revela, reúne. Mas, mesmo na nossa construção explorada e cujo objetivo não é o acerto, o operário não pode evitar que nele alguma coisa acorde, se revele e se reúna” (FERRO: 2006 [1976], 145).

Na experiência do MST com a ENFF e com a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara fica patente um investimento do movimento na formação da sua base por meio do trabalho

¹²⁵ Segundo David Harvey (HARVEY: 2004a), havia grande efervescência em torno do marxismo neste período, que arrefece na década seguinte (1980).

coletivo, que sempre foi uma direção no campo com as cooperativas de produção e depois com a agroecologia. Tais experiências – bastante diversas – carregam consigo um entendimento do trabalho de base como formação do sujeito político para além da educação acadêmica, das lutas de mobilização e de enfrentamento com a propriedade privada, e das negociações com o Estado. Por detrás destas outras maneiras de engajamento político está a formação de quadros para a atuação em ações pontuais e de grande escala – fundamentais como construção política. A base do movimento, no entanto, embora esteja presente nestas ações, tem outra responsabilidade, não de menor tamanho, mas que envolve outro tempo histórico: a de construir no cotidiano a prática de enfrentamento das formas de conformação social do capital, nas quais a *produção do espaço* é um importante elemento. Neste pressuposto está contida a noção de que o trabalho coletivo traz uma potencialidade de organização política por meio da *reapropriação do saber operário e dos produtos do seu trabalho, da coletivização dos meios de produção, da criação de consciência de classe pelo desvelamento do fetiche da mercadoria e da reunião da força coletiva* – como indica a citação de Sérgio Ferro acima.

Nesse sentido, há que se retomar rapidamente aqui o debate em torno deste pressuposto: *a formação política da classe trabalhadora por meio da produção coletiva do espaço*. Este debate, na América Latina, é bastante marcado na década de 1970, junto ao crescimento das favelas e loteamentos irregulares nas grandes metrópoles do continente. Primeiramente, ele não passava pela produção do urbano como crítica às relações de produção, mas como substrato da reprodução da força de trabalho – a cidade enquanto *lócus*. Inicialmente, se deu a partir da observação e análise do espaço autoconstruído pelos trabalhadores, entendido apenas no que concerne ao seu papel nos custos de reprodução da força de trabalho, e não nas suas especificidades de produção social. Dentre estes autores, que ficaram conhecidos como *marginalistas*, estão Manuel Castells e Aníbal Quijano, já como superação de Luiz Pereira¹²⁶.

Este último é, no âmbito da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), um dos primeiros a escrever sobre a autoconstrução na América Latina, em 1965, relacionando o tema com a questão do subdesenvolvimento econômico na região (PEREIRA: 1969 [1965]). Sua visão acompanha o dualismo cepalino daquele momento, na qual a autoconstrução seria expressão de desequilíbrios e insuficiências do nosso capitalismo, que promoveria mais urbanização do que industrialização. Da sua perspectiva, isso era fruto de um desequilíbrio no sistema de produção-distribuição-consumo, pois o “modo de vida urbano” pressiona para um maior consumo que, em países subdesenvolvidos, não tem sua contraparte na produção. Isso geraria uma “urbanização sócio-pática”, marcada pela *marginalidade* (ou seja, exclusão do sistema), fadada à extinção com o avanço das etapas do desenvolvimento, nas quais estaríamos “atrasados”.

Quijano (1978 [1968]) supera dialeticamente este pensamento, em 1968, também dentro da Cepal, por meio da noção de dependência¹²⁷, categoria polêmica que começava a

¹²⁶ A dissertação de Vitor Hugo Tonin faz ampla revisão bibliográfica desta discussão da urbanização dependente (TONIN: 2015).

¹²⁷ Segundo sua visão, “As atuais sociedades subdesenvolvidas são contemporâneas das sociedades industrializadas e esta é a medida do seu subdesenvolvimento; ao contrário, as sociedades hoje desenvolvidas, porque são

ser trabalhada na segunda metade da década de 1960 em toda a América Latina, por diversas correntes teóricas, mais ou menos dualistas¹²⁸. Para ele, haveria na região uma “urbanização da economia”, fazendo com que a dependência operasse sobre a sociedade urbana, gerando uma “primazia urbana”, caracterizada por grandes cidades e desigualdade territorial. Novamente, aparece a noção de desequilíbrio que se *reflete* no urbano, gerando *marginalidade*: haveria uma grande oferta de trabalho não incorporada ao débil setor industrial, gerando “superurbanização” como resultado da dependência. Essa visão é acompanhada por Manuel Castells, que publica texto de Quijano na sua coletânea que é publicada em seguida (CASTELLS: 1973): a especificidade desta “urbanização dependente” seria a composição da desarticulação da rede urbana (concentração e superpopulação) com uma diferenciação intra-urbana (tecido urbano truncado e desarticulado). Para este, a marginalidade seria a expressão da segregação de uma população excluída do processo produtivo desigual da região, cujos imperativos decisórios imperialistas não levariam em conta a realidade local. Isso causaria um “terciário inchado”, decorrente do deslocamento dessa população para outros ramos econômicos.

Paul Singer, dentro do Cebrap¹²⁹, faz uma crítica aos dois autores (SINGER: 1975 [1973]), acusando-os de serem contra a urbanização por esta, na visão deles, trazer mais desequilíbrios ao não acompanhar o desenvolvimento da indústria. Singer discorda do excessivo papel dado por eles ao imperialismo, porém não discute a noção de dependência como relação entre o interno e o externo. Para ele, a concentração urbana na América Latina é um fator positivo para o seu modelo de industrialização, além de não a considerar desequilibrada em si, mas apenas com falta de intervenção estatal de planejamento. Embora discorde da categoria de dependência, Singer supera Quijano e Castells no conceito de marginalidade, a entendendo não como exclusão do sistema, mas como elemento funcional¹³⁰ à acumulação da região: as atividades consideradas marginais seriam na verdade bastante prósperas, embora não incorporadas aos ramos monopólicos, e, além disso, a população excluída na verdade deveria ser considerada como força de trabalho de baixo custo de reprodução, fator importante para a geração de ativos para a industrialização. Assim, Singer começa a tatear um mecanismo de transferência de valor que opera na região, sendo a marginalização expressão de um excedente não acumulado internamente.

Os estudos sobre a marginalidade tiveram seu auge com a produção de Lúcio Kowarick no Cebrap (KOWARICK: 1974), que insere o método e as categorias marxistas na discussão. Para ele, a marginalidade não seria uma anomalia, mas uma necessidade interna ao capitalismo para o controle do preço da força de trabalho: o exército industrial de reserva.

industrializadas, nunca foram subdesenvolvidas porque a industrialização emergiu com elas” (QUIJANO: 1978 [1968], 36). Um ponto importante que o autor coloca na dependência é que ela não pode ser entendida apenas como dominação externa, mas tem correspondência na estrutura de poder interna.

¹²⁸ Muitos escreveram sobre a dependência no período, de maneiras bastante diversas, buscando saída para a dualidade desenvolvimento-subdesenvolvimento, que parecia não dar mais conta do processo concreto da América Latina. Entre os mais importantes, pode-se citar Celso Furtado, Raúl Prebisch, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto.

¹²⁹ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, fundado em 1969 em São Paulo por meio de um financiamento com a Fundação Ford, para o qual se refugiaram vários intelectuais da USP perseguidos dentro da universidade pela ditadura militar.

¹³⁰ Noção presente em toda a produção do Cebrap, que será consolidada por Francisco de Oliveira (OLIVEIRA: 2003 [1972]).

Nestes termos, não haveria um “terciário inchado”, mas sim atividades “arcaicas” *integradas*, inerentes à forma própria das relações de produção na América Latina. A especificidade da marginalidade seria, portanto, a manutenção destas relações de produção arcaicas, de baixa produtividade e de grande uso de força de trabalho (composição orgânica do capital inferior ao capital social médio – ver nota 147, item sexto), relacionadas com o caráter dependente da região. Esta dependência seria estrutural e dialética, relacionando o externo (o imperialismo por meio dos setores monopólicos) e o interno (relações de poder na luta de classes). As pré-condições presentes para esta “marginalidade dependente” seriam a estagnação do setor agrário, a lenta expansão dos empregos industriais e a grande oferta de força de trabalho. A autoconstrução, nestes termos, é entendida como fruto do capitalismo dependente, pois participa do mecanismo de rebaixamento do valor da força de trabalho, que o autor vai abarcar sob a categoria de *espoliação urbana* (KOWARICK: 1979): extorsões ao trabalhador pela inexistência de serviços de consumo coletivo, cuja responsabilidade é estatal¹³¹.

Percebe-se então que uma mudança qualitativa se dá na segunda metade da década de 1970, que é coroada com a produção teórica e prática da FAU-USP, cujo principal resultado foi o livro organizado por Ermínia Maricato, “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial” (1982), com textos produzidos entre 1975 e 1979. Segundo Pedro Arantes, a coletânea supera as análises correntes até então por recusar o entendimento da cidade como *lôcus*, passando a considerá-la por meio da *categoria* do urbano, baseada na *produção*.

"Como afirma Christian Topalov, ao questionar Castells, 'não se pode estudar os usos que se faz da cidade sem estudar também a sua produção, não se pode considerar separadamente os agentes econômicos privados e a ação pública'. Para Gottdiener, Castells não teria produzido uma 'teoria do espaço', e a 'dificuldade em avaliar este fato está na infeliz insistência de Castells em conservar o termo 'urbano' em sua análise e em definir a cidade como uma unidade espacial de reprodução da força de trabalho'. A questão urbana, para Castells, é, no limite, apenas o produto material (como qualquer outro) de uma determinada formação social. Neste sentido o espaço urbano é determinado e reflexo, não constituindo um campo conceitual com alguma autonomia. O urbano é, assim, imediatamente o consumo coletivo do urbano, não restando um significado intermediário, mediado, em que o urbano seja ele próprio produzido e reproduzido. Não são temas para Castells, por exemplo, a propriedade e a renda da terra, a produção do espaço construído, os promotores imobiliários e todo o circuito de acumulação de capital que se dá no urbano. Também não são objetos de análise os capitais envolvidos nos serviços públicos, as empreiteiras, as empresas produtoras de equipamentos de transportes, de saneamento etc. De modo mais amplo, não são sequer mencionadas as contradições entre os capitais que circulam pelo circuito de acumulação urbana e os capitais em geral, com suas divisões na disputa pela repartição da mais-valia entre lucro, renda e juros, envolvendo a ação e regulação públicas — com importante capítulo na produção da cidade" (ARANTES: 2009, 109).

Esta perspectiva que entende o urbano como categoria, atualmente, é encabeçada pelo geógrafo David Harvey, cujo preceito foi desenvolvido neste mesmo período do final da década de 1970, cujo resultado está no livro “Os Limites do Capital” (2013 [1982]), originalmente lançado em inglês no mesmo ano da coletânea de Maricato, 1982. Segundo o autor:

¹³¹ Percebe-se que os autores do Cebrap, se fogem do dualismo cepalino não completamente superado por Quijano e Castells, recaem num funcionalismo que pode ser redimido, na sua visão, pela ação estatal – fazendo com que seja possível, ainda, desenvolvimento dentro do capitalismo para os países dependentes. Tal tese é próxima ao “desenvolvimento associado” de Fernando Henrique Cardoso, e das teses de Francisco de Oliveira na sua “Crítica à razão dualista” de 1972, ambos integrantes do centro de pesquisa.

“Diante de tal diversidade seria fácil demais sucumbir a esse ‘fetichismo espacial’ que iguala todos os fenômenos sub specie spatii e trata as propriedades geométricas dos padrões espaciais como fundamentais. O perigo oposto é enxergar a organização espacial como um mero reflexo dos processos de acumulação e reprodução de classe. A seguir tentarei tomar um curso intermediário. Encaro a localização como um atributo fundamental da atividade humana, mas reconheço que a localização é socialmente produzida. A produção de configurações espaciais pode então ser tratada como um ‘momento ativo’ dentro da dinâmica temporal geral da acumulação e da reprodução social” (HARVEY: 2013 [1982], 479).

Segundo Francisco de Oliveira, no prefácio da coletânea de Maricato de 1982:

“Estar-se-á aqui propondo uma ciência do urbano, com estatuto teórico próprio? Muitos terão logo uma resposta pronta: o que se pensa como urbano não é outra coisa senão o produto típico das contradições do modo capitalista de produção na localização urbana. A proposição que se faz aqui (...) não é a de construir um estatuto teórico próprio para o urbano, mas, ao contrário, procurar determinar concretamente esse urbano. (...) O tema da habitação popular necessariamente tem que aparecer neste esforço teórico de chegar ao concreto da urbanização não apenas como locus, mas como forma da expansão capitalista” (OLIVEIRA: 1982 [1979], 14. Grifos no original).

A mudança de perspectiva da coletânea de Maricato (afinada com a efervescência do marxismo nos estudos urbanos mundialmente¹³²), portanto, não é pequena. Ao encarar o urbano como forma específica de reprodução do capital, as relações de produção do espaço ganham não só outro estatuto teórico, mas principalmente *político*, na medida em que o enfrentamento entre o capital e o trabalho expande as fronteiras da fábrica. E o faz para além do campo reivindicativo de melhorias pontuais e reformistas, próprias ao campo das defesas dos direitos democráticos, que retira a especificidade do trabalhador transfigurando-o em “cidadão” cujo local político só pode se limitar às perdas ligadas às condições de reprodução da força de trabalho, sendo o espaço seu *lôcus*. Se o urbano é uma “forma da expansão capitalista”, na qual atuam capitais produtivos e rentistas, sua caracterização deve passar pelo entendimento da dinâmica específica das forças sociais que o conformam. Não há outra maneira de reprodução do valor que não por meio do trabalho – ainda que o fetiche-capital nos faça crer que ele não seja mais necessário¹³³. Nesse sentido, é fundamental a determinação concreta deste trabalho produtivo *do urbano* não como espaço, mas como *forma*, para o enfrentamento político necessário. E esta determinação é de difícil definição, pois o trabalho, aqui, assume formas também diversas do assalariamento, seus produtos têm um caráter *sui generis* de mercadoria, o trabalhador muitas vezes não se conforma dentro da subjetividade operária, definindo – concretamente – *outra experiência e, conseqüentemente, outra consciência de classe*. Porém, ainda assim participando da reprodução e expansão do

¹³² Maricato descreve esta formação do campo próprio do urbano nos estudos marxistas na década de 1970 no Capítulo 3 de seu livro “O impasse da política urbana no Brasil” (MARICATO: 2014 [2011]).

¹³³ O avanço do fetiche-capital acompanha a expansão das formas fictícias e rentistas de acumulação, na medida em que, nestas, há uma radicalidade no *apagamento aparente do trabalho* como produtor de mais-valia para além da forma dinheiro, que representa um primeiro movimento de autonomização das formas sob o capital. Segundo Marx: “No capital portador de juros, a relação-capital atinge sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí D-D’, dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos” (MARX: 1986a [1890], 293. O Capital, Livro III, Tomo I, Capítulo XXIV). E, em seguida: “No capital portador de juros está, no entanto, consumada a concepção do *fetiche-capital*, a concepção que atribui ao produto acumulado do trabalho, e ainda fixado na forma de dinheiro, o poder de produzir, em virtude de uma qualidade inata e secreta, como um puro autômato, em progressão geométrica, mais-valia (...)” (MARX: 1986a [1890], 299). Este tema foi desenvolvido na nossa dissertação de mestrado (GUERREIRO: 2010), na qual buscávamos os nexos entre a forma do capital portador de juros e a arquitetura corporativa paulistana.

capital. É nesse bojo complexo que se insere a autoconstrução e as posteriores derivações políticas dela na década de 1980.

Note-se que esta perspectiva só pôde ser possível no momento em que os arquitetos trouxeram as questões do *concreto* por meio das suas incursões pela periferia autoconstruída naquele momento. Por conta do seu ofício, se depararam com a objetividade imediata e dialética da produção do espaço como *forma* das relações sociais que, portanto, *produz* diretamente contradições, não sendo apenas *reflexos* das mesmas. Ficava patente que o enorme desenvolvimento das forças produtivas promovido pelo capital – acelerada pelo desenvolvimentismo militar, que tinha outro tipo de relação com o capital produtivo internacional em relação ao período anterior – *produzia também subdesenvolvimento*, pois a forma mesma do capital é contraditória internamente¹³⁴. A periferia autoconstruída, assim, não era encarada mais como *marginalidade*, mas como parte do movimento interno do capital. Mais: a radicalidade das contradições do espaço nos países latino-americanos expressava uma *especificidade* desses territórios e, portanto, determinada posição relativa ao capitalismo mundial. Desta maneira, o *urbano* – agora enquanto categoria, unidade espacial dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção –, deve necessariamente articular o *trabalho concreto da produção da cidade* com sua *dinâmica espacial*.

O problema é que esta articulação foi cindida e bloqueada no Brasil pela ditadura militar, antes mesmo de começar – o que traz consequências até hoje. Ela foi mais desenvolvida pelos arquitetos que se afastaram do marxismo ortodoxo do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e foram para a luta armada, conhecidos como o grupo “Arquitetura Nova” (Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império)¹³⁵. Sérgio Ferro, que se deteve na especificidade da produção civil no Brasil já em 1969, estava exilado na França desde 1972 e publicou, de lá, o “Canteiro e o Desenho”, sua principal obra, em 1976 (FERRO: 2006a). Embora suas pesquisas estivessem em paralelo com o grupo da FAU e também do Cebrap, foram pouco apropriadas e, por diversas vezes, omitidas. Rodrigo Lefèvre foi aquele que mais manteve, neste grupo da FAU, o método materialista dialético nas pesquisas sobre o urbano – buscando, portanto, a unidade do processo social – e, não à toa, vislumbra (pois não teve tempo de desenvolver, pois falece em 1984) na categoria de Renda da Terra a chave da unidade entre construção civil e produção da cidade, para além do conceito de localização¹³⁶. Este esforço teórico de constituição do *urbano* como categoria que aspira à unidade do processo social como *forma* específica de acumulação do capital não dualizava a relação capital-trabalho, mas sim a compreendia dialeticamente dentro de uma unidade de contrários. Nesse sentido, não seria possível pensar urbanismo que prescindia do trabalho na produção do

¹³⁴ Marx, nas primeiras passagens d’O Capital, diz que a “mercadoria individual” é a “*forma elementar*” da “riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista”. A mercadoria é em seguida definida como “unidade de contrários”, na medida em que o trabalho que a produz tem um “duplo caráter”: valor de uso e valor, fazendo com que qualidade e quantidade formem uma unidade dialética, não uma dualidade mecânica. Cf. MARX: 1983 [1867].

¹³⁵ Para um maior aprofundamento no tema, ver ARANTES: 2002 e KOURY: 2003.

¹³⁶ “Ao invés de aparecerem lucros extraordinários que acabariam, em parte, revertendo para o proprietário do terreno, nos terrenos de melhor localização (revertendo sob a forma de rendas diferenciais pagas pelos capitalistas aos proprietários), começaram a aparecer lucros extraordinários nos terrenos com piores localizações, com baixos preços” (LEFÈVRE: 1982 [1979], 97). No Capítulo 2.2 desta tese voltaremos ao assunto, que nos parece central para a compreensão do Programa Minha Casa Minha Vida.

urbano, constituindo de maneira concreta as relações espaciais, que são parte do processo social e, portanto, determinam a conformação espacial da cidade de forma a englobar a ação estatal (e não estar subjugada a ela) – que, não sem coerência, acaba virando letra morta ou acaba por expandir a lógica do capital no urbano¹³⁷.

Opera-se desde então uma cisão conceitual, que se encontra essencialmente na divisão entre construção civil e urbanismo, que em seguida se desdobra no dualismo entre o trabalho e o Estado¹³⁸. Esta cisão se deve à noção, ainda de Castells e sua escola, de que o urbano é *lôcus* de circulação e consumo de mercadorias (incluindo aí a força de trabalho), *cujas relações políticas são derivadas da administração do conjunto*. Nesta concepção, pode-se inferir que o sujeito participa de três maneiras: ligado à esfera da circulação, ele comparece como portador da mercadoria e sua condição é ligada a uma *forma jurídica*, a de proprietário (da mercadoria, do dinheiro ou da força de trabalho); na esfera do consumo, tal sujeito comparece como portador de necessidades que devem ser atendidas (“do estômago ou da fantasia” (MARX: 1983 [1867], 45)), um *cidadão de direitos*; e, por fim, na esfera política, que regula e media as outras duas, ele é um *gestor participativo (democrático)*¹³⁹. Nas três, sua relação social constituinte se dá por meio do *Estado* como centro das relações *jurídicas* (o poder judiciário), *legais* (o poder legislativo) e *administrativas* (o poder executivo). Daí o *urbanismo* transfigurar-se em *planejamento urbano* – uma decorrência direta do pensamento cebrapiano. A constituição do sujeito não *aparece* mais centrada na relação de *trabalho*, que é dada como *natural* e, portanto, não constituidora da dinâmica histórica. Nestes termos, o *planejamento urbano* opera de maneira *legislativa, judiciária* e por meio das *políticas públicas e sua gestão democrática* – constituindo-se como categoria que se desloca da produção do *urbano* e, portanto, da centralidade da relação capital-trabalho. Substituindo o *trabalhador*, encontramos o *cidadão proprietário de direitos (e deveres) democráticos*.

Essa cisão tem implicações políticas profundas – mas poderíamos também supor, ao revés, que foram as posições políticas adotadas na década de 1980 que as operaram, herdeiras da conjuntura própria à redemocratização no Brasil e, mundialmente, com a instauração do neoliberalismo. Tal hipótese também é levantada por Pedro Arantes:

“O percurso que fizemos pretendeu avaliar, mesmo que limitadamente, algumas das influências da sociologia urbana francesa, em especial de Manuel Castells, na produção pioneira de intelectuais marxistas que procuraram descrever os paradoxos do crescimento de São Paulo e da urbanização periférica. De certo modo, para não deixarmos de arriscar uma interpretação, é possível afirmar que houve uma opção política por essa abordagem. Não havia ainda, é fato, um campo teórico claramente constituído com categorias próprias para a compreensão do fenômeno urbano, e a escolha em privilegiar o entendimento da cidade pelo lado do consumo coletivo, da reprodução da classe trabalhadora, da cultura de massas e da ação do Estado expressava a disposição em caracterizar a emergência de um novo sujeito político (o cidadão organizado em associações territoriais e movimentos urbanos) e de propor políticas públicas mais democráticas, prevendo o fim do regime militar. Ou seja, tratava-se, em geral, de pesquisas comprometidas em orientar a ação institucional ou das organizações

¹³⁷ Cf. ARANTES: 2014.

¹³⁸ Segundo Pedro Arantes: “o conflito central não é mais entre capital e trabalho, mas entre trabalhadores (em sua ação coletiva) e o Estado (em sua ideologia planificadora), na definição do patamar de reprodução social da força de trabalho ou, noutros termos, do nível de “salário indireto” promovido pelos serviços públicos” (ARANTES: 2009, 107).

¹³⁹ Estes temas serão aprofundados nos Capítulos 1.3 e 2.3.

da sociedade civil — em suma, pesquisas interessadas na superação prática do atraso e da desigualdade. Essa disposição positiva (quem poderia criticá-la?) para a transformação da realidade levou a um caminho teórico de menor resistência e complexidade, cuja trilha já era indicada por Castells desde os primeiros contatos com os pesquisadores do Cebrap no Chile e na França: estudar a cidade como espaço de consumo e de luta social por fundos públicos para políticas que garantam a sobrevivência dos trabalhadores em níveis adequados. Isso criou, em contrapartida, um ponto cego: não se interpretava a produção da cidade pelo ângulo da acumulação e da ação dos diferentes agentes que se apropriavam dela como renda e capital!” (ARANTES: 2009, 125-126. Grifos acrescentados).

Nesse sentido, há nítida opção política no “esquecimento” dos trabalhos de Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre, que promoviam ampla crítica ao nacional-desenvolvimentismo da década de 1950, presente na esquerda brasileira¹⁴⁰, que tinha como base internacional o PCB, no âmbito latino-americano a Cepal e, nacionalmente, o ISEB¹⁴¹. Tal crítica partia do esforço em determinar a particularidade do capitalismo latino-americano em relação ao centro do sistema, buscando dialetizar a relação entre o que era entendido como “atraso” e o “desenvolvimento”. Se, para a ideologia nacional-desenvolvimentista, havia tarefas não cumpridas pela burguesia nacional para se completar nosso capitalismo, que geravam marginalidade; para o pensamento que começava a se consolidar nas Teorias da Dependência, não havia incompletude no nosso capitalismo, mas aspectos específicos de sua participação no sistema mundial. Ferro, participante do segundo Seminário Marx da USP¹⁴², que ocorreu entre 1964-68, trouxe para o campo da produção do urbano os debates que ali aconteciam, como demonstra esse trecho de entrevista a Pedro Arantes:

“Pedro Me parece que justamente ao romper o mundinho estreito dos arquitetos, o seu contato com o pessoal da Maria Antônia, do Seminário Marx (1964-68), da Revista Teoria e Prática, foi fundamental para a sua crítica, não?”

Ferro O nosso escritório era uma espécie de pontinho de encontro, vinha gente do teatro, da filosofia, etc. Assim, a minha leitura de Marx acabou sendo feita com o pessoal da filosofia, o Roberto Schwarz, o Ruy Fausto, o Emir Sader... Já tinha acontecido o primeiro Seminário, do qual o Roberto fala no livro dele, e aí fizemos um segundo, todo sábado, muito bom, muito ativo. A leitura do primeiro Seminário sempre teve como objetivo escrever livros. A nossa era diferente, porque traduzia quase que imediatamente em prática, tanto política quanto profissional.

Pedro Era nítida a distinção entre os dois ‘Seminários Marx’?

Ferro Era bem nítida. O seminário deles era formado por professores, intelectuais, e o nosso era por militantes, de grupos diferentes, correntes diferentes, mas quase todos militantes ativos. E isto marcava bem a diferença entre os dois seminários. O nosso de uma certa maneira produziu uma prática, que depois se arrebentou, não importa, mas era orientado noutra direção.

¹⁴⁰ Os dois arquitetos rompem com o PCB junto à Marighella, ingressando na luta armada pela ALN.

¹⁴¹ Instituto Superior de Estudos Brasileiros, fundado em 1955 no Rio de Janeiro, ligado ao Ministério da Educação e Cultura. Foi um centro de pesquisa social altamente atuante no período, que embasou muito seu ambiente intelectual e cultural, consolidando as teses nacional-desenvolvimentistas. Entre seus principais pesquisadores estão: Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Antonio Cândido, Wanderley Guilherme dos Santos, Cândido Mendes, Ignácio Rangel, Álvaro Vieira Pinto e Carlos Estevam Martins.

¹⁴² O primeiro Seminário Marx aconteceu entre 1958 e 1964, com a participação de José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Octavio Ianni, Paul Singer, Fernando Novais, Bento Prado Júnior, Roberto Schwarz, Michael Lowy, Juarez Brandão Lopes, Francisco Weffort, Gabriel Bolaffi e outros. Para aprofundamento no tema, ver SCHWARZ: 1999.

Pedro O Roberto Schwarz, que participou dos dois grupos, comenta que o marxismo brasileiro, seja o da Maria Antônia ou do Partidão, sempre esteve a favor da industrialização, do progresso, enfim, entendendo isso como superação do atraso. Parece que você (como ele também) seguiu outro caminho, bastante incomum por aqui, não? É outra tradição crítica?

Ferro A crítica de Adorno, da Escola de Frankfurt, nunca entrou no Partidão. É uma crítica muito mais radical, menos esperançosa nesse quase automatismo do desenvolvimento, do progresso que vai salvar a humanidade. É muito mais atenta às deformações presentes, que de certa maneira não resolverão com um automatismo progressista qualquer.

Pedro A crítica de vocês não aparecia como reacionária, uma vez que não estava preocupada em resolver o atraso, as mazelas sociais?

Ferro O impasse para nós era mais ou menos evidente. Um outro autor daquela época, o Gunder Frank, já falava no ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’. Não era nem desespero nem uma recusa do desenvolvimento, ao contrário, mas uma crítica à ingenuidade desta posição, que pode rapidamente se transformar no seu inverso, em crime” (FERRO: 2006 [2000], 281).

Ferro vai se basear na crítica de André Gunder Frank (FRANK: 1967) – um dos primeiros autores a criticar o dualismo (atraso-moderno) do nacional-desenvolvimentismo – para combater, na arquitetura e no urbanismo, a escola modernista e sua vinculação com o PCB (representada pelo arquiteto Vilanova Artigas). Segundo ele, “são propostas para um desenvolvimento suposto provável que progressivamente se transformam, por uma inversão de função, em compensações para a frustração crescente destas propostas, o que é conseguido pelo isolamento fictício da obra que finge concretizar, no seu microcosmo, o desenvolvimento esperado” (FERRO: 2006 [1967], 48). O aspecto triunfalista do qual Ferro acusa a arquitetura modernista paulista se aproxima muito da crítica de Catini citada acima, para quem “a base da produção de tal conformismo está na concepção ideológica do trabalho como agente do progresso social”.

André Gunder Frank foi um importante formulador que, em 1967¹⁴³, abriu espaço para uma crítica renovada ao dualismo da Cepal que foi base para o rompimento marxista dentro da Teoria da Dependência. Ainda que de maneira embrionária¹⁴⁴, com seu conceito de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” ele buscava, primeiramente, refutar as teses de que o atraso crônico da América Latina se daria a uma permanência feudal, que deveria ser superada por uma revolução burguesa ainda em retardo. Próximo às teses do desenvolvimento “desigual e combinado” de Leon Trotsky, Frank associa o caráter “atrasado” e “marginal” presente no continente *justamente* à sua inserção *originária* no capitalismo

¹⁴³ Esta é a data da publicação de seu artigo “El desarrollo del subdesarrollo”, realizada na Revista Pensamiento Crítico, de Havana. O artigo já havia sido publicado em inglês, no ano anterior (1966), na Monthly Review Press, revista de corte marxista, de Nova Iorque. No entanto, seu pensamento já era difundido na América Latina por meio das suas aulas e grupos de estudo. Sociólogo e economista alemão, emigrou para os EUA na década de 1940, onde lecionou em Chicago. Nos anos 1950 percorreu diversas universidades de toda a América, se fixando no Chile a partir de 1962, colaborando com o governo de Salvador Allende. Até o golpe chileno em 1973, permaneceu em contato com muitos países latino-americanos, dando aulas também na recém fundada UNB, a convite de Darcy Ribeiro. Sérgio Ferro teve contato direto com ele, que também passou pela USP neste período. Na segunda metade da década de 1970, retornou à Europa e lecionou em Amsterdã até meados dos anos 1990. Faleceu em 2005.

¹⁴⁴ A Teoria Marxista da Dependência foi desenvolvida principalmente no Chile e no México, por intelectuais e militantes brasileiros exilados, principalmente Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Eles articularam dialeticamente princípios já presentes em Frank, criando e consolidando categorias para compreender a especificidade do capitalismo latino-americano.

global, que só pode ser entendido enquanto sistema, e não como partes “em processo”. Segundo o autor,

“(...) o subdesenvolvimento não se deve à sobrevivência de instituições arcaicas ou à falta de capital nas regiões que se mantiveram isoladas da corrente da história do mundo. Pelo contrário, o subdesenvolvimento foi e é ainda gerado pelo mesmo processo histórico que gera também o desenvolvimento econômico: o desenvolvimento do próprio capitalismo” (FRANK: 1967, 165. Tradução livre). *“Além disso, estas relações são parte essencial da estrutura e do desenvolvimento do sistema capitalista em escala mundial no seu conjunto”* (FRANK: 1967, 160. Tradução livre).

Esta formulação contribuiu para o enfrentamento de Ferro que, ao se deter na crítica das relações de produção no canteiro de obras, desnudava a dita “frustração” daqueles que acreditavam que o desenvolvimento das forças produtivas (no sentido de maior produtividade advinda do incremento de mais-valia relativa¹⁴⁵, tendo como decorrência uma elevação da composição orgânica¹⁴⁶ do capital social médio¹⁴⁷ nacional), de maneira progressiva, superaria

¹⁴⁵ Aqui são importantes algumas considerações categoriais, pois as imprecisões sobre elas na bibliografia – sobretudo ligada à arquitetura e ao urbanismo – geram muitas polêmicas e falsos diagnósticos. **Primeiro:** há que se relembrar das diferenças entre valor e mais-valor (ou mais-valia), descritos na nota 75. **Segundo:** a geração de mais-valia se dá tanto 1. Como mais-valia absoluta, por meio da extensão da jornada de trabalho (mais horas ou mais trabalhadores) ou *intensificação do uso da força de trabalho* (mais mercadorias numa mesma jornada, sem que isso signifique uma diminuição de seu valor unitário, ou seja, houve maior dispêndio de trabalho como, por exemplo, uma velocidade maior das mesmas máquinas ou da mesma habilidade do trabalhador). O resultado da extensão e da intensificação do trabalho é *mais valor total produzido*, que resulta numa maior massa de mais-valia gerada, *dadas as mesmas condições técnicas anteriores*. Mas também a mais-valia pode ser dar como 2. Mais-valia relativa, por meio do aumento da *produtividade* da força de trabalho (mais mercadorias numa mesma jornada, com *valor total inalterado*, decorrendo *valores unitários menores*), permitida pela transformação nos *meios técnicos*.

¹⁴⁶ Continuando a explicação acima, **Terceiro:** a relação entre a parte variável do capital (força de trabalho) e seus elementos constantes (matérias primas e meios de produção) definem a categoria *composição orgânica do capital*, que por sua vez é a *unidade dialética* entre a *composição técnica* (*valor de uso* da materialidade concreta dos elementos de produção: matérias primas, meios de produção e trabalho) e a *composição valor* (*preços* do capital variável e constante: *força de trabalho na forma salário* e *preço de mercado* do capital constante). Segundo Marx, “a composição técnica é a verdadeira base da composição orgânica” (que determina a sua efetiva produtividade), porém, na medida em que são comparados diversos setores de produção, tal dimensão qualitativa é abstraída em nome dos índices quantitativos; assim, “a composição valor do capital, na medida em que é determinada por sua composição técnica e a reflete, é o que chamamos composição orgânica do capital” (MARX: 1986a [1890], 113. O Capital, Livro III, Tomo I, Capítulo VIII). É possível haver mudança técnica, que gera *imediatamente* maior produtividade, incrementando a mais-valia relativa, sem acompanhamento *imediato* da composição orgânica do capital, que é *expressão* da sua *composição valor* e, portanto, condicionada: 1. Ao valor da força de trabalho, ou seja, as condições sociais de sua reprodução (cujos bens-salário podem não ter tido ganhos de produtividade e, portanto, permanecerem inalterados); 2. Ao *valor* do capital constante que, embora tenha mudado de *qualidade*, pode não ter mudado de valor; e 3. À concorrência, ou seja, da variação dos *valores* em relação aos *preços* da força de trabalho (ditados pela pressão do exército industrial de reserva e da luta de classes) e do capital constante (cujos preços de mercado não necessariamente coincidem com seus preços de produção).

¹⁴⁷ Continuando, **Quarto:** do ponto de vista do capitalista, importa não a massa ou a taxa de mais-valia gerada (relação entre a massa de mais-valia e o preço do capital variável, índice da exploração da força de trabalho), mas sua influência na massa e taxa de *lucro*, determinada também pelo capital constante. Assim, Marx descreve pormenorizadamente a relação entre a taxa de mais-valia e a taxa de lucro (Seção 1 do Livro III d’O Capital), concluindo que esta última é decorrência da articulação entre taxa de mais-valia e composição orgânica do capital. Quando Marx descreve a lei geral da acumulação capitalista, ainda no Livro I, o grau de abstração da sua exposição ainda não é suficiente para articular a categoria Lucro falando, portanto, da tendência ao aumento da produtividade por meio das diferentes formas de incremento da mais-valia associadas à composição orgânica. No entanto, isso já é, em essência, a noção de taxa de lucro. Portanto, poder-se-ia entender que a lei geral da acumulação capitalista é determinada pela busca do aumento da taxa de lucro. **Quinto:** se os diferentes setores têm diferentes composições orgânicas, porém sua taxa de mais-valia (grau de exploração do trabalho) não varia tanto dentro de um mesmo país (Capítulo VIII do Livro III), presume-se que existam variações nas taxas de lucro devido, principalmente, à maior ou menor proporção de capital variável na composição valor de cada setor (e não, portanto, apenas ao grau de exploração da força de trabalho e massa de mais-valia produzida). Devido ao fato de que o capital pode se movimentar entre setores em busca de melhores rendimentos, forma-se uma *taxa geral de lucro*, ou *taxa média de*

nossas mazelas sociais – a famosa epopeia da modernização. Demonstrava que, ao contrário, a especificidade da construção civil no Brasil – manufatureira e de composição orgânica inferior – se articulava com a acumulação global ao ser um setor de grande produção de mais-valia que mantinha o capital social médio nacional abaixo ao dos países centrais e, desta maneira, contribuía de maneira a contrarrestar a queda tendencial da taxa de lucro (realizando transferências de valor).

Ferro, ao observar a autoconstrução nas periferias, não via ali marginalidade, nem “falta de opção”, *nem funcionalidade*, mas, ao contrário, uma *forma específica* da nossa participação no capitalismo global. Esta visão era construída tendo como base a análise da forma sob a qual se estabelece a cadeia produtiva da construção civil, na qual *está inserida* a autoconstrução: a manufatura predominantemente serial (ver nota 68), de composição orgânica inferior ao capital social médio. “A produção aparentemente marginal revela o sistema totalmente inclusivo” (FERRO: 2006 [1969], 67), pois afinal, acompanhando Marx, “Enquanto a divisão social do trabalho no todo de uma sociedade, seja ou não mediada pelo intercâmbio de mercadorias, existe nas mais diferentes formações socioeconômicas, *a divisão manufatureira do trabalho é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista*” (MARX: 1983 [1867], 282. Grifo acrescido).

Entendia, portanto, a produção do urbano não como *consequência* ou *instrumento da origem e perpetuação* da estrutura social brasileira, mas articulava a manutenção de enorme exército industrial de reserva aos baixos salários, por meio da consolidação estrutural de uma *determinada organização técnica do trabalho na produção do urbano* (a manufatura), que respondia à nossa especificidade na acumulação global. Assim, observa-se que Ferro se afastava da escola francesa de Castells ao negar a marginalidade e o “capitalismo insuficiente”; se opunha à visão triunfalista do modernismo desenvolvimentista de Vilanova Artigas vinculada ao PCB; não compartilhava da visão contrária, “catastrofista”, de Ermínia Maricato e

lucro, definida por sua vez por uma composição orgânica média do capital social global – ou *capital social médio*. **Sexto:** “Se em determinada esfera da produção a composição do capital é *inferior* a do capital social médio, então isso, em primeira instância, expressa apenas que a força produtiva do trabalho social nessa esfera específica da produção está abaixo do nível médio, pois o nível alcançado pela força produtiva se evidencia na preponderância relativa da parte constante do capital sobre a variável, ou no constante decréscimo da parte de um capital dado despendida em salários. Se, pelo contrário, o capital em determinada esfera da produção tem composição mais *elevada*, então isso expressa desenvolvimento da força produtiva acima do nível médio” (MARX: 1986b [1890], 226. Capítulo XLV do Livro III). E, também, “chamamos os capitais que contêm percentualmente mais capital constante e, portanto, menos capital variável do que o capital social médio de capitais de *composição superior*. Inversamente, aqueles em que o capital constante ocupa espaço relativamente menor e o variável espaço maior do que no capital social médio, chamamos de capitais de *composição inferior*” (MARX: 1986a [1890], 127. Capítulo IX do Livro III). Os setores de composição orgânica inferior ao capital social médio, embora produzam mais mais-valia do que os de maior (por terem proporcionalmente mais capital variável na mercadoria final), acabam não absorvendo completamente: ao somarem ao seu custo de produção uma taxa *média* de lucro, conseguem realizar menos do que geraram. Ao contrário, os setores de composição orgânica superior absorvem mais mais-valia do que geraram internamente, pois a taxa média de lucro é maior do que a sua individual. Por isso, há uma espécie de transferência de mais-valia entre setores de composição orgânica diferentes, o que pode ser estendido também para uma transferência de valor entre países ou localidades onde a média das composições orgânicas dos diversos setores produtivos (capital social médio) é desigual. **Sétimo:** Assim, para uma mesma massa de mais-valia e grau de exploração da força de trabalho, uma maior produtividade gerada pelo incremento da composição orgânica do capital *gera uma menor taxa de lucro* nos capitais individuais. Há uma tendência, portanto, de aumento da composição orgânica do capital nos diversos setores produtivos na busca de maior lucratividade uns em relação aos outros, o que faz com que a lei geral da acumulação capitalista leve a um movimento *tendencial de queda da taxa média de lucro* (MARX: 1986a [1890]. Capítulo XIII do Livro III). Este é um movimento *tendencial*, pois existem movimentos contrarrestantes (MARX: 1986a [1890]. Capítulo XIV do Livro III), que serão apresentados em seguida.

sua “arquitetura possível” (MARICATO: 1982 [1979]), na qual a autoconstrução é resposta única à falta de atuação estatal, à ação do mercado imobiliário e aos baixos salários; e ainda colocava limites ao pensamento cebrapiano de caráter funcionalista, dentro do qual Francisco de Oliveira inseriu a autoconstrução como mecanismo de rebaixamento salarial (OLIVEIRA: 2003 [1972] e 2006). Segundo este último, ao retirar custos do capital para a reprodução da força de trabalho, a autoconstrução seria um dos fatores de rebaixamento salarial geral, por meio do qual se operaria uma “acumulação primitiva” constante e necessária para a reprodução do capitalismo periférico – sendo, portanto, funcional *internamente*.

*Ferro não nega esta perspectiva*¹⁴⁸, mas encara estas relações de forma mais dialética e, portanto, dentro de uma unidade coerente. A autoconstrução não é “resposta” nem “instrumento”, mas faz parte de uma *lógica específica*, de *ordem internacional*. Não está separada da ordem da cidade formal, mas é interna a ela. Não poderia ser a origem de determinada dinâmica na qual está inserida organicamente. Discorda, portanto, de Oliveira:

“Por exemplo, quando afirma que a autoconstrução, mais os subsídios do Estado, foram as principais sustentações de nossa industrialização. Acho que deixa de lado coisas talvez mais importantes. Entre outras, a exploração de setores ‘atrasados’ de produção, fornecedores generosos de mais-valia por causa da composição orgânica de seu capital, que sempre acompanha a acumulação primitiva e levanta a taxa média de lucros, socorrendo assim, via perequação, a baixa taxa setorial na indústria. A construção é um desses setores. Não penso que Brasília tenha sido construída ao mesmo tempo em que JK implantava sua industrialização por acaso; assim como a Transamazônica, as barragens e o BNH não são contemporâneos do ‘milagre’ da ditadura por mera coincidência. Delfim Neto, o mago do ‘milagre’, dizia que era preciso favorecer as atividades produtivas que absorvem muita mão-de-obra — ou seja, ‘atrasados’ tecnicamente — mas utilíssimos como fornecedores de montanhas de mais-valia. Aproveito a ocasião para lembrar que 40% de capital variável (aumentou, era 30% no meu tempo) não decorre de fatores endógenos. A industrialização da construção com consequente redução do capital variável é possível tecnicamente hoje — e Brasília seria a oportunidade ideal. Só que isso não interessa nem um pouco ao capital, nem no Brasil, nem em qualquer outro lugar. É o que Marx diz claramente no terceiro livro do Capital, quando examina as influências contrárias à lei da queda tendencial da taxa de lucros devida ao progresso tecnológico, lei que, nota nos Grundrisse, é ‘[entre] todas as leis da economia política moderna, a mais importante’. Chico deixa de lado, mais uma vez, o obeso exército de reserva de mão-de-obra. É a inflação consentida por JK, que também achata salários, e mais outras coisas” (FERRO: 2006b, 231).

Com base nesta visão, é pressuposto aqui que a autoconstrução *faz parte da lógica de produção do urbano nos países dependentes*, que é fundada na manufatura de baixa composição de capital, na qual o grande exército industrial de reserva faz manter baixos salários.

Ruy Mauro Marini (2005 [1973]), no mesmo período de Sérgio Ferro, chega a conclusões semelhantes. Sua tese, apresentada principalmente no ensaio “Dialética da Dependência”, de 1973, baseia-se no pressuposto da integração da América Latina ao sistema capitalista mundial e, portanto, seu desenvolvimento não poderia ser considerado, de saída, “não-capitalista” ou “feudal”, mas específico de uma economia dependente economicamente ao se tornar independente politicamente. A dependência não se restringe, aqui, à entrada de

¹⁴⁸ Inclusive há todo um item de seu texto de 1969, “A produção da casa no Brasil” (FERRO: 2006), que ele discorre sobre isso.

capital estrangeiro para o desenvolvimento. Num movimento mais complexo, ela se articula com o mercado externo de maneira dialética, por meio de mecanismos de transferência de valor (ver nota 147, item sexto) que permitem a industrialização dos países centrais ao baratear o preço da força de trabalho (exportando produtos alimentícios). Internamente, as perdas ocasionadas por esta posição subalterna na divisão internacional do trabalho seriam contrarrestadas pelas elites locais pelo dispositivo da *superexploração da força de trabalho*, no qual o preço da mesma está abaixo de seu valor, ou seja, os ganhos dos trabalhadores não são suficientes para cobrir a reprodução da sua força de trabalho e, portanto, itens como a moradia (que nos interessa em particular na conformação do espaço urbano) estão fora da sua possibilidade de acesso.

Tal dispositivo é efetivado por mecanismos de extração de mais-valia que exacerbam a taxa de exploração da força de trabalho (a taxa de mais-valia, segundo a nota 147, item quarto), *ao invés de incrementar sua capacidade produtiva* (aumento de mais-valia relativa, segundo a nota 145, item segundo): 1. Aumento da *intensidade* do trabalho (nota 145, item segundo); 2. Seu prolongamento (*Idem*); e 3. A redução do consumo do trabalhador (transformando seu fundo de consumo em fundo de acumulação para o capital). Marcelo Carcanholo (2017) coloca dois elementos além destes três já explicitados por Marini: 4. Crescimento do valor da força de trabalho em decorrência de um avanço da luta de classes, não acompanhado de um proporcional aumento dos salários; e 5. Elevação do exército industrial de reserva, que faz decaírem os salários abaixo de seus valores. Nesta perspectiva, a economia dependente teria um problema de realização interna da sua produção, como também aponta Oliveira. Acaba-se gerando um mercado cindido de acordo com as classes sociais, no qual se privilegia a produção de bens suntuários e de exportação. Entendida como forma estrutural do desenvolvimento capitalista na periferia, a dependência, para a Teoria Marxista da Dependência (TMD), encabeçada por Marini, só pode ser combatida através de um processo revolucionário.

Assim, Marini e Ferro estão numa mesma perspectiva na qual o avanço das forças produtivas, nos países dependentes, colocam em funcionamento não os mesmos mecanismos que nos países centrais (incremento da mais-valia relativa com decorrente aumento da composição orgânica do capital (notas 146 e 147)), mas sim mecanismos mais próximos àqueles que Marx (Capítulo XIV do Livro III) definiu como “causas contrariantes” à queda da taxa de lucro (tornando-a, portanto, “tendencial”), a saber: a elevação do grau de exploração do trabalho (aumento da taxa de mais-valia)¹⁴⁹; o salário abaixo do valor; a diminuição do preço do capital constante; o exército industrial de reserva; o comércio exterior; e o aumento do capital por ações. Para os dois autores aqui analisados, o comércio exterior é a articulação na qual a América Latina se encontra e na qual sua especificidade seria a de fazer parte destas

¹⁴⁹ “A massa de mais-valia que um capital de grandeza dada gera é o produto de dois fatores: a taxa de mais-valia multiplicada pelo número de trabalhadores que são ocupados a essa dada taxa dada. Ela depende, pois, com dada taxa de mais-valia, do número de trabalhadores e, com dado número de trabalhadores, da taxa de mais-valia, portanto em geral da relação compósita da grandeza absoluta do capital variável e da taxa de mais-valia. Agora mostrou-se que, em média, as mesmas causas que elevam a taxa de mais-valia relativa reduzem a massa da força de trabalho empregada. Está, porém, claro que aqui entra um a-mais ou um a-menos, conforma a proporção determinada em que transcorre esse movimento antitético, e que a tendência à diminuição da taxa de lucro passa a ser especialmente enfraquecida pela elevação da taxa de mais-valia absoluta, oriunda do prolongamento da jornada de trabalho” (MARX: 1986a [1890], 178).

contra-tendências. Os dois primeiros mecanismos, articulados entre si, parecem ser a origem da categoria de *superexploração da força de trabalho*: para além de um grau *maior* de exploração, trata-se de um mecanismo específico ligado à necessidade de contrarrestar as perdas internas de valor transferidas para o exterior, ligado ao incremento de mais-valia *absoluta* principalmente no que tange à *intensificação*, e *não à produtividade* do trabalho (ver nota 145, item segundo) – uma situação em que são produzidas mais mercadorias num mesmo tempo de trabalho, inclusive com mudanças técnicas na composição de capital¹⁵⁰, porém isso apenas significa mais valor gerado, e não menos, como seria o caso da mais-valia relativa (caso este no qual se aumenta a queda da taxa de lucro, como visto na nota 145, item segundo). Este mecanismo é intensificado pelo que Marini descreveu como redução do consumo dos trabalhadores abaixo de suas necessidades, fazendo seu fundo de consumo ser convertido em fundo de acumulação para o capital – argumento próximo ao de Oliveira (mas que se reduz a apenas este). E, ainda mais, pelo exército industrial de reserva que Marx chama a atenção e Ferro dá especial importância, sem o qual não seria possível manter os dois primeiros. Algo que Marini dá relevância, mas que não faz parte das preocupações de Ferro, é a função de rebaixamento do valor do capital constante nos países centrais proporcionada pela oferta de matérias primas (principalmente minérios) dos países periféricos – algo que se acentuou recentemente com o ciclo de alta das *commodities*.

Importante frisar que estes mecanismos não significam necessariamente que não é possível o incremento de mais-valia relativa (e, portanto, aumento de produtividade) nos países dependentes. Primeiramente, trata-se de uma média nacional (nota 147, item sexto), e que setores de ponta são contrarrestados por setores de composição orgânica inferior – mantendo, no entanto, a balança para estes últimos. Daí a importância, para Ferro, da construção civil mantendo-se em base manufatureira no Brasil, grande empregadora de força de trabalho e participante do PIB. Segundo, de acordo com Marcelo Carcanholo (2017), essa média nacional está sempre abaixo das médias dos países centrais, mantendo a relação dependente que produz mais valor do que se apropria (a transferência de valores descrita na nota 147, item sexto). E continua: “Assim, dentro deste [o capitalismo dependente], se este aumento de produtividade ocorre nos setores que produzem as mercadorias que compõem o valor da força de trabalho, este valor se reduz e se tem, então, mais-valia relativa” (Op.Cit., 123. Tradução livre). Em terceiro lugar, também de acordo com Carcanholo, trata-se de certa especialização produtiva entre os países, na qual o lugar dos países dependentes é o de sediar setores de menor composição orgânica do capital, em média.

Retomando o pensamento de Sérgio Ferro na particularidade do setor da construção civil, esses mecanismos levam à conformação de uma cadeia produtiva adaptada a esta realidade, que define também a disponibilidade de materiais, qualificação de mão de obra no mercado da construção civil e, de maneira articulada, impõe determinado regime para a Renda

¹⁵⁰ De acordo com a nota 146, item terceiro, a composição técnica do capital pode mudar sem ser acompanhada pela mudança da composição valor (expressão da composição orgânica do capital). Assim, mudanças técnicas podem até interferir na intensificação do trabalho, sem interferir na relação entre o quantum de capital variável e constante. Será visto adiante (quando tratarmos do MCMV), que esse mecanismo se aproxima muito da dinâmica instalada na construção civil pelo programa, cujo principal objetivo parece ser o aumento de rotação do capital (quantidade de ciclos de produção numa mesma quantidade de tempo), e não a sua produtividade (aumento de mais-valia relativa).

da Terra¹⁵¹ – que, dialeticamente, amarra também o *modus operandi* da construção civil e a dinâmica das forças sociais que a integram. A impossibilidade de aumento da composição orgânica do capital na construção civil brasileira por meio dos mecanismos de mercado (como definiu Ferro) leva, portanto, a um *padrão de produção que determina não apenas a autoconstrução, mas também a construção legal*. Constitui-se um mercado hegemônico de materiais de baixa padronização, adaptados à manufatura serial: pouco beneficiamento, articulação de serviços ou poupança de trabalho no canteiro, resultando em materiais de escala reduzida (escala da mão humana, principal ferramenta da manufatura) e ligados diretamente ao trabalho concreto que os incorpora à mercadoria final. Estes materiais são adaptados também a um transporte de pequena escala e baixo custo, à possibilidade de compra a crédito e à baixa qualificação técnica. O trabalho vivo desta lógica produtiva é segmentado e hierarquizado, ligado diretamente ao material correspondente e à sua etapa de obra, gerando um mercado de trabalho precário e de grande desagregação de classe: não há espaço de produção definido (como a fábrica) e a continuidade do serviço depende da incorporação do trabalhador a outros canteiros constantemente.

A autoconstrução, assim, não é “falta de opção”: ela é muito bem definida na concretude de uma cadeia produtiva, que proporciona objetivamente a *possibilidade* de autoconstruir, dada a disponibilidade de materiais no varejo e força de trabalho de *baixa submissão ao capital*, ou seja, que ainda controla o processo produtivo e não tem, de maneira extensiva, a estabilidade do assalariamento. Não se autoconstrói por conta do desemprego, mas porque a lógica do emprego nesta cadeia produtiva é a precariedade. A autoconstrução não é a “permanência de setores atrasados”, pois está inserida dentro da lógica de um dos maiores setores que compõem o PIB brasileiro. Não é “funcional” à acumulação: ela é a própria acumulação. E é esta *forma específica de acumulação dos países dependentes*, baseada na superexploração da força de trabalho, que define a autoconstrução não como marginalidade ou falta de opção, mas como *lógica hegemônica de produção do urbano*. E a conformação espacial urbana, regida pela Renda da Terra, faz parte desta lógica: nesta categoria, o preço da terra está diretamente vinculado às mercadorias que se produzem nela e sua produtividade relativa em relação a outras localizações. O rebaixamento salarial não é consequência nem causa dela, mas faz parte da lógica na qual ela está inserida, em escala sistêmica – e não endógena, como pressupõe Oliveira.

Foi este entendimento que foi interrompido pelas opções políticas tomadas na segunda metade da década de 1970, pelas forças sociais que constituiriam o Partido dos Trabalhadores no período seguinte. No campo do urbanismo, houve uma cisão com o canteiro de obras que significou a especialização da teoria e da prática em dois campos distintos: a construção civil e o planejamento urbano. Há decorrências políticas profundas nessa cisão, que foram minimizadas no debate público em nome da polêmica em torno da autoconstrução como sobretrabalho funcional à acumulação de capital para a industrialização (CARVALHO: 2004, RIZEK et.al.: 2003 e OLIVEIRA: 2006). Ao posicioná-la “fora do mundo da mercadoria”, Oliveira (2006) demarca uma lógica na qual a autoconstrução se encontra também

¹⁵¹ Este tema será aprofundado no Capítulo 2.2 desta tese. Basicamente, a hipótese aqui desenvolvida é a de que há uma particularidade na dinâmica de terras no Brasil que, por conta da superexploração do trabalho e da extensão territorial, dá relevância à categoria de Renda Absoluta nas terras urbanas de maneira muito diversa daquela observada nos países centrais.

praticamente fora das relações sociais de produção, limbo no qual há uma pretensa liberdade de ação (a “virtude”), seja dos autoconstrutores, seja dos técnicos e movimentos populares que passam a atuar neste campo (o que constituiria o “vício”). A detração acadêmica da ação política junto à autoconstrução acabou sendo também detração da organização popular em torno das relações sociais de produção do urbano – desde a atuação em favelas até o mutirão autogerido.

Essa postura política, colocada como questionamento acadêmico, marca a passagem de um entendimento do urbano como unidade contraditória ancorada nas relações de trabalho para um momento em que estas são abstraídas (ou marginalizadas politicamente) em nome do ordenamento estatal, que poderia mediar, *por cima*, a luta de classes no urbano. A expectativa daqueles anos do final da década de 1970, com a democratização do Estado, era de que este pudesse, controlado popularmente, interferir nas relações de produção do urbano por meio de sua *gestão*, tendo em vista o acesso ao *direito* – e a produção acadêmica contribuiu para a implantação desta expectativa. A positividade do planejamento urbano substitui a negatividade crítica da ação junto ao trabalhador como força social *interna* de enfrentamento junto ao urbano como *forma específica de acumulação do capital*. Assim, não se trata de negar o mecanismo específico do rebaixamento salarial pela autoconstrução, mas criticar a lógica de entendimento da ação política no urbano que subjaz a esta assertiva que, historicamente, justificou seu deslocamento da universidade e dos movimentos populares para dentro da instituição estatal como campo político de disputa. Neste procedimento há uma inversão dos termos, que coloca o Estado como polo de enfrentamento ao capital, e não o trabalho.

O trabalho de Lúcio Kowarick representa muito bem esta virada, pois, se em 1974 (“Capitalismo, Dependência e Marginalidade Urbana na América Latina”) a noção de *marginalidade* é desenvolvida do ponto de vista da integração da força de trabalho ao processo produtivo, já em 1979 a categoria desliza para os termos da *espoliação urbana*, na qual às condições de exploração são somadas as extorsões operadas pela “falta” estatal. A união entre estes dois aspectos é a reprodução da força de trabalho (categoria que desliza, por sua vez, para a cidade como lócus, novamente). Assim, em 1979 aparece este tipo de construção teórica:

“Colocado no âmbito das lutas sociais, o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo que, por alguma razão de caráter social, tem direito. Assim como a cidadania supõe o exercício de direitos tanto econômicos como políticos e civis, cada vez mais parece ser possível falar num conjunto de prerrogativas que dizem respeito aos benefícios propriamente urbanos. É claro que este rol de direitos não é sistematicamente contemplado pelas legislações vigentes, mas, nem por isso, ele é menos essencial ou deixará de ser alvo de pressões por parte do grande contingente que mora em péssimas condições de habitabilidade, gasta 3 a 4 horas diárias no transporte, não tem possibilidade de lazer ou que recebe uma escolarização deficiente e muitas vezes deixa de ser atendido pelos serviços de saúde. A cidadania, obviamente, não se esgota nestes itens, pois sua obtenção implica na efetivação dos direitos políticos e civis e se complementa com um conjunto de benefícios econômicos inerentes à esfera das relações de trabalho. Assim, o ‘problema’ habitacional, bem como outros elementos básicos para a reprodução da força de trabalho, terá um encaminhamento na medida em que movimentos populares urbanos conectados à luta que se opera nas esferas do trabalho puserem em xeque

a forma do domínio tradicionalmente exercido pelo Estado no Brasil, onde se condensam as contradições de uma sociedade plena de desigualdades e oposições” (KOWARICK: 1979, 73-74. Grifos acrescidos).

Esta fala é compreensível historicamente, tendo em vista o período de redemocratização. As consequências políticas dela são variadas, porém uma parece central para a hipótese desta tese: *a identificação, formação e conformação do sujeito político pela esquerda organizada se transformam durante a década de 1980, junto à formação do PT e à redemocratização*. Esta conformação acompanha uma série de transformações na classe trabalhadora no período, principalmente as advindas da reestruturação produtiva global, que tem especificidades em solo latino-americano. Ela se dá no deslocamento do *sujeito político trabalhador* para o *sujeito político proprietário*, cuja consciência de classe, formada na dinâmica das relações sociais concretas, é transferida do seio da contradição capital-trabalho para formas de grande autonomia, ligadas ao processo de maior predominância do capital portador de juros, no qual o processo de valorização ocorre de maneira a ocultar sua forma originária, na produção, parecendo ocorrer unicamente na esfera da circulação *como remuneração de propriedade*.

Vejamos. A consolidação de tríade já explicitada acima, interna à forma Estado nos seus três poderes (executivo, legislativo e judiciário), unifica o sujeito político por meio de uma inserção social – que coloca em movimento determinada consciência de classe – de *cidadão proprietário de direitos democráticos* ou, como síntese dialética, um *sujeito político institucional*. Nesta categoria pretende-se explicitar não apenas a passagem do trabalhador para o cidadão e gestor público, mas a transubstanciação formal operada.

Marx, quando desenvolve a “fórmula trinitária” (MARX: 1986b [1890]. O Capital, Livro III, Tomo II, Capítulo XLVIII), refere-se às três classes sociais definidas por ele por meio dos seus rendimentos: capital-lucro/juros, propriedade fundiária-renda e trabalho-salário. Segundo o autor, esta divisão faz parecer socialmente que cada uma destas classes é uma “fonte” de riqueza, revelando a mistificação interna à forma capital, cujo caráter de autonomização das suas formas internas oculta a substância concreta da riqueza, o trabalho, cuja exploração na esfera da *produção* gera mais-valia. Essencialmente, na tríade, apenas o trabalho é fonte de riqueza, não o capital, mas a sua equiparação horizontal como “fontes” diferenciadas *oculta o confronto capital-trabalho* ao considerar, os dois, geradores de riqueza. Esta mistificação, segundo Marx, caracteriza o fetiche-capital (ver nota 133) na medida em que dá vida (capacidade de reprodução) às coisas por elas mesmas (valorização do valor na esfera da circulação). O que *aparece* como fonte, de maneira concreta é na verdade resultado da *distribuição* social da mais-valia, baseada nas diversas formas de propriedade (de capital ou terra) que a “atraem” como remuneração. Ele demonstra, ao longo d’O Capital, como o lucro é apenas parte da mais-valia e como a Renda da Terra advém de parte da produção de mercadorias que tem a terra como meio de produção.

O juro, forma máxima do fetiche-capital, obscurece inclusive as formas lucro e renda, na medida em que o *empréstimo* (sem mudança de propriedade), remunerado com parte da mais-valia gerada na produção, se autonomiza da mesma fazendo com que *apareça* como remuneração de propriedade (de dinheiro) (Livro III, Tomo I e II, Seção V). A remuneração de propriedade como forma autônoma, de maneira dialética, obscurece novamente lucro e renda

na medida em que os faz *aparecer* como remuneração do capital (como trabalho morto, mercadorias), ou da terra como título, reserva de valor. O juro, desta maneira, faz desaparecer como mágica (daí o caráter de fetiche) o trabalho vivo que gera riqueza na esfera da produção. Neste processo há uma *transubstanciação* do trabalho vivo em propriedade de uma coisa: a força de trabalho (ver notas 72 e 74). Na forma salário, portanto, está consolidado o fetichismo que transforma o trabalhador em proprietário (da força de trabalho).

O juro, é necessário lembrar, é uma relação *jurídica* (está inclusive na sua etimologia¹⁵²), e *não econômica*. Segundo Marx:

“Para que essas coisas se refiram umas as outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um somente de acordo com a vontade do outro, portanto, cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado pela relação econômica mesma” (MARX, 1983 [1867], 79. Grifos acrescidos).

Não se trata de venda de dinheiro, mas de empréstimo, que se dá *temporalmente* entre a colocação do dinheiro (D) na produção e sua retirada (como D') – processo cuja autonomização faz ficar apenas a relação temporal, não necessariamente mediada pela produção de mercadoria (M), na famosa fórmula D-M-D'. A relação é jurídica, pois o empréstimo envolve um contrato, no qual as partes (sujeitos) devem se comprometer com o cumprimento de uma ação após determinado tempo. A relação jurídica contratual, aqui, nos leva novamente ao Estado¹⁵³.

Quando falamos acima, portanto, da transubstanciação operada na passagem do *sujeito político trabalhador* para o *sujeito político institucional (ou cidadão)*, nos referíamos a uma mudança histórica na dinâmica da formação da consciência de classe que é conformada também pelo avanço da forma do capital portador de juros, cujo caráter de máxima expressão do fetiche-capital transforma a concretude das relações sociais e a subjetivação de suas forças sociais. Politicamente, o trabalhador em confronto com o capitalista se transforma num proprietário (de força de trabalho, que aparece como coisa, mercadoria), igualado ao outro como cidadão por meio do Estado enquanto regulador da esfera jurídica contratual. Não estão mais em polos opostos. A hipótese aqui é a de que *a predominância das formas fictícias de capital a partir da década de 1980 e a especificidade da inserção da América Latina no mercado mundial conformam um novo lugar do Estado na nossa sociedade, alterando a experiência de classe*.

Deste ponto de vista, nosso autoconstrutor, observado por Francisco de Oliveira como proprietário (de terra – ainda que informal¹⁵⁴ – e de força de trabalho), não teria outro

¹⁵² Segundo o Dicionário Houaiss OnLine: “Juro [etim.]: lat. jus, juris no sentido de 'direito, equidade, justiça; documentos que estabelecem um direito, títulos; legislação, atribuição legal; lugar em que se administra justiça; autoridade, poder, consentimento; condição, estado’”. Fonte: sítio < <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1> > acessado em 25 de outubro de 2017.

¹⁵³ Estes conceitos serão desenvolvidos no Capítulo 2.3 desta tese.

¹⁵⁴ Comentando sobre os resultados de pesquisa realizada nas favelas de Santos junto aos arquitetos, que foram base para suas hipóteses da “Crítica à razão dualista”: “Aí caiu a ficha: a maior parte das habitações era própria. No

lugar social que não o de colaboração com a acumulação de capital, da qual faz parte. Resolvem-se assim os confrontos entre trabalho e capital, que afinal poderiam ser entendidos como contradições internas ao próprio capital, na medida em que o capitalismo aparece como uma disputa entre proprietários pela distribuição da “riqueza social” gerada por suas propriedades (mercadorias) – o campo próprio à ação estatal. Nesta articulação teórica a produção da mais-valia se perde, no caso, aqui, dentro do campo do *urbano*. Este debate ressurgiu, para Oliveira (2003), na forma do “ornitorrinco”, na qual parece *sui generis* trabalhadores, por meio da gestão do Estado, se beneficiarem e executarem a política do capital, sendo os fundos de pensão, justamente grandes protagonistas da circulação de capital a juros, serem o centro desta relação aparentemente contraditória. Parece-nos que, em essência, são relações próprias à forma capital e não *sui generis* ou marginais (“fora do mundo da mercadoria”), na medida em que o fetiche (presente desde a forma mercadoria) opera tais transubstanciações. O desafio de superação crítica, assim, nos parece ser o desvelamento destas relações, retornando, no nosso caso, à produção do urbano como forma específica de acumulação do capital e, portanto, de enfrentamento deste com o trabalho. *Nosso autoconstrutor deve ser entendido politicamente como trabalhador, e não como proprietário.* Pois a solução da “questão da moradia” não nos parece estar no Estado e, portanto, em *mais propriedade*, mas na sua superação.

A polêmica política da autoconstrução entre a participação e o trabalho

Engels, em “A questão da habitação” (s/d [1873]), já levantava a impossibilidade de resolução do déficit de moradia no capitalismo, alegando que se tratava de um problema intrínseco à forma de reprodução do capital. Mais do que isso, sustentava que qualquer tipo de auto sustentação dos trabalhadores (entre eles, a autoconstrução), contribuía para o rebaixamento do salário. Ainda que em outro contexto histórico, social e geográfico, sua tese foi largamente assumida por pensadores brasileiros, com destaque para Sérgio Ferro (2006a [1969]) e Francisco de Oliveira (2003 [1972]). Cabe levantar aqui a dificuldade de se fazer um deslocamento de mecanismos observados na concretude dos países centrais para os países dependentes, nos quais o desenvolvimento capitalista tem especificidades. Nunca houve na Europa a autoprodução de moradia nos mesmos termos e escala com que ocorreu na América Latina, muito menos a especificidade deste fenômeno histórico da segunda metade do século XX, se comparado com o primeiro período da Revolução Industrial, mais de 100 anos antes. Basicamente, parece que a autoconstrução latino americana faz parte de um fenômeno específico, *ainda que interno à reprodução ampliada do capital*. Relembrando o tópico anterior, cabe articular o conceito de superexploração (Marini) à manutenção do modo de produção da construção civil brasileira (Ferro), com a dimensão espoliativa desta acumulação (Kowarick e, mais recentemente, Harvey). Nestes termos, a atuação política no urbano, particularmente junto à classe trabalhadora que está inserida neste contexto, ganha outros contornos em relação às suas possibilidades nos países centrais.

quesito ‘casa própria, alugada ou cedida’, ‘casa própria’ era a enorme maioria. Pensei: ‘Esse treco não bate, alguma coisa está errada. Isso não é um país socialista, então deve ter alguma coisa errada’ (OLIVEIRA: 2006, 68).

Ferro, que desenvolveu sua crítica junto aos canteiros de obra, pôde observar estas especificidades, colocando a completa inserção da autoconstrução na lógica de produção do urbano dos países dependentes, não de maneira marginal ou funcional. Oliveira, de outra maneira, desenvolveu o mecanismo junto às suas formulações sobre o Estado, colocando a questão em outro patamar – mais próximo às soluções adotadas pela socialdemocracia europeia¹⁵⁵. Como desenvolvido no tópico anterior, as posições políticas pós-anistia (1978), que vislumbravam a redemocratização do país e a possibilidade de reconstruir o Estado sob outras bases, aderiram academicamente às posições de Oliveira e, no campo da ação política dos movimentos sociais, conformaram uma prática que vinculava o trabalho na produção do urbano à construção da democracia participativa no âmbito do planejamento urbano e da gestão das políticas públicas. Ainda muito antes da efetivação dos mutirões autogeridos da década de 1980 – com mecanismos bastante diversos da autoconstrução¹⁵⁶ –, o debate já vinculava esta crítica teórica à detração da prática política baseada no trabalho, acusando-a de romântica, utópica e, mais tarde, um “vício da virtude” (OLIVEIRA: 2006) – contrapondo a isso a necessidade de se lutar por soluções para a habitação tal qual fez a socialdemocracia européia, baseada no que Oliveira chamou de “antivalor”¹⁵⁷.

Desta maneira, o debate ficou preso às suas determinações macroeconômicas, ainda assim deslocadas da especificidade local, enquanto sua prática interna às determinações da produção – que envolvem trabalhadores como beneficiários, gestores, usuários e construtores, além do poder público, movimento popular, capital produtivo da construção civil, proprietários de terra e, ainda, projeto, canteiro e manutenção/administração da vida em comum – e suas implicações políticas gestadas na concretude das relações sociais¹⁵⁸ (evidentemente contraditórias) eram homogeneizadas, simplificadas e rotuladas pela academia. Colocou-se

¹⁵⁵ “No mundo todo está em regressão o direito do trabalho, o Estado de Bem-Estar Social, para não falarmos nas aposentadorias... Mas, Jorge, por quê? Porque os gastos sociais colidiram de frente com o capital. Gastos sociais que a esquerda — sobretudo a esquerda comunista — foi incapaz de reconhecer ao longo dos últimos oitenta anos da história do capitalismo, porque aquilo era reformismo. Os gastos sociais colidiram de frente com o capital e disputaram a destinação do excedente público. E foi a Thatcher, na prática, e o Hayek, na teoria, que perceberam isso. O Hayek dizia: o inimigo do capitalismo não é o comunismo, o inimigo do capitalismo é o keynesianismo, essas políticas de bem-estar, essas políticas anticíclicas que negam o estatuto de mercadoria da força de trabalho. Quando bateu de frente, esse ataque do capital se deu exatamente nos direitos, entre eles o da habitação, de subsídio para habitação na maior parte dos países da Europa ocidental” (OLIVEIRA: 2006, 84).

¹⁵⁶ O mutirão autogerido apenas se aproxima da autoconstrução na medida em que parte (pequena, como visto na Tabela 2 apresentada no Capítulo 1.1, de cerca de 2,5% do valor total, com participação nos serviços fechados de 15% como mostra o Gráfico 2) de seu valor final não é composto por trabalho remunerado. Sua cadeia produtiva, no entanto, é essencialmente diversa: como produção coletiva e organizada, que utiliza recursos públicos, tem assessoria técnica, terra e projeto arquitetônico legalizados, com todos os deveres trabalhistas relativos à mão de obra contratada, empreitada ou terceirizada. Ver USINA: 2008 (também na coletânea USINA: 2015, resumido).

¹⁵⁷ O antivalor seria a produção mediada pelo Estado, que negaria a forma mercadoria na medida em que produz valores de uso (Cf. OLIVEIRA: 1988 e 1998). Para o autor, a autoconstrução seria uma espécie de “não-valor”, fora da produção capitalista: “casa é construída como não-mercadoria e é por isso que pode ser construída. Se pudesse ser mercadoria — aí Pedro Arantes tem razão —, batia de frente com o sistema construtivo capitalista” (OLIVEIRA: 2006, 83).

¹⁵⁸ Esse ponto é importante: Oliveira (2006) diz que a prática do mutirão autogerido é feita para ser generalizável como solução de habitação (comprovada nos programas públicos voltados a esta modalidade) e que, para isso, pressupõe (e, portanto, defende) o desemprego e a manutenção do capital social médio nacional abaixo daqueles dos países centrais e, pior, tem como resultado a baixa salarial. No entanto, a questão política nos parece outra: se, de acordo com o materialismo dialético, deve-se partir do concreto, o dado de realidade na sociedade latino-americana é a precariedade do trabalho, a autoconstrução e a inviabilidade do keynesianismo (como será apontado ao longo da tese, particularmente no Capítulo 3.3). A ação política deve *se basear* nisso, com direcionamento de sua superação não pelo capital, mas pela organização popular. Pois abstrair esta situação da maioria dos trabalhadores brasileiros é propor uma prática política desenraizada e deslocada.

sob uma mesma designação a prática do mutirão que, *durante as décadas de 1960 e 1970*, foi marcada por diversos matizes políticas. Elas foram sendo “normalizadas” em nome de um *determinado* mutirão autogerido, inserido nas políticas públicas, que ficou marcado pelo bordão “Menos Mutirão e Mais Autogestão” – direcionamento que revela o sentido da transformação do sujeito político baseado no *trabalho*, para o *gestor*. Ermínia Maricato, em texto de 1976, revela alguns debates daquele momento (anterior à cristalização do padrão de mutirão autogerido da década de 1980):

“Uma vasta bibliografia técnica relativa aos problemas da habitação nos países dependentes tende a destacar como aspecto mais importante do mutirão a espontaneidade e a solidariedade manifesta entre as pessoas que se auxiliam, e que deve ser fortalecida nos programas que apresentam propostas para melhorar as condições de habitação nos países ‘atrasados’ do mundo capitalista. Além de destacar a solidariedade como aspecto positivo, parte desta bibliografia destaca ainda como vantagem do mutirão a possibilidade de um maior contato do morador produtor com a habitação produto, permitindo-lhe uma visão integrada de processo produtivo e portanto um contato desalienante com o produto, já que o morador acompanha, decide e executa os mínimos detalhes da própria habitação. Sem desconhecer a importância de qualquer trabalho artesanal comunitário, isento da rígida divisão de trabalho capitalista, onde há os que controlam e têm uma visão integrada do processo, e há os que executam tarefas parceladas e que portanto não a têm, sem pretender ainda desvalorizar o contato direto do autor (que pensa o produto) ser o produtor (quem o executa) ou sem esquecer que um processo produtivo pode ligar o trabalho ao prazer, desde que as verifique certas condições, queremos, isso sim, mostrar que estas ideias são, senão deslocadas, pelo menos secundárias no estudo da autoconstrução nos países dependentes do mundo capitalista, particularmente nas metrópoles, se tivermos em conta a relação entre construção de habitações, através da autoconstrução, com o estágio de desenvolvimento do capitalismo nesses países e as condições de habitações da população trabalhadora” (MARICATO: 1982 [1976], 72. Grifos acrescidos).

Maricato aqui elenca uma série de matizes diversas, que podem ou não estar presentes num mesmo processo, mas que são predominantes em linhas de pensamento e prática de correntes políticas distintas. Analisando seu discurso, podem ser levantadas ao menos quatro delas: 1. Anarquista, centrada nos processos decisórios; 2. Marxista, na qual se pretende criticar a divisão social do trabalho, a alienação do produtor em relação ao produto e as relações de produção; 3. Socialista, que busca a restituição da felicidade no trabalho; e 4. Católica, ligada ao trabalho coletivo voluntário como prática da solidariedade. Ainda poderiam ser elencadas, como desenvolvimentos históricos e políticos destas primeiras: 5. “Freireana”, onde o processo de trabalho é encarado como educação de adultos direcionada para a emancipação e autonomia do sujeito, contra a opressão; 6. Democrática (segunda metade da década de 1980), dirigida à construção de cidadania por meio da participação na gestão de políticas públicas; 7. Sindical, ligada à construção da consciência de classe do trabalhador coletivo; e, por fim, mas não menos importante, 8. Neoliberal, com foco na economia de recursos pelo trabalho não remunerado, responsabilização individual, administração isenta, manutenção autônoma e construção ideológica da propriedade privada.

Todas elas tiveram expressão latino americana, algumas com influências do exterior. A primeira tendência acima elencada, bastante centrada nos processos decisórios, com correspondências com o anarquismo, se configurou no bojo das críticas ao urbanismo moderno na Europa e teve muita inserção nas favelas na década de 1970 em toda a América Latina. Ela ficou registrada e defendida em 1976 no livro “Housing by People: Towards

autonomy in building environment”, traduzido para o espanhol em 1977 sob o título “Vivienda, Todo el poder para los usuarios: Hacia la economía em La construcción del entorno”, de John Turner, inglês radicado muitos anos no Peru e que influenciou toda a região, particularmente a política de Salvador Allende no Chile. O principal ponto de Turner era a perspectiva de *autonomia decisória* que a autoconstrução possibilitava: “A tese deste livro é que as estruturas em rede e as tecnologias descentralizadoras, ou seja, os sistemas locais autogovernados, constituem os únicos métodos e meios capazes de proporcionar bens e serviços satisfatórios, além de ser os únicos que garantem o equilíbrio ecológico” (TURNER: 1977, 31-32. Tradução livre). Ao longo do livro, o autor discorre sobre os benefícios da autoconstrução em relação ao objeto final, elencando a economia de recursos, a adaptabilidade ao usuário, o uso de técnicas locais ou alternativas, etc.; e em relação às formas organizativas da população, que por meio do autogoverno tem maior produtividade e experimentação de técnicas adaptadas, além de abrir espaço para o planejamento (aberto) ao invés do projeto (heterônomo, fechado).

Sua defesa da *participação* do usuário nas decisões e construção de sua moradia são contundentes, sempre com a justificativa de maior produtividade e economia de recursos, no sentido de melhor administração e manutenção da moradia. Embora Turner fosse aquele com maior proximidade e conhecimento da realidade da autoconstrução, o discurso da participação na produção da arquitetura foi bastante desenvolvido durante as décadas de 1960 e 1970 na Europa, de maneiras diversas, mas sempre na perspectiva de crítica à arquitetura moderna e sua forma heterônoma. Entre outros, pode-se elencar Lucien Kroll, Ralph Erskine, Christopher Alexander, Giancarlo de Carlo, Bernard Rudofsky, Hassan Fathy, Walter Segal, Nicolas John Habraken e Yona Friedman¹⁵⁹. Estas influências foram importantes para a arquitetura produzida pelos mutirões autogeridos no Brasil – no que concerne ao projeto e sua metodologia.

No entanto, tal discussão passava de maneira tangencial pelas relações de trabalho na produção da moradia, dado fundamental para a atuação junto à autoconstrução na realidade latino americana – e para se almejar a essência da *autonomia*. A perspectiva destes arquitetos era muito colada às relações de poder derivadas do momento das decisões projetuais – seu ofício, herdado justamente dos modernos. *Autonomia*, neste sentido, foi conduzida à *participação*, que se expandiu, não sem coerência, como prática institucionalizada em torno da precarização de recursos, retirada do Estado pelos órgãos internacionais, empreendedorismo, etc. Desta maneira, sua defesa deu margem a certo “participacionismo”, que passou a ser requisitado como elemento de “best practice” na habitação da América Latina, recomendado pelas agências internacionais que difundiram – quando não exigiram – práticas neoliberais de produção urbana (tendência 8 acima listada). Seu principal campo de atuação, justamente, foi o Chile.

“Turner advogava uma ampla autonomia na construção do ambiente – o que certamente contrastava com o modo de produção extensiva de moradias em série promovido pelo Estado. De todo modo, as políticas habitacionais brasileiras – assim como as políticas internacionais para o terceiro mundo promovidas pelo Banco Mundial e outras agências internacionais – encamparam e reelaboraram, em versão mais apropriada, o discurso da autonomia. Não é por acaso que o trabalho de Turner no Banco Mundial é severamente

¹⁵⁹ Cf. LOPES et. al.: 2010. O artigo resume as principais propostas destes arquitetos.

criticado por ter ‘romantizado a pobreza’ e aberto caminho para a retirada de investimentos públicos em comunidades pobres no mundo todo. No Brasil, como mostraram, entre outros, Licia do Prado Valladares (1986), Caio Marcio L. P. da Silveira (1987) e Paulo Magalhães (1987), a publicação de Housing by People, de Turner, ofereceu o pretexto necessário para o Estado sair de cena: justificando esta saída como decorrência da escassez de inversões destinadas à provisão de moradia para os mais pobres, ao mesmo tempo legitimava politicamente sua retirada como uma ‘estratégia democrática’, franqueando a participação – totalmente restrita, mediada e controlada – nos processos de planejamento (o ‘projeto participativo’) e produção (aporte de mão-de-obra) da moradia. Uma coisa é certa: efetivamente, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento ‘retiraram o apoio que vinham dando aos governos dos países em desenvolvimento na implantação de programas convencionais, comprometendo-se, a partir de então, com programas de autoconstrução, de urbanização de áreas irregulares e provisão de lotes urbanizados’” (LOPES et. al.: 2010, 4).

A relação entre projeto participativo e autoconstrução estava sendo realizada numa outra vertente, vinculada ao caráter nacionalista latino americano das décadas de 1950 e 1960, na qual a centralidade era a construção do *povo*. Mundialmente, tal tendência era apoiada na ascensão do culturalismo que, no campo da arquitetura e do urbanismo, ficou bastante marcado nas proposições do Team X, em 1956, com sua crítica contundente ao universalismo modernista dos CIAMs¹⁶⁰. Embora o grupo, como já levantado acima, centrasse sua crítica ao momento projetual e conceitual, o ideal culturalista teve desdobramentos no campo da construção. Um dos principais nomes deste campo foi o arquiteto egípcio Hassan Fathy, com seu livro “Architecture for the Poor”, de 1973 (publicado no Brasil apenas em 1982 sob o título “Construindo com o povo - arquitetura para os pobres”). Nele, o arquiteto conta de sua experiência em uma comunidade em Nova Gurna, na qual construiu junto ao “povo” resgatando técnicas ancestrais.

No Brasil, o contexto político-cultural era marcado pelo nacional-desenvolvimentismo presente no ISEB e no PCB – cuja defesa de aliança tática com a “burguesia nacional” era culturalmente expressa nos Centros Populares de Cultura (CPCs), para os quais a “cultura revolucionária” apenas viria da confluência dos intelectuais com o *povo*. Este ideário estava presente, de maneiras bastante diversas, em arquitetos ligados diretamente ao partido: paulistas (Vilanova Artigas e Lina Bo Bardi) e o carioca Oscar Niemeyer. Embora em Artigas e em Niemeyer o “povo” comparecia como usuário de um espaço “moderno popular” – afirmando o aspecto revolucionário intrínseco à classe, cuja origem no realismo socialista parece clara – e beneficiário nacional do desenvolvimento das forças produtivas promovido pela burguesia industrial; em Lina o tema mereceu outra aproximação. Seu conceito de “arquitetura pobre” remetia ao *povo trabalhador*, ligado à terra por hábitos culturais mediados por técnicas e materiais próprios, que deveriam ser resgatados como unidade, o que incluía o trabalho, a produção da arquitetura. A modernidade, neste aspecto, viria do encontro do intelectual com o povo sim, porém por meio do trabalho na produção do espaço construído.

Fora do partido, ainda que dentro do contexto de construção do *nacional* e do *popular*, aqueles que mais se aproximaram da unidade entre projeto e construção no período,

¹⁶⁰ Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, fundados em 1928 e que tiveram 10 encontros até 1956, foram centrais para a difusão e consolidação internacional dos ideais modernistas, expressos principalmente pela obra do suíço Le Corbusier.

numa escala maior de habitação popular, foram duas experiências entendidas como pioneiras do mutirão autogerido brasileiro: o Conjunto Cajueiro Seco em Pernambuco, acompanhado pelo arquiteto Acácio Gil Borsoi¹⁶¹ (primeira metade da década de 1960) – que foi precursor da noção de projeto participativo, além de usar tecnologia construtiva local de maneira pré-fabricada; e Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981 e 1988), no Rio de Janeiro, em diversas comunidades, com destaque para a intervenção na urbanização popular da Favela Brás de Pina (segunda metade da década de 1960) – como visto no capítulo anterior. Estas experiências práticas eram acompanhadas de uma série de trabalhos acadêmicos de investigação da periferia autoconstruída, principalmente no campo das ciências sociais, que se aproximavam da questão urbana. Entre estes trabalhos está o do sociólogo José Guilherme Cantor Magnani (1984)¹⁶², que estudou as práticas de lazer das periferias, detendo-se nos circos, procurando descrever sua especificidade e apropriação do espaço também como forma de organização social.

O trabalho de Janice Perlman (1977)¹⁶³ – americana que passou alguns anos no Rio de Janeiro estudando suas favelas – também é referência desta época, pois relaciona a produção do espaço autoconstruído com a experiência de classe. Sua perspectiva é desconstruir mitos criados na época (sob ditadura militar) de que as periferias seriam apáticas politicamente: ao contrário, mostra suas formas organizativas, suas relações com a política nacional, seu grau de radicalismo e consciência ligados às questões prementes para sua classe, em particular as remoções e sua relação direta com o BNH – algo que vemos se repetir com o PMCMV. Assim, mostrava que havia uma distância entre o que se propagava ideologicamente (pelo governo e pela esquerda dentro e fora da academia) e o que se constatava nas suas incursões etnográficas:

“Os dois capítulos precedentes demonstraram como os estereótipos vigentes quanto à marginalidade social, cultural, econômica e política são claramente desmentidos pela realidade. Existem fortes evidências a comprovar que os favelados não são marginais mas de fato integrados na sociedade, ainda que num modo que vai contra seus próprios interesses. Certamente não se encontram separados do sistema, ou à sua margem, mas estão a ele estreitamente ligados de uma forma muitíssimo assimétrica. Contribuem com o seu árduo trabalho, suas elevadas esperanças, e sua lealdade, mas não tiram proveito dos bens e serviços do sistema. Eu sustento que os moradores da favela não são econômica nem politicamente marginais, mas são explorados e reprimidos; que não social e culturalmente marginais, mas são estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado. Não são passivamente marginais em termos de suas próprias atitudes e comportamento, ao contrário, estão sendo ativamente marginalizados pelo sistema e pela política oficial” (PERLMAN: 1977, 235. Grifos no original).

Desta maneira, a noção de “participação” parece ser bastante complexa, pois resulta, no campo da arquitetura e do urbanismo, de referências tão díspares quanto certo anarquismo com deslocamentos neoliberais, a construção nacional-desenvolvimentista, o stalinismo e experiências locais autônomas. Há, claramente, uma disputa pelo conceito, que

¹⁶¹ Para aprofundamento no tema, ver SOUZA, D.B.I.: 2010.

¹⁶² O livro é resultado de seu doutorado, orientado por Ruth Cardoso, que prefacia o livro.

¹⁶³ O livro é prefaciado por Fernando Henrique Cardoso, do conselho editorial da Editora Paz e Terra (que publicou o livro). Percebe-se que há ligação direta com o debate da dependência, descrito acima, que ela também se aventura, na mesma linha de FHC e de Castells, que ela cita no texto. Assim, é necessário ressaltar que suas posições não foram as mesmas que desenvolveu a Teoria Marxista da Dependência a levando, portanto, à contribuição da formulação do aparato ideológico próprio à democracia “possível” no capitalismo dependente.

parece ter a ver, de uma maneira geral, com a “ida ao povo”, ou sua “descoberta” pela elite intelectual e política identificada com o campo de esquerda¹⁶⁴.

Acrescente-se a este contexto a segunda vertente citada acima, católica, que deve muito à influência de Padre Lebreton e sua incursão na América Latina nos anos 1950¹⁶⁵. Nos anos 1940, na França ainda ocupada pelos nazistas, Lebreton inicia o Movimento Economia e Humanismo, cuja revista *Économie et Humanisme* (de 1942) foi importante difusora das ideias do grupo, que iniciava uma leitura específica do marxismo, ligada aos valores humanos, expressos na noção de *comunidade*. Esta era definida como organização ideal para a partilha do bem comum, numa noção de fraternidade dos *de baixo* como proteção e formação do indivíduo contra o Estado (identificado com o socialismo soviético) e o capitalismo individualista. A cidade seria esta possibilidade de constituição da comunidade idealizada sob um *novo humanismo*. O interesse nos estudos de economia, vista deste ponto de vista, estavam ligados à noção marxista do valor originado no *trabalho*, e não nas vinculações da corrente católica tomista (ligada ao pensamento de São Tomás de Aquino), que se detinham na esfera da circulação, em busca das *trocadas justas*. Da perspectiva da produção comunitária, onde são construídos os valores humanos, Lebreton defendia “o retorno à terra, a descentralização da indústria, a alternância das atividades, o remembramento de terras e do regime de exploração agrícola com o estabelecimento de ‘comunidades de produção’, a estrutura corporativa e a distinção entre setores privados e setores comunitários ou nacionalizados” (ROLDAN: 2012, 45). Segundo o autor: “Viver em comunidade não é inicialmente agir *por*, mas existir *com*, conviver *com*. As comunidades de destino são comunidades reais de pessoas concretas que vivem juntas se completando, se controlando quando for necessário e se entre-ajudando” (Lebreton In ROLDAN: 2012, 46. Grifos no original). Assim, a articulação é direta entre cidade (espaço e instituições), comunidade, propriedade coletiva e trabalho em ajuda mútua.

“Ao final do artigo, Lebreton expõe claramente um projeto político. A partir dos quadros comunitários definidos, restaria ainda colocá-lo em ação conduzindo a sociedade e reformando as instituições existentes até estabelecer um ‘plano diretamente revolucionário’, em que a ordem comunitária deveria exercer uma influência sobre a transformação da economia capitalista ou sobre a instauração de uma economia natural e equilibrada das necessidades – économie des besoins. E no plano imediato reafirma a necessidade da descentralização da indústria, descongestionamento das grandes cidades e a alternância das atividades reivindicando um novo estilo de vida e o novo urbanismo” (ROLDAN: 2012, 47. Grifos acrescentados).

Este pensamento foi extremamente difundido em toda a América Latina na década de 1960, quando Lebreton estava no continente, originando as relações entre catolicismo e marxismo que fundaram a Teologia da Libertação, ideário colocado em ação por meio das

¹⁶⁴ “Adicione-se, àquelas posições, a convicção de que no povo estava a verdade da nação, estava a pureza e a autenticidade (em contraposição à corrupção das elites) nos mais variados planos (ético-moral, da organização social, da cultura, etc.), porque somente as elites estavam ligadas ao exterior (a outras culturas, a interesses estrangeiros): o povo comum deveria, portanto, dizer qual era essa verdade, dele deveria ser esta verdade ‘induzida’. Soluções para os seus problemas deveriam ser encontradas no próprio povo, nascendo dele como algo seu, verdadeiro, autêntico, ligado ao ‘país real’ e não aos devaneios da elite. Se se buscasse conhecer o povo brasileiro, encontraríamos uma riqueza desconhecida. Uma nova linguagem, uma nova cultura (popular), formas de solidariedade próprias (como o ‘mutirão’, no interior), regras ético-morais também próprias” (PAIVA: 2000 [1980], 232).

¹⁶⁵ Dinalva Derenzo Roldan descreve com profundidade esta experiência em sua dissertação (ROLDAN: 2012).

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em 1962 a JUC (Juventude Universitária Católica) e a JEC (Juventude Estudantil Católica) fundam a organização política Ação Popular (AP), que radicalizou os preceitos católicos anteriores, fazendo, pela noção de trabalho marxista, uma crítica aos Isebianos: o capitalismo deveria ser combatido seja nacional ou não, pois se funda na apropriação privada dos meios de produção. Muitos dos autores citados aqui fizeram parte destes movimentos, com destaque para Ermínia Maricato, Paul Singer e Paulo Freire.

Este último, embora não ligado ao urbanismo, foi importante referência desde a década de 1950 até hoje¹⁶⁶, fazendo ligações preciosas para a hipótese aqui defendida. Paulo Freire tem uma enorme produção teórica e experiências concretas, que atravessaram o período nacional-desenvolvimentista, passando pela ditadura militar e foram até a década de 1990. Sua obra e metodologia de educação de adultos foram centrais nas formulações e práticas de educação popular de todo o período, conformando, no campo da produção do urbano, os nexos entre formação política do movimento popular e o trabalho coletivo por meio do mutirão autogerido. Importante, neste sentido, é entender os seus pressupostos para compor o quadro referencial da mobilização popular em torno da produção do urbano.

Paulo Freire é um pensador do seu tempo e, portanto, está imbuído de tarefas históricas específicas, com os instrumentos teóricos disponíveis, os quais ele desenvolverá a sua maneira. Sua origem no movimento católico radical descrito acima é anterior à década de 1970, remetendo ao período do ISEB, cujos formuladores são sua base conceitual, política e prática, às quais se coaduna o ideário católico ligado ao Padre Lebrecht. Assim, sua origem, que no final da década de 1950 até o golpe militar é ligada ao nacional-desenvolvimentismo cristão, radicaliza-se, junto à Ação Popular, com a consolidação das leituras marxistas cuja interpretação era orientada pelo mineiro Padre Vaz (Henrique Cláudio de Lima Vaz). Trata-se, portanto, de um marxismo específico, cuja interpretação era diversa daquela do PCB embora se encontrasse no mesmo chão histórico de defesa nacionalista pelo campo da esquerda. A origem dessa diferença estava na categorização do *trabalho*.

É necessário recordar quando, no início deste capítulo, foi resgatada a defesa do trabalho como princípio educativo realizada pelo MST e seu embasamento *Lukácsiano*. Lukács estava produzindo a “Ontologia...” no mesmo período da década de 1960¹⁶⁷, em outra realidade sócio-geográfica e, portanto, não pode ser aqui tomado como referência para Paulo Freire. No entanto, parece importante ressaltar o “espírito de época” que, não sem razão, conflui na prática e produção teórica do MST ainda hoje, cuja origem nas CEBs e na inserção dos intelectuais na área rural na década de 1960 é fundamental – como foi a presença de Paulo Freire e Francisco Julião (Ligas Camponesas) no governo de Miguel Arraes em

¹⁶⁶ Inclusive, o fato de haver hoje movimento exigindo a revogação de seu título de “Patrono da Educação Brasileira” diagnostica com precisão o ataque à democracia específica construída pelas forças sociais que se aglutinaram no PT nos últimos 35 anos.

¹⁶⁷ Segundo José Paulo Netto, a obra foi escrita em alemão, já estando pronta em 1968, mas foi publicada integralmente apenas em 1976, em húngaro. A versão completa em alemão só é publicada em 1984, tendo uma tradução para o italiano parcial em 1976 e outra em 1981. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/02/07/apresentacao-a-ontologia-de-lukacs/>> acessado em 29 de outubro de 2017.

Pernambuco¹⁶⁸. Tal “espírito” conflui num entendimento da categoria trabalho por meio da forma do *trabalho em geral*, cujos deslizamentos históricos latino-americanos levaram ao seu amálgama com a noção cristã de trabalho como *valor cultural humano*, coadunando com a tendência culturalista que dominava o cenário ocidental no período – inclusive na arquitetura e no urbanismo. A aproximação das categorias, no entanto, não é tão aleatória pelo fato de que tanto Lukács quanto o Padre Vaz tinham uma sólida base teórica hegeliana até então. Ambos farão a superação deste hegelianismo no período seguinte¹⁶⁹, marcado mundialmente pela ascensão do marxismo na academia¹⁷⁰. Essa base hegeliana, no entanto, ainda levemente presente no jovem Marx, aparece tanto no ISEB, quanto nos intelectuais vinculados, hoje, à noção de “trabalho como princípio educativo”, que reivindicam esse legado.

A análise do pensamento freireano sob esta conjuntura será aqui descrita por meio do trabalho de Vanilda Paiva (PAIVA: 2000 [1980]), realizado na segunda metade da década de 1970 e publicado em 1980. Paiva faz uma relação entre o ideário cristão radical e o nacional-desenvolvimentismo Isebiano para localizar historicamente o método Paulo Freire até 1965, indicando ali o delineamento conceitual de uma forma específica de democracia *popular*, baseada na *participação*. Segundo a autora, o ecletismo presente neste amálgama foi a expressão da idiosincrasia do nosso “dualismo” (categorizado pela Cepal de Raul Prebisch), que via certa *modernidade* no nacional-desenvolvimentismo – “tradução política e intelectual-filosófica do keynesianismo” – na medida em que seus ideais protecionistas e distributivistas traziam uma esperança de emancipação do subdesenvolvimento. Tal ecletismo no método Paulo Freire era marcado por uma grande ambiguidade entre a educação “não-diretivist” e “certo dirigismo no plano ideológico mais amplo, ditado pelos valores básicos de sua proposta histórico-social, religiosa e cultural” (Op.Cit. p.25).

A concepção de trabalho, neste ecletismo, faz dele um instrumento de *educação*, pois necessário *mediador político de classe* na histórica “ida ao povo” como necessidade de integração nacional. Como elemento conciliador, ele é entendido não como relação de produção historicamente determinada, mas definido por meio da *cultura*, pelo fato de ele ser produtor de “consciência” (humana, não de classe):

“Para Padre Vaz, a consciência não apenas define o homem como fundamenta a História. É como ser consciente, capaz de apreender o mundo e exprimir-se como sujeito, que o homem se insere na História: ‘a consciência ou a reflexão exprimem o estatuto do homem

¹⁶⁸ Arraes foi entre 1960-62 prefeito de Recife e entre 1963-64 governador do Estado de Pernambuco, pelo Partido Social Trabalhista (PST) em coalizão (Frente de Esquerda) com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores do Partido Social Democrático (PSD), com apoio da UDN (União Democrática Nacional).

¹⁶⁹ “Lukács encontrou nos Manuscritos o processo de superação de Hegel realizado pelo próprio Marx. Com isso, Lukács encontrou as bases para superar também ele as insuficiências do hegelianismo. Um dos elementos mais fundamentais da superação de Hegel operada por Marx havia sido a reflexão sobre o trabalho: Hegel, segundo Marx, ‘compreende a essência do trabalho e concebe o homem objetivo, verdadeiro, porque homem efetivo, como resultado de seu próprio trabalho’ (MARX). Mas, por outro lado, ‘O trabalho que Hegel unicamente conhece e reconhece é o abstratamente espiritual’ (idem). Nisso Marx encontra o termo efetivamente materialista e dialético do problema até então existente no embate entre o materialismo mecanicista e o idealismo objetivo. (...) Ou seja, o idealismo acertava ao reconhecer o papel ativo do sujeito perante o mundo objetivo, mas errava ao conceber esse papel ativo como um trabalho meramente espiritual. Por outro lado, o materialismo mecanicista acertava em centrar sua atenção na materialidade do mundo objetivo, mas errava ao permanecer em uma posição contemplativa, ignorando o papel objetivo da atividade humana, ou seja, da atividade do sujeito” (THIESEN: 2015, 29).

¹⁷⁰ David Harvey comenta sobre esta característica da década de 1970 na introdução do seu livro “Espaços de Esperança” (HARVEY: 2004a).

como ser histórico, em contraposição ao simples ser da natureza'. A historicidade do homem apoia-se sobre o fato de que a consciência é consciência do mundo, mas repousa na interioridade do sujeito que unifica num sentido os objetos e suas relações de modo a compreender o que apreende. A consciência é o fundamento não apenas na compreensão do eu e do mundo mas também do reconhecimento do outro. Esse reconhecimento implica a 'comunicação de consciências' e se realiza pela palavra, pelo diálogo entre sujeitos: é como ser dialógico que o homem projeta-se numa dimensão histórica e cria aí o espaço original do seu existir como homem, o espaço da cultura. (...) Mas o homem está presente no mundo pela relação de trabalho. Não iria a conceituação da história por meio da 'comunicação das consciências' desconhecer ou anular o fator trabalho? Não, responde Padre Vaz, porque o produto do trabalho humano é uma obra de cultura, o trabalho é um ato cultural. Assim ele adquire estrutura de sinal, configurando-se como palavra, como comunicação com o outro: ele funciona como mediador da comunicação das consciências" (PAIVA: 2000 [1980], 88-89. Grifos acrescentados).

A relação entre consciência (no plano da cultura) e participação política democrática, no campo dialógico, se dá por meio do *trabalho* entendido como *comunicação com o outro*. Essa escala subjetiva do trabalho, própria ao ato educacional, desloca o foco das *relações de trabalho capitalistas* para uma *dimensão humanista*, fazendo com que a estrutura de poder democrática imaginada seja conformada por meio da *fala*, do *convencimento*, da *conciliação*. A dimensão espacial desta democracia é fundamental, pois a escala da fala subjetivada é a comunitária, na qual o trabalho como intermediação dialógica forma o espírito comum na sua dimensão das *trocas justas*. Assim,

"A educação é vista como instrumento a serviço da democratização que começa na comunidade, pela discussão dos problemas da vida dos indivíduos e do grupo social, pela discussão da existência numa 'comunicação de consciências' que contribui para formar pessoas participantes num clima democrático-personalista e comunitário: para tal educação era preciso buscar, como diz o próprio Freire, um método ativo, transpondo para o plano comunitário e para a educação dos adultos alguns dos princípios fundamentais do escolanovismo. Dessa maneira buscou Freire (...) forjar uma pedagogia nacional, ligada à vida da comunidade local e nacional, refletindo as peculiaridades da 'circunstância' brasileira de então" (PAIVA: 2000 [1980], 119. Grifos acrescentados).

Daí a importância do *método*, na medida em que é necessário criar este "povo", fruto de uma nova cultura democrática. Esta seria a função do educador popular que, basicamente, é um formador da nova cultura "nacional", baseada na *participação consciente*. Daí a ambiguidade entre o dirigismo político e o não-diretívismo educacional. Assim, Paulo Freire

"Diz ainda, mais adiante, que 'faltava ao povo suportes culturoológicos capazes de pôr essa solidariedade no plano legítimo da política'. Sua análise política está centrada sobre o cultural, sobre os usos e costumes em sua manifestação no plano da política; a formação cultural do povo gerara indivíduos mudos e quietos, despreparados para a democracia. O seu problema era – dando por suposto que estávamos entrando numa nova fase cultural, caracterizada pela industrialização, pela urbanização e pela democratização – o de como 'gerar disposições mentais democráticas com as quais (o homem) se identifique com o clima cultural novo', aderindo ao desenvolvimento que era o núcleo deste novo clima cultural" (PAIVA: 2000 [1980], 110. Grifos acrescentados).

Este educador popular, portanto, não está ligado à formalização de conteúdos, mas à constituição de processos dialógicos – que permitam o acesso à fala e à consciência do outro –, sendo o trabalho um meio privilegiado, na medida em que "media a comunicação das consciências". A crítica ao trabalho no capitalismo surgiu, assim, como uma crítica à alienação,

na qual não é possível a criação de consciência e, portanto, de liberdade. Para Padre Vaz, a alienação pode ser de “sentido” – quando há problemas na *comunicação* das consciências –, ou do trabalho – quando o sentido da ação humana se perde na produção de objetos que não visam a necessidade humana, mas sim a acumulação, fazendo com que a comunicação seja interrompida pelo objeto. A autonomia e a emancipação, do ponto de vista do *trabalhador*, seriam conquistadas na restituição dos produtos do seu trabalho. A luta anti-capitalista, nestes termos, é uma luta pela *valorização do trabalho humano* – sem se ater às relações objetivas de produção nas quais eles são feitos e que determinam, em última instância, esta separação. Assim, o *trabalhador* é constituído do ponto de vista do *trabalho em geral*, sem determinação histórica, transfigurando-se em *povo*, cuja contraposição a ser combatida é a massificação, e não o enfrentamento com o capital:

“Que a adoção da distinção entre ‘massa’ e ‘povo’ por Freire revela sua maior aproximação do movimento católico dos anos 60 e que acompanha a convicção de que a uma pedagogia personalista caberia ‘transformar a massa em povo’, para evitar a massificação, a manipulação, os totalitarismos e assegurar a democracia, revela-se na prática pedagógica com seu método, desde as primeiras experiências. Um exemplo contundente pode ser encontrado no discurso do aluno das classes de alfabetização de Angicos diante do presidente João Goulart, quando do encerramento da experiência. Na ocasião, conta o próprio Freire, aquele aluno ‘declarou que já não era mais massa, mas povo’” (PAIVA: 2000 [1980], 236. Grifos acrescidos).

“Aqueles elementos ideológicos, - identificados no movimento radical católico brasileiro –, como a valorização do povo e de sua cultura (bem como a vida comunitária no campo) e a recusa à manipulação do povo, compunham o quadro daquilo que designamos como ‘populismo indutivista’, por oposição ao populismo tradicional, manipulador” (PAIVA: 2000 [1980], 232. Grifos acrescidos).

Paulo Freire, acompanhando a radicalização do movimento católico e da Ação Popular após o golpe de 1964, vai superar o nacionalismo isebiano e *parte* da bagagem culturalista, aderindo ao marxismo cada vez mais presente no campo católico, segundo o qual a luta política deveria se dar em conexão com a estrutura de *classes*. Seu livro “Pedagogia do Oprimido”, de 1968, escrito no exílio chileno (publicado no Brasil apenas em 1974), é o marco desta mudança. No entanto, se na fase anterior o trabalho ainda tem uma centralidade por meio das formulações de Padre Vaz, nesta obra as relações dialógicas ganham um maior nível de abstração: são deslocadas das atividades objetivas de *produção* (ainda que ligadas ao “trabalho em geral”) para as relações de *opressão*, nas quais a “comunicação de consciências” é interrompida pelas relações de *poder*, a serem compreendidas e combatidas no campo *cultural*, por meio da *linguagem*. Nesse sentido, se seu nacionalismo arrefece, a defesa da noção de *povo* se fortalece, não agora em oposição à massa, mas em oposição à *elite*, que mantém sua dominação pelo controle dos aparelhos culturais, entre eles, a escola. As formulações de Antônio Gramsci, com as quais Paulo Freire entra em contato quando atuava na Guiné-Bissau no início da década de 1970, passam a fazer parte do seu arcabouço teórico, na medida em que indicavam uma forma de atuação política *pela cultura*, na disputa pelos aparelhos de hegemonia¹⁷¹.

¹⁷¹ Eder Sader (SADER: 1995 [1988]) fala desta aproximação entre Paulo Freire e Gramsci no final da década de 1970 nas fontes teóricas da militância que buscava “outras pistas para a prática política”, mais ligada à “ida ao povo” e o papel do intelectual junto às organizações de esquerda.

Longe de serem postulações meramente acadêmicas, estas questões conformavam a atuação política no urbano, na medida em que pautavam a ação de militantes nas periferias autoconstruídas, principalmente ligadas à Ação Popular, e a grupos autônomos ao PCB até 1968, quando a repressão do regime militar transforma as formas de organização da esquerda e sua apreensão do marxismo. Segundo Eder Sader (SADER: 1995 [1988]), no entanto, a “educação popular” – que, como visto aqui, já vinha de 10 anos de consolidação prática e nacional – passou a representar um paradigma na década de 1970. Isso se deu na medida em que o vanguardismo presente nas organizações que se desligaram do PCB depois do golpe – que marca o fracasso da estratégia nacional-desenvolvimentista –, até mais ou menos 1972, ligadas à luta armada, cedem em meio à repressão, morte de militantes e cisões internas cada vez mais pesadas. Essa crise do vanguardismo tinha, porém, segundo Sader, uma outra face: “que toca na sua própria identidade [e] se origina no fato de que esta derrota se produziu em enfrentamentos nos quais os supostos ‘sujeitos revolucionários’ (as ‘massas’) não tiveram participação” (Op. Cit. p.170). Paulo Freire aparecia, para estes militantes, como o direcionamento necessário, *metodológico* – que substituíra os manuais de estratégias revolucionárias de luta armada – para a organização das *massas*¹⁷², que estavam nas periferias. Assim, é importante notar como o pensamento de Paulo Freire serviu aos deslizamentos da esquerda entre o nacional-desenvolvimentismo, a organização popular autônoma da década de 1970 e, depois, a formação do PT na década de 1980. O fio condutor, aí, parece ser a categoria de “povo” (e não de *trabalhador*) e sua epopeia na conformação *democrática* num continente “subdesenvolvido” – no qual a exclusão social é mais relevante do que as lutas operárias no interior das fábricas. A democracia, nestes termos, se dá pela construção de *autonomia da consciência humana* (e não das relações de trabalho), conquista da *fala dos oprimidos*, que se *emancipam via cidadania participativa* (no sentido da *comunicação das consciências*, e não da *participação na produção*).

Desta maneira, a noção que se tinha, até 1968 na América Latina, da relação entre produção do urbano e militância política de esquerda, estava ligada à confluência de: 1. Um contexto internacional de crescimento da economia no pós-guerra, no qual o nacional-desenvolvimentismo era disseminado pelos Partidos Comunistas no mundo todo, evocando a construção das categorias de *povo* e *nação* do ponto de vista revolucionário, de convivência pacífica entre os povos (uma saída encontrada para o “socialismo num só país” stalinista); 2. O início de um pensamento integrado latino-americano, que passa a teorizar sobre o subdesenvolvimento do continente e suas especificidades, inclusive urbanas, com destaque para a Cepal; 3. A crítica ao movimento moderno universalista e funcionalista, que gera o nascimento da valorização do localismo e do culturalismo; 4. Uma produção acadêmica no campo do urbanismo que vai olhar para a cidade como *lócus* de relações sociais e econômicas, materialização de decantações históricas; 5. O início de uma produção de arquitetura *de canteiro*, realizada junto aos trabalhadores e futuros usuários (que só será teorizada na década de 1980); 6. A ação também internacional da igreja católica, cuja ida (permanente e histórica) aos povos subdesenvolvidos adquiria então um caráter marxista diverso daquele trazido de maneira ortodoxa pelo PCB, mais ligado ao valor humano do *trabalho em geral* que, por seu

¹⁷² Note-se aqui a dimensão discreta, mas que hoje demonstra toda a sua força com a crise do PT, entre a necessidade de incorporação das “massas” por meio de metodologia que as transforme em “povo”, centro da diferença entre o que Paiva chama de “populismo indutivista” e “populismo manipulador”.

estatuto ontológico, delimitava o trabalhador enquanto *povo*; 7. A necessidade da militância de seguir metodologia específica para lidar com a *ida ao povo* em países subdesenvolvidos, ligada à construção da *nação* integrada e democrática, cujo instrumento se deu por meio da educação popular – o método Paulo Freire.

Retomando a crítica de Maricato feita acima, resta entender o lugar do marxismo nesta discussão, fora da Ação Católica e sua derivação radical lebreitiana. Parece claro que o marxismo do PCB, engendrado nesta conformação da esquerda até 1968, só poderia identificar a dimensão espacial do ponto de vista do suporte físico das relações sociais do *povo* que opera a instalação do capital industrial *nacional* – postura muito visível em Artigas e Niemeyer. Como visto no item anterior deste capítulo, os marxistas dissidentes do PCB após 1968 tomarão outros rumos, dando novo caráter ao *urbano*. Lina Bo Bardi e Sérgio Ferro, principalmente, farão a transposição da categoria de “povo” nacional-desenvolvimentista para dentro da classe trabalhadora, não como contraposição à elite ou às massas, mas como interna à reprodução do capital, em confronto com este, na produção do urbano. Se em Lina isso aparecia de maneira muito sutil¹⁷³, por meio da incorporação dos trabalhadores dos canteiros de obra no fazer arquitetônico – por meio da cultura popular presente nas técnicas produtivas e relações de produção –; em Sérgio isso ganha outra dimensão. Pois não se trata apenas de encarar o operário da construção civil dentro do canteiro e suas raízes culturais, mas entendê-lo dentro da totalidade do sistema da dependência latino americana, no qual o urbano faz parte. Esta característica de sua teoria é muito mais presente no seu texto de 1969 (“A produção da casa no Brasil”, cujo título original era “A casa popular”) do que no de 1976, sua principal tese (“O canteiro e o Desenho”) – certamente uma diferença devida ao caráter de confrontação política com o PCB que o texto de 1969 representava.

“A produção da casa no Brasil” é resultado de anotações de aula de Sérgio Ferro na FAU-USP entre 1968 e 1969, o que indica certa exposição destas ideias no meio da militância universitária, bem como no meio acadêmico. Sua estrutura demonstra o método de Ferro:

1. Descrição da *produção* da casa popular e da *mansão*, dois extremos das classes sociais, onde ele fala de materiais, técnicas, força de trabalho, formas de uso, propriedade e algumas decorrências sociais desta produção. Seu método não diferencia o olhar para estes dois extremos: ambos são produções sociais determinadas historicamente e se relacionam como tais.

Neste aspecto, os dois extremos se aproximam mais do que se afastam: são ambos construções para o próprio uso. Suas diferenças (de produção e de uso) advêm do poder social acumulado em cada um, não do seu grau de inclusão no sistema. Explicita com isso a extrema irracionalidade do capitalismo, e não pretende encontrar uma lógica que a justifique¹⁷⁴. As

¹⁷³ Lina vinha migrada da Itália no pós-guerra, vinculada ao PCI, que tinha toda uma relação tensa com o fascismo no que tange à defesa nacionalista. O culturalismo foi muito importante na Itália neste período, sendo o neorrealismo italiano no cinema uma de suas mais fortes marcas. A noção de “povo” para ela era muito diferente da de Sérgio Ferro, que rompe com o PCB, ainda que também diferente da de Artigas – ligado ao desenvolvimentismo. Uma hipótese sobre esta diferença pode estar na vivência de Lina na guerra, que destruiu os sonhos desenvolvimentistas de sua geração.

¹⁷⁴ Apenas nestes dois exemplos de casas, Ferro já levanta uma série de irracionalidades do sistema: o entesouramento, o poder por meio da propriedade de capital, que é imediatamente poder sobre o trabalho alheio (e não por qualquer possível “falta de consciência”), a troca justificando o uso, o uso conspícuo e suntuário, o

questões culturais emergem da produção, e não o contrário. Assim, o autor já se diferencia das análises correntes do urbano até então, pois o analisa do ponto de vista da unidade da produção social e não das diferenças espaciais aparentes, decorrências dos pretensos desequilíbrios socioeconômicos ou afasias entre urbanização e industrialização. Afasta, deste modo, a noção de marginalidade presente nas análises duais do período:

“Em resumo, encontramos na casa operária uma exceção aparente ao sistema. A produção, aqui, não é guiada pelo lucro, pelo valor de troca. O seu imóvel é a produção de um valor de uso. Entretanto, o sistema e o modo de produção capitalista estão presentes sob várias formas: no fato do valor de uso particular na miséria tornar-se valor de uso social, e aparecer como valor de troca, apontando a existência de um mercado de outros miseráveis; na contradição entre ser operário, expressão social de um sistema de produção avançado, e o fato de ter que recorrer, no atendimento a pressões vitais, às formas mais atrasadas, e mesmo reacionárias, de produção; na resultante de sua poupança, o pouco conforto imediato, acarretando desconforto e prejuízo mediatos maiores. A produção aparentemente marginal revela o sistema totalmente inclusivo” (FERRO: 2006 [1969], 67. Grifos acrescidos).

2. Descrição da produção habitacional de massa para a classe média, “a mercadoria resultado da construção civil em sua forma mais pura” (Op. Cit. p.75), que é objeto privilegiado de observação da especificidade brasileira no sistema mundial: determinada por um estreito mercado de massa, no qual “a anarquia da produção é visível” (Op. Cit. p.76).

Ferro, ao analisar os *materiais* da construção desta habitação, faz uma série de análises sobre a questão da industrialização e sua idiosincrasia brasileira (“subdesenvolvimento doído”), por meio da *produção*, o funcionamento do sistema cultural e de poder do país. Assim, fora da lógica da *opressão*, ele busca nas determinantes do *fetichismo* presente na produção do urbano parte das origens da irracionalidade sistêmica em que nos encontramos.

3. Análise do modo de produção dominante na construção civil: a manufatura e sua particular divisão e uso da força de trabalho para a produção de mais-valia.

Por meio desta análise, Ferro identifica uma correlação direta entre a condição do trabalhador no Brasil – física e política – e a organização da produção urbana, revelando um mecanismo de transferência de valor para o exterior no qual a construção civil opera. Desta perspectiva totalizante, as condições do *trabalhador* – e não apenas aqueles da construção civil, ou ainda os assalariados – não são separadas do modo como a *força de trabalho* está inserida no sistema, que inclui na sua lógica o enfrentamento de classe. Deste ponto de vista, a militância junto à periferia autoconstruída ganha outros significados, pois não se trata de um “encontro com o *povo marginalizado*” junto com o qual a prática dialógica o *insere* na *nação* como *cidadão*, por meio de atuação política ou profissional nas formas da sua *reprodução* e na sua possibilidade de *consumo* (que é outra maneira de inclusão). Há aqui uma dimensão política no urbano que difere tanto da sua categorização como *lôcus*, materialização espacial da luta de classes ou ainda propriedade a ser regulada pela ordem institucional. Trata-se

acúmulo de materiais dispensáveis, o rebaixamento de salário contido na autoexploração da precariedade, o individualismo da favela no momento de maior coletivização do trabalho da história, a propriedade da terra sem livre disposição da própria força de trabalho, o “valor de uso da miséria”, entre outros.

diretamente das contradições do capital, no seu enfrentamento com o *trabalho na produção* – nas quais a dinâmica da terra comparece como elemento interno à lei do valor e, portanto, determinada pelas relações de produção. Nesta relação há *sujeitos políticos determinados*: trabalhadores, não marginais, excluídos, oprimidos, inconscientes, etc.

Marx, ao descrever a manufatura, fala desta indissociabilidade entre a origem da forma capital e o *caráter técnico* desta forma de organização das relações de *trabalho*:

“O incremento progressivo do volume mínimo de capital em mãos de capitalistas individuais ou a transformação crescente dos meios sociais de subsistência e dos meios de produção em capital é portanto uma lei que decorre do caráter técnico da manufatura”; e, em nota: “A concentração dos instrumentos de produção e a divisão do trabalho são tão inseparáveis uma da outra quanto na área da política, a centralização dos poderes públicos e a divisão dos interesses privados” (MARX: 1983 [1867], 282-3).

Rodrigo Lefèvre (1981), que acompanhou de perto as formulações de Sérgio Ferro, acompanha a crítica deste ao enxergar a autoconstrução como produção interna e coerente ao sistema capitalista, portanto, não como marginalidade ou produção *no espaço*¹⁷⁵. No entanto, Lefèvre estava preocupado com a necessidade imediata de organização popular por meio desta produção, e procurava fazer esta mediação por meio da *educação*. Tal educação que media teoria e prática foi retirada, novamente, de Paulo Freire e seu método. Para Lefèvre, a educação, no canteiro, se situa dentro da perspectiva do momento¹⁷⁶, no qual a palavra de ordem era reconstruir a democracia. Note-se que a *saída pela educação* tem direcionamento político, que pauta, segundo o arquiteto, um *período de transição democrática*. Nele, acompanhando o pensamento de Gramsci, citando Umberto Terrasini:

“A busca da nova sociedade não é apenas o ato de conquista dos meios de produção, mas é, sobretudo, através desta conquista, a transformação cultural da consciência de todo o povo, e a construção de uma vontade coletiva. A estratégia de transformação nacional tem que passar pelo exercício da hegemonia política e cultural de todo o povo para a construção dessa vontade coletiva” (LEFÈVRE: 1981, 46. Grifos acrescidos).

O canteiro da autoconstrução, nestes termos, seria local privilegiado de produção de consciência e de conhecimento por meio do trabalho coletivo, sendo que a unidade entre o fazer e o pensar são foco das preocupações do ensino e da formação popular naquele momento. Lefèvre, por meio de Paulo Freire, entende a educação como prática de libertação das potencialidades criadoras da consciência humana que, no canteiro de obra, tem a ver diretamente com a unidade dialética entre o projetar e construir a cidade, segundo as necessidades dos trabalhadores, em transformação cotidiana rumo à sociedade socialista. Organização popular, aqui, é entendida como mobilização em grande escala destas “capacidades criadoras”, que só se desenvolvem por meio do trabalho coletivizado, cuja estrutura pressupõe a unidade entre fazer e pensar. Se esta unidade, para Paulo Freire, está na

¹⁷⁵ “Na verdade, a construção da cidade é feita dentro do modo de produção capitalista” (LEFÈVRE: 1981, 34). “(...) Não se trata de contemplar o espaço físico – como lugar em que se dá a transformação da força de trabalho ou lugar em que se dão os processos de circulação; ou seja, lugar dos processos de criação ou realização da mais-valia. O problema, pelo contrário, consiste em considerar o espaço físico, não como um bem dado no qual se deve redescobrir o valor de uso, mas como um recurso do qual – em suas partes ou elementos constituintes – dever-se-á considerar o modo em que entra para fazer parte do processo de criação ou realização da mais-valia” (Folin In LEFÈVRE: 1981, 36).

¹⁷⁶ Sua dissertação de mestrado, material aqui utilizado para perfazer o pensamento do arquiteto, foi defendida em 1981 e carrega a experiência prática e teórica dele durante a década de 1970.

educação popular (“criação de consciência”) realizada por meio das “situações problema”, ou seja, da concretude cotidiana dos trabalhadores¹⁷⁷; para Lefèvre ela está no plano da produção autogerida da cidade, na qual o fazer (construção) não se descola do pensar (projetar), retomando a crítica de Sérgio Ferro em relação à separação entre desenho e canteiro promovida pelo capital.

Note-se que, aqui, unem-se duas linhas que se mostravam inicialmente opostas: a formação do sujeito político por meio da sua condição de trabalhador historicamente determinado – transformado em força de trabalho dentro do processo produtivo capitalista e conformado pelo fetiche da mercadoria na medida em que aliena sua capacidade produtiva e reifica-se em mercadoria ele mesmo; e, de outro lado, a concepção de origem na tradição católica radical latino-americana na qual o trabalho é considerado do ponto de vista do *trabalho em geral* e tem caráter ontológico e, feito coletivamente, promove *consciência popular* – não de classe – rumo à construção de uma *nova cultura*. Lefèvre aqui procura deixar claro que entende as implicações desta aproximação, separando a análise teórica – na qual considera os nexos entre a autoconstrução e o trabalho historicamente determinado no capitalismo¹⁷⁸ – das proposições práticas (um “canteiro-escola”¹⁷⁹), de caráter declaradamente utópico. O arquiteto faz questão de declarar este caráter não pela impossibilidade prática de seu conteúdo, mas pelas implicações negativas de sua execução numa época que não fosse de transição: a penúria da precariedade ligada ao rebaixamento do valor do trabalho.

Esta contradição, no entanto, era central no período. E, veja-se, está ligada não apenas ao fato em si (que, como visto acima, ainda assim tem relevância questionável do ponto de vista das especificidades do capitalismo dependente), mas à função que cumpre dentro da produção acadêmica, rompendo sua vinculação com a possibilidade de organização popular autônoma na produção da cidade. A saída desta contradição é bastante significativa pelo grau de fragilidade no qual é baseada, tendo implicações até hoje. Ela se concretizou historicamente por meio da noção de *participação*, que resolve uma série de contradições ao mediar as *partes* sem alteração do todo – atuando, portanto, na esfera social da *circulação*, das trocas entre indivíduos, na qual o *aspecto jurídico* é central. Altera, portanto, a *distribuição de poder social*, não as *relações de poder*, originadas nas *relações de produção*.

Isso traz consequências imediatas à noção de Estado: se o Estado socialista (de transição, portanto) atua diretamente na socialização dos meios de produção, o Estado

¹⁷⁷ “Para que a educação venha a ser popular, é necessário, segundo esta concepção, que seja um processo de aprendizagem constante na medida em que se vai descobrindo e interpretando a realidade social, para transformá-la através de uma ação organizada (...)” (LEFÈVRE: 1981, 231).

¹⁷⁸ A principal implicação que Lefèvre discute é aquela trazida por Francisco de Oliveira, na qual a autoconstrução rebaixaria o valor da força de trabalho.

¹⁷⁹ “A proposta, em termos sucintos, consiste em pensar no que poderá ser, numa época de transição para uma estrutura nova de sociedade mais humana do que a de hoje, a montagem de uma espécie de escola, onde cerca de 2.000 migrantes (...) possam vir a produzir, durante alguns meses, o seu local de moradia, casa e bairro, sendo que para esta produção o Estado contribui com terra, material de construção, abrigo provisório e alimentação, métodos pedagógicos de alfabetização e de formação profissional. Não se deve confundir esta proposta com a proposta de um modo de produção geral, válido para toda a sociedade. Trata-se (...) apenas de um ‘modelo de uma produção’, que vai envolver pessoas efetuando uma produção cultural e uma produção material com características específicas e determinadas. Vai ser autoconstrução, autogestão, não autosuficiência, permeadas por um processo de formação e de aprendizagem de algumas atividades profissionais, aquelas ligadas à construção, com vistas ao retorno de seus participantes ao modo de produção geral adotado pelo conjunto da sociedade” (LEFÈVRE: 1981, 3).

democrático media as partes, dando-lhes voz, mas sem mudar sua posição na produção, ou seja, sem lhes garantir o poder. Afinal, o trabalhador *faz parte* da produção e, como sujeito de *direitos* – como proprietário de sua força de trabalho, que *é vendida de maneira justa* (segundo Marx) – *participa da distribuição* da produção social *por meio do Estado*. Esse pensamento decorre do “esquecimento” de um dado inicial: a força de trabalho, na produção capitalista, é uma *mercadoria*, colocada em movimento *por quem a compra* e, portanto, há uma desigualdade anterior à distribuição da riqueza social, que a determina. Este desentendimento é origem de certa utopia democrática, na qual impera a crença numa igualdade inexistente no plano concreto das relações sociais.

Lefèvre dá pistas deste deslocamento, que é muito tênue no período, em que se discutia “qual democracia queremos” e, portanto, qual Estado vamos construir por meio da mobilização popular. Na sua perspectiva, a autoconstrução como ato coletivo (diverso da solução individual existente), realizada por meio do Estado, “Pelo fato de ser anseio, projeto, vontade coletiva de todos, organizações de trabalhadores poderiam se formar para implementar métodos construtivos mais eficazes do que aqueles com os quais cada trabalhador faz isoladamente a sua casa” (LEFÈVRE: 1981, 40). O arquiteto, ao falar do “período de transição” está claramente falando de um Estado socialista:

“Trata-se, então, da época de transição entre a sociedade atual e a sociedade em que o poder político, representante efetivo de toda a sociedade, converta em propriedade pública os meios sociais de produção, que escapam das mãos de alguns poucos. Com este ato, os participantes do poder político definirão os meios de produção da condição de capital e darão plena possibilidade para que seu caráter social se imponha. Será possível, então, uma produção social segundo planos previamente elaborados. Cessará a produção de ‘mercadorias’ e, com ela, o domínio dos possuidores dos produtos sobre os produtores. Terminará a anarquia da produção no seio de toda a sociedade. Esse desenvolvimento da produção transformará em anacronismo a sobrevivência das classes sociais diversas. À medida que vai desaparecendo a anarquia da produção social, vai-se diluindo também a autoridade política do Estado” (LEFÈVRE: 1981, 45. Grifos acrescentados).

Aqui, *participar* significa ter domínio dos meios de produção. No entanto, *participar* no método Paulo Freire está no plano cultural, das relações de *opressão*, nas quais o centro está na *mediação da comunicação das consciências*. Embora distantes, estes diferentes entendimentos foram sendo moldados pelo fluxo histórico, se amalgamando por meio da experiência concreta da redemocratização do país – na qual se envolveram diversos setores sociais. Assim, retomando a fala de Maricato, entende-se a indiferenciação de seu discurso frente a uma série de correntes políticas diversas, cujo entendimento do papel do trabalho na luta política tem muitos significados. Efetivamente é muito raro que estas linhas apareçam de forma pura (até porque suas forças sociais respectivas precisam fazer alianças), e há quem veja o discurso de uma na prática de outra. No entanto, mais do que alianças, percebe-se que tal amálgama foi historicamente construído pelas forças sociais em questão, que trabalhavam lado a lado, conformando uma forma específica de atuação política junto à produção do urbano na década de 1980, já em meio à consolidação do PT. Interessa aqui o movimento histórico das predominâncias e confluências destas práticas e discursos, que conformaram certo cenário da luta de classes no urbano do período. Maricato, porém, utilizando-se da hipótese de Oliveira, parece homogeneizá-las enquanto práticas *generalistas* e *utópicas* de

atuação política organizada na autoconstrução (embora já estivessem em prática há duas décadas), fadadas ao romantismo:

“Esse aspecto da natureza essencialmente ideológica não ocupa o centro de nossa preocupação e não interessa abordar apenas o mutirão em si (as características artesanais do processo), mas principalmente relacioná-lo a um quadro mais amplo que é o do atual estágio do desenvolvimento do capitalismo em alguns países dependentes, através do papel que a autoconstrução ocupa na reprodução da força de trabalho e na forma que assume o crescimento das áreas metropolitanas, sob a égide de grande indústria oligopólica” (MARICATO: 1982 [1976], 73. Grifos acrescidos).

Tal argumento – muito bem embasado – é montado sobre a seguinte lógica: 1. a autoconstrução é uma determinação histórica (“não há outra escolha possível” (Op.cit. p. 73)); 2. Atuar politicamente sobre ela não altera sua condição estrutural; 3. Tal condição é relacionada ao seu “papel” (função) na reprodução da força de trabalho; 4. O Estado tem responsabilidade nesse campo, mas

“É importante notar que na atual fase de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a máquina administrativa do Estado ignora a reprodução da força de trabalho para investir em setores economicamente mais dinâmicos, onde a reprodução do capital se faz de maneira segura e mais rápida. Além de funcionar como um instrumento do capital privado, ele passa a funcionar também como um investidor capitalista, procurando reproduzir o seu capital” (MARICATO: 1982 [1976], 79-80);

5. Esta é uma característica transitória de um Estado “centralizador e elitista”, que “não investe significativamente na reprodução da força de trabalho”, acompanhado de salários que não cobrem tais custos.

A lógica parece levar a uma conclusão: a necessidade de disputar a ação estatal – naquele momento sob domínio militar –, pressionando o uso de recursos públicos nos custos da reprodução da força de trabalho – como foi feito da Europa (argumento de Oliveira). Note-se que se tem em mente determinado Estado: de bem estar social. No entanto, tal lógica não é dialética. Se fosse, chegaria à seguinte contradição, que é derivada do primeiro termo: a autoconstrução é uma determinação histórica, *a mesma deste Estado brasileiro e da nossa inserção no capitalismo global*. Estado de bem estar social é uma configuração histórica que faz parte de certo desenvolvimento das forças produtivas no centro do sistema, não entre os países dependentes. Por que a atuação neste Estado *brasileiro* seria diferente da atuação na autoconstrução, se são contrapartes de uma mesma unidade dialética? Por que esta escolha política não poderia também ser definida como “ideológica” ou “romântica”¹⁸⁰? Pois bem, *poderia*. Mas *não seria* se fosse combinada à ação popular de maneira coerente, *numa mesma estratégia*, que deveria direcionar tais forças num mesmo objetivo. Esta *estratégia* comum foi desenvolvida, então na década de 1980, dentro do PT, como veremos a seguir.

¹⁸⁰ Note-se que, no desenrolar histórico, a opção política pelo planejamento urbano também adquiriu caráter utópico na medida em que toda a legislação conquistada (principalmente o Estatuto das Cidades) teve pouca aplicabilidade em face aos mecanismos de mercado presentes no urbano; bem como as políticas públicas desenhadas (com destaque para o Plano Nacional de Habitação - PlanHab) foram suplantadas (tornando-as também não aplicadas) pelo Minha Casa Minha Vida, que colocou em operação uma grande articulação entre Estado e Capital no urbano. Estas questões serão aprofundadas no Capítulo 2.2.

Capítulo 1.3 Um projeto democrático específico: o Partido dos Trabalhadores

3.1 O Partido dos Trabalhadores e o Urbano como Reforma Urbana

A hipótese aqui é a de que todo este processo de confluências de ideias e práticas junto à construção do urbano pelos trabalhadores vistas no Capítulo 1.2 desembocou, no início da década de 1980, numa forma histórica única, o *mutirão autogerido*, que nasce do amálgama descrito anteriormente quando encontra, em 1982, a experiência uruguaia das Cooperativas de Vivienda. Não sendo um, nem outro, nem a pureza de nenhuma das linhas descritas, sendo todas elas e as contradições decorrentes disso, o mutirão autogerido é *interno* à Estratégia Democrática Popular, formulada pelo PT. É dentro desta totalidade que ele faz sentido, pois não se trata de uma experiência autônoma dos trabalhadores, ou uma materialização dos ideais acadêmicos, ou a militância das assessoriais técnicas, ou ainda a consolidação da solidariedade cristã, a ampliação da consciência do “povo”, a liberação de sua potencialidade criativa etc., ainda que seja um tanto de tudo isso.

O que acontece fundamentalmente na passagem para a década de 1980 e que cristaliza esta forma “única” é o direcionamento das lutas dos trabalhadores para a construção de uma *nova democracia*, na qual, na constituição da política (seu campo e forças sociais), se encontravam dialeticamente práticas e ideias autônomas contraditórias ou coerentes entre si, com a possibilidade aberta de formação de uma *nova institucionalidade* – não apenas dentro do Estado. Nestes termos, interessa a *instituição* como formalização e cristalização de práticas que passam a ser *legitimadas e reguladas* socialmente, sendo o Estado um dos momentos desse processo, cujo alcance o intensifica (uma mudança dialeticamente quantitativa e qualitativa, como será abordado na segunda parte desta tese). Pretende-se, com este entendimento, não dualizar Estado e sociedade civil, na medida em que a dinâmica mais decisiva parece ser a conformação de uma *forma social* própria, como unidade dialética, a Estratégia Democrática Popular.

Nesse direcionamento para o campo institucional, no campo da produção das ideias, parece ter parte a influência do Cebrap na USP, em particular na FAU, origem de muitos

formuladores das políticas públicas no período seguinte. Assim, a saída pelo Estado *reformado* aparece no final de muitos dos textos influentes da época¹⁸¹, assunto inexistente alguns anos antes, quando a pauta era a atuação na autoconstrução como produção autônoma dos trabalhadores. A experiência uruguaia – que traz esta confluência entre a organização dos trabalhadores e o Estado, com particular papel dos técnicos universitários – foi tão rapidamente disseminada na Grande São Paulo pois dava sentido para esta forma histórica que se consolidava, necessitando de um modelo (que tinha se institucionalizado no Uruguai desde 1968). Parece coerente, neste sentido, que nem toda a experiência uruguaia tenha sido partilhada, devido às condicionantes desta absorção, como será visto adiante.

Há, então, um processo de *conformação* das experiências variadas de mutirão e de trabalho de base junto à autoconstrução das décadas 1960 e 1970 em *mutirão autogerido*, sintetizando muitas das práticas dos diversos “novos personagens” (SADER: 1995 [1988]) que pautavam a organização popular, mas que estariam dentro de um mesmo guarda-chuva: o campo *Democrático Popular*. A saída institucional dava “solução” às contradições do debate e das práticas no urbano anteriores nos seguintes termos: 1. Mais importante do que o trabalho coletivo, é a gestão coletiva (não autônoma); 2. Para escapar das armadilhas do rebaixamento de salário, é necessária a disputa do fundo público; 3. O fundo público é a mediação necessária para que a autoconstrução se transforme em mercadoria, repassando seus custos para o capital por meio dos impostos; 4. Para ser *parte* (nos termos vistos no capítulo anterior) da distribuição de poder social sem alteração das relações de poder, é necessária a geração de mercadoria, consolidada na propriedade privada; 5. A força de trabalho não remunerada como *não-participação* na produção de mais-valia deve ser entendida como trabalho socialmente necessário à reprodução de uma forma específica de Estado (e de democracia), no qual a *participação* da “sociedade civil organizada” pressupõe o trabalho concreto na sua fundação e manutenção; 6. O Planejamento Urbano deve se consolidar como a contraparte do trabalho na construção da casa como produção de cidade, *na medida em que* o autoconstrutor é proprietário (em movimento ou em potência) e *deve participar* do seu gerenciamento (como *parte* interessada).

Assim, percebe-se que o Mutirão Autogerido perfaz uma unidade dialética com o Planejamento Urbano *não apenas na face aparente das políticas públicas (a distribuição da riqueza socialmente gerada)*, mas, principalmente, na sua essência: o *trabalho na produção* permanente de uma *determinada sociedade civil organizada*. Esse *trabalho*, no campo Democrático Popular, funda sua forma política específica, a da conciliação, na medida em que tem grande capilaridade social por meio da integração do sujeito político como *trabalhador* (seja na construção civil, seja na educação, na saúde, etc.), porém deslocando-o, permanentemente, para seu estatuto de gestor social. Este deslocamento pode ser entendido dentro da forma do capital, que tende à autonomia em relação à sua origem no trabalho. O fetiche assim produzido faz crer que este já não existe, embora permaneça originador da estrutura social e gerando contradições. As consequências desta autonomia, aumentada durante o período de governo federal do PT, serão desenvolvidas na Parte 2 desta tese.

¹⁸¹ Ver KOWARICK: 1979, MARICATO: 1982 [1976], SINGER: 1982 [1978], BONDUKI: 1982 [1978], OLIVEIRA: 1982 [1979].

Na Estratégia Democrática Popular, Estado e sociedade civil organizada (na forma de movimentos populares) são, portanto, uma unidade dialética. Foi necessário dar a ela um lugar e Juarez Guimarães, militante do PT (hoje professor de Ciência Política na UFMG), definiu em 1990 essa possibilidade estratégica, que foi marca do partido naqueles anos (em que a gestão de Luiza Erundina em São Paulo foi muito devedora, principalmente no campo urbano). Trata-se da “Estratégia da Pinça” que, por sua importância no debate, vale a longa citação:

“Há uma aparente contradição nos próprios termos do debate sobre o socialismo e a estratégia para alcançá-lo. Pois o PT é um partido essencialmente pragmático. Ele só enfrenta os problemas que a realidade lhe coloca e que pode resolver. Há uma relação direta entre nosso objetivo de construir uma democracia socialista e o nosso campo estratégico: a luta política de massas, a partir de uma posição política independente dos trabalhadores, que busca construir uma hegemonia socialista na sociedade. (...) Esta opção estratégica difere muito da posição que foi majoritária durante décadas na esquerda brasileira – a noção de uma revolução de caráter democrático-burguês, defendida pelo PCB, que tinha como desdobramento imediato a perda de independência política dos trabalhadores –, e também das propostas foquistas ou sectárias, que acabam por substituir o movimento real dos trabalhadores pela ação de uma vanguarda popular e heróica. Exatamente por ser uma opção de luta pela democracia socialista, esta opção estratégica exige a ruptura com o Estado burguês. Isto é, exige o desmonte de suas estruturas de repressão, dos inúmeros mecanismos da burocracia através dos quais o grande capital faz valer os seus interesses. Exige, além disso, a criação de uma nova legalidade assentada em uma nova concepção de representação política e de exercício de poder. A criação desta possibilidade de ruptura com o Estado burguês deve ser entendida como um processo consciente de construção de uma dualidade de poderes. (...) Neste sentido, a hipótese estratégica central deve basear-se na noção de que a ruptura com a ordem burguesa será o resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre o centro de poder burguês, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação de poder popular (...) Ela procura superar o falso dilema entre “guerra de movimento” e “guerra de posição”, ou mesmo o entendimento que vê estas duas modalidades de ação dos trabalhadores como fases sucessivas no tempo. Adota a visão de um confronto de massas prolongado contra o Estado e o grande capital, uma “guerra de movimento prolongada”, onde a ocupação de posições está desde o início subordinada a esta estratégia de ruptura com a ordem. (...) A partir desta perspectiva, o partido revolucionário deve cumprir o papel insubstituível de “articulador da pinça”, isto é, dirigir o duplo movimento dos trabalhadores na institucionalidade e nas lutas sociais – sobre os centros de dominação burguesa. Para ser capaz de cumprir esta função, o partido não apenas tem de ter construído a crítica programática da institucionalidade burguesa, como ter o seu centro de gravidade organizacional junto ao processo de criação dos organismos de poder popular. (...) Os organismos de poder popular correspondem à incorporação de dezenas de milhões ao processo da luta de classe. São a força orgânica da revolução. Constituem os instrumentos do aprendizado das grandes massas na arte de governar. O ritmo e as formas de construção do poder popular devem estar sincronizados, subordinando o acúmulo dos trabalhadores no campo institucional. Devem se articular com a luta pela construção de uma hegemonia democrática e popular. Sua massificação só ocorrerá no próprio processo de gestação de uma crise revolucionária. O que se trata hoje é de construir embriões, de realizar um esforço concentrado para superar os limites corporativos dos organismos de tipo meramente reivindicatório, para conquistar a legitimidade das organizações populares que minem e conflitem com o poder do capital e do Estado” (GUIMARÃES: 1990. Grifos acrescidos).

Percebe-se que o PT, como “articulador da pinça”, teve um papel histórico fundamental, que não pode ser retirado dos termos do debate aparentemente acadêmico entre o mutirão autogerido e o planejamento urbano que se delineou no início da década de 1980, justamente a fundação do partido. Não é possível desvincular o processo de produção das ideias do chão histórico em que elas são produzidas. Houve uma séria quebra no final da

década de 1970, na qual havia um campo de disputa aberto com as demonstrações de abertura da ditadura após a anistia. A autoconstrução e o debate sobre ela estão neste cenário, que era diferente daquele do final da década anterior, quando Sérgio Ferro escreveu sobre as determinações da construção civil no Brasil. Entrando em choque com Artigas, vinculado ao período anterior, do nacional-desenvolvimentismo do PCB, o arquiteto, entre os dois períodos, engatou sem continuar a polêmica com Oliveira, debate que definiu os rumos posteriores. Esse ponto cego entre o PCB e o PT é fundamental para a compreensão do período atual de crise da esquerda.

O ponto cego foram as experiências práticas e teóricas que se desenvolveram na década de 1970, “perdidas” entre um paradigma e outro e, por isso mesmo, de grande autonomia. Ruy Braga define este período como um momento de rebeldia operária, baseado numa “espécie de consciência prática crítica” (BRAGA: 2012, 156). E esta conjuntura era formada também pela confluência entre a fábrica e o lugar de moradia:

“Por detrás dessas formas defensivas de protesto encontraremos relações de solidariedade que foram sendo construídas ao longo dos anos e cujas fontes podem ser percebidas tanto dentro – despotismo fabril, discriminação racial... – quanto fora das fábricas – participação em associações de amigos de bairro, manifestações culturais, igrejas... (...). Mesmo a aquisição de moradia, conquista frequentemente associada ao esforço individual do trabalhador, transitava de dentro para fora das fábricas e retornava os locais de trabalho na forma de um incremento da solidariedade classista. Antes de mais nada a casa própria apareceu aos olhos dos operários como a principal estratégia de defesa contra insegurança, para logo se transformar em um signo de distinção social, uma incontestável demonstração de progresso individual. Além disso, os mutirões populares para construção da casa própria usualmente serviram para fortalecer os laços de solidariedade criados nos locais de trabalho, retroagindo positivamente sobre as relações sociais dentro das fábricas” (BRAGA: 2012, 157).

Ele dá como referência desta constatação, justamente, o texto referido de Maricato de 1979. É muito diferente, assim, falar em autoconstrução ou mutirão neste período, comparando-o com o seguinte, já sob construção do PT, quando a “estratégia da pinça” no campo urbano resultou na fundação, em meados da década de 1980, do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). Nele, o campo da autoconstrução está totalmente subsumido à determinada lógica institucional, na qual *aparece* apenas o amálgama autônomo (conformado no *cidadão de direitos*) que parece obscurecer o trabalhador por detrás – ou melhor, na origem – das relações de propriedade, que são a base *contraditória* dos seus três “fundamentos”: Direito, Gestão e dimensão social da propriedade.

“O Fórum Nacional de Reforma Urbana é um grupo de organizações brasileiras que lutam por cidades melhores para todos nós. São movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa que querem promover a Reforma Urbana. O que isso quer dizer? Significa que precisamos lutar por políticas que garantam direitos básicos de todos, como moradia de qualidade, água e saneamento, transporte acessível e eficiente. Estamos organizados em todas as regiões do Brasil. Nosso trabalho é mobilizar pessoas e entidades para mudar as injustiças das nossas cidades. O FNRU se fundamenta a partir de três princípios fundamentais. O primeiro deles é o Direito à Cidade. Acreditamos que todos os moradores das cidades têm direito à moradia digna, aos meios de subsistência, ao saneamento ambiental, à saúde e educação, ao transporte público e à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação. Para que isso tudo aconteça na prática, nos focamos em nosso segundo princípio, a Gestão Democrática das Cidades. Ou seja, os cidadãos têm que participar das decisões fundamentais para o futuro das cidades. As prefeituras e Câmaras de Vereadores devem abrir o diálogo com a sociedade antes de decidir os destinos da cidade. Nosso terceiro princípio tem

a ver com os outros dois: acreditamos na Função Social da Cidade e da Propriedade. O espaço das cidades tem que servir, antes de tudo, aos interesses coletivos da grande maioria. O Fórum Nacional de Reforma Urbana existe desde 1987. Em todos esses anos, estimulamos a participação social em conselhos, organizamos cursos de capacitação de lideranças sociais, discutimos a elaboração de planos diretores democráticos para as cidades. Uma de nossas maiores conquistas é o Estatuto da Cidade, uma lei que ficou parada 12 anos no Congresso e foi aprovada devido à pressão popular” (Disponível em: < <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1406> > acessado em 11 de fevereiro de 2018).

No FNUR fica clara a “Estratégia da Pinça”, no amálgama entre a mobilização popular e a via institucional, elemento central para a compreensão da forma específica do Estado para a Estratégia Democrática Popular: há todo um campo de capilarização do mesmo para dentro da sociedade civil, formando uma zona de indiferenciação subsumida à forma institucional, ainda que não interna ao aparelho estatal. Rizek comenta sobre esta definição:

“Diante desse quadro de constituição de um governo moral dos pobres, que ganha operadores e modos de operação que poderiam ser identificados como margens do Estado, localizando-se em zonas de indeterminação ou zonas de indistinção entre o Estado e o que acabou sendo chamado de sociedade civil, no cruzamento da constituição da demanda de cada programa e dos protagonismos e formas de participação requeridos para que o ‘bom beneficiário’ acabe contemplado, cumprindo as constitucionalidades de cada benefício, uma nova injunção que coloca no horizonte interrogações a respeito da vida cotidiana” (RIZEK: 2016, 218).

Há uma unidade dialética entre estas duas esferas, sintetizadas na categoria *participação*, na qual se encontram *trabalho e capital* transfigurados em *povo e Estado*: no primeiro, a reprodução das relações de poder como contraparte das relações de produção e, no segundo, o comando deste processo produtivo. Percebe-se que, aqui, o trabalho comparece como elemento do capital, como *força de trabalho* subsumida de maneira *real* a ele, na medida em que se reconfigura internamente (qualitativamente) para dar resposta a novas relações de reprodução social – geridas de maneira centralizada no Estado. Incorpora, internamente à sua forma, a forma capital, *conformando-se como força de trabalho*, mercadoria separada do trabalhador, vendida e reproduzida internamente a esta lógica – especificidade do fetiche da mercadoria. Daí a noção de conciliação de classes, entendida agora por dentro da sua produção, não a partir da distribuição de (pequenos) poderes.

Vea-se que o Mutirão Autogerido faz *parte* deste Estado próprio à Estratégia Democrática Popular, internamente a ele, na medida em que entendemos este último não apenas como aparelho estatal, mas unidade de gestão da forma institucional dentro da sociedade civil – ou, visto de outro ângulo, unidade do processo produtivo pelo capital, na sua forma estatal, como mediadora jurídica das relações de troca e, portanto, gestora das relações de poder geradas nas relações de produção. Fruto do encontro dos diversos componentes trabalhados até aqui, o Mutirão Autogerido também sintetiza historicamente as contradições deste processo, no qual certos elementos ganham prevalência sem, no entanto, acabar com outros imediatamente contrários ou resistentes – particularmente presentes neste campo de indiferenciação, que é composto de diversos graus de subsunção. Nesse sentido, parece útil colocar lado a lado os pontos de vista (que não são apenas ideais, mas fazem parte da concretude das práticas do mutirão autogerido na década de 1980) do movimento popular e dos técnicos universitários que montaram conjuntamente esta forma. Ainda que existam

muitas divergências internas nos dois campos, algumas falas são representativas desta discussão.

“As entidades nacionais de luta por moradia, atuando em todos os estados brasileiros, estão construindo a reforma urbana na prática cotidiana. A construção de alternativas e a luta por participação nos diversos níveis é a marca dessa atuação. A autogestão tem sido uma bandeira histórica onde os movimentos reivindicam a condução e a gestão dos processos habitacionais pelas próprias comunidades. Entende-se essa prática como uma maneira de construir moradia com melhor qualidade e adequada às necessidades daquela comunidade e com custos menores que o mercado. Ao mesmo tempo, é uma maneira de fortalecimento e capacitação para que as famílias compreendam todo o processo que envolve a conquista de seu direito, desde o terreno, a origem dos recursos, a negociação com agentes políticos e a forma de produção da moradia. É um processo politizador que além de construir a casa, constrói o cidadão que nela vai morar, e fortalece os laços comunitários para novas lutas. O fortalecimento dos atores políticos é o grande objetivo (...)” (Carta elaborada a partir do Encontro Nacional da UNMP de 2006 In PERCASSI: 2008, 119-120. Grifos acrescidos)

Segundo Evaniza Rodrigues, liderança popular do Movimento Sem Terra Leste 1, que compõe a UMM (União dos Movimentos de Moradia) localmente e, nacionalmente, a UNMP (União Nacional dos Movimentos de Moradia):

“(...) O conceito da autogestão não envolve uma construção que se opõe ao Estado, ou que atua em paralelo, mas uma ação voltada para a transformação do Estado, para que não seja mais uma estrutura a serviço do capital e da dominação de classes. A autogestão também tem sido um espaço de resistência contra as políticas que pregam a diminuição do Estado e sua retirada das políticas públicas do habitat em favor do mercado” (RODRIGUES: 2013, 26. Grifos acrescidos).

“A formação do grupo para a ação coletiva vai trabalhar com a valorização de conceitos, como participação, ajuda mútua, saber popular, solidariedade e utopia, como motivadores da ação. Mais recentemente, se opõe à noção de acesso a direitos como simplesmente acesso ao mercado, bandeira neoliberal que preconiza que, se o trabalhador tiver renda e o mercado imobiliário fornecer o ‘produto’ moradia em escala, não é necessária a ação direta do Estado. Os movimentos populares defendem as políticas públicas e se opõem a essa visão de acesso a direitos por meio apenas da ampliação do consumo, seja de moradia, saúde ou educação privada” (RODRIGUES: 2013, 29. Grifos acrescidos).

Esta forma de inserção do trabalho na estratégia política do movimento popular objetivaria dois grupos de transformações, que aconteceriam simultaneamente: um interno à classe trabalhadora, e outro na estrutura social. Internamente, promoveria melhora nas capacidades econômicas, técnicas, sociais e políticas dos setores populares. Haveria o desenvolvimento de uma *consciência crítica individual*, por meio do trabalho, que conformaria maior *organização coletiva* contra a *cultura* do imobilismo e individualismo. Isso seria acompanhado pela descentralização da gestão da vida, com avaliação coletiva permanente e responsabilidades compartilhadas. A aproximação com Paulo Freire é base de formulação da educação popular promovida:

“Consideramos ainda que uma educação popular que se pretende transformadora no sentido da construção de um poder popular organizado deve se pautar primordialmente pela construção e reafirmação permanentes de sua autonomia, possíveis somente a partir da formação de sujeitos políticos conscientes e protagonistas de suas ações - e que essa formação depende de uma prática educativa que proporcione a incorporação do conhecimento em novas formas de agir (Gramsci, 1978)” (PERCASSI: 2008, 25-6. Grifos acrescidos).

“Tais ações partem do pressuposto de que a relação do processo educativo e formativo com relação aos procedimentos de obra não deve se restringir ao melhor entendimento pelos mutirantes do projeto construtivo e sua capacitação para a construção mesma, mas sim ter como objetivo a organização social, a apropriação e gestão por essa mesma comunidade em formação dos meios de realização de suas necessidades, que nesse momento se manifestam na construção habitacional, mas não se bastam nela” (PERCASSI: 2008, 36. Grifos acrescidos).

O segundo grupo de transformações, na estrutura social, trata de contrapor a “cidade-mercadoria” (fruto das relações de trabalho capitalistas, onde o trabalhador é separado dos seus produtos de trabalho e, portanto, da cidade) à chamada “cidade-direito” (centralizada na entidade estatal constituída de forma participativa, na qual os trabalhadores teriam acesso retroativo aos seus produtos de trabalho, a cidade). Nesta “cidade-direito” é que se pauta o movimento de Reforma Urbana originado na década de 1980. Fica claro que tal cidade não é uma determinação jurídico-legislativa, mas se baseia na reprodução de cidadãos *conscientes e participativos*, cuja origem é a autogestão na produção da casa.

“Os primeiros documentos produzidos pela União dos Movimentos de Moradia já apontavam para a necessidade de informar a população a respeito das dinâmicas de segregação na cidade e das formas de funcionamento do Estado para atender às demandas por habitação, e, ao mesmo tempo, defender a autogestão como princípio educativo, através do qual os indivíduos passariam a perceber a importância de sua ação, colocando o seu saber e sua experiência à disposição do coletivo” (PERCASSI: 2008, 119. Grifos acrescidos).

Ao experimentar novas formas e meios de produção, surgiriam novos produtos e, portanto, outra cidade. A moradia, produzida por meio do trabalho não vendido como mercadoria, teria seu valor de uso priorizado, enfrentando a *lógica* capitalista. E, com este estatuto do produto do trabalho humano reapropriado, seria possível a racionalidade do projeto de arquitetura, a adequação da técnica ao trabalho e ao canteiro de obras. Neste sentido, a potência da relação entre trabalho e arquitetura teria como meta a construção de uma nova ordem, baseada na economia solidária (rompimento com a alienação no trabalho e a apropriação individual dos seus produtos). Seu lugar cultural seria na formação do homem social, na qualidade de vida baseada nas necessidades coletivas (e não individuais), na construção da vida comunitária, na geração de outro tecido social e de outra cultura.

“Enrique Ortiz apresenta essas experiências e práticas como forma ‘de retirar o hábitat e a habitação da conceituação que os reduzem a meros objetos mercadoria, para tentar recuperar a sua função social, cultural e humana, e esclarecer as muitas interações que os potencializam como fatores de desenvolvimento e organização social, ordenamento territorial, uso do solo, preservação ambiental e fortalecimento da economia social e solidária” (RODRIGUES: 2013, 26. Grifos acrescidos).

Os técnicos universitários não se posicionavam contra nenhuma destas posições, que eram parte do contexto histórico do momento. No entanto, seu campo profissional diferenciado, que os levava diretamente para o enfrentamento das *relações de trabalho*, trazia outras questões, que se baseavam também numa série de influências teóricas e referências arquitetônicas, urbanísticas e de processos produtivos próprios ao seu *métier*. Há, aí, um envolvimento e também uma autonomia própria deste grupo social, que se mostrará cada vez mais importante ao longo desta tese. Segundo João Marcos de Almeida Lopes, que participou deste momento:

“Se aceitarmos o movimento popular e seus promotores como um agente das dialogias que fazem atravessar o microcosmo da política na sua estrutura global, imaginava-se, num determinado momento e até mesmo como projeto político (...), que o mutirão autogerido favoreceria um processo de transformação daquela estrutura, o qual, por sua vez, ajustaria os rumos em direção a um socialismo reinventado por entre os escolhos do socialismo real — sem medo de ser feliz. Era uma crença — ainda que um bocado romântica, mas profundamente inoculada pelas convicções do momento — que o processo de organização autogestionária dos indivíduos em torno da produção de sua própria moradia ensaiariam formas superiores novas até mesmo de organização social da cidade: falava-se, por exemplo, que a organização das classes populares em torno de um determinado processo autônomo de gestão produtiva e reprodutiva de segmentos urbanos promoveriam, a médio prazo, ‘áreas libertas’ da cidade” (LOPES: 2006, 222. Grifos acrescidos).

“Ora, o que se aspirava, embalados pelas mais honestas concepções libertárias, era pensar e repensar o processo de produção da moradia como um cadinho de novas formas de organização do trabalho no canteiro de obras, não só no que se refere à produção material do objeto casa — projetos decididos no diálogo participativo entre profissionais e usuários, materiais aplicados de qualidade superior, composições urbanísticas e arquitetônicas mais cuidadas, etc. — como também estabelecer um outro patamar de interlocução profissional” (LOPES: 2006, 223. Grifos acrescidos).

Estava colocado pelos arquitetos os anseios deixados por Lefèvre, para quem a construção civil reapropriada pela autogestão – por meio das relações de produção baseadas na manufatura – e ligada ao ensino, daria outro patamar organizativo para a autoconstrução nas classes populares. O ensino, aqui, entendido como unidade entre o pensar e o fazer, no encontro entre técnicos e trabalhadores¹⁸². Trata-se de noção diversa, mas composta, com a “ida ao povo”: aqui, cultura, consciência, autonomia, são derivadas das relações de produção, e não um encontro abstrato de relações de opressão (no sentido hegeliano). Seria uma maneira de dar mão dupla à “educação popular” de Paulo Freire, entendendo as universidades não como portadoras de conhecimento, mas interlocutoras com o saber prático dos trabalhadores. Lefèvre iniciou este processo num curso que deu em 1977 na FAU-USP e, depois, em 1982, na fundação do Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes, junto com outros arquitetos que deram continuidade à experiência¹⁸³. Já ali, os objetivos ficaram mais claros de ida à periferia. O Laboratório é fechado pela direção da faculdade em 1986, e a experiência teve continuidade na construção dos alojamentos estudantis da Unicamp (coordenada por Joan Villá), sendo influência também de outros laboratórios de habitação (Santos, Campinas)¹⁸⁴. Este o percurso para a formação das assessorias técnicas, que comporão, junto aos movimentos populares, as políticas públicas de autogestão na produção da moradia iniciadas na década de 1980 institucionalmente por diversos agentes financiadores¹⁸⁵, mas que teve na gestão Luiza Erundina (PT) na prefeitura de São Paulo, em

¹⁸² O desenvolvimento desta noção de ensino no canteiro de obras se encontra em BARROS: 2017.

¹⁸³ Joan Villá, Yves de Freitas, Antônio Carlos Sant’Anna, Mauro Biondi, Antônio Sérgio Bergamin, Jorge Caron, Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Nabil Bonduki, Vitor Lotufo e João Marcos de Almeida Lopes. C.f. ARANTES: 2002.

¹⁸⁴ Este percurso é contado em detalhes no trabalho de Livre Docência de João Marcos de Almeida Lopes (LOPES: 2011).

¹⁸⁵ O primeiro mutirão autogerido (Vila Nova Cachoeirinha, em São Paulo) foi iniciado em 1982 com recursos do PROMORAR do BNH, que se destinavam a financiamentos de “casas embrião” que depois seriam completadas pelos moradores – portanto, dentro da dimensão de uma “autoconstrução institucionalizada”. Este empreendimento se dá de maneira muito diferente dos outros financiamentos, pela presença já do modelo uruguaio. Cf. BARAVELLI: 2006.

1989 o momento mais decisivo – cujos gestores, na área da habitação, também faziam parte do mesmo grupo (Cf. ARANTES: 2002 e CARVALHO: 2004).

Retomando o fio da meada, percebe-se que o Mutirão Autogerido como forma histórica – elemento interno do movimento de Reforma Urbana – faz parte da mesma confluência social e política que formava o PT naqueles anos 1980: trabalhadores, profissionais liberais, intelectuais e funcionários públicos. Mais do que questões próprias a cada força social envolvida, é necessário no momento chamar a atenção para as contradições desta forma, já anunciadas anteriormente. Neste processo de proeminência da educação popular Paulo Freireana (e todos os seus pressupostos, aqui analisados anteriormente) perdeu-se de vista a crítica contundente ao desenvolvimentismo impetrada pelo campo marxista, conformando aquela zona de indiferenciação ligada à forma institucional dentro da Estratégia Democrática Popular, para a qual se direcionaram todas as forças sociais antes separadas pela polêmica da autoconstrução. No processo de redemocratização, iniciado em 1978 com a anistia, há uma virada política fundamental: o aparecimento da possibilidade de governar, deixando de lado a mediação crítica realizada nos 10 anos anteriores, que levantava as armadilhas da aposta nacional-desenvolvimentista.

No campo da arquitetura, além das proximidades e continuidades entre Lefèvre e Ferro, é importante também levantar uma diferença presente em seus textos, que aparece na cisão entre utopia e crítica da dissertação do primeiro (terminada sintomaticamente em 1981). A hesitação e desigualdade do texto parecem expressões deste momento de abertura política, no qual as críticas radicais estão confrontadas por uma possibilidade real de atuação no campo institucional, ainda que tateante. A “utopia” de Lefèvre traz muitos elementos de realidade, com destaque, justamente, para a possibilidade de inserção do canteiro na universidade e da universidade na periferia – mediada por Paulo Freire. Já Sérgio Ferro não faz concessões na crítica, delimitando sua “utopia” ao canteiro dentro da universidade. Nesse sentido, seu método, analisado acima, parte das relações de produção manufatureiras da construção civil para chegar a uma crítica política da saída pelo desenvolvimento das forças produtivas; crítica esta pautada na contradição inicial entre valor de uso e valor já na forma mercadoria, se desdobrando em trabalho concreto e trabalho abstrato, chegando ao fetiche e na especificidade do enfrentamento capital-trabalho em país subdesenvolvido. A autoconstrução, para ele, faz parte desta especificidade, para além dos mecanismos de rebaixamento salarial descritos em Engels. Uma especificidade que, portanto, não retira a autoconstrução do processo de reprodução do capital nem o funcionaliza, mas, pelo contrário, é interna a ele e, portanto, *mantém-se dentro da contradição interna à forma mercadoria, dentro da perspectiva do urbano como forma de reprodução do capital*. A dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento de Gunder Frank é presente em Ferro: qualquer possibilidade de desenvolvimento dentro das formas do capitalismo dependente aciona a contradição do subdesenvolvimento. A saída mediada pela *comunicação das consciências* não existe. As contradições emergidas do canteiro de obras – e as diferenças entre os diversos canteiros, da autoconstrução à mansão, fazem parte de uma mesma dinâmica – são os elementos disponíveis para a formação da consciência de *classe* no urbano.

Lefèvre estava ciente disso. Por isso deixou claro: o canteiro escola *precisa ser* uma utopia do ponto de vista da construção do socialismo. No entanto, ao chamar Paulo Freire, dá

concretude à “transição da transição”, por meio da educação popular. Ferro estava longe disso, ainda que a prática política junto aos canteiros de obra tenha sido sua pauta. Nunca deixou de lado, no entanto, a noção da contradição interna da forma mercadoria, entre valor de uso e valor – que se desdobram também na “mercadoria especial” força de trabalho (trabalho concreto e trabalho abstrato). Isso só fica mais nítido quando se observam os desdobramentos da aposta culturalista, que volta a se encontrar com o desenvolvimentismo 20 anos depois (o neo-desenvolvimentismo dos anos 2000/2010), como decorrência do apagamento das contradições capital-trabalho promovidas pelo aprofundamento da predominância das formas fictícias de capital na acumulação mundial. No entanto, antes mesmo disso ser perceptível do ponto de vista do partido, já se explicitava concretamente, como não podia deixar de ser:

“Mas aos poucos fomos descobrindo que o fato de atuarmos em busca da transformação do objeto não significava, por decorrência simples, a transformação da estrutura. E, mais ainda, que aquele sujeito mutirante era produtor de um valor de uso e possuidor de valor de troca ao mesmo tempo — e que tinha consciência deste fato. Isso significava um obstáculo ideológico que até hoje nos deixa atordoados: a expectativa da transformação da estrutura pela tomada de consciência patrocinada pela apropriação coletiva e autoquerida — ainda que muito restrita — dos meios de produção da moradia não se realizava, sequer se anunciava” (LOPES: 2006, 223. Grifos acrescentados).

O problema é que a crítica a este fato foi direcionada novamente para o mecanismo abstrato de rebaixamento de salários pela autoconstrução – um ponto de vista funcionalista e deslocado politicamente. A questão posta por Lopes demonstra a complexidade concreta que origina contradições, e não uma inviabilidade ou irracionalidade política. A citação, no entanto, deixa passar um detalhe importante: não é que o mutirante produzia uma coisa e possuía outra (do ponto de vista lógico), mas que tal dualidade é interna à mercadoria – seja a casa, seja a força de trabalho¹⁸⁶. O mutirante, assim, produz uma mercadoria que tem imediatamente valor de uso e valor, pois sua força de trabalho é historicamente determinada e é, também ela, imediatamente trabalho concreto útil e trabalho abstrato. Confundiu-se, na discussão sobre autoconstrução, a categoria *valor* – tempo de trabalho historicamente determinado e socialmente necessário para a produção da mercadoria – com *mais-valia* (ou mais-valor) – diferença entre o valor total produzido pela força de trabalho e o seu valor de reprodução (ou a diferença entre trabalho excedente e trabalho necessário)¹⁸⁷. A casa autoconstruída não produz socialmente mais-valia, ainda que possua valor – afinal foi despendida força de trabalho ao longo de um tempo para sua construção.

Assim, a casa autoconstruída deve ser entendida como mercadoria, mas com uma especificidade: sim, faz parte do custo da reprodução da força de trabalho, mas dentro dele se comporta como capital fixo (meio de produção), não circulante (matérias primas). Do ponto de

¹⁸⁶ Marx explicita esse “duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias” já no primeiro capítulo do *Capital*: “A mercadoria pareceu-nos, inicialmente, como algo dúplice, valor de uso e valor de troca. Depois mostrou-se que também o trabalho, à medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advêm como produtor de valores de uso” (MARX: 1983 [1867], 49). E, adiante: “Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso” (MARX: 1983 [1867], 53).

¹⁸⁷ Ver nota 75.

vista da mercadoria força de trabalho, o capital circulante (alimentação, por exemplo) é integralmente reposto na sua venda “unitária”, mensal poder-se-ia dizer, enquanto que o capital fixo (a casa) só repassa uma parte de seu valor total (depreciação mais juros) nesta unidade. Assim, tendo o trabalhador propriedade sobre sua casa, detém formas de recompor o trabalho não-pago despendido ali – ao vendê-la ou alugá-la¹⁸⁸. Sua venda não corresponde à realização de lucro, mas, *no caso do autoconstrutor*, à restituição do capital investido (materiais e trabalho socialmente necessário, independente do trabalho concreto invertido ali) *mais* um lucro médio formado no mercado de periferia, para uma mercadoria específica (a casa autoconstruída). O autoconstrutor repõe integralmente sua força de trabalho “não paga” por meio da venda da mercadoria produzida por ela (que tem valor, inclusive expresso pelo tempo socialmente necessário), incorporando, inclusive, uma renda da terra – que pode ser absorvida por meio da venda (dentro do lucro médio), ou por meio do aluguel (forma mais comum de uso da propriedade autoconstruída).

A autoconstrução não se trata, portanto, apenas de um custo de reprodução da força de trabalho (ainda que também seja), mas ao ser propriedade também gera rendimentos para seu proprietário. Assim, o trabalho “não pago” é, na verdade, pago com a propriedade (ainda que ilegal). Decorrencia direta da contradição da forma mercadoria. Esse mecanismo, no caso do mutirante ligado às políticas públicas, envolve uma apropriação privada do fundo público, não barrada concretamente pela legislação, pois está ligada às formas de circulação da mercadoria que a casa *é sim*. Deste ponto de vista, em vez de rebaixamento salarial, poder-se-ia entender a construção da casa, no caso do autoconstrutor, como “acumulação primitiva” (na qual a ocupação da terra é um importante fator); e, no caso do mutirante, de duas maneiras: 1. Com menos subsídio (caso em que o mutirante financia materiais e mão de obra contratada junto ao Estado), como venda da força de trabalho do mutirante para o Estado, que a compra mediante a geração de propriedade; e 2. Com mais subsídio, como distribuição de renda via Estado. Evidente que não é só isso, pois a casa está dentro de um circuito maior de reprodução do capital, o *urbano*, mas levantam-se estas questões apenas para demonstrar a fragilidade dos argumentos tanto de rebaixamento salarial, quanto de “reapropriação dos produtos do trabalho” e “geração de consciência” na chave hegeliana, quando não se consideram, concretamente, todos os fatores envolvidos.

Para Sérgio Ferro, o caráter de mercadoria da autoconstrução é um dado inicial e, portanto, a sua potência política está justamente dentro da contradição do capital – o duplo caráter do trabalho. A corrente culturalista não parte deste pressuposto. Presa ao “caráter ontológico do trabalho”, ou seja, trabalho em geral, não se funda na potência dialética do trabalho historicamente determinado e, portanto, obscurece o alvo – o capital. Lefèvre, ao abraçar Paulo Freire, só sai deste ponto cego ao pressupor um “Estado de transição socialista, dono dos meios de produção”, se afastando do enfrentamento direto com o capital. A saída da Reforma Urbana foi a mesma, porém farsesca: o Estado para a Estratégia Democrática Popular não é o Estado de transição socialista, pois subsume, por meio da participação, o trabalhador como proprietário (em ação ou em potência), na condição de cidadão, e não como elemento contraditório interno à produção social. O elemento “atordoante” de que trata Lopes advém

¹⁸⁸ Esse argumento é bem conhecido do capital, embora a esquerda se negue a aceitá-lo: constituiu o centro do pensamento de George Soros, do BID, que viu nas favelas autoconstruídas da América Latina a chave de uma “economia popular” na medida em que se legalizasse sua propriedade.

deste encontro entre o idealismo culturalista (do trabalhador que reencontra seu produto de trabalho) e a dimensão concreta, contraditória em essência. Neste aspecto, na forma histórica do Mutirão Autogerido a crítica de Ferro não é apenas continuada, como indica o “fio da meada” proposto por Pedro Arantes (ARANTES: 2002), mas *também* sofre resistências.

Nesse sentido, é necessário indicar inclusive as diferenças do Mutirão Autogerido paulista com relação ao modelo uruguaio¹⁸⁹. Da mesma maneira que ocorre com o pensamento de Ferro, tal modelo é influência, porém não é totalmente absorvido devido às especificidades desta forma de organização da produção habitacional pelos movimentos populares ligados à Reforma Urbana. São muitas as confluências – principalmente a autogestão de recursos públicos e o trabalho em “ajuda mútua” – e muitas as diferenças, porém duas destas interessam em particular para o argumento aqui desenvolvido: a propriedade coletiva¹⁹⁰ e a centralização de setores chave do processo produtivo¹⁹¹ pelo movimento popular¹⁹². Ambas demonstram a preocupação do modelo uruguaio em intervir no caráter de mercadoria da habitação produzida, agindo diretamente sobre suas relações de produção – que têm decorrências diretas na dinâmica de terras. Nos dois casos, coloca-se em xeque mecanismos que permitem, no caso brasileiro, a transfiguração do sujeito político trabalhador em cidadão participativo. A estrutura de produção da FUCVAM pressupõe do início ao fim – ainda que com recurso estatal – a apropriação coletiva via produção socializada. Ali, os cooperativados são proprietários das forças produtivas, e não do produto final: o valor produzido é socializado, pois foi produzido com meios socializados. O poder popular aqui é de outra natureza, pois interfere nas relações de poder da produção do urbano diretamente, e não por meio do Estado (corpo legislativo). Embora a escala de produção de unidades habitacionais seja menor em relação ao Brasil (dado o tamanho do Uruguai), a produção da FUCVAM representou, em 1973, metade dos empréstimos imobiliários e, entre 2010 e 2014 (gestão de Pepe Mujica), cerca de 37%¹⁹³ (GHILARDI: 2017) – números que revelam a diferença

¹⁸⁹ Para um maior aprofundamento no tema, ver BARAVELLI: 2006.

¹⁹⁰ “Do ponto de vista dos cooperados, o regime de ‘propriedad colectiva’ os converte em usuários ao invés de proprietários, uma vez que passam a ser detentores de um ‘derecho de uso’ sobre a residência que a cooperativa lhes designar. (...) Assim, ‘mientras las partes cumplan sus obligaciones’ como diz a legislação uruguaia, o direito de uso tem ‘una duración indefinida’, e sua transmissão por herança implica também na transmissão das obrigações da condição de usuário, a primeira delas é a do herdeiro se incorporar ao quadro associativo da cooperativa, uma vez que o direito de uso deriva desta condição. É esta a base jurídica para impedir sua locação ou mesmo sua cessão gratuita: só a cooperativa (quer dizer, o conjunto de todos os usuários que são seus associados) pode transferir o direito de uso que toca a seu patrimônio. (...) A cessão do direito de uso significa a saída do morador do quadro associativo da cooperativa, o que não dá direito ao valor de uma venda de imóvel, mas sim ao valor das cotas de capital que ele levou à cooperativa para que esta pagasse os juros e amortizações do financiamento habitacional” (BARAVELLI: 2006, 69).

¹⁹¹ “Há também uma dimensão produtiva entre suas atividades permanentes de apoio à ajuda mútua, que é a compra, manutenção e rodízio de equipamentos de construção civil entre cooperativas. Esta atividade de apoio à produção é um resquício de um papel mais amplo que a Fucvam chegou a assumir em duas frentes durante a forte expansão do cooperativismo de habitação no início dos anos 1970. A primeira frente foi organizar um sistema centralizado de compras de insumos de construção - central de suministros - que obtinha para todas as cooperativas preços compatíveis com um maior poder de compra. A segunda frente foi construir uma fábrica de componentes construtivos, destinada a fornecer com ganhos de escala a todas as cooperativas elementos pré-fabricados em argamassa armada (...)” (BARAVELLI: 2006, 68).

¹⁹² No caso, a FUCVAM (Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua), fundada em 1970.

¹⁹³ Durante o período ditatorial e neoliberal no Uruguai a FUCVAM foi sistematicamente atacada, pois se tornou a grande referência de organização popular do país. A ponto de conseguir 600mil assinaturas (cerca de 20% da população uruguaia na época) contra a transformação da propriedade coletiva em privada promovida pelos militares em 1984, desencadeando uma grande ascensão da esquerda que resultou na queda do regime (BARAVELLI: 2006).

do caso brasileiro que, ainda que com recursos durante o período do Programa Minha Casa Minha Vida, não chegaram a representar nem 1% do financiamento, com raros casos de autogestão. Trata-se de outra correlação de forças, determinada não por representação democrática, mas pelo domínio da produção.

Estas questões revelam a estruturação de uma forma específica de poder popular durante o processo de redemocratização (década de 1980), a Estratégia Democrática Popular, conformada na confluência de diversos setores sociais e articulada (como “pinça”) pelo Partido dos Trabalhadores. Ainda cabe ressaltar a relevância da discussão aqui empreendida no que concerne à forma de estruturação das organizações populares ligadas à moradia que, embora não representassem na década de 1980 uma força social tão expressiva na correlação de forças geral da consolidação do PT, no momento atual ganharam outro significado – fato que será desenvolvido ao longo de toda esta tese. Tal fato vem no bojo da centralidade cada vez maior da questão urbana, sem a qual não se explica nem a crise mundial de 2008, nem as Jornadas de Junho de 2013, que marcaram o (começo do) fim da “Nova República”. Uma hipótese aqui desenvolvida é a de que essa ascensão tem a ver com certa ressonância das formas de organização popular com um sujeito político conformado pelas transformações das relações de produção que ocorreram neste período, pautadas principalmente pela predominância de formas fictícias de capital e seu caráter jurídico – dando nova centralidade para o Estado. Transformações estas que ocorrem de maneira específica na periferia do sistema capitalista.

Foi procurado retomar, desde o capítulo anterior, as origens desta força social nova formada durante o período ditatorial brasileiro, os “movimentos populares”, em particular naqueles relacionados à produção da moradia. Eder Sader, ao descrever a dinâmica desta formação na década de 1970 por meio dos seus “novos personagens” (SADER: 1995 [1988]), identifica ali certa vitalidade política relacionada com a falta de “registros unificadores” – presentes antes de 1964 no getulismo e no PCB e, depois, no PT – que permitiam a centralidade do tema da *autonomia*, no sentido de *emancipação*. É com este direcionamento que foi buscado aqui o sentido do sujeito político *trabalhador* nas diversas correntes de pensamento e prática do período: até que ponto a autonomia política está sendo construída por meio da autonomia nas relações de produção do urbano? Ou será que se trata da conformação de um novo campo institucional, alargado, no qual o *trabalhador* é inserido socialmente como *força de trabalho*? Segundo Sader, “através de suas formas de organização e de luta, eles [os movimentos sociais] alargaram as fronteiras da política. Neles apontava-se a autonomia dos sujeitos coletivos que buscavam o controle das suas condições de vida *contra as instituições de poder estabelecidas*” (SADER: 1995 [1988], 314. Grifos acrescidos). No entanto, segundo o autor, as forças que reorganizaram o aparelho do Estado depois da abertura política “[começaram] a abrir-se para reconhecer a legitimidade das organizações populares e incorporá-las em sua própria dinâmica” e, “de um modo ou de outro, este projeto foi vitorioso, nas batalhas políticas decisivas entre 1982 e 1984. (...) Nesse sentido, o projeto político implícito nos movimentos sociais do fim da década de 1970 sofreu uma derrota” (idem).

A perspectiva aqui adotada é a de que não houve “cooptação” destes movimentos, mas um amoldamento à lógica das relações de produção hegemônicas, que são também

relações de poder, que se transformaram no período sem que a organização popular fizesse frente, pelo fato de estar experimentando o próprio crescimento quando em ressonância com uma forma específica de reprodução do capital. Tal forma, ligada ao capital fictício¹⁹⁴, dá centralidade ao Estado como gerenciador das relações de troca, fazendo com que esta dinâmica envolva um crescimento da judicialização da política e o ocultamento dos enfrentamentos capital-trabalho. Assim, há um alargamento *específico* – pois diverso do período anterior – do Estado promovido *pelo capital*, sendo ao mesmo tempo uma pauta anti-neoliberal, na qual se engajou o campo da esquerda.

O debate em torno destas questões na década de 1980 se expressava por meio de *qual* Estado seria construído pelo campo Democrático Popular, o novo “registro unificador” da esquerda a que se refere Sader. Como visto acima, o conceito de *participação* era central para este objetivo, carregado de muitas contradições. Carlos Rodrigues Brandão, já em 1984, se detém na qualificação do conceito, demonstrando seu caráter reformista (BRANDÃO: 1984). Segundo ele, seria necessário diferenciar três diferentes tipos de democracia, de acordo com as relações entre sociedade civil e Estado: a “consumista”, a “participativa” e a “socialista”. A primeira se refere à prática da democracia “de elites”, na qual o povo é entendido como “demanda social” e os governantes devem se preocupar em otimizar a “distribuição de bens políticos”, produzindo e fortalecendo pactos sociais – decorrendo em uma cidadania “passiva e consumista” e na educação como prática de capacitação da força de trabalho. O segundo tipo, que se mostrava bastante em voga no período do texto, seria aquele no qual teriam centralidade os movimentos sociais promovidos pela sociedade civil organizada, em luta por ampliação de direitos e melhoria da qualidade de vida, que conformariam junto ao Estado um “consenso democrático-participativo”, no qual o poder é realizado “através do Estado, pela sociedade civil” (Op.Cit. 185). Assim, “ao constituírem comunidades ou categorias populares como agentes e sujeitos ‘do processo’ procuram realizar uma transferência de poder cuja importância não é pequena. Procuram tornar ‘a comunidade’ o lugar de representação política de si mesma através da conscientização de seus membros e da mobilização de grupos internos de poder e trabalho coletivo” (Idem, 191).

“Para além dos dois modelos aqui resumidos, onde estão as condições reais da construção coletiva na sociedade democrática? Duas delas: Primeira, fazer retornar o princípio de que a democracia não existe como um sistema apenas político. Ela se realiza como uma forma própria de vida social fundada sobre um sistema transformado de relações sociais de produção de bens. Segundo, a partir daí subordinar o exercício da participação do cidadão – da participação popular – e da consequente ampliação do poder político da sociedade civil às transformações das relações de classe pela transformação do sistema de produção e do sistema de propriedade, com o fim da exploração da força de trabalho, da separação entre trabalho braçal e trabalho intelectual. Trata-se de pensar, portanto, a realização da democracia através de um projeto de construção do socialismo. Trata-se de pensar também o teor de participação popular na construção de tal projeto. (...) A diferença está na oposição entre o modelo de organização da sociedade civil onde a participação popular reforça pela base o trabalho político que nega a dimensão de classe, e um modelo onde a participação popular possa alterar as regras políticas do poder na própria sociedade civil, e gerar um poder de classe dirigente das transformações da ordem econômica e social a que serve a democracia política. Entre um e outro, a diferença está na recusa da tendência de a mobilização popular realizar-se apenas em direção ao movimento social (projeto participativo) e esgotar-se como participação associada ao poder e na afirmação da

¹⁹⁴ Esse tema será elaborado na segunda parte desta tese.

possibilidade de a participação popular fazer-se em direção a produção progressiva de poder político nas classes populares. Esta diferença entre a participação popular em movimentos sociais como espaços de luta por direitos versus a participação popular em movimentos sociais como espaços de luta por poder expressa a oposição entre projetos que apontam para a democratização do regime e projetos que apontam para a transformação do sistema. Ou que imaginam apontar” (BRANDÃO: 1984, 184-185. Grifos acrescidos).

A passagem da segunda forma para a terceira expressa, para o autor, um deslocamento da *luta social* para a *luta de classe*. Desta maneira, Brandão organiza um quadro elucidativo das diferenças entre as formas de democracia que estavam em disputa em meados dos anos 1980 (Tabela 3).

A partir deste quadro, é possível reconhecer que, o que era possível classificar naquele momento, passa a ser cada vez menos nos anos seguintes, quando deslizamentos entre as colunas conformam aquele campo indeterminado descrito anteriormente. Paulo Arantes, ao analisar este cenário 15 anos depois (ARANTES: 2004 [2000]), cita Vera Telles quando descreve esta indeterminação como “‘*espantoso deslizamento semântico*’ com o qual se debatem os ativistas do campo democrático popular” e “compreende-se que a esquerda tenha perdido o rumo” (Op.Cit. 179). O intelectual é preciso ao descrever o tipo de Estado que se forma neste momento, imediatamente antes da ascensão do PT ao governo federal, inclusive na antevisão do caráter “neo-desenvolvimentista” que se consolidará alguns anos depois justamente por este campo de forças políticas.

“Restaria então verificar qual destino desse novo Estado indutor-normativo-regulador-facilitador (e brevemente, de novo ‘desenvolvimentista’, por que não?, numa era cujo nominalismo permite dizer qualquer coisa, ainda mais no país clássico das ‘coisas trocadas’) reserva às populações descartáveis, e por isso mesmo cada vez mais carecidas dos serviços públicos essenciais, perdão, o público-alvo do envolvimento ético com o amparo à exclusão social. Ocorre que só um Estado gerencialmente reformado pode se tornar um eficiente parceiro-facilitador da acumulação privada, em particular nos elos das cadeias produtivas mundiais que porventura hospede e remunerar, e, assim sendo, se ‘envolverá’ prioritariamente (‘eticamente’, melhor dizendo, pois afinal estará lidando com empresas-cidadãos) na seleção e hierarquização dos agentes não governamentais que, por subcontratação política, adquirem concessões do poder estatal e se lançam na conquista do espaço público, desertado por sua vez por um Estado cuja capacidade de regulação social parece ter em fim se esgotado, mas não o poder organizacional, ou mais propriamente, poder estratégico gerencial (e é em torno desse poder que se travam as lutas políticas de hoje) de promover a concorrência entre os serviços públicos (como se dizia antigamente), descentralizados por contratos de gestão, mais preocupados, portanto, tais ‘serviços’, com objetivos e ‘resultados’, em obter recursos e não em despendê-los (embora não se trate de produção mas de serviço): quanto aos usuários, serão tratados como clientes se forem solventes” (ARANTES: 2004 [2000], 170).

Tabela 3: Modelos de democracia segundo Carlos Rodrigues Brandão.

domínio do estado autoritário e de grupos e agências dominantes	domínio de governos de oposição e de grupos da sociedade civil	domínio de grupos e movimentos populares e grupos "comprometidos" da sociedade civil
poder político do estado e participação consumista da sociedade civil (democracia de elite)	poder político da sociedade civil e estado, como representante da maioria (democracia participativa)	poder político das classes populares e produção da sociedade socialista
formação individual do cidadão subalterno + organização comunitária	movimentos sociais de organização política da sociedade civil	movimentos populares de produção de poder de classe
agências do governo federal + agências empresariais ou comerciais de ED. + setores dominantes e/ou conservadores da sociedade civil (inclusive Igreja)	agências de governos municipais e estaduais de oposição + setores liberais da sociedade civil (inclusive Igreja)	instituições políticas (PT) ou de classe (sindicatos, movimentos de trabalhadores) + grupos e agências "comprometidas" da sociedade civil (inclusive Igreja). ³²

³² Uma maneira simples de redistribuir as mesmas diferenças de um outro modo poderia ser a seguinte:

Fonte: BRANDÃO: 1984, 199.

Quem fará esta reforma gerencial do Estado não será a direita, mas justamente tal esquerda "sem rumo". Retomando Brandão e sua tabela, é possível ver as diferenças entre a educação do *trabalhador*, do *cidadão* e do *trabalho* (seria melhor *força de trabalho*) e podemos imaginar como seria, nestes termos, a produção de consciência de classe que ocorre

em cada uma das situações. Uma leitura possível deste esquema seria por meio do paralelo com as fases de transformação da mercadoria no ciclo de reprodução do capital (produção-circulação-produção): trabalho concreto (trabalhador), troca entre proprietários (cidadão) e trabalho abstrato (força de trabalho). Leitura esta que reforça o escape da luta dentro da esfera da produção por parte do campo Democrático Popular que se consolidará na década de 1990, na qual está, inclusive e principalmente, o capital e sua “democracia consumista”. Ao fugir deste campo de enfrentamento, as relações políticas se autonomizam numa esfera marcada pelas transações de interesses, na qual os “preços” se descolam do valor, onde, portanto, o poder é transacionado de maneira especulativa (forma vulgarmente conhecida como *corrupção* - aqui sem qualquer conteúdo moral).

A Formação do PT na década de 1980

Não seria possível analisar a atual conjuntura entre movimentos sociais e Estado sem remontar à origem do Partido dos Trabalhadores (PT), que catalisa historicamente as ações de diversas forças sociais no processo de redemocratização. Tal conformação de agentes, como foi visto, é distinta daquela encontrada em meados da década de 1960, quando ocorre o golpe militar. A década de 1970 pode ser considerada um divisor de águas, tanto na conjuntura político-econômica internacional, quanto nos seus rebatimentos nacionais. O PT nasce como síntese original destas mudanças, e precisa ser entendido, portanto, dentro delas. Será feito aqui este apanhado histórico, colocando em foco primeiramente a forma política articulada por diversos grupos sociais neste contexto.

O final da década de 1970, marcada internacionalmente pela ascensão do neoliberalismo de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, é o momento chave de transformação do sindicalismo brasileiro, que pressionará pela abertura política do país. Em paralelo ao novo movimento sindical, há a formação do que se denominou “Novos Movimentos Sociais” (GOHN: 2010 [1997]), bem como outra postura do movimento estudantil e intelectual com o refluxo da luta armada e o retorno de exilados. É um momento no qual a igreja católica também passa por transformações importantes depois do papado de João XXIII, do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín (Colômbia, 1968), com o surgimento da Teologia da Libertação (1971) na América Latina, aproximando missionários da teoria marxista (através principalmente da figura do Padre Lebrecht, como visto no capítulo anterior). Estes agentes vão capitanear uma aliança sem precedentes na história da esquerda brasileira, com a luta pelo restabelecimento da democracia. Nela, estudantes e intelectuais, operários, autônomos e servidores públicos, católicos e movimentos sociais se unem para construir o maior partido de massas da América Latina, o PT, em 1980, que já nasce, portanto, com o signo pluriclassista e de múltiplas linhagens ideológicas – unificado, no entanto, na luta contra a ditadura. Entretanto, a questão de “qual democracia queremos” é bastante polêmica.

Há de se pontuar, neste sentido, que tal origem estava ligada diretamente à abertura política brasileira e passava necessariamente pela proposição de um projeto de democracia. Nos primeiros documentos do partido (particularmente no “Manifesto PT”, 1980) ela é posicionada entre o socialismo real soviético e a social-democracia européia: configurava-se a

partir da prática conselhistas e participativa, na transição para o socialismo, querendo distanciar-se tanto do centralismo autoritário quanto da administração capitalista. Note-se que nestas pontuações não há diretamente uma crítica ao modo de produção, mas ao modo de regulação. A disputa interna foi sempre presente, tornando o referencial teórico bastante difuso entre a defesa socialista e a da justiça social, certo moralismo, catolicismo, messianismo e discurso carismático (análise presente em vários autores da bibliografia, como Iasi (2012 [2006]), Ricci (2013 [2010]) e Secco (2011)). Segundo Secco (SECCO: 2011), o partido teve uma trajetória inicial errática, dispersa e sem direção política coerente.

Alguns contrapontos internos são importantes neste momento para entendermos os resultados históricos que vivemos na atualidade. O primeiro deles, que vem na verdade desde o varguismo como ponto nodal da luta de classes brasileira, é a relação entre o sindicalismo e o Estado. Ruy Braga (BRAGA: 2012) faz um panorama desta relação bastante interessante, dando relevância às distâncias entre as lideranças e as novas bases de operários que chegavam às cidades nas décadas de 1960 e 1970. Nesta relação ele vai mostrar a ruptura que significaram as greves entre 1978 e 1980 para a consolidação do chamado “Novo Sindicalismo”, grupo mais forte na origem do partido.

Segundo sua hipótese, o chamado “precariado”¹⁹⁵, base do operariado do ABC naquele momento, catalisou uma série de descontentamentos de seu cotidiano com força política para forçar as lideranças historicamente ligadas ao Estado a assumirem um rompimento – o que chamou de “classismo prático”. Deste rompimento, Luís Inácio Lula da Silva emerge como grande liderança, ainda que com muitas ligações com a antiga diretoria do sindicato dos metalúrgicos. Ainda acompanhando Braga, este rompimento com a tradição do sindicalismo brasileiro durou apenas este ciclo de greves, pois uma série de fatores (principalmente a reestruturação produtiva) levaram ao refluxo deste classismo prático e uma renovação, em outro patamar, das relações entre bases e lideranças sindicais. Este tema será retomado no Capítulo 3.3. No momento, importa realçar que a condução da política brasileira sempre teve que se haver de maneira decisiva com o controle da organização dos trabalhadores. Desta maneira, dar sentido, destinação e condução ao classismo prático, com anuência e confiança dos trabalhadores, mostrou-se uma força política importante em todo o período pós-ditatorial – conformando o fiel da balança que opõe, atualmente, os dois polos políticos partidários do país (PT e PSDB).

Vemos que se encontra na origem mesma do PT uma contradição fundamental entre o movimento classista que se encontra com a violência do capital no seu cotidiano de *trabalho* no campo da produção; e a luta pela *cidadania*, entendida como acesso aos direitos, conformando uma disputa deste mesmo movimento pela direção do *Estado* que, no limite, é parte mesma do capital. Justamente é a mudança da configuração do papel do Estado na reprodução capitalista entre o modo de regulação autoritário e o pós-fordista de caráter neoliberal (segundo Braga) que se encontra a fundação do PT. E será fundamental nesta passagem o controle político sobre os trabalhadores, colocando o sindicalismo nesta difícil posição contraditória.

¹⁹⁵ Segundo Braga, o precariado é a fração de classe que, estando dentro da produção, inclui os trabalhadores mais mal pagos e precarizados.

Do mesmo modo, o encontro dos trabalhadores com o capital no espaço urbano coloca outra questão em evidência: o enfrentamento com o Estado no âmbito das políticas públicas. Neste aspecto, o engajamento de intelectuais e servidores públicos na fundação do PT também está desde o início marcada pela disputa do fundo público entre o papel republicano do Estado (voltado para o bem público) e sua função na acumulação. Há aí a formação de uma crítica e formulação técnica e teórica que conectará a academia aos problemas da administração pública – numa definição democrática de gestão estatal.

O enfrentamento dos trabalhadores no urbano não podia deixar de resvalar, de maneira central, na questão da terra. Não é por acaso que têm origem, neste mesmo momento e de forma conjunta, os movimentos nacionais de reforma urbana e agrária – de origem popular e ligados diretamente ao cotidiano dos trabalhadores. Para além das políticas públicas, tais movimentos populares colocam em evidência o fundamento patrimonialista que regula a luta de classes no Brasil e seu aspecto “arcaico”, contrário à construção de um país moderno de bases liberais burguesas. Tanto que tais reivindicações estavam na linha de frente do programa nacional-popular do PCB, que defendia a tática de aliança com a burguesia nacional na transição socialista. Para além dos instrumentos de gestão estatal, aqui se coloca em discussão a estrutura de propriedade e, logo depois, seu fundamento produtivo.

Tal aliança da esquerda, portanto, congrega uma diversidade muito grande de setores, classes, ideologias e principalmente de faces de aproximação e contraposição à forma capital e seu Estado: no desenvolvimento das forças produtivas, na relação de trabalho, na reprodução da força de trabalho, na produção do urbano e na questão da terra. Contrapõem-se e dialogam, dialeticamente, a pequena burguesia e as classes populares, a burocracia sindical e a base operária, os ideários de revolução e reforma, etc.

Durante a década de 1980, o partido era organizado através dos núcleos de base, mais próximos da forma das Comunidades Eclesiais de Base¹⁹⁶ (CEBs) do que das células comunistas ou seções socialistas: como grupos de estudo, discussão e articulação de ações locais, conformando um partido de massas com grande capilaridade (SECCO: 2011). Daí nasce a forma de “democracia participativa” (conselhistas) que terá prosseguimento e mudanças ao longo de toda a trajetória do partido, inclusive no governo. Estes núcleos eram organizados por vizinhança, setoriais, afinidade ideológica, categoria profissional ou por local de trabalho. Eles não eram reconhecidos pela legislação eleitoral, e depois da legalização do partido foram paulatinamente se enfraquecendo, sendo substituídos pelos escritórios regionais, mais administrativos do que de articulação política de base. Depois de 1986, quando há efetivamente uma “crise de nucleação” (SECCO: 2011), ganha centralidade no partido a forma de organização política através das tendências, uma formação de caráter ideológico que se voltava principalmente para as disputas internas e menos para a organização dos trabalhadores.

No entanto, a contradição estava desde o início posta: qual é a função do partido nesta conjuntura? A hipótese aqui é a de que, independente da resposta histórica que foi efetivada, o desenvolvimento do PT construiu, na teoria e na prática, uma *determinada forma*

¹⁹⁶ As CEBs chegaram a ser cerca de 40mil em 1974, configurando-se como uma real organização de base nacional, ainda que descentralizadas (SECCO: 2011, 45).

democrática. Mauro Iasi (IASI: 2012) ajuda a entender a semente deste desenho, que ele localiza da transformação discursiva – que ampara a prática real – da classe trabalhadora ao cidadão. Neste processo, se opera uma mudança fundamental: a luta contra o capital sai da esfera produtiva e se desloca para a esfera jurídica dos direitos amparados por determinado Estado e, portanto, por determinada democracia. Assim, a luta sindical deixa de lado as relações de trabalho e se foca na discussão da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o processo de produção crítica do urbano e da moradia se acomoda na luta pelo direito à moradia, o embate entre Estado e capital na produção urbana se concentra em formulações legislativas e administrativas, a discussão da propriedade comum se resume à defesa condominial. Enfim, não se trata de criticar a eterna dúvida a respeito do socialismo dentro do PT, mas entender de onde ela vem: do eterno afastamento das lideranças partidárias do embate no campo da produção e a crescente autonomia do político.

Iasi, ao analisar documentos do partido, indica uma tendência programática que vai se consolidando de preservação do mercado e da sociedade civil, bem como a aliança com microempresários se transmutando de tática à estratégia, alocando no Estado o espaço de disputa das diversas classes. De maneira parecida, Ruy Braga (2012) descreve a formação do PT já inserida dentro da ruptura entre a burocracia sindical e sua base (operários e precariado) em contexto de refluxo da luta de classes, indicando o afastamento gradual das lideranças do chão de fábrica e de suas contradições. Veremos que este processo se consolida bem mais tarde junto ao movimento popular, mas ao mesmo tempo pontua o “fim de ciclo” que nos chama a atenção Ermínia Maricato (MARICATO: 2014 [2011]). Consolida-se, nos diversos campos de luta dos trabalhadores, um movimento de autonomia do político em relação à produção, em consonância – como não poderia deixar de ser – com a forma capital em estágio avançado, o fetiche-capital (MARX: 1986a [1890]. Capítulo XXIV do Livro III), no qual se perde totalmente o contato com a reprodução na esfera produtiva.

É coerente, tendo em vista esta conjuntura, o quadro que muitos autores demonstram de uma disputa interna permanente em relação à importância do trabalho de base dentro do partido, bem como à sua forma. Os movimentos sociais que se desenvolvem ao longo da década de 1980 carregam consigo as questões da década anterior, e veem a mobilização social baseada na construção de autonomia deslizar internamente aos seus próprios elementos: a construção de organização por meio do trabalho, ou a formação de consciência cidadã. Não se trata, assim, de entender os movimentos sociais herdeiros da década de 1970 como defensores da ruptura com a institucionalidade em contraposição aos quadros partidários, mas ver estas contradições internamente a cada setor, pois, embora este seja o entendimento mais corrente, essa visão não leva em conta as diversas conjunturas históricas (ditadura e democracia). Parece lógico que os movimentos da década de 1970 sejam aparentemente “libertários”, pois afinal o Estado não estava em disputa. Porém, foi visto no capítulo anterior como a lógica institucional já se construía, na medida em que se afastava do enfrentamento capital-trabalho para o campo da participação. Por isso o conceito de participação se mostra com tanta dubiedade: ora parece “libertário”, ora “institucional”. Carrega consigo esta contradição, que se movimenta de acordo com a conjuntura, afinal foi visto como transita entre o nacional-desenvolvimentismo, o radicalismo e a democratização.

Neste arcabouço, percebe-se que os pontos nodais de disputa política-ideológica são não apenas com o capital, mas também internos à constituição de um partido que tem, segundo Ruy Braga, sua origem fundada na autonomia da burocracia sindical em momento de refluxo da luta de classes. São temas centrais de disputa, portanto, as estruturas de poder e seus nexos com as contradições das relações de produção – recaindo novamente na contradição da conquista do Estado. Rudá Ricci (RICCI: 2013 [2010]) levanta estas contradições, mostrando a dificuldade da permanência deste discurso junto à efetivação governista do PT, que começa a se dar ao longo da década de 1980.

Segundo Ricci, a chegada do PT a postos de comando legislativo e executivo constringe necessariamente os movimentos populares a disputar o fundo público e, portanto, a precisar propor políticas públicas – entrando, em contato direto com o círculo universitário e do funcionalismo público, frações de classe pequeno-burguesa e afastadas, na sua reprodução, das necessidades e enfrentamentos populares. Neste momento, segundo Ricci, fica clara a fragilidade de origem deste grupo e sua estratégia política, pois há uma contradição de difícil resolução entre reivindicação e responsabilidade por formulação, que exige institucionalidade – elemento contra o qual tal tendência se forma. O autor contrapõe, nesta análise, o comunitarismo por ela defendido, caracterizado pelo particularismo, resistência, nobreza e certo estatuto épico, ao participacionismo que se quer democraticamente universal e público, defendido pela sigla partidária.

Deflagra-se aí o embate que fundamenta, para Marx, a divisão social do trabalho: a separação entre o trabalho intelectual e manual. Fica claro que a conquista do Estado, presente na contradição inicial dos movimentos populares, é prerrogativa de outros grupos que constituem o PT, a saber, a burocracia sindical (historicamente ligada ao centro do poder público em âmbito federal), a maior parte da área universitária (com estreitos laços de classe) e o funcionalismo público (por razões diretas). São estes grupos que assumirão de maneira predominante a condução da política partidária, se relacionando com o movimento popular através de uma precária “Revolução Passiva”¹⁹⁷ interna: num primeiro momento de restauração (a origem da forma partidária) reagindo à pressão por transformações radicais ligadas principalmente às relações de produção (e daí a relação sempre tensa com “qual socialismo queremos”), e num segundo momento de renovação, assimilando e concedendo demandas populares internamente.

É relevante, no principal partido de massas da América Latina, que exista tal relação de reprodução da forma do capital como relação social, deflagrando a forma absolutamente velada de uma luta de classes interna, amparada a partir do controle ideológico da base popular que acaba por perceber como problema conjuntural de sua condição política a contradição entre a autodeterminação dos trabalhadores e a conquista do Estado. Corrobora a esta hipótese a análise de André Singer (2012) a respeito da base eleitoral do PT, que até as eleições de 2006 (quando ele aponta o surgimento do “Lulismo”, que será visto no Capítulo 3.3) era constituída pela classe média, principalmente a intelectualizada. E, além disso, é marcante a diferença de frações de classe que formam as bases das diversas organizações de

¹⁹⁷ Para Gramsci, a *Revolução Passiva* é caracterizada quando as elites se apropriam da agenda dos setores subalternos, cooptando lideranças, num procedimento político de conservar-mudando. As demandas populares são satisfeitas pelo alto, como concessões das elites.

esquerda que confluem no período da redemocratização: enquanto a pequena burguesia progressista formava o partido, parte dos operários profissionais e a população flutuante (que fica apenas temporariamente empregada) compunham os sindicatos, e os movimentos populares aglutinavam aquela população que muitas vezes por não ter relação (ou esta ser extremamente precária) com o mundo do trabalho formal, vê o embate com o capital no limite da negação à sua existência mínima, ou seja, no âmbito da reprodução da força de trabalho (como a luta pela moradia e pela terra).

Esse cenário vai se consolidar ao longo da década de 1980, à medida que se dá o processo de autonomia das lideranças e quebra da horizontalidade interna, com a aproximação da institucionalidade estatal através dos cargos assumidos pelo partido e o aprofundamento e consolidação da forma democrática petista, baseada na representação funcional¹⁹⁸. Há que se ressaltar, no entanto, o teor de radicalidade que os movimentos populares traziam pela sua prática junto às bases na formação do partido – ainda que de maneira contraditória internamente, como visto no enfrentamento de noções mais ou menos ligadas ao culturalismo, cuja decorrência também desemboca na democracia participativa –, ao tocar nas suas contradições: a conquista do Estado versus o socialismo, a democracia direta versus a participativa, a luta de classes versus a autonomia da política e, talvez a central, o sentido político da formação de um partido de massas pluriclassista que se direciona cada vez mais para a conquista do Estado capitalista administrado por um projeto democrático de conciliação. Estas são questões trazidas diretamente pelo contato cotidiano com o tal “classismo prático” a que se refere Ruy Braga, que não se limitava ao chão de fábrica, mas a toda uma conjuntura que ligava ela aos locais de moradia dos trabalhadores. Não é à toa que, segundo Braga “17% do total de greves ocorridas em 1979 concentrou-se na indústria da construção civil, demonstrando que o jovem precariado operário estava de fato na vanguarda da mobilização operária” (BRAGA: 2012, 169). O mesmo autor chama a atenção para a influência da Pastoral Operária que, ao articular, por meio das diversas pastorais, a luta dos trabalhadores em diversos setores, trazia certo grau de radicalidade nas propostas de auto-organização operária.

Tais movimentos, no entanto, não davam as cartas nos encaminhamentos do partido, estando muito mais próximos da base militante e da sua mobilização cotidiana através dos núcleos de base, célula mínima de organização partidária – que por muito tempo foi marca do PT na cena pública nacional. Na disputa interna de tendências, durante toda a década de 1980 e início dos anos 90 foi a corrente Articulação dos 113 que conduziu os rumos do partido,

¹⁹⁸ “A composição pluriclassista do governo se traduz, portanto, em uma forma de Estado de compromisso, abrigando forças sociais contraditórias entre si – em boa parte estranhas ou independentes dos partidos políticos –, cujas pretensões são arbitradas no seu interior, e decididas, em última instância, pelo chefe do poder executivo. Capitalistas do agronegócio, MST, empresários e sindicalistas, portadores de concepções e interesses opostos em disputas abertas na sociedade civil, encontram no Estado, onde todos se fazem representar, um outro lugar para a expressão do seu dissídio. Longe do caso clássico em que o Estado, diante da abdicação política das classes dominantes, se erige em ‘patrão’ delas para melhor realizar os seus interesses, a forma particular desse Estado de compromisso se exprime na criação, no interior de suas agências, de um *parlamento* paralelo onde classes, frações de classe, segmentos sociais têm voz e oportunidade no processo de deliberação das políticas que diretamente os afetam. (...) Com esta operação, a formação da vontade na esfera pública não tem como conhecer, salvo por meios indiretos, a opinião que se forma na sociedade civil, e as decisões tendem a se conformar por razões tecnocráticas. (...) A afirmação da representação funcional como forma de articulação de interesses, sob a arbitragem do Estado, é mais um indicador da intenção de se despolitizar a resolução dos conflitos em favor da negociação entre grupos de interesses” (VIANNA: 2011, 26-27).

na efetiva proposição de dar a ele objetividade de ação política – embora sempre tenha demonstrado uma defesa vaga do socialismo, com “caráter de massas e democrático” (SECCO: 2011, 123). A formação da Articulação, encabeçada por Lula, era uma reação à ampliação de espaço conquistada pela pequena burguesia intelectual e “elitista” (segundo ele mesmo), que sempre se configurou através de diversos vanguardismos. Esta reação, se por um lado defendia o PT como partido operário de base, por outro também fortalecia através do “grupo de Lula” a posição central do sindicalismo perante os outros grupos. Menos “elitista”, porém menos “popular” também, ao funcionalizar o movimento popular na organização da base militante enquanto a burocracia sindical ascendia aos postos de direção do partido – sem que isso significasse, apenas pela sua condição operária, uma posição de formação do sujeito político pela sua posição junto às relações de produção. Nesse sentido, reproduz-se, no setor sindical, a contradição já vista no setor popular, entre a crítica às relações de produção – sentida principalmente no chão das mesmas, pelas bases – e a “comunicação das consciências”, que direciona para um sentido conciliador, que flerta com uma postura gerencial da luta de classes.

Tal sindicalismo, como nos mostra Braga, embora renovado depois do ciclo de greves do final dos anos 70, traz a marca de origem da organização sindical do período populista, na qual há um claro deslocamento da burocracia dirigente das bases – resultado de um refluxo do “classismo prático” de tal base. Esta elite sindical, por sua proximidade de negociação tanto com o patronato quanto com o Estado, tem como principal característica o pragmatismo ligado à competência gerencial, tecnicismo, profissionalismo e ações políticas baseadas na sua própria reprodução enquanto classe dirigente (e portanto voltadas à “governabilidade”). Lula, neste contexto, é a liderança necessária para catalisar os interesses deste grupo ao mesmo tempo em que administra as forças internas de desagregação constantes do partido. Sua capacidade de negociação e apaziguamento do dissenso em nome de tal governabilidade, característica central da sua gestão no governo federal, é referência dentro da esquerda e principal força de condução de seu nome ao topo da liderança política do partido e depois, coerentemente, do país. Sua autonomia aumenta no mesmo ritmo de crescimento do partido.

Em 1987 ocorre o 5º Encontro Nacional do PT, onde é redigido o Projeto Democrático Popular (PDP), programa do partido. A conjuntura do período é importante de ser considerada, pois se trata do contexto de reestruturação produtiva e refluxo do movimento operário (e sua consequente re-burocratização, como indica Braga). No PDP está disposta a defesa da posição dos trabalhadores como classe hegemônica no Estado – o que indica o debate naquele momento em torno do papel do Estado e do caráter da sua disputa. Os setores radicais (principalmente trotskistas e autonomistas) do partido defendiam que esta disputa deveria ocorrer no plano tático, como processo de transição para o socialismo. No entanto, parece bastante coerente que os setores sindicais, de tradição populista, entendessem a conquista do Estado no plano estratégico – embate permanente, que indica o sentido mesmo daquela construção partidária para os grupos ali envolvidos. Necessário lembrar que a mesma tradição nacional-desenvolvimentista, que no setor sindical envolvia a relação negocial com o Estado, tinha rebatimento dentro do setor popular, na sua origem junto à construção da noção de “povo” (como visto no capítulo anterior). Percebe-se aqui como se unem gerenciamento (como mecanismo) e formação da consciência de classe (como elemento conformador), recriando, em outras bases, a forma política da década de 1950, num

apagamento das críticas no plano prático e teórico realizadas na década de 1970. Há, nesse sentido, uma reiteração da forma de estruturação da democracia no país. Interessa aqui, no entanto, não apenas as continuidades, mas as especificidades da Estratégia Democrática Popular.

Nesta perspectiva, é necessário precisar a alocação das frações da classe trabalhadora neste projeto, que fica obscurecida quando colocada abaixo de uma totalidade abstrata. O movimento popular, que naquele momento agregava majoritariamente uma população extremamente precarizada e pouco ligada ao mercado formal de trabalho, é colocado dentro da *tática* do acúmulo de forças no PDP. Foram denominados neste ponto de vista como “escolas de auto-organização”, congregando cooperativas, comunidades e conselhos. Os movimentos relacionados ao trabalho de base (por isso populares) seriam assim responsáveis pelo “aumento da consciência” e experimentação de formas de auto-organização que preparariam as condições políticas para uma sociedade socialista – sem tocar na crítica às relações de produção, “responsabilidade” do sindicalismo que, por sua vez, se direcionava a outros rumos dentro da dinâmica de afastamento de sua burocracia das bases. No entanto, quando os movimentos populares são entendidos e alocados neste papel tático, há um esvaziamento do conteúdo estratégico, na medida em que a auto-organização é vista como meio, não como fim em processo. As frações populares da classe trabalhadora (desde trabalhadores mal pagos e instáveis até os informais) parecem não estar no conjunto de elite designado à direção hegemônica do Estado, mas são fundamentais para o amoldamento de classe (IASI: 2012) – este sim tático.

Aliado ao “acúmulo de forças” tático (mobilização) representado pelo movimento popular, ganha relevância principalmente na década de 1990 o papel reservado aos intelectuais e profissionais liberais, bastante ligados às bases populares até então. Com o aumento expressivo de gestões municipais e legislativas assumidas pelo partido, em consonância com a diretriz de hegemonizar o Estado, passa a ser fundamental a formulação de um programa técnico relacionado à política, à economia e à sociedade. Essa dinâmica também corrobora para o afastamento, já observado no setor sindical, da elite formuladora do programa do partido das bases “mobilizadas” (ou cada vez mais “imobilizadas” pela “mobilização”, nestes termos).

V

Necessário lembrar que conjunturalmente a década de 1990 é aquela de avanço neoliberal na América Latina, quando o ataque aos trabalhadores através da reestruturação produtiva vem acompanhado de ajustes institucionais e econômicos de grande magnitude. Vários autores (Gohn, Braga, Iasi, entre outros) apontam este período, no campo da esquerda, como um momento de refluxo das lutas dos trabalhadores. Seria importante precisar este refluxo pois no campo partidário há no PT, ao contrário, a consolidação da sua presença efetiva no cenário político brasileiro, que culminará na conquista do governo federal na década seguinte.

Mais uma vez, para entendermos este movimento aparentemente contraditório, precisamos olhar para a configuração interna do campo da esquerda articulado pelo PT. Primeiramente, o caráter pragmático associado à corrente sindical e ao grupo de Lula se torna mais consolidado com a virada de “profissionalização” ocorrida neste período, se comparada com o imediatamente anterior. A década de 1980 pode ser considerada os anos dourados do trabalho de base, tanto através da organização dos núcleos do PT (que chegou a ter 1000 núcleos no país em 1982 (SECCO: 2011, 80)) quanto nas organizações populares ligadas à reprodução da vida dos trabalhadores. Este momento tem seu ápice na virada para os anos 1990, com a gestão Erundina em São Paulo, bastante ligada aos movimentos populares¹⁹⁹.

A chamada “crise do basismo” da década de 1990²⁰⁰ foi acompanhada de perto pelo movimento conjunto entre o crescente pragmatismo e profissionalização dos dirigentes partidários, por um lado, e por outro pela canalização de esforços do grupo ligado à academia e aos profissionais liberais em torno das possibilidades dadas pela “Constituição Cidadã” de 1988. Estava ali aberta uma forma de atuação política que foi o investimento central destes dois grupos até meados dos anos 2000: a proposição de políticas públicas, a consolidação de um arcabouço jurídico que as tornasse possíveis e a reestruturação institucional necessária para efetivar o PDP no que concerne à prática de gestão participativa (conselhos, consultas, plenárias, etc.). Como vimos anteriormente, tal atuação, ligada diretamente à estrutura estatal e jurídica, se diferenciava daquela proposta pelos grupos ligados ao trabalho de base, para os quais a autonomia organizativa dos trabalhadores sempre foi presente com mais ou menos contradições. A questão da “participação” aparece como imbróglcio entre as duas vertentes, embaralhando semanticamente os sentidos opostos de participação funcional (que objetiva o consenso ligado às possibilidades pragmáticas dadas pelo *Status Quo*), daquela ligada à autogestão (que é fundada na política como dissenso e autodeterminação dos trabalhadores).

É nesta conjuntura que nascem os movimentos populares de moradia e reforma urbana, como articuladores entre a tradição do trabalho de base (autonomista) e a estratégia desenhada pelo PDP de transformação do Estado (através da participação institucionalizada). Portanto, já nascem dentro da contradição fundamental que é a marca do partido no seu amadurecimento, ocupando o lugar dos núcleos de base com a bandeira da participação democrática. Nestes termos, a autogestão²⁰¹ como *controle da produção* é entendida dentro do aparato ideológico da “participação”: aprofundamento do processo *democrático* com

¹⁹⁹ Erundina foi candidata pelo PT com pequena margem dentro da consulta interna no PT: venceu com 54,9% dos votos contra Plínio de Arruda Sampaio. Ela tinha apoio da esquerda do partido e das bases da Articulação. Até mesmo por conta desta disputa interna seu governo foi permeado de tensões, inclusive dentro do partido.

²⁰⁰ Segundo Secco, os núcleos de base nunca tiveram mais do que cerca de 5% dos filiados envolvidos, acrescentando: “Isso significa que o PT deve sua natureza de massas à influência eleitoral associada à inserção seletiva em organizações da sociedade civil. Ou seja, foi desde o início um partido de quadros (numerosos para a época em que surgiu) que buscava orientar e liderar sua massa crescente de ‘simpatizantes’, os meramente filiados e os eleitores” (SECCO: 2011, 82-83). No 6º Encontro do PT, em 1984, estava já em pauta a chamada “crise de nucleação”, oficializada nas suas decisões pela perda de poder decisório interno dos núcleos. Durante os anos 1990 eles se reduziram a cerca de 200 em todo o país, e não eram mais células de trabalho de base, mas sim de arregimentação de filiados. Segundo Secco, os que ainda tinham as feições originais eram apenas setoriais, tendo praticamente desaparecido aqueles das categoriais profissionais ou por local de trabalho.

²⁰¹ “A proposta autogestionária de produção habitacional no Brasil nasce junto com o processo de redemocratização, com o fim da ditadura militar incorporando os princípios de construção de poder popular, descentralização do poder e disseminação da economia solidária, por meio de um processo de produção não mercantil que valoriza a moradia como direito e a cidade como território de realização de direitos” (RODRIGUES: 2013, 199).

formação política direcionada à criação de *cidadania*, *qualificando a interlocução* com o *poder público* através dos *conselhos*. Evaniza Rodrigues identifica esse caráter ao citar Rosangela Dias Oliveira da Paz, para quem

“A principal contribuição dos movimentos sociais tem sido no aprofundamento do processo democrático brasileiro, enquanto reconstrução de espaços de organização e participação da vida cotidiana, e de valores éticos e democráticos. Nosso entendimento é de que a consolidação dos movimentos sociais enquanto sujeitos políticos da democratização brasileira traz, por consequência, mudanças nas relações que se estabelecem entre indivíduos, na sociedade em geral e delas com o Estado” (Paz In: RODRIGUES: 2013, 23).

Não se trata, portanto, dos traços autonomistas anteriores, ainda que os tenha como elemento de “*eminência parda*”. Autogestão aqui se refere mais a uma prática de formação para a cidadania (no sentido pedagógico de gestão do social como organização popular) do que uma crítica às relações de produção e experimentação de coletivização – ainda que na prática inicial estes elementos estejam presentes, não são o objetivo político central dos movimentos agora institucionalizados e alocados taticamente dentro da estrutura partidária (tanto que se dispersam ao longo do tempo, como veremos). Isso se dá pela sua origem dentro da conjuntura do PDP, onde são posicionados taticamente na mobilização popular necessária para a massificação do programa do partido. O “*sistema autogestão*” (CARVALHO: 2004, 33) é expressão deste truncamento, que envolve o discurso da autogestão pelo movimento popular e seu entendimento como *gestão* pelo poder público (pois é ele quem aprova e regula o financiamento), ou ainda formas de cogestão por alguns autores.

Fato é que a consolidação democrática brasileira, que deve muito à *forma de democracia* projetada no campo Democrático Popular, foi sendo construída por dentro da estrutura institucional, apartando a pauta popular ligada ao trabalho de base e a relegando à função tática de “*acúmulo de forças*”, instrumento que foi bastante útil durante todo o período como mobilização de massa eleitoral – não política. A postura anti-institucional da forma anterior representada pelos núcleos de base ou pelas CEBs apontava para esta relação conflituosa com o partido desde sua origem, e por muitas vezes as contradições não demoraram a explodir quando algumas de suas práticas, reformuladas, adentraram na estrutura estatal (Mutirão Autogerido se transforma em Minha Casa Minha Vida Entidades, o Fome Zero em Bolsa Família²⁰²).

Cabe então a pergunta: por que o projeto de democracia como prática política dissensual e baseada na autodeterminação dos trabalhadores – e portanto como luta de classes – não foi levada a diante pelo PT? Não se trata de democracia versus autoritarismo, mas de caracterizar a especificidade da forma democrática desenhada e levada a cabo pelo PT, que apagou outras possibilidades pautadas pela própria classe trabalhadora, talvez pelo

²⁰² Frei Betto, articulador do Programa Fome Zero, faz uma dura crítica ao PT após seu afastamento do governo em 2005. Segundo ele, “O Bolsa Família melhorou as condições sociais de milhares de pessoas que viviam na miséria. Porém, a proposta do Fome Zero era mais abrangente e possuía caráter emancipatório. Não conheço outra política pública na história do Brasil que tenha provocado tanta empolgação na opinião pública. O Bolsa Família tem aspectos positivos, mas possui caráter compensatório. Até hoje não se descobriu a porta de saída das famílias que dele dependem” (Entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo, disponível no sítio <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-frei-betto-bolsa-familia-e-projeto-de-poder,335703>> acessado em 15 de novembro de 2017). Frei Betto aprofunda sua crítica ao PT no livro “A Mosca Azul” (2006), no qual demonstra o afastamento do partido das bases rumo a um projeto de poder.

“classismo prático” como identificou Braga – que podemos ver para além do “precariado”, quando entendemos o movimento popular como organizador de trabalhadores nunca inseridos na estrutura produtiva fabril assalariada. Este apagamento não foi repentino nem “maquiavelicamente” planejado, mas se configurou a partir de uma dinâmica interna e externa de conformação de uma forma de democracia que se consolidou de maneira *específica* no quadro do processo de acumulação de capital internacionalmente.

Segundo Ricci, durante a década de 1990 há uma autonomia cada vez maior das lideranças partidárias, e sua capacidade de negociação e controle político interno suplantam a mobilização de massas. Esta autonomia é consonante com outra, a das administrações municipais e mandatos parlamentares, que acabam por definir, retroativamente, a liderança partidária. Segundo Secco, a centralidade da disputa interna em torno das tendências se esgotou e foi substituída pelos mandatários de cargos eletivos: “[Nas tendências], embora houvesse espaço para um dirigente formulador da estratégia se perpetuar nas Comissões Executivas do partido, a preeminência dos parlamentares é que acabava por moldar a política adotada” (SECCO: 2011, 196). Nesta conjuntura, a Frente de Massas vira ação eleitoral e se distancia efetivamente do trabalho de base e nucleação da década anterior.

O movimento popular de luta pela moradia, nestes termos, entra numa fase de contradição interna já esboçada na formação do partido e que agora se avoluma: como conduzir politicamente seu papel junto à população trabalhadora – cada dia mais precarizada devido ao avanço neoliberal? Como lidar com a defesa e construção cotidiana da autogestão e da educação popular quando esta prática se consolida, através da própria lógica partidária, como mobilização tática de massa eleitoral? Detalhe: isso não se configura como uma mudança de postura do partido frente ao grupo, dado que seu papel dentro do PDP era de mobilização popular. O que passa a ficar mais claro, e que talvez não transparecesse tanto antes, é que o “acúmulo de forças”, ao ser formulado do ponto de vista tático, em conjunto com a defesa da formação de uma classe hegemônica *dentro* do Estado, pairava na ambiguidade mesma do protagonismo da classe trabalhadora no PDP entre a institucionalidade e a autonomia.

A gestão de Luiza Erundina em São Paulo (1989-92) foi um marco nesta conjuntura, principalmente para os intelectuais, profissionais liberais, funcionários públicos e movimentos populares. Vale lembrar que a candidatura da ex-prefeita foi questão acirrada dentro do PT, principalmente no embate entre a corrente sindical e a popular²⁰³. No comando da maior cidade do país, as contradições internas do partido referentes à conquista do Estado ficam mais prementes, e as forças sociais internas se adéquam a esta nova realidade – sem deixar tais contradições de lado, mas alterando seu grau de conflito. Nos setores ligados à pequena burguesia fica mais contundentemente definida sua atuação junto à formulação e execução de políticas públicas, potencializada com o crescente número de prefeituras e mandatos parlamentares em todo o país.

Os movimentos populares avançam na conformação institucional. O MST (criado em 1984) já se organizava nacionalmente, colocando-se dentro deste mesmo processo de

²⁰³ Erundina teve muitos conflitos com sindicalistas durante sua gestão, principalmente com o Sindicato dos Condutores (SECCO: 2011, 130).

redemocratização²⁰⁴. O movimento de moradia, porém, se organiza principalmente a partir das experiências paulistanas durante a gestão Erundina, tendo como referência o cooperativismo uruguaio, como visto anteriormente. Se, nesta referência, a auto-organização popular tinha alguma relevância, o processo político brasileiro dá outros contornos à experiência, que já nasce dentro e através do poder público, capitaneado pela forma partidária consolidada no PT. Segundo Caio Santo Amore (CARVALHO: 2013), a então secretária de habitação municipal Ermínia Maricato colocava os objetivos da política da SEHAB (Secretaria de Habitação) como a construção de cidadania, a busca do direito à cidade e do direito à habitação com qualidade ambiental. Seus eixos orientadores eram a democratização da gestão urbana, a desprivatização da máquina pública, melhoria da qualidade ambiental, a proteção do patrimônio construído, um novo quadro normativo de gestão e o reconhecimento da cidade real. Todos elementos, portanto, relativos à transformação do Estado por dentro, não referentes à defesa da autonomia dos trabalhadores.

A União Nacional dos Movimentos Populares (UNMP), primeira organização nacional de moradia e a maior até os dias de hoje nasce a partir desta luta institucional: “A UNMP iniciou sua articulação em 1989 e consolidou-se a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil (Lei 11.124/05)”²⁰⁵.

As contradições entre institucionalidade e autonomia da década anterior se amenizam, colocando o partido numa rota de crescimento durante os 10 anos seguintes, através do fortalecimento de sua atuação dentro dos poderes públicos (executivo e legislativo) nos seus três níveis, em escala nacional (municipal, estadual e finalmente federal). Retomando a análise de Gohn (GOHN: 2010), cuja perspectiva é a de que a década de 1990 é de crise do movimento social, há que se fazer portanto as devidas mediações para clarificar as contradições em jogo: sim, há crise do caráter autonomista e popular ligado ao trabalho de base, porém há um fortalecimento da atuação partidária dentro do espectro da esquerda, fomentada pela crescente institucionalidade. Os movimentos populares estão nesta transição, e sempre carregarão o conflito interno com a autonomia política.

Outra contradição talvez anterior precisa ser levantada, para entendermos a dimensão dos encaminhamentos da década de 1990. Segundo Iasi (IASI: 2012, 475), documentos oficiais programáticos do PT (principalmente o PDP) colocam a luta pela conquista do Estado dentro do processo de luta pelo socialismo, *sem mencionar a alteração das relações de produção*. Neste sentido, o autor coloca que não se trata de disputa de hegemonia (como luta de classes que objetiva a construção de uma nova ordem), mas acúmulo de forças para conquista do Estado burguês. Há nesta inversão a substituição (patente nos documentos durante a década) do socialismo pela democracia ou, poderíamos dizer, da produção pelo político, parte do que queremos aqui caracterizar como a forma específica da democracia petista.

²⁰⁴ “Não apenas nos sentimos herdeiros e continuadores das lutas anteriores, mas também somos parte das lutas que nos forjaram no nosso nascimento. Do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já em 1984, quando já em nosso primeiro Congresso afirmávamos que ‘Sem Reforma Agrária não há democracia’”. Disponível em < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86> > acessado em 01 de julho de 2015.

²⁰⁵ Disponível em < http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=54 > acessado em 01 de julho de 2015.

O socialismo – entendido aqui a partir da transformação do modo de produção – estava presente no horizonte dos grupos de organização popular ligados ao trabalho de base da década de 1970 na medida em que sua ação política se caracterizava pela autodeterminação dos trabalhadores através, justamente, do *trabalho* e, portanto, da *produção* – seja nas fábricas, seja no urbano. O deslocamento fundamental do socialismo para a democracia, neste sentido, foi a captura política do sentido de *autonomia* pela “*participação*”. Não há, neste termo, autodeterminação dos trabalhadores enquanto classe, mas sim a configuração de um estatuto de forma jurídica baseado no direito individual. Conceitualmente, o termo significa “tomar parte” e, portanto, se diferencia do “produzir o todo”. Frequentemente “participar” significa na prática política tomar conhecimento, opinar, questionar, em certos casos interferir. Ou seja, ter ação articulada num campo dado. Não significa, portanto, *produzir* este campo, a partir das premissas e necessidades concretas de determinado coletivo. A participação é uma ação sim política, pois abre a possibilidade de interferência de uma alteridade, porém ela é limitada pelo campo da *Realpolitik* e, portanto, descarta a autonomia.

A “participação” é o lugar que foi reservado às bases trabalhadoras (incluindo aí o precariado) no campo Democrático Popular – afastando, ou melhor, gerindo, assim, a potencialidade de ação política delas. Sua luta passa a ser a sofrida conquista passo a passo de um alargamento dos limites pré-estabelecidos pela institucionalidade possível, principalmente através do enfrentamento formal (reivindicativo e propositivo, mas sempre dentro das regras do jogo democrático). Não se trata de uma luta de classes em disputa pela hegemonia, um embate entre trabalhadores e Estado capitalista, mas sim uma construção social na qual é forjada ideologicamente uma unanimidade (parecida com o “fim da história”) em torno de determinada forma democrática, que passa a ser naturalizada. Nesta forma, a relação entre bases e lideranças tem uma funcionalidade própria.

Com o avanço neoliberal na América Latina durante a década de 1990, ao contrário do que poderia parecer seu receituário, um determinado desenho democrático é fundamental, sendo o papel do Estado um de seus elementos²⁰⁶. Este desenho específico *aparece* inicialmente como articulação entre mercado, Estado e a dita “sociedade civil” – ocultando os termos da luta de classes e privatizando a esfera pública. Será visto adiante que ele é mais do que isso, na sua especificidade. Com o signo da “eficiência” (entre nós, assumida pelo PSDB de FHC) e descartando seu caráter político, o Estado passou a ser entendido como “administração pública” a ser realizada preferencialmente junto ao não menos significativo “terceiro setor” (entre o público e o privado). O projeto democrático, neste momento de caráter neoliberal ortodoxo, é caracterizado a partir do direito individual e da propriedade privada como forma de relação social. Daí os termos e conceitos em voga: esfera pública não estatal, responsabilidade social, sociedade-rede, etc. A política pública, seguindo orientação internacional, é feita por programas focalizados e flexíveis.

²⁰⁶ O tema será retomado e aprofundado em outros capítulos, mas é importante já pontuá-lo. Longe do Estado neoliberal ser um Estado “mínimo”, ele é bastante forte, porém com outras funções que não a diretamente produtiva (por isso as privatizações da década de 1990). Segundo Laval e Dardot: “o liberalismo ‘renovado’, longe de condenar por princípio a intervenção do Estado como tal, teve a originalidade de substituir a alternativa da ‘intervenção ou não intervenção’ pela questão sobre *qual deve ser a natureza* de suas intervenções” (DARDOT; LAVAL: 2016 [2009], 158).

A forma democrática petista, segundo o PDP, traz como principal marca a famigerada “participação”, a partir da qual se pretenderia diferenciar da forma neoliberal por excelência, de acordo com seus termos. Diferentemente desta, na qual interesses privados se relacionariam (inclusive aí o Estado, como um componente desta fragmentação), a gestão participativa, além de abrir o leque social para além do terceiro setor, daria outro papel para o Estado: como unidade social, centralizaria e estabeleceria a sintaxe de comunicação dos atores, arena na qual estes “participam”, também se responsabilizando por ela e a legitimando.

Este caráter de centralização e de determinação da arena política já era experimentado dentro do PT, a partir da crescente autonomia da burocracia partidária e da sua representação máxima na figura de Lula. Este, na segunda metade da década de 1990, funda o Instituto Cidadania, a partir do qual desenha o programa de sua plataforma eleitoral para as eleições a partir de 1998. Deliberada e publicamente fora do partido, tal programa tem caráter técnico e é resultado do acúmulo das experiências de atores sociais ligados ao campo Democrático Popular dentro das instituições públicas e privadas, da Universidade ao poder público, passando pelos movimentos sociais. De qualquer maneira, destaca-se aí a profissionalização do programa político e a naturalização de uma determinada forma democrática, que foi na realidade fruto histórico de uma específica configuração partidária.

Esta foi consolidando consensos e, como na “Revolução dos Bichos” de George Orwell, apagando silenciosamente um modelo de socialismo ligado à construção popular e à autodeterminação dos trabalhadores. No início da década de 2000, restou só a máxima “Todos os bichos são iguais, mas uns são mais iguais do que outros” (ORWELL: 2013 [1945]). Há uma crise institucional dentro do PT, um abismo entre bases e direção, com uma transfiguração do discurso nada singela: do anti-capitalismo ao anti-neoliberalismo.

Na bibliografia é bastante discutida a questão: dada a conjuntura atual, pode-se dizer que o PT mudou, e como? A maior parte dos autores é da opinião que sim, porém por motivos diversos. Secco é da posição de que a mudança tem a ver com o processo de crescente dirigismo de Lula e seu grupo, o que teria levado a um pragmatismo deslocado do primeiro PT. Werneck Vianna, nesta mesma linha, porém sem destacar a primazia da atuação de Lula, diz que tal pragmatismo colocou de lado a possibilidade do “moderno” que o PT trazia na origem – que seria, segundo ele, o aprofundamento da democracia, a valorização da auto-organização do social e da autonomia das associações em relação ao Estado. Estas características também são levantadas por Ricci, que acredita que a mudança no partido se deu a partir da negação da relação com os movimentos populares que defendiam politicamente a autonomia política, a organização horizontal, a democracia direta, o anti-institucionalismo e o anti-capitalismo. Nestas visões, a análise se dá a partir da premissa de que houve uma espécie de “traição da direção” que, ao neutralizar setores populares que contestavam a conquista do Estado, dirigem o partido, pragmaticamente afastados da sua base militante.

Esta visão analítica é contestada por Iasi:

“Para os adeptos da teoria da ‘traição das direções’, a questão se resolve muito facilmente nas contingências que poderiam ter dado maioria a uma ou a outra concepção ou levado a um ou outro indivíduo aos postos mais decisivos de liderança da experiência

partidária construída pelos trabalhadores nas duas últimas décadas. No entanto, a coisa parece não ser assim tão simples. (...) As transformações ocorridas no PT (...) não podem ser atribuídas, para o bem ou para o mal, apenas às intenções e valores que guiaram seus agentes nos diferentes momentos. Como procuramos demonstrar por meio da descrição do movimento próprio das resoluções, estas expressavam uma espécie de síntese para qual influíam a intencionalidade dos sujeitos, as condições conjunturais, entre elas, fundamentalmente, a dinâmica da luta de classes como expressão de um certo momento do processo de constituição da classe trabalhadora como classe” (IASI: 2012 [2006], 529).

Segundo o autor, o PT (entendido como unidade), ao contrário, se amolda à classe trabalhadora que está em movimento de refluxo histórico durante a década de 1990. Mais dialética do que as primeiras, tal análise dá conta de caracterizar a potência da organização partidária que, ao justamente se amoldar ao pragmatismo crescente na sua base, ganha mais adeptos em vez de perdê-los. Há que se contabilizar, no entanto, o quanto este movimento de amoldamento não é ao mesmo tempo produto e produtor do processo de refluxo histórico – o que não diminuiria em nada o centro da questão, ou seja, a visão de que não há afastamento entre bases e lideranças, mas sim aproximação, não no lugar da defesa da autonomia, mas através do pragmatismo.

Braga, neste sentido, também é da posição de que não há uma “traição da direção”, mas sim a sedimentação de um caráter de origem – e, portanto, não se poderia falar de forma contundente numa “mudança” do partido. Tal caráter seria dado pelo fato de que o PT teria nascido *dentro* do movimento de refluxo histórico (e não teria sofrido suas consequências posteriormente), que ele localiza na década de 1980 com a crise das greves do novo sindicalismo e retorno do controle efetivado pela burocracia sindical em relação ao precariado. Se esta visão é bastante interessante do ponto de vista do movimento histórico, peca ao entender o partido apenas do ponto de vista da corrente sindical. Para o autor, a potência revolucionária que foi silenciada – momentaneamente, defende ele – seria aquela do “classismo prático” do precariado, que instaura a política no momento em que deflagra a impossibilidade da manutenção de uma forma de relação de produção. Sua análise, portanto, se baseia de dentro da esfera do assalariamento e perde, neste sentido, a construção política das classes populares que não se relacionam com esta forma de relação capital-trabalho (nem de maneira precária). É difícil, portanto, colocar esta fração de classe ou dentro do precariado ou fora da construção partidária, no nosso entendimento. Este tema será abordado no Capítulo 3.3, incluindo o desenvolvimento deste pensamento de Braga, que passa a dar mais relevância aos movimentos populares justamente durante o pós-crise de 2013.

Ainda nesta perspectiva de que não há mudança de rumos do PT, está uma série de militantes de organizações ligadas historicamente ao campo Democrático Popular que redigiram um manifesto, em 2011, justificando politicamente sua saída das mesmas (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina). Segundo este manifesto,

“A questão fundamental para nós não é só criticar a burocratização, institucionalização, o abandono das lutas de enfrentamento, a política de alianças, que aparecem como um problema nas organizações, mas sim identificar o processo que levou estas organizações políticas a assumirem essa postura. A crítica restrita ao resultado leva a refundar o mesmo processo, cometendo os mesmos erros. O problema em questão não é que houve uma traição da direção ou um abandono/rebaixamento do projeto político; um erro na escolha das táticas ou dos aliados. A questão fundamental é a contradição entre o objetivo e os caminhos escolhidos para atingir tais objetivos: propúnhamos o Socialismo como objetivo,

mas o projeto estratégico que traçamos ou ajudamos a trilhar não nos leva a esse objetivo. (...) Para nós, este é um governo Democrático e Popular. Não da forma idealizada como querem alguns, mas com as concessões necessárias para uma ampla aliança. O PDP deu nisto. Nesse sentido, nossas organizações foram vitoriosas quanto ao que se propuseram. E nós contribuimos com este processo, no entanto hoje percebemos que esta estratégia não leva ao Socialismo, ao contrário, transforma as organizações da classe em colaboradoras da expansão e acumulação do capital. O que se apresenta como uma vitória para nossas organizações, na perspectiva da luta de classe, é uma derrota” (Carta dos 51: 2011).

O Estado Democrático Popular como especificidade da dependência contemporânea

A construção de uma específica forma estatal pelo campo Democrático Popular (na sua estratégia e nas experiências institucionais do PT ao longo das décadas de 1980 e 1990) passa por um movimento dialético entre o papel do país numa conjuntura internacional e a formação de uma identidade de classe constituída nos embates e amoldamentos a ele. Muitos autores (apenas da bibliografia aqui utilizada, Chesnais, Chauí, Braga, Oliveira, Paulani, Harvey, Iasi, Vianna), já se debruçaram sobre a caracterização deste período histórico mundial através de uma grande diversidade de pontos de vista, porém parece haver um consenso de que há uma transformação interna ao capital que entra num novo ciclo de expansão como resposta à crise econômica e política da década de 1970. Há uma alteração de predominância da forma de reprodução expandida do capital, em direção à esfera financeira. Mais rigorosamente, nos parece ser um processo de expansão do capital fictício, uma forma específica e mais autônoma do capital portador de juros, tal qual o definiu Marx²⁰⁷ (MARX: 1986a [1890]).

A análise de Iasi é especialmente importante neste entendimento, pois realça um aspecto que nos é caro: a partir da teoria marxista, a autonomia da esfera financeira faz parte

²⁰⁷ O capital portador de juros (Capítulo XXI do Livro III d'O Capital) é descrito por Marx como certo quantum de dinheiro (que é uma mercadoria especial, equivalente geral de todas as mercadorias) que, ao invés de ser trocado por uma mercadoria, é *emprestado*, ou seja, não há mudança de propriedade, mas uma mudança de posse do *valor de uso* do dinheiro – o de ser investido como capital na produção, retornando uma mais-valia. Assim, o dinheiro efetivaria, nas mãos de outro, uma potência não efetivada se ele é entesourado ou consumido improdutivamente. Um detalhe importante nesta categoria é que ela insere o dado temporal no processo de troca, indicando um ciclo entre o empréstimo e o retorno do dinheiro ao seu proprietário. Por conta desta característica, as relações de troca ganham uma dimensão jurídica mais robusta do que a das trocas simples, nas quais os possuidores de mercadorias se encontravam diretamente. Como o dado temporal faz com que se afastem o proprietário e sua mercadoria (o dinheiro), é necessária uma relação jurídica (um contrato) entre o prestamista e o tomador do empréstimo, que assegure o tempo de retorno e a taxa de juros referente a esta transação. Esta, por sua vez, é uma parte da mais-valia gerada na produção, onde, teoricamente, foi investido o dinheiro emprestado. Mesmo que não seja investido na produção, o dinheiro tem, no capitalismo, a potência social de gerar mais-valia e, portanto, independente de exercer esta potência na esfera produtiva como capital, carrega consigo tal capacidade. Desta maneira, a taxa de juros é uma porcentagem da taxa de lucro média produzida socialmente, que está em potência em qualquer soma de dinheiro. Assim, ao emprestar o dinheiro, o prestamista não se importa de qual maneira ele está sendo usado, apenas tem uma expectativa no seu retorno futuro. Expectativa esta lastreada por um contrato no qual as taxas são definidas previamente à produção efetiva da mercadoria, que ainda não foi nem produzida, nem vendida. Desta maneira, o capital portador de juros configura uma dinâmica não apenas especulativa sobre o futuro, mas também, e principalmente, determina uma meta de lucratividade para a produção e um tempo de rotação do capital investido, sendo, desta maneira, proprietário indireto do trabalho futuro. O capital fictício (ou capital “fingido”) é uma forma específica do capital portador de juros, que ganha maior autonomia na medida em que é um investimento meramente especulativo sobre uma produção que pode inclusive nem ocorrer. Marx coloca sob esta categoria as letras de crédito e de câmbio, as ações das empresas e os títulos de dívida pública: são meras criações de meios de circulação, sem qualquer lastro (Capítulo XXV, Livro III d'O Capital).

da forma do fetiche-capital, que obscurece as relações de produção que o fundam. Para além da definição do capital rentista, é inescapável o retorno à esfera produtiva, cuja forma possibilita a acumulação e, portanto, o fundamento da reprodução do capital sob qualquer predominância – a produção de mais-valia, que alimenta a forma rentista. Seguindo este alinhamento, lasi localiza as décadas de 1980 e 1990 como transição da subsunção formal do trabalho ao capital para a real, através da reestruturação produtiva.

Segundo Marx, isso significa também uma mudança de predominância: da extração de mais-valia absoluta para a relativa (ver nota 145), que dá ênfase à produtividade intensiva com a particularidade de retirar do trabalhador seu controle do processo de trabalho. Este processo marca, para ele, a fase “especificamente capitalista” de desenvolvimento do capital, onde suas formas estão operando de outra maneira:

“A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e dos agrupamentos sociais. Ela supõe portanto um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital” (MARX: 1984 [1867], 106. Grifos acrescidos).

Werneck Vianna compartilha desta análise em relação ao Brasil: “Trata-se de um longo ciclo em que se afirma, sob distintas orientações ideais e políticas, a conclusão do processo que impôs ao país o *modo de produção especificamente capitalista* (...)” (VIANNA: 2011, 18. Grifo acrescido).

Neste ponto encontram-se dialeticamente conjuntura e formação de identidade de classe – que volta a aparecer para além do capital rentista e torna possível e coerente a análise política. Para lasi, o PT se constituiu como fetiche, congelando e substituindo a classe em movimento e dando suporte, na análise aqui empreendida, à forma de reprodução fictícia do capital neste período. Braga também se aproxima desta posição quando caracteriza a formação do partido como a institucionalização e consequente cristalização da potência do “classismo prático” presente no precariado. Desta perspectiva não se trata, portanto, de “traição da direção”, mas de um processo histórico de amoldamento que a construção do PT consolida, como marca de origem.

A construção da forma democrática é realizada, nestes termos, dentro de um contexto específico de derrocada do regime soviético (do qual o PT sempre se posicionou contra) e ascensão internacional do neoliberalismo. No aspecto econômico, as agências multilaterais como o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) têm forte influência, pregando estabilidade monetária e corte do déficit público para preservar a capacidade de pagamento de dívidas dos países dependentes. Como parte deste processo, a transferência de poder do capital industrial para o rentista traz uma série de consequências, como a precarização, fragmentação e terceirização do trabalho, o desemprego estrutural, a perda do poder das organizações populares e a polarização de classes (CHAUÍ: 2013).

Braga (2012) desenha uma linha temporal do Brasil que destaca estas transformações. Segundo ele, a década de 1920 é caracterizada por um Taylorismo primitivo, onde há racionalização do trabalho, porém ainda pautada em baixa produtividade e

exportação de bens de consumo não duráveis. Entre 1950 e o início dos anos 1990 há a consolidação do Fordismo periférico através da mecanização da produção com acumulação intensiva de capitais e crescimento do mercado de bens duráveis. Neste momento, os níveis qualificados do processo produtivo estão no exterior, há aumento do consumo das classes médias em detrimento daquele dos trabalhadores, alta da inflação, elevação da produtividade do trabalho, degradação salarial, rotatividade, substituição de importações e importação de bens de capital. Seria a partir da década de 1990 que, no país (bem como em toda a América Latina), implanta-se o dito Pós-fordismo financeirizado, que o PT de Lula aprofunda em vez de negar, segundo o autor.

Outros autores procuram também fazer periodizações. Leda Paulani, ao analisar a inserção da economia brasileira no processo de acumulação capitalista em nível mundial, o divide em cinco fases (PAULANI: 2012). Marisa Amaral sintetizou estas cinco fases expostas por Paulani da seguinte forma:

“I) a colocação do país como mero objeto de espoliação por parte das economias europeias – então, em franco processo de expansão territorial pela via colonialista –, através do saque de matérias primas e metais preciosos e da exploração da mão de obra nativa compelida ao trabalho; II) a inserção do país como produtor de bens primários de baixa densidade tecnológica destinados à exportação para os países do centro, algo que se estende da ‘época do exclusivo metropolitano até o início do século XX’ (Op.Cit, 90); III) a constituição da economia brasileira, a partir dos anos 1950, em receptora de capitais externos atraídos pelas possibilidades de acumulação que o mercado brasileiro oferecia, materializando-se na forma de investimentos diretos na indústria, cuja produção seria destinada ao consumo interno; IV) a posição do país, a partir das duas crises do petróleo na década de 1970 como tomador de empréstimos externos advindos de uma ‘crise de sobreacumulação irresolvida no Centro’, trazendo como resultado a conhecida crise da dívida externa da década de 1980; e V) sua constituição, a partir de meados dos anos 1990, como ‘plataforma internacional de valorização financeira’ em função das reformas estruturais e da adesão ao ideário neoliberal” (AMARAL: 2012, 116).

Jaime Osório (2012), por sua vez, faz esta periodização tendo em vista as distintas fases de transformação do que ele chamou de “padrão de reprodução do capital”, que descreveria com maior grau de concretude os ciclos de capital nos países dependentes. Segundo ele, teria se realizado na América Latina (com especificidades locais) primeiramente um padrão de reprodução primário-exportadora (até a década de 1930), um padrão de reprodução industrializante (entre 1930 e final de 1970) e, a partir de meados da década de 1980, um padrão de reprodução exportador de especialização produtiva. Dentro da tradição da Teoria Marxista da Dependência, Theotônio dos Santos (1970) também propõe uma periodização (até o momento em que escrevia), com três períodos: colonial; “financeiro-industrial” até meados do século XX, momento em que a função da América Latina é a de baratear os custos de reprodução da força de trabalho e do capital constante dos países centrais, exportando matérias primas e produtos agrícolas; e uma terceira fase, na qual a dependência se caracteriza como “tecnológica-industrial”, quando tais países recebem capitais e tecnologias externos e devem remunerar estas fontes.

De uma maneira geral, percebe-se que, independente das especificidades das periodizações, a década de 1980 aparece como a virada de uma fase na qual o investimento produtivo era preponderante, para outra na qual ganha força a questão rentista ligada, no campo produtivo, a uma reprimarização e relações de trabalho cada vez mais precárias. Nesse

sentido, vale a conexão entre a especificidade da inserção do país no sistema de mercado global e o período da chamada Nova República, que dura até que a crise mundial recomponha este papel. Este último período democrático, portanto, deve muito da sua forma política a esta forma de reprodução do capital ligada à predominância de formas rentistas, particularmente ligadas ao avanço do capital fictício em todo o mundo – se consideramos que as relações de poder são originadas nas relações de produção. Daí a hipótese da ressonância entre a forma do Estado construído pelo campo Democrático Popular e as formas fictícias de acumulação de capital junto à especificidade periférica.

Esta nova fase de desenvolvimento do capital na periferia, continuando com Braga, supera transformações de natureza tecnológica, impondo às empresas mecanismos financeiros de controle de excedente: governança corporativa e maximização do “valor adicional” com profundas mudanças nas relações de trabalho. O aparelho sindical, nestes termos, passa a ser um lugar de importante articulação política a partir da necessidade do capital de impor maior produtividade e precarização. De acordo com Braga, o refluxo sindical depois das greves do período 1978-80 foi o fator determinante para a ascensão do chamado “sindicalismo cidadão” (novamente a democracia participativa que desloca a luta de classes), que tem a burocracia sindical dentro do Estado (principalmente nos conselhos dos Fundos de Pensão) e se caracteriza por extremo pragmatismo.

As transformações no mundo do trabalho foram acompanhadas por uma condução da política federal que teve como função pavimentar as condições para o Brasil entrar no circuito internacional de valorização financeira na década de 1990, segundo Leda Paulani (2008). Para a autora, uma série de medidas foram tomadas neste período com este intuito: a securitização da dívida externa com a criação de títulos da dívida cotados em bolsa, a desregulamentação do mercado financeiro²⁰⁸, o controle do gasto público através do controle da inflação, mudanças legislativas e institucionais (com a redução das políticas sociais do Estado, as privatizações e a abertura econômica), a reforma da previdência, a lei de responsabilidade fiscal, a aplicação de isenção fiscal para valores investidos em títulos financeiros, a lei de falências, o aumento da desvinculação de Recursos da União e, por fim, a proposta de autonomia do Banco Central.

O caso da previdência é notório desta reconfiguração institucional e econômica. Segundo Paulani, o sistema anterior era pautado por solidariedade intergeracional, ou seja, aqueles que estão na ativa “sustentam” aqueles que não estão mais. Este regime de “repartição simples”, de acordo com sua análise, pode ser considerado produtivista pois a ele interessa o emprego, a renda e o capital produtivo, dada a lógica de que os recursos que o abastecem vêm diretamente da produção de mais-valia. A reforma da previdência, iniciada no setor privado por FHC e no setor público por Lula, faz com que tais recursos não advenham mais (diretamente) do trabalho, mas através de um sistema de capitalização. Nele, há busca de remuneração externa através de um regime rentista, para o qual interessam juros reais altos e ativos fixos, de preferência em papéis públicos. Para a passagem para este sistema, o governo impôs um teto para os benefícios, obrigando quem quisesse manter sua remuneração a investir em previdência privada. A atual reforma da previdência – que foge do escopo desta

²⁰⁸ Através das contas CC5, que permitiam remessas de recursos internacionais sem controle de divisas.

tese – vem dar continuidade a estas medidas, dificultando o acesso do trabalhador ao fundo e abrindo espaço para a previdência privada.

Assim, para Leda, há uma contaminação da esfera produtiva pelo novo modo de regulação adequado ao regime de acumulação financeira (com a influência, na autora, de François Chesnais), caracterizado pelo Toyotismo. Sua principal característica seria a flexibilização do trabalho: utilização mais intensa da força de trabalho, customização, repartição dos riscos do capital com o trabalhador, redução do custo de carregamento de estoque de matéria prima, terceirização e economia de gerência através do autocontrole dos trabalhadores. Neste sistema, há necessidade de copiar ou adaptar tecnologia, com a permanência de setores de maior qualificação no exterior. Esta geração de mais-valia, no nosso entendimento, é aquela que se adéqua à forma “especificamente capitalista” tal qual Marx define, momento no qual a mais-valia relativa tem predominância em relação à absoluta. Para Leda, é uma produção própria ao contexto rentista e curto prazista da valorização financeira, quando há necessidades de ajustes na sua estrutura interna de organização para maximizar a combinação de ganho produtivo e financeiro.

Estas transformações que ocorreram principalmente ao longo da década de 1990, a partir do receituário neoliberal, completa Paulani, foram fundamentais para a consolidação do papel do país como plataforma de valorização financeira internacional, com função de linha auxiliar do investimento capitalista. Não há, segundo Marx, remuneração do capital sem geração de mais-valia na produção, embora estes vínculos se apaguem, providencialmente, na aparência do sistema. Assim, nos países de captação financeira, como o nosso, a relação com a reestruturação produtiva é fundamental. Segundo Leda, para a empresa neoliberal brasileira o trabalho é o principal fator anticíclico, fazendo com que os investidores institucionais imponham seus modelos organizacionais financeirizados. Assim, há um colapso das formas de solidariedade fordistas, acarretando precarização do trabalho.

Nesta caracterização do nosso papel internacional, continua Paulani, o objetivo da política econômica brasileira passou a ser a manutenção da credibilidade internacional a qualquer custo, o que significa, na prática, manter a vulnerabilidade do país. Até a década de 1970, nossa dependência externa tinha determinadas funções internacionais que tinham como resultado altas taxas de crescimento interno (época do milagre econômico). Situa-se aí a primeira etapa de dominância financeira, quando a periferia aparece como demanda para vazão de oferta de crédito. Neste momento, a dependência podia ser considerada, segundo a autora, como expressão interna do capital, um tipo específico de relação de classe. Depois da década de 1970 é necessária uma reorganização administrativa, tecnológica e financeira, que vai implicar na reordenação das formas de controle social e político. É nesta conjuntura que muda o sentido da industrialização, que passa a ser subsidiária da nova plataforma de valorização financeira internacional.

Na era FHC, esta relação de dependência da década de 1970 muda, adequando-se ao novo cenário neoliberal. As privatizações, marca de seu governo, seriam os primeiros passos desta configuração, na qual o país é visto como um grande estoque de capital, agora privado, bom e barato devido ao forte subsídio estatal direto ou indireto combinado à intensificação da mais-valia absoluta no setor produtivo (precarização das condições de trabalho, jornadas sem

fim e trabalho não qualificado). Esta relação dos setores mais avançados da economia com o capital externo faz com que eles não estejam dispostos mais, como na década de 1970, a aliar-se com os setores populares. Aqui teria ocorrido, para Paulani, a segunda etapa da dominância financeira: seríamos um mercado emergente guarnecido de ativos cotados em bolsa e política econômica neoliberal (onde há maximização dos ganhos e minimização dos riscos para o capital).

Depois de FHC, entrando na era Lula, este papel do país internacionalmente passa por outra reconfiguração, talvez uma terceira etapa da dominância financeira: há um esgotamento da fonte para investimentos estrangeiros diretos com a quase totalidade das empresas públicas já privatizadas. Há, digamos, a necessidade de passar da fase de acumulação estrita para a de reprodução do capital financeiro – o que significa criar instrumentos de movimentação de capitais livres dos seus ativos fixos. O papel do Estado, nesta conjuntura, muda, pois ele terá que interferir diretamente nas formas de regulação da economia para originar o ambiente propício para estes capitais – e quem fará isso será o governo Lula, dando o primeiro passo na inserção do setor público na reforma da previdência. Convém determinar exatamente, portanto, o discurso propagandeado como “pós-neoliberal”, na medida em que o caráter do Estado em relação à economia efetivamente muda, porém seus objetivos permanecem os mesmos. Para Leda, passamos da dependência à servidão: todos aquiescem o mesmo receituário econômico, mesmo não recebendo as prometidas benesses. É uma obrigação imposta ao produtor pela força. Para além do consentimento à dominação, característico das décadas anteriores, há neste momento a vontade ativa de produzi-la.

Marisa Amaral (2012) complementa a análise de Leda Paulani no que diz respeito à atualização da dependência, tal qual descrita por Ruy Mauro Marini na década de 1970. Segundo ela, houve decisão política do país de adentrar de maneira ativa na lógica da financeirização, “algo que se consolida de forma derradeira nos anos 2000” (Op.Cit., 117) – argumento que sustenta a hipótese desta tese de que as gestões do PT no governo federal a partir de 2002 são instrumento desta conjuntura. Utilizando as análises de Paulani e Paineira (2011), Amaral demonstra como, neste processo, os países periféricos se tornaram primeiramente acumuladores de déficits na década de 1990 – remetendo grandes somas para o exterior como pagamento de rendimentos aos capitais especulativos – e, na década seguinte, passaram a acumuladores de reservas internacionais em dólar²⁰⁹. Essa estratégia – tomada politicamente – teria conduzido à ampliação do endividamento público interno para bloquear o avanço inflacionário, por meio principalmente da securitização desta dívida na década de 1990. Assim, Amaral defende que

²⁰⁹ “E, ao contrário do que pode parecer, este último status é tão prejudicial a estas economias quanto foi o processo de endividamento que deu origem à crise das dívidas nos anos 1980. Se, antes, os países dependentes transferiam recursos às economias centrais sob a forma de juros e amortização de dívidas e se encontravam nitidamente à mercê dos fluxos internacionais de capitais e das definições externas de política econômica, hoje estes países estão amarrados a uma estratégia de ampliação do nível das reservas internacionais, o que faz com que o fluxo líquido de capitais seja negativo, uma vez que, a despeito das massivas entradas de capitais privados, ‘as reservas externas são necessariamente investidas nos ativos mais seguros nos mercados financeiros globais e estes são emitidos pelos países desenvolvidos’ (PAINCEIRA, 2011, p. 60), em particular os EUA que, enquanto emissores do dinheiro mundial, têm em suas mãos a capacidade de oferecer o meio mais coberto de acesso ao dólar através da venda de títulos do tesouro norte-americano” (AMARAL: 2012, 118-119).

“Em primeiro lugar, a natureza do processo de financeirização é absolutamente diversa entre os países do centro do sistema e os países periféricos. No Capítulo 3 oferecemos um contraponto às teses que entendem o processo de financeirização como um resultado da sobreacumulação, tendo no movimento rumo à finança a válvula de escape para as possibilidades truncadas de lucratividade oferecidas pela esfera produtiva. Ocorre que, para o caso das economias periféricas, a crítica a esta linha argumentativa não é válida. Uma vez que o epicentro do processo está nos países ‘mais avançados’, faz sentido defender que, para eles, a autonomização da finança surja como um resultado natural da processualidade dinâmica de funcionamento do sistema capitalista, independentemente dos ganhos disponíveis do ponto de vista produtivo. No caso dos países dependentes, embora seu envolvimento no movimento de financeirização não deixe de ser algo sistêmico e estrutural, apresenta-se, sim, como resultado da sobreacumulação no centro. Estas economias são introduzidas a reboque na lógica global de financeirização e cumprem com um papel subordinado, funcionando, tal como atestam Paulani e Pato (2005), como uma espécie de plataforma de valorização financeira para as economias de capitalismo avançado condutoras do processo de financeirização ou, como denomina Powell (2011), como vítimas da ‘financeirização subordinada’. O ponto chave é que os ganhos rentistas daqui extraídos têm base real de existência, são produzidos na esfera real, atravessam, necessariamente, o circuito $D - M - D'$ do capital industrial, dependem do processo produtivo e da atuação da força de trabalho em tal processo para sua existência. (...) Em segundo lugar, trata-se de um processo ligado a uma noção bastante dúbia de autonomia política. É um processo que, sem espaço para a dúvida, limita o poder decisório das economias que se veem enredadas nele de maneira tão subordinada. Entretanto, é importantíssimo deixar claro que, especialmente a partir dos anos 1990, este é um movimento cujo andamento foi resultado inquestionável de uma decisão política, quase como uma decisão pela não decisão, uma opção pela falta de opção, uma escolha pela restrição à autonomia, como se a vinculação aos ‘mercados globalizados’ fosse a mais alta expressão da modernidade e, por sê-lo, fosse caminho necessário e inevitável para o desenvolvimento. É importante que seja feita esta ressalva para que os argumentos do tipo TINA (there is no alternative) sejam analisados mais criticamente” (AMARAL: 2012, 121. Grifos acrescidos).

Amaral salienta que, dentro desta periodização, nas três décadas (1980, 90 e 2000, até o ano de 2010), ainda que nos países dependentes se formasse o circuito necessário entre a finança e a produção, esses laços foram se distanciando (ganhando autonomia), fazendo com que, no período, as despesas com pagamentos de renda fossem quatro vezes maiores do que o aumento do PIB – com importância cada vez mais decisiva dos investimentos em carteira (ligados ao capital fictício) em relação aos empréstimos convencionais (capital portador de juros), que chegam a cair. Isso foi acompanhado da reestruturação produtiva (que enfatiza Braga), fazendo com que se observe que a vinculação entre a forma fictícia de reprodução do capital e a esfera produtiva acontece necessariamente, particularmente nos países dependentes, responsáveis por manter a contratendência à queda da taxa de lucro – que alimenta as finanças. Será visto adiante que uma destas necessidades do capital fictício frente à esfera produtiva é a aceleração do tempo de rotação do capital, fator que modifica decisivamente o setor da construção civil, com decorrências na dinâmica de terras. Assim, para Amaral,

*“A exportação de capital – e as consequentes remessas de excedentes para o país exportador como forma de cumprir com obrigações referentes a pagamentos de juros e lucros sobre o capital emprestado ou investido – apresenta-se como mero mecanismo a partir do qual a dependência se estabelece e pode ser percebida fenomenicamente. Mais claramente, a ideia é a de que este mecanismo impõe aos territórios receptores do capital exportado uma espécie de adaptação de toda a sua estrutura produtiva, econômica, política, social e cultural interna às exigências dos territórios exportadores. Nesses termos, constitui-se nestas nações dependentes um *modus operandi* do capitalismo (e da vida social em geral) que é*

completamente funcional às regras de lucratividade das nações capitalistas ditas avançadas” (AMARAL: 2012, 128. Grifo acrescido).

Assim, percebe-se que, embora o capital portador de juros, em especial na sua face fictícia, carregue consigo o fetiche de reprodução na esfera da circulação – como uma coisa que gera outra coisa de maneira autônoma –, ele permanece, ainda que de maneira indireta e especulativa, dependente em última instância às condições materiais de produção da mais-valia, portanto, ao trabalho. Por mais que a predominância das suas formas de reprodução levem a uma exacerbação da centralidade da esfera jurídica e, com ela, a conformação do trabalhador como proprietário (com todas as decorrências políticas aqui descritas no que concerne à noção de cidadania neste aparato institucional), a base concreta das relações de produção não deixa de existir e de pautar, em última instância, a dinâmica real da acumulação. Se os países dependentes têm posição central no setor produtivo (por serem caracterizados pelas transferências de valor que originam), também terão na composição de poder desta nova ordem mundial. E então se percebe que *determinado Estado* (como estrutura institucional) é necessário para compor esta dinâmica: particularmente *negociador com a esfera do trabalho, enquanto assegura os rendimentos do capital especulativo global*. É esta forma institucional que será levada a cabo pelo que definiremos adiante como *Estado Democrático Popular*, colocado em andamento pelos governos petistas a partir de 2003. Estas questões serão aprofundadas no Capítulo 3.3.

Capítulo 1.4 O processo de construção da Comuna Urbana como expressão da crise do sujeito político trabalhador

A construção da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara em Jandira-SP se deu entre 2006 e 2012, anos nos quais André Singer (2012) localizou o dito “Lulismo” como virada na base de sustentação do campo eleitoral do PT com consequências na forma de articulação política do governo com os trabalhadores²¹⁰. A hipótese aqui é a de que este período não marca necessariamente uma “virada”, mas um aprofundamento²¹¹ – sob novas condições conjunturais globais – do Estado Democrático Popular que começou a ser caracterizado nos capítulos anteriores e, como Mauro Iasi, “preferimos centrar nossa atenção no estudo do comportamento da classe trabalhadora e nas determinações materiais e históricas do ser da classe e sua consciência” (IASI: 2017, 389). No campo urbano, este aprofundamento vinha de maneira “lenta e gradual”, dentro dos limites contraditórios das forças sociais atuantes internamente e historicamente dentro de tal estratégia. No entanto, em 2009, o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), deflagrou tais contradições internas já presentes anteriormente, levando-as a outro patamar.

O caso da Comuna Urbana é sintomático deste momento, no qual se encontram, de um lado, uma política pública e uma forma de mobilização popular por meio do urbano de um período anterior; com um “ser da classe e sua consciência”, como quer Iasi, já conformado a outro momento histórico – potencializado, portanto, por novos atores e formações políticas populares, como será visto nas próximas partes desta tese. Assim, a análise deste caso passa necessariamente por identificar estes *descompassos*, que são reveladores do momento histórico de transição. Neles se explicitam uma crise gerada dentro da classe trabalhadora no momento em que o Estado Democrático Popular condensa, por meio da instituição, contradições internas presentes na conformação da consciência de classe dos setores populares alvo do trabalho de base deste campo político: *o trabalhador e o cidadão*. A forma específica por qual se deu este processo é relevante: a mobilização do crédito popular junto às políticas públicas inchadas financeiramente pela posição conjuntural do país no sistema global.

²¹⁰ O aprofundamento deste tema será objeto do Capítulo 3.3.

²¹¹ O aprofundamento deste tema será objeto do Capítulo 3.4.

Esta forma *política* obedece a uma lógica própria à predominância do capital fictício na particularidade da periferia deste sistema: a rentabilidade ancorada na mobilização da produtividade do trabalho precário, modelando o empreendedorismo popular de maneira fetichista, no qual o trabalhador se confunde tanto com o proprietário, quanto com a mercadoria. Afinal o empreendedor vende a mercadoria ou sua força de trabalho? Fica premente a contradição interna do capital na qual o mercado é o meio no qual se encontram proprietários que trocarão de maneira justa suas mercadorias: força de trabalho e dinheiro. O trabalhador como proprietário está na base da contradição do capital, e o fetiche é a expressão desta sua forma-mercadoria. O capital fictício, por sua vez, eleva a contradição por meio do fetiche-capital: o capital como coisa viva, que *parece* prescindir do trabalho. No entanto, este continua ali, só que agora condenado no tempo futuro, sob os auspícios de uma produtividade impossível em país dependente. *Essa figura do trabalhador proprietário é a contraparte do sujeito político cidadão, como visto anteriormente, particularmente no papel de gestor.* Desta maneira, o campo Democrático Popular ganha centralidade num momento específico, no qual seus pressupostos contraditórios são a base propícia para determinada fase da inserção do país no capitalismo contemporâneo.

Relações de produção como relações de poder: a miragem da produtividade na periferia do capitalismo

“A forma econômica específica em que se suga mais-trabalho não pago dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta surge diretamente da própria produção e, por sua vez, retroage de forma determinante sobre ela. Mas nisso é que se baseia toda a estrutura da entidade comunitária autônoma, oriunda das próprias relações de produção e, com isso, ao mesmo tempo sua estrutura política peculiar. É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos – relação da qual cada forma sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho, e portanto a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social e, por consequente, da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado. Isso não impede que a mesma base econômica – a mesma quanto às condições principais – possa, devido a inúmeras circunstâncias empíricas distintas, condições naturais, relações raciais, influências históricas externas etc., exibir infinitas variações e graduações em sua manifestação, que só podem ser entendidas mediante análise dessas circunstâncias empiricamente dadas”. (MARX: 1986b [1890], 251. Grifos acrescidos)

A exposição da experiência da Comuna Urbana foi feita em duas partes: o momento de projeto e o momento de construção. Na articulação de ambas foi possível entrever uma cisão entre a constituição da comunidade política por meio da fala – na qual aparecem de maneira abstrata conformações sociais e suas possibilidades de transformação coletiva –; e por meio do trabalho – momento no qual as contradições da constituição do sujeito de classe emergem de maneira violenta, entrando em confronto com as possibilidades projetadas idealmente, ainda que essa relação se dialetize por conta da presença mais ou menos constante de um direcionamento político. É nessa chave que Marx define as relações políticas como relações dialéticas entre o ser de classe (conformado pelas relações de produção) e o

sujeito político (a face coletiva e organizada do ser de classe, que se contrapõe à dominação constituída pelas relações de produção). Esse é um primeiro elemento importante de reter antes de passar para a próxima parte desta tese, pois se verá que as determinações históricas – conformadas pelo avanço da predominância do capital fictício em país periférico, como visto anteriormente – transformam esta forma de constituição dialética da comunidade política ao deslocar a noção de classe: das relações de produção para as relações de propriedade, o que indica a transição do sujeito trabalhador para o sujeito portador de direitos, no campo jurídico. Será visto adiante as consequências desta passagem, entre elas a crescente judicialização da política (Capítulo 2.3).

A Comuna Urbana indica esta transição, pois ao mesmo tempo em que carrega as origens²¹² já movediças da noção de trabalho (expressas, concretamente, pela convivência entre o catolicismo, o MST e a Usina), é constituída por relações de produção historicamente determinadas, ou seja, um ser de classe conformado por uma nova lógica produtiva. Tal lógica é reposta entre os trabalhadores por meio das relações de produção, que separou bases e lideranças de maneira mais contundente do que o próprio movimento popular podia controlar estando apenas em instâncias de fala. Por isso a relevância da citação acima de Marx, em particular a parte grifada: os “proprietários das condições de produção” não são necessariamente os capitalistas. No caso da produção comunitária, aqueles que dominam tais condições subjugam os produtores diretos. Aqui mais uma diferença da Comuna Urbana em relação ao mutirão autogerido da década de 1990, advinda deste encontro entre o “modelo” e a nova conformação de uma classe trabalhadora cujo nexo social se dá por meio de sua constituição enquanto proprietária (de força de trabalho): tais “condições de produção” não são mais domínio da assessoria técnica. Se, antes, podia ser relevante a crítica de Rizék, Barros e Bergamim (2003), para quem o mutirão “se estrutura de modo estritamente hierárquico, dependendo dos saberes técnicos das assessorias que determinam a estrutura, o modo, o ritmo, a divisão das tarefas a serem cumpridas, nos limites da escassez, elemento determinante do uso do trabalho dos futuros moradores” (Op. Cit., 42), na Comuna Urbana sob gestão da TT isso não aconteceu. Pelo contrário, foi a assessoria técnica (a Usina) que foi subjugada, perdendo o lugar e sempre correndo atrás das definições tomadas autonomamente pela Cooperativa TT – muitas delas, inclusive, contra os limites orçamentários e normas do programa.

Mas ainda é mais complexo do que isso. Pois tais postos hierárquicos foram construídos entre aqueles que apenas trabalham, e aqueles que, *ao trabalharem*, dominam a produção ao estarem estrategicamente alocados na abertura de frentes de obra e, ao mesmo tempo, *por conta do caráter qualitativo deste trabalho* – cujos procedimentos manufatureiros são descontínuos e envolvem mais ações concentradas no tempo, como a concretagem – era possível também se envolverem na *gestão* da obra e do social (ação que retroalimentava sua posição de dominação). Desta maneira, não há aqui a separação entre donos dos meios de produção e produtores, mas entre trabalhadores-gestores e trabalhadores. Os primeiros se identificam com a chamada “nova classe trabalhadora”²¹³, os *empreendedores* e, os segundos, trabalhadores extremamente precários não apenas pelas relações jurídico trabalhistas, que os

²¹² Descritas aqui no Capítulo 1.2.

²¹³ Descrita de maneiras diversas em CHAUÍ: 2013, SOUZA: 2012, POCHMANN: 2012, RICCI: 2013. Esta discussão será aprofundada nas próximas partes desta tese.

igual a aos demais assalariados, mas também pela enorme distância com o capital (mediada pelos empreendedores), *mas não com sua lógica*. Não se trata, portanto, de marginalidade ou relações “atrasadas”, mas completamente orgânicas a uma nova forma de reprodução do capital, em particular na periferia do capitalismo.

O canteiro da Comuna Urbana teve uma característica muito diferente dos canteiros tradicionais realizados em autogestão: era predominantemente masculino. O fato não é de pouca monta se considerarmos que a presença feminina dos primeiros é decorrente de uma ação política deliberada: combater a conformação capitalista do trabalhador questionando a noção de trabalho como produtor de *valor* por meio da sua articulação com a busca de produtividade da força de trabalho e, portanto, da subsunção real do trabalho ao capital com o avanço dos mecanismos de extração de mais-valia relativa. No modo de produção capitalista, a maior produtividade é uma força contrária aos interesses dos trabalhadores, aumentando o tempo de trabalho não pago. Ao mesmo tempo há uma degradação física muito mais rápida da força de trabalho e uma diminuição do salário médio ao reduzir o custo das mercadorias que compõem sua cesta de reprodução (principalmente quando se fala da produção da moradia). É necessário, portanto, investigar a centralidade que a *produtividade* adquiriu na Comuna Urbana – e que se tornou praxe junto aos movimentos populares depois do PMCMV.

Retomam-se as contradições do capital, aqui, a dupla condição do trabalhador entre força de trabalho e consumidor. A conformação do sem-teto enquanto sujeito político esbarra nessa contradição, pois ele precisa cindir sua necessidade do valor de uso da casa da sua condição política de trabalhador. A tradição cooperativista de construção por mutirão autogerido buscou tensionar esta contradição ao questionar a produção da casa enquanto mercadoria. No entanto, o que esta experiência da Comuna Urbana mostra? Não é possível, como no socialismo utópico, apenas “retirar” o lucro para que as relações não sejam capitalistas: sua lógica é sistêmica e, portanto, o trabalho no mutirão autogerido está condicionado por ela fazendo com que, como visto anteriormente (Sérgio Ferro), a casa autoconstruída ou produzida em mutirão autogerido seja sim mercadoria. Mas como pensar aqui a relação do trabalhador com a produtividade, na medida em que ele está diretamente vinculado à produção da casa como construtor e como consumidor? A retirada da relação de assalariamento transforma a relação com a produtividade, pois ela não se volta mais contra ele no aumento do trabalho não pago. Assim, é de interesse geral que os pagamentos sejam feitos por produtividade, *no entanto, ela precisa ser considerada a partir do trabalhador coletivo formado na manufatura*, tendo seus ganhos revertidos para a comunidade. Não foi exatamente isso o que ocorreu na Comuna Urbana. As apropriações individuais ou, melhor, de um pequeno grupo de empreendedores, conformou as relações de poder, dividindo duas subclasses de moradores-construtores e, no campo político, separando bases e lideranças.

Isso é observável diretamente nas diferenças qualitativas entre o trabalho de concretagem dos “cinco da TT” e os bloqueiros. Como visto, o aumento dos ganhos destes últimos se dava pela *intensificação* de seu trabalho, seja pela terceirização (para o mutirão) de tarefas complementares, seja pela extensão da jornada de trabalho – ambas maneiras de incremento *absoluto* de trabalho, sem modificação do *valor* do metro quadrado de alvenaria executado. Por outro lado, a concretagem teve modificação significativa na sua composição técnica ao longo da obra: no início, os mutirantes não aceitavam a compra de concreto

usinado, temendo por seu alto valor agregado e preferindo investir mais força de trabalho não-paga na concretagem “na mão”, com concreto feito em betoneira da obra. Foram convencidos apenas quando viram que a produtividade crescia muito com este aumento de composição técnica, possibilitando a liberação de coordenadores²¹⁴. A manufatura, por sua constituição por fases sucessivas e desvinculadas, permite que haja esse tipo de configuração híbrida entre intensificação e produtividade do trabalho em setores diversos. Ao acontecer isso, no entanto, mudam também as configurações de poder: se antes eram os bloqueiros aqueles que “puxavam” a obra por sua maior produção (que ficava limitada pela falta de produtividade das concretagens), depois do concreto usinado a relação se inverteu e o setor que aumentou sua composição técnica passa a dominar o anterior. Isso se *expressou* na produtividade conjunta, mas que foi *apropriada* de maneira desigual, já que a quantidade de horas na produção dos bloqueiros era largamente superior às daqueles que concretavam. Essa diferença foi deslocada para o *trabalho de gestão* – que entra em crise justamente quando cessa esta remuneração.

Essa relação, cuja lógica é quantitativa, teve impacto negativo na qualidade técnica e política da obra. Difícil tarefa política a de reverter o fetiche da forma mercadoria quando sua dimensão é tal que o estatuto do trabalho não carrega nem mais uma gota de contradição e só pode ser considerado como produtor de valor. Segundo Dardot e Laval (2016 [2009]):

“O ‘management’ repousa sobre uma ilusão de controle contábil dos efeitos da ação. A interpretação puramente numérica dos resultados de uma atividade, exigida pelo uso dos ‘painéis de gestão’ que orientam o ‘comando’ dos serviços, entra em contradição com a experiência e as dimensões não quantificáveis do ofício. A eficácia buscada pode ser contrariada pelos conflitos de valor que esta ‘cultura gerencial’ provoca em universos profissionais regidos por outros valores. Os efeitos da ‘desmoralização’ acabam tendo consequências sobre a qualidade do serviço, já que a dedicação e a consciência profissional são vistas como uma ficção enganadora ou uma exceção na nova doxa” (Op. Cit., 315-316. Grifo acrescido).

Talvez aí a explicação do fato de serem os próprios futuros moradores aqueles que menos se dedicavam à boa execução da obra, contrariando todas as expectativas racionais elaboradas no campo dos mutirões autogeridos, para as quais o controle do usuário e a autonomia do trabalhador eram suficientes para proporcionar economia e qualidade ao empreendimento. Na Comuna Urbana, pelo contrário, estes fatores eram perseguidos pela assessoria – pelo ofício e defesa de uma arquitetura contra-hegemônica – e pela Caixa Econômica Federal – que via com maus olhos a falta de controle da obra. A angústia de ambos era inversamente proporcional à das famílias, uma inversão completa em relação ao objetivo inicial de organização popular. Além disso, tal “atitude gerencial” (DARDOT e LAVAL: 2016 [2009]) conformada no canteiro, que passa a ser a norma das relações sociais estabelecidas na comunidade, gerava uma condição esquizofrênica nos sujeitos derivada do caráter disciplinar instaurado: entre o autocontrole e a desresponsabilização, combinados à forma manufatureira na qual um trabalho sucede o outro (numa relação de dependência), o espectro que rondava a obra era o da culpabilização generalizada. O coletivo se fragmentava em sujeitos-empresa²¹⁵

²¹⁴ Segundo “Jean-Baptiste Say: empreendedor é aquele que, em qualquer campo em que se encontre, aumenta a eficácia e a produtividade” (DARDOT; LAVAL: 2016 [2009], 306).

²¹⁵ Dardot e Laval (2016 [2009]), ao caracterizar o “ordoliberalismo” (Op. Cit., Capítulo 3), falam da defesa, por esta linhagem neoliberal alemã, de uma “economia social de mercado”, na qual “o progresso social passa pela

que “não podem fazer seu trabalho direito pois o anterior não fez o dele”, embora todos quisessem tudo corretamente executado ao final – uma invisibilidade do coletivo. Se a manufatura é a forma clássica que a cooperação baseada na divisão do trabalho assume no capitalismo (MARX: 1983 [1867]), sua forma desenvolvida sob tal “nova razão do mundo” (DARDOT e LAVAL: 2016 [2009]) entre trabalhadores significa o reverso da cooperação, em muitos casos chegando ao auto-boicote (do ponto de vista de que, se um participante de um coletivo o boicota, o faz a si mesmo). Segundo Feltran:

“Quando o trabalho é reduzido ao ganho, passa a se situar no mesmo registro de quaisquer atividades que ofertem renda. Assim, o trabalho, nos ambientes em que essa figuração avança, tende a rever seu sentido de coesão de uma comunidade (os trabalhadores) e, conseqüentemente, deixa de estruturar um projeto comum” (FELTRAN: 2011, 167. Grifos no original e acrescidos).

A separação de bases e lideranças se deu em vários níveis, formados a partir das diversas relações com a obra. Basicamente, interessa aqui a particularidade entre os empreendedores intermediários e as lideranças políticas. Os primeiros foram formados diretamente na produção, e constituíram seu lugar de poder na comunidade por meio da coordenação não apenas da logística de obra, mas principalmente na gestão de pessoas: quem trabalha, o que faz e quanto ganha na obra; recebimento de pagamentos de faltas; controle de presença; relacionamento com a prefeitura; e, por fim, controle disciplinar no canteiro, no local de moradia e junto ao financiamento (pois eles é que decidiam quem seria substituído por negligência, e quem entraria no lugar). Do outro lado, MST e Cáritas, embora atores fundamentais na constituição do processo e no seu aporte jurídico, ao não estarem na obra foram pouco a pouco tendo menos legitimidade, piorada pela falta de assembleias. O término do contrato com a CEF decretou, para a comunidade, o afastamento completo do movimento que, em determinado momento, só fazia sentido deste ponto de vista – algo sintomático quando pensamos sobre a judicialização da política como lógica conjuntural, não apenas contra os movimentos (que se expressa como criminalização), mas feita também por eles. No caso da Cáritas a situação é mais complexa e interessa particularmente aqui.

A Cáritas foi a articuladora da comunidade com o poder local por meio das relações com o PT. Tais relações fazem parte da constituição histórica do partido, relatada nos capítulos anteriores. A figura do Padre João Carlos foi central: ele que formou jovens da região, desde a adolescência ou até mesmo antes, por meio das relações institucionais ou de financiamento externo que a Cáritas proporcionava. Neste bojo estavam pessoas que tiveram funções importantes no processo da Comuna Urbana: o prefeito (PT) que iniciou as negociações, o vereador (PT) que articulou na câmara, duas lideranças do MST, o empreiteiro que iniciou a obra e parte dos membros da Cooperativa TT. Não se tratam apenas de relações pessoais, mas de uma rede extensa de colaboração e de trabalho que conforma um campo de Estado ampliado, no qual se articulam esferas públicas, privadas, assistenciais e do movimento popular, que permanecem atuando mesmo sem a gestão estatal justamente por meio do seu

constituição de um ‘capitalismo popular’, baseado no estímulo à responsabilidade individual mediante a constituição de ‘reservas’ e a formação de um patrimônio pessoal obtido graças ao trabalho” (Op. Cit., 122). Em seguida: “Cada indivíduo deve ser inserido profissionalmente num quadro de trabalho que lhe garanta independência e dignidade. Em uma palavra, cada indivíduo deve gozar das garantias oferecidas pela pequena empresa, ou melhor, *cada indivíduo deve funcionar como uma pequena empresa*” (Op. Cit., 127. Grifo no original).

entrelaçamento (é comum que tais pessoas, mas não só, se desloquem continuamente de uma esfera a outra).

Neste contexto é possível entender a intensa disputa de poder dentro da comunidade, durante e depois da obra. Após a conclusão das casas, as famílias tiveram que se articular para conseguir que a prefeitura terminasse as obras de infraestrutura, paradas há muito tempo por problemas de corrupção. Este movimento foi acompanhado de outros dois: a formação de uma associação jurídica que representasse as famílias e que pudesse receber a concessão de uso do edifício da padaria/salão comunitário; e o conveniamento da escola de educação infantil. Esta última foi logo feita junto à Cáritas, que já tinha outras escolas conveniadas no município. A Associação tem a diretoria intensamente disputada (com direito à violência física nas eleições) entre a Cáritas (que associou muitos dos seus seguidores, mesmo não moradores da Comuna) e um grupo de lideranças internas à comunidade, formadas tanto dentro da Cooperativa TT, quanto no MST (principalmente antigas centralidades da Vila Esperança, que passaram por transfigurações profundas depois do processo). O centro da disputa parece ser (de acordo com entrevistas realizadas) o projeto de Comuna: afinal, a gestão do espaço deve ser da comunidade ou da Cáritas? A pergunta é relevante, pois os depoimentos acusam a entidade de cobrar mensalidade na escola e taxas para o uso do salão comunitário, além de receber os rendimentos da padaria.

Percebe-se, nesta situação, que os deslizamentos do sujeito político trabalhador para o cidadão têm consequências graves. Aqueles formados internamente às relações de produção – e poder – do processo de construção das casas, foram aqueles que continuaram mantendo o esforço de constituição daquele projeto iniciado anos antes (ainda que imersos em contradições, próprias justamente desta formação do sujeito político por meio do trabalho). De outro lado, aparece uma rede de relações políticas de caráter de controle social, próprias ao Estado Democrático Popular, cujos limites com a gestão estatal efetiva são flexíveis e intermitentes, (desde o controle do poder Executivo até a filiação de muitos funcionários públicos ou relações legislativas).

Essa configuração se aproxima muito daquela descrita, no capítulo anterior, a respeito da crescente distância das lideranças sindicais de suas bases na formação do PT (argumento de Braga), quando foi falado do pragmatismo destas, ligado à competência gerencial, direcionando ações políticas cujo objetivo é sua própria reprodução enquanto classe dirigente. Esta rede de poder é baseada no gerenciamento da população cujos “direitos” precisam ser assegurados, ainda (e principalmente) que por uma espécie de Estado estendido, que independe diretamente do poder estatal, ainda que sua passagem por ele seja importante. À primeira vista parece errado o uso da palavra Estado aqui, já que está se referindo a um campo não-estatal. No entanto, não se trata também disso (o “terceiro setor” por excelência), pois a articulação é maior, passando por um campo “flutuante”, muitas vezes “latente”, ou ainda “paralelo” (quando ligado ao mercado propriamente dito, legal ou ilegal).

Assim, uma primeira característica do que está aqui se especificando de Estado Democrático Popular pode ser encontrada neste campo de gerenciamento social travestido de arena política que, em inúmeras situações, é mais presente na periferia do que as instâncias oficiais do poder estatal eleito (o governo propriamente dito). E ele se reproduz por meio da

manutenção de uma base (mercadoria, lastro) que gera rendimentos (políticos e financeiros, diferença irrelevante, pois indistinguível): o “vácuo” de *direitos*, que é constituição de seu sujeito político, além de territórios de cercamento de população gerenciável²¹⁶. Pode-se dizer, assim, que o Estado Democrático Popular é uma estrutura de poder, para além das instâncias de governo (eleitas), que gerencia a periferia (cuja precariedade lhe interessa) e tem caráter rentista ao ter conformado o trabalhador como cidadão: uma espécie de ditadura cuja dominação se baseia no *gerenciamento do direito futuro* (que pode, como o capital, ser fictício). O problema é quando a realização da mercadoria “direito” não se dá, numa conjuntura que se nutre da crescente precariedade: a crise é eminente, e se expressa como a explosão de uma bolha especulativa, como ocorreu em 2013.

Empreendedorismo como organização popular?

“A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL: 2016 [2009], 17).

Na Comuna Urbana encontraram-se muitas tradições distintas de trabalho de base por parte das forças que colocaram o processo em andamento: a católica da Cáritas, a organização popular setorial do MST (ainda tateante por se tratar de uma experiência urbana) e o mutirão autogerido da Usina (representada por uma geração especialmente influenciada por Sérgio Ferro). Nenhuma delas estava preparada para enfrentar a organização política do novo sujeito da periferia urbana emergido da era na qual o campo Democrático Popular alçou ao governo federal – ainda que, contraditoriamente, tenham feito parte da sua constituição. Este descompasso poderia ter feito água do processo, como em muitos momentos chegou a beirar, porém, ao fim, potencializou elementos latentes – justamente por conta destas contradições. A principal delas parece ser o fio da navalha da promoção de autonomia do ser da classe numa conjuntura de aprofundamento do neoliberalismo por meio da especificidade do campo Democrático Popular. Daí a ambiguidade da formação do *cidadão sem classe*. Ao promover autonomia, não se escolhe em qual chave ela tomará corpo.

²¹⁶ “O Estado já não se destina tanto a assegurar a integração dos diferentes níveis da vida coletiva quanto a ordenar as sociedades de acordo com as exigências da concorrência mundial e das finanças globais. A *gestão da população muda de método e significado*. Enquanto no período fordista a ideia predominante era, segundo a expressão consagrada, a ‘harmonia entre eficácia econômica e progresso social’, hoje, no contexto de um capitalismo nacional, essa mesma população é percebida apenas como um ‘recurso’ à disposição de empresas, segundo uma análise de custo benefício” (DARDOT e LAVAL: 2016 [2009], 284. Grifo acrescido). Tal “recurso” não está “à disposição” apenas das empresas no caso da conformação deste campo indeterminado do Democrático Popular, no qual as distinções de público e privado são fluidas. Tal “Estado”, referido na citação, que corresponde ao poder legitimamente eleito nos países centrais aos quais os autores se referem, no Brasil do último período corresponde ao Estado Democrático Popular, responsável pela gestão de população. Esta gestão não se dá de maneira centralizada, mas por capilaridades “estatais”, nas quais o movimento popular também atua, junto a outras forças. Nesta perspectiva, muda o significado da expressão dos autores de que “a política que ainda hoje é chamada de ‘social’ por inércia semântica (...) visa a *maximizar a utilidade da população*” (DARDOT e LAVAL: 2016 [2009], 284. Grifo no original). Essa visão reforça a noção da população como mercadoria a lastrear rendimentos (políticos ou financeiros).

A contradição parece ser a mesma da forma mercadoria já exposta aqui antes: valor de uso e valor fazem parte de uma unidade dialética. Como promover autonomia do trabalhador como produtor de valores de uso²¹⁷, se seu trabalho é imediatamente produtor de valor e, portanto, condicionado às relações produtivas de seu tempo? Nesse sentido que parece estar a origem do *empreendedor* como *trabalhador autônomo*. Não se trata de autonomia política, mas de um ajustamento interno à lógica do capital, cujo controle passa a ser introjetado como subjetividade. Ao se converter numa autonomia concretamente inexistente, tal trabalhador “sem patrão”²¹⁸ acredita que o que faz não é propriamente “trabalho” pois, afinal, quem gera riqueza é o capital financeiro e, não tendo patrão, ele está “fora do capitalismo” – uma marginalidade por inclusão, muito parecida com a do cidadão cujo

²¹⁷ Como querem os defensores do “trabalho como princípio educativo”, como visto no Capítulo 1.2.

²¹⁸ Convém aqui esclarecer que temos conhecimento da pesquisa de Jessé Souza sobre a ascensão do empreendedorismo na era Lula, cujos protagonistas o autor chama de “batalhadores” (SOUZA: 2012 [2010]). Citaremos aqui um trecho deste livro sobre o assunto em questão, mas apenas para deixar claro, em seguida, nossas divergências e justificar, assim, o fato de não estarmos usando esta bibliografia. Segundo Souza: “Observamos constantemente no entrevistado a relação entre ‘autonomia’, ‘liberdade’ e a possibilidade de montar o próprio negócio. Em contraste, mesmo com um bom salário, a posição de empregado é percebida por ele como uma forma de estagnação social. O emprego de comerciante é visto como sinal de ‘liberdade’, enquanto o de empregado é de estar preso às ordens do patrão. Em parte, este ponto tem a ver com o fato de Daniel assumir oposição de comerciante ‘autônomo’, que lhe confere a acumulação privada do lucro de seu próprio trabalho e a ausência do patrão imediato como um supervisor. Por outro lado, esta sensação de ‘autonomia’ é igualmente sentida (de maneira forte) por conta de Daniel ter experimentado certa ascensão social e econômica, o que lhe permitiu consumir coisas que ele antes não tinha acesso. Estes dois fatores combinados provocam nele uma espécie de *illusio* da autonomia (socialmente produzida), que faz aparentar sua ascensão como sendo fruto único e exclusivo de sua própria vontade individual sem que ele mesmo se dê conta conscientemente das condições sociais de possibilidade para que ele pudesse de fato ascender socialmente (como o próprio acesso ao microcrédito (...)). Esta contradição fica ainda mais clara quando ele se refere à pretensão liberdade total de ser ‘patrão de si’. A ocupação de comerciante independente abre aparentemente a chance de ‘abrir e fechar a qualquer hora’, mas o fato é que as reais chances de isso acontecer são quase nulas. Vale lembrar que Daniel tem uma jornada de 13 horas de trabalho que vai de segunda a sábado. É como se sua ascensão econômica como comerciante ‘autônomo’ contribuísse para uma reafirmação forçada da ideologia liberal do empresário individual ao estilo ‘self-made man’. Esta *illusio* da autonomia”, reproduzida nas aspirações e disposições para crer, vem a par com o modo de justificação relativamente inédito do capitalismo financeiro, a que vivemos na época em que todos podem ser empresários, todos podem ser capitalistas e de que todos podem ser ‘empreendedores’ (de grande porte). Como toda ideologia, esta é uma meia-verdade, pois sua ‘autonomia’ também faz surgir novos constrangimentos, como o alargamento indefinido de sua jornada de trabalho” (SOUZA: 2012 [2010], 292-293). Nossa discordância com Souza está na sua metodologia e conteúdo categorial, que não se propõem a analisar as contradições internas à forma capital, ou ainda sua relação com o Estado. Embora neste trecho esteja presente a noção invertida de “liberdade” e “autonomia” dentro do empreendedorismo, sua justificativa para o autor está na “ideologia” que constrói uma “ilusão”, típica do capitalismo financeiro. Nosso ponto é que não se trata de uma “ilusão” que falseia uma “verdade”, mas que esta *contradição da autonomia é interna à forma como o trabalho compõe o capital*: na dialética entre valor de uso e valor. O trabalhador no capitalismo é de fato livre para vender sua força de trabalho e, segundo Marx, realiza uma troca justa ao fazê-lo, na medida em que troca sua força produtiva pelo seu valor de reprodução. A questão é que, *ainda que faça isso*, estará produzindo mais-valia. Nesse sentido, Marx define o fetiche da mercadoria como a transubstanciação do trabalho e, por decorrência, do trabalhador, em *coisa*, em mercadoria. Trabalho (que produz valores de uso) é, imediatamente, dentro das relações capitalistas de produção, força de trabalho – mercadoria a ser vendida (de maneira *justa*) para o dono dos meios de produção. O “caráter fetichista do mundo das mercadorias”, para Marx, não é uma “ideologia”, mas “provém (...) do *caráter social peculiar do trabalho* que produz mercadorias. (...) Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados *como o que são*, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (MARX: 1983 [1867], 71. Grifos acrescidos). Esta interpretação, ao nosso ver, equivocada, de Souza o leva a tirar conclusões politicamente idealistas, no limite reformistas: o problema seria o trabalhador não “enxergar” que quem fez ele “ascender” foi o governo Lula, que teria sido muito importante para a “dignidade” destes “batalhadores” (cujo caráter moral é central). O autor, ainda assim, levanta situações concretas, relacionadas à realidade do país, bastante interessantes – porém sua escolha e análise não nos parecem fazer muito sentido.

direito que o determina enquanto ser social não existe (e que, por isso mesmo, o torna cidadão!).

Pois então a autonomia promovida pela autogestão da obra e do trabalho na Comuna Urbana foi extremamente eficaz: efetivamente os trabalhadores tomaram o processo sob suas mãos. No entanto, os ganhos de produtividade desta autonomia política não foram coletivizados, pois a lógica de conformação do trabalho não obedece, naturalmente, uma regra definida externamente à sua *forma* historicamente determinada – *a não ser que* haja um direcionamento político neste sentido. Na história da Cooperativa TT, isso ocorreu inicialmente, mas foi logo invertido pelo que os trabalhadores chamam “ganhar por produtividade”. Teria que ser acrescentado “individual”, pois o trabalho cooperativado foi o que conseguiu ganhos de produtividade *coletiva*. Mas a “nova razão do mundo”, nascida com o neoliberalismo no final dos anos 1970 e início dos 1980, obscurece este detalhe político fundamental, responsável pelo caráter “revolucionário” do capitalismo: a coletivização do trabalho, a cooperação²¹⁹. Tal razão foi definida por Dardot e Laval como “a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos” (DARDOT; LAVAL: 2016 [2009], 16. Grifo no original):

“Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa” (DARDOT; LAVAL: 2016 [2009], 16).

Normatividade cujo caráter político é profundo: “Entre neoliberalismo e neoconservadorismo existe uma concordância que não é nada fortuita: se a racionalidade neoliberal eleva a empresa a modelo de subjetivação, é simplesmente porque *a forma empresa é a ‘forma-celular’ de moralização do indivíduo trabalhador*, do mesmo modo que a família é a ‘forma-celular’ da moralização da criança” (DARDOT; LAVAL: 2016 [2009], 388. Grifos no original).

Daí os nexos também com os deslizamentos do lugar do trabalho na ação católica capitaneada pela Cáritas na Comuna Urbana. Se o trabalho era entendido na década de 1960 pela Ação Popular, na linha lebreitiana continuada pelo Padre Vaz, como “mediador da comunicação das consciências” (ver Capítulo 1.2), como pensar a formação de consciência neste período histórico, no qual é a competição que as media? É nítido que a moralização do trabalho, decorrente da empresa como modelo de subjetivação do *empreendedor*, se afasta deste modelo católico. Sua direção é conhecida: as igrejas pentecostais, nas quais a promessa de um futuro de salvação se dá ainda em vida, de acordo com a fé existente no presente e

²¹⁹ “Do mesmo modo que a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, a própria cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraposição ao processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres. É a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital. Essa modificação se dá naturalmente. Seu pressuposto, ocupação simultânea de um número relativamente grande de assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Este coincide com a existência do próprio capital. Se o modo de produção capitalista se apresenta, portanto, por um lado, como uma necessidade histórica para a transformação do processo de trabalho em um processo social, então, por outro lado, essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente” (MARX: 1983 [1867], 265-266).

expressa no trabalho – individual. Não há formação de “comunidade de consciência”, mas de um modelo de sucesso, cuja forma é a empresa que, por sua vez, não se “comunica”, mas compete. A figura do casal que esteve à frente da obra da Comuna Urbana do começo ao fim é a maior expressão destes deslizamentos: evangélicos, administraram a obra e participaram da Cooperativa TT, e depois abriram um negócio próprio. Sua permanência abnegada só podia ser explicada pela fé²²⁰, que se expressava concretamente no trabalho cotidiano dispensado em nome de uma comunidade moral cristã, defendida pelo Padre João Carlos – católico²²¹. A contradição se dava de maneira contínua, com o embate entre a conformação de comunidade pelo trabalho coletivo (que se efetivava com apropriação individual e enorme desgaste) e a necessidade do reconhecimento individual (que não vinha pelos homens, mas era confiado a Deus). Uma imagem contundente deste encontro de projeto histórico com realidade conflitante.

As transformações da Cooperativa TT, assim, foram expressão do encontro destas tradições com um sujeito conformado por outras condicionantes históricas. De um lado, promoção de autonomia, necessidade social de produtividade e solidariedade de classe marcaram o início da cooperativa; de outro, na formação de um núcleo de dirigentes *empreendedores*, uma racionalidade na qual o trabalho é apenas produtor de valor, liberdade é sinônimo de individualismo, cooperação é determinada pela produtividade gerada na competição. Tal núcleo, como visto, detém posição central por ser efetivamente *mediador* – de trabalho e de poder. Qualquer semelhança entre “Grupo C” e “Classe C” não é mera coincidência – e está claro que não se trata de uma “nova classe média”, mas de uma fração da classe trabalhadora que não deixa de trabalhar para ser gestora, mas que introjeta a racionalidade neoliberal e reproduz relações de produção como relações de poder.

E isso é relevante aqui para a determinação do Estado Democrático Popular: as relações de poder que derivam desta conjuntura, que se constitui como uma cadeia de transmissão, que capilariza a gestão de populações da sede do poder federal até a população mais pauperizada. Os empreendedores precarizados não são importantes por serem base de sustentação eleitoral do “Lulismo” ou sua expressão mais objetiva, mas pela *função que*

²²⁰ “Meu maior pesar foi o meu desgaste, pois adoeci, tive depressão, tive que ficar com remédio controlado... (...) Passei por um processo difícil que, além da coordenação, era a pressão das famílias do mutirão e, depois que iniciei a Treme-Treme, era pressão sobre a TT e eu sofria pelo meu marido, pelo o que as pessoas falavam. Então eu era compradora e sofria pelo o que as famílias falavam de mim, depois sofria pelo o que as famílias falavam do meu esposo (...), e então perdi a saúde. Espero um dia recuperá-la, pois ainda tomo a medicação. A gente evitava falar, mas a gente sofreu muito em casa, na família (...). Além do sofrimento da minha casa – que a família da gente aponta pra isso, morando num barraco e tudo mais – eles pensavam assim: ‘a família deles trabalha, poderia pagar um aluguel e morar bem’. E não eram só eles: eu também achava. No primeiro despejo a gente ficou num canto do Alvorada, colocamos os móveis e passamos uma lona, só tinha espaço pra um colchão pra gente dormir (as crianças eu deixei com minha irmã). E ele cuidando das outras pessoas, de fazer os outros barracos. Quando teve o segundo despejo (e viemos para esta área alugada) eu não me conformava! De novo a gente não tinha onde dormir! (...) Daí um dia eu cheguei muito cansada e dois vizinhos tinham discutido por causa do barraco que eles estavam fazendo. E o nosso já estava levantado. Ele [o marido] deu o nosso barraco pro outro vizinho! Pra eles não discutirem mais! Dormimos debaixo de umas telhas apoiadas no vizinho... eu não me conformava com ele, dizia que queria alugar um canto, nem que fosse enquanto construísse de novo nosso barraco. Ele dizia que não, não achava justo pagar aluguel e o resto das famílias ficar ali”. E seu marido: “Aprendi muito com o Padre. A fazer as coisas pelo outro ser humano e não esperar nada em troca” (Entrevista a Sandro Barbosa de Oliveira em 12 de janeiro de 2013).

²²¹ “O papel da Comuna Urbana é o papel de um bairro de periferia organizado a partir de alguns valores fundamentais de *solidariedade*” (Padre João Carlos, em entrevista a Sandro Barbosa de Oliveira em 29 de dezembro de 2012)

exercem nesta capilarização de poder, ao determinarem um fracionamento na classe trabalhadora que potencializa as conexões desta máquina.

“(...) Foi sobretudo Jean-Baptiste Say que, querendo distinguir-se de Adam Smith, dividiu a noção de trabalho – homogênea demais em sua opinião – em três funções: a do especialista que produz conhecimentos, a do empreendedor que põe os conhecimentos em prática para produzir novas utilidades e a do operário que executa a operação produtiva. O empreendedor é um mediador entre o conhecimento e a execução: ‘O empreendedor aproveita as mais elevadas e as mais humildes faculdades da humanidade. Recebe as orientações do especialista e as transmite ao operário’. O empreendedor que aplica os conhecimentos tem um papel importante. Repousa sobre ele o sucesso da empresa e, generalizando, a prosperidade de um país” (DARDOT; LAVAL: 2016 [2009], 151. Grifos acrescentados).

Importante destacar que são relações de poder específicas de um país dependente: o surgimento de uma camada de empreendedores precários deve ser entendido como contraparte do desemprego estrutural e da superexploração da força de trabalho. Dessa maneira há a criação de toda uma estrutura de poder derivada de uma condição específica: a distância do assalariamento de grande parte da população brasileira. O empreendedorismo, num país periférico mundialmente, assume outras determinantes e tem outro caráter: muito mais precário, associado mais à intensificação do que à produtividade do trabalho, além de parte integrante de uma extensa rede de poder de gestão de populações, ganhando forte caráter institucional (não à toa proporcionado por linhas de crédito popular). Daí se encontram os gestores de cidadania também, ao articularem como *empreendimentos* as políticas sociais ao crédito: *a organização popular é transformada em negócio*. Digno de nota, neste sentido, é o fato de que, assim que as famílias mudaram para as casas novas, no auge do PMCMV, foi encabeçada *por integrantes do núcleo central da Cooperativa TT*, uma nova ocupação na região, justificada – publicamente – não pelos seus ganhos políticos (pois, se assim fosse, não “atrairia as pessoas”), mas como campo de expansão de um *know-how* adquirido na Comuna Urbana e que se mostrou eficiente justamente naquilo que, politicamente, não deveria ter sido: a produtividade associada à precarização com a fuga do enfrentamento político.

Do cidadão precário ao sujeito político consumidor

“O ideal social (...) [do neoliberalismo] remete simultaneamente a uma sociedade de pequenos empreendedores dos quais nenhum tem condições de exercer um poder exclusivo e arbitrário sobre o mercado e a uma democracia de consumidores que exercem diariamente seu poder individual de escolha. A ordem política mais perfeita parece ser a que satisfaz uma multidão de soberanos individuais que teriam a última palavra tanto na política como no mercado. Erhard ressaltava que ‘a liberdade de consumo e a liberdade de produção são, no espírito do cidadão, direitos fundamentais intangíveis’.” (DARDOT e LAVAL: 2016 [2009], 116. Grifos acrescentados).

A construção da Comuna Urbana traz muitos elementos para analisar o final dos anos 2000, principalmente por se encontrar numa transição de projetos da esquerda no urbano, tendo apenas sentido a influência do PMCMV (2009), sem participar de seu financiamento. Por

se tratar de um momento híbrido, ficam nítidas as dificuldades e contradições da conjuntura, que assiste ao declínio de uma forma de organização popular voltada para a formação do sujeito político trabalhador, em direção a um amoldamento neoliberal que vem da base, mas que gera um movimento popular urbano de novo tipo, como será visto na próxima parte desta tese. Antes de passar para esta parte, alguns elementos ainda precisam ser levantados. O principal deles talvez seja o amoldamento, no período Democrático Popular, da população periférica a uma lógica de *institucionalização pelo vácuo do direito*.

Esta forma social – específica de um país dependente²²² – avança sobre a “nova razão do mundo” que descrevem Dardot e Laval sem, no entanto, ter passado por um Estado de Bem Estar Social (e não ter acesso futuro a ele). Nesse sentido, a razão neoliberal, entre nós, não se contrapõe ao keynesianismo, mas, talvez (como hipótese), seja conformada por três décadas de consolidação deste campo institucional alargado no qual se movem forças políticas de gestão do social cujo instrumento de mobilização é o acesso ao poder público por meio de políticas públicas desenhadas e direcionadas ao *cidadão permanentemente sem direitos*²²³. Percebe-se que o PT se constituiu em torno desta promessa de cidadania e, ao chegar ao governo, como não pode efetivá-la por conta das restrições estruturais do país, transforma o *sujeito cidadão* (sua meta, criada na década de 1980, como visto) em *cidadão precário por meio do consumo* – uma transfiguração que recoloca o *sujeito trabalhador* (uma condição de país dependente²²⁴), porém na condição de *força de trabalho* que deve ser reposta pelo consumo, ou seja, como reificação do trabalho como produtor de valores de uso.

Esta dinâmica radicaliza o fetiche da mercadoria em combinação com o avanço das formas do fetiche-capital por meio da predominância de acumulação via capital fictício, sendo ao mesmo tempo uma condição própria à periferia do capitalismo pelos mecanismos de sua permanência. Assim, retomando a Tabela 3, de Brandão, do Capítulo 1.3, não se efetiva a passagem tipicamente neoliberal do sujeito trabalhador para o sujeito cidadão, cuja feição keynesiana não temos acesso. Ela se efetiva apenas como miragem, na medida em que o Estado Democrático Popular (este campo institucional constituído pelas capilarizações de gestão de populações) trabalha muito bem com a contradição interna entre força de trabalho (valor) e trabalhador (sujeito que produz valores de uso). Naquele quadro, a passagem se dá da terceira para a primeira coluna, usando a segunda como miragem.

A Comuna Urbana, nesse sentido, é significativa ao fazer encontrar no canteiro de obras estas duas chaves do trabalho – o sujeito trabalhador, pela tradição da Usina, e o sujeito como força de trabalho, pela Cooperativa TT. Por outro lado, a dimensão do sujeito de direitos – representada ora pelo MST, ora pela Cáritas, ora pela rede de articulação política com o PT –, cuja não presença em obra é sintomática, mostrou-se, ao final, na visão dos moradores²²⁵, como um grupo externo, que “se aproveita” da sua força de organização e trabalho (ao se

²²² Pelo fato de a remuneração dos trabalhadores ser, em média, mais baixa do que o valor da sua força de trabalho, ou seja, operarem mecanismos de transferência de valor que impedem o acesso aos bens-salário, de maneira espoliativa.

²²³ Esta noção será aprofundada nas próximas duas partes da tese, e dialoga com o conceito de Estado de Exceção em Agamben (2008 [2003]) combinada à acumulação por espoliação permanente (HARVEY: 2004b).

²²⁴ Como visto no capítulo 1.3, a nova configuração do país como “plataforma internacional de valorização financeira” exige o controle do trabalho como lastro de valores a serem securitizados.

²²⁵ De acordo com entrevistas realizadas em agosto de 2017 pela pesquisadora.

apropriar da escola e da padaria). Fica muito claro para os moradores que a dimensão do direito é ilusória, enquanto a única força a se confiar é o próprio trabalho – não é à toa que as casas ficaram prontas muito antes da infraestrutura, de responsabilidade da prefeitura. Para tais sujeitos, foi a construção da cidade (da sua cidade) que deu a eles a dimensão de sua existência enquanto comunidade política (ainda que contraditória), e não as promessas de cidadania, que nunca se efetivaram. Essa dimensão é explicitada, por exemplo, na fala de um morador referência para a comunidade, que procura defender o projeto da Comuna contra “aqueles mesmos que mostraram tudo isso para a gente, que ensinaram o que era fazer política”: “Nós que construímos, na mão, aquela laje da padaria. Ela é enorme, e nós fizemos na betoneira, com muita gente, você lembra? Agora tenho que pagar para usá-la? Isso não tá certo! Eles se apropriaram do nosso trabalho” (Luiz²²⁶ em entrevista para a pesquisadora em agosto de 2017).

Um detalhe importante é que, neste estudo de caso, não estavam presentes as forças políticas da Reforma Urbana. Aquela mais próxima era a Usina que, no entanto, estava representada por uma geração mais ligada ao marxismo de Sérgio Ferro, crítica ao PT, mas que, ainda assim, enfrentava sérios desafios ao se relacionar com um movimento cuja centralidade não era a luta por moradia e não tinha nenhuma intenção de se apropriar das políticas públicas e conselhos de gestão urbana²²⁷. Na prática, a Usina teve que assumir uma centralidade no trato com o poder público e com a CEF de outra natureza em comparação com o modelo do mutirão autogerido da década de 1990 – fato este que também denota a crescente profissionalização requerida pela política pública, que chegará ao auge no PMCMV. Percebe-se como o acesso à tal cidadania constituída no campo Democrático Popular é um caminho fechado aos leigos, ou seja, à população. Constitui-se o Estado Democrático Popular nestes termos: na necessidade de uma rede de capilarização do poder formada por políticos e técnicos profissionais, articulados pelo “espírito empreendedor” da periferia permanentemente espoliada.

O interessante da Comuna Urbana é que a presença do trabalho direto dos moradores no canteiro de obra, de maneira muito mais “autônoma” (no limite das contradições já apontadas aqui) do que no modelo consolidado de mutirão, inseriu novos elementos nesta rede de controle. Para eles é muito clara sua independência deste Estado, pois a construíram diretamente como trabalhadores. Porém, isso não significou a resolução das contradições da “autonomia”. O sujeito político trabalhador permaneceu no emaranhado contraditório do fracionamento de classe promovido pela ascensão empreendedora das lideranças intermediárias. Mas há tensão dialética aí presente: a revolta dos subsumidos (na ascensão da Cooperativa União), o questionamento da presença do MST, a defesa do projeto da Comuna, a capacidade organizativa da comunidade até hoje seja em festas, seja na

²²⁶ Nome fictício.

²²⁷ Uma geração mais nova da Usina retornou à Jandira em 2015-2016 para fazer o Plano Diretor Participativo da cidade, novamente sob gestão do PT. Nessa ocasião, o grupo, que não participou da construção da Comuna Urbana, estranhou o fato da comunidade não se interessar na participação das audiências públicas. Depois do exposto aqui, parece coerente o fato: a dimensão política da comunidade não se deu nessa chave da cidadania. Porém, a predominância da busca pela produtividade via empreendedorismo também teve como resultado um fechamento da comunidade em si mesma.

manutenção do espaço ou no seu beneficiamento coletivo²²⁸, a solidariedade na educação e proteção com os jovens ao manter de maneira ativa o tráfico de drogas fora da comunidade, a disputa pela associação, etc. É esse registro contraditório – cuja autonomia é pouco controlável, para o bem ou para o mal – promovido pela participação direta da comunidade, que precisará ser cortado nas experiências do movimento popular de massas que crescerá no período seguinte (descrito da próxima parte desta tese).

Assim, ao longo desta primeira parte da tese, foi possível observar os deslizamentos entre as contradições da década de 1980 – do trabalhador ao cidadão – e aquelas que se operaram na década de 2000 – do empreendedor e gestor ao sujeito político consumidor. Duas observações são importantes: a primeira é que a passagem de uma predominância à outra não subtrai a anterior, mas muda seu significado, principalmente junto à mobilização política e à produção de ideias. O que acaba ocorrendo é uma mistura contraditória destes elementos: o empreendedor precário que ainda é trabalhador, o cidadão gestor, o empreendedor gestor, o trabalhador cidadão... Porém, no caso do sujeito político consumidor ocorrem novas contradições, estas muito atuais e que não é possível ainda ter sua total dimensão – ainda que se expressem na crise política que vivemos. Sua novidade é ser *consequência* direta dos anos de construção de consenso do campo Democrático Popular, por meio do seu Estado específico, formado por diversas forças sociais, entre elas a grande maioria dos movimentos populares que atuaram no período (vinculados ou não ao PT, como veremos adiante). Dardot e Laval, ao descreverem o ordoliberalismo (ver nota 215), se aproximam muito daquilo que se pretende aprofundar aqui nas próximas partes da tese:

“Devemos notar que essa promoção política do consumidor, longe de ser anódina, deve ser diretamente vinculada ao princípio constitucional da concorrência. Obviamente, os indivíduos são ligados entre si por ações econômicas nas quais intervêm tanto como produtores quanto como consumidores. A diferença é que o indivíduo como produtor procura satisfazer uma demanda da sociedade – portanto, de certo modo ele é o ‘criado’ –, ao passo que como consumidor ele está em posição de ‘comandar’. A tese dos ordoliberais é que existem ‘interesses constitucionais comuns’ nos consumidores que não existem nos produtores. De fato, os interesses dos indivíduos como produtores são do tipo protecionista, na medida em que visam a obter um tratamento particular para pessoas ou grupos determinados, ou seja, um ‘privilegio’, e não regras que valham para todos uniformemente. Ao contrário, os interesses dos indivíduos como consumidores são consensuais e comuns, mesmo que se concentrem em mercados diferentes: todos os consumidores têm, enquanto tais, o mesmo interesse pelo processo concorrencial e pelo respeito às regras da concorrência. Desse ponto de vista, a ‘constituição econômica’ da ordem da concorrência parece estar ligada a uma espécie de contrato entre o consumidor-eleitor e o Estado, na medida em que consagra o interesse geral consagrando a soberania do consumidor” (DARDOT e LAVAL: 2016 [2009], 116-117. Grifos acrescidos).

O que significaria então a mobilização popular que se expande ao potencializar tal sujeito político consumidor? Tal sujeito, derivado do *cidadão* (que, como visto anteriormente, deriva das relações de propriedade no capitalismo), move-se na esfera jurídica e fetichiza o trabalhador, retirando suas contradições ao cindir produção e consumo. O direito, como será visto na próxima parte da tese, é instrumento dessa cisão: ele é a mediação social de sujeitos transformados em coisas e, portanto, o fetiche da mercadoria se completa com o fetiche do

²²⁸ Em Julho deste ano (2017), cinco anos depois da mudança para as casas, a comunidade conseguiu montar outro mutirão para a construção da quadra de esportes, que não saiu do papel pela prefeitura.

direito (PACHUKANIS: 1988 [1924]). Será visto adiante, portanto, como tal sujeito político consumidor se amolda à forma mercadoria e serve aos ditames de certa mobilização popular de caráter rentista.

A segunda observação que deve ser feita é referente à violência deste processo nas periferias de um país dependente. Como visto anteriormente, todo ele tem um caráter extremamente espoliativo, que se aprofunda ao mudar seus mecanismos de extração de riqueza. Assim, foi ressaltado o fato de que o empreendedorismo, no nosso caso, não se trata da salvação da classe trabalhadora²²⁹, mas de seu fracionamento e reordenamento hierárquico, cujos mecanismos de controle institucional se tornam mais complexos. Desta maneira, há que se ressaltar que o mesmo processo que faz nascer a “nova classe trabalhadora”, rumo a uma pretensa ascensão social, também faz crescer outra “nova classe trabalhadora”, de maior vulto, cuja precariedade e impossibilidade de ascensão só piorou nestes anos, destruindo uma prática social baseada no imaginário contraditório desenvolvimentista. Feltran (2011) descreve esta fração de classe que perdeu a relação com o assalariamento e a estabilidade (ou a sua promessa), e que não tem mais como assegurar o futuro da família – que também se despedaça. Tal fração de classe está à mercê de violências legais e ilegais, e sua relação com o Estado parece-nos expressão da dialética entre o cidadão de direitos e o sujeito-mercadoria derivado do seu caráter *político* de consumidor, e não de trabalhador.

Estas duas observações serão desenvolvidas respectivamente na segunda e terceira partes desta tese, nas quais serão analisados dois estudos de caso de empreendimentos do PMCMV, realizados por movimentos populares que se amoldaram a esta conjuntura da classe trabalhadora, ganhando com isso potencialidade de mobilização e viabilidade política na era do pragmatismo. Cabe acrescentar que a fração da classe trabalhadora que ascendeu socialmente durante os governos do PT (de maneira relativa, precária e temporária) – sejam empreendedores populares ou novos assalariados precários – participaram de um tipo de organização política *no urbano* (quando o fizeram) de caráter muito diverso daquele no qual foi envolvida a fração mais espoliada. Enquanto a primeira – grosso modo – foi abarcada pelos movimentos populares tradicionais do campo Democrático Popular formados no período da redemocratização (nos quais a prática da autogestão e a participação “conselhista” permaneceram); a segunda – cuja necessidade mais imediata levou a uma onda de ocupações

²²⁹ Souza (2012 [2010]) dá certo caráter positivo ao empreendedorismo da era Lula, característica de sua hipótese também percebida por Braga: “Se André Singer apontou para a adesão eleitoral da população estagnada e pauperizada ao governo federal, coube a Jessé Souza investigar as disposições sociais supostamente capazes de explicar este movimento. Para Souza, ao fazer com que amplos setores de trabalhadores e de microempresários incorporassem as necessidades próprias à acumulação financeira, o pós-fordismo teria produzido uma massa disposta a submeter-se a toda sorte de superexploração do trabalho para ‘ascender a novos patamares de consumo’. (...) Na realidade, a relação mais notável que a grande maioria deles [os casos estudados] mantém entre si não é com o pós-fordismo financeirizado, mas com as políticas públicas do governo federal. Em outras palavras, quem realmente garante a unidade dessa ‘nova classe trabalhadora’ não é a exploração capitalista mundializada, mas, sim, a hegemonia lulista: quando elogios aos programas federais começam a se multiplicar nos relatos, fica fácil entender por que uma população tão amparada pelo governo federal tenha se identificado com o ‘profeta exemplar’, isto é, com Lula da Silva. Ou seja, para Souza, o lulismo é um processo de ‘*esclarecimento popular*’ capaz de romper com dois tabus: (...) o de que as massas são totalmente passivas e alienadas e o de que apenas um movimento organizado segundo os moldes intelectualistas da esfera pública burguesa faz política, e, sobretudo, política de esquerda” (SOUZA: 2012, 250). Reunidos em ‘esferas públicas não burguesas do mundo da vida’, ou seja, botecos e as feiras livres, os batalhadores ‘percebem e comentam as realizações do governo’. Em síntese, a prática política do precariado resume-se a sufragar o ‘profeta exemplar’” (BRAGA: 2012, 27-28).

de terra que se alastrou de maneira desordenada e espontânea após 2013 – foi abarcada por novas forças sociais, externas a este campo, ainda que, contraditoriamente, tenham sido aquelas que conseguiram de maneira mais contundente dar corpo político à classe trabalhadora que emergiu da estratégia colocada em andamento por ele. É nesse sentido que nos parece mais profícuo avançar nestas experiências, que são expressões mais literais – e com mais peso político atualmente – do chamado “Lulismo” do que as práticas devedoras da década de 1980 (ainda que modificadas). Nesse sentido, a hipótese aqui desenvolvida é que tais novos movimentos e suas estratégias não são forças opostas ao campo Democrático Popular, mas decorrência e continuidade dele, um avanço de suas contradições em outro patamar – particularmente no que concerne ao desenvolvimento do conceito de cidadania –, mais adaptado à conjuntura conformada pelo governo petista do que as forças que o conduziram ao poder.

2 O sujeito institucional: cidadão consumidor

Figura 39 (verso): Residencial Pinheirinho dos Palmares em construção (2016).

Fonte: Arquivo da Usina, 2016.

Capítulo 2.1 Pinheirinho: um caso paradigmático

Mapa 2: Localização do terreno original do Pinheirinho (A) e do Residencial Pinheirinho dos Palmares (B).

Fonte: Elaborado a partir de imagem do Google Maps.

Na Parte 1 desta tese foram analisadas as transfigurações do sujeito político trabalhador por meio da dinâmica das contradições internas ao trabalho como mercadoria no decorrer de determinado tempo histórico (1960-2000) e espaço social (Brasil). Pôde-se observar como, nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil, tal dinâmica se expressava em linhas políticas diversas que, no entanto, se referenciavam de uma maneira ou de outra na formação de determinada consciência de classe centrada no trabalhador (ver Capítulo 1.2). De um lado, foi visto que o entendimento do urbano como categoria, forma específica de reprodução do capital, conformou certo sujeito político produtor de cidade, cujo enfrentamento contra-hegemônico se dá internamente à relação capital-trabalho (sendo temas relevantes: a autoconstrução, a dinâmica de terras e o capital imobiliário, entre outros). Por outro lado, permanecem, naquele momento de transição da população do campo para a cidade, formas de aproximação do trabalho como “comunicação de consciências”, nas quais ganha centralidade seu caráter ontológico. Como faces de uma unidade dialética (o trabalho como produtor de valor de uso e de valor), tais correntes por vezes se aproximavam ou se afastavam politicamente, tendo relevância a maneira pela qual se posicionavam frente ao desenvolvimento brasileiro.

Assim, as contradições do nacional-desenvolvimentismo chegam ao ápice até 1968, sendo a década seguinte plena de contradições, acompanhando uma conjuntura mundial de reestruturação neoliberal. Emerge destas relações, no campo urbano, a figura do cidadão sobreposto ao trabalhador, derivado de um novo papel atribuído ao Estado especificamente dependente, que se estruturará na década de 1980 junto à redemocratização – e que dará ensejo à formação do Partido dos Trabalhadores (PT) (ver Capítulo 1.3). Tal figura – que já estava presente no ideário nacional-desenvolvimentista como “povo” (cujo caráter político se dá pela mobilização das consciências e da cultura na construção da “nação”) – aparece nesta

outra conjuntura como derivação do trabalhador como proprietário (de força de trabalho), que se relaciona social e politicamente, no âmbito do Estado Democrático, por meio da esfera jurídica. Tal forma foi, na primeira parte desta tese, desenvolvida como própria à predominância do capital fictício na economia mundial, que destina papel determinado ao país. Como proprietário, tal sujeito se conforma *politicamente* como consumidor, tendo o *direito* a função de intermediação das trocas – econômicas, políticas e sociais –, fato que aproxima a *política da gestão de populações*.

A ascensão do campo Democrático Popular ao governo federal, em 2002, deu encaminhamento específico a este cenário, ao consolidar um Estado alargado, conformado por capilaridades institucionais que passaram a intermediar governo e população, tendo como instrumento as políticas públicas (ver Capítulo 1.4). Tal campo institucional precisa ser melhor descrito, pois difere do típico terceiro setor da década de 1990: não se trata de uma terceirização do Estado, fazendo com que ele “diminua” em relação à sociedade civil, mas, ao contrário, há uma ampliação de sua forma, que se expande até a conformação dos sujeitos políticos por meio de sua institucionalização – o que não significa um Estado autoritário, mas talvez “pós-democrático”, com especificidades periféricas (este tema será aprofundado no Capítulo 2.4).

Tal configuração, no campo urbano, teve o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado pelo governo federal em 2009, como principal mecanismo de institucionalização e amoldamento da classe trabalhadora urbana, com especial ênfase nos casos de gestão dos conflitos por terra, iniciados ou não de maneira organizada por movimentos populares. O programa, como *instrumento de gestão por meio da produção do urbano*, possibilitou o enfrentamento conjunto do início da crise econômica mundial nas suas interfaces com o país – utilizando suas históricas potencialidades espoliativas por meio da terra e da intensificação do trabalho –, com o controle de populações necessário para administrar as consequências do fracionamento da classe trabalhadora promovido pelo “neodesenvolvimentismo” (temas desenvolvidos nos Capítulos 2.2 e 2.3). Com direcionamento focalizado, o PMCMV lidará de maneiras diversas com as classes em ascensão (a “nova classe trabalhadora”) e aquelas – muito próximas, mas muito distantes – que, em dinâmica promovida pela ascensão das primeiras, tem sua reprodução ainda mais precarizada principalmente pelo aumento do custo de vida urbano: a “outra” “nova classe trabalhadora” (ver Capítulo 1.4).

Esta “outra” classe trabalhadora é o negativo do destacamento ascendente do “empreendedorismo popular” que, talvez, acompanhando Henri Lefebvre (2006 [1974]), possa-se chamar “residual” – não no sentido quantitativo, mas qualitativo: o resíduo é o elemento resistente, aquele que, na sua existência, deflagra as contradições do processo hegemônico e aponta para sua superação. É esta fração de classe que vai explicitar o caráter do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”²³⁰ do PMCMV e, por decorrência, do “neodesenvolvimentismo”, ao promover grandes ocupações de terra, na sua grande maioria de maneira “espontânea” (sem organização prévia de um movimento popular). Sem ser configuradas como “luta por direito (à moradia)”, tais ocupações têm uma dinâmica complexa,

²³⁰ FRANK: 1967. Ver Capítulo 1.2.

que ainda está por ser descrita academicamente. Limita-se, aqui, a tatear seu esboço: fruto do aumento da precariedade urbana, tais ocupações são parte da explosão social causada pela reestruturação produtiva que transformou as periferias. Como visto no Capítulo 1.2, Gabriel Feltran (2011) sublinha tais transformações do mundo estável do trabalho como instrumento de ascensão familiar para outro, marcado pela instabilidade do “aqui e agora” e pelas tensões com o crescente “mundo do crime”, realidade que ganha vulto em conjunto com a falta de perspectivas de futuro da juventude e – diga-se de passagem – bastante conforme com o novo comércio mundial.

Assim, tais ocupações de terra são bastante diversas daquelas que ocorriam nas décadas de 1970 e 1980, seja pelas causas, seja por sua estrutura social, fatores que mudam sua *forma de produção e relação com o Estado*, produzindo e sendo produzidas também por outro sujeito político por meio de outros tipos de movimentos populares. São estes elementos que serão trabalhados nesta Parte 2 e na Parte 3 desta tese. Vale frisar alguns de seus componentes principais: 1. Sua composição social fundada no desemprego e no trabalho precário, principalmente ligado ao pequeno comércio (diferente do primeiro grande movimento de formação de favelas na década de 1960, formadas por trabalhadores com baixos salários); 2. Não são iniciadas, em sua maioria, de maneira organizada em torno da luta por moradia (característica proeminente da década de 1980); 3. Têm estrutura urbana pragmática, porém não mínima (do ponto de vista da habitabilidade), direcionada já a uma futura regularização, com respeito às normas urbanísticas (elemento que já indica a assimilação do caráter institucionalizado das relações de produção do espaço); 4. A procura pelos movimentos populares e/ou assessorias técnicas são ações posteriores e pragmáticas, decorrentes da necessidade de negociação com o Estado (e não, imediatamente, do desejo ou da necessidade de organização popular); 5. Sua dimensão de domínio de territorialidade envolve a relação direta com o “mundo do crime”, que participa integralmente da dinâmica de produção do espaço; 6. Devem ser entendidas como parte da produção do urbano (e não como marginalidade), na medida em que fazem parte da dinâmica imobiliária não apenas da periferia, mas também como contraparte da cidade formal (característica importante para a análise do PMCMV); 7. São parte constitutiva de uma grande dinâmica de remoções em massa, característica da formação do urbano no neoliberalismo²³¹ (tema desenvolvido em particular nesta Parte 2); 8. Participam da formação de um circuito próprio ao Estado Democrático Popular no urbano, no qual estão imbricados organicamente mercado (legal ou ilegal) e Estado

²³¹ A este respeito, são referência os trabalhos do Observatório de Remoções, “desenvolvido por LABCidade (Laboratórios do Espaço Público e Direito à Cidade), LABHAB (Laboratório de Habitação) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e Universidade Federal do ABC, com apoio da Fundação Ford, trata da identificação e do mapeamento, em diferentes escalas, de grupos com alto grau de vulnerabilidade socioambiental impactados por remoções urbanas involuntárias decorrentes da implantação de projetos de desenvolvimento, conflitos fundiários coletivos e incidência de riscos geológicos”. É coordenado pela Profª Drª Raquel Rolnik (FAU USP), pelo Prof. Dr. Francisco de Assis Comarú (UFABC) e pela Prof. Drª Regina Dulce Lins (FAU USP). Fonte: < <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/quem-somos/> > (acessado em 6 de dezembro de 2017). Os dados obtidos pelos pesquisadores levantaram, em São Paulo (2010-2016) e na Grande São Paulo (2015-2016), 868 casos de ameaças e execução de remoções, envolvendo 288 mil famílias (mais de um milhão de pessoas). A maior parte destes casos (78%) é causada por intervenções estatais de reestruturação urbana (urbanização de favelas, implantação de áreas verdes e áreas de impacto de operações urbanas), que envolvem a responsabilidade do Estado em dar encaminhamento habitacional às famílias (que acontece de diversas formas). Fonte: < <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/mapa-denuncias/> > (acessado em 6 de dezembro de 2017).

por meio de políticas públicas²³², que formam todo um campo institucional alargado e capilarizado, do qual faz parte movimentos populares de novo tipo.

Nesta Parte 2 é analisada esta conjuntura por meio do caso paradigmático do Pinheirinho, ocupação em São José dos Campos – SP, que conformou uma série de mecanismos institucionais depois reproduzidos nacionalmente. O foco da análise é a constituição do que está sendo denominado aqui de Estado Democrático Popular por meio do urbano, que conforma e é conformado por novos sujeitos políticos, bastante distantes da condição anterior de “trabalhadores” – ainda que trabalhem mais intensamente do que antes²³³. Interessa aqui a subjetivação política desta nova “outra” classe trabalhadora na sua relação com a produção do urbano, agora determinado por outra dinâmica. Como já indicado anteriormente, aprofunda-se a condição do sujeito institucionalizado como cidadão consumidor, conformado pela esfera da circulação, que se relaciona com as políticas públicas de maneira pragmática e nos faz, na condição de pesquisa, retomar a crítica marxista ao direito.

O urbano como luta de classes

O Pinheirinho, ocupação em São José dos Campos – SP de cerca de 1.700 famílias, é um caso paradigmático dos processos que articulam as diversas forças sociais que são tratadas neste trabalho e, por isso, várias de suas características se repetem e aprofundam em outros processos posteriores. Seu início remonta a 2004, enquanto a entrega da parte habitacional do empreendimento, pelo PMCMV, foi realizada no final do ano de 2016, em outro terreno. Os equipamentos públicos (creche, escola e posto de saúde) ainda estão em construção, sendo que a creche será entregue no início de 2018. A escola hoje funciona temporariamente em contêineres adaptados, e o posto de saúde mais próximo fica no bairro vizinho, a cerca de 4km. Ele marcou, durante seus oito anos iniciais, uma forma bastante diferente da maioria das ocupações urbanas organizadas da década de 1990 e 2000: se, nos últimos 20 anos, a ocupação de terreno vazio era, na maioria dos casos, simbólica ou reivindicativa de programas sociais, no Pinheirinho ela se dá já de uma maneira que pressupõe permanência prolongada,

²³² Apenas a título de exemplo (pois o PMCMV ganhará relevância maior nas análises aqui empreendidas), vale publicizar os dados do Plano de Metas da Secretaria de Habitação de São Paulo, apresentadas na 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação (CMH), de 27 de abril de 2017 (disponíveis em <<http://www.habitasampa.inf.br/conselho-municipal-de-habitacao/apresentacoes/>> acessado em 6 de dezembro de 2017). O recurso despendido para o “Aluguel social” (custeio de parte do aluguel de famílias removidas), que é exclusivamente municipal, é de R\$ 103 milhões para este ano, além de outros R\$ 19 milhões advindos dos recursos das Operações Urbanas. Para se ter ideia deste montante, ele é mais do que o dobro dos recursos municipais para aporte de construção de novas unidades habitacionais, maior do que o total de investimentos do Estado de São Paulo no município (cerca de R\$ 100 milhões) e representa cerca de 40% das despesas municipais na área de habitação no ano de 2017. O Aluguel Social é um programa que foi pouco estudado e que merece maior atenção, pois não se configura como solução definitiva de habitação e estabelece uma dinâmica no urbano relevante do ponto de vista da ação das forças sociais e do aumento do preço da terra no mercado imobiliário legal ou ilegal, aumentando, em vez de diminuir, a tensão do déficit. Particularmente, tal programa demonstra o grau de capilaridade institucional descrito neste trabalho, pois condiciona a vida cotidiana de centenas de milhares de habitantes, bem como injeta recursos na dinâmica territorial da periferia produzindo novas relações de poder.

²³³ Ver a este respeito o livro “Mais trabalho!” de Sadi Dal Rosso (2015 [2008]).

quicá definitiva. A reivindicação inicial, portanto, é de regularização fundiária, não de habitação.

Configura-se numa forma que combina, de maneira rara no momento em que aconteceu, dois elementos clássicos da formação das periferias das grandes cidades: a favela, de ocupação espontânea e descentralizada, cujo espaço urbano é caracterizado pela conformação que lhe dão as habitações (havendo a formação de ruas, vielas e becos estreitos, com ausência de espaço público e a inexistência da figura do lote); e o loteamento clandestino, que parte de um prévio e centralizado desenho de lotes (em terra “grilada”), determinado por uma lógica de intensificação de ganhos do loteador e que, portanto, não observa nenhuma lei urbanística (também há inexistência de espaço público, ainda que suas ruas sejam mais largas do que aquelas da favela). O Pinheirinho, na combinação destes dois, conforma um espaço de loteamento (portanto, com desenho), porém realizado de maneira autogerida pelos moradores – até certo ponto e com uma série de limitações. Ao mesmo tempo há a ocupação de terra diretamente para moradia, indicando um contexto de falta completa de opção imediata das famílias (como na favela); e a conformação de espaço urbano desenhado (como no loteamento), porém aqui não pela figura do grileiro (que usa a terra como mercadoria), mas pelas necessidades das próprias famílias (terra como valor de uso, em primeira instância).

O resultado foi um espaço urbano ímpar, onde a figura individual do lote (de 250m², o dobro do lote mínimo do município) se combinava com espaços públicos e construções coletivas, pensadas e realizadas pelos próprios moradores, segundo suas possibilidades de organização e necessidades cotidianas – da praça, da cozinha comunitária e do parquinho ao galpão de Assembleias. Sua forma urbana horizontal combinada com a autoconstrução – conformação que denota o padrão clássico da solução individual e precária – estava lado a lado com espaços coletivos não como contraposição, mas como expressão física das condições materiais e de organização que uma comunidade constituiu naquele momento histórico, a partir de suas necessidades e com suas limitações²³⁴. Sua conformação, portanto, era de uma cidade pensada pelos próprios moradores e construtores, a partir da negação do lugar definido socialmente para eles (a periferia, a favela, o lote exíguo, o aluguel extorsivo, etc.).

²³⁴ Sem nenhum romantismo, tal comunidade não se tratava de uma célula comunista autogestionária, mas de pessoas conformadas pelas condicionantes históricas capitalistas e que estavam ali por uma necessidade imediata, e não pela potencialidade política do agrupamento. Parece claro, e é importante destacar aqui, que parte destas pessoas estava ali com objetivos mercantis, numa espécie de “acumulação primitiva” próxima à grilagem, onde as relações com as redes de poder local ligadas ao tráfico de drogas são extensas. Isso, no entanto, de maneira alguma era a expressão da totalidade da ocupação e, inclusive, era um dos conflitos cotidianos que ela enfrentava por meio das lideranças comunitárias, somando àqueles com o poder público e com o proprietário da terra. Estes fatos não invalidam a descrição aqui feita, que não seria a mesma se tal imperativo da troca fosse dominante. Nos casos em que ele foi, ou se transformou em, a organização política e espacial passou a ser outra, como pudemos acompanhar em outras experiências.

Figura 40: Espaço urbano do Pinheirinho

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH (2011) e Divulgação OnLine.

Outro dado essencial é que o terreno ocupado era bem localizado, em vetor de expansão urbana. Sua área correspondia a 0,34% do município (1,37Km²) e *sempre esteve vazia*. Sua principal função era a de servir como lastro garantidor de empréstimos bancários, e nunca pagou IPTU. Sua propriedade é duvidosa (há indícios de grilagem) e a empresa proprietária combinava a compra de terras (como garantia) com operações financeiras em Bolsas de Valores – baseadas em fraudes. Por conta desta atuação, seu proprietário (Naji Nahas) foi condenado a 24 anos de prisão e cumpriu apenas cinco meses em prisão domiciliar. Alguns anos depois, foi preso novamente em ação da Polícia Federal (Operação Satiagraha) por formação de quadrilha, evasão de divisas, operação de instituições financeiras sem autorização legal e uso de informação privilegiada para atuar no mercado financeiro. Destes elementos decorreram outros relativos ao terreno do Pinheirinho, que teve suas dívidas com o Município misteriosamente quitadas por valor irrisório acordado e não pago, além de uma valorização desmesurada (C.f. LAIATE: 2012).

A ocupação do terreno foi planejada e considerava todos estes elementos. No entanto, ela não teve objetivo político de denúncia, mas apenas se utilizou das explícitas fragilidades relativas à sua propriedade – objetivando, desde o início, a permanência definitiva na área. A ação, iniciada por cerca de 400 famílias que vinham de outro despejo, foi coordenada por lideranças locais ligadas ao principal sindicato da região (Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos que, numa cidade industrial sede da Embraer, tem bastante peso político) vinculado à CSP-Conlutas, central sindical que tem laços com o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), presente também na organização política das famílias, ainda que sem tradição na luta popular. Sem anterior ação ligada às questões urbanas, o sindicato apoiou a formação de um movimento de moradia para coordenar a ocupação (o MUST, Movimento Urbano dos Sem Teto) – sendo seus principais dirigentes quadros do sindicato e do partido.

Esta aproximação inédita de setores diversos de organização da esquerda foi uma das principais características das articulações políticas deste caso. Marca também um momento de ascensão das lutas urbanas, que acompanha de perto o descenso das lutas sindicais e descrença nos partidos políticos – fator importante na mudança das táticas destas organizações, que passam a se aproximar de setores, como a moradia, nos quais não tinham tradição anterior. Os objetivos declarados desta aproximação aparecem na fala de duas lideranças, em entrevista:

“As pessoas falam muito de mulheres, e nós achamos que as mulheres sofridas estão dentro da ocupação, ela está no bairro periférico de uma cidade; as pessoas falam muito de negro, os negros estão exatamente nas periferias, estão exatamente nas ocupações; eles falam muito de desempregado, desempregado está exatamente na periferia, está exatamente em ocupação. Aposentado, onde eles estão? Eles estão nos bairros mais pobres, eles estão nas periferias da cidade. E a mesma coisa os trabalhadores. Os trabalhadores das empresas pequenas, das empresas de pequeno e médio porte estão justamente nas favelas, os trabalhadores que não tem condição de comprar uma casa melhor. E são trabalhadores como outros qualquer. Então achamos que haveria necessidade dos sindicatos olharem esse trabalhador. E como você olha esse trabalhador? Não é na porta da fábrica que você vai saber como esse trabalhador vive, é necessidade que o sindicato vá até onde esse trabalhador mora para saber a situação do trabalhador, para quando o trabalhador for reclamar para o seu dirigente, o dirigente saber o que está acontecendo com ele. Porque se o dirigente está na porta da fábrica e não sabe onde o trabalhador mora, não tem como ele saber da situação do trabalhador. Então, houve a necessidade que o sindicato, por isso hoje existe inclusive o Conlutas, que é a CSP-Conlutas²³⁵, a coordenação de lutas e de movimento popular, de sindicato popular, justamente para fazer isso aí”²³⁶.

“Nós fizemos – eu não posso dizer que foi a primeira vez – uma política de trabalhar o setor popular com o setor operário. O sindicato sempre ajudava e os sem tetos sempre ajudavam o sindicato. Nas assembleias o movimento sem teto sempre participava. [Fechar rodovia...] É, tudo isso. [Isso foi discutido dentro do partido?] Claro que sim. É uma política para a classe, porque é todo mundo pobre, trabalhador. É uma política discutida. Esta interação era importante para os dois lados. E o movimento operário também leva as suas pautas para o movimento popular. Ao mesmo tempo levar o movimento popular para o movimento operário

²³⁵ A CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) foi fundada em 2010 a partir da Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas). Segundo seu site: “Essa é uma experiência inovadora na organização de nossa classe no Brasil. Unir, numa mesma entidade nacional, os movimentos sindicais, populares, da juventude e de luta contra a opressão das mulheres, negros, homossexuais e outros segmentos” (In: <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/>. Acessado em 04 de fevereiro de 2016).

²³⁶ Liderança 2, em entrevista para Carolina Laiate em 14 de setembro de 2012.

não é uma coisa fácil, porque a categoria não aceita num primeiro momento, porque é corporativo. Num primeiro momento foi difícil, mas depois reivindicava. Era engraçado... quando precisava, falava 'E o pessoal do Pinheirinho, não vai aparecer não?'. E isso é perigoso para os poderosos”²³⁷.

A partir, portanto, desta concepção da luta urbana como luta de classes – tema este sim familiar ao sindicato – foi possível encarar a ocupação de terra não apenas na chave de entendimento da esquerda ortodoxa, que a entendia como luta pequeno-burguesa pela propriedade ou, no máximo, dentro das lutas da esfera da reprodução da força de trabalho, da espoliação, vistas como não estruturais por certo marxismo. A partir de outra visada, tais lutas urbanas seriam uma oportunidade de organização da classe trabalhadora, não na fábrica, mas na cidade.

“A concepção de controle operário que dominou até agora o pensamento de esquerda alternativo é problemática. O foco da luta foi na manufatura e a fábrica foi vista como um local privilegiado de produção de mais-valia. A classe dos trabalhadores industriais foi tradicionalmente privilegiada como vanguarda do proletariado, seu principal agente revolucionário. Mas não foram trabalhadores industriais que produziram a Comuna de Paris. Existe, por esta razão, uma dissidente e influente visão da Comuna que diz que ela não foi uma insurreição proletária ou um movimento baseado na classe, mas um movimento social urbano que reivindicava direitos dos cidadãos e o direito à cidade. Não era, portanto, anticapitalista. Não vejo nenhuma razão pela qual não deva ser interpretada como luta de classes a luta pelos direitos de cidadania no lugar onde os trabalhadores vivem. Para começar, a dinâmica de exploração de classe não está confinada no local de trabalho. (...) O conceito de trabalho tem que mudar de uma estreita definição presa às formas industriais de trabalho para o largo terreno do trabalho implicado na produção e reprodução de uma vida diária cada vez mais urbanizada. Distinções entre lutas baseadas no trabalho ou na comunidade começam a desaparecer, como, aliás, é a ideia de que a classe e o trabalho são definidos num lugar de produção isolado do espaço de reprodução social da casa”. (HARVEY: 2012, 128-129 e 139. Tradução da pesquisadora)

Segundo uma das lideranças²³⁸, o modelo adotado para a organização da ocupação foi o dos CDRs cubanos (Comitês de Defesa da Revolução²³⁹), estrutura de massas constituída por células setoriais baseadas no território, nas quais o cotidiano da comunidade (saúde, educação, moradia, etc.) é ponto de partida para a manutenção da mobilização e capilarização da formação política, além de serem base da participação política representativa. Tal estratégia de mobilização pode se encontrar de maneira aproximada em diversos locais na América Latina, como no México (Chiapas) os Zapatistas, na Venezuela (Caracas) os CTUs (Comitês de Terra Urbana), na Bolívia (El Alto) os Aymaras, somente entre os mais conhecidos. Fazem diferença, no entanto, se são fruto de centralização estatal²⁴⁰ e de suas necessidades de controle e ascendência sobre a população; ou se são fruto de auto-organização e, portanto, da necessidade de resistência interna da comunidade. Uma das mais evidentes expressões desta

²³⁷ Liderança 1, em entrevista para a pesquisadora em 02 de fevereiro de 2016.

²³⁸ Liderança 1, em entrevista para a pesquisadora em 02 de fevereiro de 2016.

²³⁹ “A nivel de comunidad existe la más amplia y numerosa organización constituida en cada cuadra o manzana, los Comités de Defensa de la Revolución (CDR). (...) [El CDR] Es una organización de masas que tiene dentro de sus objetivos movilizar a todo el pueblo en las tareas de defensa de la Revolución y de las conquistas del socialismo, mediante el trabajo directo con las personas y las familias de la comunidad. (...) La estructura de los CDR es de carácter territorial, y se organiza a los fines de su dirección en: la cuadra, zonas, municipios, provincias y nación” (In: http://www.pcc.cu/opm_cdr.php. Acessado em 04 de fevereiro de 2016. Grifos acrescentados).

²⁴⁰ Entendendo o Estado enquanto forma acabada da centralidade de poder (executivo, legislativo e judiciário), que pode ser representada também por uma organização que assume esta centralidade localmente.

diferença se dá no planejamento, produção e organização espacial do habitar, manifestação de hetero ou autodeterminação (ainda que esta relação não seja tão puramente dual).

Tal organização territorial enquanto auto-organização comunitária (como em El Alto e Chiapas) se desdobra necessariamente num espaço planejado segundo as necessidades da comunidade, produzido através das suas possibilidades e organizado de acordo com sua determinação – rearticulando, portanto, esferas apartadas pela divisão social do trabalho e pela forma mercadoria implantadas pelo capital. A cidade enquanto *obra*, segundo Lefebvre (1991 [1968]). Tal entendimento fica claro neste depoimento de um Aymara:

“A praça é o mais importante. É o ponto de convocatória dos vizinhos, na praça está a quadra, a sede social, a paróquia, e estão os vizinhos. A praça é este espaço de convocatória da vizinhança. A praça se converte no pátio grande do vizinho, há vários pátios, na comunidade andina não se concebe uma casa sem pátio. Aqui em El Alto há fartos pátios, porém o pátio grande é a praça. Ali se faz de tudo, desde leituras a reuniões, porém as praças são para encontrar-se, um evento esportivo, uma festa, o aniversário de uma zona, uma campanha proselitista, a praça é o pátio grande, é o pátio de todos. O pátio grande tem muito significado para as pessoas, cada bairro tem sua praça, é inconcebível que não tenha, tem que ter, senão se apropriam da rua, a fecham ali. A praça é chave. Então a praça é também a extensão da casa, porém é também o lugar onde você encontra com o conhecido. Se você escutou uma notícia, imediatamente busca o lugar onde quer discutir sobre esta notícia e ali está seu velho, seu amigo, seus companheiros, e esse lugar é a praça, a quadra, a paróquia... Porque você nunca diz ao seu pai ‘vou na praça’, você diz ‘vou à biblioteca, à paróquia’ e isso está na praça, a socialização, as festas, o lugar onde acabam as festas. A festa começa em outras zonas e passa por outros lugares e entra na praça e termina ali, é para dar visibilidade, mostrar que temos festa. O mercado está ali, a feira está ali” (ZIBECHI: 2006, 92. Tradução da autora).

No Pinheirinho, a ocupação espacial foi uma expressão da estrutura organizativa do movimento, que se dividia em núcleos centralizados numa coordenação geral. Semanalmente havia assembleias setoriais (terças-feiras), dos coordenadores dos setores (quartas-feiras), e as gerais (sábado). Sem acompanhamento técnico, os 14 setores dividiram seus respectivos lotes individuais, de 250m² cada, defendendo neste gesto certa generosidade de terra para cada família. Segundo uma liderança: “E tinha muita terra, então por que não um terreno de 250m²?²⁴¹, demonstrando que a lógica por detrás do zoneamento não passava pela capacidade de pagamento da família ou do preço da terra, mas de uma necessidade socialmente reconhecida e possível dado o tamanho do terreno. “A gente provou que é possível um parcelamento do solo que o povo pode fazer. Se der chance o povo faz. O povo sabe construir sua casa, o povo constrói. E construíram belas casas”²⁴².

“Quando a CDHU chegou lá foi o problema dos lotes, a gente não abriu mão dos 250m². ‘Não vamos dividir, porque o cara tem que ter uma horta, tem que ter uma garagem, tem que ter lugar para ter cachorro, para viver legal, não quer viver amontado. Nas audiências públicas eu falava ‘para com essa mania de achar que pobre tem que viver tudo amontado, um em cima do outro. Eles não querem isso aí.’”²⁴³.

Há que se mediar, no entanto, tal gesto que parece, à primeira vista, fruto puro de autodeterminação. Se por um lado a intransigência com os 250m² está nesta chave, o desenho

²⁴¹ Liderança 1, em entrevista para a pesquisadora em 02 de fevereiro de 2016.

²⁴² Idem.

²⁴³ Advogado 1, em entrevista para Carolina Laiate em 18 de junho de 2012.

urbano que combina tais lotes com os espaços coletivos carece de criatividade e excede em pragmatismo, descartando a ação técnica mas a repondo de maneira fetichista. Lógico está que o trabalhador está subsumido ao capital e tem suas capacidades e necessidades negadas, fazendo com que espaços livres de criação sejam encarados como momentos de reposição de formas instituídas externamente, porém agora sob seu comando. Percebe-se que a ação não é autodeterminada – o que pressuporia expressão de necessidades internas –, mas apenas comandada por outras mãos. Isso aparece de maneira bastante clara quando a defesa da permanência do bairro é apoiada na justificativa de que ele poderia ter sido feito por qualquer engenheiro ou pelo próprio poder público, não apresentando nada que estivesse fora da sua lógica. Houve um processo experimental, de qualquer maneira, e que dá frutos mais na presença de elementos fundamentais para a comunidade – como a praça e os equipamentos coletivos – do que na sua articulação, que permanece pragmática.

Figura 41: Ocupação urbana do Pinheirinho

Fonte: Google Maps e Elaboração própria.

O bairro estava feito e respeitava a legislação urbanística, preservando e recuperando áreas de proteção ambiental transformadas em lixão pelo abandono do lugar há tantos anos. Através de uma inédita articulação com as três esferas de governo, a população iniciou as tratativas para a regularização da área, que teria a terra comprada pelo governo federal, as casas realizadas pelo estadual e o comprometimento na mudança de zoneamento seria feita pela Prefeitura.

“Porque desde o começo nós queríamos sentar numa mesa com os três governos. O tempo todo foi esta tentativa. [Foram vocês que chamaram ou eles que vieram?] Fomos nós que chamamos, eles sempre negociavam separados. O mais difícil era colocar a prefeitura para negociar com o PSTU. Era mais fácil falar com a CDHU, porque todo mundo tem interesse, ninguém é tonto. E o Silvio Torres, que era secretário de habitação [do Estado] na

época veio aqui e disse que dava para aproveitar tudo. Os técnicos do Ministério das Cidades vinham e diziam que aqui dava para aproveitar quase tudo. Porque tinha arruamento, tinha praça, tinha tudo. Dava para aproveitar, e era muito mais barato do que o que eles fizeram! Era mais barato inclusive do que o aluguel social que eles estão pagando. E nós conseguimos isso, com muita pressão no governo federal, no governo estadual, conseguimos juntar. E até a prefeitura estava bancando. Mas daí chegou um momento que veio o setor imobiliário e disse: ‘acabou a brincadeira, isso daqui não dá mais’”²⁴⁴.

Os números efetivamente impressionam. O gasto com bolsa aluguel (Prefeitura e Estado) somou mais de R\$50milhões até a entrega²⁴⁵, além dos custos da desocupação (avaliados em cerca de R\$10milhões²⁴⁶, gastos pela prefeitura) e da obra, com a compra do novo terreno, que custou aos governos federal (PMCMV-FAR) e estadual (Casa Paulista) R\$140milhões para 1.461 famílias²⁴⁷. O valor total é de cerca de R\$200milhões, que seria suficiente para a compra e regularização da área original, se fosse desapropriada corretamente²⁴⁸. Isso sem contar os impostos atrasados que somam mais de R\$20milhões, os custos das famílias na construção das casas originais e equipamentos coletivos e o gasto extra de aluguel delas durante todo este período, que não são cobertos completamente pela bolsa-aluguel. Trata-se, claramente, da luta urbana como luta de classes.

Segundo uma liderança, tal luta de classes se expressava no ódio da sociedade local às famílias, que fazia com que a prefeitura não reconhecesse a ocupação e, portanto, não oferecia serviços básicos (como coleta de lixo), as pessoas eram recusadas em escolas e postos de saúde, estigmatizadas na cidade e muitas vezes perdiam o emprego quando se sabia que eram moradoras da área. Isso se dava, segundo a mesma liderança, por diversos motivos. O primeiro, econômico, por conta do terreno altamente bem localizado, valorizado e de ótima topografia; o segundo, pelo exemplo de organização dos trabalhadores, na união do movimento sindical, popular e da presença de partido de oposição gerando uma força social forte o bastante para conseguir chegar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ); o terceiro, pelas ações para além da moradia que esta organização começou a promover na cidade, como lutas por transporte, políticas públicas, serviços sociais, contra o aumento do salário dos vereadores, etc., fazendo com que outros setores também se unissem, como a juventude e os setoriais. Pode-se acrescentar que todos estes elementos eram materializados na ocupação ordenada e generosa do solo, uma demonstração de enfrentamento à ordem do capital explícita através da forma urbana.

Isso explica a tragédia²⁴⁹ que se consumou ali depois de *oito anos de ocupação estável*, em janeiro de 2012. Desrespeitando as negociações e executando deliberadamente

²⁴⁴ Liderança 1, em entrevista para a pesquisadora em 02 de fevereiro de 2016.

²⁴⁵ Considerando 60 meses de R\$500 de bolsa-aluguel (valor definido entre governo do Estado e município) para 1.700 famílias.

²⁴⁶ LAIATE: 2012, 103.

²⁴⁷ Outras famílias foram alocadas em outros empreendimentos por não se encaixarem na faixa de renda de até R\$1.600, e outras ainda não foram contempladas por já terem tido outros financiamentos públicos.

²⁴⁸ “Em laudo pericial feito por perito judicial na avaliação do terreno em agosto de 2007, atesta que o valor de mercado a ele atribuído era de 8,2 milhões de reais. Quando levado a leilão, o lance mínimo estipulado pela justiça era de 187 milhões de reais. Seu valor venal estimado na mesma época era de 92,7 milhões” (LAIATE: 2012, 118).

²⁴⁹ Euclides da Cunha tem passagem n’Os Sertões, quando descreve a cidade autônoma de Canudos como uma situação para além da sua existência concreta como estrutura física, que parece próxima ao significado do Pinheirinho para a elite de São José dos Campos: “Concentravam-se [o exército] em planos visando corrigir o revés com um lance de ousadia. Porque a vitória devia ser alcançada a despeito dos maiores sacrifícios. Pensavam: nos

ações ilegais²⁵⁰, a justiça local (Vara Cível) passa por cima de todas as esferas de poder e de governo realizando uma das reintegrações de posse mais violentas que o país teve notícia em sua história recente, inclusive porque absolutamente descabida depois de resolução do STJ que a suspendia. A ação de guerra, vergonhosa e ilegal em todos os sentidos, parece bastante sintetizada num momento descrito pelo advogado das famílias:

“Estávamos num ponto de ônibus sem fazer nada, fomos alvejados de maneira gratuita. Me dirigi ao major Paulo para entregar a ele a ordem da justiça federal. Ele rindo, numa satisfação quase em transe naquela situação, falou: ‘o Sr. não é oficial de justiça, eu não vou receber a sua ordem. O Sr. traga o oficial de justiça’. Eu pedi para falar com o coronel Messias, ele falou ‘o coronel Messias está de helicóptero. Se o Sr. conseguir alcançar ele, o Sr. pode entregar a ordem para ele’. Eu perguntei ‘quem é o comandante em terra?’, ele falou ‘sou eu’. Eu falei ‘eu vim aqui para lhe entregar uma ordem de um desembargador federal suspendendo a operação’. Ele falou ‘eu não vou receber porque o Sr. não é oficial de justiça’. Corri para a justiça federal, às 7h tinha um oficial de justiça lá com a gente (mas não era plantonista), às 9h chegou o oficial de justiça plantonista, a operação já em andamento. O juiz determinou que fosse suspensa a operação. Determinou, expediu um mandado e entregou ao oficial de justiça. Nós acompanhamos, fomos direto ao local de operação procurar o comandante, o coronel Messias. Fomos recebidos à bala novamente, mesmo nos identificando com as nossas credenciais, a oficial de justiça com a carteira dela de oficial de justiça, fomos recebidos à bala, conseguimos furar o cerco, fomos aonde estava o coronel Messias e lá, eu presenciei uma cena que eu jamais imaginei ver na minha vida. Primeiro que o mandado entregue pelo oficial de justiça foi pego por um juiz, pelo juiz assessor da presidência. Imediatamente eu intervi ‘esse mandado se dirige ao comandante da polícia militar e deve ser entregue ao comandante da polícia militar. O Sr., por favor, entregue o mandado para ele’. A oficial pegou da mão dele e entregou na mão do coronel Messias. E o Coronel Messias, visivelmente abalado, tremendo, recebeu ordens do juiz para escrever o que ele tinha que escrever no mandado ‘escreva aí, comandante, que o sr. não vai cumprir a ordem’. E assim ele fez, a letra até trêmula, se vocês verem no mandado isso está documentado, e ele se submeteu a essa ordem de um juiz que não tem nada a ver com o processo, o juiz não tem nada a ver com o processo! Ou seja, a gente violou todas as normas que eu conheço, desde que eu entrei na faculdade de direito” (LAIATE: 2012, 102. Grifos acrescidos).

A desolação após o enfrentamento foi de um simbolismo marcante. Todas as construções foram colocadas imediatamente abaixo, com os pertences das famílias, numa ação “exemplar” e desmedida. O cenário de guerra foi aos poucos virando novamente o terreno abandonado de sempre, vazio até hoje. No campo da batalha simbólica, a repercussão foi imensa (sendo objeto de denúncia na OEA) e o caso seguiu adiante, tomando outros rumos.

quatro lados daquele quadrado malfeito inscreviam-se os destinos da República. Era preciso vencer. Repugnava-os, humilhava-os angustiosamente, aquela situação ridícula e grave, ali, no meio de canhões modernos, sopesando armas primorosas, sentados sobre cunhetes repletos de cartuchos – e encurralados por uma turba de matutos turbulentos...” (CUNHA: 2001 [1902], 481-82).

²⁵⁰ O processo jurídico foi detalhado em LAIATE: 2012.

Figura 42: Reintegração de posse, destruição do bairro e terreno atualmente vazio.

Fonte: Divulgação OnLine

Fase 1: terrenos próximos

“Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitasse os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários” (CUNHA: 2001 [1902], 682).

Após a reintegração de posse, iniciou-se um grande debate nacional sobre o caso, e as lideranças andavam por todo o país sendo chamadas para falar, pois efetivamente marcava-se uma virada político-social que – depois foi se entender – era expressão do final do ciclo “lulista”, que começava a desabar ao não conseguir conter mais os enfrentamentos de classe originados localmente. Em casos como este (que foram cada vez mais recorrentes em seguida), ficam prementes as contradições entre as disputas locais – expressões mais diretas da luta de classes no urbano e que acabam sendo representadas pela ação municipal – e, de outro lado, a ação macro do governo federal, dando uma escala desmesurada (através da ação econômica do PMCMV) ao conflito que queria conter. A essencialidade da esfera política, aqui, demonstra seus limites e contradições.

Em meados de 2012 (ano eleitoral), depois deste início de ano em que ganham força lideranças não alinhadas histórica e politicamente ao PT, se iniciou efetivamente o processo de resolução negociada para dar resposta às famílias que foram despejadas, através de uma mesa de negociação. Este processo poderia não ter se iniciado, como muitos não foram, deixando um cenário no qual as famílias “se viram”, aguardando eternamente uma solução habitacional na fila dos cadastros públicos, quando muito contando com dois anos de bolsa-aluguel. No entanto, ali o caso era outro e contava com: a pressão das lideranças (ligadas diretamente ao processo eleitoral em curso naquele ano); o apelo midiático (justificado historicamente pela ofensiva que ganhava força contra o petismo); e a disputa política pela responsabilidade na resolução do conflito (entre as esferas federativas e as organizações políticas envolvidas). Em outubro, a gestão municipal da situação perde (também desgastada pelo conflito urbano) e o

PT assume em 2013, colocando empenho na questão até mesmo para se diferenciar da gestão anterior²⁵¹.

Esta mesa (que será analisada adiante), centralizada pela Caixa Econômica Federal (CEF) (através da superintendência local), era composta por: Governo Federal (através da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República), Governo do Estado (Assessoria da Presidência da CDHU, Secretaria de Planejamento, Casa Civil e Casa Paulista), Prefeitura Municipal (Secretarias de Governo, de Planejamento e de Habitação) e a coordenação do movimento popular e sua assessoria técnica (além da Usina-CTAH, havia corretores imobiliários). Tais instâncias já estavam em negociação anteriormente à reintegração, no intuito de resolver o conflito causado pela ocupação. Agora se reuniam a partir do pressuposto consensual de que era necessário dar encaminhamento habitacional às famílias desalojadas, cada uma por um motivo diverso: o novo governo municipal (apenas em 2013) querendo se diferenciar do anterior, o estadual em *mea-culpa* pela reintegração (redenção necessária depois da barbárie pública), o federal na sua posição conciliatória e “indutora” para o PMCMV, sendo responsável pelos recursos mais vultuosos na operação, e a coordenação das famílias num misto entre necessidade (entre aqueles que moravam no terreno original) e interesse político (entre os não-moradores, ligados à instância partidária e sindical). Sem deixar a mediação da CEF de lado, pois não é neutra, sendo a articuladora dos interesses imobiliários locais e políticos federais.

Esta primeira fase de negociação foi marcada pela discussão urbanística, que sintetizou elementos importantes entre desejos “empoderados” das famílias, organização imobiliária da cidade através da renda da terra e definições de ocupação política no urbano pelo movimento. O centro da questão era que a grande maioria das famílias queria casas térreas, isoladas em lotes – imagem e semelhança, de um lado, daquilo que lhes foi retirado na reintegração, de outro, o arquétipo da casa individual trazida do idílio rural ou urbano burguês. Mas, antes de tudo, a casa térrea é a expressão da necessidade de terra, que adquire outras funções como construção de cômodos de aluguel, quartos para os filhos que passam a ter família, um pequeno comércio, entre outras. Por conta da redenção generalizada e milimetricamente construída dos órgãos públicos, tal desejo se transformava num elemento relevante – a solução para o caso não poderia ser ortodoxa, e todos estavam de acordo também em relação a isso.

No entanto, a cidade capitalista não é feita de desejos, principalmente dos trabalhadores. Ocorre que uma solução horizontal em lotes para 1.700 famílias (inicialmente) exigiria uma grande extensão de terra que, pelo fato de estarmos falando em solução de mercado, significaria um montante alto de recursos. A solução da organização da cidade pelo capital através da renda da terra é a periferação, forma esta que estava sendo posta em jogo na ocupação original do terreno (grande gleba em localização central). Na negativa do movimento em enfrentar o município na disputa pela desapropriação da área (dado o interesse pela conciliação), a Usina propôs uma solução que evitaria o isolamento das famílias:

²⁵¹ Segundo fala do prefeito na ocasião do início das obras: “Assim que assumimos, conversamos com as outras esferas do governo, e sentimos que havia disposição, tanto do governo estadual quanto do governo federal, em resolver a questão. Então, mobilizamos uma equipe para por a mão na massa e fazer o projeto andar. Felizmente, deu certo e teremos a alegria de receber a presidenta Dilma em nossa cidade para darmos início a isso” (<http://www.ameliapt.com.br>).

a procura de vários terrenos menores, mas mais centrais, ocupando vazios urbanos. A perspectiva era a de consolidar certa organização urbana na qual o movimento popular estivesse presente de maneira nucleada em diversos pontos, formando uma rede de presença política na cidade – forma esta que estava de certa maneira configurada precariamente na dispersão das famílias após a reintegração, pois elas se concentravam em alguns bairros específicos.

Isso, no entanto, significava verticalização: de acordo com as regras do PMCMV (no caso do FDS²⁵²), o terreno deve custar no máximo 15% do valor de repasse por unidade. Desta maneira, um terreno caro (R\$/m²) exige uma maior densidade habitacional – lógica da renda da terra expressa objetivamente no PMCMV. A coordenação política das famílias não gostava da ideia (expressando sempre a inconformidade desta com o desejo das famílias), mas seu objetivo pragmático era dar solução habitacional. Aceitava como argumento as justificativas políticas que a Usina dava, mas não se envolvia com elas – o importante era que isso não demandasse uma modificação na sua relação com a base, ou uma forma de trabalho diferente daquela já realizada por eles (numa tradição sindical e partidária).

Esta situação se repôs no momento em que tais terrenos menores foram começando a se mostrar viáveis. Eram os corretores que os traziam, numa situação bastante inusitada para quem vinha de uma tradição onde a disputa de terra, através da luta pela Reforma Urbana, dava-se por outros parâmetros: a necessidade de localização urbana dos trabalhadores organizados e a reivindicação da função social da propriedade, com ocupação da terra ociosa não apenas como denúncia, mas como produção autônoma do urbano. A procura de terra sempre foi central na luta dos movimentos de moradia, pois estava neste momento do processo o fundamental do sentido político: a construção do urbano através da apropriação da produção da cidade, da localização à obra. Tal busca não se guiava pelos valores de mercado ou pela situação de legalidade da propriedade, mas por outros fatores, tais como proximidade ao local atual de moradia da comunidade, ou ao emprego, ou o acesso à infraestrutura urbana, ou justamente a denúncia da irregularidade fundiária. Baseava-se, portanto, em questões políticas e sociais – centro de identidade do movimento popular²⁵³.

O que um corretor de imóveis pode trazer, neste caso? Terras aleatórias, abstratas, cuja materialidade se constituía nos documentos jurídicos de propriedade que as assinalavam como passíveis de serem compradas, legalmente e através de avaliação de mercado, pela CEF. Não interessava onde, nem de quem – elementos centrais do antigo terreno ocupado. A Usina – herdeira deslocada de outra conjuntura de produção do urbano pelos movimentos populares – propôs um ciclo de formação na questão urbana com as famílias, na tentativa de dar significado político, ou resgatar aquele que estava no terreno original, para capacitá-los na busca de terrenos e nas discussões sobre verticalização, uso misto, modalidade de obra,

²⁵² Fundo de Desenvolvimento Social, que financia as obras das Entidades dentro do PMCMV, que era a modalidade considerada naquele momento. A descrição do programa será feita no Capítulo 2.2.

²⁵³ “Tanto o PCS [Programa Crédito Solidário] quanto o PMCMV-E podem financiar a aquisição de terrenos para construção, assim como aceitam terrenos doados ou cedidos pelo poder público ou adquiridos pelo grupo de famílias beneficiárias. Como o financiamento é viabilizado diretamente com o governo federal, pelas entidades, nem sempre há o apoio do poder local. Nesses casos, cabe à entidade disputar, com agentes aprovados, o mercado de terras urbanas viáveis para habitação. É importante lembrar que, nas anteriores experiências locais de autogestão, em geral, cabia ao poder público promover a obtenção e disponibilização da terra urbanizável” (RODRIGUES: 2013, 78).

tamanho da unidade habitacional, etc. Na inviabilidade de fazer isso com aquela quantidade de famílias, propôs fazer com as lideranças, o que não fez sentido para elas, já que estavam satisfeitas com a posição de receber as possibilidades que chegavam pelos corretores, ou eventualmente pela prefeitura. Neste primeiro momento, o encontro de duas tradições distintas (evento já ocorrido, em outra escala, na Comuna Urbana Dom Hélder Câmara, como visto no Capítulo 1.1) aparecia apenas como uma falta de comunicação: a Usina via uma pretensa falta de experiência do MUST e do PSTU na questão urbana e, do outro lado, estes deixavam claro que a meta política ali era “dar vazão” (era esta a expressão usada) àquelas famílias, e não aprofundar sua organização popular, pois o importante ali era o reconhecimento social da vitória das entidades políticas de oposição por sobre outras forças hegemônicas²⁵⁴. O sentido político do empreendimento era diverso para as duas forças sociais, e foi ficando cada vez mais claro o deslocamento da Usina, que não concebia um processo sem a participação dos trabalhadores (produtores e futuros moradores). Não se conseguia fechar um escopo para o trabalho da Usina, que não fosse dar respostas técnicas às demandas da CEF, fato este que demorou não para ser percebido, mas para ser aceito e incorporado pela Usina como o seu lugar naquele processo.

Até então, toda a lógica que se desenhava para a Usina era – ao menos – a contratação pelo FDS (PMCMV-Entidades), no qual a entidade habilitada pelo Ministério das Cidades determina demanda, terreno e projeto próprio. Muitas reuniões foram realizadas com as lideranças para esclarecer as modalidades do programa (FAR ou FDS) e as formas de gestão de obra (empreitada global ou autogestão) – já que, como apontado, estas discussões não eram conhecidas por elas (o PMCMV será descrito no Capítulo 2.2). A autogestão foi negada desde o primeiro encontro, com a justificativa de que não teriam condições de acompanhar diretamente o processo, que exige comprometimento cotidiano. Ainda assim, por conta da existência de uma demanda específica a ser atendida, permanecia o cenário do FDS Empreitada Global, no qual eles ainda teriam autonomia no projeto e se responsabilizariam pela obra.

Para que o empreendimento fosse viável pelo FDS, era necessária a chamada “Compra Antecipada”, modalidade na qual a CEF compra o terreno antes da contratação da obra, com apresentação pela entidade de documentação técnica que comprove sua viabilidade física e financeira²⁵⁵. Nesta modalidade, é necessária a apresentação de um anteprojeto, que indica a forma de ocupação do terreno, seus usos, densidade, necessidades infraestruturais e de engenharia, impacto ambiental, viabilidade financeira, etc. Nesta etapa foram discutidos quatro terrenos, entre cerca de 20mil e 80mil m², em bairros periféricos, mas consolidados e inseridos na malha urbana. A Usina trabalhou em dois deles, que tinham maior viabilidade: Terreno 1, com 37,9mil m² (506 UHs); e Terreno 2, com 81,7mil m² (672 UHs) (ver

²⁵⁴ Esta situação apareceu diversas vezes e duas delas parecem relevantes para a hipótese deste trabalho. Em determinado momento houve divergências entre as lideranças do Pinheirinho dentro do partido, resultando na saída de uma delas e sua posterior aliança com a gestão municipal petista. Uma das preocupações desta liderança era a quem, dentro do PSTU, seria destinada a [gestão da] “sua demanda”. Em outro momento, a prefeitura, com apoio do Governo do Estado, ofereceu a possibilidade de alocar as famílias do Pinheirinho em empreendimentos já aprovados e em execução, oferta esta que foi negada com justificativas aparentes várias, mas que depois foram explicadas pelo próprio MUST à Usina (que tinha bastante dificuldade de entender esta outra lógica): todo o sentido político ali era o domínio daquela demanda e a viabilização “autoral” de uma “solução” para ela. Deixar que outros agentes “resolvessem” a questão estava fora de cogitação.

²⁵⁵ Todas estas especificações do PMCMV serão trabalhadas no Capítulo 2.2.

Mapa 3), os dois com projeto verticalizado. Segundo ata de reunião, uma das lideranças dizia “que as famílias já ‘compraram’ a ideia da verticalização, mas serão necessárias ao menos 400 unidades para os ‘excepcionais’”. Como a totalidade das famílias ainda não estava atendida nestes dois terrenos, a busca continuou e o tema ficou em suspenso.

Os dois anteprojetos, feitos integralmente dentro do escritório, sem participação das famílias, contavam com áreas de trabalho cooperativo (reciclagem, requerida pelas lideranças e justificada como principal ocupação e fonte de renda da comunidade), institucionais, de comércio e de lazer, além da obediência à proporção de uma vaga de estacionamento por UH constante na lei municipal – fato este que foi tema das negociações, onde a Usina defendeu a sua diminuição à revelia de todos os presentes²⁵⁶. Seus desenhos de implantação traziam a tradição de projeto de organizar a comunidade por nucleação, bem como o respeito pelas escalas de proximidade social e tamanho das UHs, além de tecnologia já desenvolvida em outros empreendimentos autogeridos. Assim, embora as famílias não estivessem presentes, a tradição de organização popular urbana dos movimentos de moradia se apresentava através da Usina – fato este que representava um claro deslocamento, no limite *a fetichização do projeto em detrimento de seu processo*, que já não o comportava. O fetiche, aqui – além do descarte da política ao reificar as relações sociais decorrentes da produção do urbano, as objetivando no desenho de arquitetura –, teve função quase psicanalítica de *defesa contra o esvaziamento de sentido que o processo cada vez mais apresentava*.

Mapa 3: Localização dos terrenos da Fase 1

Fonte: Elaboração própria sobre imagem do Google Maps.

²⁵⁶ Segundo ata de reunião, o secretário de habitação do município dizia: “vagas de garagem são promoção humana”.

Os dois projetos foram criticados pela CEF, que interpôs questões relevantes para esta análise na medida em que seu objetivo era a conformação do processo aos moldes do PMCMV e, portanto, ao mercado – a lógica oposta àquela dos projetos, ainda que estes respeitassem toda a legislação vigente e os consensos sobre o bom planejamento urbano (principalmente o uso misto). Primeiramente, a questão do comércio. O PMCMV, por estar direcionado à habitação, tem uma série de problemas em implantar áreas comerciais. Não pode considerá-las unidades financiáveis, então seu custo deve entrar no custo das UHs – e, portanto, isso significa perder área para unidades não pagas e onerar o custo da terra e da obra. A Resolução 194 do FDS admite sua construção “devendo o resultado de sua exploração ser destinado integralmente ao custeio do condomínio”, porém não é factível pois vai contra a Constituição Federal, que não prevê a propriedade e sua exploração comercial pela figura jurídica condominial. As unidades comerciais presentes em condomínios atualmente são unidades de exploração privada. A figura condominial brasileira é caracterizada por uma soma de proprietários, não por propriedade coletiva, como visto no Capítulo 1.1. Nesta regulamentação truncada e contraproducente do ponto de vista financeiro do empreendimento, tais áreas comerciais não têm conseguido se efetivar no PMCMV – e foram, no caso aqui estudado, negadas pela superintendência local da CEF²⁵⁷. Depois, a área de trabalho. Sua problemática é parecida com a das áreas comerciais, acrescida do problema de zoneamento (pela reciclagem ser um uso industrial) e do fato de que não está especificada em nenhuma regulamentação do PMCMV.

O ponto mais polêmico: a metragem quadrada das UHs, que era de 63,6m² (o projeto padrão do PMCMV é de 32m² para casas e 37m² para apartamentos e a Lei de HIS caracteriza esta tipologia com até 50m²). A CEF apresentou estudo técnico a partir do projeto de viabilidade da Usina no qual demonstrava que o custo das UHs (R\$932/m²) *era muito baixo*, e que *precisava aumentar* para que houvesse interesse das construtoras (que *aceitam* fazer empreendimentos apenas acima de R\$1.200/m²). Salientava que deveria ser considerado um BDI (Bônus e Despesas Indiretas, onde se encontra o lucro do construtor) de pelo menos 18%. Sem poder aumentar o valor de repasse, nestes parâmetros, a área da UH deveria ser reduzida para 50m² (padrão considerado alto para HIS pela CEF), única condição que o movimento negou. A Usina ainda apresentou um contra-argumento técnico, no qual demonstrava que o custo da UH não aumenta na mesma proporção do aumento da metragem quadrada, pois elementos caros como pontos de hidráulica e elétrica, caixilhos e portas, não acompanham este aumento.

Em paralelo às negociações técnicas, a CEF apresentava para o movimento, em reuniões específicas, construtoras que já trabalhavam no PMCMV naquela superintendência. O

²⁵⁷ Segundo atas de reuniões oficializadas pela CEF: “Em função da ausência de regulamentação jurídica de áreas comerciais na Lei de Condomínios, a GIDUR alerta quanto ao risco de manter o projeto com tais áreas e futuramente ter dificuldade para obter aprovação do Corpo de Bombeiros e Alvará da Prefeitura”. “A Caixa informou que o Programa Minha Casa Minha Vida (modalidade Entidades) não tem, no momento, respaldo jurídico para previsão de produção de unidades comerciais dentro dos condomínios. O Sr. X [coordenador das famílias] manifestou preocupação que a produção dessas unidades comerciais, sem o devido amparo jurídico, possa implicar na impossibilidade de regularização dos condomínios junto ao Registro de Imóveis após a conclusão das obras. O caso já foi encaminhado pela GIDUR para apreciação da Matriz da Caixa (GEHIS - Gerência Nacional de Habitação de Interesse Social) que está apreciando a questão”.

intuito era que fosse escolhida alguma delas para a construção na Empreitada Global, e também testar a aceitação do projeto num ambiente de mercado. Em uma destas reuniões, o dono de uma construtora perguntou, ironicamente, se aquele projeto seria feito pelo PMCMV. Ao que a CEF depois comentou (registro em ata): “Cada vez vai surgindo mais fatores que afugentam a construtora”.

Tais projetos ficaram em suspensão quando começaram a serem trazidos novos terrenos, maiores e mais periféricos, onde se poderiam construir casas.

Figura 43: Projeto da Usina-CTAH para o Terreno 1

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2012.

Figura 44: Projeto da Usina para o Terreno 2

Fonte: Arquivo Usina-CTAH, 2012.

Fase 2: grande terreno distante

Uma segunda fase iniciou-se em 2013, ainda na busca por soluções horizontais, acompanhada pelo fato dos terrenos com projeto estarem com pendências jurídicas e urbanísticas que poderiam ser resolvidas, porém demorariam. Também os proprietários começaram a pedir um valor mais alto por eles, sendo informados pelos corretores, presentes nas reuniões de negociação, de que o preço da terra teria condições de pressionar as esferas de governo a darem valores extras. Tal busca se deu através da permanente investigação de novos terrenos, mas também começaram a aparecer propostas de inclusão da população em projetos ou loteamentos e empreendimentos já prontos ou aprovados – solução esta que assombrava a organização política, que perderia a oportunidade de ter sob sua responsabilidade a solução do conflito (anseio este colocado em diversas reuniões). Os novos

terrenos que eram trazidos pelos corretores tinham características bem diferentes dos iniciais: eram muito maiores (de 400mil a 700mil m²) e mais distantes, inclusive da malha urbana consolidada. Outros três terrenos foram apresentados com estas características (ver Mapa 4), e um loteamento pronto (ver Figura 45).

A perspectiva passou a ser a de acomodar todas as famílias juntas, no sistema tradicional de periferação. Um fato notável deste processo é que o custo da terra *aumentava* proporcionalmente ao valor do repasse. Nos Terrenos 1 e 2 apresentados acima, ele representava 12,4% e 19,1% do repasse, respectivamente. No Terreno 7 (onde foi efetivado o empreendimento), nesta nova fase, o custo foi a 26,9%²⁵⁸, sem que isso representasse uma melhora de projeto urbanístico. O valor especificado para a terra, pela Resolução 194 do FDS²⁵⁹, é de 15% do repasse. Tal número, como bem o corretor imaginava, poderia ser reposto – e assim ocorreu – com valores extras do Governo do Estado (Casa Paulista).

Respondendo ao novo escopo de projeto (agora já consolidado seu papel estritamente técnico), a Usina passou a desenhar lotes, em área não consolidada, que o movimento apenas demandava que tivessem 8m x 20m (enquanto o lote mínimo da prefeitura era de 7m x 20m). Ainda assim, foi realizado um projeto (estudo de viabilidade) no qual permanecia a defesa da nucleação, com áreas verdes e institucionais dispersas além de uma centralidade de bairro composta dentro de um eixo de parque linear. Tais núcleos seriam feitos como unidades de vizinhança caracterizadas por hierarquia viária (ruas de trânsito local e sem saída), com centralidade própria, mas conectada às outras (ver Figura 46). Nesta implantação foram alocadas 1.250 UHs, número bem inferior ao que esperavam o movimento e os outros atores. A construtora, já em jogo, dizia conseguir colocar 1.800 UHs, num projeto mais “produtivo”. Conseguiu ao fim 1.714 UHs, que depois foram ainda diminuídas para 1.461. O projeto final tem concessões mínimas, com lotes de 160m² (bem abaixo dos 250m² do terreno original, mas maior do que o mínimo da prefeitura, que é de 140m²) e casas de 46m²²⁶⁰.

O trabalho entre a Usina e o movimento se desgastou neste período, confirmando problemas de origem nesta relação. As lideranças, com a demora na solução, questionavam a assessoria em relação à possibilidade de haver individualização da construção, ou seja, efetivar a compra da terra e seu loteamento e deixar as casas a cargo das famílias. Negavam um processo de gestão coletiva, defendendo a Empreitada Global com, no máximo, elementos de distinção (que seriam a sua “marca política”): projeto da Usina e moradores da demanda contratados para realizar a obra pela empreiteira.

²⁵⁸ Valores que podem ser comprovados nos QCI (Quadro de Composição de Investimento) entregues à CEF.

²⁵⁹ Resolução nº 194, de 12 de dezembro de 2012, Anexo item 10.2d.

²⁶⁰ O movimento jogou a responsabilidade financeira e construtiva para as famílias de maneira individual: “A gente queria uma casa de 64m². Eles não topavam, não tinha jeito de fazer casa de 64... Então já que não vai dar para fazer, nós queremos um ‘puxadinho oficial’. Uma planta para o puxadinho. Aí a [Escola], que é uma escola de tecnologia, aprovou junto com a prefeitura 9 projetos de puxadinho oficial. Então cada morador do Pinheirinho que entrar na casa vem na prefeitura e escolhe um dos 9 projetos”. Segundo a mesma liderança, os projetos são caros porque feitos “pelos arquitetos”, mas que o povo fará do seu jeito, respeitando apenas o desenho. (Liderança 2, em entrevista para a pesquisadora em 02 de fevereiro de 2016). Tais “puxadinhos oficiais” não foram implementados ainda, mas muitos outros não oficiais sim.

Mapa 4: Localização dos terrenos da Fase 2

Fonte: Elaboração própria sobre imagem do Google Maps.

Figura 45: Propaganda de loteamento pronto (Terreno 6)

Fonte: Arquivo Usina-CTAH, 2013.

Figura 46: Projeto da Usina para o Terreno 7.

Em azul: áreas institucionais e comunitárias. Fonte: Arquivo Usina-CTAH, 2013.

Nas duas últimas reuniões antes da compra definitiva do Terreno 7 este pragmatismo se exacerbou. O setor técnico da CEF, sem entender a lógica do movimento – que deveria ser o primeiro a exigir qualidade –, questionava a relação entre o alto preço do terreno e sua condição topográfica e de inserção urbana. Do outro lado, as lideranças insistiam na viabilidade a qualquer custo argumentando que “os terrenos planos são escassos e não podem ser usados como parâmetro de exigência” (segundo ata de reunião). Passaram a defender o descarte do Terreno 1 (o Terreno 2, nesta altura, já tinha sido descartado), ainda que ele fosse “o sonho de consumo de beleza” do movimento.

Foi quando então CEF e movimento entraram em acordo pelo FAR, no qual a entidade deixa de fazer parte das negociações, que passam a ocorrer entre construtora e financiador, diretamente – abrindo mão, portanto, do projeto²⁶¹ e da gestão dos recursos. Algo que a coordenação já desejava há algum tempo. A Usina, agora sem escopo, se afastou do processo. O projeto final do agora denominado “Pinheirinho dos Palmares” foi apresentado publicamente cerca de seis meses depois (dois anos após a reintegração de posse), e foi a representação do pragmatismo de todo o processo (ver Figuras 47 e 48). Homogeneidade, abstração, falta de qualidade arquitetônica e urbanística – uma sequência horizontal do “padrão CDHU” descrito no Capítulo 1.1. As UHs desenhadas pela Usina para os apartamentos

²⁶¹ O movimento acreditava que a marca da qualidade do projeto estava, contraditoriamente, no seu aspecto quantitativo: a metragem quadrada da unidade habitacional, no caso, do lote. O urbanismo nunca foi uma questão relevante para ele nas discussões e apresentações de projeto, deixando claro que seu interesse era a preservação do espaço privado das famílias, e não o espaço urbano coletivo que elas formariam. Conseguido o compromisso de aumento (mínimo) da testada do lote, deu-se por satisfeito.

foram tomadas e transformadas em casas, de metragem inferior, o que resultou numa série de problemas de projeto.

O desenho urbano, afora o isolamento da cidade consolidada, não se baseava em nucleação, apresentando renques habitacionais lineares e infinitos²⁶². A área de lazer ficou restrita a um só espaço, afastado, que contempla apenas campos de futebol adulto (as crianças não têm espaço algum) e que, até a escola ficar pronta, está hoje ocupado pela escola provisória. Neste quesito, há que se levar em conta que a “área verde e de lazer” que consta no projeto aprovado é, na verdade, área de preservação ambiental (há duas nascentes), cuja constituição geológica é instável e necessitou de grandes obras de engenharia para contenção (pois sofreram vários deslizamentos durante as obras) – sendo, na verdade, inutilizáveis (ver Figura 61). As áreas institucionais foram todas agrupadas na entrada do terreno, tornando seu acesso diferenciado para as famílias mais afastadas. Não há nenhum espaço reservado para um centro comunitário, nem centralidade no projeto, o que o torna dispersivo e sem lugares de encontro, festa ou eventos (adiante será visto como isso se resolveu na prática). As áreas de reciclagem que, embora estivessem na apresentação pública do projeto (contrariando toda a discussão anterior), não foram contempladas no projeto executado. Também a despeito das impossibilidades colocadas pela CEF para as áreas comerciais, elas foram contempladas por conta de o empreendimento ter sido realizado dentro do FAR: sem a presença do movimento nas negociações de propriedade, a construtora que adquiriu a gleba para a construção e fez o projeto de loteamento não vendeu os lotes comerciais para o PMCMV, sendo hoje detentora do direito de explorá-los²⁶³.

Montado em um folder publicitário que não incluía o nome do movimento, o projeto ainda enaltecia as “vantagens” do empreendimento (algumas mínimas e obrigatórias, outras ilusórias, outras ainda enganosas), obscurecendo todo o seu caráter de segregação social: “Com os sistemas viário e de transporte público coletivos organizados, os moradores terão acesso rápido a qualquer ponto da cidade seja utilizando ônibus, seja utilizando veículo próprio” – na prática existem os ônibus, mas só os utilizam quem está empregado (adiante aprofundaremos esta questão), além de demorarem mais de uma hora (moradores chegaram a falar uma hora e meia em horário de pico) para chegar ao centro da cidade, pois param em todos os bairros até lá²⁶⁴; “As casas terão sala, cozinha, banheiro e dois dormitórios. Construídas em alvenaria, as unidades vão dispor de água, luz e rede de esgoto com tratamento de 100% dos resíduos” ou “Os moradores também serão inseridos no Cadastro Único e poderão ter direitos aos benefícios do Bolsa Família, da tarifa reduzida e de outros programas sociais” – elementos mínimos, auto-evidentes e obrigatórios, que passam a ser

²⁶² Tais renques necessitaram grandes muros de arrimo para serem implantados, como se vê na Figura 52, que, além de custosos e de difícil execução (inclusive com acidentes durante a obra), são elementos urbanísticos que criam barreiras e espaços de má qualidade (ver Figura 59), além de perigosos (dada sua altura, que chega a cinco metros).

²⁶³ Esta questão está mal explicada ou mal entendida pelos moradores e lideranças, que dizem que na verdade há um imbróglgio entre o proprietário original do terreno e a construtora: não se sabe se tais lotes foram ou não comprados pela construtora ou permaneceram com o proprietário original. Fato é que até agora, um ano depois da mudança das famílias, ainda não há ocupação oficial deles.

²⁶⁴ Inicialmente os ônibus faziam a ligação direta, pois inclusive já saem lotados do bairro. No entanto, os bairros vizinhos se mobilizaram contra tal privilégio e conseguiram que o ônibus fizesse as paradas. Mesmo extremamente necessários e lotados, a frequência destes ônibus é de 20 em 20 minutos, segundo depoimento de moradores à pesquisadora em 26 de novembro de 2017.

tratados como máximo; “A construção das casas será feita pelos próprios moradores, o que vai gerar emprego e renda para as famílias e também assegurar a qualidade do imóvel” – informação enganosa²⁶⁵, que se apropria do discurso da autogestão como peça de publicidade.

Tal caráter publicitário ainda precisava de elementos “sociais”, que dessem legitimidade ao absurdo urbanístico e transformasse o empreendimento efetivamente na redenção necessária à violência da reintegração de posse e pudesse gerar dividendos políticos para os envolvidos. O governo federal, então, entrou em contato com figuras importantes e respeitadas do urbanismo ligado à Reforma Urbana, convidando-os para gerirem toda uma gama de programas sociais e etiquetas de bom urbanismo²⁶⁶ que todas as esferas de governo queriam implantar ali, caracterizando o caso como “exemplar”. Houve, na verdade, uma exemplar negativa destes profissionais para legitimarem este processo, escancarando a essência dos problemas²⁶⁷.

Figura 47: Folder publicitário do projeto final do empreendimento

Fonte: Arquivo Usina-CTAH, 2014.

²⁶⁵ Essa informação vem do fato de que o movimento pediu à construtora que contratasse pessoas do Pinheirinho para trabalharem na obra. Esta questão será trabalhada no Capítulo 3.1, pois é reiterada pelos movimentos que produzem via Empreiteiras, mas continuam usando o discurso da autogestão de maneira deslocada (pois o contratado não está, realmente, “produzindo a própria casa”).

²⁶⁶ Entre os citados nas comunicações preliminares: formulação de Plano Diretor para o bairro, gestão participativa, ampliação dos serviços municipais de educação, saúde e esportes (nada se fala dos transportes), implantação de ONG para gerir a estação de reciclagem, constituição da cooperativa de catadores, implantação de projeto social para incentivar pequenos empreendedores, centro de valorização de direitos humanos, horta urbana e “Estação Juventude” do governo federal (direcionamento de jovens para “construção de seu futuro”). Segundo liderança, em entrevista para a pesquisadora: “Tudo o que prometeram na questão de programas sociais, tudo isso é mentira”.

²⁶⁷ “Considerado na sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade. É a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o consumo que decorre desta escolha. Forma e conteúdo do espetáculo são, de modo idêntico, a justificativa total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo também é a *presença permanente* dessa justificativa, como ocupação da maior parte do tempo vivido fora da produção moderna” (DEBORD: 1997 [1967], 14-15. Grifos no original).

Mapa 5: localização dos dois terrenos, o original e o final.

Fonte: Elaboração própria sobre imagem do Google Maps.

Figura 48: Implantação final do Pinheirinho dos Palmares

Fonte: Google Maps e elaboração própria.

Fase 3: construção

A opção pelo FAR deu liberdade para a CEF contratar diretamente a construtora da obra, sem interferência do movimento. A empresa escolhida tinha sede em outro estado e, embora tivesse certificação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) em nível A²⁶⁸, não é especializada em obras de habitação popular. Ela entrou no setor com o PMCMV e construiu três empreendimentos grandes no seu estado, o maior com mais de 2.400 UHs (com tecnologia diferente daquela realizada no Pinheirinho). No Pinheirinho, ela foi responsável pelo projeto das casas e do loteamento, ambos com soluções bastante tradicionais, que não se adequavam à necessidade de aumento de produtividade exigida pelo programa – índice da inexperience da construtora no setor. As casas estavam sendo realizadas em alvenaria estrutural e a movimentação de terra foi claramente realizada com o padrão de não equilíbrio de cortes e aterros da construção tradicional, que proporciona altos ganhos por exigir retirada de terra, nunca claramente quantificada. Este esquema tradicional de construção, no entanto, não se encaixa na lógica do PMCMV, que não tem previsão de aditivos e, para dar retorno, precisa ser concluído rapidamente. A regra do “quanto mais trabalho melhor” (mais quantidade de serviços), que as construtoras sempre adotaram, que encaminhava as obras para os aditivos, não funciona mais aqui²⁶⁹.

Depois de pouco mais de 9 meses de obra, com o encerramento da terraplanagem e cerca de 200 casas feitas neste sistema, a construtora recindiu o contrato com a CEF. Com o cronograma altamente atrasado (as 1.461 UHs do primeiro terreno deveriam estar prontas em 18 meses) e o orçamento já deficitário, a obra ficou paralisada por cerca de seis meses. Sem conseguir dar conta do nível de produtividade exigido pelo programa, a construtora começou a ter problemas com as pequenas empreiteiras que assumiram as subempreitadas, que eram muitas numa obra tradicional por exigir muitas equipes de trabalho diverso. Com salários atrasados, os operários fizeram greves até o abandono da obra pelas pequenas empreiteiras e a definitiva rescisão do contrato pela construtora principal. Segundo uma das lideranças:

“Eu acho que quando foi contratada a empresa de terraplanagem houve um problema. Tinham umas pessoas ligadas a esta empresa que acabou mudando o projeto inicial e tirava muita terra. Tivemos umas negociações com a Caixa e o cara queria R\$10milhões a mais. A caixa abriu a exceção e pagou os R\$10milhões a mais. Aí em outra reunião o cara veio e disse que não conseguia tocar a obra, que ela estava inviabilizada, e que queria mais R\$20milhões... tudo para terraplanagem. (...) Aí nós tivemos uma conversa bastante forte com a [construtora], e ela disse que se a gente topasse ela ia mudar o projeto. Nós até topamos na época... mas conversando com algumas pessoas vimos que o pessoal não ia ter condições de tocar.”²⁷⁰

Quem assumiu a obra foi outra construtora da mesma cidade, fato que fez com que as lideranças suspeitassem que as duas fossem conectadas. Esta segunda construtora, no entanto, assumiu o empreendimento com outra tecnologia, bastante mais produtiva, que usa fôrmas de alumínio da casa completa, que é concretada de uma vez só, já com os conduítes e encanamentos dentro, que vêm já prontos para o canteiro em kits (montados

²⁶⁸ Sobre o processo e o significado das certificações das construtoras do PMCMV pelo governo federal, ver BARAVELLI: 2014.

²⁶⁹ Esse tema será aprofundado no Capítulo 2.2.

²⁷⁰ Liderança 2, entrevista para a pesquisadora.

artesanamente). Os telhados são de estrutura metálica, apenas montada em obra. Com esta nova técnica, em cerca de 7 meses a totalidade das casas estava pronta (cerca de 7 casas por dia).

A nova técnica, que será descrita e analisada no Capítulo 2.2, passou a ser realizada no país em maior escala por conta justamente do PMCMV, na sua modalidade Faixa 1. Isso se deu por conta de uma série de fatores analisados em seguida, porém é importante adiantar que ela responde muito bem às características do programa, principalmente no que concerne à articulação entre produtividade e quantidade, uma necessidade do capital produtivo da construção civil deste setor de mercado. Desta maneira, outros fatores, principalmente ligados à qualidade do projeto habitacional e urbanístico, são colocados de lado – o que gera também problemas técnicos de implantação, como é o caso dos altos muros de arrimo. O espaço, assim, adquire a forma própria ao capital, tal qual o “padrão CDHU” analisado no Capítulo 1.1. No entanto, há aqui um problema adicional: este empreendimento foi conquistado não apenas por um movimento de moradia, mas por todo um processo histórico de resistência das famílias, que moraram e construíram juntas um espaço de vida no Pinheirinho por 8 anos, de acordo com suas necessidades. Relembrando as categorias de Henri Lefebvre vistas naquele mesmo capítulo, pode-se observar que o espaço *percebido* (como prática espacial) e *vivido* (apropriado) anteriores foram absolutamente descartados e, com eles, esta resistência foi apagada. Restou apenas o espaço *concebido*, realizado externamente pela burocracia estatal e pelo capital.

Figura 49: Primeiras casas construídas em alvenaria estrutural convencional

Fonte: Divulgação OnLine.

Figura 50: Obra em fevereiro de 2016

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2016.

Fase 4: Pós ocupação

Resolvida a produção das casas (que só se viabilizou quando entrou no padrão de produtividade do programa), restava, no entanto, a infraestrutura e o cadastramento final da demanda – questões que remetiam às concessionárias e ao movimento. Com o atraso das obras de infraestrutura, o movimento prometia ocupar as casas independentemente da sua conclusão. Repete-se a defasagem já vista na Comuna Urbana Dom Hélder Câmara, onde o poder público e suas concessionárias não conseguem acompanhar o ritmo de construção das UHs – uma expressão da idiossincrasia própria ao truncamento de um setor produtivo que não tem as mesmas funções econômicas do mesmo setor em países centrais (como visto no Capítulo 1.2). Da mesma maneira, a construção da escola definitiva, de responsabilidade do governo federal, está em suspenso. Segundo uma liderança, o FAR está esvaziado por conta da crise financeira do país e não se compromete a pagar por ela, ainda que tenha projeto já aprovado. A creche, de responsabilidade municipal, será entregue no início de 2018 (ela funcionou durante 2017 em instalações temporárias). Os moradores não participaram da obra e houve dificuldade de entrar no canteiro, embora as lideranças fizessem uma fiscalização de controle, sem técnicos²⁷¹.

Na questão do cadastramento da demanda, mais problemas.

“Tem 105 famílias que já tiveram casa, e não dá para o movimento brigar por quem já tem casa, não tem condição, dá problema para nós. E descobrimos que 150 famílias têm o salário mais alto, bem acima de R\$1.600. Isso nós negociamos junto ao Ministério das Cidades – a Inês Magalhães²⁷², o Kassab²⁷³. (...) E tem ainda o problema de 112 famílias que recebem o auxílio-aluguel mas não aparecem, eu não sei onde estão²⁷⁴. (...) Não pode ser R\$1.600 mais. Qualquer família de três pessoas ganha mais de R\$1.600. Nós queremos que seja três salários mínimos. Eles não topam. O que a Inês está dizendo: ‘você queria fazer casa para pobre, e agora vocês querem casa para a classe-média?’. Não fomos nós que inventamos a classe-média, foi o Lula e a Dilma. Eles dizem que quem ganha R\$1.600 é classe média, mas nós não achamos. Continua sendo pobre. Eles acham que é rico, eu acho que é pobre. Quem ganha três salários mínimos é pobre. Agora, se a Dilma e o Lula estão achando que é rico, problema deles. (...) Eu disse para a Inês: ‘esse programa veio para unir as famílias, não foi isso?’. Mas como é R\$1.600, o cara pede as contas, para não perder a casa ele pede as contas. Ou então se separa da mulher. Então um programa que era para unir as famílias está separando as famílias. Eu conheço centenas de famílias que pediram a conta ou então se separaram²⁷⁵”.

Fica claro que o reassentamento das famílias não é uma questão social, pois sua seleção depende das determinações do programa. Não se trata, portanto, da dimensão política do atendimento da política pública ao “cidadão”, vítima de uma ilegalidade do Estado. Pessoas determinadas, que sofreram a violência direta da reintegração de posse, são substituídas por números, regras de legislações e portarias, expressos em casas cuja compleição física não as diferencia, não as considera como seres humanos cujas necessidades

²⁷¹ “Nós temos uma equipe da coordenação que fiscaliza a obra de 15 em 15 dias. É só pressão, porque a gente não entende nada”. (Liderança 2, em entrevista para a pesquisadora em 02 de fevereiro de 2016).

²⁷² Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades entre 2005 e abril de 2016, quando se tornou ministra da casa por um mês.

²⁷³ Gilberto Kassab, ministro do Ministério das Cidades entre janeiro de 2015 e abril de 2016.

²⁷⁴ Como visto anteriormente, essa questão não foi resolvida e as famílias foram encaminhadas para outros empreendimentos.

²⁷⁵ Liderança 2, em entrevista para a pesquisadora em 02 de fevereiro de 2016.

estão muito acima do morar, que se organizaram autonomamente por oito anos. Casas cuja construção, como visto acima, é determinada justamente por uma lógica de desumanização, de submissão da técnica subjetiva e qualitativa ao tempo objetivo e quantitativo.

Figura 51: Entrega das chaves Dezembro de 2016.

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2016.

As chaves foram entregues em 22 de dezembro de 2016, no estádio de São José dos Campos, com organização apenas da CEF e da construtora²⁷⁶. A gestão do PT, que promoveu em âmbito municipal todo o processo de construção, perdeu as eleições daquele ano. No governo federal pós-golpe, o Presidente Michel Temer já havia assumido e proibiu qualquer ato político seja partidário, seja do MUST, na entrega das chaves. Não havia, portanto, nenhum palanque ou microfone, apenas filas imensas para a retirada de chaves e assinatura de contratos. Como o movimento não teve oficialmente nenhuma participação no contrato de construção (pois o empreendimento foi realizado via FAR), não pôde requisitar participação oficial. Em meio às filas, muitos técnicos e gestores do governo federal e municipal que participaram do processo eram aclamados individualmente pelas pessoas que os conheciam, e se despediam dos seus cargos. Já nas casas do Pinheirinho dos Palmares, no mesmo dia, as pessoas conheciam, *pela primeira vez*, o lugar onde iriam morar.

Figura 52: Pinheirinho dos Palmares, no dia da mudança das famílias

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2016.

²⁷⁶ A pesquisadora acompanhou pessoalmente a entrega das chaves e a mudança das famílias para suas casas.

Figura 53: Vista aérea do conjunto na época de sua inauguração

Fonte: Divulgação Online.

Um ano depois, em nova visita de campo²⁷⁷, o bairro já estava modificado. Era possível ver concretamente as diferenças sociais entre as famílias, por meio das modificações nas casas: muros, garagens, portões, puxadinhos ou seu uso assim como recebeu (Figura 55). Algumas casas que os donos não assumiram por estarem presos foram ocupadas, ao que as lideranças dizem fazer denúncias. Havia presença de algumas igrejas em garagens, bem como pequenos comércios variados (ver Figura 54). Alguns, no entanto, bastante grandes, ocupando os lotes comerciais que estão com imbróglcio de propriedade: mercados, bares, oficinas, todos ocupados ilegalmente. Segundo Joana²⁷⁸, dona de uma casa que faz limite com um destes lotes e abriu um bar nele:

“Eu já tinha uma vendinha minha lá no Pinheirinho. Porque emprego não tem não, tá difícil pra todo mundo. Então pra mim não fez diferença vir pra cá, eu podendo abrir meu comércio. [mas qualquer um pode vir e abrir comércio nesses terrenos vagos?] Aqui é área de comércio mesmo, mas ninguém sabe quem é o dono, cada um diz uma coisa diferente. Quando vier alguém dizendo que é dono eu saio. Até lá vou fazendo o ganha pão. E aqui é ponto bom, porque quando tem a feirinha, fica bem aqui na avenida. Fiz até um banheiro no meu lote pro pessoal usar”.

Como a visita foi num domingo, havia muitas pessoas no bairro. No entanto, sem nenhuma centralidade urbanística (como a praça Aymara relatada acima), algumas se reuniam em pequenos bares dispersos, mas a maioria ficava simplesmente na frente ou dentro de suas casas. As crianças não tinham nenhum lugar próprio, mas encontramos algumas brincando de pipa no talude que divide o bairro da área da Rodovia Governador Carvalho Pinto (Figura 56). Uma pequena pracinha (única do bairro), que se encontra neste limite com a área da rodovia foi totalmente depredada. Outra área livre que deveria ser uma praça (pelo projeto) é apenas um buraco com entulhos (Figura 57).

“As crianças não tem onde brincar, não tem parquinho. A gente quis pegar a casa de esquina para não ter muito vizinho, mas não temos dinheiro para fazer o muro. Então o pessoal passa por dentro do lote e temos medo das crianças ficarem fora de casa. Além do mais tem esse barranco aí até a rua” (Solange²⁷⁹).

²⁷⁷ 26 de novembro de 2017.

²⁷⁸ Nome fictício, para evitar retaliações.

²⁷⁹ Nome fictício.

O campo de futebol, no entanto, funciona bem e é usado para cursos de adolescentes organizados pelas lideranças (ver Figura 56). Elas organizam uma série de eventos e atividades, principalmente com as crianças e adolescentes. Organizaram uma horta comunitária (Figura 61) num espaço delimitado oficialmente como área verde de preservação ambiental, colocando uma cerca e um telhadinho para guardar ferramentas. Um vereador da cidade, no entanto, mobilizou a câmara dizendo que o “povo do Pinheirinho” estava ocupando mais uma área, e mandou tratores acabarem com a horta – fato bastante noticiado e que deu repercussão negativa para o vereador. As lideranças refizeram a horta e lançaram com as crianças o projeto “Sementes do Pinheirinho” que, além de cuidar da horta, faz eventos na comunidade, sempre com o tema da “paz”. Para tudo isso, principalmente assembleias que continuam sendo chamadas para colocar assuntos de interesse de todos em dia, elas ocuparam uma área por enquanto vazia, destinada ao posto de saúde, na qual construíram uma estrutura temporária de bambu e lona a qual chamaram “Acrópole” que, no entanto, cai constantemente (ver Figura 57). Quando está de pé parece ter um uso bastante frequente, *inclusive pela prefeitura* que, quando precisa fazer algum trabalho no bairro, define a “Acrópole” como ponto de encontro.

Figura 54: Pinheirinho dos Palmares: Usos comerciais.

Figura 55: Pinheirinho dos Palmares: Expansão das moradias à frente e atrás das casas.

Figura 56: Pinheirinho dos Palmares: Áreas de lazer.

Figura 57: Pinheirinho dos Palmares: "Acrópole" e "Praça".

Figura 58: Pinheirinho dos Palmares: Perspectivas.

Figura 59: Pinheirinho dos Palmares: Implantação comprometida pelos muros de arrimo.

Figura 60: Pinheirinho dos Palmares: Escola provisória.

Figura 61: Pinheirinho dos Palmares: Área de preservação e Horta Comunitária

Fontes: Arquivo da Usina-CTAH, novembro de 2017.

Figura 62: fotos de eventos no Pinheirinho dos Palmares

Fonte: Arquivo do MUST, 2017.

Desta maneira, percebe-se que continua havendo necessidade de uma série de espaços importantes para a comunidade. Espaços estes construídos no terreno original do Pinheirinho de maneira coletiva, pois ali a comunidade era efetivamente autônoma no seu pedaço de cidade: o galpão de assembleias, a cozinha comunitária, a horta e o parquinho infantil. Justamente os espaços que não foram feitos no Pinheirinho dos Palmares, pela ausência do movimento popular no processo de financiamento, perdendo a possibilidade de ter um projeto próprio, e que agora faz falta – a Figura 62 mostra que os eventos, que seguem ocorrendo, usam a “Acrópole” que, no entanto, é temporária pois está em terreno que será usado.

O procedimento de ocupação informal, no entanto, é permanente, estrutural. Mesmo num espaço agora “conquistado”, mas que parece se voltar continuamente contra a comunidade, como um espectro. Como um poder maior que os recoloca no “seu lugar” verdadeiro, de onde não deveriam jamais ter saído. Tal “lugar” não é apenas espacial, mas tem uma série de faces. Todas elas, porém, parecem convergir para a violência da forma institucional. Isso se expressa com veemência na fala da principal liderança durante a última visita a campo: “Como aqui agora é um bairro, nós não temos mais nada a ver com isso [brigas internas da comunidade]. Agora é cada um por si. Outro dia veio um rapaz reclamar, eu disse: conhece o 156/190? Então, liga lá e reclama. *Chama a polícia!*”.

Capítulo 2.2 O PMCMV e a produção do urbano

No capítulo anterior foi visto, por meio da descrição do estudo de caso do Pinheirinho, a forma como o PMCMV, como instrumento de controle social por meio da produção do urbano, foi acionado de maneira paradigmática pelo governo federal para amoldar uma experiência autônoma de organização dos trabalhadores na cidade, apagando sua existência e modelo de resistência. Assim, foi ressaltado o papel do PMCMV como mecanismo estatal de articulação entre a esfera da produção do urbano – centro de nexos sociais das frações de classe não articuladas pelo trabalho formal – e as novas formas de gestão de populações necessárias na atual fase de acumulação do capital. Avançando nesta perspectiva, agora se faz necessário analisar a forma própria da produção do urbano pelo PMCMV, cujo padrão de segregação e articulação rentista traz elementos importantes para a continuidade neste esforço de determinação histórica do Estado Democrático Popular.

O desenho institucional do PMCMV

Em Julho de 2009 foi lançado pelo Governo Federal, na segunda gestão de Luís Inácio Lula da Silva, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que prometia, na ocasião, a produção de 1 milhão de novas unidades habitacionais no país. Tal anúncio foi digno de nota por diversos aspectos, levantados por diferentes setores. Desde o final do BNH²⁸⁰ (Banco Nacional de Habitação) em 1986, o Governo Federal passou por um longo período sem uma política de habitação centralizada e de escala, buscando uma reestruturação política, institucional e financeira em meio à redemocratização do país e à onda neoliberal que atingiu de forma particular os países latino-americanos. Além disso, o programa era apresentado

²⁸⁰ O BNH foi o centro institucional do primeiro programa público federal habitacional unificado e de grande escala do país, depois da unificação dos Institutos de Aposentadoria e Previdência no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), durante os primeiros anos do período militar. Sua produção se tornou marca física, institucional e econômica do regime militar em todo o país.

mediaticamente como parte do esforço federal em injetar recursos na economia num momento de forte crise internacional (iniciada no final de 2008).

Mas afinal, o que é o PMCMV?

Podemos compreender o programa através de aspectos diversos, pois efetivamente – e inesperadamente, para os menos atentos – ele não pode ser caracterizado estritamente como programa habitacional, muito menos de política urbana. Seu desenho institucional não leva em conta a consideração básica de que a produção habitacional é, antes de qualquer coisa, uma *questão social* que se efetiva *por meio* da produção e que envolve, necessariamente, aspectos próprios em relação ao mercado, à cidade e à sociedade. Não pode ser tratada, portanto, como uma simples injeção de recursos na economia ou uma produção de mercadorias abstratas, com o perigo de acarretar distorções profundas – que serão vistas a seguir.

O desenho institucional do programa é importante pois delimita, a partir da definição das funções e responsabilidades dos agentes envolvidos, o seu caráter e finalidade como política pública. Ao entender melhor este desenho, poderemos claramente identificar a intenção, por parte da gestão federal, de reconfiguração das relações entre agentes públicos, privados e a população na condução do desenvolvimento urbano do país. Tal configuração reflete e participa da formação do contexto político-econômico brasileiro, que será abordada neste capítulo.

É necessário, portanto, caracterizar o papel dos diferentes agentes públicos (esferas de governo, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal), das instâncias públicas de controle social (Conselho Curador do FGTS, Conselho do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, Conselho das Cidades), dos agentes privados (mercado imobiliário, indústria da construção civil, entidades sem fins lucrativos, assessorias técnicas) e representantes da sociedade civil (em particular os movimentos sociais).

Para caracterizar os agentes públicos, é importante relembrar outro momento de reestruturação institucional de porte na esfera federal, que foram os primeiros anos de redemocratização (segunda metade da década de 1980). No âmbito propriamente do desenvolvimento urbano, o fim do BNH em 1986 marcou a descentralização da política urbana e habitacional. Tal centralização era a marca do governo militar para todas as suas linhas de ação: políticas públicas eram desenvolvidas e controladas pelo governo federal, sem participação da sociedade civil e executadas pelos governos locais, que não tinham nenhuma autonomia. Nos anos 1970, o chamado “milagre brasileiro” se deu a partir desta política centralizada e autoritária, que construiu e se apoiou num aparato público de porte (porém não civil, mas militar).

Deste aparato público, interessa aqui a criação do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), cuja centralidade para o financiamento habitacional se dá até hoje: dele fazem parte o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço²⁸¹), o SBPE (Sistema Brasileiro de

²⁸¹ “O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS foi criado em 1967 pelo Governo Federal para proteger o trabalhador demitido sem justa causa. O FGTS é constituído de contas vinculadas, abertas em nome de cada trabalhador, quando o empregador efetua o primeiro depósito. O saldo da conta vinculada é formado pelos

Poupança e Empréstimo²⁸²) e também recursos orçamentários para obras de infra-estrutura e viárias. A gestão do FGTS era responsabilidade do BNH através de um Conselho Curador que representava esta centralização e controle dos recursos pelo governo federal: ele era composto inicialmente por dois representantes do governo federal²⁸³, o presidente do BNH e apenas um representante das categorias profissionais (Lei nº 5.107, de 13 de Setembro de 1966). Esta configuração só é mudada em 1990 (Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990), que estabelece 12 conselheiros (3 representantes dos trabalhadores, 3 dos empregadores e 6 do governo²⁸⁴), passando por outras configurações até chegar atualmente a 24 conselheiros, sendo um colegiado tripartite²⁸⁵ – reflexo do avanço das formas de institucionalização alargadas do Estado Democrático Popular.

O BNH concentrava a gestão não apenas dos recursos do SFH, mas também a sua distribuição pelas diversas COHABs (Companhias Municipais de Habitação), que executavam localmente a política habitacional: organizavam a demanda, usavam os recursos para constituir banco de terras, contratavam as construtoras e fiscalizavam as obras, além de administrarem o pagamento das parcelas do financiamento com os usuários. Os projetos eram centralizados no BNH, o que fazia com que esta etapa fosse descartada dos custos da produção para o capital. Desta maneira, existia um grande aparato público (embora sem controle social), com características centralizadoras, que conseguiu pela primeira vez alcançar escala na produção habitacional (financiamento de 4,3 milhões de unidades em 22 anos²⁸⁶) – embora sem atingir a baixa renda, que não tinha condição de acessar o financiamento, e também sem conseguir intervir de maneira substancial no déficit habitacional.

depósitos mensais efetivados pelo empregador, equivalentes a 8,0% do salário pago ao empregado, acrescido de atualização monetária e juros. Com o FGTS, o trabalhador tem a oportunidade de formar um patrimônio, que pode ser sacado em momentos especiais, como o da aquisição da casa própria ou da aposentadoria e em situações de dificuldades, que podem ocorrer com a demissão sem justa causa ou em caso de algumas doenças graves. O trabalhador pode utilizar os recursos do FGTS para a moradia nos casos de aquisição de imóvel novo ou usado, construção, liquidação ou amortização de dívida vinculada a contrato de financiamento habitacional”. Fonte: <http://www.fgts.gov.br/trabalhador/index.asp> Acessado em 12 de Julho de 2014.

²⁸² O SBPE centraliza os fundos das cadernetas de poupança dos bancos brasileiros. “A remuneração dos depósitos de poupança é composta de duas parcelas: I - a remuneração básica, dada pela Taxa Referencial - TR, e II - a remuneração adicional, correspondente a: a) 0,5% ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for superior a 8,5%; ou b) 70% da meta da taxa Selic ao ano, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for igual ou inferior a 8,5%”. Fonte:

<http://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp> Acessado em 12 de Julho de 2014.

²⁸³ Ministério do Trabalho e Previdência Social e Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

²⁸⁴ Ministérios do Trabalho, do Planejamento e Orçamento, da Fazenda, da Indústria, Comércio e Turismo; Caixa Econômica Federal; e Banco Central do Brasil.

²⁸⁵ **Pelo governo (12 representantes):** Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; Ministro de Estado das Cidades; Coordenador-Geral do FGTS, da Secretaria-Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego; representantes da Casa Civil da Presidência da República, da Secretaria-Geral da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Saúde, dos Transportes; Caixa Econômica Federal; e Banco Central do Brasil. **Pelos trabalhadores (6 representantes):** Força Sindical; Central Única dos Trabalhadores - CUT; União Geral dos Trabalhadores - UGT; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB; Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST. **Pelos empregadores (6 representantes):** Confederação Nacional da Indústria - CNI; Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF; Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC; Confederação Nacional de Serviços - CNS; Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços - CNS; Confederação Nacional do Transporte - CNT. (Decreto 6.827/09)

²⁸⁶ BONDUKI: 2004, p. 70.

Em conformidade com a política desenvolvimentista autoritária do governo militar e com o contexto internacional de crescimento pós-guerra até meados da década de 1970 – do qual o modernismo arquitetônico e urbanístico foi subsidiário – foi construído no país o aparato institucional necessário e condizente com o papel do país na divisão internacional do trabalho. Isso significava um Estado forte, centralizador e intervencionista, que marcou a política urbana com o planejamento territorial, grandes obras de infra-estrutura e produção pública em escala de habitação. O outro lado desta moeda foi o autoritarismo, a falta de liberdade e a violência estatal – que no espaço urbano ficou marcado pelos grandes conjuntos habitacionais periféricos e o crescimento descontrolado das favelas e loteamentos irregulares. Conformou-se um determinado padrão de segregação urbana promovido diretamente como política pública planejada (inclusive territorialmente), na qual a articulação com o capital privado tinha uma forma específica, baseada na simbiose de uma *produção pública* com braço executor privado, por meio da lógica licitatória, na qual este último determina, em última instância, o modo de produção da unidade habitacional, incluindo aí sua expectativa de ganho de acordo com as “leis do mercado”, ou seja, com as formas de produção médias estabelecidas pelo conglomerado imobiliário – que incluem, portanto, suas maneiras específicas de se reproduzir no país, como visto na Parte 1 desta tese.

A partir deste contexto é que podemos entender o período seguinte²⁸⁷, entre meados da década de 1980 e o início dos anos 2000, no qual a desestruturação do sistema público acompanha de perto a implantação internacional do neoliberalismo. O BNH é fechado em 1986 e suas funções, antes centralizadas, passam a ser exercidas por diversos agentes, principalmente a Caixa Econômica Federal (CEF) – um banco *estrito senso* –, que herda o aparato técnico (diminuído em função, número e centralidade) e a operacionalização do FGTS, cujo Conselho Gestor, como já dito, passa a ter maior participação da sociedade civil²⁸⁸. Não há nenhuma centralização estatal federal da política urbana neste período, que na prática é interrompida até o final da década de 1990, ainda assim de forma incipiente, sem escala e sem direcionamento. Ganham relevância os programas municipais que se apoiam nas COHABs (mantidas pós-BNH, com funções parecidas, mas sem recurso) e nos parques recursos orçamentários. Uma escala um pouco maior de produção, no Estado de São Paulo por exemplo, foi realizada pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) com recursos fiscais.

É relevante aqui observar o processo de desmanche da estrutura institucional pública, começando pelo governo federal, que perde totalmente sua capacidade técnica e produtiva (e neste período também financeira, como veremos adiante). Além disso, o entendimento da habitação como direito e de responsabilidade estatal se transforma a partir da lógica bancária da CEF. No entanto, ainda restam os estados e municípios com certa liberdade de ação e instituições formadas.

É aqui que interessa analisar o significado da reestruturação institucional promovida pela gestão do Partido dos Trabalhadores no governo federal após 2002, principalmente com a criação do Ministério das Cidades em 2003 (praticamente uma das primeiras medidas da gestão ao assumir o governo). Há uma aparente contradição, que será vista adiante, em torno

²⁸⁷ Caracterizado como de “transição” pelo Prof. Nabil Bonduki, em aulas ministradas no curso de Pós-Graduação.

²⁸⁸ Participação esta já com problemas de saída, pois seus representantes são apenas os sindicatos.

da existência de tal ministério que foi creditada à paralela contradição interna do PT entre setores reformistas progressistas e aqueles ligados à governabilidade. O Ministério inicia suas atividades no sentido de concretizar a proposta do Projeto Moradia²⁸⁹, publicado em 2000 ainda fora do governo federal:

“A transformação do problema da habitação numa prioridade nacional requer uma estrutura governamental capaz de formular a política urbana nacional e as políticas setoriais de reforma urbana, habitação, saneamento e transporte urbano e de articular os diferentes agentes, instâncias e níveis de governo no sentido de implementar uma estratégia nacional para equacionar a questão urbana e habitacional no Brasil. Utilizando a estrutura administrativa da atual SEDU (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano), que seria extinta, o Ministério das Cidades e da Habitação teria um papel decisivo para articular política e tecnicamente a criação do Sistema Nacional de Habitação.” (Projeto Moradia: 2000, p. 32-3)

Desta maneira, a criação de uma instância estatal federal para lidar com a questão do desenvolvimento urbano e da habitação, antes centralizada pelo BNH, aparece como a tentativa de reverter a tendência histórica de desestruturação do sistema institucional público – uma reversão que absolutamente não retomaria o Estado autoritário, mas sim uma centralização administrativa com controle social – típica do “modo petista de governar” –, o Conselho das Cidades²⁹⁰. A tentativa parece ir por água abaixo com a substituição, em Julho de 2005, do ministro Olívio Dutra (PT) por Márcio Fortes de Almeida (Partido Progressista - PP), por conta de acordos com a base aliada mantidos até o *impeachment* de Dilma Rouseff em 2016²⁹¹ – em nome da governabilidade. Tal mudança de rumos foi um duro golpe para os setores progressistas, mas ainda incomparável com aquele promovido pelo lançamento do PMCMV em 2009. Tal evento, capitaneado pela Casa Civil (cujas ministra era Dilma Rousseff) e deslocado do Ministério das Cidades, passou por cima do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) que foi aprovado no mesmo ano de 2009 e contou com participação da sociedade civil.

A contradição da qual falávamos há pouco em torno da existência do Ministério das Cidades pode ser mais bem entendida agora: se, à primeira vista, sua criação aparece como a tentativa de retomar a estrutura da instituição pública, tal pensamento se dilui na medida da sua impossibilidade sistêmica – fato que remonta ao já predomínio do judiciário sobre o

²⁸⁹ O Projeto Moradia foi realizado pelo Instituto Cidadania, organização coordenada por Luis Inácio Lula da Silva. Os responsáveis pela coordenação temática específica foram André Luiz de Souza, Ermínia Maricato, Evaniza Rodrigues, Iara Bernardi, Lúcio Kowarick, Nabil Bonduki e Pedro Paulo Martoni Branco; com coordenação executiva de Clara Ant e Tomás Moreira. O Projeto Moradia foi um documento realizado num momento histórico de construção de alternativas para o planejamento urbano, dada a iminência da aprovação do Estatuto das Cidades (2001) e a construção do plano de governo do PT para a disputa eleitoral de 2002. Estão ali muitas das propostas que se tornarão concretas e desenvolvidas durante os primeiros anos de gestão petista no governo federal.

²⁹⁰ “A criação do Conselho das Cidades (ConCidades), no ano de 2004, representa a materialização de um importante instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, em processo de construção. Ele é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da PNDU, bem como acompanhar a sua execução. (...) Atualmente, o ConCidades é constituído por 86 titulares – 49 representantes de segmentos da sociedade civil e 37 dos poderes públicos federal, estadual e municipal – além de 86 suplentes, com mandato de dois anos. A composição do ConCidades inclui, ainda, 09 observadores representantes dos governos estaduais, que possuem Conselho das Cidades, em sua respectiva unidade da Federação”. Fonte: <http://www.cidades.gov.br/index.php/o-conselho-das-cidades.html> Acessado em 12 de julho de 2014.

²⁹¹ Márcio Fortes deixou o ministério no final de 2010. A sucessão de ministros foi a seguinte, depois dele: Mário Negromonte, do PP (2011), Aguinaldo Ribeiro, do PP (2012 e 2013), Gilberto Occhi, funcionário de carreira da CEF indicado pelo PP (2014) e Gilberto Kassab, do PSD (2015).

legislativo, com função instrumental do executivo, no atual modo de reprodução do capital, tema que será aprofundado no Capítulo 2.3. A centralização do poder público não pode mais significar intervenção na economia, planejamento e produção pública, algo que seria a contramão do processo histórico em andamento – que a gestão petista não estava disposta a encarar e nem poderia. Houve uma mudança sim em relação aos anos 1990 no papel do Estado, que será desenvolvida adiante, mas que já se mostra parcialmente aqui: é necessária a centralização estatal, porém com um papel diferente do desenvolvimentismo autoritário, por um lado, e diferente da ortodoxia neoliberal da década de 1990 nos países latino-americanos – algo como um “neoliberalismo desenvolvimentista”, uma contradição em termos, mas que diz muito sobre o governo petista e sua função histórica (desenvolveremos o tema no Capítulo 3.3).

A caracterização desta forma de governo que parece à primeira vista contraditória precisa ser aprofundada e por isso o entendimento do PMCMV é instrutiva, a começar do ponto de vista institucional. Basicamente o programa retoma, depois de mais de 20 anos de neoliberalismo ortodoxo e crise financeira nas contas públicas, a produção habitacional federal em escala e centralizada. Mas o que quer dizer isso?

Diferentemente do BNH, *o poder público não produz mais nenhuma unidade habitacional – toda a produção é delegada ao setor privado, em toda a cadeia produtiva, da compra de terra e projetos até a entrega*²⁹². É este quem busca, negocia e incorpora a terra, produz e aprova os projetos, constrói e legaliza. No BNH, para se ter base de comparação, o setor privado era responsável apenas pela construção, cujo orçamento era quantificado pelo poder público. A responsabilidade do poder público, naquele momento, era de planejar onde e quantas unidades seriam produzidas, comprar ou desapropriar terras e incorporá-las, planejar e construir a infra-estrutura adequada de acordo com as diretrizes de um plano urbano, projetar as unidades habitacionais e o urbanismo dos empreendimentos, orçá-los, licitá-los, fiscalizar as obras e gerir as dotações orçamentárias, legalizar os conjuntos (que pouco ocorreu, na verdade) e finalmente indicar a demanda e fazer trabalho social com ela. No caso dos empreendimentos realizados pelos movimentos de moradia, tendo como modelo a experiência municipal de São Paulo, parte destas responsabilidades foram requisitadas pelas organizações, no sistema do mutirão autogerido analisado no Capítulo 1.3: elas seriam responsáveis por apresentar a demanda, indicar terrenos (mas não negociá-los, incorporá-los, etc.), desenvolver projetos próprios (com recursos públicos), gerir os recursos da construção e realizar parte da mesma, fazendo o trabalho social. O poder público, neste caso, viabilizava o terreno, pagava o projeto, aprovava o orçamento e os projetos, fiscalizava a obra e legalizava o conjunto²⁹³.

No PMCMV, a maioria destas funções ficou a cargo do setor privado – seja o mercado sejam os movimentos populares. Para o mercado, o saldo é altamente positivo principalmente pelo fato de que o programa retira qualquer risco do mercado de habitação popular, principal fator para o afastamento do mesmo em épocas anteriores, abrindo todo um campo anteriormente fechado para a acumulação. No caso dos movimentos a questão é mais complexa, pois sua ação se baseava em uma cogestão com o poder público, a partir do

²⁹² Para comparar a produção do BNH para o PMCMV, ver Tabela 6.

²⁹³ Ver Tabela 6.

entendimento de que a responsabilidade pela habitação é deste, mas é necessária a participação social nos aspectos que tangem diretamente a qualidade do ambiente produzido, de uso da população. O poder público era entendido como aquele responsável pela viabilização do empreendimento, seja no aspecto jurídico, financeiro ou institucional. Os aspectos qualitativos – projeto, indicação do terreno, gestão de obra, indicação e organização da demanda – ficavam a cargo do movimento popular. A substituição federal dos programas municipais da década de 1990, neste aspecto de participação popular, foi o PMCMV-Entidades²⁹⁴, que acaba com tal cooperação e coloca a cargo da entidade toda a responsabilidade de viabilização do empreendimento (viabilização da área, custo de projeto e de aprovações, responsabilidade de término da obra, legalização). Assim, a transformação técnica interna de funcionamento e da função do aparelho estatal se dá tanto por meio do mercado, quanto dos movimentos populares, numa espécie de colaboração intersectorial, cuja ação coordenada conforma uma nova lógica institucional alargada.

O poder público, no PMCMV, regulamenta o programa (baseado nas pressões do mercado), define os valores de repasse (numa nova lógica, fora do procedimento licitatório, como será visto adiante), aprova os projetos feitos pelo agente privado, fiscaliza a obra e indica a demanda (quando não há entidade envolvida). Dentre estas funções do poder público, a regulamentação e definição de valores são realizadas pelo Ministério das Cidades, a aprovação e fiscalização de obras são realizadas pela CEF e a demanda é indicada pelo poder público municipal. Vejamos em detalhe cada um destes agentes.

O Ministério das Cidades tem na verdade pouca interferência no aspecto financeiro de determinação dos valores de repasse, e será visto o porquê adiante. Seu principal papel é, efetivamente, o de regulamentar o programa, ao elaborar as diretrizes e condições gerais de sua execução. Além disso, define a distribuição regional dos recursos; os critérios para priorização de beneficiários; e os modelos e padrões mínimos de tipologia e infra-estrutura.

O outro órgão de governo envolvido, a municipalidade, exerce apenas a função de indicação de demanda. Sua atuação, no entanto, poderia ser fundamental e incisiva nas questões do planejamento urbano e fundiária, que são de competência municipal. No período entre a aprovação do Estatuto das Cidades (2001), a eleição da gestão Lula (2002) e a criação do Ministério das Cidades até o final da gestão de Olívio Dutra (2003-2005), ou seja, na primeira metade dos anos 2000, foi feito um grande esforço institucional na criação dos Planos Locais de Habitação (PLHIS), instrumento básico municipal de planejamento que deveria caracterizar qualitativa e quantitativamente o déficit habitacional e urbano do município, indicar as linhas de ação, a direção do desenvolvimento urbano, a estratégia fundiária a ser adotada, a adequação de instrumentos urbanísticos, entre outros.

Ou seja, estava presente a vertente do planejamento urbano com uma visão de descentralização (autonomia municipal) com direcionamento central (uma espécie de federalismo) e controle social (fortalecimento das instâncias do sistema público através da democracia participativa) – todo um desenho técnico-institucional devedor da crítica urbana desenvolvida no final da década de 1970, como visto no Capítulo 1.3. Porém o PMCMV – como instrumento de um Estado Democrático Popular desenvolvido –, passou por cima de tudo isso,

²⁹⁴ O aprofundamento desta modalidade do PMCMV será feita no Capítulo 3.2.

retirando as funções de planejamento da máquina pública local. Não há controle sobre onde, quando, como e quanto será produzido – todas iniciativas que partem do setor privado. O que o município *pode* fazer – a partir de eventuais negociações e vontade política – é doar terrenos, acelerar a aprovação de projetos, facilitar a legalização, ajustar a legislação urbana para incentivar a produção e fazer obras de infra-estrutura como contrapartida. Nenhuma destas ações interfere diretamente na produção, apenas a incentiva, pois ela está fora de seu controle.

Frente aos benefícios (principalmente relacionados ao subsídio, que será visto a seguir) e à lógica institucional do PMCMV, tanto os poderes municipais quanto os estaduais deixaram de ter políticas urbanas e habitacionais próprias, no máximo contribuindo com parte adicional aos recursos federais. Isso teve como consequência uma desmobilização institucional destas esferas *locais* de governo, fato que parece coerente e paralelo com a submissão geral dos poderes legislativo e executivo ao judiciário (cujos órgãos são estaduais e federais, tendo o município participação mínima através das comarcas). As companhias estaduais e municipais de habitação e desenvolvimento urbano perderam suas principais funções, principalmente produtivas, restando como administradoras dos seus bancos de terras, extremamente valorizados na conjuntura atual, porém muitas vezes repassados à iniciativa privada por valores simbólicos. Estas companhias, resquícios do BNH, foram reestruturadas entre 2010 e 2015 para terem funções menores frente ao PMCMV. Após a saída do PT do governo federal e o esvaziamento do programa, elas voltam a precisar se reinventar, porém agora sem recursos – sendo os parques existentes largamente gastos com o aluguel social, como visto no Capítulo 2.1, auxílio que nem pode ser considerado um programa habitacional e tem função muito mais de gestão de populações em situação (permanente, atualmente) de conflito e exceção (como mostra Giorgio Agamben (2008 [2003])), tema que será tratado no Capítulo 2.3). Mesmo a possibilidade de desapropriação de terras pelo município ou por estas companhias está sendo evitada por conta da fraqueza deste instrumento no país (o que acaba significando mais gastos para o poder público por conta do poder de negociação dos proprietários de terra junto ao judiciário) e, por outro lado, pela desvantagem óbvia de se gastar recursos municipais quando o governo federal já está investindo nisso através do PMCMV.

A consequência disso tudo é o desmonte de um tipo de estrutura estatal baseada na descentralização do planejamento urbano (aquele, derivado da década de 1970) coordenada por uma centralização financeira e estratégica federal, na qual há equilíbrio das esferas federativas e de poder. Ao invés disso, monta-se um aparato estatal no urbano com centralização no agente que gere os *recursos* envolvidos: a Caixa Econômica Federal (CEF). Neste sentido, o Estado se transforma de planejador e executor (interventor, portanto) em agente de mercado, não apenas facilitando a reprodução do capital, mas a tornando possível num momento em que a reprodução expandida alcança barreiras intransponíveis sem a intervenção estatal. Este ponto será retomado a seguir.

A CEF ganha poder no processo na medida em que centraliza a área técnica, gere os recursos e operacionaliza o programa, sendo na prática aquela que está em ligação direta com os executores, principalmente empreiteiras. Sendo ela a principal herdeira das funções e quadros do BNH, sua configuração é, diferente deste, a de uma instituição que opera funções bancárias normais. Ou seja, suas determinações e funcionamento internos seguem a lógica do

sistema bancário, não de um órgão público com funções específicas. Ela não tem autonomia para lidar com as determinações do programa mas, ao mesmo tempo, como interface entre o Ministério e os executores, é aquela que efetivamente delimita quem participa e como – na medida em que é responsável por requisitar, analisar e aprovar documentação. Institucionalmente, é significativa a relação entre executores e governo se dar através de um banco – que, no limite, torna mediado e bloqueado o alcance ao centro do processo através de todo um aparato técnico burocrático que parece não ter controle e que tem uma lógica de retorno financeiro avessa ao aspecto social da moradia – fato que demonstra a lógica do acesso ao direito como mercadoria. O centro de decisão aparece, desta maneira, como algo inatingível – noção reafirmada pelo fato de não haver mecanismo de controle social no programa.

Para entender melhor este ponto, será necessário sair da esfera institucional e entender o desenho financeiro do PMCMV. É neste aspecto que o programa recebeu a maior parte das críticas e também é onde se encontram as maiores possibilidades de negociação – diferente do desenho institucional, que é o coração do programa. Existem muitos aspectos cruzados entre este e o institucional, principalmente no que concerne ao desenho dos Fundos envolvidos – e sua gestão.

O desenho financeiro do PMCMV

O PMCMV tem um desenho institucional-financeiro muito parecido com o do BNH: utiliza-se do SFH (FGTS) e de recursos orçamentários aplicados através dos mais recentes Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)²⁹⁵ e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)²⁹⁶. A grande diferença – e novidade – é o uso do subsídio direto ao beneficiário final em alta porcentagem (que pode chegar a 96%). Chama atenção a semelhança do desenho financeiro,

²⁹⁵ O FAR foi criado no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), programa que foi a base institucional do PMCMV, em 2001 (Lei nº 10.188, de 12 de Fevereiro de 2001). Seu patrimônio hoje é constituído por cotas que são integralizadas pela União.

²⁹⁶ O FDS foi criado em 1993 e “destina-se ao financiamento de projetos de investimento de interesse social nas áreas de habitação popular, sendo permitido o financiamento nas áreas de saneamento e infra-estrutura, desde que vinculadas aos programas de habitação, bem como equipamentos comunitários. O FDS tem por finalidade o financiamento de projetos de iniciativa de pessoas físicas e de empresas ou entidades do setor privado, vedada a concessão de financiamentos a projetos de órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou entidades sob seu controle direto ou indireto. Constituem recursos do FDS: I - os provenientes da aquisição compulsória de cotas de sua emissão pelos fundos de aplicação financeira, na forma da regulamentação expedida pelo Banco Central do Brasil; II - os provenientes da aquisição voluntária de cotas de sua emissão por pessoas físicas e jurídicas; III - o resultado de suas aplicações; IV - outros que lhe venham a ser atribuídos” (Lei nº 8.677, de 13 de Julho de 1993). Sua composição inicialmente contava com 11 membros, sendo **5 representantes do governo**: Ministros do Bem-Estar Social, da Fazenda, do Planejamento, Presidente da Caixa Econômica Federal, Presidente do Banco Central do Brasil; **3 representantes dos empregadores**: Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), CNC e CNI; **3 representantes dos trabalhadores**: CGT, CUT e Força Sindical. Em 2001 esta composição foi alterada tendo ainda a presidência do Conselho a cargo do Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República e um Secretário Executivo, além da presença do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Social-Democracia Sindical (SDS). Os representantes dos bancos e dos empregadores e trabalhadores passaram a contar com dois membros cada entidade (Decreto nº 3.907, de 4 de setembro de 2001). Como fundo financeiro com cotas adquiridas no mercado, seu recurso era originalmente oneroso. Depois do PMCMV, este fundo passou a financiar os empreendimentos das Entidades, com a integralização das suas cotas pela União.

dada a distância que o país percorreu em termos de democracia depois do período militar. O Projeto Moradia era a construção da alternativa Democrático Popular ao BNH, baseando seu desenho institucional no Sistema Nacional de Habitação, articulado por um planejado Ministério das Cidades e de instâncias de controle social. Como visto anteriormente, o período entre 2003 e 2005, primeiros da gestão do PT, foram de construção destes pressupostos com a efetivação do Ministério e do Conselho das Cidades.

A conclusão deste processo foi a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), em 2005²⁹⁷. O SNHIS define o modelo Democrático Popular de gestão do urbano através da tríade fundo, conselho gestor e plano: a possibilidade de relacionar recurso, gestão democrática e planejamento, ou as necessidades e interesses do poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Além disso, propunha a descentralização através da atribuição de funções e conselhos aos diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal). No nível municipal, para a adesão ao sistema, estabelecia a obrigatoriedade da criação de um Plano Habitacional de Interesse Social, de um fundo com *dotação orçamentária própria* e de um conselho

“que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares” (Cf. Lei 11.124, Art.12 inciso II).

Além disso, esta tríade deve acompanhar as diretrizes do Plano Diretor ou de legislação urbanística equivalente (nos municípios com menos de 20mil habitantes). Os princípios do SNHIS definem claramente a sua diferença constitutiva em relação ao PMCMV:

“a) compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social; b) moradia digna como direito e vetor de inclusão social; c) democratização, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios; d) função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade” (Cf. Lei 11.124, Art.4 inciso I).

Os recursos do SNHIS são constituídos pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), pelo FGTS e pelo então criado FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social). Este último tem um conselho gestor com grande controle social²⁹⁸, sendo a representação da sociedade civil bastante diversa (para além da representação apenas sindical que configurava tal setor até então). Sua constituição financeira é principalmente de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS, de 1974), recursos orçamentários da União (OGU) e contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação

²⁹⁷ Lei nº 11.124, de 16 de Junho de 2005 e regulamentação pelo Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006.

²⁹⁸ Composição do conselho de 24 membros, sendo **12 representantes do governo**: o Ministro de Estado das Cidades, que o presidirá e terá voto de qualidade; o Secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, que exercerá a sua Vice-Presidência; representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Fazenda, da Integração Nacional, do Meio Ambiente, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Saúde, do Trabalho e Emprego; e a Caixa Econômica Federal; **12 representantes da sociedade civil**: quatro de entidades da área dos movimentos populares; três de entidades da área empresarial; três de entidades da área de trabalhadores; um de entidade da área profissional, acadêmica ou de pesquisa; e um de organização não-governamental. Os representantes da sociedade civil são eleitos pelo Conselho das Cidades.

nacionais ou internacionais²⁹⁹. Sua aplicação se daria a partir de uma política centralizada no Ministério das Cidades, o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que estava em fase de finalização (foi lançado em dezembro de 2009) quando o PMCMV foi lançado (em abril daquele mesmo ano). Vale lembrar que o FNHIS, antes mesmo da conclusão do PlanHab, já estava em uso e vinculado às especificidades de uma produção pública habitacional ainda que sem escala³⁰⁰.

Segundo Inês Magalhães (então Secretária Nacional de Habitação),

“O entendimento aqui compartilhado é de que o acesso à moradia digna está diretamente relacionado a três fatores básicos: a) capacidade de ampliação e disponibilização de terra urbanizada bem localizada para a provisão de habitação de interesse social; b) estratégias de estímulo à cadeia produtiva da construção civil e; c) fomento ao desenvolvimento institucional dos agentes envolvidos no setor habitacional, especialmente os setores públicos municipal e estadual. O PlanHab se insere, portanto, num ciclo virtuoso de retomada do planejamento do setor habitacional, somando-se aos avanços institucionais iniciados desde a criação do Ministério das Cidades, do Conselho das Cidades, de uma nova Política Nacional de Habitação e do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social” (BRASIL: 2010, 6. Grifos acrescentados).

O PlanHab se apresentou com o objetivo de introduzir o planejamento habitacional no país de médio prazo (horizonte de 2023), através de estratégias baseadas em quatro eixos estruturadores: o modelo de financiamento e subsídio, a política urbana e fundiária, os arranjos institucionais e a cadeia produtiva da construção civil. Conta com uma intensa pesquisa que articula tipologias de municípios e Grupos de Atendimento (definidos de maneira mais complexa do que as Faixas do PMCMV³⁰¹), tendo sido elaborado a partir de intenso processo participativo com diversos setores sociais, durante dois anos e meio. Além disso, conta com 5 linhas programáticas que entendem a questão urbana e habitacional de maneira aprofundada: 1. Integração Urbana de Assentamentos Precários (urbanização; regularização; e integração); 2. Produção e Aquisição da Habitação (novas unidades produzidas pelo poder público; para arrendamento; em áreas urbanas centrais; por autogestão; e por promoção privada; unidades para locação social, loteamento com assistência técnica e materiais de construção; aquisição de unidades prontas; autogestão rural); 3. Melhoria Habitacional (autopromoção habitacional assistida); 4. Assistência Técnica (população de baixa renda; cooperativas e ONGs); e 5. Desenvolvimento Institucional.

Percebe-se que a formulação institucional-financeira do SNHIS (PlanHab, Conselho das Cidades e FNHIS) tem como pressuposto efetivamente uma política pública de habitação e

²⁹⁹ Importante salientar que o FGTS integra o SNHIS, mas não o FNHIS. Isso é importante pois separa os recursos dos trabalhadores e da União e, fundamentalmente, a gestão sobre eles – como execução direta de recursos públicos (OGU), o FNHIS deve seguir a lei de licitações e ter conselho com ampla participação social, algo que os fundos mencionados e o FGTS não têm.

³⁰⁰ O FNHIS só podia repassar recursos a agentes públicos até 2007, quando é aprovada uma medida provisória (MP 387/07) que autoriza Entidades a recebê-los também através do Programa Social da Moradia (Cf. RODRIGUES: 2013). A seleção de Entidades capacitadas para seu acesso foi concluída em março de 2009, antes portanto do PMCMV. Um exemplo de sua aplicação foi o pagamento de projetos para entidades a fundo perdido (através da Lei de Assistência Técnica - Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008).

³⁰¹ “O PlanHab definiu e utilizou cinco faixas de Grupos de Atendimento, de acordo com sua capacidade de acessar um financiamento, considerando-se a renda familiar e *per capita*, análise da cesta de consumo e tipologia de municípios, relacionada com o *funding* adequado a cada situação e em função das simulações elaboradas para a montagem do modelo de financiamento e subsídios” (BRASIL: 2010, 17).

desenvolvimento urbano nacionais a longo prazo, na qual o poder público nos seus três poderes seria central, acompanhado de perto por amplo controle social. Começa a ficar claro agora que o PMCMV, deste ponto de vista, está longe de ser uma política habitacional. No entanto, a sua implementação significa o arquivamento de uma *possibilidade* desta política existir, na medida em que sua lógica de funcionamento é totalizante (acaba na prática com a existência de outros programas federais, estaduais ou municipais), rearticula o poder público com os interesses privados e impede o controle social. Hoje o FNHIS existe, mas foi esvaziado por falta de recursos (escoados para o FAR e FDS), e o PlanHab não tem força institucional e financeira para se articular frente ao PMCMV.

O que aconteceu então entre a constituição do SNHIS em 2005 e o lançamento do PMCMV em 2009, que poderia explicar tamanha reviravolta?

Há uma mudança interna no setor da construção civil após 2005: sua articulação com o setor financeiro. Neste ano, o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) passa a funcionar efetivamente, depois de sua regulamentação em 1997, por conta de melhorias institucionais promovidas pelo governo Lula, criando instrumentos de ligação entre este mercado e o de capitais por meio da possibilidade de securitização³⁰² da propriedade imobiliária (ROYER: 2009). A reestruturação no setor passa por diversos mecanismos (realizados ou intermediados pelo Estado), que intervêm em pontos nodais da sua cadeia produtiva, a fim de dar volatilidade aos seus aspectos “não-conformes” a uma economia que avança as formas de subsunção real do trabalho ao capital por meio das formas do capital portador de juros e suas faces fictícias – um capitalismo “rentista”, segundo Paulani (2008).

Tais aspectos podem ser sintetizados na grande inércia representada pelo setor que tem como meio de produção a terra, expressão mais pura da materialidade, algo que tal capital quer se afastar. Os mecanismos responsáveis por esta necessária “desabsolutização da propriedade imobiliária” (GUERREIRO: 2010; TONE: 2015) permitiram uma maior rotatividade do capital³⁰³, intensificação das fontes baratas e espoliativas de financiamento que articulam Estado e fundo dos trabalhadores (o FGTS e Fundos de Previdência), multiplicação de fontes de financiamento (inclusive a captação privada), remuneração de capital estrangeiro por meio de fundos e ganhos especulativos associados a títulos mobiliários (como os CEPACs, Certificado de Potencial Adicional de Construção). Além disso, as empresas do setor abrem capital na bolsa de valores também em 2005, fazendo sua produção responder às necessidades de rendimento de outro tipo de capital (GUERREIRO: 2010).

Como a flexibilidade da valorização do capital da empresa está no conjunto, e não em um empreendimento específico, as incorporadoras também conseguiram escapar de um perigo constante do mercado imobiliário: a falta de demanda. Os FIIs (Fundos de Investimento Imobiliário) e CRIs e o entendimento de prédios corporativos como ativos financeiros – principal produção imobiliária que congregava a dinâmica financeira no urbano até então – dependem da valorização do empreendimento específico, ou seja, estão estreitamente ligados a um mercado de alto padrão. Com a abertura das empresas há uma maior flexibilidade de

³⁰² A securitização pode ser entendida como o processo de transformação de uma dívida em um título (“securities”), que pode ser negociado de maneira autônoma, em bolsa de valores.

³⁰³ Por meio de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI).

investimentos, e a tendência, na segunda metade dos anos 2000, defendida arduamente pelo SECOVI³⁰⁴, passou a ser o *mercado popular* – maior mercado do Brasil no setor imobiliário. O mercado de habitação popular é aquele com maior demanda em todo o país, porém com uma dificuldade muito grande de realização pelas empresas privadas por conta da falta de renda dos compradores. Nestes termos, é necessária para este mercado a intervenção estatal.

Foi o que aconteceu com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal no início de 2009, que na soma de suas duas primeiras fases contratou mais de 2,6 milhões de unidades habitacionais. O programa foi desenhado junto às entidades imobiliárias (entre elas, o SECOVI), a partir do momento em que, com sua abertura de mercado, foi necessária a expansão das suas áreas de atuação, que começavam a não ter mais demanda em 2007³⁰⁵. Fica clara aqui a lógica do capital financeiro, que necessita de expansão continuamente, ao mesmo tempo em que ficam claros também seus limites junto ao mercado imobiliário, que tem restrições materiais muito bem definidas, ainda mais num país de mercado interno restrito por conta das questões estruturais já levantadas na Parte 1, principalmente o caráter espoliativo da superexploração da força de trabalho.

Segundo a Revista Exame:

“As exceções mais destacadas são as mineiras MRV e Tenda, que abriram o capital, respectivamente, em julho e outubro deste ano [2007]. Ambas têm foco no segmento residencial popular. Praticamente, todas as empresas do setor apostaram na venda de prédios de alto padrão, em áreas que mais parecem clubes de lazer. O princípio do negócio da MRV e da Tenda é fazer justamente o oposto: imóveis sempre iguais, com no máximo 70 metros quadrados de área. E, com isso, obtiveram um dos melhores desempenhos entre as companhias do setor”.

Esta conjuntura introduz outras necessidades na cadeia produtiva, relacionadas, principalmente, a um aumento absoluto das mercadorias produzidas e outro relativo, com incremento da produtividade e da diminuição do tempo de rotação do capital. Tais necessidades, porém, esbarram nas limitações históricas da construção civil em país dependente, como Sérgio Ferro falava no início da década de 1970, que a impedião, naquele momento e até pouco tempo atrás, do setor ser tão funcional para o sistema (quanto já era pela composição orgânica inferior ao capital social médio):

“Há, entretanto, na construção civil uma característica que diminui ligeiramente o efeito compensador para o sistema, no seu conjunto, de sua superior taxa de lucro: o tempo de giro do capital. Esquemáticamente, capitais produzem lucros reais (não os aparentes) maiores se seu tempo de giro for menor, supondo-se composições orgânicas semelhantes. Entretanto, devemos considerar o seguinte: em primeiro lugar, poucos capitais empregados em outros setores, principalmente industriais, têm composição orgânica tão baixa. Somente outros ramos atrasados seriam comparáveis. Mas, entre estes ramos atrasados, poucos têm a característica específica da construção civil: a quase ausência de capital fixo, investido em bens pesados de produção” (FERRO: 2006a [1972], 100. Grifos acrescidos).

No entanto, naquele momento, Sérgio Ferro lembrava que o papel da burguesia interna no pacto de dependência a impede, historicamente, de investir no desenvolvimento

³⁰⁴ Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais.

³⁰⁵ Neste ano o crescimento das empresas que tinham aberto capital nos dois anos anteriores entra em crise. Ver reportagem de Denise Carvalho, “A bolsa não perdoa” – Revista Exame 27.12.2007.

das forças produtivas (aumento da composição do capital com investimento em capital fixo, gerando maior *produtividade* com a diminuição do valor da mercadoria individual produzida).

“Enquanto houver a possibilidade de venda de um produto produzido com meios arcaicos baseados na força animal, o que significa, enquanto não for imposto pelas regras da concorrência a redução do valor da unidade produzida, não haverá progresso. O capital faz avançar as forças produtivas mas ‘na marra’ e a contração. Por que se arriscariam os capitalistas se, com o ‘know-how’ adquirido, hábitos depositados, equipamento amortizado, administração e operários com comportamento conhecido e controlado produzem e vendem? Para que tentar e ousar temerariamente?” (FERRO: 2006a [1972], 85. Grifos acrescidos).

A necessidade de alterar as relações internas de produção da construção civil é uma condicionante, portanto, nova, imposta por fatores externos (o que reitera a função dependente do país), que necessita, agora, de atualização da “plataforma de valorização financeira internacional” (PAULANI: 2008) para continuar o mesmo mecanismo de transferência de valor. Assim, é necessária a intervenção de uma instituição de classe para fazer esta atualização “na marra”, fazendo com que o capitalista individual mude seu comportamento, contra seus interesses imediatos. Daí entra o papel do Estado Democrático Popular, na produção do urbano, por meio do PMCMV.

“Seguramente, a forma de produção arcaica será contestada por capitalistas cuja fome próxima de mais-valia afasta a cautela a longo termo. Os prognósticos, no caso, são bastante difíceis. O que é seguro é que haverá atrito entre os capitalistas isolados e seus representantes no poder, que têm os olhos postos na classe e menos no seu componente particular. Mas não ultrapassará, seguramente, a região das disputas cordiais. Afinal, eles se entendem” (FERRO: 2006a [1972], 101).

Nada mais atual para explicar o que André Singer (SINGER: 2015 e 2016) questionou para a reflexão político-acadêmica: por qual razão, em determinado momento, o capital produtivo teria rompido com o PT, que se aliava a ele? Primeiro: como visto, tal capital se desenvolve no último período como forma de dar resposta a um novo momento da economia mundial, onde há predominância do capital financeiro. Segundo: a necessidade deste capital é apenas a de atualizar a plataforma de valorização representada pelo Brasil, e para isso serve-se do Estado como gerenciador do interesse de classe que enfrenta o do capitalista individual, do seu ponto de vista imediato. Faz isso através de *mecanismos de indução*, como a figura do *repassé* (analisado em seguida) e a obrigatoriedade de *certificação estatal*, que regula diretamente o gerenciamento da produção por meio de determinantes de produtividade internacionais (BARAVELLI: 2014). Neste sentido, há um avanço *específico*³⁰⁶ das forças produtivas por um período determinado pelos interesses da finança, no qual os capitalistas individuais são coagidos a fazer transformações internas na produção por meio do Estado como representante de classe (expresso no pacto CUT/FIESP a que se refere Singer). Consolidado este *período de atualização*, de acordo com os argumentos apresentados aqui, parece que *muda a qualidade da necessidade do pacto de classes* e os capitalistas individuais novamente se unem para retomar o poder do Estado (por meio do golpe parlamentar de 2016) no seu habitual gerenciamento dos elementos “arcaicos” ou subsumidos “na medida certa”, para que fluidifique o canal de transferência de valor. Vejamos os detalhes deste mecanismo.

³⁰⁶ Será visto no próximo item que a especificidade deste avanço das forças produtivas se traduz principalmente em aumento da intensidade do trabalho e do tempo de rotação do capital, e menos no aumento de composição orgânica do capital por meio do investimento em capital fixo.

Na lógica financeira do PMCMV, o recurso disponibilizado para a construção é definido *por unidade habitacional* (e não um valor global do empreendimento, como era no BNH), a partir da região e do número de habitantes da cidade onde a construção se realizará. O atendimento é setorizado por faixas de renda familiar (uma lógica financeira, deslocada das necessidades locais de acesso à moradia, como visto no caso do Pinheirinho), tendo se estruturado nas fases 1 e 2 do programa (até 2016) em três faixas de renda³⁰⁷: Faixa 1 (0 a R\$1.600), Faixa 2 (de R\$1.600 a R\$3.275), Faixa 3 (de R\$3.275 a R\$5.000).

A Faixa 1³⁰⁸ tem uma configuração diferenciada por se tratar de uma população que não tem condição de acessar um financiamento e que nunca, portanto, esteve dentro da política habitacional – representando 60% do déficit habitacional brasileiro de 2010 (Censo IBGE), segundo a Fundação João Pinheiro³⁰⁹ – fato que já indica a desconexão da alocação dos recursos nas faixas de renda de acordo com o desenho qualitativo do déficit. O SFH tem como pressuposto o equilíbrio financeiro para poder ser uma fonte permanente e renovável de recursos para a habitação, além de ter de cumprir suas obrigações com seus “investidores” (os trabalhadores, no caso do FGTS, e todos os que possuem caderneta de poupança) e, portanto, tem dificuldade de subsidiar a baixa renda. No entanto, após a crise do BNH³¹⁰ e os difíceis anos 1990 (nos quais o governo federal não o utilizou), o FGTS passou por uma reestruturação e voltou a ter um grande fundo de reserva. Mesmo tendo que ser equilibrado, seria possível usar parte dos rendimentos de suas aplicações em subsídio direto ao beneficiário. Esta situação ocorreu anteriormente, na Resolução 460 do FGTS (Operações Coletivas), de 2004. Deve ser lembrado, neste íterim, que o FGTS é gerido por um Conselho Curador onde há participação dos trabalhadores através das centrais sindicais (ainda que isso não signifique uma ampla base social representativa, como é o ConCidades).

No PMCMV a Faixa 1 não utiliza os recursos do FGTS, mas sim os orçamentários, depositados no FAR (Empreiteiras) e no FDS (Entidades) – o primeiro sem conselho gestor e o segundo com baixo controle social, com poucos membros e representação dos trabalhadores apenas via sindicatos. Importa aqui o deslocamento do FNHIS, responsável por atender esta faixa de renda, para os fundos não apenas pela presença do controle social, mas também pelas facilidades de gestão de recursos da União sem os trâmites da lei de licitações. O FAR é direcionado à parte do programa ligado ao mercado (realização via empreiteiras) e o FDS ligado às Entidades³¹¹. Desta maneira, estes recursos orçamentários são usados para o grande subsídio do programa³¹², permitindo o acesso a uma faixa de renda que nunca foi atendida por

³⁰⁷ Dados do PMCMV 2, lançado em 2011, que atualizou as faixas de renda de acordo com o aumento do salário mínimo no período.

³⁰⁸ O atendimento na Faixa 1 (FAR, FDS, oferta pública para municípios com menos de 50mil habitantes e Rural Grupo 1) foi de 48% do total de unidades no PMCMV-1 (2009 e 2010), 42% no PMCMV-2 (2011-2014) (Fonte: Balanço do PMCMV2 apresentado no ConCidades em maio de 2013, disponibilizado pela CEF à pesquisadora), e tem meta de atendimento de 28% no PMCMV-3 (2016-2018). Ver Tabelas 4 e 5.

³⁰⁹ Fundação João Pinheiro - Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional municipal no Brasil. Belo Horizonte, 2013. Fonte: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file> Acessado em 14 de julho de 2014.

³¹⁰ Deflagrada principalmente por um desequilíbrio no SFH por conta da inflação casada com a quebra do reajuste monetário para os mutuários, devido ao contexto político do fim da ditadura.

³¹¹ De acordo com a legislação do PMCMV-2 (Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011), a União está autorizada a transferir para o FAR até dezesseis bilhões e meio de reais e para o FDS quinhentos milhões de reais.

³¹² Na Faixa 1 do PMCMV 2 os beneficiários pagavam 5% do seu rendimento familiar mensal durante 120 meses (10 anos) para quitar o financiamento, sem nenhuma entrada, com valor mínimo da parcela de R\$25. Desta maneira,

não ter condições de acessar a habitação pelo mercado formal ou pelas políticas públicas habitacionais vinculadas a financiamentos – um saldo positivo do programa. No entanto, é necessária atenção para o fato de que tal sistema é insustentável do ponto de vista de uma política em longo prazo, pois depende do escoamento constante de recursos orçamentários que são limitados, além de vontade política de gestão para serem efetivados. Sua insustentabilidade se mostrou clara ao longo do ano de 2015, quando o governo precisou conter gastos públicos e esvaziou o FDS e o FAR, propondo o aumento da faixa de financiamento do FGTS com a criação de uma faixa intermediária entre a 1 e a 2.

Toda a Faixa 1 funciona a partir do mecanismo de *repasse*, que será analisado no próximo item. Nele, a CEF (intermediadora dos fundos) paga a unidade habitacional, que tem, portanto, demanda garantida. No caso do FAR, a empreiteira constrói (onde quiser) e recebe os recursos diretamente, sendo as unidades depois destinadas ao cadastro municipal (ver Organograma 8). Os recursos do FDS, vinculados à modalidade “Entidades”³¹³, são repassados a elas, que passam a geri-lo diretamente, na modalidade “Autogestão”; ou indiretamente, na modalidade “Empreitada Global” (ver Organogramas 11 e 12, no Capítulo 3.2) – e, nestes casos, a demanda e o projeto são geridos pela Entidade. Já nas Faixas 2 e 3 (FGTS) não há a figura do repasse: a empreiteira constrói os empreendimentos próprios e os comercializa, sendo o comprador financiado pelo programa (via CEF) (ver Organograma 9).

Ao analisar os dois Organogramas abaixo (FAR e FGTS), percebe-se que são muito parecidos (e bastante diferentes daqueles apresentados no Capítulo 1.1): a realização da obra se dá via empreiteiras. A diferença está na figura do repasse: no FAR há a intermediação do município frente à demanda (ainda que haja um Trabalho Social, bastante burocrático e terceirizado), enquanto no FGTS trata-se de uma operação comercial simples. Em ambos, os moradores estão alheios ao processo, e recebem as casas prontas. O Pinheirinho dos Palmares, visto no capítulo anterior, foi realizado via FAR: sem nenhuma interferência do movimento popular (nem como Entidade Organizadora, o que seria o caso do FDS), a partir do acordo prévio que as famílias atendidas seriam do cadastro do antigo Pinheirinho.

estes beneficiários pagavam entre R\$3.000 e R\$9.600 durante 10 anos para receber, no caso de São Paulo, R\$76mil mais até R\$20mil do Governo do Estado de São Paulo na forma de moradia acabada.

³¹³ As Entidades Organizadoras são os movimentos sociais, como será visto no Capítulo 3.2.

Organograma 8: Obra no FAR (Empreiteiras).

Organograma 9: Obra nas Faixas 2 e 3 (FGTS).

Fontes: Elaboração própria com base nas respectivas legislações.

No início de 2016 foi lançada a terceira fase do PMCMV, na qual foi criada a Faixa 1,5 (renda familiar de *até* R\$2.350, com financiamento de unidades entre R\$70mil e R\$135mil a depender do município), contratada a partir de outubro daquele ano, financiada também pelo FGTS, como as Faixas 2 e 3 – ampliando, portanto, a atuação do fundo no programa³¹⁴. Tal mudança foi fruto do ajuste fiscal promovido pelo governo Dilma Rousseff, restringindo as despesas do orçamento direto da união, retirando recursos, portanto, do FAR e do FDS, financiadores do Faixa 1³¹⁵. Há, portanto, cronologicamente, duas mudanças de fontes de recursos: primeiro do FNHIS para os fundos FAR e FDS e, depois, destes para o FGTS, com alteração substancial no subsídio (R\$11mil a R\$45mil, ou seja, até 30% do valor da unidade, ao invés dos 96% anteriores³¹⁶) e 30 anos para pagar, com 5% ao ano mais TR. Assim, o FGTS passa a ser utilizado como forma mais equilibrada de financiamento fazendo com que, no entanto, o subsídio diminua e seja mais difícil o acesso da população de 0 a 2 salários mínimos.

O esvaziamento do FNHIS representado aqui pela centralidade do FAR e do FDS não foi, no entanto, responsabilidade do PMCMV. Antes mesmo do programa, já havia esta diretriz de “fuga” do FNHIS justificada pela burocratização do processo licitatório e decisões mediadas pelo Conselho das Cidades. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), de 2007, já foi desenhado fora do sistema com pretensão de agilidade. Inclusive é contra este processo de descolamento do FNHIS que a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) faz um documento dirigido ao então Presidente Lula em dezembro de 2006 onde defende o caráter deliberativo do Conselho das Cidades e a centralização da política de habitação no FNHIS, o que evitaria “pacotes unilaterais”, como o que realmente veio a ser o PMCMV em 2009 (Cf. RODRIGUES: 2013).

O FGTS, nas fases 1 e 2 do programa, foi direcionado para atender às Faixas 2 e 3, subsidiadas indiretamente através de uma taxa de juros extremamente baixa (5% ao ano para Faixa 2 e 6% a.a. para Faixa 3) - não sendo possível, portanto, aferir exatamente qual é o seu montante. O SBPE está fora do PMCMV, focalizando seu atendimento nas rendas mais altas, não atendidas pelo programa. Como as mudanças entre as faixas são muito bruscas (são patamares, não uma linha contínua) e relacionadas a subsídios e fundos totalmente díspares, também houve pressão dos movimentos populares para que, ao menos, a definição do Faixa 1 fosse o limite de três salários mínimos, e não os R\$1.600 que os representava em 2011 quando

³¹⁴ A nova Faixa 1,5 passou a usar aqueles rendimentos do FGTS para fornecer subsídio, porém muito menor do que o FAR e o FDS fazem na Faixa 1. Eles são de 15% a 33% dependendo do município.

³¹⁵ Até o final de 2017, não houve mais contratações no FDS (Entidades), apenas empreendimentos já selecionados anteriormente, e sua continuidade é praticamente descartada pelos agentes envolvidos. O governo Michel Temer, na figura do ministro das Cidades Bruno Araújo, revogou em maio de 2016 (praticamente uma das primeiras medidas do governo Temer depois de sua fase interina) a única portaria de contratação do FDS em vigor (assinada ainda por Dilma Rousseff), com 11.250 UHs. O FAR (Construtoras), no entanto, continuou ativo, porém com um número reduzido de unidades contratadas (cerca de 80mil em todo o país) e com pouca possibilidade de continuidade após o início da contratação da Faixa 1,5, no final de outubro de 2017. O Faixa 1, no PMCMV 3, teve o teto de renda familiar (RF) aumentado para R\$1.800 e alteração nas regras do financiamento: até R\$800, a parcela é de R\$80 (fixa), entre R\$800 e R\$1.200 ela é de 10% da RF, entre R\$1.200 e R\$1.800 passa a 25% da RF e, por fim, foi aberta a possibilidade de até 10% das famílias atendidas em empreendimentos desta modalidade terem RF entre R\$1.800 e R\$2.350, da qual pagarão 36% nas parcelas do PMCMV. É digno de nota que um dos critérios para se averiguar o déficit habitacional do país é o gasto excessivo com moradia, que não deve exceder 30% da RF. Desta maneira, o próprio programa público infringe tal indicativo, fazendo com que mesmo famílias atendidas sejam ainda consideradas dentro do déficit habitacional.

³¹⁶ A nova Faixa 1,5 passou a usar aqueles rendimentos do FGTS para fornecer subsídio, porém muito menor do que o FAR e o FDS fazem na Faixa 1.

da aprovação do PMCMV 2 (o que, em 2016, equivaleria a R\$2.640), pois tal limite é muito baixo para as regiões metropolitanas, fazendo com que famílias de 2 a 3 SMs já tenham que acessar o Faixa 2, fora do FDS e, portanto, fora da demanda de tais movimentos (como foi visto no Pinheirinho e na fala de sua liderança, no Capítulo 2.1).

Ao contrário desta mudança no Faixa 1 requerida pelos movimentos populares, foi a Faixa 1,5, no entanto, que ganhou preponderância nas negociações do PMCMV 3, pois já não existia mais (mesmo antes do *impeachment*) intenção de manter o esquema do Faixa 1 (nem seu subsídio, nem seus fundos), justificada publicamente pelo seu evidente desequilíbrio financeiro – será visto adiante que essa justificativa não é a única, além de encobrir a decisão política de extinguir o acesso às Entidades. O que houve de mudança do final do governo Dilma para a aprovação desta terceira fase, que já ocorreu sob gestão de Michel Temer, era que, anteriormente, pretendia-se manter a Faixa 1,5 *entre* R\$1.800 e R\$2.350, preservando a Faixa 1 e a categoria das Entidades (FDS). Na aprovação do programa no final de 2016, no entanto, a Faixa 1,5 perdeu seu caráter separado da Faixa 1, tornando-se um *continuum* de atendimento até seu teto, abrindo espaço para a provável extinção desta última (ver nota 315).

No aspecto do subsídio, elemento realmente inovador do programa, há uma grande dubiedade. É inquestionável a sua necessidade para o acesso à moradia para a baixa renda, fazendo com que a habitação possa ser entendida como serviço público, como era na época dos IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensão), durante as décadas de 1940 e 1950. No entanto, a diferença essencial das duas experiências é que a produção habitacional dos IAPs era exclusivamente para aluguel. O direito à moradia não significa diretamente direito à propriedade privada, ou ao menos não deveria. Há, portanto, uma grande distorção causada pelo PMCMV na Faixa 1, onde o direito à moradia se confunde com o direito à propriedade privada, fato que tem uma série de consequências derivadas da sua lógica rentista.

Tabela 4: Resumo do desenho financeiro do PMCMV (Fase 2: Total de UHs Contratadas: 1.601.220)

	Renda Familiar (RF)***	Teto do Financiamento*	Fonte	Forma de pagamento do financiamento	Subsídio	Porcentagem Contratação (UHs)
Faixa 1	0 a R\$1.600	R\$76.000	FAR	5% da RF mensal por 120 meses (10 anos), sem entrada, com valor mínimo da parcela de R\$25.	87% a 96%	41,1%**
Faixa 1 - Entidades			FDS			1,05%
Faixa 2	R\$1.600 a R\$3.275	R\$ 225.000	FGTS	Juros de 5% ao ano.	Cruzado	47,6%
Faixa 3	R\$3.275 a R\$5.000			Juros de 6% ao ano.		10,25%

Fonte: Resolução nº 194, de 12 de dezembro de 2012; Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011; Balanço do PMCMV2 apresentado no ConCidades em maio de 2013, disponibilizado pela CEF à pesquisadora. (*) O teto do financiamento depende do tipo de município, este é o valor para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. (**) Este valor inclui as unidades habitacionais rurais, que representam 4% do número total de UHs contratadas (maior do que a modalidade Entidades). (***) Os tetos de renda familiar foram sendo mudados ao longo do PMCMV-2, estando no seu final em: Faixa 1: R\$1.800; Faixa 2: R\$3.600; Faixa 3: R\$6.500.

Tabela 5: Resumo do desenho financeiro do PMCMV (Fase 3: Meta de Contratação de UHs: 610mil)

	Renda Familiar (RF)	Teto do Financiamento*	Fonte	Forma de pagamento do financiamento	Subsídio	Porcentagem atendimento
Faixa 1	0 a R\$800	R\$96.000	FAR	Parcela mensal de R\$80 em 120 meses	90%	16,4%
	Até R\$1.200			Parcela mensal de 10% da RF em 120 meses	85% a 90%	
	Até R\$1.800			Parcela mensal de 25% da RF em 120 meses	43,75% a 62,5%	
Faixa 1 - Entidades	0 a R\$1.800		FDS	Idem Faixa 1	Idem F1	11,5%***
Faixa 1,5	Até R\$2.600	R\$135.000	FGTS	Juros de 5% ao ano	15% a 33%	9,8%
Faixa 2	Até R\$2.600	R\$ 240.000**	FGTS	Juros de 5,5% ao ano	Cruzado	62,3%
	Até R\$ 3.000			Juros de 6% ao ano		
	Até R\$ 4.000			Juros de 7% ao ano		
Faixa 3	Até R\$7.000		FGTS	Juros de 8,16% ao ano	Cruzado	
	Até R\$9.000			Juros de 9,16% ao ano		

Fonte: Instrução Normativa nº 14, de 22 de março de 2017; Portaria nº 267, de 22 de março de 2017; Comunicado da CEF (07 de fevereiro de 2017) “Minha Casa Minha Vida 2017: Entenda o que muda no programa”, disponível em: < <http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4550> > acessado em 13 de fevereiro de 2018. (*) O teto do financiamento depende do tipo de município, este é o valor para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. (**) Nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília o teto é de R\$300mil para a RF acima de R\$7.000. (***) Esta porcentagem será dividida pela metade com as UHs Rurais. Vale lembrar que, até a conclusão desta tese (março de 2018), não haviam sido ainda liberados os recursos para a modalidade Entidades no PMCMV-3.

Segundo Raquel Rolnik (ROLNIK: 2015), uma das principais diretrizes urbanas do Banco Mundial (BM) e dos economistas neoliberais ligados a estas políticas (principalmente Hernando de Soto³¹⁷) é a de investir na regulamentação da propriedade da terra (“segurança da posse”³¹⁸) nos países subdesenvolvidos, com foco no crescimento econômico. A autora cita Klaus Deininger, especialista em política fundiária do BM:

“Direitos de propriedade afetam o crescimento econômico de várias maneiras. Em primeiro lugar, direitos de propriedade assegurados vão aumentar os incentivos de investimento por parte de famílias e indivíduos e, na maioria das vezes, também vão criar melhores condições de acesso ao crédito, o que não só vai viabilizar investimentos, mas também propiciar um seguro substituto em caso de choques [...]. Direitos de propriedade fundiária bem definidos e assegurados são elementos-chave para assegurar a propriedade de

³¹⁷ “De acordo com De Soto, os pobres possuem ativos, porém os utilizam de forma ‘defeituosa’, transformando-os em ‘capital morto’. O que De Soto quer dizer com isso é que, sem títulos formais de propriedade, seus ativos não podem ser utilizados como garantia de empréstimos destinados a investir em negócios. Ao titular suas terras, os pobres poderão ‘despertar’ esse capital morto e, assim, ter acesso ao capital para melhorar suas casas, criar empregos e, portanto, sair da pobreza” (ROLNIK: 2015, 200).

³¹⁸ O tema da segurança da posse será analisado sob outro ponto de vista no Capítulo 2.3, mas é importante já reter um primeiro significado, ligado à lógica do capital portador de juros.

ativos das famílias, para o desenvolvimento produtivo e para o funcionamento do mercado produtivo. Se os direitos de propriedade forem mal definidos ou não puderem ser garantidos a um baixo custo, indivíduos e empreendedores vão ser obrigados a gastar recursos valiosos para defender sua terra, desviando, assim, os esforços de outros propósitos, como os investimentos. A posse segura da terra também facilita a transferência da terra a um baixo custo por meio do aluguel e da venda, melhorando a alocação da terra ao mesmo tempo que apoia o desenvolvimento dos mercados financeiros. Sem direitos assegurados, os proprietários de terra ficam menos propensos a alugá-las, o que pode impedir sua capacidade e disposição de se envolver no trabalho não agrícola ou na migração rural-urbana” (Deininger In: ROLNIK: 2015, 198-199. Grifos acrescidos).

Economicamente esta distorção da propriedade privada da moradia como direito é importante. Luciana Royer, na sua tese de doutorado apresentada em 2009, pouco antes do lançamento do PMCMV, analisa o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) e a defesa ideológica do mercado em torno do mesmo como instrumento mais eficiente para o financiamento imobiliário do que o SFH. Na prática, significa a pretensa substituição de um sistema com controle público e social para um mecanismo de captação livre de recursos no mercado financeiro. O SFI foi regulamentado em 1997, mas melhorias institucionais que permitiram uma maior segurança jurídica para o sistema ocorreram apenas em 2005, quando ele passa a ser realmente efetivado. Ele pode ser entendido como um marco institucional e regulatório que implementa novos instrumentos financeiros que fazem a ponte direta entre o mercado imobiliário e o de capitais³¹⁹.

Interessa aqui um ponto central na hipótese de Royer: segundo a pesquisadora, o SFI não *origina* recursos para o mercado imobiliário, apenas *reproduz de forma fictícia* os ativos do mesmo. Desta maneira, necessita de um *gerador de recursos baratos* – papel que seria, na prática, do SFH. É possível entender o subsídio – voltando ao tema – da mesma maneira: a entrada no mercado de ativos baratos e, no caso, seguros. O subsídio associado à propriedade privada tem a característica econômica de gerar mercado, na medida em que insere na reprodução de capitais ativos antes inexistentes ou inseguros. Desta forma, o Estado tem papel econômico fundamental, não apenas como marco institucional e regulatório, ou dando segurança jurídica ao processo (papeis importantes e exercidos pelo PMCMV), mas também como *agente originador de ativos*, aquele que permite a *existência do mercado*. Segundo Royer:

“(...) de acordo com o Banco Mundial, era preciso que os governos garantissem condições para o surgimento dos mercados primários e secundários de hipoteca e que incluíssem o financiamento habitacional no processo de liberalização dos mercados financeiros. (...) A intervenção estatal, dizia o Banco, deveria se limitar ao patrocínio de instituições, ao fornecimento de garantias para os títulos emitidos por agentes privados, à promoção da liquidez por meio de compras governamentais e à concessão de incentivos à emissão de títulos hipotecários (especialmente com a desoneração tributária).” (ROYER: 2009, 141)

As “compras governamentais” associadas ao “mercado primário” são exatamente o conjunto subsídio associado à propriedade privada do PMCMV – ou o que Deininger, acima,

³¹⁹ O principal deles, o Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), é um instrumento de securitização de ativos imobiliários que permite que a dívida gerada por uma transação imobiliária possa ser transformada em título financeiro e negociada no mercado de capitais. Outros instrumentos criados foram as Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI). Para maiores detalhes ver ROYER: 2009.

chamava de *garantia do direito de propriedade a baixo custo*. Assim, começa-se a entender o significado da lógica do PMCMV no que tange à sua forma de atendimento ao déficit habitacional, centrada apenas na construção de novas unidades habitacionais destinadas à propriedade privada com alto subsídio. Mas a geração de uma massa considerável de novas propriedades (e proprietários) necessita de uma base material no caso do urbano, que só se efetiva por meio da construção civil necessariamente modificada para atender às novas necessidades do capital, combinada à ativação de outra dinâmica no mercado de terras.

A subsunção da esfera produtiva pelo PMCMV

A dimensão do urbano envolve certa unidade do processo social por articular suas determinações mais gerais e mais concretas por meio da cristalização de determinada historicidade no espaço. Nesse sentido, é um campo privilegiado de análise no qual é possível articular os acima descritos desenhos institucional e financeiro de uma política pública à esfera da produção e sua dimensão social. Faz-se necessário, portanto, entender quais foram as rearticulações engendradas na esfera produtiva por um programa que condensou, de maneira paradigmática em relação a outros setores sociais, uma reforma estatal de grande vulto colocada em andamento pelo Estado Democrático Popular. A hipótese aqui é a de que há todo um amoldamento desta esfera para dar resposta a outras necessidades do capital na sua atual fase de desenvolvimento, ligada à acumulação fictícia.

Ruy Braga (2012) discorre a respeito desta questão de maneira mais geral, mostrando a transformação do processo produtivo a partir da necessidade do capital financeiro – em consonância com o argumento de Leda Paulani da configuração do papel do país de plataforma de valorização financeira internacional (ver Capítulo 1.3). Segundo o autor, o neoliberalismo foi responsável pela difusão, no Brasil, do que ele chamou de “empresa neoliberal em rede com dominância financeira”, nas quais não há apenas transformações associadas ao uso de tecnologias, mas principalmente ao uso de “mecanismos financeirizados de controle de excedente, tais como a governança corporativa e a maximização do ‘valor acionarial’” (Op. Cit., 184). Assim,

“Na empresa neoliberal brasileira, o trabalho transformou-se no principal instrumento do ajuste anticíclico e anti-inflacionário da rentabilidade dos ativos. Os trabalhadores foram subsumidos a um regime de acumulação mundializado organizado em torno da dominância dos mercados financeiros, ou seja, investidores institucionais e acionistas que se apropriam de rendas salariais e financeiras cada dia mais voláteis devido à instabilidade do crescimento econômico” (BRAGA: 2012, 186. Grifo acrescido).

Continuando:

“Consequentemente, o estatuto do trabalho foi modificado: as novas práticas verificadas no mercado de trabalho encontram-se na origem da emergência de um estatuto fragmentado do trabalho, devido em grande parte à procura por flexibilidade pelas empresas. As duas principais características deste estatuto renovado são: contratos com duração determinada e emprego por conta própria. Assim, os principais objetivos da reestruturação capitalista na década de 1990, isto é, a adaptabilidade à demanda e a racionalização dos processos produtivos por meio da mobilização permanente da força de trabalho, foram

alcançados à custa do desmanche das formas tradicionais de solidariedade fordista e da crise do militância de base” (BRAGA: 2012, 187. Grifos acrescidos).

No campo da produção do urbano, a construção civil articula uma enorme cadeia de agentes e processos cuja inércia é alta em relação a transformações, que são raras e improváveis, como Sérgio Ferro avaliava no final da década de 1960. Como adequar tal setor às novas demandas da “empresa neoliberal em rede com dominância financeira”? O ponto nodal desta necessária transformação, como adianta Braga, é o “desmanche das formas tradicionais de solidariedade fordista” que, no setor, são tecidas por meio da manufatura e do maior domínio relativo dos processos de trabalho pelos trabalhadores, em relação a outros setores nos quais o capital fixo tem grande predominância sobre o variável, determinando-o qualitativamente. Sérgio Ferro, em curso ministrado em 2004 na FAU-USP (transcrito em CONTIER: 2010), discorre sobre sua hipótese acerca da dinâmica da história da arquitetura: as transformações dos estilos não podem ser justificadas apenas do ponto de vista cultural, mas devem ser entendidas também como necessidades de transformações produtivas que respondem a novas formas de dominação social³²⁰. Acompanhando este ponto de vista, é necessário compreender a maneira específica de adequação das formas de dominação do trabalho no canteiro para uma reestruturação produtiva que dê resposta à nova necessidade do capital no urbano.

Esta maneira específica precisa passar, no Brasil, pelas relações entre capital e Estado. O PMCMV é fruto de uma articulação destas forças sociais que produz uma determinação de mudança no setor produtivo vinda de cima, realizada pelos representantes de classe no poder, aqueles que desenham o novo modo de produção ao qual devem se adequar os capitalistas individuais, cujo atrito, como Ferro descreveu acima, “não ultrapassará, seguramente, a região das disputas cordiais. Afinal, eles se entendem” (FERRO: 2006a [1972], 101). O instrumento específico criado para tal adequação forçada foi a figura do *repassé*. O repasse não é uma criação do PMCMV, mas sim fruto da lógica bancária sintetizada na Caixa Econômica Federal como gestora do FGTS e que, portanto, já era usado em programas anteriores da gestão Lula, porém de outra maneira (principalmente em outra escala).

Seu mecanismo faz com que o poder público, via PMCMV, repasse para a iniciativa privada recursos *pré-fixados* para a construção dos empreendimentos. Todo o esquema público de produção habitacional desde o BNH seguia outra lógica: o poder público planejava a localização dos empreendimentos e os projetava, indicando *qualitativamente* sua necessidade. A partir daí, o processo licitatório para a construção organizava uma relação entre os capitalistas individuais que era de acordo mútuo em relação ao modo de produção médio daquela mercadoria imobiliária: estabelecidas socialmente as técnicas (manufatureiras e de baixos salários), a concorrência não funcionava para baixar significativamente o preço da

³²⁰ Dentro desta hipótese, o arquiteto fala da passagem do gótico para o classicismo como maneira de uma nova elite comercial e bancária dominar um canteiro antes autogerido pelos trabalhadores, por meio da inserção do desenho separado do chão da obra, um instrumento técnico cuja linguagem cultural, descolada da realidade das classes trabalhadoras, se transformava numa ordem de serviço, instituindo hierarquia e dominação antes inexistentes. Da mesma maneira, o uso do concreto aparente pelo alto modernismo aparece para Ferro como outro momento de necessidade de coerção do canteiro de obras, cujos trabalhadores formados na alvenaria foram confrontados com uma técnica baseada no controle abstrato de cálculo, cujo instrumental é detido pelos profissionais responsáveis pela adequação do produto final ao seu caráter de mercadoria (arquitetos e engenheiros). Ver CONTIER: 2010.

mercadoria, mas sim para manter tal padrão produtivo cujos altos lucros precisavam ser garantidos e não tinham riscos de não acontecerem por conta da lógica dos baixos salários. Assim, estava na mão dos capitalistas individuais a equalização de um preço médio para a mercadoria imobiliária³²¹.

O repasse muda esta relação, pois não há mais licitação e, portanto, não há mais acordo tácito entre capitalistas individuais, transferindo as determinações produtivas para seus representantes de classe junto ao Estado. Na lógica estritamente bancária, o que está em jogo não é a qualidade da mercadoria produzida, mas a segurança da transação financeira. Nela, não faz sentido a alocação de recursos para uma quantidade de unidades habitacionais que não se sabe quanto vão custar – inclusive porque na lógica da licitação a empresa tinha direito a pedir aditamentos para a conclusão das obras, largamente utilizados no país com a justificativa da imprecisão do canteiro manufatureiro e da instabilidade da economia. A lógica licitatória conforma determinado jogo político entre Estado e capital, no qual valem os acordos individuais, o direcionamento de contratos, a criação de acordos empresariais e, por fim, o que se negocia é influência.

A reestruturação representada pelo Estado Democrático Popular insere a lógica da concorrência rentista no urbano, evitando, sempre que possível, os processos licitatórios, ligados à lógica da reprodução do capital industrial (no caso brasileiro, bem específica). Desarticula, desta maneira, os acordos individuais e os transforma em acordos de classe, que necessitam de representantes – a lógica “cidadã” levada ao extremo. Daí a necessidade de controle gerencial, que modifica as relações de produção para dar segurança e objetividade à rentabilidade de outro tipo de capital. Será visto no Capítulo 2.3 as estreitas relações entre a lógica do capital portador de juros e a reestruturação estatal, cuja esfera jurídica ganha predominância sobre as outras. No momento, vale ressaltar que as relações de poder mudam de figura: as determinações da produção – e, portanto, o nível de rentabilidade – passam para a mão dos representantes de classe dentro do Estado, tornando este um centro gerencial do capital e da luta de classes, onde decisões são tratadas como mercadorias valiosas. Esta configuração dá pistas sobre a mudança da lógica da corrupção realizada pelo Estado Democrático Popular pois, se antes ela era uma porcentagem do preço da mercadoria transacionada, agora trata-se de dar preço ao que “não tem valor”, pois tratam-se de decisões políticas de gerenciamento do capital: afinal, quanto *vale* uma medida provisória?

Retomando a questão do *repasse* e sua lógica. Com a determinação pré-fixada do preço final da mercadoria produzida e suas determinações técnicas mínimas, há outra dinâmica acionada: os capitalistas individuais só conseguirão ter rendimentos a partir da transformação técnica do processo produtivo, aumentando a diferença entre o preço de produção e o preço de mercado (definido “artificialmente” pelo Estado e não mais pelos acordos internos entre capitalistas individuais). Sua lógica muda completamente: se antes se preocupavam em aumentar o trabalho a ser remunerado, agora precisam economizá-lo. Vê-se

³²¹ Em entrevista para a pesquisadora em março de 2010, Luiz Henrique Ceotto, Diretor de Design Construction da Incorporadora Tishman Speyer, dizia que a construção civil do país não se industrializaria se o preço da mão-de-obra permanecesse baixo: “A partir do momento que nós começarmos a crescer, daqui a cinco anos, a mão de obra vai estar suficientemente cara – e não é mais semi-escrava como nós temos hoje... hoje nós temos uma mão de obra semi-escrava!”.

que é o Estado, num acordo interclassista, que determina o acionamento de uma dinâmica concorrencial antes inexistente.

Mais do que isso, não há risco na produção para a Faixa 1 do PMCMV, pois a demanda é escolhida e subsidiada pelo poder público. Por outro lado, não há possibilidade de aditamento ou correção monetária nos valores repassados. Esta pré-fixação dos valores é um importante elemento de análise, pois *não está vinculada diretamente ao custo real* do empreendimento – situação que caracteriza a passagem da produção pública (que exige licitação) para a privada *sem riscos* (do ponto de vista do capitalista, situação melhor do que a privatização), *desde que haja extremo controle da produção*.

José Eduardo Baravelli, em sua tese de doutorado (BARAVELLI: 2014), analisa este novo patamar histórico da produção habitacional dentro do PMCMV. A hipótese do pesquisador é a de que o programa, por suas características institucionais, implementou um forte incentivo à industrialização da construção civil, principalmente no que concerne à gestão de qualidade da produção. Além disso, há uma necessidade econômica das empresas em se adaptarem a este novo mercado, baseado em escala de produção e garantido via repasse estatal. Embora não exista risco na venda das unidades, ele existe no desafio de ter retorno dentro dos limites estreitos dos valores da Faixa 1 (considerando o ponto de vista do mercado, acostumado com a média e alta rendas). Neste sentido, há uma necessidade de aumentar a produtividade para reduzir custos e tempo de obra, o que gera uma grande transformação interna dos canteiros de obras: mais maquinário, ferramental e controle do capital sobre a produção.

Assim, para Baravelli, as transformações nos canteiros de obras do PMCMV não se dão apenas na face do aumento da composição orgânica de capital, mas principalmente através dos controles de gestão e do dispositivo da “subempreitada”, a generalização da terceirização e da precariedade do trabalho com alta rotatividade. Ele definiu este sistema de “laboratório da baixa renda” – termo que apareceu em uma das suas entrevistas a representantes das empresas em canteiro de obra. Segundo tal representante, o PMCMV Faixa 1 (via FAR) dá oportunidade para as empreiteiras de *testarem e aperfeiçoarem* sistemas novos de industrialização baseados na gestão de qualidade na medida em que afasta os riscos da operação e requer quantidade e rapidez – que depois são levados às faixas de renda mais altas. Afinal “para que tentar e ousar temerariamente”? Segundo Luiz Henrique Ceotto³²², em entrevista a autora em março de 2010:

“Se nós nos aproximarmos daquilo que é feito nos EUA e na Europa, que é uma construção mais industrializada – aliás, nós precisamos fazer isso – então nós vamos ter que ter equipes especializadas fora das empresas e o modelo natural da construtora brasileira será o de gestar contratos. Ela nada mais é do que uma integradora. Serão empresas que vão ajudar a coordenar projetos, vão participar do desenvolvimento do design e vão ser integradores dos empreiteiros. Gerenciadores de empreiteiros”.

Beatriz Tone (2015) também descreve estas transformações nos canteiros do programa, baseadas principalmente no controle de processos e produtos, realizado através da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Segundo a autora,

³²² Diretor de Design Construction da Incorporadora Tishman Speyer no momento da entrevista.

“Trata-se de um mecanismo prescritivo, que funciona complementarmente ao Projeto, sendo também um meio para seu próprio aprimoramento. Como a prescrição retira decisões antes tomadas no canteiro, ela centraliza todo planejamento no escritório matriz de onde partem os comandos” (TONE: 2015, 84).

Como consequência, é revelada a mesma subsunção do trabalho também apontada por Baravelli e Braga:

“A própria elaboração do Plano de padronização dos processos e produtos, portanto, tem como base o conhecimento acumulado do trabalhador coletivo, centralizado por mestres de obras e engenheiros. Expropriado, tal conhecimento retorna como prescrição externa, devidamente normatizada, ditando a padronização de processos de trabalho. Ao adotar tal padronização permanentemente aperfeiçoada, um dos objetivos é homogeneizar o modo de execução nos diversos canteiros, escritórios e demais unidades de produção envolvidas, maximizando o ganho total a ser alcançado. Por conter mecanismos de aperfeiçoamento contínuo com a participação de todos os trabalhadores, configura-se como um mecanismo para captar, sintetizar e monopolizar os saberes do ‘trabalhador coletivo’ permanentemente.” (TONE: 2015, 85. Grifos acrescidos).

Neste sentido, pode-se aqui inferir que as necessidades das empresas de capital aberto são conformadas como diretriz estatal, aprofundando o que Marx denominou de fase “especificamente capitalista”. Segundo ele, tal fase seria caracterizada por formas de reprodução do capital baseadas principalmente na mais-valia relativa, ou seja, no incremento dos processos que permitem uma maior produtividade do capital (ver nota 145). Nela, o trabalho estaria cada vez mais subsumido de maneira *real* ao capital (não *formal*, como no caso do momento de prevalência da mais-valia absoluta), gerando, assim, um processo de proletarianização³²³ na construção civil.

Segundo Marx:

“O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital – isso é a produção de mais-valia absoluta. Ela constitui a base do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção de mais-valia relativa. Com esta, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e dos agrupamentos sociais. Ela supõe portanto um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital” (MARX: 1984 [1867], 106. Grifos acrescidos).

Costumeiramente associado a desenvolvimento econômico e “progresso”, tal processo corrói o saber e habilidades do trabalhador, que perde cada vez mais o controle do processo produtivo e o domínio sobre o produto de seu trabalho. Ele é cada vez mais uma

³²³ “Com a separação generalizada entre o trabalhador e o que ele produz, perde-se todo ponto de vista unitário sobre a atividade realizada, toda a comunicação pessoal direta entre os produtores. Seguindo o progresso da acumulação dos produtos separados, e da concentração do processo produtivo, a unidade e a comunicação tornam-se atributo exclusivo da direção do sistema. A vitória do sistema econômico da separação é a *proletarianização* do mundo.” (DEBORD: 1997, 22).

peça de engrenagem, no limite de ser substituída – pois depende de baixa qualificação técnica. Segundo Harvey,

“O processo de proletarização, por exemplo, envolve um conjunto de coerções e apropriação de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças pré-capitalistas da parte dos que são proletarizados. (...) Em alguns casos, as estruturas pré-existentes têm de ser violentamente reprimidas como incompatíveis com o trabalho sob o capitalismo (...). Em suma, a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais pré-existentes, bem como o confronto e a supressão” (HARVEY: 2004b, 122).

Assim, a lógica do financiamento por meio do repasse por unidade habitacional gerou toda uma nova produção do urbano – quantitativa e qualitativa –, cuja configuração espacial conforma um novo padrão de segregação, diverso de outros já realizados no país, com destaque para o BNH. A necessidade de responder à lógica do capital portador de juros induziu o PMCMV a uma produtividade cerca de 67% maior do que a do programa do período militar³²⁴, introduzindo efetivamente transformações qualitativas neste processo produtivo, com consequências sociais e políticas específicas.

Embora pareçam existir traços de “industrialização” (no sentido de uma alteração na composição orgânica do capital – ver nota 146) que aumentam a *produtividade* (ver nota 145) – hipótese defendida por Baravelli (2014) –, é necessário lembrar que se trata, ainda, de uma manufatura em país dependente. Deve-se ter um cuidado aqui: como visto no Capítulo 1.1, pelo fato de envolver vários trabalhos conectados, que podem, no limite, ser independentes, é possível a industrialização acontecer de maneiras diversas a depender das partes do processo, ainda que o conjunto permaneça uma manufatura. Mais ainda: é possível que uma maior composição orgânica de capital não signifique maior “produtividade”. O caso da construção do Pinheirinho dos Palmares visto no Capítulo 2.1 mostra – mais uma vez, de maneira paradigmática – desdobramentos destas questões, que agora serão aprofundadas. A mudança das construtoras durante as obras mostra a coerção do PMCMV junto à construção civil no sentido da mudança de tecnologia construtiva para dar conta do término da obra: a substituição da alvenaria estrutural pelo Concreto Auto Adensável (CAA) em fôrmas de alumínio, adotada não apenas ali, mas em grande parte das obras do Faixa 1 em todo o país.

Tal nova tecnologia se baseia na combinação de outras duas: as fôrmas de alumínio para construção de paredes autoportantes e o CAA. Fôrmas para construção de paredes, *in loco* ou pré-fabricadas, não são novidade no país. Sua tecnologia foi importada da Alemanha pela empresa Servicon, um setor da Quartzolit que se tornou uma empresa autônoma em 1969, realizando a importação inicialmente de lajes treliçadas. Em 1976, ela se funde com a alemã Hünnebeck, transformando-se em SH (Servicon-Hünnebeck), e traz para o Brasil em 1987 a primeira fôrma para painéis portantes, denominada Tekko, um sistema simples de estrutura em perfis metálicos associado a placas de compensado plastificado. A empresa, sempre importando desde então várias novas soluções em fôrmas que passaram a ser incorporadas à indústria nacional, lança em 2009 a primeira fôrma em alumínio no país,

³²⁴ O BNH produziu cerca de 195mil unidades habitacionais por ano, enquanto o PMCMV, nas duas primeiras fases, fez cerca de 325mil ao ano.

denominada Lumiform³²⁵, que pode ser utilizada com vários tipos de concreto. Tal tecnologia permite a concretagem contínua das paredes e lajes, sem emendas, o que deu impulso para a produção de casas populares em larga escala, *no mesmo ano de lançamento do PMCMV*. A partir de 2015, a SH começou a se internacionalizar na América Latina: Colômbia e Paraguai³²⁶. Hoje não é apenas ela que produz estas fôrmas, mas foi a que importou a tecnologia. Segundo seu site:

“Amplamente utilizado para erradicar o déficit habitacional na América Latina, o sistema de paredes de concreto permite a construção de uma casa de 36 metros quadrados em apenas quatro dias, com acabamento do concreto perfeito e utilização de pouquíssima mão-de-obra, já que substitui blocos de alvenaria e elimina etapas de chapisco e reboco, reduzindo custos e prazos da obra, com até 85% de ganho na produtividade”
(<<http://www.sh.com.br/blog/2014/lumiform-sh-no-painel-tecnologia-sustentavel-da-construir-ne/>> (acessado em 09 de dezembro de 2017) Grifo acrescido).

Esta tecnologia, embora possa utilizar vários tipos de concreto em diversos tipos de edificação, no caso de casas sua aplicação faz sentido apenas com o CAA, pois nelas é exigida uma pequena espessura de paredes, nas quais passam estruturas de ferro e redes de eletricidade, água e esgoto; ou seja, um conjunto que necessita de um concreto super fluido para preencher os vazios. O CAA é uma tecnologia desenvolvida inicialmente no Japão no final da década de 1980, sendo amplamente utilizada naquele país apenas na década de 1990 (ao final desta década ela foi utilizada na ponte de maior vão do mundo). Sua característica principal é a grande fluidez do concreto (conseguida à base de aditivos), que permite uma concretagem sem uso de vibradores, autonivelante e que envolve bem tramas de aço e redes internas às paredes, lajes e estruturas diversas sem a presença de falhas (bolhas popularmente chamadas de “bicheiras”). Ele foi introduzido no Brasil em meados dos anos 2000, com utilização principalmente em lajes (de estrutura convencional), ainda a título de experimentação, mas passou a ser utilizado de fato após 2010 (Cf. BARAVELLI: 2014), quando o custo de seu principal componente, um aditivo superplastificante antes importado, diminuiu graças à instalação de uma fábrica da BASF, seu produtor, em Guaratinguetá – SP (primeira da América Latina). A BASF é uma multinacional líder de produtos químicos para construção civil no mundo³²⁷.

Embora tais aditivos (em especial o superplastificante à base de Policarboxilato que, embora hoje produzido no Brasil, tem tecnologia importada) e as fôrmas metálicas sejam caros, a dupla tecnologia oferece vantagens em relação à construção tradicional *se realizada em larga escala* (fator que reduz o custo das fôrmas, de alta reutilização) e se estiver determinada por outros fatores de produção, principalmente *necessidade de produtividade*.

³²⁵ “Além de duráveis e leves, os painéis não possuem rebites, emendas ou marcas na face que faz contato com o concreto, o que garante um acabamento perfeito. Os painéis apresentam furações apenas nas laterais, onde é encaixado o espaçador que, além de espaçar as formas, suporta as cargas atuantes do empuxo. Pode ser aplicado nos mais variados tipos de projetos, como construção de casas, sobrados e edifícios, com qualidade e ganhos significativos de produtividade (85%)”. Fonte: < <http://sh.com.br/formas-para-concreto/formas-para-concreto-lumiform-sh/>> (acessado em 09 de dezembro de 2017).

³²⁶ Todas estas informações no site da empresa: < <http://sh.com.br/quem-somos/>> (acessado em 09 de dezembro de 2017).

³²⁷ A BASF tem desenvolvimento próprio de tecnologia, baseado em centros de pesquisa em Trostberg, Augsburg, Sinzheim, Schaffhausen/Oldenburg (Alemanha), Kaisten (Suíça), Xangai (China), Beachwood (EUA), Shakopee (EUA), Treviso (Itália), Redditch (Inglaterra), Dubai (EAU). Fonte: <https://www.master-builders-solutions.basf.com.br/pt-br/sobre-n%C3%B3s/pesquisa-e-desenvolvimento> (acessado em 08 de dezembro de 2017).

Tal custo é compensado principalmente na eliminação do uso de energia durante a concretagem (pois não necessita de vibradores, o que também elimina o ruído, possibilitando obras no período noturno) e no melhor aproveitamento da mão-de-obra: além de retirar a parte dos trabalhadores antes responsáveis pela vibração e nivelamento, aqueles que realizam o serviço de preenchimento das fôrmas têm seu trabalho intensificado, pois fazem em menor tempo a concretagem do metro cúbico de concreto que, além de maior fluidez, é usinado e bombeado. Assim, não há mudança qualitativa expressiva no trabalho de concretagem (preenchimento de fôrmas), mas em vários serviços no seu entorno imediato (a vibração e, principalmente, o uso das fôrmas metálicas, que retiram a alvenaria). Segundo Wellington L. Repette, engenheiro civil, professor-doutor Departamento de Engenharia Civil da UFSC:

“O CAA apresenta muitas vantagens se comparado ao concreto convencional e pode ser aplicado na construção de estruturas de concreto armado sem que sejam necessárias alterações significativas nas fôrmas³²⁸, nos equipamentos de transporte, no lançamento ou nos métodos de cura. Em muitos aspectos, o CAA é um ‘concreto tradicional’” (Fonte: <<http://techne17.pini.com.br/engenharia-civil/135/artigo285721-1.aspx>> (acessado em 09 de dezembro de 2017) Grifos acrescidos).

Na pesquisa do tema, pareceu bastante controversa a efetiva diminuição do custo final da unidade habitacional com a dupla tecnologia, sendo apresentados inúmeros estudos que demonstram sua quase equivalência neste quesito, pouco a mais ou a menos, no qual interfere diretamente o controle de dosagem, as características técnicas necessárias caso a caso, etc. A chave de compreensão deste fato parece estar, portanto, nas características das relações de trabalho no Brasil combinadas com a técnica em si, formando um par dialético. A pesquisadora Karoline Alves de Melo, também da UFSC³²⁹, diz que o CAA foi desenvolvido no Japão por diversos fatores também humanos:

“Além disso, havia escassez de mão-de-obra qualificada, fazendo com que houvesse uma redução na qualidade das estruturas de concreto. O CAA foi desenvolvido, então, para garantir a execução de estruturas de concreto duráveis, incorporando qualidade ao processo de construção” (MELO: 2005, 20).

Na prática, isso significa um avanço da subsunção *real* do trabalho ao capital, como visto acima, na medida em que a técnica é modificada para incorporar, nela mesma (como coisa, objeto), o controle do processo produtivo e retirá-lo do trabalhador. Mas não consegue fazer isso totalmente, e esse fato é importante para se pensar a especificidade desta técnica no Brasil. Pois, embora haja de fato mais controle dos materiais (menos desperdício e maior exatidão dos quantitativos) e qualidade final da mercadoria, o *trabalho* de concretagem, qualitativamente falando, permanece inalterado, sob controle do operário da manufatura. Percebe-se aí uma primeira idiosincrasia.

Outra que merece destaque é que, por conta desta característica associada à forma de organização das relações de trabalho na construção civil hegemônicas no país, os fatores de redução de custos de mão-de-obra não aparecem nem para a construtora, nem para o programa público de financiamento. De acordo com Baravelli (2014), Tone (2010, 2015) e

³²⁸ Como visto, o CAA pode ser aplicado com fôrmas tradicionais. No caso da produção de habitação popular, no entanto, é que seu uso combinado com as fôrmas metálicas é fundamental.

³²⁹ A maior parte da bibliografia acadêmica e técnica brasileira a respeito do CAA é de Santa Catarina e de Goiás, locais onde a tecnologia foi testada inicialmente no país.

Shimbo (2012), as construtoras são, em realidade, gerenciadoras de subempreiteiras, responsáveis pelos serviços parciais da manufatura. Uma forma de produção adaptada à estrutura manufatureira local – cuja manutenção ao longo da história se dá pelos fatores já apresentados por Sérgio Ferro, que se baseiam basicamente no baixo custo de reprodução do trabalho no país (ver Capítulo 1.2 e 1.3). Por conta disso, é interposta uma barreira entre as subempreiteiras e a construtora, devido ao fato de que a qualidade do trabalho de concretagem não se altera tecnicamente:

“Para o engenheiro Paulo Helene, vice-presidente do Ibracon (Instituto Brasileiro do Concreto) e um dos participantes do painel ‘Temas Controversos – Concretos de alto desempenho e autoadensável: desafios para sua maior utilização no Brasil’, um grande entrave para a disseminação da tecnologia no país é o fato da maioria das construtoras se colocarem na posição de gerenciadoras de serviços de terceiros. ‘Os terceiros cobram por metro cúbico de concreto. Tanto faz se esse metro cúbico requer quatro peões ou apenas um peão para lançar o concreto. Então, como o metro cúbico do concreto autoadensável (produto na Concreteira) custa mais caro, fica uma aparente e errônea primeira impressão de que não há vantagem econômica e que as vantagens seriam somente técnicas’, avalia. Nos países industrializados a vantagem do produto descartar a necessidade de operários para espalhar e vibrar o concreto, é de fato compensatória e por isso a sua utilização em maior escala.”
(Fonte: <<http://www.cimentoitambe.com.br/o-uso-do-concreto-autoadensavel-no-brasil/>> (acessado em 09 de dezembro de 2017)).

A fala do engenheiro acima, realizada em 2009, indica talvez o impasse mais sério para a adoção da tecnologia até aquele momento: a impossibilidade de investimento em inovações produtivas por conta de uma estrutura de relações de trabalho própria ao país. Para além dos baixos salários, que Sérgio Ferro sinalizava no final da década de 1960, outro impeditivo de avanço da composição orgânica do capital é a forma como a força de trabalho é agenciada (pela subempreitada própria à forma manufatura) – ironicamente, uma relação trabalhista “flexível” e “moderna”, a terceirização. Hoje, a dupla tecnologia conta com a excepcionalidade da regra de ouro da subempreitada: a contratação direta dos trabalhadores que montam as fôrmas e despejam o CAA. No entanto, a precariedade da contratação é marcante: com demissões médias de 5 a 6 meses, os trabalhadores recebem um fixo simbólico e a maior parte do salário é “por produtividade”, ou seja, por casa concretada (o que faz com que os ganhos na redução do custo de mão-de-obra consigam ser relevantes para a construtora).

Desta maneira, a adoção de tecnologia só se torna uma solução viável para o capital da construção civil se *outros fatores o constrangerem a isso* – no caso, a mudança de predominância na reprodução do capital para formas mais fictícias, conduzidas no urbano por meio do PMCMV. Antes do programa, em 2008, a fala do engenheiro Wellington L. Repette (professor-doutor do Departamento de Engenharia Civil da UFSC) demonstra que a especificidade da construção civil no Brasil *permanecia funcionando como Sérgio Ferro a descreveu no final da década de 1960*:

“Pelo fato dos salários pagos no Brasil não serem expressivos, a redução no consumo de mão-de-obra, por si só, não justificaria a adoção do CAA como substituto do concreto convencional em todas as aplicações. Nesse caso, a disseminação do uso do CAA será maior quando outros aspectos forem considerados, técnica e economicamente” (Fonte: <<http://techne17.pini.com.br/engenharia-civil/135/artigo285721-1.aspx>> (acessado em 09 de dezembro de 2017), grifos acrescentados).

As fôrmas de alumínio parecem ser efetivamente uma alteração clássica de mudança de processo produtivo, onde a alteração da composição técnica do capital (ver nota 146) se reverte em alteração da composição valor (relação entre os *preços* de capital variável e constante). *No entanto*, o preço final da mercadoria produzida, ao se considerar apenas a técnica, seria *maior*, pois o investimento na fôrma não compensa a economia em mão-de-obra, que é barata (como já alertava Sérgio Ferro). Assim, só vale a pena com os seguintes condicionantes: escala de produção com possibilidade de grande reutilização das fôrmas, fazendo seu valor ser distribuído nas mercadorias individuais – numa função mais de capital fixo do que circulante³³⁰, ou melhor, um capital fixo, equipamento, próprio da manufatura. Por isso só com o advento das fôrmas de alumínio foi possível substituir a alvenaria tradicional: só ela tem características que a transformam em capital fixo, e não circulante (como as fôrmas de compensado plastificado), por ser adaptada à larga escala. Assim, no processo produtivo que utiliza as fôrmas metálicas há alteração na composição técnica (mudança de técnica produtiva), porém *não há alteração na composição valor* (não mudando, portanto, a composição orgânica), porque o capital constante permanece próximo ao anterior ao diluir a fôrma em capital fixo. Ainda assim, isso poderia garantir um ganho de produtividade *se diminuísse o valor final das mercadorias*, mas não é o que acontece (ao menos de maneira relevante).

No caso do CAA, há grande alteração na composição técnica *das paredes* (antes feitas em alvenaria, com um pedreiro e seu ajudante), mas utilizando um serviço que já existia em outra etapa de obra, as lajes (portanto não há criação de um novo tipo de trabalhador, como o montador de fôrmas). Diferentemente do processo das fôrmas, no uso de CAA também há alteração na composição valor, pois ele é capital circulante (concreto de alta tecnologia substitui tijolos cerâmicos). Na combinação dos dois, portanto, percebe-se que as alterações de composição técnica refletem um aumento da composição valor *por causa do CAA*, a parte circulante do capital constante, e não a fixa, típica da indústria, representada pela maquinaria. Assim, o resultado é um maior número de unidades num mesmo tempo, mas *não uma maior produtividade*. Isso significa uma maior *intensidade* de produção, pois o valor final da mercadoria permanece muito próximo do anterior³³¹. Há, portanto, incremento maior de mais-valia na sua forma *absoluta* (em relação à relativa), por meio da *diminuição do tempo de rotação do capital* e não, como no processo clássico de avanço das forças produtivas, um incremento de mais-valia relativa por meio do aumento da composição orgânica do capital.

Vale por fim lembrar que foi justamente nos serviços de concretagem que o núcleo central da Cooperativa Treme-Treme se estruturou na obra da Comuna Urbana Dom Hélder

³³⁰ O Capital constante (parte do valor final da mercadoria representada pelos seus insumos de produção) é dividido em capital fixo: máquinas, equipamentos e instalações; e capital circulante: matérias primas. O primeiro tem seu valor dividido nas mercadorias produzidas, enquanto o segundo passa a integralidade de seu valor para ela. (C.f. MARX, principalmente Capítulo VIII do Tomo II do Capital).

³³¹ “Intensidade crescente do trabalho supõe dispêndio ampliado de trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensiva corporifica-se, portanto, em mais produtos do que a menos intensiva, com igual número de horas. Com força produtiva aumentada, em verdade a mesma jornada de trabalho fornece, também, mais produtos. No último caso, porém, cai o valor do produto unitário, porque custa menos trabalho que antes; no primeiro caso ele permanece inalterado porque o produto, depois como antes, custa a mesma quantidade de trabalho. *O número de produtos, aqui, aumenta sem cair seu preço*. Com seu número cresce a soma de seus preços, enquanto lá a mesma soma de valor representa-se numa massa de produtos apenas aumentada” (MARX: 1984 [1967], 116-117. Capítulo XV, Livro I Tomo II. Grifos acrescidos).

Câmara (Capítulo 1.1). Com todas estas mudanças de técnica construtiva promovidas pelo capital, os trabalhadores que permaneceram em obra foram aqueles responsáveis pela concretagem, e não os bloqueiros (que eram figura disputada no início no PMCMV, em que tal técnica se disseminou) ou os ajudantes (que foram também em boa parte retirados do canteiro pelos montadores e pelo CAA). Fica, portanto, novamente a camada média de trabalhadores da obra, aquela que articula todas as suas frentes. No entanto, há uma mudança fundamental, de caráter político: se na Cooperativa TT o fato das concretagens serem pontuais era o que lhes permitia se dedicar às tarefas de gestão, essa situação muda com o preenchimento de fôrmas com CAA. A intensificação do trabalho descrita acima significa, na prática, para o trabalhador, o domínio total de seu tempo pelo trabalho produtivo. Embora ele ainda domine a técnica (como visto acima, a concretagem em CAA não é muito diferente da realizada com concreto tradicional), permanecendo assim sob subsunção *formal* do trabalho ao capital (o tema será aprofundado no Capítulo 2.3), seu *tempo* foi subsumido completamente, retirando-lhe autonomia não pelo domínio do corpo à rotação da máquina ou ao fustigo do capataz, mas à rotação do próprio capital descorporificado. O silêncio do canteiro é expressão deste domínio:

“Acompanhar uma concretagem com CAA impressiona, então, pelo relativo silêncio da operação, marcada apenas pelo ritmo lento dos pistões de bombeamento. O que faz falta não é o ruído incessante dos vibradores-agulha, mas sim a fala alta, feita de interjeições e gritos dos serventes de obra, sobre as quais se acumulam as ordens e deboches dos meio-oficiais. Toda esta tensão humana acontece porque a concretagem é uma convergência no tempo e espaço de inúmeros esforços parciais, acumulados em dias e até semanas de trabalhos prévios. Numa obra tradicional, se apresentam simultaneamente na concretagem todos os profissionais especializados e não especializados: mestre, encarregados, pedreiros, instaladores, carpinteiro, armador, ajudantes e serventes. O trabalhador coletivo da manufatura aparece por inteiro, nas suas precisas proporções e identidades. O nervosismo deste momento crítico se extravasa em instruções e incentivos ao trabalho em que a apreensão não consegue se dissociar, estranhamente, de certo entusiasmo” (BARAVELLI: 2014, 102-103).

Figura 63: Exemplos de casas feitas em Concreto Auto Adensável

Fonte: Divulgação OnLine

O novo padrão de segregação do PMCMV

O avanço da conformação da produção habitacional ao modo *especificamente capitalista* (de subsunção *real* do trabalho ao capital) não significa simplesmente uma maior industrialização no sentido de uma maior composição orgânica do capital, como visto acima. Significa sim uma *conformação*, ou seja, uma adequação de forma – articulação de elementos dentro de uma unidade coerente – que responda às necessidades atuais do capital *dentro dos marcos que os países dependentes sempre tiveram na dinâmica de acumulação*. Há, portanto, elementos que permanecem e outros que se modificam, gerando um novo padrão de segregação urbana no qual o Pinheirinho dos Palmares é um caso paradigmático.

A teoria da renda em Marx precisa ser retomada para que fique mais clara a hipótese ora apresentada que relaciona a esfera da produção, o capital fictício e o portador de juros, o Estado e os proprietários de terra através do PMCMV. Pretende-se, com esta exposição, se aproximar das determinações que conformam tal unidade mencionada, buscando descrever o caráter do aprofundamento do processo especificamente capitalista do urbano no Brasil, ou seja, a maneira própria de subsunção do processo social à forma capital no país, que é necessariamente diferente daquela dos países centrais. Neste sentido, como se verá, é mais frutífero entendermos a lógica de relação entre esferas de reprodução do capital e seus agentes a partir do seu entrelaçamento orgânico do que entender um ou mais deles como representantes de certa forma de “atraso” (em relação às formas especificamente capitalistas).

É o próprio Marx quem vai fazer esta ressalva ao ter uma de suas principais preocupações na descrição da renda da terra na demonstração de que ela é uma forma específica dentro da dinâmica de acumulação do capital e que, portanto, *não se encontra fora da lei do valor*³³², como resquício de um modo de produção anterior (tipicamente feudal). Nesta perspectiva, a figura do proprietário de terras para Marx, longe de ser um simples “rentista”, tem papel central na distribuição da mais-valia socialmente produzida e, principalmente, *interfere na sua produção*. Esta é das principais contribuições de Marx na teoria da renda da terra que a insere, de maneira totalmente original, como momento específico dentro da dinâmica capitalista e não fora dela, como uma excrescência do passado a ser eliminada.

Pelo contrário, as determinações impostas por ela não apenas redesenham a distribuição da mais-valia de acordo com as necessidades de remuneração de cada fração do capital, mas atuam diretamente nas relações de produção ao conformar a composição orgânica do capital que tem a terra como substrato produtivo e, desta maneira, determinar o produto produzido na terra como mercadoria. Assim, Marx se dedicou, na sua teoria da renda da terra, a descrever os mecanismos e consequências de uma *renda especificamente capitalista da terra* – que não se confunde com arrendamento.

³³² “A única coisa que tenho que provar teoricamente é a possibilidade da renda absoluta, sem violar a lei do valor. Este é o ponto ao redor do qual tem girado a controvérsia teórica, desde os dias dos fisiocratas até a atualidade. Ricardo nega esta possibilidade, porém eu mantenho que existe” (Marx, citado em HARVEY: 1990, 352. Tradução da autora).

Pretende-se desenvolver a hipótese de que a terra, no Brasil, é um dos recursos mais importantes para a delimitação de seu papel no mercado mundial no que tange à formação de setores econômicos adaptados à transferência de valores: não é à toa que os setores que dinamizaram a economia do país na última década são todos relacionados à terra, como o agronegócio e a mineração, sugerindo o que alguns tem chamado de “reprimarização da economia”. É necessário entender a produção do urbano também dentro deste campo, com uma dinâmica que precisa se modificar para manter e ampliar a disponibilidade de terra para o capital. Desta maneira, procurar-se-á argumentar que há uma especificidade do urbano nos países dependentes que faz entrelaçar categorias próprias para o entendimento de uma fase mais avançada de subsunção da terra urbana ao capital (como as rendas monopolistas) com outras, mais relacionadas à etapa de acumulação primitiva do capital (que aqui aparece como constante), identificadas com a incorporação extensiva de novas terras ao mercado e elevação geral do preço das terras já ocupadas, por meio dos mecanismos da renda absoluta. Assim, tal tipo de renda, irrelevante para o estudo do urbano nos países centrais, se torna relevante para o nosso na medida em que combina, de maneira determinada, produtividade da mercadoria imobiliária e extensão da incorporação de novas terras por meio da indução estatal – conformando um *novo tipo de segregação*, que se origina na *inclusão* (e não marginalidade) de terra e população na institucionalidade via mercado. Não será apresentada aqui a teoria da renda da terra de Marx em toda sua complexidade, escopo que foge deste trabalho. No entanto, vale ressaltar alguns pontos importantes para o encadeamento lógico aqui apresentado.

O primeiro deles é que Marx vincula a renda da terra à sua capacidade de gerar mais-valia e, para além do lucro médio, um sobrelucro que será transfigurado em renda³³³. Note-se movimento importante no entendimento da terra dentro da dinâmica de acumulação do capital: ela não tem valor em si (pois não foi gerada por trabalho humano) e, portanto, seu *preço* advém da sua *capacidade produtiva*. Ou seja, há vinculação direta entre as relações de produção e a terra. Mas até aqui o que se vê é a produção de mercadorias determinando a renda da terra, numa relação aparentemente unidirecional onde a terra (e, portanto, seu proprietário) são agentes passivos e, conseqüentemente, representam um desperdício improdutivo. David Harvey vai desenvolver esta questão atualmente ao tratar especificamente das rendas urbanas, mostrando que tal proprietário não tem nada de passivo, atuando ativamente tanto na legislação quanto nos investimentos públicos para garantir ou criar diferenciais entre diversas *localizações*, alcançando com este movimento rendas diferenciais ou, ainda melhor, rendas monopolistas.

Harvey está particularmente preocupado com o arcabouço teórico desenvolvido por Marx para a renda diferencial e de monopólio, conceitos que têm uma particularidade frutífera na análise do urbano³³⁴. Chega mesmo a afirmar que “a renda absoluta não é a categoria

³³³ A Renda da Terra é analisada n’O Capital no Livro III, Tomo II, Seção VI.

³³⁴ O próprio Marx afirma que “essa renda [dos terrenos urbanos] se caracteriza, primeiro, pela influência preponderante que aqui a localização exerce sobre a renda diferencial (...); segundo, pelo caráter evidente de total passividade do proprietário, cuja atividade consiste tão-somente (...) em explorar o progresso do desenvolvimento social, para o qual em nada contribui e no qual nada arrisca, como, ao contrário, o faz o capitalista industrial; e, por fim, pela preponderância do preço de monopólio em muitos casos, especialmente na exploração desavergonhada da miséria (pois a miséria é para os proprietários de imóveis uma fonte mais abundante do que as minas de Potosí jamais foram para a Espanha), e o poder descomunal a que esta propriedade fundiária dá origem, quando reunida

importante. Os problemas teóricos reais, segundo descobriu Marx, não estão tanto em que Ricardo não admitiu a renda absoluta, senão em sua interpretação errônea da renda diferencial” (HARVEY: 1990, 356. Tradução da autora). Tal observação é bastante relevante e faz efetivamente muito sentido. No entanto, a preocupação de Marx em descrever a renda absoluta não pode ser deixada de lado. Ele quer responder à pergunta: há renda mesmo no pior solo? Isso é importante pois coloca a renda diferencial no seu limite inferior que, para Ricardo, é igual à zero (a partir do qual, portanto, pode haver renda). Isso coloca um problema para Marx pois, desta perspectiva, a cobrança de renda (que efetivamente existe) no pior solo *não seria justificada pela lei do valor*.

Será apresentado aqui o raciocínio de Marx na sua obra “Teorias da Mais-Valia” (MARX: 1975 [1905]), onde ele se aprofunda na questão da renda absoluta de maneira mais contundente do que no Livro III d’O Capital. Para o autor, “por renda diferencial entendo a diferença na magnitude da renda, a maior ou menor renda que se deve à distinta fertilidade dos diversos tipos de terra” (MARX: 1975 [1905], 206. Tradução da autora)³³⁵. Em seguida: “estabelecido isso, o problema se reduz ao seguinte: existe uma renda absoluta? Quer dizer, uma renda nascida do fato de que o capital é investido na agricultura, antes que na indústria; uma renda deste ponto de vista independente da renda diferencial ou do sobrelucro que rende o capital investido nas melhores terras?” (MARX: 1975 [1905], 207-8).

Interessa esta discussão na hipótese desta tese, pois a particularidade do investimento do PMCMV nas piores terras precisa ser compreendida para além da análise da localização, ou seja, da renda diferencial. Pois aparece como contradição (e Marx se detém nisso) o investimento nas piores terras no momento em que ainda há terra em melhores condições de produção. Da perspectiva da racionalidade do capital e da renda diferencial, não faz sentido o investimento produtivo em locais nos quais *será necessário investir mais e será mais custoso produzir a mesma mercadoria que se produziria numa melhor localização*. Do ponto de vista da estrita racionalidade construtiva (ou seja, do capital industrial da construção civil), produzir numa boa localização torna os insumos mais baratos e há menos serviços a serem feitos (menos inversão de capital necessário para equiparar a capacidade produtiva da terra às outras localizações: na prática, não são necessários investimentos em infra-estrutura, melhoramento de solo, patamarização ou estruturas adicionais necessárias numa terra de difícil desenho geométrico, entre outros). Por que então ir às terras piores?

Marx coloca que tais terras só serão usadas na produção (da perspectiva do capital) no momento em que: 1. É necessária a produção de determinadas mercadorias de subsistência da sociedade; 2. O consumo destas mercadorias especiais tem demanda superior à capacidade de produção das melhores terras; 3. *O preço de mercado destas mercadorias subiu o suficiente para que elas possam ser produzidas pagando o lucro médio mais a renda*.

na mesma mão com o capital industrial, habilita este a praticamente excluir da terra, enquanto sua moradia, os trabalhadores em luta pelo salário” (MARX: 1986b, 237).

³³⁵ Algumas advertências são necessárias nesta análise aqui empreendida. Primeiro: não descreveremos em detalhe os mecanismos de extração de renda a partir do sobrelucro nas diferenças entre preço de produção, valor e preço de mercado das mercadorias que têm a terra como base produtiva, que são elementos centrais na análise de Marx da renda da terra, pois não é este momento de descrição da renda que está atuando na nossa hipótese. Outra advertência tem a ver com a diferença da análise de Marx a respeito da renda agrícola daquela urbana, que ele não desenvolveu em detalhe. Temos consciência destas diferenças, que serão levantadas em momento oportuno.

Não é em qualquer situação que as piores terras são utilizadas para a produção pelo capital, portanto. E Marx justifica a especulação de terra em cima deste argumento:

“A mera propriedade jurídica do solo não gera nenhuma renda fundiária para o proprietário. Entretanto, lhe dá o poder de subtrair suas terras à exploração até que as condições econômicas permitam uma valorização que lhe proporcione um excedente, seja o solo destinado à agricultura propriamente dita, seja a outros fins de produção, como construções, etc. Ele não pode aumentar ou diminuir a quantidade absoluta desse campo de ocupação, mas sua quantidade presente no mercado. Por isso, como já observou Fourier, é um fato característico que em todos os países civilizados parte relativamente significativa do solo sempre permaneça subtraída ao cultivo” (MARX: 1986b, 225).

Chama a atenção que a análise corrente do urbanismo entenda o uso das piores terras com dois argumentos principais: 1. Seu menor preço; e 2. A valorização dos terrenos vazios intermediários que se aproveitariam de estrutura urbana estendida para terrenos mais distantes e que passariam por eles sem investimento direto. A particularidade destas análises vem da compreensão de que a produção imobiliária urbana se move fundamentalmente através da lógica da renda diferencial, o que não deixa de ser efetivo. A questão é que não se coloca as *determinações da produção da mercadoria imobiliária*, independente da terra. Sem sair da esfera aparente, esta perspectiva quer demonstrar que *é mais barato produzir em terras piores, pois o preço delas é menor*. Não se faz a ligação, aqui, entre este preço e a capacidade produtiva da terra, ou seja, ele não é compreendido enquanto categoria derivada da renda e, portanto, da produção. O “preço”, dizem, é menor porque tem localização ruim: uma racionalidade própria da lei entre oferta e procura que deixa de considerar, justamente, a lei do valor. A partir dela, poderia se compreender que há uma contradição imanente à produção nos piores terrenos, do ponto de vista do capital: *o custo de produção das mercadorias individuais ali produzidas é maior*.

Segundo a perspectiva superficial do fenômeno, o capital não produz habitação popular simplesmente porque não há demanda – entendendo demanda aqui não como déficit, que é óbvio que há, mas como possibilidade de efetivação da mercadoria, ou seja, capacidade de pagamento. Havendo demanda solvável, haveria, portanto, produção de habitação popular *nas piores terras*, pois ali fica “viável” para o capital produzir pelo seu menor preço. O que não se considera neste ponto de vista é o que Marx indica como condição de uso destas terras *estritamente pela lógica do capital*: o preço de mercado deve ser *alto o suficiente* para cobrir o preço de produção (custo mais taxa média de lucro) acrescido da renda. E, deste ponto de vista, é necessário considerar que o preço de produção é maior do que a mesma mercadoria produzida em boa localização, e só pode ser efetivado porque há demanda (solvável) que necessita daquela mercadoria como necessidade básica, além da consideração de que o uso das piores terras é necessário para supri-la. Estas condições fazem com que o preço regulador de mercado seja dado pelo preço de mercado da mercadoria produzida na pior terra.

A produção de mais-valia pelos processos produtivos que usam a terra como fundamento tem dinâmica diferente do capital investido no processo industrial. Neste último, pela possibilidade da livre movimentação de capital entre os diversos setores da produção, há tendência à formação de uma equalização na taxa de lucro intersetorial. Desta maneira, diz Marx, os setores com composição orgânica inferior (mais capital variável em relação ao capital constante), ainda que produzam mais mais-valia do que os setores de maior composição

orgânica, não conseguem realizá-la internamente. Pois os preços de produção das mercadorias são diferentes do seu valor (trabalho socialmente necessário): neles, efetiva-se a taxa média de lucro intersetorial, e não aquela produzida dentro de um único setor, ou ainda menos dentro de uma única unidade produtiva.

No caso das mercadorias que dependem da terra este processo de equalização não ocorre pois há uma barreira para a livre movimentação de capital: a propriedade da terra. O capital não pode transitar livremente e não há equalização: não basta a decisão de investimento em novas terras (como bastaria no processo industrial, na decisão de investimento em outro setor produtivo). É necessário: 1. Que elas existam; 2. Que seu proprietário queira arrendá-la ou vendê-la; 3. Que o preço da mercadoria a ser ali produzida seja suficiente para compensar os custos adicionais, inclusive com a terra; 4. Que haja demanda solvável para estas mercadorias. Dentro destas limitações todas, ocorre que o preço regulador de mercado de tais mercadorias passe a ser daquelas produzidas *nas piores terras*, pois elas conseguem realizar seu valor (ou parte dele), que está acima do preço de produção (definido com a taxa média de lucro). Segundo Marx:

“Aqui, a propriedade fundiária é a barreira que não permite nenhum novo investimento de capital em um solo até então não cultivado ou não arrendado sem pretender um tributo, isto é, sem exigir renda, embora o solo recém incorporado ao cultivo pertença a um tipo que não proporciona nenhuma renda diferencial e que, se não fosse a propriedade fundiária, já poderia ter sido cultivado no caso de haver incremento menor no preço de mercado, de tal modo que o preço regulador de mercado só teria pago seu preço de produção a quem cultivasse esse solo pior. No entanto, devido à barreira que a propriedade fundiária coloca, o preço de mercado tem de subir até o ponto em que o solo pague um excedente acima de seu preço de produção, isso é, uma renda” (MARX: 1986b, 228).

Continuando: “Decorre, finalmente, que nesse caso o encarecimento do produto não é a causa da renda, mas a renda é a causa do encarecimento do produto” (MARX: 1986b, 229). Harvey completa: “A intervenção dos proprietários de terra afeta aqui o valor de mercado, e sua postura em respeito à acumulação já não é tão neutra” (HARVEY: 1990, 360. Tradução da autora). E, para alterar o valor de mercado, o que nos interessa mais diretamente é a necessidade de transformação na produção: “A renda talvez não determine o preço do produto diretamente, porém *determina o método de produção*, se uma grande quantidade de capital se concentra em um lote pequeno de terra, ou uma quantidade menor de capital se difunde sobre um terreno maior, ou se produz este ou aquele tipo de produto” (Marx, “Teorias da Mais-Valia”, citado em HARVEY: 1990, 361. Tradução da autora).

Retomando o caso específico do PMCMV, tais considerações nos ajudam a formular algumas hipóteses. Principalmente pelo fato de que é necessário o esforço teórico de entendimento da produção *especificamente capitalista* do PMCMV, muito diferente do caso do BNH, onde a interferência do Estado fazia com que a lógica estrita do capital não funcionasse de maneira completa. Ali, efetivamente, construía-se nas piores terras pois elas eram mais baratas, independente do produto produzido nelas. No caso do PMCMV esta lógica deixa de fazer sentido. Vejamos.

No caso do BNH, era suficiente a decisão estatal de comprar as piores terras pois a lógica envolvida era justamente o uso do fundo público para a expansão urbana, com benefícios para os terrenos intermediários e para as construtoras, que podem efetivar o valor

da sua mercadoria (e, portanto, lhes é confortável manter baixa a composição orgânica do capital na construção civil) independente do mercado e do capital de investimento – monopolizado pelo Estado. Nesta lógica, vale a análise corrente dos urbanistas citada acima, pois o Estado cumpre um papel tal que *retira da dinâmica de acumulação especificidades inerentes ao capital*, principalmente a determinação produtiva conformada ao mercado de terras e de capitais.

No PMCMV estas condicionantes devem necessariamente mudar. A principal delas é a função do Estado. Como visto acima, a mudança fundamental da dinâmica econômica na política habitacional vem da passagem de uma lógica da demanda (o BNH) para a lógica da oferta (o PMCMV). Ou seja, não interessa exatamente o que é demandado, nas suas especificidades locais, mas o que é ofertado. Nesta lógica, deixam de importar diretamente as necessidades próprias da produção habitacional e urbana, mas as necessidades de reprodução do capital. Isso é expresso claramente na mudança da estrutura de financiamento do BNH para o PMCMV: no primeiro, o preço pago pelas unidades habitacionais era calculado segundo as necessidades próprias de sua produção. No segundo, aparece a figura do “repasso”, que tem papel específico na conformação de uma nova dinâmica produtiva e que, portanto, muda o mercado de terras.

O repasse nada mais é do que a formação “*não-automática*” do preço regulador de mercado, consequência prevista por Marx a partir da lógica específica que a renda *absoluta* impõe para o uso das piores terras: é necessária a elevação do preço de mercado para que as piores terras sejam utilizadas para a produção, sem a qual não é possível investimento de capital numa produção mais custosa. Nestas condições *especificamente capitalistas*, a subsunção real da produção passa a ser fundamental. É o Estado que vai determinar o preço regulador, como “*preço social*” (que será sempre o mesmo, independente das diferenças específicas de cada empreendimento) e assegurar a demanda, tornando não apenas viável, mas atraente, a produção mais custosa nas piores terras. Estas condições só são aceitas na medida em que possibilitam a introdução de mudanças na produção, principalmente em relação à composição orgânica do capital.

Se, no BNH, era importante a manutenção da composição orgânica relativamente mais baixa do que o capital social médio, no PMCMV acontece o contrário: como o preço regulador é pré-definido artificialmente não é necessário o excedente de valor acima do preço de mercado. Este pressuposto colocado por Marx para a definição da renda absoluta (composição orgânica inferior que assegure um valor da mercadoria acima de seu preço de produção) *pode deixar de funcionar na realidade, mantendo, no entanto, sua consequência*. Isso ocorre porque o valor de repasse é calculado segundo uma tabela de composição de custos³³⁶ que se baseia numa forma de produção tradicional, ou seja, de composição orgânica inferior. Na realidade do canteiro de obras esta composição pode aumentar, *mas ela continuará sendo paga pelo custo mais alto*³³⁷. Desta maneira, a produção pode assumir *características próprias da produção industrial, sem os riscos da mesma*.

³³⁶ O SINAPI: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, feito pela Caixa Econômica Federal de maneira regional e setorial, atualizado a cada três meses.

³³⁷ “No programa MCMV, o período de transição em que estes ganhos de produtividade são monopolizados nos canteiros de obras da Faixa 1 podem se estender por anos, uma vez que não são ganhos detectados pelo

Esta configuração *aparece*, à primeira vista, como um problema para o capital, pois ele estaria perdendo a possibilidade de efetivar sobrelucro. Na verdade, este sobrelucro sempre foi absorvido pelos proprietários de terra e compensado no salário dos trabalhadores (com salários abaixo do seu valor), configurando uma dinâmica de acumulação subsumida formalmente ao capital e que pouco trabalhava, conseqüentemente, no desenvolvimento da subsunção real da produção da construção civil ao capital – prevalecendo pouca industrialização e controle do trabalho. Assim, vemos que a aparência (largamente utilizada pelo setor imobiliário como forma de pressão para aumentar o valor de repasse) de controle dos gastos públicos e ganhos do capital, na verdade, trabalha para *tornar mais fácil o trânsito de capitais nos diversos setores da produção, absorvendo setores limitados pelo uso da terra*. Com esta absorção, *eleva-se de forma artificial (pois mantida pelo Estado) a taxa média de lucro, pois os setores ligados à terra passam a compor a equalização*.

Para a formação desta conjuntura, seria necessária a eliminação da terra como barreira à equalização. Isso é articulado de duas maneiras: pela formação de imenso banco de terras *pelas empresas do setor imobiliário*, acionada pela lógica da abertura de capital (na qual é necessário dar garantias ao capital financeiro de que há campo de expansão produtivo, ou seja, captura de trabalho futuro); e pela determinação do valor da terra dentro do valor de repasse na Faixa 1 (15%³³⁸), que *dá preço ao que antes não tinha*³³⁹, pois não podia ser absorvido pelo setor imobiliário na medida em que não havia condições de mercado para a construção nas piores terras. Há um boom de incorporação de novas terras à produção, tornando seu caráter de barreira à equalização muito frágil. É, portanto, a articulação da lógica do capital fictício (na abertura das ações em bolsa do setor imobiliário) com a *indução* do Estado Democrático Popular (“indutor” e “estratégico”) que se torna possível, por um lado, o aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital no setor da construção civil; e, por outro, o aumento da taxa média de lucro geral.

instrumento mais efetivo para generalizar as taxas de produtividade no programa: a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi). A forma convencional como as composições de custo do Sinapi representam os processos de trabalho da construção habitacional acaba por remunerar todos os empreendimentos do programa MCMV conforme uma produtividade média, que é transmitida para as medições físicas de obra por meio das Planilhas de Levantamento de Serviços (PLS). Desta forma, o programa MCMV remunera apenas composições orçamentárias genéricas, não a produtividade real das empresas construtoras” (BARAVELLI: 2014, 184-5). E ainda: “Esta discrepância é um indicio que a tabela pública não só adota como premia o conservadorismo tecnológico na construção civil” (Idem, 43).

³³⁸ O valor pré-estabelecido para a terra nesta modalidade do programa, de 15% do valor do repasse, é um valor que se aproxima muito da variação da taxa Selic nos anos de vigência do PMCMV 1 e 2 (entre 9% e 12%), estando logo acima dela, mas se balizando neste patamar. Desta maneira, corrobora a hipótese de que a terra precisa ser um ativo financeiro, tendo minimamente um rendimento próximo (neste caso, maior) do que os títulos mobiliários.

³³⁹ Experiência própria: ao passarem a procurar terrenos no mercado para a construção de habitação popular durante o PMCMV, os movimentos populares se depararam com preços iguais aos 15% calculados sobre a capacidade produtiva máxima de unidades habitacionais permitida pela legislação das áreas. Ou seja, esta determinação do programa definia ao mesmo tempo o preço da terra e o número de unidades que deveriam ser construídas, independente das necessidades e possibilidades dos agentes envolvidos. Camila Camargo também fala desta experiência: “O caso do empreendimento Cidade Tiradentes, entretanto, se apresenta como uma espécie de contraexemplo de valorização decorrente da oferta de serviços e infraestrutura. O terreno, apesar da localização e apesar de um baixo ‘potencial construtivo’, decorrente tanto dos índices urbanísticos quanto da presença do córrego e da mata, teve um custo de sete milhões de reais, R\$100/m2, ficando no limite de 15% do valor total do investimento previsto nas normativas do programa. Nas entrevistas realizadas com a Caixa, com a assessoria técnica e com as lideranças das entidades, recebemos a informação de que o imóvel fora vendido para o proprietário que negociou com as Entidades, poucos meses antes da contratação da ‘Compra Antecipada’, por 1 milhão de reais, numa valorização de 600% estimulada pelo próprio programa” (CAMARGO: 2016, 166).

Com esta configuração, efetivamente retornamos a Harvey e a prevalência da dinâmica da renda diferencial no urbano – característica de acumulação especificamente capitalista do setor imobiliário. É necessário frisar, no entanto, que entre nós (países subdesenvolvidos) o caráter de urbanização periférico deve articular a renda diferencial com a *necessária* incorporação de novas terras (de pior produtividade) ao campo produtivo, dinâmica característica da *renda absoluta*. Cabe, nesta articulação, frisar o papel específico do que justamente Harvey denominou *acumulação via espoliação*, ou seja, a necessidade da manutenção do *outro* do capital, pois é nele que há campo expansivo. Daí o papel da periferia, articulando Estado, capital fictício, portador de juros, produtivo e fundiário numa permanente absorção de novos setores.

Neste aspecto de *permanência* ainda há um comentário a ser feito. A dinâmica de elevação artificial do preço da mercadoria imobiliária e da terra pela lógica da renda absoluta tem consequências em todo o mercado por participar da elevação da taxa média de lucro. Particularmente no mercado imobiliário. Isso significa que há elevação do custo do aluguel (por conta do aumento do preço da terra) generalizado, não acompanhado pelo aumento de salário. Uma particularidade desta dinâmica é que a taxa de lucro não aumenta apenas, ou principalmente, por conta da incorporação de setores de composição orgânica mais baixa (ainda que o setor da construção civil tenha tido elevação da composição orgânica do capital), mas por conta da incorporação de um setor que tem o preço regulador de mercado definido artificialmente e mantido pelo Estado. Ou seja, não é o aumento da proporção do capital variável que está definindo o aumento de mais-valia, fazendo com que o salário, portanto, não acompanhe este movimento de aumento da taxa média de lucro.

Portando há uma tendência de aumento do custo de reprodução da força de trabalho (pelo aumento do custo de moradia) não acompanhada pelo salário. Isso tem duas consequências: a fuga para o endividamento (e daí o incremento do crédito popular) e o aumento do déficit habitacional por custo excessivo. Nos dois casos há retroalimentação do capital: o portador de juros através do crédito, e a *permanência* da pressão da demanda sobre a dinâmica da incorporação de novas (piores) terras, já que o déficit, pelo PMCMV, foi capitalizado e transformado em demanda. Portanto, o mesmo mecanismo que dá, retira – numa articulação *específica* entre Estado e capital, na periferia. A manutenção do déficit também mantém o salário baixo, comportando-se de maneira parecida com o exército industrial de reserva (que pode ser entendido como déficit de trabalho). É exatamente a necessidade do capital fictício: a circulação infinita, pautada no mecanismo de despossessão.

Embora a forma urbana de padrão periférico e homogêneo permaneça em relação ao BNH, é fundamental aqui apontar as diferenças. O PMCMV responde a outras necessidades e tem outra articulação entre Estado, capital, proprietários de terra e o trabalho, conformando uma produção subsumida e adequada ao papel de plataforma de valorização internacional (como definiu Leda Paulani), com seus novos contornos no mercado aberto. Nesta *nova articulação para a permanência do velho papel* (característica central do Estado Democrático Popular), o Estado *indutor* costura os *diversos interesses*: do capital fictício, ao conformar as empresas brasileiras do setor imobiliário às suas exigências; do capital portador de juros, ao inserir toda uma população antes desvinculada do sistema de crédito; do setor produtivo, ao elevar a taxa média de lucro; dos proprietários de terras, ao incorporar grande quantidade de

terra parada e com isso aumentar seu preço como um todo, inclusive nos aluguéis; e, por fim, do trabalho, ao proporcionar-lhe emprego e habitação.

Toda esta articulação, é necessário lembrar, está pautada não apenas no avanço das forças produtivas, mas principalmente na transformação das relações de produção e sua articulação com a dinâmica fundiária, em resposta às necessidades do capital fictício. Como dito anteriormente – e os trabalhos de Lúcia Shimbo (SHIMBO: 2012), José Eduardo Baravelli (BARAVELLI: 2014) e Beatriz Tone (TONE: 2015) nos dão base para afirmar isso – há transformações da produção que configuram, principalmente, um avanço da proletarização na construção civil, entendida aqui como um aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital na medida em que “revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e dos agrupamentos sociais” (MARX: 1984 [1867], 106), afastando o trabalhador do seu produto de trabalho, sob o qual ele tem cada vez menos controle. Isso é efetivado com novas tecnologias de produção e especialmente de controle centralizado do capital, ambas modificações *induzidas* pelo Estado ao definir o financiamento via repasse e constranger as empresas aos certificados de qualidade (exigências em todas as faixa do PMCMV, e que portanto ultrapassam os limites das empresas de capital aberto).

Tais modificações, como visto acima, não foram possíveis de serem adotadas no BNH, pelas razões apontadas por Sérgio Ferro (principalmente o baixo custo da mão-de-obra), ainda que tenha havido *investimento estatal* para que isso acontecesse (não *indução*, pois se tratava do desenvolvimentismo clássico).

“Embora a produção massiva [do BNH] tivesse a escala necessária para possibilitar a utilização da pré-fabricação e industrialização da construção, as inovações no processo produtivo não foram utilizadas na dimensão necessária. É bem verdade que o BNH aportou recursos para a realização de inúmeras pesquisas dedicadas ao estudo de diversos aspectos da questão habitacional, incluindo desenvolvimento tecnológico e avaliação dos seus programas, tendo inclusive criado o Departamento de Estudos e Pesquisas Aplicadas (Depea) para este fim. Deve ser citado também o fato de o BNH ter estimulado o surgimento de empresas aparelhadas para introduzir processos construtivos inovadores, como os apresentados em número especial da revista Arquitetura, em 1965. (...) Empresas e instituições como a Engenharia de Fundações S.A. (Engefusa), a Construção Industrializada Nacional S.A. (Cinasa), o Centro Brasileiro da Construção (CBC) e o Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais (Cenpha) se aparelharam para introduzir novos métodos construtivos de alta produtividade, mas não encontraram espaço para atuarem no âmbito do BNH e praticamente abandonaram o setor habitacional. A política vigente afastou essa perspectiva, ficando atrelada à ampliação da oferta de emprego e a uma visão atrasada de enfrentamento do problema habitacional” (BONDUKI: 2014, 74-75. Grifos acrescidos).

Houve também investimento do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Cecap (Companhia Estadual de Casas Populares, antecessora da CDHU), em conjuntos produzidos de maneira pré-fabricada³⁴⁰, mas que também não conseguiram fazer a implantação completa dos seus sistemas construtivos projetados, pelas idiosincrasias próprias à construção civil no país, atreladas à sua especificidade dependente mundialmente.

³⁴⁰ O Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, em Guarulhos-SP, projetado por Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Fábio Penteadó em 1967, bem como o Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega, em Campinas-SP, projetado por Joaquim Guedes em 1973, são exemplos desta tentativa.

Assim, é necessária a definição da especificidade de um *novo padrão de segregação urbana* promovido pelo PMCMV, comparando-o com o modelo estatal anterior, pois, embora pareçam iguais (e são em diversos aspectos), existem diferenças notáveis importantes nesta tese por serem específicas do Estado Democrático Popular, diverso do Estado autoritário militar. Urbanisticamente, cometem-se os mesmos erros do passado: longínquos bairros dormitórios, sem emprego ou acesso aos serviços e equipamentos urbanos; grande quantidade de unidades habitacionais juntas, sem diversidade arquitetônica; falta de espaços de lazer, áreas verdes e comunitárias; etc. O que há, então, de novo neste padrão de segregação? Só é possível responder a esta pergunta se o espaço for entendido como modo específico de reprodução do capital, ou seja, se as condicionantes de sua *produção* forem analisadas.

Alguns elementos, que formam um conjunto coerente, se autodeterminando, são centrais nesta necessária diferenciação *urbanística*:

1. A relação com a estrutura institucional: fora do planejamento urbano e da produção diretamente pública (projeto e execução), o PMCMV se diferencia do BNH ao produzir cidade como mercadoria para uma faixa de renda que não tem acesso a ela. Os desequilíbrios são inúmeros, com cidades sendo construídas com mais pessoas do que seus municípios, ou além do déficit, ou sem atacar sua especificidade e, sempre, criando uma relação privatizada com o poder público, na qual a cidadania é mediada pela forma mercadoria antes, durante e depois do atendimento habitacional – *originando o cidadão-consumidor*.
2. A faixa de renda atendida: o BNH nunca alcançou os extratos mais baixos de renda, se configurando como um financiamento em si segregador. O PMCMV foi o primeiro programa habitacional a garantir o acesso à propriedade privada com alto subsídio, *transformando cidadãos em proprietários antes de seu acesso ao direito que, por esta via, fica mais distante*: sem acesso a mais nada por conta da impossibilidade de locomoção (que exige renda), os bairros periféricos têm relação ainda mais precária do que os do BNH com a cidade, conformando uma dinâmica interna de informalidade e violência ainda mais contundentes.
3. A produtividade do PMCMV: cerca de 67% maior do que a do BNH, tem efeitos diversos na relação com a construção de infraestrutura urbana e acesso à cidade (responsabilidade do poder público, que está à reboque da promoção privada e não tem a mesma capacidade produtiva), muito mais lentos, conformando um *padrão de precariedade superior e mais indutor das soluções informais*. Outro efeito da rapidez na produção de periferias é a *transformação da política urbana como instrumento de remoção de populações, pois ela passa a poder ser usada como moeda de troca*.
4. O acesso à terra: o mecanismo de formação de banco de terras público do BNH, com compras de terra a baixo valor e feitas por desapropriação é diverso daquele do PMCMV, que se apoia na formação de um banco de terras *privado*, realizado pelas construtoras e comprado no mercado. Tal mecanismo, além de não ter nenhum controle público de crescimento urbano ou de formação de vazios, faz a

especulação imobiliária alcançar outro patamar seja pela sua possibilidade de gerir sozinha tal crescimento, seja pelo expressivo aumento do preço da terra generalizado (balizando o preço da pior terra ao mercado de capitais). *É uma segregação, portanto, que gera mais segregação pelo seu próprio mecanismo de funcionamento.*

5. O uso extensivo da terra: embora os dois programas habitacionais tenham construído casas e apartamentos, a marca do BNH – pela quantidade – foram os edifícios de até cinco andares em “H”, enquanto a do PMCMV são casas padronizadas que conformam baixa densidade de ocupação *na Faixa 1-FAR*³⁴¹. Fruto de todos os itens anteriores – necessidade de alta produtividade conseguida com técnica mais adaptada à baixa densidade, atendimento à baixa renda, falta de planejamento do poder público, moradia produzida diretamente como mercadoria, etc. –, tal característica conforma urbanisticamente *uma cidade ainda mais extensa e, portanto, conformadora de uma segregação estrutural pelo seu alto custo de manutenção e necessidade de mobilidade*. Ainda que o BNH também produzisse periferias distantes, o custo de infraestrutura e equipamentos públicos por unidade habitacional era menor do que o PMCMV: afinal, sua produção era pública e tais custos eram, de alguma forma, computados.

Basicamente, o que muda é forma da ação estatal na produção do urbano: o desenvolvimentismo do Estado autoritário planejava (controlava) a segregação, se relacionando com o capital privado como um contratante que se adéqua às possibilidades disponíveis de produção do contratado. O Estado Democrático Popular, no PMCMV, *gerencia o amoldamento das forças sociais* – mudanças das técnicas construtivas, da ação dos proprietários de terra, dos investidores e financiadores, da população atendida, dos movimentos populares, dos bancos públicos, dos órgãos públicos, etc. – à uma nova forma de produção do urbano, na qual o avanço nas formas de subsunção real ao capital se aprofunda de maneira específica à posição do país no mercado mundial (na estrutural articulação de elementos que mantenham as transferências de valor de maneira espoliativa). No próximo capítulo, veremos como tal amoldamento se dá, de maneira mais próxima à nova institucionalidade.

³⁴¹ As Faixas 2 e 3, como precisam ser vendidas pela construtora, têm, em número maior, melhores localizações e necessitam maior densidade para serem viáveis. O PMCMV Entidades tem ainda outras determinações, que serão aprofundadas na Parte 3 desta tese, e que geram desequilíbrios específicos.

Capítulo 2.3 O sujeito institucionalizado em espera

O processo do Pinheirinho descrito no Capítulo 2.1 traz uma série de elementos para a compreensão das consequências de tendências que já eram apontadas na Comuna Dom Hélder Câmara (Parte 1), do ponto de vista das transformações operadas no sujeito político organizado pelo movimento popular por meio da produção do urbano. Neste Capítulo 2.3 serão aprofundadas as transformações internas ao Estado promovidas pelo campo Democrático Popular que conformaram capilaridades institucionalizadas nas periferias, mudando as relações políticas ali estabelecidas.

A trajetória das famílias que hoje estão no Pinheirinho dos Palmares é digna de análise. Segundo Liate (2012), sua história remete à privatização e grande reestruturação produtiva na Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica), sediada em São José dos Campos, ocorrida a partir de 1994 e que, até o final da década, gerou enorme desemprego na cidade. Não é à toa que é o Sindicato dos Metalúrgicos que está desde o início na organização desta comunidade. Elas começaram sua epopeia em 2003, quando algumas famílias ocuparam apartamentos da CDHU no bairro vizinho ao Pinheirinho, que estavam demorando a serem entregues. Com a reintegração de posse, ocuparam o chamado Campo dos Alemães, que chegou a ter cerca de 400 famílias, lugar importante para elas, pois continuou sendo o local de encontro e de assembleias entre a saída do Pinheirinho e a mudança definitiva em 2016. A reintegração de posse deste local, em 2004, foi extremamente violenta. As famílias envolvidas nesta primeira fase de lutas já estavam, segundo Liate, de 8 a 10 anos na fila cadastral da prefeitura para serem atendidas em programas públicos de habitação – fila esta que tinha, em 2012, cerca de 30mil pessoas inscritas (cerca de 5% da população do município naquele momento).

Era de se esperar que a ocupação do Pinheirinho crescesse rapidamente, configurando-se uma solução, e não um problema habitacional. Como visto no Capítulo anterior, ela foi organizada desde o início, o que respondia a uma série de demandas da população periférica, para além da habitação: poder coletivo contra o “mundo do crime”, acesso ao Estado por meio das lideranças e assessores técnicos, acesso à cidade próxima,

acesso ao lazer, cuidado coletivo com as crianças, etc. Uma boa síntese: segurança de vida proporcionada pela construção de autonomia coletiva, algo que, na balança, fazia valer a pena a situação física precária – que se prometia resolver. Ali havia mobilização constante e presença pública na cidade, em várias outras lutas, proporcionada também pela correlação de forças determinada pela posse e organização autônoma de uma grande área urbana. Era como se os trabalhadores demitidos continuassem sindicalizados.

A reintegração de posse do Pinheirinho, realizada como um ato de violência estatal, deflagra o início de outra correlação de forças. Primeiramente, retira das pessoas toda aquela segurança e autonomia (ainda que precárias e instáveis) ao lhes retirar a posse do território com uma mão e mantê-las sob guarda com outra, por meio do auxílio-aluguel, que durará 5 anos. Desta maneira, cria um degrau ainda maior entre elas e as lideranças. A partir daí, conforma-se uma rede institucional modelo, que teve tamanho sucesso que passou a ser aplicada e cada vez mais aperfeiçoada pelo Estado Democrático Popular, em diversos outros casos semelhantes no país. Este modelo (e por isso o caráter de paradigma do Pinheirinho) foi tão robusto que precisa ser entendido como um dos principais traços definidores deste Estado específico, com ação mais efetiva do que o chamado “conselhismo” do “modo petista de governar” pelo seu caráter massivo, nacional e articulador entre poder público, mercado e sociedade civil no aspecto de maior tensão social do período: a crise urbana, que deflagrará as Jornadas de Junho de 2013.

Percebe-se que tal modelo baseia-se num tipo de *gestão do consenso* diverso do “conselhismo”, que tem caráter parlamentar e legislativo, de ação pontual, pouco produtivo e de baixa capilaridade na população. Se se costumou a identificar o “conselhismo” como a marca da institucionalização dos movimentos populares, ficou de lado dinâmica muito mais poderosa de amoldamento de massa, baseada na *produção* do urbano, e não no troca-troca legislativo. Para tanto, o Estado Democrático Popular precisou transformar tecnicamente o funcionamento estatal, conformando um campo institucional alargado, cujo consenso é produzido pela violência, e não pelo parlamentarismo. Enquanto a esfera legislativa serve de cortina de fumaça, publicizando “disputas de poder” pouco efetivas, há um crescimento desmesurado da esfera judiciária³⁴², que usa as políticas públicas feitas no executivo como instrumento de gestão. O *direito*, aqui, superlativo depois da específica construção de uma forma de democracia pelo campo Democrática Popular (visto nos Capítulos 1.2 e 1.3), mostra uma face obscura: seu caráter disciplinar em desacordo com a vida (AGAMBEN: 2017 [2003]).

Neste Capítulo tal modelo de Estado será esboçado por meio da incursão nos mecanismos institucionais criados no caso do Pinheirinho, reportando-se a uma revisão da crítica marxista à forma Estado, retomando, no fim, as decorrências humanas desta gestão de massas na sua particularidade brasileira.

³⁴² Todo o processo do golpe de estado em curso demonstra a centralidade desta forma política: as manobras legislativas são determinadas “pelo alto”, no judiciário, cuja Operação Lava Jato é expressão do Estado de Exceção (AGAMBEN: 2017 [2003]) quando instrumentaliza a Polícia Federal.

A gerência da luta de classes

Um mecanismo central criado no Pinheirinho foi a institucionalização de uma específica mesa de negociação – a gestão do conflito de classes no urbano. Em mais um de seus aspectos paradigmáticos, foi implantada uma mesa que se profissionalizou, dentro do Estado, na atuação de uma série de casos que ocorreram depois em outros lugares do país, indicando uma estrutura que parte do governo federal.

Tal estrutura teve sua origem no início da gestão Lula, em 2003, na reestruturação da Secretaria Geral da Presidência da República (Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003). Foram transferidas de sua competência as funções “relativas à coordenação política do Governo, ao relacionamento com o Congresso Nacional, à interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com os partidos políticos, para a Casa Civil da Presidência da República”, bem como saem de sua estrutura a Secretaria de Assuntos Federativos e a Secretaria de Assuntos Parlamentares (que também vão para a Casa Civil). Suas atribuições passaram a ser:

“assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo, na elaboração da agenda futura do Presidente da República, na preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República, na promoção de análises de políticas públicas e temas de interesse do Presidente da República, na realização de estudos de natureza político-institucional e outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República (...)” (Op.Cit. Art.3º. Grifos acrescentados).

Na sua estrutura está, em particular, a *Secretaria Nacional de Articulação Social* (SNAS), composta por: 1. Departamento de Relações Político-Sociais; 2. Departamento de Diálogos Sociais (Movimentos Urbanos e Movimentos do Campo e Territórios); 3. Departamento de Participação Social (Participação Social, Participação Social na Gestão Pública, Mecanismos e Instâncias de Participação Social); 4. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã (Informações, Projetos Especiais, Processos Formativos); e 5. Escritório Especial em Altamira - Estado do Pará. Tal Secretaria é relevante marco institucional quando se tem em vista a centralidade da gestão da luta de classes no Estado Democrático Popular: está alocada diretamente na estrutura da Presidência da República. Além disso, nesta reestruturação, se especializa na relação com a sociedade civil (em particular os movimentos populares³⁴³), deixando as articulações intergovernamentais para a Casa Civil.

A SNAS representava diretamente o governo federal na mesa de negociação do Pinheirinho, como visto no Capítulo anterior, e não alguém do Ministério das Cidades. Sempre que era necessária a presença de outros setores do governo federal, era a SNAS que os articulava e trazia para a mesa de negociação, como uma centralização da negociação direta da Presidência. Tal representação do governo federal foi criando, por decorrência, cargos no governo estadual especializados em negociação de conflitos fundiários, sempre vinculados diretamente à presidência da CDHU, Secretaria de Habitação e Casa Paulista. Com o avançar

³⁴³ “A Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS) implementa a Política Nacional de Participação Social, coordenando e apoiando processos de participação social e educação popular e articulando as relações políticas do governo federal com diversos segmentos da sociedade, em especial junto aos movimentos sociais. Também compete ao órgão auxiliar a Presidência da República no relacionamento e na promoção de agendas com estes setores sociais, além de fornecer subsídios à implementação de políticas públicas relacionadas” Disponível em < <http://secretariageral.gov.br/sobre/articulacao-social> > acessado em 17 de novembro de 2015.

da institucionalização judicial do modelo desta mesa de negociação, tais pessoas foram ganhando cada vez mais poder internamente aos seus órgãos, criando uma rede de relações importante entre as esferas de governo e também com os órgãos repressores (em especial a Polícia Militar).

A Secretaria Geral foi fundida em 2015, em meio à reforma administrativa do governo Dilma Rousseff, com a Secretaria de Relações Institucionais, a Secretaria de Micro e Pequena Empresa, o Gabinete de Segurança Institucional e a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), transformando-se em Secretaria de Governo. A SNAS permaneceu inalterada na sua estrutura interna. No entanto, a atual configuração da Secretaria de Governo tem novas competências: “prevenção da ocorrência e na articulação do gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional” e “coordenação das atividades de inteligência federal e de segurança da informação” (Op.Cit. Art.3º). É relevante, para a análise aqui empreendida, que a secretaria estratégica ligada à Presidência da República relativa ao diálogo com os movimentos sociais passe a estar no mesmo ambiente institucional do órgão responsável pelos serviços de inteligência e gerenciamento de crises, retirando a Secretaria Nacional da Juventude – demonstração de mudança no tratamento da questão social.

Tal mudança de tratamento estratégico se deu a partir da escalada de conflitos sociais urbanos após 2012, com o exemplar Pinheirinho que agora está em análise, consolidada pelas chamadas Jornadas de Junho de 2013. Conjuntura esta que define, para os mesmos autores da bibliografia sobre o “Lulismo”, a desestruturação da sua base de sustentação na negociação política e controle da luta de classes. A mesa de negociação deste caso, portanto, foi o gérmen de uma ampla reforma das relações institucionais com os movimentos sociais, tendo o PMCMV como principal instrumento de negociação.

Mesmo com movimentos sociais pressionando o Governo Federal para a atenção *legislativa* aos casos de conflitos fundiários urbanos³⁴⁴, tal ação foi inócua para o Estado Democrático Popular, que gere as crises politicamente em mesas de negociação “a portas fechadas”, como esta apresentada aqui. Por conta do instrumento de mediação de conflito ser o PMCMV, a mesa do Pinheirinho foi coordenada pela Caixa Econômica Federal (CEF), ou seja, através da lógica bancária, com encaminhamento de solução através do mercado. O elemento técnico era o ponto central da questão política e, portanto, as discussões passavam, ainda, por mediações qualitativas do urbano.

No entanto, com a mudança da conjuntura pós-2013, o *caráter técnico* se aprofunda num sentido mais estratégico de *controle político* – retirando tal dimensão qualitativa reivindicada principalmente pelos arquitetos-urbanistas presentes na mesa de negociação (e que foi base do programa dos movimentos populares de moradia desde a década de 1980) –, dando relevância ao *aspecto jurídico da questão social*³⁴⁵. Tal judicialização da política,

³⁴⁴ “Em 2007 diversas entidades ligadas à luta pela reforma urbana apresentaram a emenda ‘Por um Código de Processo Civil que respeite Direitos Humanos’ no contexto de reforma do Código de Processo Civil, que propôs inserir, nos procedimentos das ações possessórias, dispositivos constitucionais como a comprovação de função social da propriedade e a presença do juiz de direito no local do conflito, para melhor entendimento da questão. A emenda não foi acolhida pelo plenário, mas, posteriormente, o tema foi objeto da Resolução Recomendada nº 87 do Conselho das Cidades (Concidades) de 2009, e pauta do Fórum de Assuntos Fundiários do Conselho Nacional de Justiça, criado em 2010, dando início a iniciativas de prevenção e mediação de conflitos no âmbito dos poderes Executivo e Judiciário” (BARBOSA, BEDESCHI e FALCÃO: 2015).

³⁴⁵ Luiz Werneck Vianna (2011) caracteriza este fato como uma “despolitização” caracterizada pela “judicialização da política”, prática de origem norte-americana na qual a defesa da democracia é aquela da constitucionalidade da lei, tendo como foco os direitos humanos. Neste processo, há um desmonte da independência da sociedade civil,

característica do Estado Democrático Popular, foi aqui exacerbada pela “profissionalização” (institucionalização) da mesa de negociação formada no Pinheirinho.

É assim que, em 2014, o Governo Federal cria a Comissão Intersectorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos (CIMFurb) (Portaria Interministerial nº 17, de 27 de junho de 2014) “com objetivo de construir soluções pacíficas para conflitos urbanos que envolvam famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis ou que envolvam a garantia da gestão democrática da cidade, com o objetivo de assegurar o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e a promoção dos direitos humanos” (Op.Cit. Art.1º). Esta Comissão é administrada pela Secretaria-Geral, e é composta pelos Ministérios da Justiça e das Cidades e pela Secretaria de Direitos Humanos.

“Art. 3º: Compete à Comissão Intersectorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos: I - atuar junto aos órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta para a prevenção de conflitos fundiários urbanos; II - manter o diálogo com as comunidades envolvidas e dos movimentos sociais de moradia nas negociações de conflitos fundiários urbanos; III - responder, nos termos da lei, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público sobre questões relativas aos conflitos fundiários urbanos que envolvam competências do governo federal; IV - estimular o diálogo e a negociação entre os órgãos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal e a sociedade civil organizada, com o objetivo de alcançar soluções pacíficas nos conflitos fundiários urbanos; V - sugerir medidas para promover a celeridade nos processos administrativos e judiciais referentes à regularização fundiária urbana e aquisição de moradias por famílias de baixa renda; e VI - sugerir medidas para assegurar que, no cumprimento das decisões judiciais, sejam respeitados os direitos humanos e sociais dos envolvidos nos conflitos fundiários” (Op.Cit. Art 3º. Grifos acrescentados).

Já no final de 2014 foi criado, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), o GAORP (Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse), dentro do GPGR (Gabinete de Planejamento de Gerenciamento de Riscos e Crises). Com representantes das três esferas de governo, o GAORP, embora dentro do TJSP, não tem poder de interferência direta nas ações judiciais, sendo um espaço de *negociação institucional* dos envolvidos – um avanço sobre a forma negocial “de gaveta” do Pinheirinho. Seu caráter, portanto, segue os passos de “participação democrática” – agora dentro do judiciário – que, no entanto, resumem-se a dar apoio às decisões efetivas. Estas decisões, no entanto, são realizadas pelos juízes específicos das ações em curso, e não pelo juiz que preside o GAORP, que se limita a mediar os casos, sem ter poder de alterar tais decisões (apenas fazer sugestões qualificadas). Segundo a Portaria nº 9.102/2014, o grupo é criado considerando-se:

“1. A multiplicação de conflitos fundiários urbanos na região metropolitana de São Paulo, refletidos nas inúmeras ações de reintegrações de posse ajuizadas; 2. O impacto social derivado de cumprimento de ordem judicial de reintegração de posse com potencial violação de direitos humanos; 3. A necessidade de procedimentos específicos, construídos de maneira consensual pelos atores institucionais envolvidos, para o tratamento uniforme de tais controvérsias, com vistas à obtenção de resultados eficazes e da maneira que se mostrar menos onerosa às partes” (Grifo Acrescido).

opondo, segundo o autor, a República à Democracia. A República, nestes termos e segundo o autor, estaria mais ligada à Revolução Francesa, quando as decisões são tomadas pela vontade majoritária e há animação da esfera pública pelos atores sociais – sem mediação, portanto, de limites legislativos anteriores e sobrepostos à ação direta e autônoma da sociedade. No caso, parece interessante a contraposição entre República e Democracia na medida em que o crescente afastamento da possibilidade da esfera republicana é acompanhado, na trajetória do PT, na consolidação da defesa da democracia – em particular a “participativa”, que se afasta muito, segundo as defesas de Vianna, da representação popular “republicana”.

Sua composição é uma ampliação da mesa de negociação do Pinheirinho (cujos representantes, permanecem sendo as *mesmas pessoas físicas*³⁴⁶), trazendo para ela outros atores que demonstram seu caráter de controle social (como a Polícia Militar)³⁴⁷ travestido de discussão “consensual” que oculta a luta de classes. Integrantes históricos dos movimentos de moradia em São Paulo alertaram:

“(...) sem um intenso e permanente acompanhamento dos movimentos populares de moradia e do conjunto dos atores da reforma urbana, o GAORP e seus integrantes, bem como as demais comissões e grupos de prevenção e mediação de conflitos fundiários, poderão sofrer influências conservadoras e patrimonialistas em suas decisões e encaminhamentos, considerando que alguns segmentos conservadores, que já impediram a inclusão da função social da propriedade no procedimento das ações possessórias durante a revisão do Código de Processo Civil no Congresso Nacional, não admitem a pauta dos movimentos de moradia e reforma urbana, muito menos toleram as ocupações organizadas como instrumento de luta pelo direito à cidade” (BARBOSA, BEDESCHI e FALCÃO: 2015).

Não é apenas uma coincidência a relação do GAORP com o Pinheirinho. Nos conflitos fundiários recentes, é recorrente aparecer nas reportagens da mídia referência à necessidade de articulação do maior número de forças sociais para se “evitar um novo Pinheirinho”, indicando o GAORP como saída³⁴⁸. Em parecer da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo referente à reintegração de posse da Vila Soma³⁴⁹, em Sumaré-SP, com cerca de 2.500 famílias, o Procurador de Justiça José Carlos de Freitas cita diretamente a relação do caso com o Pinheirinho e a origem do próprio GAORP:

“Dessa proteção (à moradia) olvidou-se o Ministério Público na sua precitada ação coletiva, como já dito (fls. 22/70/2278), e o Judiciário Paulista apenas cuidou de amenizar os impactos da remoção, valendo-se, inclusive, do precitado GAORP, grupo criado a partir do episódio da Comarca de São José dos Campos, com a determinação judicial de remoção de milhares de famílias, no caso conhecido como “Pinheirinho”, que teve origem em ocupação de área de massa falida. O caso do “Pinheirinho” teve repercussão internacional e colocou na vitrine a decisão do Judiciário e a atuação do Governo do Estado de São Paulo, este pela forma como a Polícia Militar conduziu a remoção. Bem por isso, o GAORP, criado pelo então Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (hoje Secretário da Educação do Governo do Estado), visou a encontrar solução mais pacífica e menos conflituosa para as remoções de ocupações coletivas, concentrando em sua composição alguns representantes de órgãos dos três poderes, de entes federados diversos” (Relatório referente à Apelação nº 1008001-66.2015.8.26.0604 da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, emitido em 01 de novembro de 2016. Grifos no original).

³⁴⁶ É revelador do caráter paradigmático do Pinheirinho o fato de que sua mesa de negociação acompanhada pela SNAS foi replicada em diversos casos de conflitos urbanos em todo o país.

³⁴⁷ Pelo Governo Federal: a Coordenação de Movimentos Urbanos do Departamento de Diálogos Sociais da SNAS; pelo Governo Estadual: as Secretarias da Casa Civil, Segurança Pública, Habitação, Desenvolvimento Social e Justiça e Defesa da Cidadania, além do Comando Geral da Polícia Militar, da Delegacia Geral de Polícia e da Defesa Civil (representada por um Major da PM); pela municipalidade: Secretarias de Negócios Jurídicos, de Governo e de Habitação, além da Procuradoria Geral do Município.

³⁴⁸ Numa pesquisa rápida da internet se vê esta construção formal entre o Pinheirinho e o GAORP referenciada para os casos da Vila Soma em Sumaré-SP, a Ocupação Povo Sem Medo em São Bernardo do Campo-SP, a Ocupação Esperança em Osasco, entre outras, todos casos que foram ao TJ-SP nestas condições. Nacionalmente, as ocupações que compõem a região do Izidora em Belo Horizonte-MG foram aquelas que também chamaram a si o perigo de um “novo Pinheirinho”, sendo consideradas hoje a maior ocupação do país, com cerca de 8mil famílias.

³⁴⁹ A pesquisadora atua no acompanhamento técnico deste caso junto à comunidade, e teve acesso à documentação e presença em reuniões de negociação, como as do GAORP.

Dentro do mesmo caso, o Ministro Ricardo Lewandowski emitiu decisão histórica no Superior Tribunal Federal (STF), que pela primeira vez suspendeu um caso de reintegração de posse, referenciando-se, novamente, no mau exemplo do Pinheirinho para o Estado brasileiro:

“Nesse contexto, considerando as informações trazidas aos autos, de que é iminente o cumprimento de mandado de reintegração de posse (agendado para o dia 17/1/2016) para a retirada de mais de 10.000 (dez mil) pessoas, sem a apresentação dos meios para a efetivação da remoção (como caminhões e depósitos), sem qualquer indicação de como será realizado o reassentamento das famílias, e tendo em conta o risco considerável de conflitos sociais, exemplificados por episódios recentes como a desocupação da área do Pinheirinho, em São José dos Campos/SP, bem como a de um antigo prédio na Avenida São João, em São Paulo/SP entendendo que o imediato cumprimento da decisão, poderá catalisar conflitos latentes, ensejando violações aos fundamentais daqueles atingidos por ela” (Autos nº 0008497-20.2012-0604 da 2ª Vara Local. Grifo acrescentado).

Assim, para se “evitar um novo Pinheirinho” (na referência à violência da reintegração de posse), é necessário colocar em andamento todo um procedimento institucional que, ao fim, pretende direcionar o conflito social a “novos Pinheirinhos dos Palmares”, a redenção estatal. Percebe-se que há a adoção de uma nova forma de funcionamento técnico do Estado para o amoldamento padronizado das tensões urbanas, que se utiliza do *PMCMV como instrumento indutor da solução de remoção de populações* a terrenos longínquos com projetos padrão de construtoras. Raquel Rolnik (2015) desenvolve este ponto de vista a respeito do programa ao analisar as remoções realizadas no Rio de Janeiro para as Olimpíadas. Segundo a pesquisadora, enquanto a gestão municipal as denominava “remoções democráticas”³⁵⁰, o que se via era grande violência policial e falta de diálogo, resultando em cerca de 20.300 famílias removidas compulsoriamente em quatro anos. “Considerando que, para a maior parte dos moradores, as indenizações em dinheiro eram insuficientes para adquirir uma nova moradia, a opção pelo apartamento do PMCMV era, na realidade, a única disponível” (Op.Cit., 365). A possibilidade de saída deste padrão institucional é dada pela organização e determinação política das comunidades que, porém, sempre se veem na difícil e contraditória situação de lutar para *negar* a moradia oferecida como direito.

Através de observação da ação do GAORP no conflito urbano mais recente da Vila Soma, nota-se a presença dos técnicos da construtora e da CEF como figuras em transição. Se no Pinheirinho eram a coordenação da mesa e seus executores, passam a ter papel subsidiário dentro do GAORP. Assim, a trajetória da mesa de negociação que marca o processo de subsunção do Pinheirinho à ordem capitalista através do PMCMV-FAR expressa e determina o avanço cada vez menos contraditório do Estado Democrático Popular em relação ao gerenciamento da luta de classes. É importante caracterizar a forma específica desta subsunção: da lógica bancária à judicial, articulando Estado e Capital através da instrumentalização das políticas públicas.

Assim, após a mesa de negociação instaurada no Pinheirinho, que já se apoiava no direcionamento federal de negociação de conflitos por meio da SNAS, foram criadas várias instâncias federais (CIMFurb) e estaduais (GAORP) destinadas à institucionalização deste

³⁵⁰ Segundo o secretário de habitação à época, Jorge Bittar (PT): “Não faremos remoções como no passado. O processo acontecerá sem traumas. Vamos oferecer alternativas às famílias que vivem em áreas de risco e insalubres. Além do PMCMV, elas podem optar por comprar imóveis usados ou [receber] indenização. Neste último caso, para voltar à terra natal” (ROLNIK: 2015, 364).

procedimento. O GAORP, no entanto, parece ser o caso mais relevante para a hipótese desta tese, pois tal institucionalização se dá por meio do judiciário, fato que revela uma determinada forma de predominância interna ao Estado. Se o PMCMV é o instrumento mediador dos processos de negociação, nada mais coerente se eles fossem realizados pelo poder executivo por meio dos ministérios e secretarias (fato que continuou acontecendo). Por que a necessidade da judicialização? Há algo de errado quando o “direito” não é objetivo o suficiente para que as mesas executivas não deem conta da tarefa negocial. Há especificidade histórica para esta forma, que precisa ser melhor entendida.

O Estado capitalista sob dominância financeira, na periferia

“Juro Etimologia: lat. jus, juris no sentido de 'direito, equidade, justiça; documentos que estabelecem um direito, títulos; legislação, atribuição legal; lugar em que se administra justiça; autoridade, poder, consentimento; condição, estado” (Dic. HOUAISS).

“Para que essas coisas se refiram umas as outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um somente de acordo com a vontade do outro, portanto, cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado pela relação econômica mesma” (MARX: 1983 [1867], 79).

Cabe, portanto, entender melhor este papel estatal na periferia do sistema capitalista *na conjuntura de dominância financeira* – levando em conta a argumentação de Leda Paulani (Capítulo 1.3) de que tal periferia mundial se constitui como plataforma de valorização financeira na divisão internacional dos agentes de reprodução ampliada do capital. Serão levantadas aqui duas formas de articulação *entre capital financeiro e Estado* particularmente importantes para analisar o setor de habitação popular atualmente. A primeira se refere à interferência no setor produtivo e a segunda na regulamentação e produção de ativos financeiros (sejam eles físicos ou fictícios). Será necessário passar por tal referencial teórico para depois retornar às questões postas no item anterior.

Embora o capital portador de juros pareça estar distante do setor produtivo, eles estão bastante conectados: para existir circulação, são necessárias a produção e a acumulação, sem as quais não há possibilidade de remuneração do capital rentista. No momento de predominância de reprodução fictícia, o setor produtivo deve se adequar a uma lógica diversa às suas anteriores determinações, pois sua função não é mais, primordialmente, a geração de lucros através da produção de mercadorias, mas sim a produção de mais-valia para remuneração do capital através dos juros. Aparentemente descolado da materialidade produtiva, o capital impõe um ritmo externo a ela, na direção do que Marx chamou de fase “especificamente capitalista”, na qual há uma reorganização da produção com foco nos ganhos de produtividade advindos da geração de mais-valia relativa. Não se trata, portanto, de

um ajuste de produtividade necessário ao atendimento das demandas reais, mas sim para a remuneração do capital rentista.

Foi visto anteriormente, em continuidade às averiguações de Sérgio Ferro e Ruy Mauro Marini nos Capítulos 1.2 e 1.3, que tal configuração tem especificidades no Brasil, país dependente. Neste sentido, é necessário dar especial atenção, na construção civil, às novas formas de incremento da *mais-valia absoluta* que se expressam na centralidade da maior *intensidade* do trabalho em relação à produtividade, como seria o caso da mais-valia relativa (ver Capítulo 2.2). Tal intensificação do trabalho dá outro caráter à mais-valia absoluta, que aparece aqui não como extensão de jornada de trabalho, mas como aumento da rotação do capital, fazendo a diferença em relação à categoria de produtividade ser difícil de ser notada. De qualquer maneira, isso não invalida as categorias marxianas para o entendimento do processo: há uma massa maior de mais-valia que deve ser produzida em menos tempo para alimentação do sistema financeiro. Se isso, nos países centrais, se efetiva por meio de incrementos de produtividade (com inserção de tecnologia poupadora de mão-de-obra), nos países dependentes isso se dá por meio da intensificação do ciclo de rotação do capital.

Há dois momentos fundamentais de transformação das relações de produção empreendidas pelo capital na descrição de Marx. O primeiro ocorre quando a produção de produtos úteis (valores de uso), realizado de acordo com suas necessidades técnicas internas e disponíveis, transforma-se na produção de mercadorias. Neste momento, as determinações da produção são definidas pela objetividade intrínseca ao capital: a geração de mais-valia na produção. Marx define este momento como *subsunção formal do trabalho ao capital*:

“O processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital – da fabricação de mais-valia. O processo de trabalho é subsumido ao capital (é seu próprio processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração de trabalho alheio. É isso a que denomino subsunção formal do trabalho ao capital. É a forma geral de todo processo capitalista de produção; mas é ao mesmo tempo uma forma particular, a par do modo de produção especificamente capitalista desenvolvido, já que a última inclui a primeira, mas a primeira não inclui necessariamente a segunda. O processo de produção converteu-se em processo do próprio capital; é um processo que se desenvolve com os fatores do processo de trabalho, e no qual o dinheiro do capitalista se transforma; é um processo que se efetua sob a direção deste, com o fim de fazer de dinheiro mais dinheiro” (MARX: 1978 [1867], 51. Grifos no original).

“Quando a relação de superioridade e de subordinação substitui a escravidão e a vassalagem, formas patriarcais, etc., de subordinação, apenas se opera uma transformação em sua forma. A forma torna-se mais livre porque é agora de natureza simplesmente material, formalmente voluntária, puramente econômica. (...) Registra-se, aqui, pois, a perda da autonomia anterior existente no processo de produção; a relação de superioridade e de subordinação é, ela mesma, produto da implantação do modo capitalista de produção” (MARX: 1978 [1867], 59-60. Grifos no original).

O segundo momento define, para Marx, a fase *especificamente capitalista*, originada na subsunção formal do trabalho ao capital mas que a eleva à *subsunção real*:

“Com a produção da mais-valia relativa modifica-se toda a figura real do modo de produção, e surge (inclusive do ponto de vista tecnológico) um modo de produção especificamente capitalista, sobre cuja base e com o qual se desenvolvem ao mesmo tempo as relações de produção – correspondentes ao processo de produção capitalista – entre os

diversos agentes da produção, e em particular entre o capitalista e os assalariados. (...) A mistificação implícita na relação capitalista em geral, desenvolve-se agora muito mais do que podia ou teria podido se desenvolver no caso da subsunção puramente formal do trabalho ao capital” (MARX: 1978, 55. Grifos no original).

Retomando, interessa aqui observar que tal dinâmica de subsunção *real* do trabalho ao capital, embora já se desenvolva com graus diversos nos diferentes setores produtivos do país há pelo menos um século (principalmente a partir da década de 1930), se aprofunda, consolida e ganha predominância³⁵¹ com o avanço da centralidade da reprodução fictícia de capital em consonância com o neoliberalismo. A remuneração específica do capital (a forma juros) tem o caráter de pressionar a *produção material* para alcançar ganhos de produção que respondem a uma necessidade de valorização baseada em *formas fictícias* e, portanto, descoladas das necessidades e possibilidades materiais da produção de mercadorias. Como ressaltado acima, este ganho na massa de mercadorias produzidas tem origens em transformações produtivas diversas de acordo com o setor em que se localizam, que aumentam seus ganhos com incrementos maiores ou menores de mais-valia relativa.

Porém, vale lembrar a forma específica das economias dependentes: *em média*, o país mantém transferências de valor para o exterior com função de contrarrestar o movimento tendencial de queda da taxa de lucro mundial; ou seja, mantém setores intensivos em mão-de-obra, como a construção civil. Nestes setores, os ganhos de escala são alcançados com transformações técnicas, como ocorre no incremento de mais-valia relativa, *porém* se dão com a intensificação do trabalho, aumentando o número de rotações do capital, e não diminuindo o valor (a massa de trabalho) contido em cada uma das mercadorias produzidas. Assim, aventa-se aqui a possibilidade de que a subsunção *real* do trabalho ao capital, nos países dependentes, está fundada *em média* nas transformações técnicas que respondem à necessidade de aumento da rotação do capital e não exatamente, ou apenas, no incremento de mais-valia relativa. No caso da construção civil, especificamente, embora se possa observar um avanço da subsunção real do trabalho ao capital, permanece sua estrutura manufatureira e muitas etapas internas a esta sob subsunção *formal*, com certo domínio do processo de trabalho pelos trabalhadores.

Essas transformações produtivas em nome do aumento de rotação do capital se dão através de uma série de coerções, sendo o Estado uma força social fundamental neste processo, pois a relação direta e autônoma entre capital e trabalho não é suficiente para originar e manter esta lógica nos países dependentes. Marx ressalta que um dos fatores que determinam o caráter fictício do capital portador de juros é sua *forma jurídica por excelência*, uma relação contratual cujas condições são determinadas de maneira exógena ao processo produtivo.

“O retorno do capital ao seu ponto de partida é, em geral, o movimento característico do capital em seu ciclo global. Isso não é característico apenas do capital portador de juros. O que o distingue é a forma externa, dissociada do ciclo mediador do retorno. (...) O primeiro dispêndio, que transfere o capital das mãos do prestamista para as do mutuário, é uma

³⁵¹ “O que distingue, desde o início, o processo de trabalho subsumido, ainda que formalmente, ao capital – e em relação a que se vai distinguindo cada vez mais, ainda que siga tendo por base a velha modalidade do trabalho tradicional – é a *escala* em que se efetua; ou seja, por um lado, a amplitude dos meios de produção adiantados; e por outro, a quantidade de operários dirigidos pelo mesmo patrão” (MARX: 1978, 53. Grifos no original).

transação jurídica, que nada tem a ver com o processo real de produção, mas apenas o encaminha. O reembolso, que transfere novamente o capital refluído das mãos do mutuário para as do prestamista, é uma segunda transação jurídica, o complemento da primeira; uma encaminha o processo real, a outra é um ato posterior a esse processo. Ponto de partida e ponto de retorno, entrega e restituição do capital emprestado, aparecem assim como movimentos arbitrários, mediados por transações jurídicas e que ocorrem antes e depois do movimento real do capital, e que nada têm a ver com o próprio” (MARX: 1986a [1890], 261-262. Grifo acrescido).

A existência de regulação destes contratos é, portanto, fundamental, e o Estado ganha cada vez mais centralidade na economia por conta disso – tornando a articulação entre dinheiro e poder mais estreita. Nos países periféricos esta relação é ainda mais acentuada, por conta do papel do Estado na manutenção da posição do país no processo de acumulação de capital mundial, já discutida por inúmeros autores (da bibliografia aqui citada, principalmente Oliveira). Desta maneira, podemos entender a ação estatal tanto na transformação interna do setor produtivo, quanto na regulação do mercado e na formação de ativos.

Retomando o argumento de Leda Paulani (2008), a centralidade da manutenção da rentabilidade junto aos credores externos leva ao controle interno (e internalizado) do superávit primário³⁵² (transfigurado de forma fetichista em “credibilidade”). Para aumentar a produção interna (e aumentar a arrecadação) são realizados dois movimentos: um de aumento da produtividade do capital instalado e outro de aumento absoluto da capacidade de produção, ambos direcionados ao aumento da produção de massa de valor. A imposição de maior produção ao capital (no limite a consolidação da subsunção real do trabalho ao capital) é realizada pelo Estado principalmente através das *regras de acesso ao crédito*: a lei de licitação, a exigência de adequação a certificados de qualidade, o sistema de repasse (como visto no Capítulo 2.2) e a mudança das relações trabalhistas. A combinação destes termos gera, no setor privado, um cenário de busca por maior eficiência (diminuição de custos para ser competitivo nas licitações e ter possibilidade de participar de contratos de preço fechado em sistema de repasse), equiparação organizacional com empresas internacionais e intensificação da terceirização. Características, portanto, próprias ao regime “especificamente capitalista”.

A expansão da capacidade produtiva do país envolve, por sua vez, o investimento em capital fixo que, no caso do Estado, significa a produção de infraestrutura³⁵³. A magnitude deste investimento, no entanto, volta a ser problemática quando se considera, novamente, a prevalência da necessidade de manutenção do superávit primário. Os mecanismos de escape deste imbróglio foram as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e as Concessões que, idealmente, teriam como virtude o retorno do investimento ao retirarem a responsabilidade do poder público de gerir e manter tais empreendimentos. A engenharia jurídica, aí, vem para camuflar

³⁵² “Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. O déficit primário ocorre quando esse resultado é negativo. Ambos constituem o “resultado primário” (Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit> > acessado em 14 de fevereiro de 2018).

³⁵³ Segundo Paulani, “Um dos sinais mais contundentes do declínio sofrido pela economia brasileira nos últimos 25 anos é a trajetória claramente descendente da formação bruta de capital fixo medida como proporção do PIB (FBKF/PIB). Tendo alcançado cifras da ordem de 25% em meados dos anos 1970, essa razão agora mal chega a 14%” (PAULANI: 2008, 73). Vale apenas uma nota a esta declaração: o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foi lançado em 2007, justamente para sanar estes gargalos.

uma relação desigual entre o Estado e o setor privado, que acaba usufruindo duplamente do investimento público: ao usá-lo como meio de produção (capital fixo) e como meio de reprodução (usufruto de sua remuneração). No caso, os modelos de PPPs e Concessões são mais adequados ao momento de predominância financeira do que as privatizações. Estas, que acontecem segundo Leda numa primeira fase de financeirização, apenas transferem patrimônio público, dando a possibilidade de ganhos na forma de lucro ao agente privado. No caso das PPPs e das Concessões, a manutenção do Estado na relação é muito mais proveitosa, pois ele dá segurança ao negócio, tornando-o muito próximo a um investimento em ativos de renda pré-fixada.

O Estado estaria presente, portanto, nos momentos de produção e circulação de certos capitais (que mantém contratos com ele e que acabam balizando a forma dos demais, por extensos vasos comunicantes). Seu papel, no entanto, não acaba por aí, estando particularmente atuante na esfera do consumo. Nela, a relação muito marcada de conflito de classe entre trabalho e capital presente nas esferas da produção e da circulação, reifica-se com facilidade ao transmutar o trabalhador em “cidadão consumidor”. A principal forma de operar esta passagem é através da expansão do crédito individual e do aumento real do salário mínimo. Estas medidas têm como consequência imediata o crescimento do mercado interno, fundamental para dar credibilidade ao país dentro do sistema financeiro, pois o país dá mostras de que há capacidade de expansão para o capital. E são realizadas diretamente por ações estatais.

De maneira ainda mais direta, o Estado é fundamental como *indutor* de produção – diferente do período anterior, no qual ele mesmo era produtor. Esta indução ocorre em boa medida através das “compras públicas”, que asseguram mercado ao agente privado. Este é o ponto nodal do sistema “ganha-ganha”: há possibilidade de ganhos privados em setores antes fechados por conta da falta de capacidade de pagamento da demanda (inexistência, portanto, de mercado consumidor); por outro lado, o Estado se reveste do perfeito invólucro “republicano”, ao voltar sua ação para a população carente que, afinal, é a massa potencial consumidora que precisa ser ativada. E ela ganha também, ao ser alçada à categoria de consumidora – efetivação de cidadania, nos termos colocados pela conjuntura. Note-se que a aparência equilibrada sob o capital só pode significar um sério desequilíbrio oculto – particularmente efetivo sob predominância financeira, que põe em movimento a forma sem origem do fetiche-capital. O Calcanhar de Aquiles é justamente esta falta de origem: de onde vêm os recursos para sustentar isso? O sistema, portanto, é instável e explosivo – não dá mostras da sua precariedade até tombar³⁵⁴.

Além destes papéis ligados à produção, o Estado em contexto de predominância financeira do capital é fundamental por conta de ser aquele que *centraliza a esfera jurídica*. Segundo Marx,

“O movimento real do dinheiro emprestado como capital é uma operação situada além das transações entre prestamistas e mutuários. Nestas, essa mediação é apagada, invisível, não está diretamente implícita. Como mercadoria de natureza peculiar, o capital possui

³⁵⁴ “Já ouviu a história do cara que caiu de um arranha-céu? Conforme ele passava pelos andares, repetia a si mesmo: Até aqui, está tudo bem... até aqui, está tudo bem... até aqui, está tudo bem. Não é a queda que importa. É a aterrissagem”. Hubert, personagem do filme “O ódio”, de Mathieu Kassovitz, 1995.

também um momento peculiar de alienação. O retorno não se expressa aqui portanto como consequência e resultado de determinada série de atos econômicos, mas como consequência de um acordo jurídico entre comprador e vendedor. O prazo do refluxo depende do decurso do processo de reprodução; no caso do capital portador de juros, seu retorno como capital parece depender do simples acordo entre prestamista e mutuário. De modo que o refluxo do capital, com respeito a esta transação, já não aparece como resultado determinado pelo processo de produção, mas como se o capital emprestado nunca tivesse perdido a forma de dinheiro. Sem dúvida, essas transações são efetivamente determinadas pelos refluxos reais. Mas isso não aparece na própria transação. (...) No caso do capital portador de juros, o retorno bem como a entrega são apenas resultados de uma transação jurídica entre o proprietário do capital e uma segunda pessoa. Vemos somente entrega e reembolso. Tudo o que ocorre no meio é apagado” (MARX: 1986a [1890], 262-263. Grifos acrescentados).

De acordo com esta formulação, e considerando a natureza do fetiche³⁵⁵, o capital portador de juros depende ao mesmo tempo, de forma dialética, do processo de produção e do seu ocultamento, efetivado pelo caráter jurídico do contrato entre prestamista e mutuário. Tal transação jurídica é necessária para a efetivação da forma irracional da existência da reprodução de capital na esfera da circulação.

“A esfera de domínio, que envolve a forma do direito subjetivo, é um fenômeno social que é atribuído ao indivíduo do mesmo modo que o valor, outro fenômeno social, é atribuído à coisa, enquanto produto do trabalho. O fetichismo da mercadoria se completa com o fetichismo jurídico. As relações dos homens no processo de produção envolvem assim, num certo estágio de desenvolvimento, uma forma duplamente enigmática. Elas surgem, por um lado, como relações entre coisas (mercadorias) e, por outro, como relações de vontade entre unidades independentes umas das outras, porém, iguais entre si: tal como as relações entre sujeitos jurídicos. Ao lado da propriedade mística do valor aparece um fenômeno não menos enigmático: o direito” (PACHUKANIS: 1988 [1924], 75. Grifos acrescentados).

E, pelo fato dele se dar aparentemente *fora das relações imediatas de produção*, o caráter jurídico adquire centralidade quando há predominância do capital fictício justamente por sua função de agente econômico *por meio* de sua forma mistificadora. Segundo Marx, o capital portador de juros encerra a síntese da forma do fetiche-capital na medida em que efetiva um movimento real de reprodução de capital, que só pode ser fictício. Para que isso ocorra, *o contrato jurídico passa a ter função econômica* – considerando toda a irracionalidade desta formulação, que é base da forma-capital.

Segundo Pachukanis:

“O objetivo prático da mediação jurídica é o de dar garantias à marcha, mais ou menos livre, da produção e da reprodução social que, na sociedade de reprodução mercantil, se operam formalmente através de uma série de contratos jurídicos privados. (...) E, quanto à relação de exploração sucede exatamente o mesmo. Esta, bem entendido, em nenhum caso vê-se ligada à relação de troca sendo igualmente concebível numa economia natural. Porém, é apenas na sociedade burguesa capitalista, em que o proletariado surge como sujeito que dispõe de sua força de trabalho como mercadoria, que a relação econômica da exploração é

³⁵⁵ “No capital portador de juros, a relação-capital atinge sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí D – D’, dinheiro que gera mais dinheiro, sem o processo que media os dois extremos. (...) É a fórmula original e geral do capital, condensada num *resumé* sem sentido. É o capital acabado, unidade do processo de produção e do processo de circulação, proporcionando, portanto, em determinado tempo, determinada mais-valia. Na forma do capital portador de juros isso aparece diretamente, sem mediação pelo processo de produção e pelo processo de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento” (MARX: 1986a [1890], 293).

juridicamente mediatizada sob a forma de um contrato” (PACHUKANIS: 1988 [1924], 13-14. Grifos acrescentados).

Nestes termos, o Estado como agente de regulação jurídica ganha enorme relevância como agente econômico (o fictício é real). Faz parte de sua função criar e regular os instrumentos que permitem a existência deste movimento que se descola, ficticiamente, da produção. Ele é o criador da máquina e operador do movimento. Para tanto, atua originando ao mesmo tempo os ativos e os instrumentos financeiros necessários para a efetivação da reprodução fictícia, ainda sendo seu órgão regulador. Tal sistema tende à autonomia, mas não prescindirá nunca da figura jurídica com domínio regulatório. O diferente grau de autonomia deste sistema nos países e seus mercados internos é um dos elementos que caracteriza sua distinção no mercado mundial. A ação estatal, portanto, conforma este papel de maneira mais ou menos conjugada (a depender de seu grau de autonomia) com os agentes internacionais.

No caso da origem de ativos, a primeira fase da ação estatal é a liberação e o aumento quantitativo de propriedade: incluídos aqui as privatizações de empresas públicas, regularização de contratos de propriedade (como a terra), generalização da forma condomínio (fracionamento de propriedade), e terceirização de serviços públicos (que transforma direitos em mercadorias). Com estas ações, o Estado aumenta substancialmente a propriedade privada, base da remuneração rentista. No entanto, todas estas ações encontram limites de expansão na medida em que se fundam em substrato quantitativamente definido – ainda que com margem estreita de flexibilidade. Além disso, tais ações podem não resultar em reprodução de capital com predominância financeira, mas apenas uma diminuição da função produtiva do Estado: neste caso, a lógica de reprodução continua a mesma (baseada, sobretudo, na geração de lucro), ainda que com agentes diferentes do modo de regulação fordista. O Estado neoliberal, portanto, é elemento necessário, mas não suficiente.

Um segundo passo – que efetivamente muda a lógica predominante de reprodução do capital nacional e o conecta ao circuito mundial a partir de outros parâmetros – é aquele que combina a regulamentação de instrumentos de securitização de ativos e seu mercado secundário com a geração constante de ativos fictícios baratos³⁵⁶ (principalmente crédito). Este sistema ganha escala ao ser coordenado pelo Estado, principalmente porque é ele que controla a taxa de juros e subsidia o crédito – conformando os ativos baratos e dando segurança às operações. É neste momento que se pode dizer que há efetivamente uma financeirização da economia, pois há uma mudança na lógica de reprodução do capital, sendo a remuneração rentista aquela que parametriza a produção, e não as necessidades do capital estritamente produtivo.

O capital portador de juros, no entanto, não é a forma mais acabada de capital fictício pois, ainda que pareça descolado da produção, mantém com ela uma dependência estreita, sendo impossível para ele a reprodução real na esfera da circulação. Efetivamente, ele chega a ser capital pois tem a mediação da mercadoria e, portanto, do trabalho e da geração de valor. Marx nos coloca, no entanto, que a autonomia do capital *fictício* se mostra de

³⁵⁶ Luciana Royer (2013) analisa esta dinâmica na especificidade da produção de habitação, fazendo as conexões entre o SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e o SFI (Sistema Financeiro Imobiliário), nas quais identifica a necessidade do sistema público para gerar ativos baratos para alimentar o sistema privado de captação de recursos. Ver Capítulo 2.2.

maneira acabada naquelas formas que nunca tiveram relação com a produção e, portanto, nunca foram capital: as letras de crédito e de câmbio, as ações das empresas e a dívida pública. Essas formas são resultado de operações de duplicação abstrata de valores que nem chegaram a ser produzidos (especulação sobre uma expectativa), e portanto são expressões puramente fictícias de capital.

Esta particularidade interessa profundamente pois, embora a reprodução deste capital se dê de maneira efetivamente autônoma, ele depende exclusivamente da geração constante de *expectativa* em relação à produção. Não depende dela materialmente para se reproduzir, mas *depende da existência* dela e, portanto, *interfere diretamente no controle sobre sua produtividade e capacidade de expansão*. Nestes termos, podemos retomar o conceito de Marx de um momento “especificamente capitalista” de produção, no qual há submissão real do trabalho ao capital na medida em que o processo produtivo é constrangido à predominância de geração de mais-valia relativa.

Como lógica sistêmica, este processo está presente em todo o mercado mundial capitalista. No entanto, é necessária a manutenção de funções específicas para cada país, ou melhor, para cada Estado Nacional, cuja existência é fundamental para centralizar e conduzir a relação capital-trabalho internamente garantindo o funcionamento desta forma de acumulação. Lembrando Leda Paulani, os países dependentes são plataformas de valorização financeira internacional, onde o Estado garante a extração de renda real necessária para honrar o serviço da dívida pública, cujo preço ele mesmo fixa. O capital externo, nestes termos, se apresenta nacionalmente de maneira camuflada quando se considera seu grau de abstração e autonomia. Ele está presente no país não apenas nos investimentos diretos, mas também através do financiamento da dívida, que banca o Estado Nacional. Para isso, este precisa de metas elevadas de superávit primário, o que significa, entre outras coisas, incentivar a produção para aumentar a arrecadação e, com isso, manter a credibilidade do país em relação aos investidores. A relação entre capital internacional e produção, portanto, é mediada pelo Estado – relação esta que determina uma intensificação da relação entre dinheiro e poder.

Este controle da produção é feito principalmente através do financiamento público, que impõe regras e limites para seu acesso. Como condicionante para liberação de recursos, o Estado conforma as empresas dentro de parâmetros de qualidade internacionais (através das certificações, como mostra Baravelli (2014)), e exige delas determinada produtividade (praticamente as constrangendo) através da Lei de Licitações e do sistema de repasse, que implica teto para o financiamento e, portanto, a necessidade da adoção de sistemas produtivos de maior rendimento (como visto no Capítulo 2.2).

Desta maneira, vemos que o caráter estatal é bastante específico numa conjuntura de predominância financeira. Embora, como Estado capitalista, tenha facetas que se originam nas necessidades de outros momentos históricos como aquele da acumulação primitiva, do liberalismo, de bem estar social e neoliberal – até mesmo porque estas funções não podem ser entendidas através de um processo de evolução e sobreposição mecânica, mas dialeticamente em relação à dinâmica do capital naquele momento histórico. A acumulação primitiva hoje adquire outro caráter (o de espoliação), bem como o Estado “Mínimo” liberal, ou as

concessões aos trabalhadores do *Welfare*. Articulando e resignificando estas facetas, há algo de diferente no Estado hodierno, particularmente visível nos países periféricos: a função de *centralizar a gestão do capital*, diferente de outros momentos históricos nos quais ele sempre foi um importante coadjuvante. Ele é monopolista e imperialista, mas *não da mesma forma clássica*: agora, estas relações não precisam mais passar *diretamente* pelo controle da produção e dos mercados consumidores, pois seus instrumentos passam pelo *controle de gestão*, centrais num modo de acumulação na qual predomina a forma fictícia do capital. Importante: isso não significa que não persista o controle e a centralidade da produção, dos mercados, etc., mas simplesmente que eles são *apagados* na forma aparente do processo social e sua particularidade na expressão estatal. Pode-se entender esse processo como uma maneira de avanço da forma estatal no sentido de um “*Estado especificamente capitalista*”, por conta das necessárias transformações técnicas internas de sua estrutura para dar resposta a funções renovadas.

Mauro Iasi nos ajuda aqui, ao retomar Marx e Engels na “Ideologia Alemã”:

“Seria precisamente a contradição entre os interesses particulares e o interesse coletivo (agora objetivado de forma estranhada) que faz com que este ‘interesse coletivo adquira, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de uma comunidade ilusória’ (...). Esta aproximação implica algo essencial. O estranhamento se estranha. Não é mais, neste âmbito, o conjunto alienado do produto social total do trabalho social na forma do intercâmbio dos produtos do trabalho, mas ganhou materialidade num ‘corpo político’ externo e superior aos seres humanos, cujo poder não é nem um pouco mítico ou transcendente, mas eminentemente prático: o Estado. É por isso, e não por outro motivo, que em Marx a luta econômica é, sempre, uma luta política. Pelo fato de que o estranhamento que se produz no âmbito do trabalho e, por consequência, se estende às relações que constituem a sociabilidade na qual os seres humanos produzem e reproduzem sua existência volta até os seres humanos na forma de um poder político, na forma de uma ‘comunidade ilusória’ na qualidade de Estado” (IASI: 2012, 115. Grifos acrescidos).

Para E. B. Pachukanis, este caráter de estranhamento materializado como corpo político vem da *forma* mesma do Estado capitalista, derivada da *forma mercadoria*:

“Foi apenas depois do total desenvolvimento das relações burguesas que o direito passou a ter um caráter abstrato. Cada homem torna-se homem em geral, cada trabalho torna-se um trabalho social útil em geral e cada sujeito torna-se um sujeito jurídico abstrato. Ao mesmo tempo, também a norma reveste-se da forma lógica acabada de lei geral e abstrata” (PACHUKANIS: 1988 [1924], 78. Grifos acrescidos).

E tal forma lógica é materializada em corpo *separado*, o Estado:

“Com o crescimento das forças sociais disciplinadoras, o sujeito perde a sua concretização material. No lugar de sua energia pessoal nasce o poder da organização social, isto é, da organização da classe, cuja expressão mais elevada se encontra no Estado. A abstração impessoal de um poder de Estado, agindo regular e continuamente no espaço e no tempo, de maneira ideal, é aqui o mesmo sujeito impessoal e abstrato do qual ele é o reflexo. Este poder abstrato tem um perfeito fundamento real na organização do aparelho burocrático, do exército permanente, das finanças, dos meios de comunicação, etc.” (PACHUKANIS: 1988 [1924], 76. Grifos acrescidos).

Esta espécie de reificação do interesse coletivo *faz deste Estado que está aqui sendo chamado de “especificamente capitalista” a expressão do capital como forma hegemônica de*

sociabilidade, na medida em que inviabiliza a política como dinâmica republicana (que se refere ao bem público). Este *esvaziamento do campo do político* passa a ser gerido pelo Estado através da manutenção constante do consenso como pacto de classes. O papel estatal de gestor do capital faz com que o controle da luta de classes ganhe outra dimensão na medida em que conforma a *gestão do capital como gestão da política* – reafirmando, portanto, o caráter extremamente fetichista desta dinâmica.

Como decorrência desta conformação, vale notar que a relação de poder existente na relação capital-trabalho fica estranhamente abalada pela desmedida que toma a figura do gestor do capital, que toma a forma da institucionalidade. Este gestor aparece sob diversas formas sociais, mais ou menos estatais. Foi visto na Parte 1 desta tese que tal papel foi assumido, dentro da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara, pelos dirigentes da Cooperativa TT, com caráter de empreendedorismo. No Pinheirinho, pela mesma dinâmica de fracionamento de classe, que gerou lideranças gestoras do processo na mesa de negociação. Percebe-se que a função estatal nestes casos é assumida internamente pela classe trabalhadora como necessidade do capital de dispor de uma fração intermediária dela no caráter de gestora, mediadora de classes.

Assim, delimita-se com mais precisão o que está se tentando aqui caracterizar como Estado Democrático Popular: este campo institucional alargado, com predominância do poder judiciário, formado por uma fração da própria classe trabalhadora que se especializa na gestão de populações como gestão do capital na sua forma mais fetichista, internalizando o disciplinamento. Dardot e Laval (2016 [2009]) retomam Michel Foucault para falar da algo próximo: “Trata-se não da instituição ‘governo’, mas da atividade que consiste em reger a conduta dos homens no interior de um quadro e com instrumentos de Estado” (Foucault In Dardot; Laval: 2016 [2009], 18), categoria que ele denomina de “governamentalidade”. Não se trata exatamente da mesma coisa – ainda que ajude a compreensão – pois aqui se trata da relação entre uma dinâmica de classe e uma forma específica e histórica que assume o Estado periférico sob predominância financeira. De qualquer maneira, a internalização do disciplinamento *dentro da classe pela própria classe* parece avançar na caracterização de tal Estado capilarizado, que tem instrumentos específicos para conformar tal ordenamento, como visto no caso do Pinheirinho.

O sujeito em espera

“Aqui é bem melhor porque é nosso. Lá o lugar era bom, tinha tudo em volta. Mas lá tinha o risco do despejo, do terreno que não era nosso” (Solange)³⁵⁷.

“Isso aqui é o meu sonho, porque aqui a gente tem segurança, a casa é minha, ninguém tira. Lá no Pinheirinho eu tinha um terreno maior, uma casa grande, azulejada, móveis e tudo o mais. Investimos nela todo o dinheiro que meu marido recebeu quando foi demitido. Ficamos sete anos ali, fizemos muita coisa. Mas eu não sabia como funcionava essas coisas... e quando veio a desocupação, eu perdi tudo. Não deu para tirar nada de lá de dentro. Fiquei uma ano ainda pagando móveis e geladeira que eu nem tinha mais” (Joana).

O tema da segurança da propriedade é central na fala dos moradores do Pinheirinho dos Palmares, em particular das mulheres, cuja narrativa se baseia na necessidade de ter um futuro estável do ponto de vista da existência física, expressa na ocupação do corpo no espaço. Todo o resto vem depois, do trabalho ao acesso à cidade, problemas que, na sua vida, são entendidos como estruturalmente presentes: a segregação, a vida precária, o desemprego. Nesta narrativa está presente a centralidade da violência na vida destas pessoas, originada na constante instabilidade derivada de certa existência “falha” socialmente: o limiar entre existir ou não, dado que sua objetivação social é conformada pela propriedade apenas da força de trabalho, cuja necessidade social é pela negação (a funcionalidade do desemprego como manutenção do valor do trabalho). Se o sujeito, como visto acima, se constitui no capitalismo por meio da sua relação social como portador das mercadorias, tais pessoas tem existência negada (como desnecessárias) ou negativada (como base de desvalorização do trabalho que não é o seu). A propriedade da casa, nesse sentido, é um alento existencial antes de ser capitalizável.

No entanto a felicidade (expressa nas fotos da entrega das chaves, na Figura 51) dura pouco. Segundo o psicanalista Chistian Dunker (2016), a felicidade incorporada subjetivamente no momento de transformação do sujeito em proprietário de um espaço como este³⁵⁸ é derivada da anunciação de “uma forma de vida na qual precariedade, o risco e a indeterminação teriam sido abolidos” (Op.Cit., 47), por meio do acesso ao consumo (no caso, do acesso à mercadoria, como propriedade). A lógica nos parece ser a de que, dada que a sua subjetivação como vendedor de mercadorias (força de trabalho) é falha, ainda é possível a subjetivação como consumidor – no caso, de um direito, fato que determina uma relação muito contraditória com o Estado derivada, como visto acima, da explicitação do caráter fetichista do direito quando está em situações limite – indicando, por consequência, a situação de liminaridade subjetiva.

³⁵⁷ Foram selecionados alguns depoimentos à pesquisadora de moradores e moradoras do Pinheirinho dos Palmares em visita feita em 26 de novembro de 2017. Serão utilizados aqui para a construção de uma narrativa que aparece na fala não apenas destes trechos e pessoas escolhidas, mas é repetida muitas vezes e parece exprimir um todo coerente do processo desta comunidade. Os nomes dos entrevistados são todos fictícios.

³⁵⁸ Dunker (2016) está se referindo aos condomínios fechados de classe média, o que não é aqui o caso. Serão utilizados apenas alguns conceitos de seu livro, quando parecerem poder se referir a fenômenos subjetivos próximos aos aqui estudados.

Após a mudança para tal lugar de “felicidade”, no entanto, explicita-se a ilusão do desejo inicial: não há comunidade dentro do condomínio, pois não há espaço público, segundo o psicanalista. Ao contrário da realização do desejo de poder afastar uma realidade anterior de insegurança social, o que se encontra é o mal-estar próprio à averiguação de que os muros (reais ou simbólicos) que eram para efetivar a segurança, na verdade, repõem a violência da realidade, agora sob outros dispositivos. Esse significado aparece na fala de uma das moradoras do Pinheirinho dos Palmares. Mesmo o bairro sendo um loteamento aberto, como um pedaço de cidade normal, o fato de estarem isolados da malha urbana e dos bairros vizinhos por uma grande extensão de área rural faz com que as relações de subjetivação se deem nos termos do espaço segregado e fechado, “murado”: “A gente costuma dizer que aqui é um condomínio fechado. Mesmo sem muro, não dá para sair para nenhum lado, não tem acesso à rodovia e só uma pequena rua de entrada, sem iluminação”³⁵⁹ (Carla).

Segundo Dunker,

“A ironia contida na ideia de falar com as paredes (...) recupera a ideia de que nas paredes há uma demanda³⁶⁰ e uma modalidade de sofrimento que foi esquecida. Falar com as paredes não é só falar para quem não vai nos escutar, mas reconhecer que nas paredes e nos muros há um mal-estar cujo nome não lembramos mais e um tipo de sofrimento que exprime uma aspiração de reconhecimento. Novamente, o muro aparece como figura da indiferença, da exclusão e da segregação, contendo dentro de si a forma indeterminada de negação dos tempos da demanda. O muro faz lugar por meio da fronteira. Um lugar habitado por uma demanda. (...) Daí que um lugar não seja um território e que toda demarcação seja também uma ‘des-marcação’, isto é, a possibilidade, mesmo que virtual, do apagamento do território” (Idem, 65. Grifos acrescidos).

Fica clara na fala dos moradores essa percepção, como mal-estar, de que a verdadeira “demanda” não foi alcançada com a conquista da moradia e da segurança que ela dizia comportar. Principalmente, aparece sempre a comparação com um mundo anterior de dificuldade, mas de potência coletiva. Ou seja, está se falando de subjetivação política, na qual fica evidente a necessidade social e violentamente imposta pelo Estado Democrático Popular (este, alargado, no qual também se incluem as lideranças negociadoras) de fazer apagar, “des-marcar” o território próprio à política, “cujo nome não lembramos mais”. E seu instrumento para tanto, longe de ser a marginalidade, é, ao contrário, *o acesso ao direito*, porém como *mercadoria* – ou *fetichismo*, na perspectiva de Pachukanis vista acima.

A contradição aparente – pois foi visto no item anterior que ela é estrutural ao Estado capitalista – é que o acesso ao direito é a antítese da conquista de melhores condições de vida; em paralelo ao fato de que, nesta sociedade historicamente determinada, o acesso ao trabalho é, para o trabalhador, ao mesmo tempo, sua condição de existência e de sujeição.

³⁵⁹ “É preciso exportar problemas e, ao mesmo tempo, restringir seu retorno pelo esforço de barreiras fiscais, controle de fronteiras e restrição de circulação de pessoas. A identidade estrutural que une condomínios de luxo, prisões e favelas aparece como ressentimento social” (DUNKER: 2016, 68).

³⁶⁰ “Demanda”, aqui, não tem o mesmo sentido da política pública de moradia. Segundo Dunker: “O conceito psicanalítico de demanda é muito importante para desestabilizar a força intuitiva da noção de pedido, de queixa e até mesmo da noção econômica de demanda – como em ‘a oferta cria a demanda’. Por ser inconsciente, não é possível saber exatamente quando e por que uma demanda é satisfeita. (...) Essa ilusão causada pela demanda, como momento de objetivação do desejo, explica por que o sujeito não sabe o que pede no ato mesmo de pedir. Essa é outra maneira de mostrar como as teorias baseadas no sujeito econômico que age por motivações racionais, sempre maximizando ganhos e reduzindo prejuízos, não podem funcionar perfeitamente em todas as situações” (Op.Cit., 61).

Agora “incluídos” como proprietários, os trabalhadores são excluídos do trabalho e da reprodução da vida:

“Eu fiquei desempregada quando vim prá cá. Chegava muitas vezes atrasada. Tinha que deixar as crianças nas escolas (uma lá embaixo [na escola provisória] e a outra na creche) e depois pegar o ônibus, que passa de 20 em 20 minutos. Pra quem tem horário, perder um ônibus... 20 minutos é muito. E ele vai lotado daqui do Pinheirinho, e ainda passa em todos os bairros até o centro de São José. Teve uma época que a linha era só nossa, ia direto, era mais rápido. Mas daí os outros bairros fizeram abaixo assinado e agora vai parando... demora uma hora e meia para chegar no centro” (Solange).

“O CRAS [Centro de Referência em Assistência Social] é longe. Então não conseguimos pegar a cesta básica. Eu mesmo preciso mas não tenho como ir lá” (Solange).

“Quando é para ir no postinho nós vamos a pé mesmo... deve dar uns 50 minutos, mas se for com criança, daí é mais. Porque não dá para pagar passagem para mim e mais as duas, que já pagam” (Solange).

“[Quanto tempo daqui pra São José?] Você quer dizer de ônibus ou a pé? [Nossa, você vai a pé?] Quando não tem passagem... tem que ir a pé. Nem sei quanto tempo leva... é uma coisa de sair de lá umas três e chegar já escuro, mais de seis... [Você não tem uma bicicleta?] Tenho não...” (João). (São cerca de 15 km, o Google Maps confirmou o tempo).

“Eu trabalhava na reciclagem [catador], né? Quando veio pra cá não teve jeito, não tem como fazer reciclagem” (João).

“Eu não fui na reunião porque estava com pneumonia, e tive que ir no postinho do Putim [bairro vizinho], quase uma hora andando a pé. Aqui ninguém ajuda não” (João).

Feltran (2011), como visto anteriormente, faz a relação entre a ruína da estabilidade e segurança do mundo do trabalho com uma nova subjetivação política nas periferias, na qual o Estado surge como o aparato de violência e controle. Segundo ele, é necessário identificar

“como se encadeava um projeto familiar a um sonho urbano e político, cadeia de significados que orbitava em torno do trabalhador. Dinâmicas sociais e políticas específicas se fundam aí, encadeando mediações desde a esfera íntima até o mundo público, passando pela construção de uma sociabilidade própria. (...) As seguidas crises no mundo do trabalho, centro desta equação, e o desmantelamento dos aparatos públicos de sua regulação, que as acompanham, fazem todo o edifício estremecer” (Op.Cit., 100. Grifo no original).

O “desmantelamento dos aparatos públicos de sua regulação”, em verdade, tem mais o significado de *transformação* de uma determinada estrutura estatal por outra, que tem que lidar com as tensões provocadas justamente por tal situação de precariedade do mundo do trabalho – instaladas, como visto acima, pela forma específica do capital portador de juros. Segundo Zygmunt Bauman (2004):

“Como aponta Danièle Linhart, coautora de ‘Perte d’emploi, perte de soi’, ‘esses homens e mulheres não apenas perdem seus empregos, seus projetos, seus pontos de orientação, a confiança de terem o controle de suas vidas; também se veem despidos da sua dignidade como trabalhadores, da autoestima, do sentimento de serem úteis e terem um lugar social próprio’. Assim, por que os empregados subitamente desqualificados deveriam respeitar as regras do jogo político-democrático, se as normas do mundo do trabalho são solenemente ignoradas? Os desempregados da sociedade de produtores (incluindo aqueles temporariamente ‘afastados da linha de produção’) podem ter sido desgraçados e miseráveis, mas seu lugar na sociedade era seguro e inquestionável. Na frente de batalha da produção, quem negaria a necessidade de fortes unidades de reserva prontas para a refrega quando

surgisse a ocasião? Os consumidores falhos da sociedade de consumidores não podem ter esta certeza. Só podem estar certos de uma coisa: excluídos do único jogo disponível, não são mais jogadores – e portanto não são mais necessários. Antigamente, para ser um produtor potencial, bastava preencher as condições estabelecidas para a admissão à companhia dos produtores. A promessa de ser um consumidor diligente e a reivindicação do status de consumidor não serão suficientes, contudo, para ser admitido na companhia dos consumidores. A sociedade não tem lugar para os consumidores falhos, incompletos, imperfeitos” (BAUMAN: 2005, 22-23. Grifos no original e acrescidos).

E, adiante: “Os consumidores são os principais ativos da sociedade de consumo, enquanto os consumidores falhos são seus passivos mais irritantes e custosos. A ‘população excedente’ é mais uma variedade do refugo humano” (Idem, 53. Grifo acrescido). Percebe-se que a “segurança” como “demanda” da primeira citação deste item, como dizia Dunker, por ser inconsciente, “não sabe o que pede no ato mesmo de pedir”. Pois sua falta de segurança, que se expressa concretamente na falta da moradia, é na verdade uma falta de lugar objetivo na sociedade, uma não existência, que se volta contra este sujeito novamente, de maneira violenta, ao “conquistar” a casa, o direito, e este se demonstrar inócuo.

Mas o processo do Pinheirinho foi maior do que este. Pois tais “consumidores falhos” ousaram construir, como trabalhadores, seu lugar próprio *dentro da cidade*, como parte dela (dentro de seus “muros”). Do ponto de vista político, expuseram *publicamente* a existência de um *dano* (de acordo com RANCIÈRE: 1996), ou seja, uma parcela da totalidade social “sem parte”, a contradição sem frase da existência do “inexistente”. Segundo o autor, é este o momento da irrupção da política: “Só há política mediante a interrupção, mediante a torção primária que institui a política como o desdobramento de um dano ou de um litígio fundamental” (Op.Cit., 28). E, assim, “uma subjetivação política é uma capacidade de produzir estas cenas polêmicas, essas cenas paradoxais que revelam a contradição de duas lógicas, ao colocar existências que são ao mesmo tempo inexistências que são ao mesmo tempo existências” (Idem, 52).

“Não é a utilidade comum que pode basear a comunidade política, como também não é o enfrentamento e a composição dos interesses. O dano pelo qual existe política não é nenhum erro pedindo reparação. É a introdução de um incomensurável no seio da distribuição dos corpos falantes. Esse incomensurável não rompe somente a igualdade dos lucros e das perdas. Ele arruína também por antecipação o projeto de pólis ordenada segundo a proporção do cosmos, baseada na arkhé da comunidade” (Idem, 33. Grifo acrescido).

Justamente é a “reparação” do “erro” (algo que parece a “luta por direitos”) que faz acabar com a política, pois a conquista da moradia se dá dentro dos termos de um Estado reconfigurado como máquina de gestão do capital, e não pela mão dos trabalhadores, como ocorria no terreno original do Pinheirinho. Esta reconfiguração técnica, vista acima, guarda alguma semelhança com a passagem do Estado-social para o Estado-penal em Loïc Wacquant (2007, 2008), no qual *a ação de segregação é deliberadamente política*. Diria Rancière (1996): é deliberadamente *policial*, na medida em que incorpora o *dano*, administrando o consentimento da coletividade, determinando o sistema de legitimações e distribuição dos lugares sociais. É mais essencialmente a *lei*, a *ordem* das parcelas da coletividade, a “regra do seu aparecer” (Op.Cit., 42). Relação que parece fazer ainda mais sentido para o argumento desta tese na medida em que Rancière coloca que

“É assim também que a maior parte das medidas que nossos clubes e laboratórios de ‘reflexão política’ imaginam para mudar ou renovar a política aproximando o cidadão do Estado ou o Estado do cidadão oferece, na verdade, à política a mais simples alternativa: a da simples polícia. Pois é uma figuração da comunidade própria à polícia aquela que identifica a cidadania como propriedade dos indivíduos passível de se definir numa relação de maior ou menor proximidade entre o seu lugar e o do poder público” (Idem, 43-44).

Wacquant faz questão de diferenciar seu objeto de estudo, o gueto americano, de outras formas de periferia segregada no capitalismo³⁶¹. Não será feito aqui, também, tal paralelismo fácil entre os guetos, as *cités*, e as periferias estatais brasileiras. Inclusive porque o argumento do autor é de que há, nos EUA, “a substituição do Estado de semibem-estar social pelo Estado Penal³⁶²” (Op.Cit., 60), algo que é o inverso do nosso caso: nosso “nunca-Estado de bem-estar social” é, pela defesa da democracia, já um Estado-penal. Que também é diverso. Embora o encarceramento como contenção social (“punição dos pobres”, na aferição de Wacquant) seja também prática corrente no Brasil, seus significados são outros. Enquanto ali se trata (além de um grande mercado) de marginalização (local de despejo do “refugio humano” de Bauman), aqui o aprisionamento significa, na nossa periferia, o contrário: a *inclusão* do refugio humano na institucionalidade, pela passagem pelo poder judiciário e todos os seus dispositivos, o que significa também, do ponto de vista da periferia, a *inclusão* numa seleta casta de sujeitos “graduados” na institucionalidade.

Nos trabalhos da pesquisadora na periferia de São Paulo chamou a atenção a aparição da designação de “universidade” para o sistema penitenciário, na fala dos jovens. Existe claramente uma “graduação” na passagem pelo judiciário, única instância estatal reconhecida na periferia, com seu braço armado, a Polícia Militar. Feltran também descreve esse fenômeno: “A primeira institucionalização³⁶³ é outro rito de passagem relevante na vida de um adolescente de periferia que, como Pedro, transitou pelo *crime*” (FELTRAN: 2011, 80). O autor, como já visto anteriormente, está interessado nas “fronteiras” (como ele designa) entre a política e a violência na periferia, onde transitam trabalhadores e “bandidos”, sem que esta

³⁶¹ Seu texto “O mito das cites-guetos: as diferenças entre a França e os EUA” (In WACQUANT: 2008) descreve bem tais diferenças, identificando a determinação racial da segregação americana. Segundo o autor, embora nas periferias parisienses exista imigrantes, ali a segregação é antes social, com grande homogeneidade de classe, algo que não acontece nos EUA (onde há uma diferenciação interna de frações de classe na comunidade negra segregada). Importante no seu argumento é que ele identifica, na comparação fácil entre as *cités* e os guetos, um evitar político de fazer uma verdadeira análise das causas da segregação social em cada especificidade territorial e histórica.

³⁶² A categoria de “Estado Penal” em Wacquant (2008) está em contraposição com a noção de “Estado de Bem-estar Social”. Ele seria uma mobilização social e política “em resposta à ascensão e expansão da nova marginalidade urbana. (...) O aumento generalizado das populações carcerárias das sociedades avançadas se deve ao uso crescente do sistema penal como instrumento de administração da insegurança social e de contenção dos deslocamentos, que as políticas de desregulamentação econômica e de retração do Estado de Bem-estar social criaram na base da estrutura de classes” (Op.Cit., 13). Tal Estado tem configurações diversas a depender da estrutura social dos países: “Os países europeus não repetem cegamente a via norte-americana de aprisionamento em massa: a trajetória europeia em direção ao Estado Penal se baseia na intensificação conjunta dos tratamentos social e penal da pobreza e na ativação das funções de polícia dos serviços de assistência social que levam a uma forma de *pan-optismo social*. Ainda assim, somente a construção de um Estado social que abranja toda a Europa poderá interromper a escalada da penalização da pobreza e suas consequências deletérias” (Idem, 13-14. Grifo no original).

³⁶³ A prisão, no caso dos maiores de idade, ou a internação no Instituto Casa (Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, antiga FEBEM - Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor) no caso dos adolescentes.

diferenciação tenha os mesmos significados da década de 1980, constituindo um *continuum* de precariedades.

O caso do Pinheirinho mostra outra face desta mesma questão, do ponto de vista do urbano: o *continuum* entre o “morador proprietário”, com “direito a ter direitos” (Hanna Arendt Apud Feltran) e o “sem-teto social” de Bauman (Op.Cit., 22), determinado pela “redundância social”. O *crime*, aqui, é a ocupação de terra. Poder-se-ia dizer: o *crime* é existir. A punição do *crime*: a inexistência social institucionalizada pela segregação *murada* (sim), ou “para além da prisão-prédio, as periferias como campos de concentração³⁶⁴ a céu aberto” de Acácio Augusto citado por Paulo Arantes (2014). Percebe-se que foi a passagem pelo judiciário (por meio da reintegração de posse) que tornou os trabalhadores do Pinheirinho “cidadãos”. Daí para as transformações técnicas de gestão estatal posteriores, como visto no primeiro item deste capítulo, onde há a judicialização da mesa de negociação, é um passo.

Por isso tudo nosso “Estado-penal”, se formos usar a categoria de Wacquant, tem especificidades quando analisamos o Pinheirinho. Pois a penalidade não é apenas o encarceramento na “prisão-prédio”, ou o gueto racial, mas a institucionalização total *pelo judiciário*, na qual as políticas públicas são apenas instrumentos de *inclusão* neste sistema penal. Acompanhando Feltran, para a periferia a polícia não é a segurança. A prisão como institucionalização faz parte da narrativa da violência e, no caso do urbano, o direito à moradia como institucionalização faz parte, paradoxalmente, das violações no que concerne à própria existência subjetiva: o acesso à possibilidade de reprodução da vida e de existência social³⁶⁵.

Paulo Arantes (2014), na esteira do argumento de Wacquant, se detém na análise do mecanismo penal/institucional específico para lidar com o “refugo humano”: as “zonas de espera”. Nelas, *a imobilidade forçada é punição e disciplinamento* num mundo em que a velocidade, a conexão e flexibilidade são centrais para a existência social – constituindo o *workfare*, “uma engrenagem baseada na obrigação humilhante do trabalho sub-remunerado” (Op.Cit., 143), que aparece como *intensificação do trabalho* – cuja expressão urbana já foi aqui discutida nas novas tecnologias construtivas aplicadas no PMCMV, em particular a saída encontrada pelo Pinheirinho (Capítulo 2.2). A partir daí há, segundo o autor, o *continuum* punitivo do *prisonfare* e, em decorrência, do *warfare State* – cujo tema é a “‘pacificação’ através da boa governança econômica, da provisão social e securitária, etc.” (Idem, 145). “Fazer esperar e punir não só rimam no universo das disciplinas redescobertas por Foucault, mas sobretudo que *fazer esperar já é punir*, na exata medida que não se pune mais para

³⁶⁴ “O campo de concentração é uma estrutura, não apenas um fenômeno histórico datável e localizável em suas figuras mais conspícuas” (DUNKER: 2016, 69).

³⁶⁵ Tal radicalismo ficou expresso no caso de um menino de 8 anos, em Brasília, que desmaiou de fome na escola (expondo uma série de outros casos semelhantes) por morar num empreendimento do PMCMV no Paranoá Parque (com 6 mil famílias), distante 30km da mesma. “Removida de uma ocupação situada no Noroeste (Plano Piloto), a família do menino saiu de um barraco de madeira de um cômodo, que só tinha energia elétrica à noite, para um apartamento de 46 m², com dois quartos, subsidiado pelo Minha Casa, Minha Vida. Maravilha! Para o Paranoá Parque, situado a 21 km da Esplanada dos Ministérios, foram deslocadas 6.000 famílias, muitas provenientes de ocupações retiradas de áreas nobres. A falta de equipamentos sociais, inexistentes no local e insuficientes em Paranoá, cidade satélite de Brasília, é apenas uma face do problema, que com o tempo poderá ser superada. A questão estrutural é a segregação territorial, que gera bairros-dormitórios afastados da cidade. ‘O governo deu apartamentos do Paranoá, mas tirou nossas oportunidades’, afirmou uma moradora” (BONDUKI In <<http://m.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2017/11/1938756-o-desmaio-do-menino-de-brasilia-expos-os-equivocos-da-politica-urbana.shtml?loggedpaywall>> acessado em 15 de dezembro de 2017).

corrigir um desvio, mas para agravar um estado indefinido de expiação e contenção” (Idem, 150. Grifos no original).

“(...) num mundo globalizado pelo capital a única urgência é a espera. Porém uma espera muito específica do momento atual da mundialização: enquanto o capital flui, a força de trabalho das populações em peregrinação perpétua é compartimentada e comprimida por uma gama variada de coerções. A mais sutil e onipresente de todas elas, a espera, quer dizer, o disciplinamento pela espera” (Idem, 163. Grifos no original).

Tal imobilidade forçada tem uma série de formas de aparecimento e, no Pinheirinho, duas aparecem em particular: a “fila da habitação”, que condenava os trabalhadores antes da ocupação (de 8 a 10 anos) e, de maneira instável, entre a reintegração de posse e a entrega das casas (outros 5 anos); e o “tempo morto” da inexistência social após a mudança para o Pinheirinho dos Palmares. Reforçando: o tempo da ocupação foi o tempo “vivo”, no qual os trabalhadores, por suas próprias mãos, cansaram de esperar e, por isso, são punidos por crime. Sobre a “fila da habitação”, é sintomático ser ela sempre invocada por aqueles que sobrepõem a defesa do estado de direito *penal* acima do direito à vida. O jurista Jorge Luiz Souto Maior é definitivo neste aspecto, falando sobre a fila da moradia:

“Assim, é indevido aos poderes constituídos, que deixaram de cumprir a sua obrigação, valerem-se da afirmação de que não podem ser pressionados por aqueles que sofrem com sua inércia. Essa postura reflete o mais duro golpe na dignidade humana, que é o de negar à vítima o direito de se insurgir contra a agressão sofrida. Ora, foi o artifício jurídico da ‘reserva do possível’ que criou a fila, e é mesmo ilegal e imoral invocá-la como um direito. A fila só existe porque o compromisso político-jurídico não foi cumprido. Crianças sem escolas, sem creches, não podem ser colocadas em uma fila e serem atendidas quando chamadas, caso ainda estejam vivas. Menos ainda se pode visualizar essa fila como um direito ao qual o Estado, orgulhosamente, se apegue para deixar distante a visualização de sua responsabilidade. (...) O direito social confere valor jurídico ao ‘grito dos excluídos’, para que sua voz incomode ao ponto das desigualdades econômicas não serem mais suportadas. Empurrar as filas e criar embaraços na sua acomodação fazem parte da dinâmica política necessária para revelar a desordem que as filas representam. A ‘desordem’ social é um método importante para se buscar a ordem efetiva. Afinal, não se pode conceber que a soma das inteligências e esforços histórica e dialeticamente construídos nos conduza ao preceito moral e jurídico de que ‘todos têm o direito de ficar na fila, até morrer’” (MAIOR In <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/08/1504027-jorge-luiz-souto-maior-o-mtst-o-direito-social-e-a-fila.shtml>> acessado em 15 de dezembro de 2017. Grifos acrescidos).

O tempo morto da moradia no Pinheirinho dos Palmares caracteriza a máxima “pessoas que esperam simplesmente não existem” (ARANTES: 2014, 172), definindo a zona de espera como uma forma de *apagamento do horizonte de expectativas*. A subjetivação *política* se conforma como subjetivação *“policial”* (nos termos de Rancière): há uma correspondência entre o trabalhador condenado à precariedade e o disciplinamento policial decorrente da “espera pela espera”, no vácuo do direito. Neste aspecto, a institucionalização da mesa de negociação e, depois, a sua judicialização, também fazem parte deste disciplinamento policial: o tempo administrativo da burocracia, cuja última palavra é a da *lei*, a mesma que imobiliza. A questão é que é uma engrenagem movida conjuntamente entre governo e lideranças, conformando o Estado alargado, que capilariza a imobilidade social e condiciona o sujeito ao tempo administrativo, gerando uma movimentação popular estática e limitada às assembleias mensais, de cunho informativo. Nestes termos, a luta da comunidade não é organização

popular, *é espera pela casa, pelo direito*. Conforma-se a gestão de população como a *administração da espera*.

Este “Novo tempo do mundo” de Arantes (2014) deve ser lido, aqui, em conjunto com “A nova razão do mundo” de Dardot e Laval (2016 [2009]). Como visto no item anterior, tal Estado transformado é uma necessidade da nova configuração da reprodução do capital, com predominância financeira, na qual ele é central como gestor do ordenamento jurídico. Veja-se que a esfera jurídica, inchada nesta nova configuração, articula todas as pontas do espectro social: da administração do refugio humano aos contratos dos agentes econômicos, criando-se um conjunto coeso que, por sua vez, determina a “forma de nossa existência” (Op.Cit., 16), uma “razão do mundo, mas ao mesmo tempo uma ‘razão-mundo’” (Idem, 16), uma “racionalidade” que “tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (Idem, 17). Para os autores franceses, “o que a lógica do poder financeiro fez foi apenas acentuar o disciplinamento dos assalariados submetidos a uma exigência de resultados cada vez maior” (Idem, 225) e “essa ‘nova gestão’ tomou formas muito diversas, como o desenvolvimento da contratualização das relações sociais” (Idem, 227).

Tal “contratualização”, que se pode chamar aqui de *institucionalização* (pela sua incorporação na ordem instituída, na *lei*), parece estar para além do conjunto dos assalariados, pois necessita gerir, administrar, todo um ordenamento social. Nesse sentido é que os autores falam de uma subjetivação que se conforma à lógica de mercado por meio do Estado, da instituição:

“[As novas formas políticas] têm como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo. Em uma palavra, só há ‘grande virada’ mediante a implantação geral de uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção. (...) O que se destacou menos foi o caráter disciplinar dessa nova política, que dá ao governo um papel de guardião das regras jurídicas, monetárias, comportamentais, atribui-lhe a função oficial de vigia das regras de concorrência no contexto de um conluio oficioso com grandes oligopólios e, talvez mais ainda, confere-lhe o objetivo de criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado” (Idem, 190-191. Grifos acrescentados).

Como pensar, então, a relação entre o sujeito adaptado à lógica de mercado e o indivíduo em espera? Enquanto o primeiro está condicionado à dinâmica da competição generalizada como norma de conduta, o outro tem uma “integração subordinada antes que exclusão ou marginalidade” (ARANTES: 2014, 187). Parece que se retoma, aqui, a dualidade já levantada em momentos anteriores desta tese entre duas frações da classe trabalhadora precarizada (os empreendedores e o “refugio humano”), que não podem ser entendidas separadamente, mas dentro de uma mesma dinâmica: a necessidade do capital, particularmente na sua fase de predominância financeira, de institucionalização do corpo social – na medida em que a estabilidade das relações jurídicas é o centro nervoso de sua forma. Tal institucionalização necessita de capilarização social que, no Estado Democrático Popular, foi construída por meio do controle estatal ao acesso à classe trabalhadora: *não a cooptação*, mas o amoldamento da organização popular à lógica de produção capitalista, na

qual “o fetichismo da mercadoria se completa com o fetichismo jurídico”. Nesta conformação, mediada e originada no remodelamento estatal, as relações entre bases e lideranças são cortadas não pelo grau de engajamento político, mas pelo fracionamento de classe próprio à “nova razão do mundo”, na qual a organização popular tem determinada racionalidade na qual o empreendedorismo (constituente da “liderança”³⁶⁶) também é elo de disciplinarização dos trabalhadores “redundantes”. E isso precisa ser incluído *como ação estatal*.

“O Estado foi reestruturado de duas maneiras que tendemos a confundir: de fora, com as privatizações maciças de empresas públicas que põem fim ao ‘Estado produtor’, mas também de dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais” (DARDOT; LAVAL: 2016 [2009], 273. Grifos acrescidos).

Os autores chegam ao ponto talvez central de sua argumentação: a dinâmica de *interiorização da lógica do capital dentro da classe trabalhadora*, fazendo “inverter o sentido da obediência” (Op.Cit., 226). No caso do Pinheirinho isso é central para se entender a narrativa aparentemente inelutável do ciclo de violências perpetrado pela lógica do PMCMV, como visto no Capítulo 2.2. Segundo os autores, tal “nova razão do mundo” interiorizada altera “radicalmente” a definição do sujeito político, transfigurado em *cidadão-consumidor*, pautado pela lógica da concorrência na qual a ação política é regulada pelo seu grau de “retorno individual”. Tal configuração parece retroalimentar, gerando um circuito fechado e coerente, a justificativa socialmente estabelecida do tratamento da população pelo Estado como “oportunista”, que deve, portanto, ser gerida por meio de “procedimentos de vigilância, restrição, punição e ‘responsabilização’” (Idem, 320). Porém aí há um curto-circuito: tais consumidores, como lembra Bauman, são “falhos” e, portanto, parece que a punição pelo “crime” de inclusão no direito vem sem a efetivação do próprio crime. Consumidores falhos são punidos por não conseguirem consumir³⁶⁷, e o mais perverso é que a introjeção de tal lógica não lhe permite articular sua *demanda* (Dunker) como ação insurgente. Afinal, *sua punição foi a inclusão no direito*.

Tal paradoxo nos encaminha para pensar todas estas questões levantadas pelo paradigma do caso do Pinheirinho por meio da análise que o filósofo Giorgio Agamben faz do Estado de Exceção (2017 [2003]). O autor identifica tal elemento como um problema mal resolvido no campo do direito, que explicita o *limiar entre o jurídico e o político*, tendo se transformado num registro permanente do ordenamento legal atual como *técnica de governo*.

³⁶⁶ A este respeito, é digno de nota que a população do Pinheirinho dos Palmares continue sendo disputada pela concorrência das lideranças “empreendedoras”. Segundo sua principal liderança, “agora o José* tá com o pessoal do PSDB, com aquele vereador que sempre nos atacou. Eles vieram e abriram uma Associação sem ter nem eleição, e se dizem representantes dos moradores. Daí qualquer coisa que colocam no bairro, que já tava no projeto pra acontecer mesmo – tipo essas defensas, iluminação – eles vêm e falam ‘com muita luta, conseguimos...’”. (*nome fictício, de uma das lideranças que acompanhou todo o processo até então, passando por PSTU, PT e PSDB).

³⁶⁷ Wolfgang Fritz Haug passa por este paradoxo ao analisar a estética das mercadorias e seu papel na explosão de furtos às lojas de departamentos nos EUA na década de 1960. Segundo ele, há um jogo perigoso entre o oferecimento ostensivo das mercadorias e o fato de que apenas quem tem credenciais pode acessá-las. “Durante a discussão sobre furtos em lojas, o complexo funcional da estética da mercadoria tornou-se o centro de interesse dos agentes do capital, que, por sua vez, viram-se veementemente confrontados com o fato de que se rouba pelos mesmos motivos... pelos quais se compra. (...) Desse modo, o sinal de sucesso deve ser visto não só no volume de vendas, mas também no índice de furtos” (HAUG: 1997 [1971], 50-51). Comparado ao caso aqui analisado, um bom índice de “sucesso” do desenvolvimento do capitalismo brasileiro precisa ser medido não apenas pelos números do PMCMV, mas pelas ocupações de terra com objetivo de negociação para acesso ao programa. Esse tema será desenvolvido na Parte 3.

Nele há um “patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo” (Op.Cit., 13), onde se generaliza um “vazio de direito” *próprio à democracia*. Como paradigma de governo, o Estado de Exceção se conforma como uma “ditadura constitucional”, na qual, para assegurar a ordem constitucional, suspende-se a lei: “[a ditadura constitucional] permanece prisioneira do círculo vicioso segundo o qual as medidas excepcionais, que se justificam como sendo para a defesa da constituição democrática, são aquelas que levam à sua ruína” (Idem, 20).

“O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos” (Idem, 13. Grifos acrescentados).

Cria-se então o que o autor chamou de “zona de indiferença”, na qual há uma “suspensão da norma” que não define a sua extinção e a faz permanecer em relação com a ordem jurídica estabelecida. Nesta “zona ambígua e incerta”, os fatos (externos à norma) e o direito se interdeterminam. Assim,

“A lacuna não é interna à lei, mas diz respeito à sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor” (Idem, 48-49).

Nesse sentido é necessário avaliar dois momentos do paradigma do Pinheirinho: a ocupação original e, depois, o procedimento de institucionalização que passou a ser padrão no tratamento de casos semelhantes, que só cresceram desde então. Estes dois momentos conformam uma narrativa em quatro partes: 1. A ocupação; 2. A reintegração; 3. A institucionalização; 4. A vida que segue contra a lei.

A ocupação do Pinheirinho não foi uma ocupação de luta reivindicativa por moradia, inclusive (mas não apenas) porque quando ocorreu não existia uma política pública de vulto na área (2004). Ela nasceu, como visto no capítulo anterior, da *necessidade* dos trabalhadores após uma década de crescente precarização e espera nas filas da habitação. No entanto, tal necessidade foi mediada por uma ação política *não reivindicativa*: a *instauração concreta* de um pedaço de cidade próprio a esta necessidade, que não se limitava ao teto mínimo. Sua relação com o Estado, naquele momento, era a necessária para garantir a vida *já posta*. Nesse sentido, tal ação instaurava, de acordo com Rancière, a *política como declaração do “inexistente” como existente*. A *segurança* da manutenção da ocupação era um objeto de luta antissistêmica, cuja negociação sempre foi tensa por conta da “ilegalidade” do ato.

Esta, no entanto, deve ser objeto de análise nos termos de Agamben: se há direito à moradia e a propriedade deve ter função social, sobre qual “ilegalidade” está se falando? Para o autor, o ordenamento jurídico não dá conta da necessidade da vida, que está no real. A ocupação de terra, nestes termos, poderia ser entendida, seguindo o argumento do filósofo, como uma “ação humana sem relação com o direito [que] está diante de uma norma sem relação com a vida” (Idem, 131). O estado de exceção é acionado quando esta concretude da vida ameaça tal ordenamento: a lei deve ser suspensa, *em nome da sua continuidade*. A

permanência deste estado instaura a “zona de indiferença”, na qual a política se sobrepõe ao direito, como uma espécie de “direito de guerra”. Foi neste estado que a população do Pinheirinho resistiu à reintegração, num ato inédito até o momento, inclusive pela repercussão da foto do “exército de Brancaleone” (Figura 42) na qual os trabalhadores explicitam exatamente o que está em jogo: *a precariedade da vida que ousa confrontar o aparato da lei que dá sinais de ruína* – indicando que “quando a exceção se torna a regra, a máquina não pode mais funcionar” (Idem, 91).

A ação do sujeito político que instaura esta situação parece mais próxima ao que Walter Benjamin, analisado por Agamben, denomina de “estado de exceção efetivo” na sua oitava tese sobre o conceito de história³⁶⁸:

“A tentativa do poder estatal de anexar-se à anomia por meio do estado de exceção é desmascarada por Benjamin por aquilo que ela é: uma fictio iuris por excelência que pretende manter o direito em sua própria suspensão como força de lei³⁶⁹. Em seu lugar, aparecem agora a guerra civil e a violência revolucionária, isto é, uma ação humana que renunciou a qualquer relação com o direito” (Idem, 92. Grifo acrescido).

A “violência pura” de Benjamin, aquela que “depõe o direito”³⁷⁰, no entanto, tem seu ápice na demonstração épica de insubordinação fixada naquela foto, que desmascara a “fictio iuris”. No palco de guerra da reintegração de posse, ainda que a correlação de forças fosse claramente distinta, a ilegalidade da ação policial deixou o estado de exceção transparecer em sua pureza. O “desmascaramento” (Agamben) nos parece ter levado a resultados políticos: por um lado, parece ter sido um dos elementos importantes que produziram o “caldo” de insubordinações de Junho de 2013, detonadas justamente pela falência de tal *fictio* no urbano; por outro, foi laboratório da reestruturação técnica estatal, que justamente põe em andamento o *reestabelecimento da lei*, usando para isso – e daí sua especificidade histórica – a *institucionalidade do capital pela mão do mercado na produção do urbano*, o PMCMV.

O processo de institucionalização do Pinheirinho como punição social tem a ver com uma ritualização necessária para o reestabelecimento da lei em resposta à “anarquia” que, segundo Agamben, “ameaça libertar-se pela cidade” (Idem, 107). A concretude urbana do Pinheirinho dos Palmares não só expressa, mas efetiva a punição *pela lei*. É muito claro que não se trata, na sua construção, de “acesso à moradia”, mas da ritualização da “força da lei”,

³⁶⁸ “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de emergência’ em que vivemos tornou-se a regra. Devemos chegar a um conceito de história que corresponda a este fato. Teremos então à nossa frente, como nossa tarefa, a produção do estado de exceção efetivo; e isso fortalecerá nossa posição na luta contra o facismo” (8ª Tese sobre o Conceito de História, de Walter Benjamin (1942), Apud AGAMBEN: 2017 [2003], 90)

³⁶⁹ “O estado de exceção é um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei (que deveria, portanto, ser escrita: força de lei). Tal força de lei, em que potência e ato estão separados de modo radical, é certamente algo como um elemento místico, ou melhor, uma *fictio* por meio da qual o direito busca se atribuir sua própria anomia” (AGAMBEN: 2017 [2003], 61).

³⁷⁰ “O que o direito não pode tolerar de modo algum, o que sente como uma ameaça contra a qual é impossível transigir, é a existência de uma violência fora do direito; não porque os fins de tal violência sejam incompatíveis com o direito, mas ‘pelo simples fato de sua existência fora do direito’ (Benjamin: ‘Crítica da Violência: Crítica do Poder’ (1921)). A tarefa da crítica benjaminiana é provar a realidade de tal violência: ‘Se à violência for garantida uma realidade também além do direito, como violência puramente imediata, ficará demonstrada igualmente a possibilidade da violência revolucionária, que é o nome a ser dado à suprema manifestação de violência pura por parte do homem’ (Idem). O caráter próprio desta violência é que ela não põe nem conserva o direito, mas o depõe e inaugura, assim, uma nova época histórica” (AGAMBEN: 2017 [2003], 84-85).

que pretende *impedir o acesso à justiça, por meio do direito “suspensão”* (Idem, 98). A fala desta moradora explicita isso:

“Eu morava com meu pai e minha irmã, nós duas com crianças pequenas e um bebê. Quando foi a desocupação eu fiquei com muito medo e levei todas as crianças para a casa do meu irmão. Mas daí só minha irmã pegou a senha do cadastro, e eu fiquei sem casa – naquela hora ninguém nem pensava que aquilo daria nisso aqui. Agora moro aqui com ela e as crianças [são cinco, agora]. Fiquei sem casa porque fui proteger as crianças... teve até um menino de uma vizinha que ficou com o rosto machucado por causa do estilhaço das bombas” (Solange).

O Pinheirinho é paradigma pois articula, no urbano, elementos de uma conjuntura na qual Estado e capital conformam determinada lógica social, que se radicalizou mundialmente, com especificidades locais, depois de 2016. A ascensão de formas fascistas variadas é (ou deveria ser) índice suficiente de alarme para que as organizações populares discernissem, como queria Benjamin, a violência que instaura ou conserva o direito, *sendo interna a ele* – típica forma fascista, teorizada por Carl Schmitt, jurista do Terceiro Reich, segundo Agamben –, daquela que *o depõe como ação revolucionária*. Pois, se “o refugio é o segredo sombrio e vergonhoso de toda produção” (BAUMAN: 2004, 39), em Agamben “o estado de exceção é a vida – secreta e mais verdadeira – da lei” (AGAMBEN: 2017 [2003], 107).

Capítulo 2.4 O paradigma Pinheirinho e a pós-democracia

A instrumentalização da resistência

“Sabe que quem me alertou sobre isso foi Paulo Arantes. Às vezes você faz as coisas do seu jeito, com a sua política, você vai fazendo para ver se dá certo. Mas você não tem muita noção daquilo que você está fazendo. (...) Paulo Arantes disse: ‘olha, isso aqui pode mudar muita coisa’. Em um desses debates eu ouvi isso e pensei ‘acho que esse cara tem razão’. Influenciou muita coisa. A gente brincava, na época da guerra do Vietnã: ‘vamos fazer 20, 30 Vietnãs!’. Então a gente falava vamos fazer 20, 30, 100 Pinheirinhos. E eles surgiram. E o grande diferencial que tem no Pinheirinho é a resistência. Então quando vinha o pessoal fazer reunião e eles diziam: ‘qual é o plano B?’. E a gente dizia: ‘não tem plano B, só tem A’. Alguém tem que fazer um dia, nós vamos fazer, nós vamos tentar”³⁷¹.

O Pinheirinho teve uma repercussão sem igual, seja na mídia, nos organismos internacionais, na esfera jurídica, institucional e em outros processos de lutas urbanas que aconteceram depois. Como coloca a liderança acima, a resistência das famílias, apoiadas por organizações políticas e técnicos comprometidos, deu frutos para além do que imaginavam ser possível inicialmente. Depois dele, outras ocupações de terra semelhantes aconteceram em todo o país, efetivadas como loteamentos pensados, construídos e organizados pelos moradores com apoio de organizações políticas variadas, não ligadas necessariamente aos tradicionais movimentos de moradia do campo Democrático Popular. Abriu-se um campo importante para a esquerda, que passa a retomar o trabalho de base em contraposição à institucionalidade de movimentos próximos ao PT e também ao vanguardismo de movimentos centrados na massificação e que não constituem raízes territoriais.

É importante também entender, porém, os desdobramentos desta resistência no contexto de amadurecimento do Estado Democrático Popular. Dentro da perspectiva de *amoldamento* que está sendo apresentada aqui como hipótese (em contraposição às teses de cooptação e “traição da direção”), percebem-se outras características do Pinheirinho que foram multiplicadas – configurando este contexto de subsunção das organizações populares à

³⁷¹ Liderança 1, em entrevista para a pesquisadora em 02 de fevereiro de 2016.

lógica própria de tal Estado, que é a de gerenciamento das forças sociais a partir da nossa especificidade na divisão social do trabalho mundial. O mecanismo observado neste caso, e que se repetiu em outros, foi a conformação da resistência popular dentro dos limites da conquista da moradia e, no máximo, de equipamentos e serviços públicos – direitos democráticos assegurados pela constituição. A luta por direitos, aqui, está dentro da forma estatal implantada e subsumida pelo capital, configurando instrumentos institucionalizados para seu tratamento. Assim, a resistência organizada e efetivada durante o processo de reintegração de posse – fantasma que ronda todas as reuniões de negociação com ocupações de terra até hoje, e que gerou uma série de jurisprudências, tornando muito mais difíceis as grandes reintegrações nacionalmente (como decisões do STJ e STF baseadas no caso do Pinheirinho) – precisa ser separada, analiticamente, do processo de manutenção da mobilização das famílias após o ocorrido, que se deu em outras bases e que teve outras consequências.

Tal mobilização pós-reintegração foi mantida em nome da pauta do *direito*, considerando politicamente as características de um Estado democrático específico, jogando com a solução consensual por meio da negociação. Tal arranjo foi possível por conta dos elementos do litígio estarem postos e *reconhecidos* pelas forças sociais em disputa. No entanto, foi exatamente este mecanismo que instrumentalizou a resistência ao negar a possibilidade de instauração da política como ruptura dissensual, presente na organização autônoma da comunidade durante os anos da ocupação. Retomando questões levantadas em trabalho anterior da pesquisadora:

“O que o autor [Jacques Rancière] chama, então, de ‘pós-democracia’, caracteriza-se pelo avesso da democracia real: ela é a ‘prática consensual do apagamento das formas do agir democrático’. É a prática governamental de uma democracia depois do demos, que liquidou a aparência, o erro de conta e o litígio do povo, redutível aos dispositivos do Estado e das composições de interesses sociais. É um modo de identificação entre os dispositivos institucionais e a disposição das parcelas da sociedade: o desaparecimento do sujeito e do agir próprio da democracia, sendo a adequação total entre as formas do Estado e o estado das relações sociais. É, portanto, a democracia consensual: ‘Consenso é um certo regime do sensível. É o regime em que as partes já estão pressupostamente dadas, sua comunidade constituída e o cálculo de sua palavra idêntica à sua performance lingüística. O que o consenso pressupõe portanto é o desaparecimento de toda distância entre a parte de um litígio e a parte da sociedade. (...) É, em suma, o desaparecimento da política’. Ela é, assim, o regime da ‘opinião’ atrelada ao ‘direito’. ‘Sua utopia é a de um cálculo ininterrupto que presentifica o total da opinião pública como idêntico ao corpo do povo’. O povo deixa de ser incontável e irrepresentável: ele está totalmente presente e ausente ao mesmo tempo (...)” (GUERREIRO: 2006, 130).

A política foi instaurada no Pinheirinho no momento aberto da luta de classes, onde se dava uso a uma terra que apenas lastreava empréstimos; fazia-se cidade de acordo com a necessidade das famílias; independia-se do Estado; ocupava-se o centro da cidade com habitação de pobres, etc. Ou seja: colocava-se em discussão o irrepresentável, aquilo que não estava nas regras do jogo, aquilo que fugia da lógica do capital. A esta situação foi acionado o *sistema policial*:

“Chega-se então ao que Rancière denominou de lógica pós-democrática. Nesta, o aparato ‘policial’ tem controle, todo o tempo, da manutenção do consenso entre as diversas parcelas da sociedade, não permitindo a nenhuma delas se sobressair como uma parcela não

contada. O Estado pós-democrático, desta forma, tem papel central na manutenção ‘policial’ do sistema: ao não conseguir incluir socialmente as classes menos abastadas, apela para uma espécie de suplemento identitário que lhes faltaria, na tentativa de recriar vínculos comunitários via padronização cultural de massa. Desta maneira celebra-se o fracasso sistemático da tarefa de inclusão social, através de um novo contrato social, onde há a pretensão de estabilidade numa situação nem um pouco equilibrada de apartheid social” (GUERREIRO: 2006, 131).

A violência policial recoloca o povo no seu lugar da ordem democrática formal: como cidadão “igual”, ele deve colocar em negociação aquilo que a sociedade (diga-se, o capital) entende, ou seja, a luta por direitos. Não está em discussão nenhum dos elementos da luta de classes. O *amoldamento* se dá neste momento: as famílias, representadas por suas lideranças, são *reconhecidas* (através da ação da *polícia*) como sujeitos de direitos e parte da sociedade. É dentro destes limites que são *autorizados* a lutar – sem política, portanto. Nestes termos, é significativa a fala da liderança após a mudança das famílias sobre “chamar a polícia”: o ordenamento fora da política está estabelecido.

Esta configuração se repete no país depois do Pinheirinho. O padrão estabelecido foi o de transformar a possível irrupção política em solução manejável: a aceitação do PMCMV, como solução única, em outros terrenos que não aqueles originais, com construtoras, atendimento prioritário e cheio de excepcionalidades bem delimitadas pelo Estado. Padrão este que passou a ser, inclusive, instrumento de remoções em massa, como as que ocorreram no Rio Olímpico (Cf. ROLNIK: 2015). A organização das famílias, que passava pelo trabalho cotidiano na construção do seu espaço – expressão da resistência e do enfrentamento efetivamente político – é transformada em gerenciamento negocial de demanda e propaganda.

“O Pinheirinho continua mais forte do que nunca. Você não vai acreditar. Hoje nós temos uma média de 300 a 500 pessoas por reunião. Nós fazemos reuniões em quatro bairros. Em nenhuma ocupação do país aconteceu isso. Depois de desocupar, não tem isso daí. Porque nós fizemos este trabalho antes, trabalho de convencimento da pessoa dizendo qual era o caminho que ela estava seguindo. Hoje nós temos 5 grupos de Whatsapp lotados. Nós falamos toda hora com as pessoas. Temos 18 coordenadores só para responder perguntas no Whatsapp. Temos uns 6 grupos no Face. Nós temos duas rádios comunitárias no Whatsapp. (...) ‘Aqui é a Rádio Pinheirinho!’ E nós falamos para o Brasil inteiro. (...) O último evento que eu coloquei no Face deu 7mil visualizações em 24hs”³⁷².

A cena é fechada de maneira brilhante e significativa com a fala do juiz que acompanha outro caso idêntico ao Pinheirinho (em audiência do GAORP acompanhada pela pesquisadora), confirmando a reintegração de posse contra a resistência das famílias: “O que vocês estão fazendo é política! Se quisessem moradia aceitavam qualquer outro empreendimento no Estado ou no país!”. Fazer política se transforma no maior delito da... democracia.

³⁷² Liderança 2, em entrevista para a pesquisadora em 02 de fevereiro de 2016 (portanto, antes da mudança das famílias, ocorrida no final daquele ano).

A construção de um padrão de amoldamento

O que marca a história do Pinheirinho para a Usina, organização que vem de tradição anterior das lutas populares no campo Democrático Popular, é a profunda diferença dos seus objetivos com os dos agentes políticos que organizavam as famílias – situação que já se desenhava junto às experiências com o MST descritas na primeira parte do trabalho, *mas de outras maneiras*. De um lado, a tradição de defesa de um processo de construção do urbano baseado na autogestão; de outro uma organização política externa à questão urbana, que via o conflito apenas através do seu aspecto fundiário e da potencialidade de frutificação política na agregação de demanda como massa (ainda que o próprio processo apontasse para além disso). Este enfrentamento de posições foi novo para a Usina, acompanhado de uma série de elementos também novos trazidos pelo PMCMV – e a relação entre as coisas não é fortuita.

Primeiramente a quantidade de famílias (no caso, 1.700³⁷³), muito superior ao que sempre foi feito na tradição anterior (em que projetos de 1.000 UHs eram raros e com estrutura organizativa de participação bastante diferente do restante). Este fator, aparentemente quantitativo, se desdobra em problemas qualitativos: como fazer um processo autogestionário com tantas famílias, principalmente na fase de projeto? Não se trata de uma questão pontual, pois a lógica que subjaz ao processo como totalidade (portanto tanto no PMCMV, quanto nas grandes ocupações urbanas) é sua escala desmesurada – que propicia retornos satisfatórios para os mercados imobiliário e político –, que impede a prática de formação política ligada aos elementos de organização da vida cotidiana.

Depois, a posição irredutível da maioria delas de que deveriam ser construídas casas isoladas em lotes – e vale aqui as diferenças em relação à Comuna Dom Hélder Câmara, apresentada na Parte 1, na qual o lote individual era negado, ainda que a solução final fosse horizontalizada. O lote, no Pinheirinho, era o *ponto de partida* – o que demandava de saída a solução fundiária em grande terreno. Detalhe fundamental: apenas uma organização com força política poderia ser irredutível nesta questão, situação promovida pela publicidade midiática da reintegração de posse.

Esta reivindicação tem muitos significados, para além da óbvia forma de extensão horizontal periférica que aumenta os custos urbanos como um todo. O lote aqui é ponto de partida pois é a expressão mais direta e acabada da propriedade individual da terra e, portanto, da atomização política característica da fase atual de expansão do capital, na qual combina-se descentralização produtiva com flexibilidade do trabalho. É uma espécie de “ruralização” do urbano que, ao mesmo tempo, desmonta as potencialidades da coletivização do trabalho promovida pelo capital e, também, tende ao rebaixamento salarial – na verdade, a precarização sem precedentes – não apenas no quesito da habitação nos custos de reprodução da força de trabalho, mas principalmente na possibilidade de autoreprodução total da vida com toda a forma de subsistência (horta, comércio, puxadinhos, etc.). Friedrich Engels já alertava para esta questão em 1872:

“Vemos aqui claramente como, o que numa etapa anterior era a base de um bem-estar relativo dos operários – a combinação do cultivo e da indústria, a posse de uma casa, de uma

³⁷³ Tal escala só aumentou depois do Pinheirinho, havendo atualmente ocupações de 2.500 a 8mil famílias.

horta e de um sítio, a segurança de uma habitação – hoje, sob o reinado da grande indústria, converte-se não somente na pior das cadeias para o operário, mas também na maior desgraça para toda a classe operária, na base de um descenso sem precedentes do salário abaixo de seu nível normal. E isso não apenas em alguns ramos da indústria ou em regiões isoladas, mas em escala nacional. Não é surpreendente que a grande e a pequena-burguesia, que vivem e se enriquecem com esses enormes descontos de salário, exaltem a indústria rural, a posse de uma casa para cada operário e vejam na criação de novas indústrias domiciliares o único remédio para todas as misérias rurais” (ENGELS: s/d, 113).

Há duas questões articuladas aqui: a primeira relativa à ruralização representada pelo lote, e a segunda ao rebaixamento de salário (ou a sua inexistência estrutural) representado pelas formas de subsistência. Esta articulação é fundamental para que não se perca de vista os nexos entre a produção do urbano e a questão fundiária. Na sua famosa crítica à autoconstrução, Francisco de Oliveira (OLIVEIRA: 2003 e 2006) centra a questão do rebaixamento de salários na autoconstrução, responsável por nossas favelas (ver Capítulos 1.2 e 1.3). O que está em jogo no Pinheirinho é que tanto a ocupação original quanto a solução habitacional final baseiam-se na figura do *lote*, que coloca outros elementos para a discussão do salário na medida em que traz a problemática da propriedade imobiliária.

Sérgio Ferro responde à Oliveira (FERRO: 2006b) fazendo notar a relevância do exército industrial de reserva na pressão pelo rebaixamento dos salários, maior mesmo do que a autoconstrução – argumento este radicalizado pela análise de Bauman do “refugo humano”. O loteamento periférico de baixa densidade e baixa renda cumpre aqui papéis articulados no rebaixamento de salário: 1. Expressa, determina e incentiva modos de subsistência em diversos níveis (pela dificuldade de mobilidade e pelas possibilidades de exploração da propriedade privada através de comércio, serviços ou aluguel, além da pequena horta e/ou criação de animais combinada *não necessariamente* com a autoconstrução, como é o caso do Pinheirinho dos Palmares); 2. Promove especulação imobiliária ao aumentar de maneira geral o preço das terras pelos mecanismos de renda absoluta da terra analisados no Capítulo 2.2; e 3. Politicamente, atomiza o trabalhador precário urbano (como consequência dos itens 1 e 2), institucionalizando o “individualismo desesperado” ao qual se referia o Padre João Carlos no Capítulo 1.1.

Note-se que eram, no entanto, exatamente estes os motivos do movimento do Pinheirinho para defender o loteamento de baixa densidade periférico como *conquista política* dos trabalhadores: a transformação dos mesmos em pequenos proprietários que poderão “construir seus sonhos” (individuais, ligados à ascensão social) e, conjuntamente, trazer valorização para a região através da sua organização política³⁷⁴. Não era fora de sentido, nestes termos, a insistência na solução individual de construção – tendo em vista que os objetivos políticos não passavam pela formação de autonomia e cooperação entre os trabalhadores, ou ainda a experiência da construção de uma cidade pensada por eles. Aqui, o que ocorreu foi o

³⁷⁴ “As famílias vão poder morar aqui e poder construir seus sonhos. E o que é mais importante: as 1.700 famílias que vão morar aqui estão sendo muito bem recebidas pelas famílias que já moravam aqui no entorno, porque eles sabem que a vinda das famílias do Pinheirinho vai fazer com que o bairro melhore muito, porque aqui vai ter que ter avenida para poder se locomover até a cidade, tem que ter creche, tem que ter escola, tem que ter centro de saúde, tem que ter centro comunitário... Ou seja, a luta vai aumentar quando as famílias do Pinheirinho vierem para cá. E é essa a esperança, é assim que tem que ser.” (Fala de uma das lideranças em vídeo de propaganda do empreendimento. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T4e_QsMfKEg. Acessado em 14 de Janeiro de 2016).

aprofundamento da lógica do capital que combina os ganhos individuais da favela (no “empreendedorismo” da figura do proprietário precário) com os coletivos, porém institucionalizados pela ação estatal.

Mas sempre há contradições. O loteamento de baixa densidade está no imaginário das famílias justamente pelo seu significado concreto de potencial autonomia em relação às incertezas do mercado de trabalho na sua condição permanente de precariedade como exército industrial de reserva. Segundo Sérgio Ferro:

“Por estas e várias outras coisas, penso atualmente que, em vez da sequencia: autoconstrução, queda do valor da força de trabalho, baixa de salários (o que na teoria vale), na realidade a que opera é outra: exército de reserva de força de trabalho (e mais outras gracinhas do capital que deixo aqui de lado) abundante e sempre alimentado, baixa substancial do salário, baixa ainda maior do que sobra para a moradia, pois a alimentação é prioritária, autoconstrução quase obrigatória. Sem dúvida, se atingirmos uma mais que hipotética situação de equilíbrio entre oferta e procura de força de trabalho, tal baixa de salário terá repercussões e, então sim, a autoconstrução seria um erro se o capital continuar então a comandar. Se não fosse assim, nosso autoconstrutor deveria ser um danado de um masoquista. Autoconstrói, sobretrabalhando como uma besta, quando no seu salário, se não o fizesse, haveria do que pagar um barraco razoável. E tem mais, a mulher remenda as surradas roupas da família (autocostura), cria, se tem quintal, galinha e planta chuchu, faz sopa de osso (autocozinha), trata da saúde com chá de ervas (automedicina)... tudo isso também faz cair o salário” (FERRO: 2006b, 230-231).

Ainda que (ou por isso mesmo) esta situação seja fruto da sua condição de elemento do capital, ela traz contradições. A “potencial autonomia”, “seu sonho”, embora represente funcionalidades para o capital, também instrumentaliza a classe trabalhadora – da mesma maneira que a coletivização do trabalho promovida pela grande indústria ou pela manufatura. O “Manifesto do Partido Comunista” (MARX e ENGELS: 1998 [1848]) é rico em citações que descrevem esta contradição inerente ao capitalismo³⁷⁵. Mais especificamente sobre a questão da propriedade, o texto esclarece:

“Ou vocês estão falando da moderna propriedade privada burguesa? Mas o trabalho assalariado, o trabalho do proletário, cria-lhe propriedade? De forma alguma. Ele cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado, que só pode multiplicar-se sob a condição de produzir novo trabalho assalariado para explorá-lo renovadamente. Em sua forma atual, a propriedade move-se no interior do antagonismo entre capital e trabalho assalariado. Contemplemos os dois lados desse antagonismo. Ser capitalista significa assumir não apenas uma posição meramente pessoal na produção, mas também uma posição social. O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento mediante a atividade comum de muitos membros, e até mesmo, em última instância, mediante a atividade comum de todos os membros da sociedade. O capital, portanto, não é uma potência pessoal, ele é uma potência social. Assim, ao transformar-se o capital em propriedade coletiva, pertencente a todos os membros da sociedade, então não é propriedade pessoal que se transforma em coletiva. Transforma-se apenas o caráter social da propriedade. Ele perde o seu caráter de classe” (Op.Cit. Grifos acrescidos).

³⁷⁵ “A condição essencial para a existência e para a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza em mãos privadas, a formação e a multiplicação do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado assenta-se exclusivamente sobre a concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, de que a burguesia é o representante indolente e apático, substitui o isolamento dos operários, que se dá através da concorrência, pela sua união revolucionária através da associação. Com o desenvolvimento da grande indústria, subtrai-se portanto à burguesia a própria base sobre a qual ela produz e apropria-se dos produtos. Ela produz em primeiro lugar o seu próprio coveiro. A sua derrocada e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (Op.Cit.).

A ocupação de terra original do Pinheirinho foi uma ação de resistência à lógica do capital ao deflagrar tal caráter social da propriedade (afastando, portanto, o caráter de classe da propriedade), ainda ou mesmo que não tenha sido sua intenção original. Ali a terra foi usada para as necessidades dos trabalhadores, como valor de uso, ainda que tivesse, como propriedade, valor de troca. Ali eles deram uma forma a esta sua cidade, ainda que amplamente limitada pelas contradições já apontadas a que está submetido o trabalhador. Ali precisaram se organizar coletivamente, ainda que por necessidade e cheios de fragilidades políticas rapidamente preenchidas por fortes lideranças. Ali construíram as suas casas à sua maneira, ainda que de forma precária e com os reveses já citados da autoconstrução.

Nestes termos, o lote, na ocupação original, tinha outro significado do que aquele da “propriedade privada burguesa” – ainda que a reproduzisse enquanto forma urbana (o lote de 250m²). Dentro desta dinâmica contraditória, ele faz mover silenciosamente o embate entre o individual e o coletivo³⁷⁶ – uma luta em equilíbrio instável que pode pender para qualquer lado, sendo esta tensão sua maior potencialidade. O direcionamento político, neste sentido, é central, pois afeta tal movimento instável (e, portanto, experimental). A reintegração de posse acaba com esta possibilidade. A solução institucional em outro terreno, mediada pelo PMCMV, determina qual é o lado que pende a balança.

A reintegração, neste aspecto, é elemento importante pois é o termômetro de correlação de forças e deflagra o fim de um período de potencialidade política mais experimental. Nela está presente um embate obscurecido no PMCMV, que se dá entre a esfera federal e a municipal. O Pinheirinho demonstra o “terreno movediço” a que se referia Ruy Braga (2012) no qual se apoiam as forças sociais do Estado Democrático Popular. Há aqui um enfrentamento entre a implantação da democracia gerencial, representada pela esfera federal, na qual a negociação em torno do acesso ao direito prevalece (retirando a possibilidade da instauração da política); e a permanência de forças locais que são a expressão mais crua dos interesses imediatos de classe, onde a *política* é controlada pela *polícia* como motor social. Nestes termos, percebe-se que o controle policial da política que o Estado Democrático Popular pretendeu colocar em andamento se mostrou sem sucesso, como se viu durante o golpe de estado de 2016. A prevalência do poder local, no caso, e toda a sua aparente “irracionalidade” primitiva por cima do poder federal – arauto da civilização democrática capitalista – é a expressão da fragilidade do chão histórico a que se referia Braga. No entanto, o desfecho do caso do Pinheirinho demonstra ainda a força deste projeto, que precisou de radicalizar institucionalmente em contrapartida à ascensão do enfrentamento de classe após 2013.

O loteamento horizontal da ocupação original do Pinheirinho, deste ponto de vista, merece atenção. Ainda mais por estar em área valorizada. Até do ponto de vista do custo social (retirando sua face política, se é que isso é possível), muito mais coerente e racional seria a permanência destas famílias na área ocupada, a ser desapropriada utilizando instrumentos já estabelecidos na regulação urbanística, incluindo aí uma dívida milionária com a Prefeitura. No entanto, tal alternativa – defendida inicialmente através do direcionamento

³⁷⁶ “No lugar da velha sociedade burguesa com as suas classes e antagonismos de classes surge uma associação na qual o *livre desenvolvimento de cada um* é a condição para o *livre desenvolvimento de todos*” (Idem. Grifos acrescidos).

político – foi pouco a pouco afastada pelas próprias lideranças, na medida mesma que viam as facilidades e resultados rápidos trazidos pela solução de mercado proporcionada pelo PMCMV. A desapropriação demandaria recursos municipais ou estaduais, estando fora da perspectiva destas instâncias, tendo em vista que o financiamento do programa federal já pressupõe a compra da terra.

Ainda assim, por que não fazer a compra do terreno ocupado com este recurso? Foi demonstrado acima que os valores totais do empreendimento permitiam isso. No entanto, a situação de solução única do PMCMV – configurada como “Estado de Exceção” que justifica medidas de “urgência” – inviabiliza esta possibilidade muito mais racional. O programa não tem previsão de regularização, apenas de provisão habitacional. O terreno não pode ser simplesmente desapropriado, mas as casas *devem ser* erguidas, ainda que elas *já estejam* erguidas. Tendo que somar o valor de construção mais o custo do terreno super valorizado, a conta não fecha, de maneira lógica. O valor da terra era superior à porcentagem máxima admitida pelo programa. E, portanto, é o programa que define o que pode e o que não pode na cidade, e não a necessidade das pessoas que deram uso social à terra. Neste cenário, é difícil falar em “cooptação” de lideranças, mas de um processo consensual, com uma série de mediações políticas bastante complexas, no qual a lógica de mercado do PMCMV é aquela que conforma os interesses em jogo.

Fica mais claro agora o porquê que a autogestão, na prática, não fazia sentido. A perspectiva política que faz pender a balança, ali, não passava pelo questionamento da questão urbana, muito menos de formação das famílias e experimentação de autonomia pelos trabalhadores – algo que se desenvolvia na prática, sem direcionamento político, a partir da necessidade imediata das famílias. Ocorre que a organização popular se deu a partir da conformação própria ao Estado Democrático Popular, na qual o campo da política se constitui como no mercado: a partir da troca de mercadorias que se definem não pela sua qualidade específica, mas pelo fator quantitativo (e, portanto, abstrato) que pode torná-las equivalentes. Assim, o campo político é definido não pelos processos qualitativos que a produção do espaço gera, mas pelo *domínio da demanda* (quantidade de famílias lideradas, massificação). A forma do PMCMV potencializa essas relações e, portanto, há mais conformidade (coformação, formação conjunta) entre movimento popular e mercado do que cooptação. E também isso não pode ser entendido, como descreve Mauro Iasi, nos termos pouco dialéticos da “traição da direção”. Interessa aqui justamente o argumento do autor (que será aprofundado no Capítulo 3.3) do *amoldamento* da classe trabalhadora:

“Para os adeptos da teoria da ‘traição das direções’, a questão se resolve muito facilmente nas contingências que poderiam ter dado maioria a uma ou a outra concepção ou levado a um ou outro indivíduo aos postos mais decisivos de liderança da experiência partidária construída pelos trabalhadores nas duas últimas décadas. No entanto, a coisa parece não ser assim tão simples. (...) As transformações ocorridas no PT (...) não podem ser atribuídas, para o bem ou para o mal, apenas às intenções e valores que guiaram seus agentes nos diferentes momentos. Como procuramos demonstrar por meio da descrição do movimento próprio das resoluções, estas expressavam uma espécie de síntese para qual influíam a intencionalidade dos sujeitos, as condições conjunturais, entre elas, fundamentalmente, a dinâmica da luta de classes como expressão de um certo momento do processo de constituição da classe trabalhadora como classe” (IASI: 2012 [2006], 529).

É nesta conformação da classe trabalhadora que interessa, aqui, o amoldamento promovido pelo PMCMV como instrumento do Estado Democrático Popular. Um dos limites do programa para a experimentação autogestionária, vivido no Pinheirinho, é a determinação inequívoca da divisão social do trabalho. Todo o processo é marcado pela subsunção dos agentes à forma específica de produção sob o capital, incluindo aí produtividade, institucionalidade e relações entre proprietários (mesmo a demanda). O caráter técnico e objetivo de todas as operações são fundamentais, bem como a especialização dos trabalhadores envolvidos.

A questão da terra também entra nesta necessidade de formalização técnica, institucional³⁷⁷. Cabe lembrar que, no processo anterior ao PMCMV, as terras para habitação popular eram desapropriadas ou públicas, ficando de qualquer maneira sobre titularidade pública até as obras terminarem, serem comercializadas e, *posteriormente*, legalizadas (processo tão difícil que a grande maioria dos empreendimentos realizados em autogestão em São Paulo durante a década de 1990 ainda não estão legalizados³⁷⁸). Tal fato também demonstra que estes empreendimentos só estão finalizados por conta de terem sido realizados desta maneira, pois se fossem aguardar a regularização de suas áreas antes das obras, não sairiam³⁷⁹. O processo de desapropriação – que foi na prática extinto com o PMCMV – não só independe da regularidade ou legalidade da área, mas principalmente apaga todas as suas pendências jurídicas e territoriais, dando solução para esta situação. Desta maneira, a compra da terra no mercado muda completamente o processo anterior de construção do urbano pelos movimentos populares, no qual o grupo de famílias organizadas geria (desde o projeto e suas aprovações, que eram acompanhadas pelo órgão financiador) recursos públicos em terreno público – sendo as unidades habitacionais passadas depois por comercialização.

Assim, para dar um caráter de mercado a um processo que não tem premissas de mercado, no caso da produção por movimentos populares, precisam-se adequar regras *transformando agentes sociais ou políticos em agentes de mercado* – como analisaram Dardot e Laval (2016).

Nestes termos, a assessoria técnica – no caso, a Usina-CTAH – é colocada pelo PMCMV na situação de ter que fazer projeto de maneira descompromissada e técnica, sem a presença das famílias. Mais um embate com a tradição autogestionária: tendo que se adaptar a um cronograma de necessidades externas, o projeto volta para o seu lugar dentro da lógica do capital, aquele de organização da produção. Segundo Sérgio Ferro: “O desenho de representação do objeto a construir, ordem de serviço, não é coisa de todos os tempos. Está preso, por essência, ao modo de produção capitalista” (FERRO: 2006a, 174). Ou ainda: “O

³⁷⁷ “Para serem utilizados no programa, os terrenos devem ter a regularidade previamente atestada, nos âmbitos da propriedade, do parcelamento, do registro e da edificação a ser construída, diferindo da prática de boa parte dos programas públicos de habitação social desenvolvidos historicamente. Essa exigência, por um lado, garante ao beneficiário a escritura do imóvel ao final do processo, mas está muito distante da realidade das terras urbanas disponíveis e acessíveis e dos processos de licenciamento nos órgãos públicos” (RODRIGUES: 2013, 79).

³⁷⁸ Segundo dados do Conselho Municipal de Habitação (GT - Regularização Fundiária de 2014, do qual a pesquisadora fez parte), menos de 25% das unidades realizadas em mutirão em São Paulo estão regularizadas.

³⁷⁹ Em outro empreendimento acompanhado pela Usina no PMCMV, tal condição de titularidade (que teve que passar do município para a Entidade) foi tão burocrática – pelo fato de que não existiam os procedimentos para se fazer isso antes de uma comercialização – que a obra demorou 4 anos para ser iniciada.

processo de produção, enquanto processo de extração de mais-valia, cria o intermediário desenho entre o comando e as unidades de produção. Porta-voz: o *designer* ou o arquiteto, também criados seus” (FERRO: 2006a, 159). O desenho, na tradição anterior, era a sistemática de um processo autogerido, representação direta e instrumental do esforço de diminuição da distância entre o pensar e o fazer decorrentes da divisão social do trabalho pelo capital, expressão das necessidades de vida e de produção do trabalhador e de cooperação no canteiro (ver Capítulo 1.1). No desenho subsumido ao capital, imposto pelo PMCMV, as determinações e objetivos são outros. Sérgio Ferro nos ajuda, comparando o desenho no capitalismo com aquele utilizado pelas corporações de ofício (mas que, guardadas as devidas diferenças, nas qualidades que são apresentadas neste trecho, se assemelham ao processo autogerido):

“Da regulamentação da produção à sua organização, da mensuração externa à sistematização das operações – é nesta passagem que o desenho faz-se adotar como instrumento do capital, momento em que se torna urgente definir as parcelas da produção com maior rigor. Questão de organização, portanto, que o generaliza como documento de trabalho. O objetivo de seu uso não é nem a qualidade do produto (as normas da corporação eram muito mais rígidas e detalhadas), nem sua constância (a ausência do desenho fazia, se fosse o caso, da cópia direta um modelo mais fiel). O que constrange a história do desenho é a divisão desigual do trabalho que avança – e seu polo, o acordo a ser imposto aos componentes produzidos pelos trabalhadores divididos. Por baixo, sorrateiramente, o império do valor comanda a reforma” (FERRO: 2006a, 154).

A transformação do canteiro também é notável – mesmo se comparada aos canteiros do mercado tradicional da construção civil. A mudança de construtoras do Pinheirinho é emblemática, pois demonstra de maneira muito didática a necessidade de rearranjo das relações de produção dentro do PMCMV. O esquema tradicional da primeira construtora, inclusive com a prática recorrente de pedir aditivo na terraplanagem, mostrou-se amplamente insuficiente para acabar a obra. São as determinações do PMCMV que direcionam a transformação do canteiro, ainda que não prescrevam a tecnologia a ser adotada. Desta maneira, o uso do CAA não é apenas uma escolha, mas a possibilidade de conclusão da obra. E isso envolve um avanço da subsunção do trabalho ao capital que *a própria classe trabalhadora, na sua atual determinação histórica, não está disposta a discutir*.

Além da evidente diminuição de profissionais e suas habilidades específicas no canteiro (substituídos pela figura do “montador”, que enfrenta socialmente uma crise de identidade por ter responsabilidade de pedreiro e qualificação de servente), a tecnologia do CAA *avança na conversão do trabalho vivo em trabalho morto* – o trabalhador em parte da máquina. Segundo José Eduardo Baravelli:

“No entanto, as implicações do CAA para o trabalho em canteiro não estão apenas no tipo de fôrma que exige, mas no seu próprio lançamento até esta fôrma: ele só pode ocorrer por bombeamento mecânico, sendo inútil seu descarregamento num masseira ou numa ‘bica’ de onde serventes tivessem que carregar as giricas com pá e enxadas. Assim, por ser vendido apenas ‘posto em fôrma’, este concreto torna indistinta a industrialização da fabricação e do canteiro de obras, pois não é possível separar a produção do insumo do seu processamento final e, não por acaso, o lançamento do concreto é executado por profissionais vinculados diretamente ou por terceirização à usina e não à empresa construtora. Estes profissionais são o operador de mangote (‘mangoteiro’), que monta os dutos de borracha, conduz o bico de lançamento e faz a limpeza e manutenção do conjunto, geralmente com ajudante próprio, e o

operador de bomba de pistões hidráulicos, equipamento que é montado em caminhão próprio (em que ele é o condutor) quando complementado pela ‘lança’ ou mastro de distribuição. O mangoteiro e o operador de bomba estão incorporados como parte viva do capital constituído pela máquina. Quando se introduzem no canteiro de obras, cada um modifica à sua maneira a organização que o trabalho assumia em regime de manufatura. A ação do mangoteiro afeta diretamente os trabalhadores profissionais, não para eliminá-los, mas para transferir suas atividades para as funções de inspeção e reparo” (BARAVELLI: 2014, 101. Grifos acrescidos).

Mais didática ainda fica a situação quando se constata que a obra de infraestrutura não acompanha o ritmo que a tecnologia do CAA exige. A infraestrutura marca a relação entre a construção da mercadoria como elemento individual, delimitado e abstrato (a casa) e a cidade, que se configura estruturalmente pelas suas especificidades qualitativas e inter-relações múltiplas, pouco apreensíveis enquanto mercadoria padronizada. A cidade é um desafio para o capital, que tenta das mais diversas formas conformá-la, sempre escapando algo. O desenho de infraestrutura é muito pouco padronizado e, além disso, depende das idiossincrasias do poder público *local* (novamente) e das inúmeras interferências urbanas. É interessante como, materialmente, fica expresso o enfrentamento entre as determinações do governo federal que visam o avanço das formas do capital (expressas nas casas), por um lado, e, por outro, as determinações locais que parecem oferecer barreiras intransponíveis para sua “força civilizadora” (na infraestrutura). Resultado: parte das casas de última geração tecnológica do Pinheirinho dos Palmares foi ocupada sem água e luz. Um bom retrato do país, marcado pelo “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (FRANK: 1967).

Inviabilidade do cidadão consumidor e avanço de suas formas

No Capítulo 2.3 foi traçado um perfil de amoldamento de classe promovido pelo Estado Democrático Popular por meio do PMCMV, no qual a subjetividade política do trabalhador o conforma como cidadão consumidor. Tal sujeito, desprovido de capacidade organizativa e criadora autônoma – como o trabalhador –, é só *demanda*: um requerente de direitos, uma eterna precariedade que também é uma falta subjetiva, um vazio estrutural que requer algo – que não sabe delimitar ao certo o que é (DUNKER: 2015) – que o abasteça de estabilidade, *segurança*. A denominação de “demanda” aos trabalhadores organizados passou a ser jargão naturalizado entre a burocracia estatal (que reproduz os termos técnicos das instruções normativas do programa) e os movimentos populares, que se definem pela *propriedade* da “demanda”. Organizada, disputada, trocada, negociada, resolvida, encaminhada, adequada, categorizada, selecionada, cadastrada, *tal “demanda” é a reificação do trabalhador*. O cidadão consumidor é este sujeito reificado por meio da institucionalização própria à predominância do capital portador de juros, que eleva a esfera jurídica como determinante de subjetivação coletiva.

Nesta dinâmica, o demandante de direitos – como consumidor – toma *parte* da sociedade de determinada maneira: não *participa*, não compõe um *partido*, demonstrando a decadência destas formas políticas na pós-democracia, ou democracia consensual, na qual há disputa por *partes já previamente estabelecidas*, que devem ser gerenciadas junto à *demanda*. Tais formas políticas, principalmente a *participação*, já originalmente conformadas à

determinada democracia (como visto na Parte 1), não foram superadas dialeticamente por um ascenso da correlação de forças promovido pela classe trabalhadora mas, ao contrário, foram subsumidas pelo seu aprofundamento, que se deu em consonância com o avanço da *nova razão do mundo* descrita por Dardot e Laval, que nada mais é do que o avanço das formas sociais próprias ao capitalismo.

Porém, há um limite para a pós-democracia e a subjetivação do trabalhador precário: tal cidadão é um consumidor *falho* (BAUMAN: 2004), jamais terá acesso à sua real *demanda* e, pior, tal mecanismo social apenas aumenta o seu contingente. A desestruturação prática do Faixa 1 do PMCMV em 2016 (com o lançamento do Faixa 1,5 do FGTS no PMCMV 3, como visto no Capítulo 2.2), não à toa acompanhando o fim do governo petista com o golpe parlamentar³⁸⁰, demonstra tal limite de manutenção de uma democracia baseada no consumo e no consenso: ela não tem capacidade de inclusão (no direito) de todo o montante que exclui (do mercado). A questão é que esta população foi conformada como consumidora de direitos, por um lado, e, por outro, como empreendedores populares.

No campo urbano, isso tem dois desdobramentos: as ocupações de terra *massificadas* (o famoso “mar de lona”) que usam o direito como motor de arranque do modelo gerencial do Estado Democrático Popular alargado (instrumentalização da resistência); e as ocupações de terra *para moradia* que acabam se configurando como negócio imobiliário periférico informal³⁸¹ no qual se efetiva o fracionamento de classe típico da *nova razão do mundo*, na qual são os trabalhadores empreendedores que conformam tal rede de amoldamento por meio da introjeção da lógica do mercado, explorando e espoliando outros trabalhadores decaídos como “refugio humano”. A alternativa *política*, presente no Pinheirinho, de organização popular por meio da produção permanente e autônoma do urbano, teve alguns desdobramentos, sempre ameaçados pelo mundo comercial (legal ou ilegal) da periferia. Dentre os mais conhecidos, encontram-se a Vila Soma, em Sumaré-SP, as três ocupações da Izidora em Belo Horizonte-MG (Rosa Leão, Vitória e Esperança), e a Ocupação Esperança em Osasco-SP, todas elas com respaldos judiciais (decorrentes da jurisprudência criada pela reintegração de posse do Pinheirinho), ainda que precários, para permanecerem nas áreas, que se consolidam aos poucos em torno de coordenações centralizadas.

No entanto, estes são exemplos contra-hegemônicos (e cheios de contradições, por suposto) de uma conjuntura que, via de regra, foi desenhada pela dinâmica privatista do PMCMV. Atualmente, com a retirada de recursos do programa, não há problemas de adaptação social para a nova geração de políticas públicas, que retornam à descentralização sem ter mais, no entanto, os órgãos públicos estruturados que existiam antes do PMCMV. No Estado e no Município de São Paulo, elas estão sendo desenhadas como PPPs (Parcerias Público Privadas): o poder público tem o papel de retirar os riscos da operação por meio de subsídios (financeiros e/ou materiais, como terra); e o capital privado faz todo o resto, projeto, obra, investimento inicial e, depois, pode explorar a área imobiliariamente com comércio,

³⁸⁰ Bem como o BNH, o PMCMV perece juntamente com o Estado que lhe originou, demonstrando a consonância entre certa produção do urbano e a manutenção de uma forma de gestão estatal que avança o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

³⁸¹ Tal negócio envolve venda de lotes, controle do comércio ilegal e ganhos rentistas na articulação institucional (controle junto ao poder público local e polícia, além de administração da Bolsa Aluguel).

serviços, administração de condomínio, etc. O padrão de fuga da Lei de Licitações e do planejamento e controle urbano é o mesmo do PMCMV, porém agora a forma rentista ganha outro desenho, captando também rendas imobiliárias. A justificativa urbanística é a diversificação dos usos urbanos, que não eram possíveis no programa habitacional – afinal, o capital pode produzir “mais cidade” em relação ao poder público. Resta saber se o capital terá interesse em ganhos rentistas junto aos “consumidores falhos” (algo que parece não estar acontecendo no Pinheirinho dos Palmares, onde as áreas comerciais que poderiam estar sendo exploradas estão abandonadas e pouco a pouco ocupadas precariamente, dentro da lógica de reprodução própria da periferia) – mas este é um tema para outra pesquisa.

A inviabilidade do cidadão consumidor – o ápice da nossa cidadania keynesiana – e o fim do PMCMV podem significar um novo patamar de luta de classes no urbano, como foi na década de 1980 a ascensão dos mutirões com o fim do BNH. Isso seria mais viável, no entanto, se a experiência de classe atual não estivesse conformada pela reificação da subjetividade do trabalhador que, em vez de ser superada – como um “verdadeiro” Estado de Exceção, como dizia Benjamin –, parece estar avançando no seu grau de subsunção às formas próprias ao capital. Assim como o PMCMV transformou as condições de produção do urbano, possibilitando as PPPs de habitação, o cidadão consumidor abre espaço para uma espécie de forma política rentista, que não se nutre na acomodação da “demanda”, como o caso do Pinheirinho dos Palmares, mas, ao transformá-la em mercadoria, gerencia a sua movimentação como rentabilidade política. Este tema será aprofundado na Parte 3.

3 A reificação do sujeito político e sua rentabilidade

Figura 64 (verso): Ex-Presidente Lula da Silva na entrega do Conjunto João Cândido - MTST, Taboão da Serra, em dezembro de 2014.

Fonte: <<https://fotospublicas.com/lula-participa-da-inauguracao-empreendimento-joao-candido-mtst-em-taboao-da-serra/>> acessado em 20 de fevereiro de 2018.

Capítulo 3.1 MTST: o Poder Popular e o Estado Democrático Popular

Mapa 6: Localização dos Conjuntos João Cândido e Chico Mendes (A) e da Ocupação Chico Mendes (B).

Fonte: Elaborado a partir de imagem do Google Maps.

Nas duas primeiras partes desta tese foram percorridos cerca de 50 anos de lutas populares que constituíram parte das forças sociais de produção do urbano no Brasil, com o foco em São Paulo, utilizando para isso dois estudos de caso que perfizeram os anos da era daquilo que André Singer (2012) caracterizou como “Lulismo”³⁸². A Comuna Urbana Dom Hélder Câmara (2006-2012), para ser analisada, precisou retomar uma história das ideias desde a década de 1960, pois apresentou um período de transição entre certa tradição do campo Democrático Popular, herdeira por sua vez das décadas de 1960 e 1970, e um novo período histórico, no qual tal campo político alça o poder do Estado federal e muda substancialmente a correlação de forças na qual se encontravam as lutas populares urbanas. No caso específico, isso representou uma defasagem entre a tradição e a concretude de um novo sujeito político que surgia, indicando um fim de ciclo histórico. O Pinheirinho (2012-2016) representou os anos de “aceleração”³⁸³ do “Lulismo”, nos anos de gestão de Dilma Rousseff, particularmente marcados pela crise econômica mundial que, no campo urbano brasileiro, configuraram certa particularidade política por meio do PMCMV.

³⁸² O termo “lulismo” foi cunhado por Rudá Ricci em 2004 (compilado em RICCI: 2013 [2010]), mas amplamente difundido depois da publicação de “Os sentidos do Lulismo” de André Singer em 2012, principalmente para o meio paulista. Os autores que discutiram o conceito foram, principalmente: Luiz Werneck Vianna, Marcos Nobre, Ruy Braga, Márcio Pochmann, Jessé Souza, Tales Ab’Saber e Marcelo Neri. No entanto, a questão da especificidade da gestão Lula e do PT já estava na academia desde 2003, por meio das pesquisas de Francisco de Oliveira, Leda Paulani, Marilena Chauí, Lincoln Secco, Carlos Nelson Coutinho e Mauro Iasi, dentre os mais citados. O tema será aprofundado no Capítulo 3.3.

³⁸³ Singer (2016) caracteriza os anos 2012-2016 como anos de uma “nova matriz econômica” implantada por Dilma Rousseff, na qual ela teria acionado forte ação antiliberal por meio da coalizão entre o capital industrial e os trabalhadores, atacando o capital financeiro com a “batalha do *spread*” num inédito intervencionismo estatal. Desta maneira, teria acelerado o pacto lulista, que se sustentava numa experiência desenvolvimentista a doses lentas, fazendo o edifício desabar antes da hora. O tema será desenvolvido no Capítulo 3.3.

Neste período, o Estado Democrático Popular³⁸⁴ atingiu sua forma mais desenvolvida, transformando-se institucionalmente em conjunto com a indução de alterações produtivas (no campo urbano) para dar resposta aos ditames da lógica própria à predominância do capital portador de juros no mercado mundial. Por meio destas análises, foi vista a passagem da experiência de classe que conformou um sujeito político trabalhador, depois cidadão e, propriamente pelo Estado Democrático Popular, o sujeito cidadão consumidor que fracionou internamente a classe entre empreendedores populares e “refugo humano” (ver Capítulo 2.3). A particularidade destas passagens é o avanço da subsunção da subjetividade do trabalhador – aquele que, no Capítulo 1.2, podia ainda ser considerado como sujeito do trabalho “em geral”, mediador de consciências, cujo domínio do processo de trabalho conformava sua ontologia – em direção ao seu amoldamento como parte do capital primeiramente na esfera da produção (aquele variável, dentro do processo de valorização), depois da esfera do consumo (como consumidor) e, finalmente, na esfera da circulação, na qual se move o capital portador de juros. É nesta esfera que nos deteremos agora, procurando entender em que medida a forma do “fetiche-capital”, para além do fetiche da mercadoria, pode influenciar dialeticamente certa lógica de amoldamento do sujeito político no campo das lutas populares urbanas.

Para tanto, será necessária a análise do mecanismo específico do PMCMV junto aos movimentos populares, a categoria Entidades, que pela primeira vez nacionalizou e centralizou a produção do urbano feita por meio da proposição e articulação de organizações da sociedade civil. Tal mecanismo, que será aprofundado no Capítulo 3.2, promoveu uma escala inédita de conquista da moradia por diversas organizações, inclusive algumas não ligadas ao tema diretamente. Isso deu origem a uma dinâmica específica de nacionalização de alguns movimentos antes locais, marcada pela lógica do programa, dando expressão tanto a potencialidades, quanto a fatores típicos do Estado Democrático Popular, principalmente na constituição do campo alargado de conformação das forças sociais por meio de capilaridades próprias ao seu fracionamento de classe.

Foi principalmente dentro do PMCMV Entidades (PMCMV-E), financiado pelo FDS³⁸⁵, que produziram cidade, nos últimos anos, os movimentos populares, por conta da sua possibilidade de indicação de “demanda”, fora da lista de espera das prefeituras e estados. Erroneamente denominado de “fura-fila”, tal modalidade possibilitou, em alguns casos, melhores projetos e processos do que aqueles realizados pelo FAR³⁸⁶ no Faixa 1 (modalidade utilizada pelo Pinheirinho). Dentro da conjuntura apresentada na Parte 2, resta aqui analisar até que ponto o PMCMV-E representa efetivamente uma alternativa que abre caminho para novas formas de produção do urbano, tendo em vista o cenário de amoldamento do sujeito político apresentado anteriormente. Conquista dos – ou concessão aos – movimentos de

³⁸⁴ Permaneceremos utilizando esta terminologia, construída junto ao leitor nas duas primeiras partes desta tese, e não o termo “Lulismo”, por este se tratar de uma categoria específica construída por Singer (já em contraposição à Ricci) em relação a qual temos algumas diferenças, embora partamos dela. Esta questão será melhor explicada nos Capítulos 3.3 e 3.4. Cabe adiantar que o uso do termo Estado Democrático Popular, cunhado neste trabalho, vem como referência aos estudos da Estratégia Democrático Popular do grupo de pesquisadores em torno do Prof. Mauro Iasi, na UFRJ, que tem se aprofundado nas semelhanças e diferenças deste campo com aquele da Estratégia Nacional Desenvolvimentista da década de 1950.

³⁸⁵ Fundo de Desenvolvimento Social. Ver nota 296.

³⁸⁶ Fundo de Arrendamento Residencial. Ver nota 295.

moradia ligados ao campo Democrático Popular, o PMCMV-E traz consigo uma série de contradições próprias justamente no encontro de um programa de caráter privatista, porém realizado pelo governo do qual participam tais movimentos, com uma tradição de autogestão na produção do urbano deslocada de sua base histórica e de seus instrumentos institucionais locais e descentralizados. Mais do que isso, a nacionalização (abstrata e homogeneizada) do programa, cujo caráter é de oferta de habitação, abriu a possibilidade de uma série de outras “Entidades” a produzirem, fazendo com que a autogestão tenha que disputar espaço dentro das organizações populares, e junto à “demanda”. Se, antes, a luta e a autogestão eram necessárias à conquista da moradia, deixaram de ser com o PMCMV-E, o que coloca a produção do urbano pelos movimentos populares em outro patamar.

Estas questões serão apresentadas por meio da experiência de classe levada a cabo pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) nos conjuntos João Cândido e Chico Mendes, localizados em Taboão da Serra-SP, que somam 1.024 unidades habitacionais realizadas através da modalidade Entidades/Empreitada Global³⁸⁷ do PMCMV, sendo o primeiro o único conjunto até agora entregue pelo movimento dentro do programa e, o segundo, ainda com as obras não iniciadas. Tal processo é importante por representar as formas de ascensão de um movimento que ganhou grande expressão nacional – que se deram justamente durante o período do Estado Democrático Popular – e, principalmente, que dá mostras que sua ação política é aquela, dentre outros movimentos populares, que mais tem capacidade de expansão e aglutinamento da esquerda daqui em diante. Isso pode ser observado pelo grau de massificação alcançado pelo movimento e sua rápida nacionalização, tomando a dianteira da Frente Povo Sem Medo e várias das suas ações, como a plataforma “Vamos!”, que procura se aproximar das formas políticas organizadas pelo partido Podemos, da Espanha. Tais ações foram dando expressividade política ao seu principal dirigente, Guilherme Boulos, que passa a ser disputado eleitoralmente e cotado para a herança política personalista de Lula – demonstrando, inclusive, a força das lutas populares urbanas na atual conjuntura em relação às lutas sindicais, proeminentes na fase de ascensão do ex-presidente.

O MTST ajuda na hipótese aqui empreendida, pois condensa muito bem a passagem da hegemonia do campo Democrático Popular para o enfrentamento da nova realidade da periferia, diversa daquela das décadas de 1970 e 1980, na qual o sujeito político trabalhador sintetizava as determinações da luta urbana. A partir da análise sobre a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara na Parte 1 desta tese, ficaram claros os deslocamentos entre o modelo do mutirão autogerido e seu encontro com um sujeito político completamente modificado pela reestruturação produtiva, cuja incompatibilidade com a proposta anterior resultou na apropriação desta de acordo com sua lógica, que só poderia ser o empreendedorismo – perversão liberal da autonomia. O MTST, ao contrário, se coloca já de início contrário à forma histórica de relação com o sujeito urbano do campo Democrático Popular, se relacionando com seu Estado como força externa. Nesse sentido, parece necessário, em continuidade ao método aqui empreendido, analisar a forma de produção do urbano realizada por este movimento, para que se explicita o significado da sua bandeira de Poder Popular para além da esfera aparente dos documentos, imagens e defesas oficiais – análise importante para que

³⁸⁷ O PMCMV-Entidades será apresentado no Capítulo 3.2, bem como suas modalidades. Apenas para que se compreenda inicialmente, a “Empreitada Global” é uma modalidade em que não há autogestão das obras pelo movimento popular, sendo este apenas um intermediário do repasse de verbas entre a CEF e a empreiteira.

sejam aprofundadas as contradições inerentes ao Estado Democrático Popular e, portanto, as condições da sua continuidade.

O MTST na contramão do campo Democrático Popular³⁸⁸

Fundado em 1997, a partir da saída de militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o MTST se apresentou na primeira década deste século como uma alternativa na luta urbana da Grande São Paulo, principalmente a de moradia, em relação a outros movimentos populares originados no bojo da redemocratização, junto ao PT. Sem raízes no tipo de trabalho de base inspirado pela igreja católica, como visto no Capítulo 1.2, a organização nasce numa outra conjuntura, na qual se consolidam as críticas aos rumos tomados pelo campo Democrático Popular. Esta conjuntura inclui a radicalização das contradições e conflitos urbanos (materializados no quase esgotamento da extensão territorial periférica de São Paulo), os quais configuraram novas e mais violentas relações sociais. Forças sociais antes menores passaram a ter predominância na organização do cotidiano e da correlação de forças da periferia, principalmente através do crescimento e consolidação das igrejas evangélicas neopentecostais, da organização centralizada do tráfico de drogas a partir do Primeiro Comando da Capital (PCC, fundado em 1993) e de uma ação estatal que passa a executar práticas institucionais que combinam a herança do campo democrático popular com um gerenciamento do urbano que acelera processos de remoção de populações.

O MTST se configurou – e carrega esta origem – como uma organização que se poderia caracterizar como “de transição”, pois carrega uma série de práticas e retórica dos tradicionais movimentos de moradia em relação à pauta da Reforma Urbana, ainda que as ressignifique na sua metodologia e objetivos políticos. Sua organização interna, devedora do centralismo democrático do MST, também a transforma na medida em que se relaciona com uma base extremamente fluida e instável por conta da precariedade do atual mercado de trabalho urbano e do avanço da especulação imobiliária na periferia, que a torna extremamente nômade³⁸⁹. Assim, o movimento focalizou sua ação organizativa na formação de uma camada média de militantes, com menos estabilidade na formação política da base – cada vez mais conformada como “demanda” caracterizada na Parte 2. Tal característica faz parte desta nova configuração do sujeito político, não baseada nos laços do trabalho, dos quais o próprio movimento já não retira sua identidade – como no MST. No entanto, suas primeiras ocupações (na primeira metade dos anos 2000) foram organizadas de maneira muito próxima às dos tradicionais movimentos de moradia, com finalidade de moradia no local, autossustentação e autogestão da comunidade. No momento em que foram feitas (na Grande São Paulo), a discussão de moradia na capital estava focada principalmente na questão da área central da

³⁸⁸ A partir daqui, este capítulo foi feito com base no artigo “O MTST e o PMCMV: o ‘Poder Popular’ próprio ao Lulismo”, publicado pela pesquisadora na Revista *Dialektiké*, v. 1, 2016. Foi feita uma grande revisão do artigo, tanto para adequá-lo à tese, quanto em parte do seu conteúdo, por conta de várias contribuições recebidas por colegas. Agradeço a todas elas, pois tornaram o texto mais dialético e adequado a uma análise que quer menos julgar as ações dos agentes envolvidos, mas mais ajudar na caracterização do Estado Democrático Popular e seu sujeito político. Assim, devem importar mais as conformações conjunturais e menos as decisões específicas, ainda que estas ajudem a formular as primeiras.

³⁸⁹ Uma referência sobre esta tema é RIZEK et.al.: 2015.

cidade e seus imóveis vazios, na retomada do programa de mutirões pela gestão Marta Suplicy (2000-2004), além de políticas alternativas à provisão habitacional, como o aluguel social e a urbanização de favelas.

O MTST recoloca, portanto, de maneira bastante polêmica naquele momento no meio militante, a necessidade de organizar a *periferia como território* que é a materialização da identidade da nova classe trabalhadora, precarizada e espoliada, sem acesso ao trabalho formal e que, portanto, não tem sua identidade política na organização do trabalho. Era um movimento pequeno, porém reconhecido (principalmente dentro da Universidade, origem de muitos militantes, também uma característica relevante) por deflagrar novamente conflitos urbanos por meio de ocupações de terra e bloqueio de rodovias, ações diretas das quais os movimentos de moradia do campo Democrático Popular se afastavam ao direcionar sua atuação para a formulação, gestão e execução de políticas públicas, conjuntura predominante na gestão Marta em São Paulo. Sua atuação com base na periferia também fazia com que não se considerasse um movimento de moradia, mas uma organização popular identificada com a questão urbana de maneira mais ampla.

“O MTST é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas. Ao mesmo tempo, a organização sindical, no espaço de trabalho, tem tido enormes dificuldades em organizar um segmento crescente de trabalhadores (desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta própria, etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas. Assim, o espaço em que milhões de trabalhadores no Brasil e em outros países têm se organizado e lutado é o território. É aí que o MTST se localiza: Somos um movimento territorial dos trabalhadores”³⁹⁰.

Esta posição frente ao urbano se alinhava com um período de ascensão dos movimentos anti-globalização, que se afastavam das reivindicações por políticas públicas ou negociações sindicais e elegiam a rua, a cidade, como palco do conflito. Trata-se de um período (final dos anos 1990) de consolidação das consequências do neoliberalismo mundialmente. David Harvey é um dos teóricos que refletirá sobre estes novos movimentos, articulando sua ascensão com uma mudança na forma de expansão do capital que, depois de 1973, segundo ele, muda de uma predominância de reprodução expandida para outra de “acumulação por espoliação” (HARVEY: 2004b). Este conceito está assentado na perspectiva da necessidade de subordinação real, pelo capital, de elementos ainda articulados a ele de maneira formal, como alternativa para continuar sua expansão. Seria uma espécie de acumulação primitiva permanente, integrando à forma capital relações locais cuja dinâmica se baseava em outros critérios de validação social. A espoliação, portanto, seria um mecanismo do capital de expropriação de saberes, modos de vida, instituições, direitos, formas de propriedade primitivas, culturas, economias locais, relações de produção, etc., que, para Harvey, resultam numa vida urbana transformada em barbárie.

³⁹⁰ Fonte: <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/> acessado em 22 de maio de 2016.

O MTST se colocava, no início dos anos 2000, nesta perspectiva de ação política em torno dos conflitos urbanos decorrentes do aprofundamento da espoliação, que se dá de maneira particular nos países dependentes. Combina, assim, elementos característicos de uma nova fase de articulação da esquerda, porém sem trazer junto sua organização horizontal ligada à formação do sujeito político autônomo, ligado ao trabalho estável. Seu direcionamento não é para este sujeito, nem para a contribuição na formulação de políticas públicas num “aperfeiçoamento” da democracia junto ao campo Democrático Popular. Sua estratégia política se baseia no domínio do território e na mobilização da massa espoliada – “demanda” – como instrumento político, a ser utilizado em negociações dentro do Estado como meio de expansão. O “Poder Popular”, nestes termos, é poder territorial, sem que isso signifique a *produção de um espaço próprio dos trabalhadores pelos trabalhadores* – pois tal espaço, diferentemente daquele no qual se originaram as organizações populares na década de 1970, não está ligado à proximidade do trabalho (estável, principalmente industrial) e bem menos à posse privada (ainda que irregular) da terra, por conta das mais recentes formas de mercado imobiliário informal na periferia, baseado em aluguéis de cômodos, puxadinhos ou lajes. Partindo do déficit habitacional, o MTST usa como instrumento de luta as ocupações de terras ociosas nas periferias, sem uma “demanda” organizada prévia. O caráter destas ações é de mobilização de grandes contingentes de famílias *por meio* da ocupação territorial.

Desta maneira, essa metodologia já diferia dos movimentos de moradia tradicionais paulistanos, formados a partir da herança metodológica das CEBs, na qual o trabalho de formação junto à base está no centro da ação política, objetivando a construção de poder popular a partir da auto-organização e conscientização subjetiva. Isso não significa que o MTST não faça trabalho de base, mas simplesmente que ele tem outro lugar dentro da organização do movimento, sendo feito de maneira muito mais intensiva do que extensiva (por conta da rapidez e instabilidade dos processos), baseado em outras condicionantes e outros objetivos. Nestes termos, a luta por moradia do campo Democrático Popular, entendida como trabalho extensivo de base originada e com vistas à estabilidade, estava inserida numa estratégia de acúmulo de forças a médio prazo (indicativo do Projeto Democrático Popular do PT de 1987 e da “estratégia da pinça” vista no Capítulo 1.3), cujo papel era o de se aproximar e formar as bases (não a “demanda”) na constituição de uma identidade própria aos *trabalhadores*. A periferia autoconstruída (analisada na Parte 1), que pôde ser lida na década de 1970 como *produção de trabalhadores*, passa a ser o lugar, *território* de população nômade, cujas determinações econômicas são relacionadas ao rentismo popular de uma base material já posta.

É o MTST que vai conseguir responder a esta nova conjuntura, precisando transformar ações já existentes antes (como a ocupação de terra), dando a elas outra dinâmica. O movimento vai criar uma específica forma de ocupação periférica de terra: sem fim imediato de moradia (que é, inclusive, desincentivada pela adoção de regras de materiais e tamanho das barracas), sua localização é estratégica de acordo com a temática política do momento, crescendo exponencialmente nos primeiros dias, com a adesão de grande número de pessoas ou famílias sem vinculação anterior com a organização. Seu objetivo é de massificação como criação de fato político e correlação de força para negociação com o Estado: não se trata da luta pela moradia como direito em si, mas a sua instrumentalização, cujos objetivos declarados politicamente passam pela crítica à institucionalização do campo

Democrático Popular, a ação direta de enfrentamento do capital imobiliário, o deslocamento da luta pela moradia individual para a luta antissistêmica, além de formação de lideranças com experiência alargada e não localizada. Um elemento interessante deste processo, que aparece na entrevista com um dirigente, é que a territorialidade do MTST se baseia em aspectos de construção da *subjetividade periférica*, e não da *objetividade espacial*, como acontece com o MST e os tradicionais movimentos de moradia urbanos. Tal aspecto é importante para o argumento aqui desenvolvido, pois é necessário, portanto, caracterizar qual subjetividade é esta.

A expressão física deste método revela grandes extensões de terra periférica com barracos de lona preta na forma de tendas diminutas com tamanho especificado e que não têm função de moradia. São identificações territoriais, numeradas segundo um cadastro. Imagetivamente é criado um cenário impressionante, que referencia famílias a estruturas precárias de lona preta. A conhecida *fila da prefeitura* (o cadastro do déficit habitacional feito *pelo Estado*) tem aqui sua lógica estrutural reposta pela presença material do cadastrado por meio de seu representante abstrato: a unidade territorial de lona preta. O sujeito político é caracterizado como aquele que *se apresenta*, que *demand*a de corpo presente ou representado, porém como unidade abstrata material, sem voz própria. O cadastro é um primeiro elemento importante de ser analisado: como fila abstrata, é ele que representa *externamente* o movimento por caracterizar a sua “demanda”, gerenciada pela pontuação³⁹¹, que com ela tem acesso não só aos empreendimentos, mas à Bolsa Aluguel (cujo cadastro é de responsabilidade do movimento³⁹²) e qualquer outro benefício que venha de sua relação com o mesmo. Mais uma vez, é importante sinalizar aqui a importância da Bolsa Aluguel, já indicada na nota 232. Para o MTST, em particular, este é um fator específico da sua reprodução, pois a estrutura do movimento é baseada em ocupações temporárias, cuja uma das funções, fundamental do ponto de vista da “demanda”, é aquela de originar sua inserção no Estado (institucionalizá-la) de maneira, do ponto de vista do movimento, não estável e definitiva (tal questão será desenvolvida no Capítulo 3.4).

Assim, a estratégia política baseada em domínio territorial *objetivo* (ocupações com destino de moradia) teve limitações claras, desde o início do movimento, na medida em que as ocupações foram reintegradas sem a conquista da moradia definitiva – já indicando a conjuntura do Estado Democrático Popular. Isso não era uma questão tão relevante nos primeiros quase 10 anos (até o final da primeira gestão Lula), quando se tratava de uma organização local e preocupada com a construção de Poder Popular na base que passava, necessariamente, por um processo de formação política ao vivenciar a estrutura organizativa coletiva no cotidiano da ocupação em vias de assentamento (pois residia ali). Era uma situação

³⁹¹ O sistema de pontuação foi originado pelos movimentos populares urbanos do campo Democrático Popular, e serve como fila não apenas para o acesso a processos de construção, mas para qualquer outro relacionamento da família com a organização. Os pontos são conseguidos mediante participação em reuniões, assembleias, atos, etc. No entanto, a pontuação nestes movimentos sempre foi um instrumento *interno* de controle, sendo transformado pelo MTST no seu cartão de visitas *externo*, quase como um abaixo assinado que configura correlação de forças com o Estado. Um fato importante de registrar é que o MST, na Comuna Urbana, foi contra o uso de pontuação, adotando apenas o controle de participação no mutirão e suas regras pré-estabelecidas em assembleia. Tal sistema faz, de fato, pouco sentido para o MST, na medida em que seus processos de luta pela terra são objetivos, partindo das necessidades locais de comunidades específicas, processos nos quais a “fila” deixa de ter utilidade. Isso não significa falta de controle de acesso, apenas outras relações estabelecidas.

³⁹² Cf. GOULART: 2011.

inclusive buscada ativamente pelas lideranças, pois havia muita autonomia em relação às instituições e organizações já estabelecidas (partidos, sindicatos, etc.), embora poucos recursos para a manutenção dos quadros e ações, o que impedia também seu crescimento. Pesada a conjuntura no segundo mandato de Lula, a avaliação do movimento, depois de 2006, foi de que esta estratégia se esgotava ao não oferecer *nenhuma conquista material à base*.

Note-se desde já a especificidade dessa mudança e sua conjuntura histórica. Ficava claro às lideranças que o modelo tradicional de trabalho de base não frutificava como há trinta anos. Tratava-se de outra constituição histórica material e subjetiva da classe trabalhadora, particularmente a base social do movimento, com identidade de classe não formada nas relações de produção, mas no território periférico. Uma população extremamente precarizada, que vive diretamente as consequências da espolição urbana que avançou no último período, principalmente no custo da terra (moradia) e do transporte – fatores que influenciam sua estabilidade e mobilidade. Diferente do sujeito político também periférico e espoliado da década de 1980, este é forjado pelo Estado Democrático Popular que, no aspecto “Lulista” de André Singer (2012) faz sentido aqui:

“Constituindo, desde o alto, o subproletariado em suporte político, o lulismo repete mecanismo percebido por Marx em O 18 de Brumário. A análise de Marx é que as frações de classe que demonstram dificuldades essenciais para se organizar e tomar consciência de si, como já vimos, apresentam-se na política enquanto massa. Destituída da possibilidade de agir por meios próprios, a massa se identifica com aquele que, desde o alto, aciona as alavancas do Estado para beneficiá-la” (Op.Cit., 36-37).

Este sujeito político entendido enquanto massa é forjado como sujeito consumidor na esteira da ampliação do mercado interno brasileiro. Quer mercadorias como direitos, ou direitos como mercadorias, que devem vir por meio daqueles que “acionam as alavancas do Estado para beneficiá-lo”: no caso, o movimento popular. O MTST, em particular, depois de 2006, assumirá uma dinâmica de expansão que se utilizará das contradições do Estado Democrático Popular como fortalecimento político, mantendo-se fora dos seus espaços de controle institucionalizados (conselhos e cargos), porém assumindo um papel não apenas de intermediário das suas políticas (algo que muitos fazem), mas, principalmente, internalizando sua lógica rentista junto ao sujeito político como cidadão consumidor – conseguindo, com isso, a massificação desejada, que na conjuntura atual se configura como grande potência política. Estas questões, como nos casos anteriores, serão construídas por meio da análise da produção urbana do movimento, na qual é possível observar as relações entre ele, o Estado e o mercado para além das cartilhas, imagens, documentos, discursos e, até, para além das ações diretas e de rua – que não deixam de fazer parte deste mesmo *modus operandi*, contraditório (e potente, dada a conjuntura) por essência.

A produção do urbano como originadora de rede política

A história dos empreendimentos João Cândido e Chico Mendes, no Jardim Salete, em Taboão da Serra, é bastante longa, complexa e enseja uma série de questões para o embasamento da hipótese defendida por este trabalho³⁹³. Não serão abordados todos os momentos e elementos que esgotariam o tema. A exposição dará luz a situações chave que costuram uma narrativa aparentemente contraditória, mas que oferece elementos importantes para a hipótese de ressonância entre formas semelhantes que se potencializam, não sendo porém internas uma a outra (como foi o Pinheirinho), mas formando uma unidade social: o Estado Democrático Popular e o movimento popular vinculado a um sujeito político que, avançando nas suas formas já anteriormente caracterizadas, é reificado numa dinâmica de expansão do gerenciamento de populações.

A área do Jardim Salete foi negociada junto à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), vinculada ao Estado de São Paulo, como resultado de cerca de dois anos de negociações entre a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (PMTS), sob gestão de Evilásio Cavalcante de Farias (PSB, em coligação com o PT), o governo do Estado (PSDB), o MTST e o MST-TS³⁹⁴. A tática assumida pelo MTST entre os anos de 2006 e 2008 nesta cidade foi a de articular forças político-partidárias, com o objetivo de efetivar um grande empreendimento habitacional, avaliado como elemento necessário à meta de massificação do movimento. Esta articulação envolvia, junto à prefeitura, a pressão pela conquista de terra e, junto ao Estado, financiamento e produção das unidades habitacionais³⁹⁵. As duas esferas de governo, geridas por forças políticas antagônicas, foram acionadas e colocadas em enfrentamento por meio do método de ação política do MTST, que envolve ação direta em manifestações, fechamento de rodovias, ocupação de terras e sedes administrativas, combinada com mesas de negociação pautadas pelo acirramento da correlação de forças. O MTST se associou ao MST-TS na perspectiva de iniciar uma relação estratégica com a CDHU (através do PSDB), ponte importante de apoio na expansão estadual do movimento, meta daquele momento (entre 2006 e 2009).

A desapropriação do terreno do Jardim Salete, em setembro de 2008, foi realizada diretamente pela CDHU para a demanda habitacional conjunta dos dois movimentos, ainda que fosse uma área com 80% de zoneamento industrial e a quantidade de famílias envolvidas

³⁹³ As fontes que lastreiam este estudo de caso, além das referências bibliográficas, são baseadas em experiência pessoal direta e entrevistas com técnicos da prefeitura, militantes e ex-militantes do MTST, não necessariamente dadas à pesquisadora, mas gentilmente cedidas por outros pesquisadores. Para garantir a fluidez do texto e a preservação da identidade dos entrevistados, não foram colocadas suas referências diretas.

³⁹⁴ Movimento Sem Terra de Taboão da Serra: movimento local de famílias vinculadas a Paulo Félix, liderança que também exercia o cargo de vereador naquele momento (2006-2008) pelo PSDB. Ele teve seis mandatos consecutivos em Taboão da Serra (desde 1983), e foi até 1995 filiado ao PT, depois ao PSDB e, desde 2011, ao PMDB.

³⁹⁵ Neste momento o PMCMV ainda não existia (seu lançamento é de 2009), e as possibilidades de construção de moradia se davam ou por meio da CDHU (em empreitada global); ou no Programa Crédito Solidário, do governo federal, direcionado aos movimentos de moradia e origem do desenho do PMCMV-E; ou ainda pelo Programa Operações Coletivas do FGTS, Resolução 460, que foi pioneiro no atendimento às famílias de 0 a 3 salários mínimos, por prever grande porcentagem de subsídio – utilizado na Comuna Urbana Dom Hélder Câmara.

não fosse oficialmente clara³⁹⁶. No entanto, a negociação do terreno foi realizada para um montante de cerca de 1.000 famílias, dada a massificação que o MTST alcançou nas ofensivas de 2007 e 2008, particularmente na região sudoeste da Grande São Paulo. A principal delas foi a Ocupação João Cândido, na divisa de Itapeverica da Serra (município vizinho) com o Valo Velho, em São Paulo, que depois foi deslocada para a Vila Calú (em Itapeverica). O município de Embu das Artes, com gestão do PT entre 2000 e 2016, também teve a Ocupação Silvério de Jesus, em 2008. Isso fez com que a PMTS, numa gestão que deu especial relevância à urbanização de favelas e à produção habitacional junto a movimentos organizados, identificasse o movimento como “estrangeiro” tendo sérias críticas e dificuldades de lidar com sua tática de enfrentamento que, no limite, não era considerada pela gestão municipal uma proposta de reforma urbana, mas de conquista material. Segundo a secretária de habitação da época, o MTST queria “exclusividade”³⁹⁷ e desviava, portanto, das questões municipais e relações locais de conflito urbano, em nome da articulação nacional.

É importante notar que, mesmo com o apoio da poderosa e rica CDHU, foi descartada pelo MTST a alternativa de lutar pela desapropriação da área originalmente ocupada na cidade, a Ocupação Chico Mendes (ver Mapa 6), que ocorreu em 2005. Ainda em momento de consolidação do desejado patamar de reconhecimento social e político nacional (ou mesmo estadual), o movimento ainda dependia de relações locais, que foram efetivadas por meio de relações parlamentares e articulações internas aos órgãos públicos. Suas pautas seguiram cada vez mais este caminho, conformando a prática de ocupações sem o objetivo imediato de moradia e, na maioria das vezes, sem o objetivo mesmo de disputar a área específica ocupada. Isso torna a desocupação um momento político fundamental, na medida em que é ali que se efetiva a rede de relações com o aparato estatal. Gozando de autonomia partidária, o MTST conseguiu trânsito entre as mais diversas tendências políticas, por conta da sua capacidade de mobilização de massa.

O ano de 2009 foi especial para esta conjuntura. Desde 2005 como Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em 2009, com a crise internacional, toma uma série de providências de reformas do Estado em nome da salvaguarda nacional³⁹⁸. Neste ano há uma transição importante neste aspecto: ao mesmo tempo em que se consolida uma série de apostas e metas do segundo mandato de Lula, também se radicaliza o estado de emergência econômico, expresso em medidas anticíclicas. É dentro dessa conjuntura que o PMCMV é lançado, justamente, pela Casa Civil, passando por cima do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), como visto no Capítulo 2.2. Ainda que com críticas, os movimentos populares abraçaram o PMCMV na sua modalidade Entidades, deixando o PlanHab em segundo plano e, em curtíssimo espaço de tempo, esquecido como pauta de reivindicação.

Esta conjuntura abre um enorme espaço para a prática política do MTST e sua meta de nacionalização, com inserção de enorme montante de recursos para a compra de terras e

³⁹⁶ O MTST tinha, em 2006, uma demanda cadastrada em Taboão da Serra de 250 famílias, oriundas da Ocupação Chico Mendes, de 2005. Em 2008, quando o terreno do Jardim Salete foi desapropriado, havia 102 famílias com auxílio-aluguel ligadas ao MTST na cidade.

³⁹⁷ Cf. CAMARGO: 2016.

³⁹⁸ “(...) se pode dizer que, a partir do Plano Real, há um sentimento difuso de ‘emergência econômica’. Trata-se de uma espécie de estado de exceção econômico que vai sendo paulatinamente decretado e que justifica qualquer barbaridade em nome da necessidade de salvar o país” (PAULANI: 2008, 135).

“conquistas materiais” para a base ou, ainda, “encaminhamento de demanda”. Se a CDHU foi instrumento de estadualização, o PMCMV foi o de nacionalização: com a entrada privilegiada (por conta do seu domínio de demanda) no mecanismo interno do Estado, o movimento passa a ter abertura em diversas comunidades e organizações políticas no país, pois possui o trunfo de mediar o acesso às políticas sociais do governo. É neste mesmo ano de 2009 que o movimento faz seu I Encontro Nacional, e também é lançada a Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos Urbanos, da qual faz parte junto com organizações urbanas de oito estados, sendo seu protagonista.

O empreendimento do Jardim Salete está inserido diretamente neste ano importante para o MTST, pois era seu cartão de visitas que o valorava frente à base e às outras organizações, além de também ser sua entrada direta de relações dentro do Estado. No primeiro semestre de 2009, CDHU e PMTS são acionadas nas articulações para a execução do projeto arquitetônico e urbanístico da área que, depois de ser grafada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), exigia um grande e difícil adensamento, que sempre foi polêmico em HIS (Habitação de Interesse Social). Os dois órgãos desenvolveram estudos rápidos: a CDHU com seu padrão universal (ver Capítulo 1.1) e a PMTS propondo um desenho de maior qualidade urbanística e arquitetônica, numa solução original (não padronizada). O MTST, apoiado no direcionamento da assessoria técnica Usina-CTAH – que carregava a distinção dos processos de construção de habitação das lutas tradicionais urbanas do campo Democrático Popular –, pressiona para que o projeto seja original, participativo e realizado através da PMTS.

Um projeto de cidade: a consolidação da experiência junto aos trabalhadores

O trabalho da Usina, desde sua fundação em 1990, sempre foi o de repensar as relações de produção da cidade, dentro de um processo de transformação social junto a movimentos populares no qual se articulam a autogestão da produção e a qualidade no projeto oriunda de sua formulação direta pelos trabalhadores e suas necessidades. Longe, portanto, da questão da habitação como eliminação de déficit – como visto na Parte 1 desta tese. O Jardim Salete representava um ponto de inflexão nesta trajetória de relação com movimentos populares e sua produção qualitativa de cidade e de organicidade. A produção habitacional, para o MTST, estava dentro de uma estratégia política bastante diversa, pautada pela necessidade de domínio territorial e de “demanda” entendidos como instrumentos de acirramento da correlação de forças no enfrentamento com o Estado e com os representantes do capital, por meio das mesas de negociação e da mídia.

Portanto, há uma mudança fundamental na estratégia política na qual se insere a produção do urbano. O modelo anterior, representado historicamente pela Usina, direcionava a ação de transformação para as relações de produção do urbano, sendo seu produto uma expressão delas, seu sujeito uma força social ativa (como trabalhador), além do território apropriado, centro irradiador político e materialização de uma cidade pensada e construída pelos trabalhadores. As contradições e limites históricos que esta forma política tomou ao assumir a autogestão como uma ferramenta de transformação interna ao Estado (levadas

adiante pelos tradicionais movimentos de moradia) são bastante conhecidas e comentadas na Parte 1. Efetivamente, a tática de enfrentamento por meio das ocupações de terra, antes realizada pelos movimentos populares ligados ao campo Democrático Popular, foi diminuída em nome das negociações através das políticas públicas e da sua internalização estatal. Ainda assim, alguns destes movimentos e a Usina mantiveram a produção de moradia como ação política a partir da centralidade na qualidade dos processos de trabalho, desenho e tecnologia – como foi o caso da Comuna Urbana junto ao MST.

No caso do Jardim Salete, portanto, a tradição da autogestão cristalizada na presença da Usina encontrava outra forma de fazer política, na qual o déficit habitacional ganha outra centralidade ao ser instrumentalizado por meio da gestão de demanda e domínio territorial. Entre o processo quantitativo – mas potente, dadas as renovadas formas de luta do MTST – e o qualitativo tradicional, o processo do Jardim Salete significava, para a Usina, abrir mão da autogestão no projeto e na obra – que foi, ali, sempre pensada para ser feita por meio de uma construtora, por conta mesmo dos objetivos pragmáticos do movimento em relação à construção de unidades habitacionais.

Começa aqui uma dinâmica entre a assessoria e o movimento que vai durar 6 anos e que expressa o embate entre diferentes programas políticos para a ação no urbano, exemplares para a reflexão crítica dos caminhos da esquerda durante o período do Estado Democrático Popular. Pelas idas e vindas dos projetos arquitetônicos e urbanísticos e das relações entre as forças sociais envolvidas, será aqui visto como a construção final do Jardim Salete (ainda em processo) é a materialização idiossincrática e histórica de um momento político nacional, onde se encontram, de um lado, organizações populares, mercado e Estado de maneira consonante, porém instados a dar conta de um programa dissonante formado em outro tempo histórico, mas resistente. A posição do MTST, neste caso, é bastante dialética e demonstra a passagem estreita de ascensão de uma forma específica de transformação das forças populares no período.

A Usina fez, no primeiro semestre de 2009, um projeto preliminar para o terreno que tinha como objetivo a qualidade urbana e arquitetônica, de acordo com uma consolidação de projeto interna à assessoria, mas que se distanciava, de maneira incômoda, da sua metodologia “participativa” – indicando um processo que depois se aprofundará no Pinheirinho em 2012, no qual cada vez mais o projeto arquitetônico é reificado e se aproxima da “ordem de serviço” que falava Sérgio Ferro, mas ainda legitimado pela presença de atores politicamente engajados, contradição que já é elemento suficiente para se pensar o Estado Democrático Popular. Seguindo um processo de pesquisa e aperfeiçoamento na prática de projetos em estrutura metálica para habitação popular, propôs um conjunto de prédios que resolvia a necessidade de adensamento sem elevadores. A partir da legislação de Bombeiros, o número máximo de andares de edificações sem elevador (térreo mais quatro) contabiliza apenas os andares de acesso aos apartamentos. Com o uso do duplex, conseguia-se um andar a mais, diminuindo também o custo com circulação comum nos edifícios (que fica pela metade e supera em economia o gasto com circulação interna nas unidades habitacionais). Urbanisticamente, a solução previa áreas verdes, institucionais (Escola e UBS) e de lazer, num desenho de núcleos (como o da Comuna Urbana) que qualificava uma escala comunitária interna ao mesmo tempo em que dava vida à rua, com espaços fluidos de conexão urbana (ver

Figura 65). Com esta proposta, o conjunto alcançava 920 UHs, respeitando toda a legislação com qualidade e economia projetual, fruto da experiência da assessoria técnica com produção habitacional com movimentos populares – um saber específico, que até então as empreiteiras não tinham.

Figura 65: Projeto original realizado pela Usina para o Jardim Salete, em 2009. Fonte: arquivo da Usina.

Fonte: Arquivo da Usina, 2009.

A utilização da estrutura metálica merece atenção particular. Ela permite o aproveitamento da topografia natural do terreno para diminuir os gastos com movimentação e contenção de terra, além de dar flexibilidade para o espaço interno do conjunto se abrir para a cidade, num desenho mais urbano do que ligado ao lote – crítica sempre reiterada pela Usina. No campo da arquitetura, ela permite a combinação da padronização de elementos fabricados industrialmente com a possibilidade de arranjos não padronizados no espaço, qualificando a edificação e sua adaptabilidade no terreno, no entorno e propiciando abertura de espaços comuns em áreas adensadas. Internamente aos apartamentos, sua lógica estrutural permite flexibilidade dos ambientes, dando abertura para uma maior intervenção do usuário e adequação às diferentes necessidades dos núcleos familiares. No momento da obra, ela tem ganho de escala ao diminuir o tempo de consolidação estrutural do edifício, além de oferecer melhores condições de logística de canteiro (ao antecipar as circulações verticais), melhores condições de trabalho, um canteiro limpo e muito mais controlado no que concerne ao desperdício, ao tempo de obra e às normas de desempenho. É uma tecnologia adaptada à produção em massa, urbana, com qualidade. Pode-se considerar que seu emprego é um avanço das forças produtivas, porém subordinadas, no caso, ao processo de autogestão nas relações de produção – como foi experimentado no Conjunto Paulo Freire (1999-2010), da Usina junto ao movimento MST-Leste1 (UMM), em Cidade Tiradentes, São Paulo (ver USINA: 2015).

Para além dos ganhos no desenho e na obra, a estrutura metálica tem uma cadeia produtiva toda nacional (da extração à extrusão de perfis), e que tem sua maior parte exportada por falta de mercado interno, aquecimento do mercado chinês e câmbio favorável. As relações macroeconômicas são importantes neste caso, pois se trata de uma *commodity* que tem seu preço definido pelo mercado internacional, embora tenha produção e *know-how* nacionais³⁹⁹. Seu preço sendo definido pela flutuação externa faz com que sua aplicação para o interesse nacional seja instável e de difícil consolidação como tecnologia permanente na construção civil, principalmente na habitação popular. É reiterado, aqui, o papel brasileiro de exportador de produtos primários, consolidando a tese da dependência exposta na Parte 1 e frisada por Sérgio Ferro.

O projeto da Usina foi apresentado para a CDHU, responsável pela construção, depois de passar por algumas apresentações públicas massivas – numa ação mais de legitimação do projeto, como uma ação do movimento e não do Estado, do que de participação. A Companhia aguardou o lançamento do PMCMV, quando transferiu seu protagonismo para o governo federal, passando a ter um papel de aporte de recursos extras por meio da Casa Paulista para os empreendimentos do programa executados no estado. Como visto no Capítulo 2.2, a CDHU desmontou seu aparato técnico ao longo dos últimos sete

³⁹⁹ Todos os empreendimentos da Usina em estrutura metálica foram produzidos e montados pela Usiminas. O último empreendimento, único com toda a estrutura metálica (Paulo Freire, em Cidade Tiradentes, São Paulo), foi possível pois o preço do minério de ferro, entre 2002 e 2003, estava em cerca de US\$ 13/Ton. Quando o Jardim Salete foi orçado (primeiro semestre de 2009), este valor era de US\$ 75/Ton, em alta, que chegou ao pico em fevereiro de 2011, a US\$ 187/Ton, depois decrescendo até chegar, em maio de 2016, no mesmo patamar do final de 2007 (em torno de US\$ 40/Ton). Fonte: <http://www.indexmundi.com/pt/pre%E7os-de-mercado/?mercadoria=min%C3%A9rio-de-ferro&meses=180> acessado em 20 de maio de 2016.

anos, diminuindo seu papel de produtora de unidades e grande banco de terras públicas (pelo seu papel central na desapropriação de terrenos para habitação popular). A partir de então nega qualquer ação de desapropriação, seja para construção seja para urbanização, pelo fato de que o programa federal inclui no seu financiamento a compra de terras no mercado.

O terreno foi comprado da CDHU (que já era sua proprietária) no âmbito do PMCMV para o MTST através da modalidade Entidades (vinculada a recursos do FDS), com recursos *adiantados* pela Casa Paulista (agência vinculada à CDHU). Resultou que o aporte desta agência para a fase de obra foi menor do que o padrão, por conta deste repasse para a compra da terra “dela mesma”. Neste acordo, também se pode ver o poder de negociação do movimento, dado que este procedimento foi negado pela Companhia em ocasiões posteriores.

Nesta conjuntura, o projeto da Usina foi mal recebido na CDHU, que colocou uma série de entraves que demonstravam, na verdade, sua normal aversão a projetos não padronizados e com excesso de elementos inovadores (teto verde, unidades duplex e de área superior ao mínimo exigido, estrutura metálica, equipamentos públicos, condomínios abertos e projeto de loteamento ao invés de uma série de desdobros). A disputa teve seu ápice quando a Companhia utilizou uma de suas terceirizadas para fazer um relatório que “demonstrava” tecnicamente que o projeto era inviável economicamente não por apresentar um orçamento excessivamente alto, mas por ter uma série de elementos de risco. Nada que não fosse esperado, dado que os empreendimentos dos movimentos de moradia sempre foram não padronizados e resultados de processos de luta, inclusive técnica, no interior dos órgãos públicos. Este sempre foi um dado inicial, considerando que a organização popular está em luta não apenas pela unidade habitacional mínima – dentro da lógica do Estado e do mercado –, mas por cidade, o que significa, na prática, transformá-la e, portanto, produzi-la de maneira diferenciada⁴⁰⁰.

O MTST, no entanto, reafirma sua postura inicial, na qual a construção no Jardim Salete tinha significado estratégico na nacionalização do movimento como vitória material (para as bases) e como articulação interna ao Estado. Embora o movimento tenha assumido a importância de bancar o projeto por ser diferenciado, sua preferência era a de concretizar a construção da maneira que fosse necessário. Sua avaliação, ao final, foi de que não enfrentaria a CDHU, aceitando o projeto que ela fizesse.

“Neste momento, de um lado da mesa se posicionaram a equipe técnica da SEHAB de Taboão da Serra e a assessoria técnica e, de outro, os movimentos e a CDHU, que continuava a impor seu projeto com a promessa de que, por estar dentro dos ‘moldes’ da companhia, teria o processo de aprovação agilizado. Assim, os movimentos dispensaram a assessoria técnica da Usina CTAH, optando, naquele momento, por dar uma resposta mais rápida à população que, junto a eles, engrossava as ocupações, argumentando o fato de que eles tinham ‘mais condição de pressionar a CDHU do que a Usina’” (CAMARGO: 2016, 199).

Esta primeira fase de projeto foi objeto de autoavaliação da Usina, feita ainda de maneira inconsistente, como pôde ser visto na reiteração do problema três anos depois, com o

⁴⁰⁰ Justamente entre o final de 2009 e o início de 2010, quando a CDHU está combatendo o projeto da Usina pelo excesso de inovação, lança junto ao IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) o concurso “Habitação para Todos: Concurso Nacional de Projeto de Arquitetura de Novas Tipologias para Habitação de Interesse Social Sustentáveis”, colocando o terreno do Jardim Salete como base para as propostas, demonstrando seu jogo político entre o real e o aparente.

Pinheirinho – o que demonstrava realmente uma nova fase de produção do urbano pelos movimentos populares, com a qual a assessoria não soube, ou não podia, lidar por conta da sua vinculação de origem com outra perspectiva política. A avaliação, no entanto, considerava apenas os elementos pontuais da questão, principalmente a postura das lideranças do MTST, sem inseri-la numa conjuntura maior, principalmente o significado desta ação do movimento como resposta a um novo sujeito político, que a assessoria também experimentava, sem reação, na Comuna Urbana no mesmo período (2009 foi o ano da Cooperativa Treme-Treme). Não se conseguiu avaliar, naquele momento, que o projeto arquitetônico reificado, sem apropriação da base no processo de sua produção, significava também um projeto descartável – tão fluido e instável quanto a “demanda”.

Outro projeto de cidade: mais do mesmo

Quase dois anos depois, no final de 2011, o MTST retorna à Usina para apresentar o projeto concluído pela CDHU por meio de um terceirizado (ver Figura 66). Dos princípios de qualidade originais, apenas ficava uma unidade habitacional maior do que a padrão, exigência do movimento por identificar de maneira bastante pragmática para a base e a opinião pública sua força política – pois esse elemento expressava cabalmente que o movimento enfrentava os interesses do mercado imobiliário. Trata-se de um fator qualitativo expresso pelo quantitativo, elemento midiático importante pois de fácil apreensão, além de mínimo na questão orçamentária⁴⁰¹. Os edifícios tinham sérios problemas de insolação, além de apresentar desperdício de área de circulação comum. A movimentação de terra e contenções eram muito mais custosas, pois os edifícios estavam implantados em grandes patamares, para receber prédios de estrutura pouco flexível, acarretando em desequilíbrio de cortes e aterros e muros de arrimo muito altos. Seguiu o “padrão CDHU”, já descrito no Capítulo 1.1.

Urbanisticamente a questão era ainda mais grave. O projeto original previa, para o empreendimento Chico Mendes, um loteamento que inseria grande espaço público na forma de uma nova via que articulava os equipamentos públicos e de lazer, criando centralidade e comunicação dos diversos condomínios numa escala maior do que a comunitária (interna às quadras) que integrava o conjunto à cidade. No projeto da CDHU, não havia previsão de loteamento, mas do desdobro⁴⁰² da área do Conjunto Chico Mendes em quatro condomínios fechados, sem relação entre si. As áreas verdes eram exíguas e isoladas e não havia previsão dos equipamentos públicos – apenas a indicação de uma área institucional bem pequena,

⁴⁰¹ Uma unidade habitacional maior, porém com a mesma quantidade de cômodos, tem apenas (poucos) metros de piso, parede e cobertura a mais, porém continua tendo a mesma quantidade de janelas, pontos hidráulicos e elétricos, além do mesmo trabalho técnico e produtivo. O crescimento da unidade, portanto, não significa um crescimento proporcional de custo, principalmente quando se trata de uma produção em escala, como o caso aqui apresentado.

⁴⁰² O Loteamento é uma forma urbanística que desenha um bairro, ou seja, lotes e logradouros públicos, além de obrigatoriamente dever prever áreas verdes e institucionais, que devem ser doadas para o município depois de concluídas (incluindo as vias). A figura do Desdobro é apenas uma divisão de um grande lote em outros menores (com a única obrigação de terem frente para algum logradouro público pré-existente) e, portanto, não prevê necessidade de áreas verdes, institucionais e novas vias de acesso. Desta maneira não é necessária a doação de parte da área (que chega, em média, a 45% de sua totalidade). Ver: Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979 (Parcelamento do Solo).

separada dos condomínios. Tudo isso sem respeitar a legislação municipal, pois o empreendimento não alcançava a densidade exigida, chegando em 808 UHs, número inferior ao projeto da Usina.

O MTST então pressionou a construtora a contratar a Usina para fazer uma revisão no projeto. A primeira apenas aceita na medida em que é convencida de que terá economias, principalmente na movimentação de terra. Note-se que um conhecimento adquirido junto aos movimentos populares por parte da assessoria, que sempre trabalhou na diminuição dos custos com um desenho racional e adaptado a cada situação particular, ligado às necessidades do canteiro e dos trabalhadores e não aos interesses de ganhos extras das construtoras, é agora apropriado pelo capital pouco adaptado a este tipo de obra e de financiamento. Tal questão, novamente, não foi considerada relevante pela Usina, que se agarrou à necessidade autoimposta pela profissão de melhoria de um projeto ruim – pois agora já não estava mais impulsionada por alguma disputa de programa político. A assessoria vai pouco a pouco se adaptando às condições conjunturais que o MTST apresentava, quase como uma ação de *“There is no alternative”* (TINA) esperançosa de contribuir – ingenuamente, dado o cenário político – com a classe trabalhadora que morará naquele espaço. Assim, percebe-se que o amoldamento dos sujeitos políticos à lógica conjuntural é de larga escala.

Figura 66: Projeto realizado pela CDHU para o Jardim Salete, entregue em 2011.

Fonte: Desenho trabalhado sobre material da CDHU, no Arquivo da Usina, 2011.

Nesta medida, o MTST consegue ajustar interesses da construtora (representante da nova lógica do PMCMV) e da Usina (a antiga tradição) em nome do seu projeto político, certamente mais adaptado à modalidade Entidades do que ambos – não por já a ter feito, mas por fazer parte da sua racionalidade. A construtora aceita a intervenção de certa solução de projeto construída pelo saber popular vinculado ao conhecimento técnico engajado da Usina e, esta, por sua vez, aceita fazer reformas num projeto de mercado por se tratar da importante conquista de um importante movimento – as duas são induzidas a isso. O MTST, do seu lado,

usou o pragmatismo da construtora com a etiqueta de engajamento da Usina⁴⁰³ para concretizar sua primeira vitória material.

Nesta situação extremamente contraditória é possível entrever e pensar na dialética própria ao Estado Democrático Popular, ainda que o MTST não esteja dentro dos seus mecanismos institucionais. Retoma-se, de maneira mais complexa, o antigo pacto dos trabalhadores com a burguesia industrial nacional, num requentado que novamente (como dizia Sérgio Ferro) se nega a encarar as relações de produção, com as organizações dos trabalhadores dando impulso ao novo período de exploração por meio do PMCMV. Não deveria, neste aspecto, ser motivo de espanto as alianças do MTST com o PMCMV – fato este que ficou demonstrado na verdadeira cruzada do movimento pela defesa do programa na sua terceira fase, com direito a lugar na mesa de lançamento (ver Figura 73). Percebe-se que, mesmo estando “fora” do governo, o MTST se adéqua a uma racionalidade específica implementada pelo mesmo, tendo ganhos com isso, segundo suas lideranças, ainda maiores do que os movimentos do campo Democrático Popular dentro dos conselhos: segundo uma liderança, o movimento tem cerca de 7mil unidades aprovadas (não construídas) no PMCMV⁴⁰⁴.

Uma síntese dialética?

A Usina é então autorizada, em 2011, a fazer mudanças pontuais nas edificações, que tragam economia, melhorando apenas a distribuição dos apartamentos para diminuir área de circulação comum – em contradição com sua própria tradição projetual, que entendia esta circulação como uma escala importante do convívio comunitário e que deveria ser aumentada, como uma sala de estar comum. No conjunto João Cândido, rotaciona os edifícios para melhorar a insolação, inclui uma área institucional e aumenta a quantidade de platôs melhorando a movimentação de terra e o impacto de grandes taludes no desenho urbano e sua fluidez. Urbanisticamente, no entanto, tenta trazer de volta elementos que propôs no projeto original para o conjunto Chico Mendes.

⁴⁰³ A Usina, depois do ocorrido, tenta de todas as maneiras negar a autoria do projeto, que é reiterada pelo movimento publicamente. Ao final deste capítulo, será entendida a posição da pesquisadora a respeito deste fato.

⁴⁰⁴ Tal número é difícil de aferir oficialmente, pois os movimentos populares utilizam diversas figuras de “Entidades” para acesso ao programa e não é possível saber, pelos dados da CEF, quais delas são representantes do MTST. No entanto, de acordo com o cruzamento de uma série reportagens que indicam os fechamentos de contratos do PMCMV com o MTST, tal número pode ser confirmado: são 6.848 UHs, sendo 2.650 em São Paulo (Ocupação Copa do Povo), 2.264 em Embu das Artes (Ocupações Paulo Freire e Novo Pinheirinho/Embu em dois empreendimentos, Jardim Vitória e Roque Valente), 910 em Santo André (Ocupação Novo Pinheirinho/Santo André e Santo Dias, com empreendimento no Jardim do Estádio) e 1.024 em Taboão da Serra, aqui analisadas. Todos os empreendimentos efetivamente contratados, portanto, são na região metropolitana de São Paulo, centro da atuação política do movimento. É possível que a fala da liderança esteja se referindo a esta região e não à escala nacional, onde os quatro movimentos nacionais de moradia tem mais expressividade. De qualquer maneira o número é alto, dado que, de acordo com dados de Camargo (2016), as contratações dos movimentos de moradia (já descartadas, portanto, as unidades de outras “Entidades” externas à luta por moradia (tema tratado no Capítulo 3.2)) são de cerca de 23mil unidades, sendo as contratações do MTST, portanto, cerca de 30% deste montante. O movimento ainda destaca compromissos assumidos em 2017, mas que não têm ainda viabilidade garantida por conta do recuo do PMCMV e da necessidade de novas fontes de financiamento. São eles: Fortaleza-CE (400 UHs), Maracanaú-CE (600 UHs), Guarulhos-SP (10mil UHs) e São Paulo (500 UHs no Capão Redondo).

O loteamento é retomado, com grande doação de áreas públicas – uma rua, área verde e duas grandes áreas institucionais (EMEI e EMEF) –, integrando os condomínios através da sua articulação num grande espaço de uso público e comunitário, com uso misto (lazer, comércio, equipamentos públicos e comunitários). Isso pôde ser efetivado pela inserção do uso do elevador nas tipologias já definidas pela construtora, aumentando os edifícios para oito andares e abrindo espaço urbano. Os ganhos advindos do aumento de unidades (agora 896) convenceu a construtora a adotar esta medida.

Figura 67: Revisão do projeto da CDHU, realizada pela Usina em 2012.

Fonte: Desenho trabalhado sobre projeto do Arquivo da Usina, 2012.

O uso de elevadores sempre foi inviável em habitação popular pelo seu alto custo (direto e indireto, pois a estrutura do edifício é diferente para aumentar sua verticalidade). É questionado pela área social pelas suas dificuldades de custo e logística de manutenção por uma população de risco; não desejado pelas lideranças populares pela dificuldade de organização de uma densidade grande de famílias; e é polêmico entre os arquitetos e urbanistas, pois se, de um lado, aumenta a área urbana livre e adensa a cidade racionalizando custos de urbanização, por outro, dificulta o convívio social transformando a escala humana de vida na abstração do homem modernista universal, confinado à “máquina de morar” corbuseana. Estes argumentos, no entanto, têm sido minimizados pelos movimentos de moradia (inclusive os tradicionais) em nome da viabilização dos empreendimentos, que precisam ser verticalizados por conta do adensamento necessário requerido pelo custo da terra. Como o PMCMV paga a terra de acordo com um percentual do valor de repasse (sempre fixo), seu custo é sempre fixado pela sua capacidade máxima de construção (metros quadrados) de acordo com a legislação municipal que, no caso, acaba sendo expressa pelo número de unidades. A lógica é de que elas devem ser muitas, por isso pequenas, para dar conta do potencial construtivo com maiores ganhos, pois o pagamento não é por metragem

quadrada (na lógica da licitação), mas por unidade habitacional (na lógica do repasse). Neste sistema, o movimento popular é levado a minimizar questões sociais, políticas e urbanas relevantes (e que sempre estiveram na sua pauta de reivindicações), em nome de uma lógica externa à sua.

Assim, percebe-se que o projeto revisado pela Usina não era, de longe, seu projeto original – que inclusive comportava mais unidades. E as contradições expressas neste último são um bom exemplo da dialética própria ao Estado Democrático Popular. Principalmente pelo fato de que as articulações entre os interesses do capital e do movimento popular se coadunam de uma forma específica, dando potencialidade à ação de ambos – na medida em que seus objetivos se encontram na mesma forma urbana, ligada à expansão da produtividade da terra, e não da sua ocupação específica. Nesta esteira, surgem edifícios de qualidade arquitetônica truncada entre aumento do espaço privado⁴⁰⁵, diminuição do comum, verticalização exigida pelo interesse do capital fundiário e processo construtivo (o CAA, analisado no Capítulo 2.2) que, ao mesmo tempo, avança na subsunção real do trabalho ao capital e na dependência do país e, por outro lado, responde à necessidade de conquista rápida de muitas unidades pela organização popular. No campo do urbano, trata-se da disputa de um projeto de cidade mais ou menos privatizado, mais ou menos direcionado ao usufruto e trocas entre as pessoas na riqueza das diversas relações urbanas e escalas de convivência, ou como resposta à racionalidade quantitativa – questões já vistas na Parte 2, com o Pinheirinho.

A construtora do Jardim Salete adotou a tecnologia do CAA – que ganhou escala no Brasil por conta das necessidades de produção impostas pelo PMCMV – aplicando-a, diferentemente da maioria dos casos, em edifícios em altura, numa experimentação da tecnologia possibilitada e induzida pelo Estado por meio do programa. José Baravelli descreveu este fenômeno a partir da investigação dos incentivos possíveis para o investimento na Faixa 1 do PMCMV pelas construtoras, dado seu baixo retorno financeiro:

“A tendência de concentração de renda no programa MCMV, por outro lado, torna o ‘laboratório da baixa renda’ ainda mais atraente para as grandes empresas construtoras, que já possuíam certificação de qualidade quando do lançamento do programa federal. Para estas, a tecnologia a experimentar nas seguras condições dos empreendimentos da Faixa 1 amplia os aspectos organizacionais no sentido da gestão de novas tecnologias construtivas. A tecnologia do concreto auto-adensável (...) passou a ser empregada nos empreendimentos de baixa renda em associação com fôrmas de parede e laje, de produção complexa e de alto custo. No entanto, ao final de um empreendimento da Faixa 1 do programa MCMV, o custo destas fôrmas não só está amortizado como também a tecnologia está testada, medida e incorporada aos demais processos construtivos da empresa construtora” (BARAVELLI: 2014, 184).

⁴⁰⁵ As unidades habitacionais maiores do que o padrão do PMCMV, incluindo variação tipológica de dois e três dormitórios, é o elemento central da propaganda política do MTST, como indicador unívoco de qualidade e enfrentamento ao capital, o que é bastante contestável do ponto de vista urbanístico. No entanto, cabe refletir sobre o significado desta defesa tendo em vista o sujeito político forjado como cidadão consumidor pelo Estado Democrático Popular, presente na base do MTST: “conquista”, para ele, tem a ver com os símbolos de ascendência individuais e materiais, identificados com a forma mercadoria. Qualidade, como fator de enfrentamento decisivo à lógica do capital, só pode ser entendida como quantidade: metros quadrados individuais a mais. Não é desprovido de coerência o fato de que, depois de ocupadas as unidades, as famílias do MTST contrataram uma empresa para fazer reformas individualizadas nos apartamentos, como símbolo de *status* (Cf. CAMARGO: 2016).

Não é de se espantar, do ponto de vista do capital da construção civil, que dada a consolidação da fase experimental e incremento da subsunção do setor ao capital, a Faixa 1 do PMCMV seja agora desnecessária, sendo praticamente extinta depois do advento da Faixa 1,5 no PMCMV 3 (ver Capítulo 2.2). Atualizada a base técnica da plataforma de valorização financeira internacional (Cf. PAULANI: 2008), ação que necessita da ação gerencial do Estado Democrático Popular, sua manutenção retorna às mãos de uma burguesia que não necessita mais desta aliança.

O enfrentamento de projetos políticos de cidade

A Usina permaneceu na obra do Conjunto João Cândido como fiscal contratada pelo MTST, pois a modalidade Entidades / Empreitada Global do PMCMV tem uma articulação idiossincrática de agentes. Embora o contrato se dê com a Entidade e a construtora seja contratada dela, qualquer problema com a obra é de responsabilidade da Entidade, que por sua vez não tem acesso ao fluxo de caixa da construtora e não tem como saber quais as origens de qualquer desequilíbrio (este tema será aprofundado no Capítulo 3.2). A Caixa Econômica Federal exigia o acompanhamento técnico da Entidade e o MTST novamente procurou a Usina – mais como terceirizada do que como aliada política, situação já estabelecida anteriormente. A Usina, ainda tentando emplacar, sem sucesso, sua metodologia, propôs manter as famílias mobilizadas em torno do acompanhamento de obra, algo que não fazia sentido para o movimento, cujo interesse não passava pela descentralização, dinâmica incentivada pela assessoria e que pôde, inclusive, ser identificada nas lideranças da pós-ocupação do conjunto, que se formaram justamente dentro da obra, porém como contratadas da empreiteira.

Ainda assim, a Usina aceita fazer o acompanhamento de obra, com a justificativa interna de conhecer a realidade do canteiro heterônimo e a nova técnica construtiva – algo já bastante fora da sua identidade original –, demonstrando que o interesse da aliança estratégica com o MTST superava até mesmo suas posturas políticas. Sem ter muitas contribuições a dar na avaliação do desempenho da tecnologia – altamente fechada nos seus processos devido ao controle centralizado e independente do canteiro – a assessoria focou sua atenção na execução do projeto. Nesta atividade, a Usina pôde aferir que o que estava sendo realizado em obra pela construtora era diferente do projeto realizado e aprovado na Prefeitura, sem conhecimento do movimento. Esta primeira divergência se limitava à rotação de dois edifícios do conjunto João Cândido para adequação a um patamar maior do que o projetado, aumentando a movimentação de terra e piorando a relação dos edifícios com as duas ruas adjacentes. A Usina então requer da construtora os projetos do Conjunto Chico Mendes, para aferir suas eventuais mudanças.

Figura 68: Comparação do projeto aprovado e do realizado do Conjunto João Cândido.

Projeto Aprovado (Usina - 2012)

Projeto Executado (Construtora - 2013)

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2013.

Figura 69: Fotos do Conjunto João Cândido, entregue em dezembro de 2014.

Fonte: Divulgação OnLine.

Efetivamente, a construtora havia mudado novamente o projeto, mesmo já estando aprovado nos órgãos públicos (ver Figura 70). Insistia no retorno ao desdobro, jogando as entradas dos condomínios para as ruas existentes, eliminando a centralidade pública do projeto revisado pela Usina e aumentando o custo de manutenção condominial para as famílias. Para tanto, precisou deslocar uma das escolas para o perímetro da gleba, juntando dois condomínios em um só, para terem acesso único pela rua já existente. *A segunda escola tinha sido substituída por mais duas torres de habitação (mais 128 UHs) – decisão esta que o MTST aprovou em assembleia, justificada pelo aumento da demanda atendida (centro da sua ação política)* com a contrapartida do governo estadual que se comprometia a construir uma escola no entorno do empreendimento. No entanto, o movimento não tinha tido acesso ao desenho final, que caracterizava esta mudança em termos de implantação. Uma das torres novas, inclusive, se posicionava a apenas 3 metros do casarão histórico utilizado então como sede do movimento e retirava área verde – fatos que não os agradaram, quando a Usina-CTAH os avisou.

Figura 70: Comparação entre o projeto aprovado e a revisão da construtora em 2014, do Conjunto Chico Mendes.

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2014.

Note-se que a construtora utilizava o precedente aberto pela Usina de verticalização pelo uso dos elevadores e agora o associava ao seu projeto inicial de desdobro, potencializando os dois ganhos. Mais uma vez a contradição da ação da Usina se mostra patente, na medida em que suas proposições de projeto que dão abertura para a maior produtividade do capital são apropriadas e desviadas ao terem retiradas suas contrapartidas (no caso, mais espaço público alcançado pela verticalização). Aqui o confronto de projetos – que são urbanísticos, mas também políticos – teve seu momento de maior interesse do ponto de vista da análise da racionalidade que rege o Estado Democrático Popular: sem a interferência de outro ator, a Usina tomou a decisão de, por conta própria, mostrar que era possível o aumento de “demanda” requerido tanto pela construtora quanto pelo movimento, porém retomando a loteamento e a escola. É uma espécie de “retorno do reprimido”, que teima em mostrar que existiu, originalmente, uma potencialidade projetiva (nos dois sentidos) do movimento popular. Por outro lado, foi a construtora que fez ser possível a concretização material do empreendimento dentro dos novos parâmetros do PMCMV – algo que a Usina tem dificuldades de se adequar. O MTST, coordenando a batalha, foi aquele que soube utilizar de melhor maneira as contradições postas, numa racionalidade própria da gestão de consenso.

O amoldamento da produção do urbano pelo movimento popular

Com a possibilidade demonstrada pela Usina de manter o aumento da demanda com o retorno da qualidade urbana proporcionada pelo loteamento, o MTST pressiona a construtora a novamente contratá-la para revisar o projeto do Conjunto Chico Mendes, em 2015. O resultado final – que no momento está aprovado, mas as obras ainda não iniciadas – é a forma própria de um *programa urbano truncado*, expressão da especificidade do Estado Democrático Popular. Não é um projeto nem da Usina, nem da CDHU, nem da construtora, mas do MTST e seu hibridismo funcional. Ali se encontram sintetizados, por um lado, edifícios que são resultado de uma racionalidade própria ao capital no seu desenho e na sua produção, mas, ao mesmo tempo, carregando a marca das unidades maiores do que o usual; do outro,

um desenho urbano que transita de maneira contraditória entre o modelo padrão do condomínio pragmático da CDHU (sem criação de escalas intermediárias, núcleos ou espaços comuns qualificados) e a inserção articulada de equipamentos e espaço público. É um desenho contraditório e tenso, expressando o convívio pouco tranquilo de *programas* urbanos diversos, que pendulam entre a massificação abstrata e a qualidade da articulação urbana.

Figura 71: Revisão final da Usina do Conjunto Chico Mendes, em 2014/2015.

Fonte: Arquivo da Usina-CTAH, 2014-2015.

Assim, é um resultado híbrido que, antes de ser considerado puramente “de mercado” ou “contra hegemônico”, precisa ser compreendido na sua especificidade: é uma síntese da articulação entre arquitetura e urbanismo que expressa uma defasagem entre um avanço da subsunção ao capital da primeira, e alguma possibilidade de resistência do segundo. Essa defasagem já foi observada nos dois casos anteriores: tanto na Comuna Urbana, quanto no Pinheirinho dos Palmares, a infraestrutura ficou pronta depois das casas, por conta de suas características particulares de produção. No caso do Conjunto Chico Mendes, as forças se amoldaram aos seus nichos, ainda que tenham se enfrentado no campo do adversário: a Usina fez poucas alterações no projeto dos edifícios, focando sua atenção no urbanismo; a Construtora racionalizou a construção dos mesmos, se apropriando de ganhos econômicos do desenho da Usina e investindo no CAA, enquanto perdeu a batalha do parcelamento da gleba. Ao MTST, na modalidade Entidades, está confiada a gestão do empreendimento: isso não significa autogestão (como se tenta propagar erroneamente⁴⁰⁶), que envolveria a gestão *da*

⁴⁰⁶ Como na reportagem de Piero Locatelli na Revista Carta Capital de 10 de junho de 2014, intitulada “MTST constrói moradias com as próprias mãos” e também na de Ivan Longo, na Revista Fórum de 12 de setembro de 2014, “Minha Obra, Minha Casa, Minha Vida”. Nas duas reportagens há muita confusão – articulada com o discurso do próprio MTST – de nomes, processos efetivos e referências históricas. Entre elas: a gestão direta da obra pelo MTST via PMCMV-E não significa autogestão, que significaria a contratação direta de trabalhadores, gestão de processos, escolha e acompanhamento de tecnologia, compra de materiais, controle de orçamento, etc. que, na modalidade Empreitada Global, única referência para o movimento, são realizados pela construtora (este tema será aprofundado no Capítulo 3.2); Outra questão levantada é a de que há muitos futuros moradores construindo com suas próprias mãos suas moradias, discurso que encobre o fato de que, contratados como trabalhadores pela construtora, não têm nenhuma autonomia sobre este trabalho; Na questão da autonomia frente ao projeto, que é exaltada como definidora de padrão superior aos das construtoras no FAR, está sendo esclarecido neste Capítulo

produção (que está a cargo da construtora), mas sim do domínio sobre *o projeto*. É neste sentido que se pode aqui dizer que este resultado final é do movimento, e não dos seus contratados (nem da Usina, nem da construtora, nem da CDHU).

Figura 72: Diagramas comparativos entre os projetos da Usina e da Construtora para o Conjunto Chico Mendes.

Fonte: Desenho elaborado sobre projetos do Arquivo da Usina-CTAH, 2014-2015.

Lembrando Sérgio Ferro, está no desenho a “ordem de serviço”, aquela que adéqua a produção (o trabalho vivo) às necessidades do seu contratante (o capital). Não se trata, no caso, do capital como contratante, mas de uma força social popular cuja racionalidade não é a máxima reprodução do capital imobiliário, mas *sua própria reprodução política*. Esta envolve alianças nos diversos campos de disputa, fazendo-a se especializar no seu *gerenciamento*. A materialidade do Conjunto Chico Mendes (quando estiver pronto) será a síntese do gerenciamento desta unidade entre produção e projeto, expressão específica *do MTST* e da sua necessidade política, que participa da mesma racionalidade do Estado Democrático Popular mesmo não sendo interno aos seus órgãos institucionais⁴⁰⁷. É neste sentido que se

que não houve participação das famílias nos projetos, mas sim sua gestão por parte das lideranças do movimento, que apenas definiram quantitativamente uma área privada maior, sendo que, por conta da tecnologia, isso não significa exatamente uma retirada de custos da construtora tão relevante; Por fim, nas reportagens a velocidade da obra é creditada à organização dos trabalhadores, fato que não tem correlação com a realidade, dado que ela se deveu ao uso de uma tecnologia específica escolhida pela construtora, que tem sido muito usada no PMCMV por conta de sua importante resposta aos interesses do capital produtivo, não se tratando, portanto, de uma eficiência própria à autogestão dos trabalhadores, mas a uma organização do capital (Fontes: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/moradia-pelas-proprias-maos-2178.html>> e <<https://www.revistaforum.com.br/digital/164/minha-obra-minha-casa-minha-vida/>> acessados em 03 de janeiro de 2018). Em todas estas confusões, fica patente a diferença entre *produzir* e *gerir* um empreendimento, inversões típicas do capital, que toma o trabalhador e a máquina como partes de sua própria existência, indiferenciando o comando da produção de sua efetivação concreta – discurso este agora tomado pelo próprio movimento popular como gestor.

⁴⁰⁷ “É aqui onde as críticas vindas da extrema-esquerda ao chamado ‘projeto democrático popular’ caem no vazio, pois se direcionam total e exclusivamente ao ‘governo’, ou às gestões petistas em particular, ignorando que esse projeto é, na verdade, toda uma forma de organização do Estado — ou melhor, de reorganização do Estado — que tem a mobilização social como base. A criatura, aqui, ultrapassou de longe seu criador. O PT foi, inegavelmente, o instrumento político por excelência das lutas fundantes do ‘projeto democrático popular’ nos anos 1980 e 1990; mas as mudanças de tática resultantes das próprias lutas tiveram dois resultados: alteraram o rumo estratégico do partido e instituíram práticas de relacionamento entre Estado e movimentos sociais que hoje tendem a se tornar a tônica, a norma, a orientação geral desta relação. E mesmo quem critica o “projeto democrático popular” a partir de uma posição mais à esquerda pode terminar enredado pelas práticas instituintes do próprio projeto que critica”

pode entender o *alargamento* desta forma estatal, pois sua reprodução passa pela dinâmica do gerenciamento de classes *por meio da produção*. Há, portanto, uma racionalidade, uma *forma* específica, para além da aparente ordem institucional formalizada do “modo petista de governar”⁴⁰⁸ – dentro do qual a disputa de projetos se dá de outra maneira, operando o confronto de legitimidades na formulação legislativa que, ao fim, se torna instrumental. O lugar que ocupa o MTST, portanto, parece realmente mais potente do que este na sua capacidade de mobilização das forças sociais – ou melhor, do seu gerenciamento.

Assim, o projeto do MTST fica explicitado na sua dimensão urbana: a aliança com o capital produtivo na construção civil é resposta à necessidade de reprodução ampliada de uma forma política baseada no gerenciamento de forças sociais – cuja rentabilidade não se dá, como no Pinheirinho, na “resolução” de uma comunidade (como pagamento de um serviço), mas na permanência de mobilização de uma mercadoria *em circulação*. Tal mercadoria: a “demanda”, dupla reificação dos trabalhadores precarizados: primeiro em déficit, depois em demanda solvável pelo PMCMV – ancorado no direito à moradia. Este tema será aprofundado no Capítulo 3.4. Nesta aliança, a estratégia política de construção do “Poder Popular” passa pelo mesmo interesse do capital no desenvolvimento das forças produtivas: produtividade e massificação, apoiados no aparato estatal. Tal “Poder Popular”, portanto, é uma forma de rentabilidade política baseada no gerenciamento de forças reificadas, como mercadorias, ou serviços terceirizados – colocando no mesmo patamar a Usina e a construtora, com base no domínio (ou cercamento) da “demanda”, como os *“enclosure commons”* que caracterizaram iconicamente a acumulação primitiva para Marx.

Essa forma é a mesma que estrutura a racionalidade da Empreitada Global, modalidade interna ao PMCMV-E usada no Jardim Salete pelo MTST e que reflete, na realidade, os novos mecanismos de produção do próprio mercado da construção civil (FAR e Faixas 2 e 3), dentro dos quais a organização popular se amolda, ocupando o lugar que, nas outras modalidades, seria do capital:

“Esta forma de subempreita predominante no programa MCMV não é a mesma, portanto, da que predominava no Brasil até o fim do século passado, em que uma ‘subempreiteira de mão-de-obra’ alocava trabalhadores no canteiro de obras do começo ao fim do empreendimento e em diferentes frentes de obras, uma vez que elas não requeriam especialização. É uma organização do canteiro de obras que depende primordialmente de oferta abundante de trabalhadores e que Luiz Ceotto descreve da seguinte forma:

‘As empresas ‘empreiteiras de serviços’ eram na verdade ‘empreiteiros de mão-de-obra’, deixando a tecnologia de produção, a definição do processo de trabalho e o

(Coletivo Passa Palavra, disponível em: < <http://passapalavra.info/2014/06/96027> > acessado em 01 de janeiro de 2018. Grifo acrescentado).

⁴⁰⁸ “Não deveria surpreender a aproximação recente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ao chamado ‘projeto democrático-popular’. Por mais que o movimento tenha sempre se mantido fora e crítico às forças políticas governistas, ele há muito tempo – e cada vez mais – funciona internamente com a mesma lógica de movimentos sociais mais, digamos, ‘tradicionais’: voltado para as mesas de negociação com o poder público e secundarizando o trabalho na sua própria base, que, cada vez mais desinteressada, só continua associada à organização pelo vínculo coercitivo das listas e pontinhos já denunciadas veladamente aqui. Por mais que o MTST não seja governo, ao agir de tal modo ele passa a ser Estado; e por essa proximidade de forma, muito mais do que por diferenças políticas, ele e movimentos já enquadrados à burocracia participativa, como o MST, são plenamente compatíveis” (Coletivo Passa Palavra, disponível em: < <http://passapalavra.info/2014/06/96614> > acessado em 01 de janeiro de 2018. Grifo acrescentado).

*gerenciamento dos serviços sob responsabilidade da construtora contratante*⁴⁰⁹. As equipes administrativas das contratantes comandavam o pessoal das empreiteiras e esses por sua vez, faziam exatamente aquilo que lhes era mandado fazer. As ‘empreiteiras de serviço’ praticamente locavam sua mão de obra, colocando-a sob comando da empresa contratante sem interferir muito no processo de trabalho ou no planejamento da execução dos serviços. Este tipo de organização era de certo modo reflexo da tecnologia construtiva disponível, onde a não especialização dos operários, exceto nos serviços de instalações prediais, era característica da mão-de-obra necessária, uma vez que a tecnologia construtora disponível era muito mais dependente do uso intensivo da mão-de-obra do que da sua especialização’ (Ceotto: 2005, 98).

Para Luiz Ceotto, o que conduziu a construção civil brasileira para a subempreitada global foi a formação de um mercado fornecedor de serviços de construção externos ao canteiro de obras (...), e o primeiro polo da relação de produção que este mercado transformou não foi o da empresa subempreitada, mas sim o da empresa que a contrata: ela se torna gestora de serviços em que projeto e produção estão integrados na execução.

‘Os componentes sendo fabricados por empresas do mercado, os equipamentos de transporte e de içamento facilmente alugados por períodos definidos, a montagem dos componentes feita por equipes terceirizadas qualificadas faz com que o único investimento que uma construtora precise realmente fazer é no domínio dos processos gerenciais por parte de suas equipes tecno-administrativas (...). As construtoras seriam muito mais gerenciadoras e integradoras de sistemas construtivos do que “fazedoras” de obras. Seriam muito mais “cérebro” do que “braço”. Poderiam ter poucos profissionais⁴¹⁰, pois grande parte dos serviços poderia ser terceirizada. Seriam especializados em integração de sistemas, em projeto, em planejamento, na aplicação e gerenciamento de sistemas de qualidade e na administração de contratos’ (Ceotto: 2005, 97-100)” (BARAVELLI: 2014, 154-155. Grifos acrescidos).

Todo este processo de amoldamento a uma determinada racionalidade de reprodução política do MTST deu rápido retorno, pois é a partir de 2009, juntamente com o PMCMV-E, que o movimento ganha expressão nacional. É a partir de 2013, com as Jornadas de Junho, no entanto, que tal estrutura atinge todo o seu potencial – articulada, por um lado, com a “aceleração do Lulismo” promovida por Dilma Rousseff e, por outro, pelos frutos da potencialidade da mobilização específica realizada pelo movimento. Em 2014, ano eleitoral, é inaugurado o Conjunto João Cândido, dando sustentação material a este esquema que precisa se referenciar numa lógica triunfalista própria ao “Espetáculo”, como definiu Guy Debord⁴¹¹. Utilizando de tal referencial espetacular, o movimento ocupou um terreno próximo ao Estádio Itaquerão, onde se realizou a Copa do Mundo naquele ano, como ápice da ascensão de suas ocupações desde as Jornadas, que incluíram no segundo semestre de 2013 as mega ocupações Vila Nova Palestina e Faixa de Gaza, que emplacaram uma nova escala aos já grandes acampamentos: cerca de 8mil famílias. A Ocupação Copa do Povo, por seu grau de inserção na temática central midiática do momento, teve acolhimento imediato por Dilma e Fernando

⁴⁰⁹ Numa comparação com o mutirão autogerido, pode-se entender tal organização como os grupos de trabalho no canteiro de obras sob autogestão de toda a comunidade (como “construtora”), que definia “a tecnologia de produção, a definição do processo de trabalho e o gerenciamento dos serviços”. Ou seja, a autogestão é a gestão diretamente da produção, não o gerenciamento de terceirizadas que dominam o processo produtivo.

⁴¹⁰ Outra característica importante do MTST: nas entrevistas, há uma fala permanente de que no seu esquema organizativo é possível mobilizar muito com poucos militantes, e por isso também a focalização do movimento na formação de dirigentes especializados, e não tanto na base – que aqui tem outro papel, pois não é construtora nem subempreitada, mas apenas expressão reificada do valor de uso do “morar”, em nome do qual se produz a mercadoria “casa”.

⁴¹¹ “O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem” (DEBORD: 1997 [1967], 25).

Haddad (prefeito de São Paulo), dando expressão ao início da publicização (pois sua construção já era muito anterior, como pôde ser visto aqui) da relação entre MTST e PT, reafirmada com a presença de Lula na inauguração do Conjunto João Cândido e na presença do movimento na mesa de lançamento do PMCMV 3, no ano seguinte (ver Figura 73).

Figura 73: Dilma Rousseff e Fernando Haddad na Ocupação Copa do Povo (2014); Lula e Guilherme Boulos na Ocupação Povo Sem Medo em São Bernardo do Campo (2017); Mesa de lançamento do PMCMV 3 (2015).

Fonte: Divulgação OnLine.

Foi também entre 2014 e 2015 que a relação entre o MTST e a Usina se desgasta, fazendo com que os novos projetos do movimento tenham sido redistribuídos para outra assessoria⁴¹². O projeto para o Jardim do Estádio (Rua Adriático), em Santo André (Ocupação Novo Pinheirinho e Santo Dias), foi uma última tentativa de conciliação que não foi bem sucedida, com a saída da Usina do processo após mais um embate de projetos. O MTST, para viabilizar a compra da área (que é bem localizada, porém em terreno de difícil topografia) nos termos de mercado que o PMCMV impõe, não recuou na determinação de uso máximo do seu potencial construtivo, que resultava em projetos de má qualidade ambiental (muitos apartamentos sem insolação suficiente, muitas vezes nenhuma), urbanística (impossibilidade

⁴¹² Para a assessoria GTA – Grupo Técnico de Apoio, fundada entre outros por Geraldo Juncal, Secretário Municipal de Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento de Embu das Artes entre 2003 e 2015 e Presidente da COHAB-SP em 2016, todas em gestões municipais do PT.

de áreas comuns abertas por conta dos estacionamentos) e social (devido ao grande adensamento⁴¹³). Tendo sido antes grafada como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), a área foi desmarcada no último Plano Diretor da cidade, tendo seu valor subido muito. A CEF pediu que as unidades habitacionais fossem menores e que mais uma torre fosse implantada, chegando a cerca de 900 UHs, situação que a Usina disse então não acompanhar. Efetivamente, as unidades contratadas foram 910, em oito edifícios de 14 a 16 andares, com uma densidade de cerca de 1.500 Hab/Hec, hoje em fase final de obra (ver Figura 74)⁴¹⁴.

Assim, o MTST, após 2013, assumiu de maneira mais radical a postura já indicada antes, na qual a construção de moradias de maneira massificada apenas demonstra sua função na forma de reprodução política do movimento: plataforma de valorização – que precisa estar baseada na *produção*, que pode ser gerenciada “do alto”. Assim, não interessa exatamente o desenho, a tecnologia, as relações de produção, as articulações financeiras, institucionais, etc., nem mesmo o uso destes empreendimentos posteriormente pelas comunidades, mas sim *a sua existência* – e *quantidade*. É desta maneira que o movimento também viabilizou unidades pelo FAR (Osasco, Ocupação Carlos Lamarca) e por PPP (Rua São Caetano, para a Ocupação Estaiadinha). A racionalidade é própria ao capital portador de juros: embora dependente da produção, precisa ocultá-la e afastar-se da sua materialidade complexa, retirando dela apenas seus rendimentos que parecem, então, se mover no limpo e livre espaço da circulação, local próprio às práticas discursivas, imagéticas, triunfalistas e especulativas, onde a política contemporânea foi parar, em particular aquela colocada em marcha pelo Estado Democrático Popular.

⁴¹³ Para alcançar o preço que o proprietário pedia pelo terreno, seriam necessárias 1.152 UHs, que eram inviáveis de serem implantadas. A Usina apresentou um projeto de 1.032 UHs, demonstrando que a implantação de prédios de cerca de 20 andares, necessários, resultava em problemas de insolação e grande movimentação de terra. O projeto alternativo, defendido pela assessoria, era para cerca de 700 UHs, o que já seria bastante denso. A densidade demográfica necessária pelo preço do terreno era de 1.920 habitantes por hectare (Hab/hect), valor extraordinário.

⁴¹⁴ Para se ter base de comparação, relacionando densidade demográfica, qualidade de espaços livres e verticalização, uma importante contraposição a este projeto são os Conjuntos Florestan Fernandes e José Maria Amaral, realizados pelo movimento Leste 1 em São Paulo, que envolve também 8 edifícios bastante verticalizados (no caso, 9 a 15 andares), e implantados em terreno de grande declive, mas que tem outro desenho das unidades habitacionais, o que permite insolação adequada de todas as 396 unidades. Urbanisticamente há espaços livres e comuns, chegando a uma densidade demográfica de 880 Hab/Hec, bastante alta, mas compatível com a possibilidade de um bom projeto social e de arquitetura. Mais detalhes, ver < http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/09/LESTE_FlorestanJMA.pdf > e < www.ambientearquitetura.com > acessados em 04 de janeiro de 2018.

Figura 74: Construção do Conjunto Santo Dias, Jardim do Estádio, Santo André-SP.

Fonte: < <https://www.youtube.com/watch?v=IWxX4VOIHww> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.

Dentro da mesma racionalidade, passou a ocorrer neste período um fenômeno nacional de busca de apadrinhamento de várias comunidades em relação ao MTST. Muitas delas, que surgiram a partir de processos locais e autônomos de luta, passaram a ver no movimento uma alternativa de viabilização de moradia dentro do Estado, por conta da sua capacidade de negociação. Isso, na verdade, quer dizer bom trânsito institucional, oferecido como serviço, indicativo da especificidade de profissionalização de seus militantes que, realmente, não precisam estar dentro dos Conselhos Participativos para terem “resultados”,

pois seu trânsito interno ao Estado é outro: a *mesa de negociação*, como adiantado no caso do Pinheirinho, ou a nova forma do “conselhismo”, agora judicializado. Segundo uma liderança, esse processo é um “pedido da bandeira do MTST” – que bem poderia ser entendida, dentro deste *modus operandi*, como *etiqueta*⁴¹⁵. E não é necessária agora ampla revisão bibliográfica para a compreensão da lógica das marcas⁴¹⁶ no capitalismo contemporâneo. O próprio Lula se rendeu⁴¹⁷, talvez vendo em Guilherme Boulos um sucessor da sua mesma origem nas mesas de negociação das greves de 1978-79, acenando publicamente uma possível aliança justamente no palco de São Bernardo do Campo. Qualquer semelhança não é mera coincidência.

⁴¹⁵ Ao chegar a uma ocupação recentemente, a pesquisadora observou com surpresa a bandeira do MTST na entrada, com os dizeres “Essa ocupação é do MTST”. Com uma relação interna à coordenação de apoio técnico, eu mesma não sabia desta informação e fui conversar com as lideranças. Fui informada que o MTST não tinha nenhuma atuação na ocupação, nem nenhuma presença de militantes (e nem atuação nas mesas de negociação públicas, das quais eu mesma participava), mas que era importante a presença da bandeira, pois aumentava sua representatividade social e política na cidade. A mesma situação se apresentou em outras ocupações, visitadas por colegas. Informação que comprova esta dinâmica está no próprio site do MTST: “Em Minas, a vitória foi na cidade de Uberlândia, para a comunidade do Glória, bairro Elisson Preto e de pouco mais de 5 anos e que há pouco o MTST somou forças. (...) O MTST atuou em aliança, como apoiador, numa luta que já acontecia há 5 anos, mas foi considerado pelos acampados como fundamental para o processo de intermediação na regularização da área e, desse modo, compartilha com alegria e satisfação a conquista do direito à moradia da comunidade” < <http://www.mtst.org/mtst/2017-ano-de-muitas-lutas-e-conquistas-para-o-mtst/> > acessado em 15 de fevereiro de 2018). As 2.400 famílias, portanto, puderam ser somadas à “demanda” do movimento, na sua lista de vitórias do ano.

⁴¹⁶ Caetano Veloso bem a compreendeu. Foi ampla a divulgação do apoio do cantor ao MTST durante a Ocupação Povo sem Medo em São Bernardo do Campo, neste ano de 2017. Depois de proibido pela prefeitura local seu show na ocupação, Caetano o fez com ampla estrutura no Largo da Batata, região de classe média de São Paulo, na comemoração dos 20 anos do MTST. É de conhecimento público (ver em particular a entrevista de Marcelo Freixo à Folha de São Paulo (BALLOUSSIER: 2017)) que Paula Lavigne, mulher do cantor, está fazendo a intermediação política de Guilherme Boulos com a classe média dentro das estratégias de lançamento da candidatura à presidência da liderança pelo PSOL em 2018. Trata-se de um duplo marketing: de Caetano para o MTST (como etiqueta que libera o movimento para a classe média) e do MTST para Caetano (sua salvaguarda de “esquerda”, principalmente necessária depois de algumas “gafes” do cantor, como o show no lançamento do Parque Cidade Jardim, maior complexo de luxo da América Latina, cuja interrupção por jovens da comunidade local que estavam sendo removidos pelo empreendimento lhe causou desgaste pessoal).

⁴¹⁷ No instante em que este Capítulo é escrito está colocada na mídia a especulação sobre o lançamento da candidatura de Guilherme Boulos à presidência, pela sigla do PSOL. O dirigente do MTST, no entanto, diz só aceitar o convite se o ex-presidente Lula não concorrer, pois pode ser condenado pela Lava Jato. No entanto, setores do próprio PT já consideram também o nome de Boulos como sucessor de Lula dentro do partido, como indica a Coluna de Daniela Lima (2017) na Folha de São Paulo “Dirigentes do PT veem líder dos sem teto Boulos com potencial como sucessor de Lula na esquerda”.

Capítulo 3.2 O PMCMV Entidades

O caso do Jardim Salete, em Taboão da Serra, revelou uma série de transformações na forma de produzir o urbano pelos movimentos populares. Considerando que o Pinheirinho (visto na Parte 2), realizado pelo FAR⁴¹⁸, expressou um amoldamento completo a um padrão de conciliação movimento/mercado perpetrado pelo Estado Democrático Popular, como pensar o exemplo do MTST, que em muitos aspectos trabalha de maneira mais potente as contradições da conjuntura conformada por este? O PMCMV Entidades (PMCMV-E), operado pelo FDS⁴¹⁹, é importante elemento de análise para a compreensão destas diferenças. Inclusive porque é a modalidade do programa que aproxima o MTST dos movimentos do campo Democrático Popular, responsáveis históricos por ela – expressando seu caráter de continuidade da dinâmica de luta pela moradia em outro patamar, preservando e negando elementos desta herança, mas de qualquer maneira apontando para uma outra fase da mesma.

Não serão aprofundadas aqui de maneira substancial todas as características e consequências da modalidade, exercício este que foi realizado por Camila Moreno de Camargo no seu doutorado (CAMARGO: 2016), de grande relevância. Serão levantados, no entanto, alguns elementos que parecem importantes para o argumento aqui desenvolvido, que possam ser úteis para a caracterização da conformação específica da relação entre movimentos populares e Estado Democrático Popular no urbano, tal qual está sendo construída até aqui nesta tese.

⁴¹⁸ Ver Capítulo 2.2.

⁴¹⁹ Idem.

O desenho institucional do PMCMV Entidades

O PMCMV-E é a confluência de programas contraditórios, que conformam um período específico do governo do PT após a crise mundial de 2009. Desde a conquista do governo federal, os movimentos ligados ao campo Democrático Popular colocaram em marcha, junto às suas articulações institucionais, duas de suas demandas históricas: a estruturação de uma política habitacional e urbana de escala federal, desmantelada desde o BNH, e a nacionalização da experiência de autogestão já consolidada em São Paulo. Como visto no Capítulo 2.2, o Ministério das Cidades foi a concretização da centralização da política urbana nacional, que só se completa com a finalização de todas as esferas do SNHIS com o PlanHab, neste mesmo ano de 2009. Pode-se considerar que estes primeiros anos são aqueles da consolidação do aparato institucional ligado ao programa do “modo petista de governar”, configurado pela democracia participativa.

No campo da expansão da autogestão, até a finalização do SNHIS – dentro do qual ela estaria em composição com outras formas de enfrentamento da questão habitacional e urbana – foi criado de maneira experimental e temporária o Programa Crédito Solidário (PCS), que pela primeira vez levava a possibilidade da modalidade para outras partes do país que, portanto, só tiveram acesso a ela já pela via da sua consolidação institucional. O PMCMV, como visto no referido capítulo, passa por cima do SNHIS, mas carrega, por meio do Entidades, algo do seu programa já misturado com o PCS, pai do desenho institucional deste último. Por isso é necessário entender o PMCMV-E como uma confluência entre programas diversos, mas que, ao aprofundar certos elementos em detrimento de outros, acaba consolidando uma política urbana de amoldamento do movimento popular que se dará também acompanhando as especificidades dos diversos movimentos – de acordo com sua maior ou menor vinculação com a democracia participativa.

Assim, será retomado rapidamente o desenho do PCS, para que se possam compreender as raízes da modalidade Entidades, que já estava sendo gestada antes mesmo do PMCMV. Assim como Camila Camargo (2016) para o PMCMV-E, foi Fernanda Accioly Moreira (2009) que se mais se debruçou sobre a análise do PCS, sendo seu trabalho referência para o aprofundamento no tema. Aqui serão levantados apenas alguns de seus elementos, importantes para a argumentação proposta.

Parece-nos que o PCS marca a “segunda alma”⁴²⁰ dos movimentos de moradia ligados ao campo Democrático Popular, na medida em que expressa o embate da lógica

⁴²⁰ André Singer (2010) fala que o PT tem duas almas, sendo a segunda (formada na reunião do Diretório Nacional do partido, no centro de convenções do Anhembi, São Paulo) a que caracteriza uma fase de adequação do partido à defesa de determinada relação entre mercado e ordem institucional direcionada para a efetiva disputa eleitoral do governo federal, em 2002, com a Carta aos Brasileiros. Esta “segunda alma” seria extremamente pragmática, alinhada com seu novo eleitorado (o “subproletariado”, como será visto no próximo capítulo) que quer mudança com estabilidade. Segundo o autor: “Ao estabelecer pontes com a direita sem levar em consideração as razões ideológicas, a alma do Anhembi demonstrou uma disposição pragmática que estava no extremo oposto do antigo purismo petista. Não era uma flexibilização e sim um verdadeiro mergulho no pragmatismo tradicional brasileiro, cuja recusa fora antes bandeira do partido. (...) convém perceber que as pesquisas examinadas na primeira parte deste artigo deixam claro que a alma do Anhembi tem raízes sociais; não é apenas um espírito que flutua. (...) Embora seja um grave equívoco desconhecer que o governo Lula cumpriu parte do programa histórico do partido ao estimular um mercado interno de massa, é verdade que, desconectados de uma postura anticapitalista, os

própria à resposta ao regime de urgência (que é permanente) e dos processos ligados à construção da institucionalidade própria ao programa do referido campo de forças políticas. Assim, ao mesmo tempo (entre 2003 e 2009), são os mesmos agentes que criam duas lógicas: uma que cria um sistema público baseado na combinação das esferas executiva e legislativa do Estado, com diversos mecanismos de controle social mais ou menos participativos (de conselhos à lei de licitações), com financiamento sustentável e planejamento urbano; e outra, na qual a mesma necessidade de padronizar mecanismos institucionais válidos nacionalmente leva à busca de certa normatização da flexibilidade, muito próxima às políticas neoliberais, nas quais o planejamento e execução são privados, com centralização institucional delimitada pelo financiamento e, portanto, de responsabilidade (e lógica) bancária.

O PCS desenhou pela primeira vez em escala nacional esta lógica para as políticas de habitação – sendo responsabilidade direta dos movimentos de moradia ligados ao campo Democrático Popular, com a prerrogativa de que fosse temporário e substituído pelo seu lugar dentro do aparato do SNHIS. A dinâmica histórica, no entanto, fez sua lógica ganhar predominância por se adaptar perfeitamente ao PMCMV, e não ao SNHIS. Ela se baseia na centralização bancária por meio da Caixa Econômica Federal⁴²¹ (CEF), dentro da qual se encontra equipes técnicas de gerenciamento da arquitetura (compondo análise de viabilidade técnica e legal, desenho de engenharia e urbanismo e acompanhamento técnico das obras), da área social (enquadramento e acompanhamento de “demanda”), jurídica (legalização contratual de relação que envolve criação e troca de propriedade) e financeira (adequação de orçamento, desenho de desembolso, contratação de seguros e definição dos limites contratuais), todas voltadas para a *análise e controle de risco* dos empreendimentos, que é aquela que, na verdade, enquadra institucionalmente a produção do urbano – e não sua prerrogativa de direito, normatizada e controlada participativamente, executada pelos braços do poder executivo nos ministérios, etc., dentro do programa do campo Democrático Popular.

A CEF é aquela que administra o financiamento, cuja fonte é o FDS⁴²², um fundo de, até 2009, captação privada, cuja normativa era baseada na sustentabilidade financeira, ou seja, sem subsídios de porte que inviabilizassem sua remuneração. Inclusive são realizadas várias mudanças na sua normativa (descritas em CAMARGO: 2016), sempre com vistas à melhora da sua avaliação de risco – e não da sua adequação ao financiamento de uma determinada política habitacional. Um exemplo desta lógica era a obrigatoriedade de depósito antecipado às liberações do financiamento de 5% do mesmo, a título de contrapartida financeira dos beneficiários – algo que poucas comunidades tinham ou têm condições de assumir. Bem longe do desenho do FNHIS, sua captação privada o habilita ao uso de recursos

ganhos materiais conquistados levam água para o moinho de um estilo individualista de ascensão social, embutindo valores de competição e sucesso. O espírito do Anhembi, com sua profunda valorização da ordem, é alimentado e alimenta o PT enquanto “partido dos pobres”. O êxito eleitoral lhe augura uma dominação prolongada. (...)Aspecto peculiar do atual modo petista de vida é que o espírito do Anhembi, embora dominante, não suprimiu o anterior: eles convivem lado a lado, como se um quisesse desconhecer a existência do outro. (...)O resultado é que os dois mandatos de Lula à frente do Executivo formaram a síntese contraditória possível das duas almas que hoje habitam o PT. Foi o fato de ter implementado, simultaneamente, políticas que beneficiam o capital e promovem a inclusão dos mais pobres, com uma melhora relativa na situação dos trabalhadores, que permitiu a convivência dos espíritos do Sion [a ‘primeira alma’] e do Anhembi.” (SINGER: 2010).

⁴²¹ A análise da forma bancária do PCS foi feita de maneira aprofundada por Fernanda Accioly Moreira (2009).

⁴²² É bom lembrar, segundo a nota 296, que o fundo tem um conselho fiscal “representativo”, dividido entre o governo, entidades dos empregadores e dos trabalhadores (Centrais Sindicais, não movimentos populares ou representantes da sociedade civil).

sem licitação, como visto no Capítulo 2.2. É este mesmo fundo que será usado depois pelo PMCMV-E, porém com abastecimento de recursos do Orçamento Geral da União (OGU), não onerosos.

Esta lógica bancária fazia com que os trabalhadores que acessassem o programa fossem constituídos como “beneficiários”, tomadores de um financiamento que deveriam pagar, sendo esta a relação mais forte estabelecida com o Estado – intermediado, coerentemente, pela CEF. As parcelas, desta maneira, eram feitas de acordo com o valor do financiamento (como no PMCMV são as Faixas 2 e 3), e *não pela capacidade de pagamento dos “beneficiários”* – algo que muda para o PMCMV-E, como será visto a seguir. Importante notar que, de acordo com as transformações históricas analisadas até aqui, o sujeito político deste momento era aquele formado na *cidadania*, ainda em processo de constituição do *consumidor* e *empreendedor*, mais consolidado no segundo mandato de Lula (pós 2006). Assim, percebe-se como logo no primeiro mandato de Lula há uma transição importante do sujeito político cidadão que foi consolidado pelo “modo petista de governar” durante a década de 1990: do cidadão *participativo* para o *passivo*, receptáculo de financiamentos e políticas sociais focalizadas. Mais interessante ainda – e expressivo das contradições do Estado Democrático Popular – é ver esta dinâmica acontecer justamente no programa direcionado à autogestão, cujo mote seria o de promover a autonomia dos trabalhadores.

Nesta perspectiva é que se pode observar a origem da transformação do protagonismo dos movimentos populares para as “Entidades”, aprofundada no PMCMV-E, mas que é fundada no PCS por conta da sua lógica bancária. Como visto no Capítulo 2.3, há correspondência entre a racionalidade das relações jurídicas necessárias às transações de mercado (centralizadas no Estado) e a forma de funcionamento do capital portador de juros (base do capital bancário). Neste sentido, a predominância deste último no mercado mundial conforma certa racionalidade às forças sociais atuantes – principalmente aquelas que o acessam diretamente – como agentes de mercado juridicamente enquadradas. No PCS acontece exatamente isso: a necessidade de tomar um financiamento – não a de acessar a política habitacional – faz surgir a figura da Entidade Organizadora (EO), diversa da associação de moradores que fazia mutirão autogerido durante a década de 1990.

A Entidade Organizadora é uma pessoa jurídica (como eram as associações), porém ganha especificidades, particularmente ligadas à sua adequação à lógica bancária, que tem a ver com avaliação de risco. Ela é a responsável pelo empreendimento, como antes, porém agora tem atribuições diversas: ela ganha autonomia técnica, jurídica e financeira em relação aos agora “beneficiários” (tomadores do financiamento *intermediados* pela EO, que só será sua *representante* mais tarde, numa modificação do PMCMV-E). Antes, a associação era um conjunto de famílias que elegia representantes específicos (participantes) para um empreendimento. A Entidade é maior do que isso, pois é um estatuto autônomo aos beneficiários: pode ser uma pessoa jurídica “emprestada”, inclusive, desde que seja habilitada para a produção de habitação. Autonomiza-se, portanto, da luta direta e localizada objetivamente (terra e pessoas) e se transforma numa figura abstrata, gerenciadora de “demanda” (que ela *indica*), em nome da qual administra processos técnicos e financeiros sob seu estatuto jurídico. Tal “profissionalização”, ou autonomia da técnica – que, no limite, é a expressão do afastamento da face política do movimento popular da produção do urbano –

gera a figura correspondente, no movimento, à lógica bancária, que agora deve operar como agente de correspondência junto à CEF nas áreas técnicas (arquitetura e social), jurídicas e financeiras.

Esta é uma primeira configuração da EO, que terá aprofundamento do PMCMV-E, como será visto adiante. No PCS, esta configuração dá forma não a instrumentos de acesso ao direito, que já existiam antes, mas principalmente permitem que os movimentos populares possam se transformar em agentes de mercado. Isso significa, na prática, que podem assumir responsabilidades que antes eram do poder público, principalmente nas condicionantes necessárias para se apresentar como tomadores de financiamento: ter uma mercadoria pronta a financiar. Na produção do urbano, isso significa: compra de terra, estudos (especializados) de viabilidade e projeto preliminar, adequação jurídica (da terra e do projeto) e cadastro institucionalizado de “demanda” (previamente enquadrada). Isso configura uma mercadoria a ser financiada, e só então é possível que ela entre na esfera estatal, cujo acesso é por meio do financiamento, ou seja, pela via bancária.

No processo anterior, a terra era pública (por propriedade ou desapropriada, na maioria dos casos, o que incluía a responsabilidade do poder público nos seus estudos de viabilidade técnicos e jurídicos), as famílias eram concretas e originavam o processo em seu nome (portanto não são “demanda” nem “beneficiárias” à priori) e o projeto – realizado de maneira participativa – era seu único gargalo (um permanente problema para as assessorias técnicas), mas que ainda assim se dava sob condições mínimas de estabilidade na conquista do empreendimento, o que permitia às famílias investirem (expectativas e, muitas vezes, recursos financeiros próprios) em processos qualitativos. A comercialização dos empreendimentos era uma fase posterior ao término das obras e mudança das famílias, depois da qual se dava a regularização das áreas (procedimento tão lento que ainda há muitos empreendimentos desta fase da autogestão (feitos há cerca de 20 anos) sem regularidade fundiária – o que indica que não seriam feitos se isso fosse uma condicionante).

Desta maneira, há uma perversão da autonomia da autogestão frente ao Estado: ao buscar superar sua institucionalização da década de 1990, recai nos mecanismos de mercado e não de associação autônoma dos trabalhadores. Toma sob sua responsabilidade funções públicas (principalmente no que concerne à terra) não no sentido do controle das forças produtivas, mas do amoldamento à uma mercadoria financiável por meio do Estado (como gerenciador de fundos privados). Assim, já aparece no PCS a busca de terrenos no mercado, porém ainda sem as limitações impostas pelo PMCMV, mas que já é fator suficiente para os movimentos de moradia deixarem, ou diminuir substancialmente, a prática de ocupação de terras – que é a entrada da relação com o Estado. Percebe-se que, neste primeiro momento, a Entidade Organizadora funciona como uma forma de diminuir a dependência estatal (justamente quando se ganha o Estado), mas aponta para a privatização do acesso ao direito e não sua superação.

Os movimentos de moradia ligados a esta nova configuração da política pública o fazem por ter uma relação com o Estado que se dá por meio dos conselhos, e não por meio da rede de gerenciamento de populações originada na ocupação de terra, característica que se dá com o aprofundamento dos elementos do PMCMV-E com mais veemência após 2012 (com o

caso do Pinheirinho). Portanto, há aqui uma primeira especificidade das consequências do PMCMV-E junto aos movimentos populares no que concerne à relação com a produção: aqueles ligados ao campo Democrático Popular vão ter uma relação entre a EO e o Estado como agentes privados, preservando a autonomia da *produção sob seu comando* (como funciona uma construtora); aqueles não ligados a este campo⁴²³ utilizarão da mesma figura autônoma da Entidade para *terceirizarem a construção*, transformando-se em gerenciadores de subempreiteiros (como visto no capítulo anterior), *acima da construção*, prática mais conformada à acumulação flexível. Os primeiros ligados à *lógica* do capital produtivo, os segundos a do capital rentista (isso não significa a remuneração correspondente, apenas a forma correlata de funcionamento).

Estas formas irão ganhar mais consolidação com o PMCMV-E, mas é relevante entender sua origem. Embora a figura da Entidade Organizadora não tenha sido criada com todas estas prerrogativas, sua forma jurídica proporcionou essas possibilidades. Tanto que, no PCS, não havia (por falta de sentido, dado seu caráter de promover autogestão) a modalidade da Empreitada Global, oficializada no PMCMV-E, na qual a EO repassa integralmente recursos para uma construtora fazer toda a obra, sob seu comando direto. No entanto, o funcionamento desta modalidade já passou a existir como “jeitinho” das empreiteiras não validadas pela CEF de entrarem nos financiamentos com “apresentação” de Entidade – as chamadas “barrigas de aluguel”⁴²⁴ na denominação dos movimentos de moradia ligados à autogestão. Assim, é a própria forma autonomizada que configura a “Entidade” que permite, justamente, a abstração das demandas concretas – um “tiro no próprio pé” dos movimentos de moradia, que passaram a ter que competir por recursos, conquistados por eles, com estes novos agentes. Uma dinâmica própria ao mercado, do qual antes os movimentos estavam “protegidos” pelo poder público – ou a lógica do acesso ao *direito*, via desapropriação.

Não é à toa que as “Entidades” se conformam bem como uma das modalidades do PMCMV, voltado para a privatização da política urbana. Elas não são exceção à sua *lógica*, têm apenas especificidades, fundamentalmente: indicação de “demanda” e de projeto – que, no caso do FAR, são de responsabilidade, respectivamente, do município e da construtora. A figura da EO não muda, portanto, a relação de contratualização da política pública, que financia, ou subsidia, mercadorias prontas com pessoas jurídicas abstratas. Nem mesmo na lógica da habilitação – que, no caso do FAR, envolve a passagem das construtoras por validação de padronizações rígidas de controle de qualidade (como o GERIC e o PBQP-H, certificações da CEF, como visto no Capítulo 2.2). A Entidade também tem que ser habilitada no PMCMV-E, procedimento que também envolve uma hierarquização de acesso ao financiamento, bem próxima ao formato das avaliações de risco do mercado financeiro.

A habilitação só pode se dar a partir de aberturas de editais – e, portanto, uma comunidade com necessidades específicas não consegue acessar o programa (a não ser por

⁴²³ Não se está aqui referindo ao Pinheirinho, que se enquadrou nas regras diretamente de mercado do PMCMV, via FAR, não FDS-Entidades.

⁴²⁴ “É a empreitada global travestida de administração direta, onde a proposta é formatada por uma construtora, sem a participação das famílias beneficiárias, e apresentada por uma entidade habilitada pelo programa. A entidade ‘barriga de aluguel’ apresenta a proposta como administração direta, tendo com isso a antecipação de parcela – o que não ocorreria no regime de empreitada global – e a dispensa de avaliação de risco da construtora” (CAMARGO: 2016, 103).

excepcionalização, sempre delicada), que totaliza a política pública, ficando sem alternativas – o que configura a lógica da oferta de habitação, e não de sua demanda, ou necessidade. Para ser habilitada a acessar o programa, a EO deve ter uma série de requisitos sejam legais, sejam de enquadramento (tempo de existência, permissão pelo estatuto de construção habitacional, etc.). Por meio de critérios de exclusão, cria-se, assim, um “mercado de Entidades”, que prestam serviço de acesso ao programa, muitas delas inclusive com equipe técnica à disposição, mediante repasse de recursos do financiamento. Muitas delas não têm vinculação alguma com a questão da moradia, e um número expressivo delas são organizações sindicais (Cf. CAMARGO: 2016) que, também, por sua vez, se afastam de seus escopos políticos.

Tais Entidades têm uma lógica de funcionamento toda voltada a comprovar, validar, preservar e melhorar sua avaliação de risco junto à CEF, procedimento que envolve a prerrogativa de execução de mais de um empreendimento habitacional (o avesso das associações dos mutirões autogeridos, formadas originalmente para um empreendimento específico). Isso porque a habilitação envolve também uma qualificação da EO, que autoriza o tamanho da sua área de atuação (municipal, regional, estadual ou nacional) e a quantidade de unidades que pode contratar concomitantemente⁴²⁵. Tal pontuação é dada por uma série de fatores, entre eles: capacidade técnica e de mobilização mensurada de acordo com experiências anteriores em autogestão; articulação com outros agentes (públicos ou privados) em empreendimentos anteriores; experiência anterior em projetos participativos; atuação na capacitação e mobilização dos associados na área de habitação; e participação em eventos ou conselhos de formulação e controle de políticas públicas na área (Cf. CAMARGO: 2016). Há ainda a possibilidade de adquirir pontuação pela parceria com assessorias técnicas com experiência anterior nos mesmos fatores.

Ou seja, a não ser pela presente capacidade da Entidade na mobilização de seus associados (que oferece pouca pontuação e é difícil aferir), todas as outras dão prioridade àquelas ligadas ao campo Democrático Popular, que realizou tais experiências anteriores – consolidadas tanto nos movimentos, quanto nas assessorias técnicas. Além disso, ao valorizar a ação política destes movimentos por meio de uma avaliação objetiva e abstrata (sistema de pontuação, a mesma lógica interna de “habilitação” das famílias), conforma-se uma tendência a modificação de sua atuação: de mobilização e formação política para a construção de mais unidades habitacionais (bem como, para as famílias, participar alienadamente de um ato vale a mesma coisa que fazê-lo ativamente). O “direito”, ou a “lei”, desta maneira, assume cada vez mais radicalmente sua forma abstrata e avessa à necessidade (como dizia Agamben (2017 [2003]), trabalhado no Capítulo 2.3): é o próprio Estado alargado, representado aqui pelos movimentos de moradia na sua atuação institucional (de formulação da política pública, porém *fora dos conselhos*, dado que o PMCMV não tem controle social), determinando uma lógica onde existem critérios de habilitação para novas forças sociais entrarem no “ramo”. Entrando, a disputa não cessa: os recursos são menores do que a quantidade de propostas, fazendo existir uma competição interna entre as Entidades para conquistarem mais rápido as

⁴²⁵ Esse fator sempre esteve em disputa pelas Entidades, que sempre querem aumentar o número de unidades contratadas. Até 2012 (Portaria 105/2012) o número máximo eram 600 UHs, mas em 2013 foi alterado para 1.000 UHs (Portaria 107/2013) – uma indicação importante da intensidade da marcha de contratações pelas Entidades habilitadas.

contratações⁴²⁶. Isso gera uma corrida para tornar os processos mais “eficientes”, gerando uma tendência a deixar de lado os aspectos qualitativos que sempre foram marca desta tradição.

Da mesma maneira já iniciada pelo PCS, tais determinações das EOs (que as configuram como agentes de mercado) fazem com que no PMCMV-E as terras sejam adquiridas tendencialmente no mercado, e não *prioritariamente* por meio de um banco de terras público⁴²⁷. Isso permite maior flexibilidade, agilidade⁴²⁸ e segurança contratual, pois o programa exige que a terra esteja, já na hora da contratação de obra, em nome da Entidade, uma figura privada, que depois deve fazer as individualizações de matrícula. Este procedimento, na terra pública, não pode ser realizado antes da construção das UHs, pois um agente privado não pode utilizar um bem público de maneira privada sem passar por licitação. No padrão antigo, tal individualização de propriedade era feita depois da construção, por meio da comercialização das UHs. Assim, mesmo com a possibilidade de construir em terra pública no PMCMV-E, tal procedimento de transferência de propriedade deve estar todo realizado antes da contratação, exigindo licitação, o que coloca, além de um enorme tempo⁴²⁹, mais entraves para as comunidades externas ao *modus operandi* das relações institucionais consolidadas dos movimentos ligados ao campo Democrático Popular.

Tais necessidades (flexibilidade, agilidade e segurança contratual, não as necessidades locais de uma determinada comunidade em luta, que fique claro), ligadas à existência da figura jurídica específica da “Entidade” (que também fornece a flexibilidade, agilidade e segurança contratual necessária, inclusive por não estar ligada diretamente e previamente a uma “demanda” concreta), levaram a uma nova forma de relacionamento dos movimentos de moradia com a disputa urbana – seja em relação às localizações, às necessidades locais de comunidades específicas, ou ainda em relação às pautas da Reforma Urbana, que denunciavam os desequilíbrios urbanos promovidos pela lógica imobiliária (vazios, irregularidades, latifúndios, valorização promovida pelo poder público com apropriação privada, distribuição de equipamentos e serviços urbanos, densidade populacional, entre tantos outros). Essa nova forma de relacionamento tem como prerrogativa não os parâmetros políticos qualitativos de disputa urbana (que envolvem ter e construir outro programa urbano, em contraposição ao do capital), mas, ao contrário, aqueles de

⁴²⁶ Deve-se ressaltar o fato de que a habilitação da Entidade não está relacionada à contratação de empreendimentos, que se dão depois da habilitação, na medida em que se consolidarem como proposta fechada para entrarem no programa (estarem com terra, projeto e demanda aprovados). Muitas Entidades não conseguem contratar empreendimentos e outras atingem rapidamente sua quota, só podendo assumir mais unidades se concluírem as contratadas.

⁴²⁷ Contradizendo esta tendência, a Prefeitura de São Paulo, por conta da pressão dos movimentos na cidade, fez um edital em 2016 (no ocaso da gestão de Fernando Haddad, do PT, que demorou os quatro anos de governo para fazê-lo, por conta de ter deixado a Secretaria de Habitação durante os três primeiros anos com um representante da base aliada, vinculado ao mercado imobiliário) que transferia para as Entidades habilitadas e candidatas uma série de terrenos municipais – a grande maioria de pequena dimensão – para a consolidação de empreendimentos. Tais terrenos não estão, necessariamente, vinculados ao planejamento de construção habitacional popular do Plano Diretor da cidade. No entanto, como a transferência definitiva está associada à contratação efetiva dos projetos, o bloqueio do PMCMV-E pelo governo Temer durante o ano de 2017 está fazendo com que muitas Entidades possam perder tais áreas, embora já tenham investido recursos na sua viabilidade.

⁴²⁸ Esse fator é mais contestável, pois na maioria dos casos as áreas privadas precisam ter matrículas atualizadas e têm inúmeros problemas jurídicos, o que estende demasiadamente sua viabilização.

⁴²⁹ Há um caso na própria Usina que demorou quatro anos para ser liberado o terreno.

produtividade de novas unidades habitacionais abstratas, *a mesma lógica do capital imobiliário*⁴³⁰.

Nessa situação, dois novos personagens entram em cena: os corretores imobiliários e os cartórios de imóveis. Os primeiros não participavam da viabilização de terrenos para habitação social (afinal tais terras eram ou públicas ou ocupadas de acordo com estratégias políticas, não viabilidade técnica ou contratual); e os segundos eram acionados pelo poder público, pois a responsabilidade de individualização das matrículas era dele. Tais intermediações mudam não apenas a estrutura interna dos movimentos (que devem se adequar ao profissionalismo das “Entidades” e ter em seu quadro gestores da questão imobiliária, inclusive com terceirizados, como corretores e despachantes), mas principalmente sua lógica. Agora sua ação no urbano está relacionada à viabilização e produtividade de áreas. A perversidade é que, aparentemente, eles *permanecem em disputa com o capital imobiliário*, porém agora não por outra finalidade ou modo de produção, mas dentro da mesma lógica e pelos mesmos interesses. É uma disputa pelos *meios* de produção, não pelos *modos* de produção.

A modalidade da Empreitada global, portanto, passa a fazer sentido. Na prática, a autogestão passou a ser uma pequena parte do PMCMV-E, cuja lógica faz permanecerem nela apenas aquelas organizações populares que ainda defendem politicamente outros modos de produção – ainda assim subsumidos a uma lógica urbana avessa ao seu caráter, ou seja, determinados pela necessidade de verticalização excessiva, adensamento, segregação, produtividade, falta de adequação urbanística, enquadramento de programa de necessidades e diminuição de custos e, por vezes, de qualidade. Isso porque o modo de produção tornou-se, pelos outros condicionantes, acessório – passagem abstrata para o acionamento de formas onde realmente há “rentabilidade” (financeira ou, no caso, principalmente política). Correspondência da racionalidade invertida de reprodução do capital portador de juros, na qual os momentos concretos (o *trabalho*) se transformam em abstratos, enquanto aqueles mais fetichistas (como a valorização do valor) ganham concretude e protagonismo.

Mas e a potência do projeto arquitetônico e urbanístico contra-hegemônico, no desenho e na forma de produção (participativa)? *Parece* ser o que restou depois da subsunção do acesso à terra, da figura jurídica do movimento popular, da produção e da formação política dos trabalhadores – transformados em “demanda”. Na prática, nem tanto. Mesmo

⁴³⁰ Tal mudança também alterou o caráter dos próprios conselhos de controle social das políticas públicas, nos quais há uma estranha aliança tácita entre os setores populares e os patronais no que concerne à produtividade das políticas públicas de habitação, sejam quais forem, desde que ligadas à propriedade privada. Como conselheira do Conselho Municipal de Habitação (CMH) na gestão 2016-2018, a pesquisadora pôde observar *in loco* tais relações, vendo com consternação a detração, por parte dos movimentos populares, aos programas de aluguel social e à prática de ocupações como forma de “furar” a fila interna dos movimentos (que passaram a ter seus próprios terrenos ocupados por outros agentes), além da sua passividade em relação à proposta de PPP municipal de habitação (vista como alternativa ao PMCMV-E, na qual as agora “Entidades” podem participar como agentes privados) e de esquecimento da defesa do Plano Municipal de Habitação realizado pela gestão petista da Secretaria de Habitação do último ano do governo Haddad. O conselho virou um espaço de “resolução de problemas” das Entidades, e não de disputa política por outro programa urbano, como foram originalmente idealizados (de acordo com as prerrogativas do “modo petista de governar”). Acontecem muitas situações nas quais os representantes das Universidades e das Assessorias Técnicas acabam tendo que se contrapor (de maneira solitária durante a atual gestão de João Dória, do PSDB) aos seus aliados históricos, em nome de defesas antes construídas politicamente de maneira coletiva.

porque tal desenho faz parte de todo o processo e não poderia, sozinho, sobreviver a ele. Mas suas condicionantes – que sempre existiram, por ele fazer parte de um processo de produção que envolve uma série de elementos – mudaram. Poderiam, no entanto, terem mudado (como mudaram inúmeras vezes, já que os programas públicos de promoção da autogestão nunca foram estáveis) de maneira a permitir ainda sua contra-hegemonia. Foi visto acima que tais brechas efetivamente existem no PMCMV-E (como demonstraram os Conjuntos Florestan Fernandes e José Maria Amaral, da assessoria técnica Ambiente, e todo o embate de projetos realizado pela Usina em Taboão da Serra particularmente no Conjunto Chico Mendes).

No entanto, nestes mesmos exemplos fica claro que as limitações à contra-hegemonia são muito maiores do que eram antigamente. Isso acontece de maneira geral no PMCMV-E, não apenas porque os desenhos precisam responder às prerrogativas de mercado do programa (o que já seria suficientemente novidade e limitação decisiva), mas principalmente pelo fato de que as assessorias precisam adequar seus processos à uma lógica de reificação do desenho *frente ao movimento popular* – ou seja, encarar o fato de que os processos participativos perdem muito de seu sentido, lugar e qualidade (chegando mesmo a não existir, como em Taboão da Serra) ao se adequarem à massificação da “demanda”, às determinações da produção por empreiteiras, à lógica de produção urbana de mercado e às determinações do programa. Assim, os processos participativos são feitos de maneira massificada, muitas vezes sem controle de elementos fundamentais (o urbanismo, a arquitetura dos edifícios ou ainda a possibilidade do uso misto), sem adequação ao entorno ou às necessidades da comunidade (fator que, na prática, invalida boa parte do sentido do processo participativo) e sem o controle de seu tempo próprio, fundamental na sua apropriação e relevância formativa.

Um bom exemplo de como o programa, ainda que permita o projeto participativo, compromete seriamente sua existência, é a sua modalidade interna de Compra Antecipada (ver Organograma 10). Ela foi conquistada também pela pressão das Entidades que, sem a segurança da terra pública, mas sem serem também agentes de mercado com capital de giro, precisavam assegurar a efetivação da compra da terra com o proprietário até ter completado todo o processo de consolidação da mercadoria imobiliária a ser contratada pelo PMCMV-E. A terra só era comprada quando todos os projetos e aprovações estivessem realizados, o que leva cerca de um ano, pelo menos (a depender do município e suas regras de aprovação). Com mercado aquecido, muitas Entidades perderam terrenos nos quais tinham investido não apenas recursos financeiros, mas expectativa das famílias por meio dos processos participativos de projeto. A modalidade da Compra Antecipada passou a permitir a compra de terrenos sem a contratação imediata de obra, pagando inclusive os projetos e aprovações necessárias (que antes eram custos das Entidades), sendo necessária apenas a apresentação de sua viabilidade técnica.

Organograma 10: Etapas até o início de obra da modalidade Compra Antecipada.

Fonte: Elaboração da Assessoria Técnica Peabiru – Trabalhos Comunitários e Ambientais (TCA), gentilmente cedido para a pesquisadora.

No entanto, para realizar tal viabilidade técnica já é necessário investimento da Entidade em estudos, relatórios técnicos e aprovações parciais de órgãos públicos, para os quais já é necessário o desenho preliminar do empreendimento (ver Organograma 10). Configura-se uma situação na qual, além da constrição temporal, não é indicado o processo participativo por conta do envolvimento das famílias num empreendimento que pode não acontecer, pois o terreno ainda não está comprado – fato que gera um desgaste político brutal. Tais desenhos preliminares, portanto, são feitos na maioria das vezes sem a participação das famílias. Isso também gerou outra dinâmica entre assessorias e movimentos (ou “Entidades”): uma enorme produção de estudos de viabilidade feitos “no risco” com grande descarte de trabalho, que aumenta a já constante precariedade das assessorias e quadros das organizações. Além disso, configura-se uma nova identidade nas assessorias – que sempre foram marcadas pela parceria com movimentos consolidados – devido à grande demanda de estudos de viabilidade feita por Entidades variadas. Uma relação de prestação de serviço, muitas vezes descartado e, portanto, precarizado, no qual os processos participativos qualitativos não fazem o menor sentido. Na forma descartável do produto técnico reificado como mercadoria (o desenho como estudo de viabilidade, sem apropriação pelo processo vivo representado pela participação das famílias), as próprias assessorias se viram modificadas na sua identidade.

No limite, muitos processos participativos têm se restringido a mobilizações da “demanda” em torno do Trabalho Técnico Social (TTS), desvinculados muitas vezes do desenho de projeto. O TTS, que se origina também da experiência e pressão dos movimentos populares, não escapa do amoldamento dos outros elementos do processo autogestionário. Antes realizado como forma de formação política das famílias em torno do processo de projeto e obra, acaba se institucionalizando dentro do PMCMV-E como assistência social e capacitação para a nova vida em condomínio.

“A grande novidade no MCMV Entidades é a segregação de recursos e a obrigatoriedade de contratação dessas atividades [o TTS], que, se por um lado, abre maiores e melhores possibilidades de desenvolvimento desses trabalhos, por outro, torna clara a disputa existente – como mercadoria que passa a configurar – em torno de seu conteúdo, ou seja, de seu repertório, que pode sugerir mecanismos de controle da população e de operação do programa, uma vez que acomoda conflitos, ao invés de ser ferramenta que a população irá se apropriar para controlar o processo de produção de sua moradia e sua inserção na cidade” (CAMARGO: 2016, 114).

O caso da separação de recursos para o TTS, na maioria dos casos, tem se tornado, como indica a citação, uma forma de transformá-lo em mercadoria que pode ser oferecida tanto por terceirizadas (especializadas em dinâmicas de grupo empresariais) quanto pela própria Entidade, que acaba utilizando os recursos de outras maneiras.

Esta forma institucionalizada do TTS faz parte de toda uma regulação da organização do canteiro antes autogerido, que foi sendo consolidado, na tradição anterior, pela prática e pelas necessidades locais de cada obra⁴³¹. O PMCMV-E delimita uma série de normatizações para os canteiros de obras, que teoricamente garantem o controle do processo pela EO e, ao mesmo tempo, a conforma às diretrizes do programa – regulando externamente sua

⁴³¹ Foi visto, por exemplo, no caso da Comuna Urbana (Parte 1), que seu Organograma de obra e de gestão social já eram diferentes do padrão do mutirão autogerido, uma necessidade de adaptação que ali ainda era “permitida”.

autonomia de gestão. Nestes termos, são obrigatoriedades (além do TTS), duas comissões de controle: a CAO (Comissão de Acompanhamento de Obra) e a CRE (Comissão de Representantes do Empreendimento), que devem ser eleitas entre os beneficiários (que não podem ser remunerados para isso) e registradas em cartório. Suas atribuições são: a CAO deve acompanhar as medições de obra realizadas mensalmente pela CEF, junto à Assessoria Técnica, estando ciente do andamento da obra e podendo responder aos questionamentos do fiscal (ou seja: tem a função de garantir que as famílias têm algum conhecimento sobre o andamento da obra, para além da EO); a CRE é a comissão que receberá os recursos da obra, administrando a Conta Corrente do empreendimento (no nome das *pessoas físicas* da comissão). A EO, desta maneira, é uma gerenciadora de empreendimentos (inclusive porque pode ter mais de um em andamento), que articula, por meio do TTS, as assembleias de prestação de contas e andamento da obra, além de manter a relação de responsabilidade jurídica pelo empreendimento junto à CEF (ver Organograma 11).

Organograma 11: Obra no PMCMV-E, modalidade Autogestão.

Fonte: Formulação própria com base no arquivo da Usina-CTAH, 2016.

Este Organograma, se comparado ao do padrão do mutirão autogerido (Organograma 1) mostra algumas diferenças. O TTS, já decorrência do mesmo processo em que estava a Comuna Urbana (Organograma 2), passa a ser remunerado de maneira autônoma, fazendo com que possa ser realizado pela EO (o movimento popular), pela Assessoria Técnica, pelos dois, ou ainda por um terceirizado. Isso faz com que a Coordenação de Obra passe a ter uma pessoa da EO agora remunerada, situação que se estende para as Assembleias, que passam a ter um caráter mais técnico com a presença de pessoas ligadas às famílias e ao movimento, cujo lugar, porém, é de profissionais gestores – lado a lado com

outras famílias e representantes do movimento que não são remunerados (o mesmo problema da Comuna Urbana). Por fim, a obrigatoriedade da presença da CAO e da CRE mostra-se bastante burocrática, se comparada com o diagrama anterior.

O interessante é analisar, destes pontos de vista, o Organograma de obra do mesmo PMCMV-E, só que na modalidade Empreitada Global (Organograma 12). Chama a atenção a grande mudança que ocorre, o colocando entre a organização do FAR (Organograma 8) e o Entidades. Uma primeira característica – sintomática – é que a CAO e a CRE, antes intermediárias burocráticas, aqui fazem sentido (indicando que sua presença na Autogestão é mesmo uma maneira de conformá-la ao gerenciamento empresarial). O canteiro de obras é fechado pela Empreiteira, que presta contas (não financeiras, mas de cronograma) do andamento da obra para a CAO, e se dirige tecnicamente à CEF. Não há coordenação de obra e, aqui, fica mais claro que a CAO não faz o papel de coordenação, mas apenas de repasse de informações. A CRE, por sua vez, ganha a centralidade de repasse de recursos para a Empreiteira, sendo, na verdade, a única relação efetiva da EO com a obra – ainda assim, é um *repassse*, ou seja, não há prestação de contas sobre como este dinheiro é utilizado, nem controle da EO, via CRE, sobre isso. Se houver desequilíbrio na obra, ainda que a EO seja responsável junto à CEF, não poderá saber o que efetivamente aconteceu (algo semelhante ao acontecido no Pinheirinho dos Palmares).

Organograma 12: Obra do PMCMV-E, modalidade Empreitada Global.

Fonte: Formulação própria com base no arquivo da Usina-CTAH, 2016.

Os futuros moradores têm papel exíguo: *podem, eventualmente, serem chamados à trabalhar para a empreiteira, porém como contratados: não há nenhuma autonomia ou*

processo coletivo, ele está individualmente fazendo um trabalho como qualquer outro, num canteiro completamente heterônomo. A Assessoria Técnica, antes central no processo, é apenas fiscalizadora de obra (um olhar técnico terceirizado). O TTS não tem nenhuma interferência no canteiro de obras, e efetivamente só tem a função de gerenciar o que, agora, só pode ser mesmo “demanda”, cujo apagamento demonstra bem sua participação. Não há assembleias, a não ser que sejam eventualmente chamadas pelo TTS, mas não são obrigatórias e, acontecendo, não têm caráter deliberativo, apenas informativo (ainda assim precário, pois não se sabe o que está se passando no canteiro). Fica muito claro, neste Organograma, o que o processo de conquista da moradia significa enquanto experiência de organização popular.

Desta maneira, é difícil entender o PMCMV-E como avanço dos processos de autogestão e Reforma Urbana. A superação dos elementos que os determinavam por meio da forma estatal, agora se conformam à racionalidade de mercado – demonstrando que a modalidade não é exceção à lógica geral do programa, ainda que abra brechas (bastante limitadas), principalmente no projeto, na separação de recursos para o TTS e na possibilidade de controle direto da produção pelas EOs – todos elementos que têm grandes limitações pela conformação geral do programa e que, portanto, são experiências extremamente residuais (ainda mais do que sempre foram, pois Entidades antes vinculadas à autogestão estão aderindo à Empreitada Global ou terceirizando projeto e TTS). Tais brechas, assim, nem sempre são utilizadas no sentido anterior de constituição do sujeito político trabalhador, formado para a autonomia e produtor de outro programa urbano.

No caso da modalidade da Empreitada Global, então, a situação é ainda mais grave, pois tais brechas são residuais. O caso do Jardim Saleté, promovido pelo MTST, visto no capítulo anterior, é um exemplo de como elas, relacionadas ao controle de projeto e “demanda” podem ser, na verdade, fatores que potencializam o amoldamento do sujeito político consumidor (que recebe moradia pronta como dádiva e massifica o movimento como canal privilegiado de acesso à mercadoria), direcionam a apropriação dos saberes consolidados nas assessorias técnicas como benefícios ao capital imobiliário e conformam, não sem contradições, uma lógica específica de expansão do movimento popular nacionalmente, em aliança com tal capital e tal sujeito político.

Para concluir esta análise rápida do PMCMV-E, vale fazer uma correspondência de sua racionalidade com a forma própria à financeirização, tal qual foi caracterizada por François Chesnais, que expressa bem a dimensão das transformações que estamos aqui apontando e suas poucas potencialidades políticas de superação do modelo anterior – já problemático pela sua conformação estatizante. Segundo o autor, a mundialização financeirizada necessita de três elementos para ser implementada: “a *desregulamentação* ou liberalização monetária e financeira, a *descompartimentação* dos mercados financeiros nacionais e a *desintermediação*, a saber, a abertura das operações de empréstimos, antes reservadas aos bancos, a todo tipo de investidor institucional” (CHESNAIS: 2005, 46). Traduzindo, a desregulamentação seria a não intervenção estatal na regulamentação da finança, a descompartimentação é a abertura dos mercados nacionais e, por fim, a desintermediação é a possibilidade de investidores de todo tipo poderem participar do mercado financeiro, não apenas os bancos.

Fazendo um paralelismo com esta *forma*, pode-se caracterizar o PMCMV-E pelos mesmos elementos: sem controle social ou de planejamento estatal (desregulamentação); abertura da possibilidade de outras organizações (na forma de “Entidades”) participarem do sistema de construção de HIS antes fechado aos *movimentos de moradia*, com importância na participação nos espaços institucionais de representação funcional (conselhos) ou eleita (cargos legislativos) (desintermediação); e abertura da organização de comunidades concretas e locais à Entidades abstratas localizadas em outras regiões do país (descompartimentação). Conforma-se, assim, uma forma flexibilizada de produção do urbano pelos movimentos populares, cuja reprodução se baseia numa lógica rentista na qual o processo produtivo, em si, é subsumido ao protagonismo de gestores de mercado, para os quais o “direito” é apenas a alavanca que aciona seus motores.

Da Autogestão à Empreitada Global: diferenciações políticas necessárias

A partir desta rápida análise do PMCMV-E, parece importante fazer uma diferenciação dos participantes do programa, que fazem usos diversos do mesmo, com implicações políticas também diversas no campo da produção do urbano pelos movimentos populares. Por meio dos dados levantados por Camila Camargo (2016, Gráfico 21), é possível aferir que cerca de um terço das Entidades habilitadas para operar a modalidade são externas ao padrão dos movimentos populares de luta pela moradia (comprovando o caráter de “desintermediação” da modalidade). Tais EOs são aquelas mais profissionalizadas e que dão o caráter de mercadoria à habitação produzida, *pari passo* ao FAR, com casos de “barriga de aluguel”, oportunismos, máfias locais e outras situações – ainda que não seja possível generalizar. Não investigaremos tal grupo (trabalho que Camargo também se aprofundou), pois nos parece que não se trata da produção urbana com finalidade de formação do sujeito político que interessa aqui – sendo mais próxima à tradição coronelista de esquerda ou direita típica da estrutura social brasileira, travestida de eficiência corporativa. Não esquecemos, porém, que se trata de um número expressivo de casos em escala nacional, fenômeno que também faz parte do espectro do Estado Democrático Popular.

Dentre as outras, interessa aqui fazer ao menos uma diferenciação (das muitas possíveis), que perpassa toda esta tese: como permaneceu a tradição dos movimentos do campo Democrático Popular consolidados na década de 1980 e como eles se relacionam com novas estratégias e formas de luta pela moradia, particularmente aquela aqui analisada do MTST⁴³². Tal diferenciação é importante para a compreensão da complexidade do Estado Democrático Popular aqui caracterizado, que se move em contradições e que nos parece, em essência, *ser uma estrutura histórica de adaptação social, econômica, cultural e política da sociedade brasileira à nova ordem global*. Desta maneira, sua principal característica é o *amoldamento dinâmico das forças sociais*, o que o faz parecer, na superfície, incoerente, traiçoeiro e fundamentalmente híbrido. Deste ponto de vista, seu ocaso é esperado na medida

⁴³² Até porque, de acordo com os dados cruzados entre Camargo e as contratações do MTST (ver Capítulo 3.1), dentre as Entidades que são efetivamente movimentos populares nas contratações do PMCMV-E o peso destes dois grupos (os movimentos nacionais ligados ao campo Democrático Popular e o MTST) é grande.

em que, talvez, tal amadurecimento tenha se completado reeditando, certamente, nossa típica estrutura social – porém *em outro patamar*, e isso é decisivo.

Não seria motivo de surpresa, portanto, que movimentos populares de concepções políticas distintas participassem ativamente do mesmo programa habitacional considerando-o parte desta estrutura de adaptação e, portanto, coerentemente híbrido e “flexível”. O resultado urbano das diferentes ações destes movimentos demonstram ao mesmo tempo tais diferenciações políticas e, por outro lado, as suas maneiras específicas de amoldamento a *uma* nova forma. Assim, *dentro de uma dinâmica toda tendencial e conformadora, há particularidades que demonstram transformações de formas com trajetórias históricas distintas, mas que coexistem, talvez, com predominâncias diversas no cenário político ao longo dos períodos, indicando permanências e rupturas, potencialidades e limites.*

O processo do Jardim Salete, neste sentido, é bastante esclarecedor. Nele encontram-se frente a frente lógicas distintas – mercado, Estado e tradição autogestionária – que precisam de uma síntese material, coordenada por uma força social que as articula muito bem por conhecê-las e, ao mesmo tempo, conformar-se ela mesma por meio da “nova razão”, que não faz parte de nenhuma delas de maneira tão pura. Daí sua forma de sucesso, cuja sustentação se dá materialmente no encontro entre a conformação do trabalhador precário em sujeito político cidadão consumidor, com sua “demanda” por “segurança”. Como visto no Capítulo 2.3, tal desejo – cuja origem é determinada materialmente pela “corrosão do caráter” a qual se deteve Richard Sennett (2015 [1998]), formada a partir da precarização do mercado de trabalho – acredita ter satisfação na casa própria subsidiada, embora rapidamente a realidade demonstre muitas vezes o contrário, como visto no Pinheirinho. Esta fórmula do MTST revela sua potência social nas suas grandes mobilizações (atos e ocupações), que se devem mais a ela do que a um avanço de organização autônoma popular.

Este é um primeiro elemento que se deve levar em consideração. Os movimentos ligados ao campo Democrático Popular estão dentro do PMCMV-E *como fim*, ou começo do fim, pois ali reconhecem a chegada ao “direito”, cuja posterior continuidade de lutas é apenas o seu aprofundamento em “mais direitos”, uma ação já interna ao Estado que comanda o tipo de democracia defendida por eles. Como analisado no Capítulo 1.3, tais movimentos entendem que “o conceito da autogestão não envolve uma construção que se opõe ao Estado, ou que atua em paralelo, mas uma ação voltada para a transformação do Estado” (RODRIGUES: 2013, 26). O sujeito político que os procura não é, inicialmente, alguém que quer lutar pelo direito à moradia, mas sua forma de entrada – via grupos de origem, que se aproximam muito, enquanto forma (mas em boa parte também do conteúdo), à entrada num grupo religioso – o leva a um tipo de relacionamento com *a espera* (como visto no Capítulo 2.3) cujo caráter é de constante construção da identidade com a cidadania participativa. Discute-se muito, conhece-se a área, acompanha-se o andamento burocrático, elegem-se representantes, discute-se sobre o bairro, etc., até a construção autogerida, todo um processo longo e desgastante pelo grande envolvimento individual e coletivo. *A espera produz sempre* identidade, um tipo de experiência de classe.

Ou seja, também produz identidade no caso do MTST que, no entanto, está dentro do PMCMV-E *como meio*, algo que aparece, para a esquerda, como ótimo indício de

enfrentamento com o capital e seu Estado, inclusive o Democrático Popular. No entanto, os meios dizem muito a respeito dos fins, pois, afinal, uma coisa deve levar – e construir – a outra. Da mesma maneira que no caso anterior, o sujeito que procura o MTST também quer moradia, e não lutar por ela. Sua entrada (a ocupação) e, em seguida, sua *espera*, no entanto, são completamente outras em relação ao primeiro caso. Elas são baseadas no conflito, no enfrentamento, algo que aparece como a forma oposta dos movimentos tradicionais, e certamente é. A questão é que tal enfrentamento não está contrapondo um projeto a outro, pois este “outro” não está sendo construído nem em teoria nem na prática como base da *espera*. A *espera*, aqui, constitui uma experiência *em trânsito*, adaptada a sujeitos políticos precarizados, flexíveis e nômades, cuja identidade está na abstração da sua condição de *massa*, de “demanda”. Sim, sua relação com o Estado não é interna, mas também *não é contraposta*, pois continua na mesma chave do *direito* só que, agora, *sem cidadania*. Pois sua inserção é pelo mercado.

A forma política dos movimentos populares ligados ao campo Democrático Popular, como visto na Parte 1, chegou ao seu esgotamento por ter levado ao limite do possível a efetivação de suas pautas. Não significa que elas tenham sido alcançadas, mas que foram ao máximo *possível*, tendo em vista os limites históricos relacionados aos seus elementos constituintes: o sujeito político trabalhador, a democracia participativa, a autogestão como política pública, tudo isso foi transformado no chão movediço da história e só poderia retornar, agora, como farsa⁴³³. É desta farsa que o MTST se alimenta, pois permanece utilizando suas prerrogativas no cenário de lutas forjado na sua fala pública (que não corresponde à realidade): é o morador que trabalha na própria moradia, a habitação sendo produzida pelo movimento (ambos dentro do esquema do Organograma 12, cujas diferenças com o autogestão ficaram evidentes), a qualidade da unidade habitacional maior do que padrão, a conquista da política habitacional pela pressão popular, a preocupação com o Plano Diretor⁴³⁴, a Reforma Urbana, o direito à moradia, etc. Tal alimento aciona um mecanismo, na verdade, muito mais potente atualmente, que conjuga o *medo*⁴³⁵ da precariedade com as benesses do mercado intermediado pelo Estado.

Essa forma é diferente daquela do final da década de 1980, já criticada no ato por alguns intelectuais e militantes (como pode ser visto no Capítulo 1.3), que aproximava a dinâmica de “ressurgimento da sociedade civil” de uma linha privatista, cuja maior expressão foram as ONGs da década de 1990. Camargo levanta essa semelhança:

⁴³³ Ermínia Maricato, parte integrante deste processo histórico, também parece entender desta maneira:

“Aparentemente, os eventos de junho de 2013 não tiveram a menor repercussão nesses encontros nacionais [a Conferência das Cidades e o Conselho das Cidades]. Nessa ocasião, em 2015, a Conferência aprovou, com muito entusiasmo, a proposta de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, isto é, mais um projeto de lei e nova proposta de arranjo institucional se juntava ao arcabouço já conquistado, mas que pouco impacto garantia à vida dos trabalhadores nas periferias ignoradas e segregadas” (MARICATO; ROYER: 2017, 151).

⁴³⁴ Durante a revisão do Plano Diretor (PD) em São Paulo houve várias audiências públicas, em uma das quais o MTST fez grande ato fora da Câmara Municipal (24 de junho de 2014). Esqueceu-se, no entanto, que o movimento apenas pressionava para a inclusão do terreno naquele momento ocupado da Copa do Povo como Zeis, e não discutia exatamente a política pública. Sua reivindicação era a urgência da aprovação do PD para que as discussões não retirassem sua pauta única, cuja aprovação faria com que a ocupação pudesse se encerrar – triunfalismo importante para um movimento que pressupõe ocupações temporárias.

⁴³⁵ Interessante, inclusive, o movimento liderar a Frente Povo *Sem Medo*, pois a escolha pelo nome revela realmente o elemento central de sua mobilização política: a precariedade da periferia trabalhadora, que quer *segurança*.

“Desta perspectiva, a ‘profissionalização’ necessária para se ‘operar o programa’, por um lado, sugere um conjunto de mutações, modulações e reconfigurações dos movimentos sociais, e por outro, mas numa mesma direção, aponta para a ‘reconversão de associações em entrepósitos avançados do terceiro setor’, a partir das quais é possível apreender novos ‘dispositivos de mobilização permanente para a concorrência na execução de projetos, na captação de financiamentos, e nos prêmios que dão visibilidade às iniciativas’ (MAGALHÃES: 2011, 259). Este ‘mercado da cidadania’ (ABÍLIO: 2011), – no qual se entrecruzam entidades privadas, interesses privados, parcerias públicas, todos providos pela delimitação e pela focalização da pobreza, transforma em público-alvo de programas, projetos e políticas sociais, nos quais se insere o MCMV Entidades, os que vivem a ‘viração’ e a precariedade do cotidiano da periferia” (CAMARGO: 2016, 231-232. Grifos acrescidos).

São formas históricas que se movem, alcançando outro patamar. É possível que esta descrição acima descreva de maneira mais próxima as operações daquelas Entidades externas à luta por moradia e parte da produção dos movimentos ligados ao campo Democrático Popular que escolheram o caminho da Empreitada Global. Mas não parecem descrever com precisão nem aqueles que continuam na Autogestão, nem o MTST, por motivos diferentes. Os dois têm uma dimensão política material que não pode ser ignorada, algo que o terceiro setor muito cedo abandonou e renegou. Além disso, os grupos da Autogestão e o MTST têm uma postura de transformação do Estado, cada um a sua maneira, algo que as ONGs não se propõem, pois querem substituí-lo sem modificá-lo. Os primeiros, efetivamente, se aproximam desta forma por sua origem mesma, como analisado na Parte 1, ainda mais operando diretamente as políticas que ajudaram a desenhar – mas, ainda assim, mobilizam um imaginário de autonomia dos trabalhadores e promovem certos enfrentamentos diretos que o terceiro setor e seu apego pela “paz” não faria. Assim, movem-se entre uma coisa e outra, mas, nas duas, parecem deslocados se comparados à potência representada pelo MTST – certamente por conta de seu esgotamento histórico⁴³⁶.

Essa potência é promovida pela ressonância com uma forma social nova de articulação entre “sociedade civil” (o movimento popular), Estado e mercado, que só dava seus primeiros passos na década de 1980, mas que já estava ali em gestação – e que Dardot e Laval chamaram de “sociedade neoliberal”. Por isso a necessidade de pensar as continuidades do processo histórico, mas sem perder suas transformações. Tal sociedade é conformada pela cada vez mais acentuada predominância do capital portador de juros na economia mundial, dinâmica que instaura uma nova racionalidade devedora da fetichização completa das relações sociais, exacerbadas pela aliança entre precariedade no trabalho e avanço da cultura de massas por conta dos meios digitais de comunicação e reprodução do capital. Essa conjuntura chega ao seu ápice em 2009 com a crise financeira-imobiliária americana, levando nesta década de 2010 às respostas fascistas que começam a despontar em todo o mundo. Os movimentos tradicionais de luta pela moradia não dão resposta a esta conjuntura, nem poderiam, por isso sua forma *política* definha justamente no auge do financiamento para autogestão.

⁴³⁶ Essa perspectiva de análise foi trabalhada na Parte 1, onde foi procurado esclarecer que as diretrizes políticas ligadas à construção do urbano no modelo de mutirão autogerido atingiram seu esgotamento histórico ao se deparar com um sujeito político formado em outra conjuntura. Tal modelo passa a se relacionar com uma fração de classe formada na esteira da capilaridade promovida pelo Estado Democrático Popular, formada por empreendedores populares que transfiguram a autonomia da organização dos trabalhadores em formas de empresariamento. O mutirão, desta maneira, ou fica inviabilizado ou é modificado (para se deter em serviços de apoio, sem interferência na produção), de qualquer maneira perdendo sua potencialidade política.

É o MTST que dará esta resposta. E o fará ao *amoldar-se à sua forma: a reprodução do capital político se dá de maneira rentista*, na medida em que reifica seus sujeitos políticos que, transformados em mercadorias (a “demanda” abstrata), são lastro para mecanismos de especulação (capacidade de mobilização de massas) que valorizam seu posicionamento no “mercado” da política nacional. O Estado *regula e remunera* esta dinâmica, enquanto o capital produtivo (do urbano) é responsável pelo momento de materialização necessário à toda reprodução de formas rentistas – mas que deve ter devidamente ocultado seu chão de fábrica que, no entanto, deve responder às necessidades imperativas do capital político, ou seja, ser cada vez mais produtivo e eficiente, independente das relações de trabalho. É desta maneira que o MTST tem construído, como visto no capítulo anterior, um verdadeiro *projeto de “Poder Popular”* justamente desde 2009 – e as atuais especulações sobre o nome de Guilherme Boulos para candidatura da esquerda nas eleições de 2018 são prova disso. O movimento é, desta maneira, herdeiro direto do Estado Democrático Popular e *não sua contraposição*, na medida em que este é entendido como uma estrutura de adequação de forças sociais à nova ordem mundial. Sua forma política se moverá mesmo sem o domínio da gestão do Estado, embora dependa essencialmente do Estado *de Direito* para se reproduzir, na medida em que o direito à moradia é sua alavanca – e isso não significa necessariamente o sistema democrático, como adiantou Agamben (2017 [2003]) e será desenvolvido no Capítulo 3.4.

O empreendimento no Jardim do Estádio, em Santo André-SP, do MTST, será, em 2018 (quando inaugurado, em ano eleitoral), sua primeira entrega de moradias no sistema completo do PMCMV-E/Empreitada Global, sem interferência de representantes da antiga tradição autogestionária. Ali estará consolidado um modelo de segregação urbana específico do PMCMV-E: a “segregação relativa”, em boas localizações, comparada à “segregação objetiva”, ou “absoluta” do BNH. Pois se trata do resultado da intensificação do uso do solo em resposta às diretrizes do programa (e do movimento), que se radicaliza em boas localizações, só buscadas pelos movimentos de moradia, não pelo FAR. A “segregação relativa” – categoria criada agora de improviso, que merece melhor denominação e definição – se deve à produção de um conjunto extremamente adensado e massificado, com baixa qualidade urbana e arquitetônica, sem indicativo de produção de qualidade de relacionamento social e político no pós-ocupação⁴³⁷. Parece ser um tipo de segregação que acompanha certa “territorialidade

⁴³⁷ Tal forma de ocupação foi largamente realizada na década de 1950 em São Paulo, quando a aposta urbana era a alta densidade habitacional no centro da cidade. Inúmeros foram os problemas destes edifícios, como o Copan e o São Vito, apenas sanados no primeiro caso por conta da existência de várias tipologias habitacionais (e, portanto, convivência de várias classes sociais), o uso comercial do térreo e uma gestão condominial que alterou radicalmente a situação do prédio nos anos 2000. O São Vito não teve a mesma condição, pois sua tipologia habitacional era de pequenas quitinetes e teve degradação social tão extrema que foi desocupado pela gestão Marta Suplicy em 2004 e a discussão sobre sua demolição ou reabilitação durou anos. Na gestão Marta a solução era de reabilitação, mas que não foi levada adiante frente aos custos que representava, mas que estava dentro do programa de incentivo de habitação na área central. A gestão Gilberto Kassab (que, ironicamente, assumiu o Ministério das Cidades no último ano da gestão de Dilma Rousseff) na prefeitura da cidade optou pela demolição, que precisou ser realizada manualmente, apenas na gestão seguinte, de José Serra (em 2011). O processo que levou à demolição do Edifício São Vito foi descrito em MARTINS: 2008. Certamente os edifícios do MTST em Santo André não têm as mesmas características destes edifícios e nem se está aqui contra a ocupação de áreas centrais com habitação, muito pelo contrário. Levanta-se apenas a dificuldade de gestão social deste modelo de extremo adensamento de população de baixa renda, que poderia sim ser levada a cabo pelo envolvimento do movimento popular, como foi realizado em várias ocupações de edifícios vazios no centro de São Paulo. O MTST, no entanto, não tem tal perspectiva de pós-ocupação como forma de mobilização política mas, ao contrário, centra sua ação na conquista de novos empreendimentos. Tal questão foi apresentada pela Usina ao movimento antes de optar por se afastar do processo,

subjetiva” conformada pelo MTST, como visto no Capítulo 3.1, que determina a *subjetividade periférica* em contraposição à *objetividade espacial* vinculada ao MST (que nasce da terra). São elementos que apontam para conexões com o nomadismo contemporâneo dos trabalhadores na cidade (Cf. RIZEK et.al.: 2015), que fazem com que a determinação do sujeito político conformado como mercadoria num mercado de trabalho precário faça deixar de fazer sentido para o movimento popular a organização dos trabalhadores assentados como foco territorial de transformação política.

Tais considerações vão ao encontro das conclusões também de Camargo:

“Nesse contexto, lançando mão de um espectro mais amplo da autogestão habitacional recente, onde se revelam formas associativas e atuações diversas, deslizando ora mais à direita, ora mais ao centro, ora mais à esquerda, o MCMV Entidades, como face habitacional e urbana do lulismo, apresenta-se bastante emblemático. Isto porque cruza a produção do espaço urbano e da moradia com consequências perversas para o processo de consolidação e expansão de novas fronteiras periféricas, em um contexto de novas precariedades e formas de pobreza, bem como velhos e novos modos de enquadrá-las, geri-las e acomodá-las na dobra entre programas e políticas sociais. Também flagra encolhimento e enquadramento da ação de movimentos, associações e lideranças no avesso da constituição de sujeitos políticos dotados de um horizonte de autonomia para a operação de um novo diagrama de relações entre produção de moradia e luta pela apropriação da cidade (ou seu avesso), assim como vínculos complexos e limites porosos entre as práticas de entidades e movimentos ligados ao programa, o Estado e o mercado imobiliário” (CAMARGO: 2016, 233. Grifos acrescidos).

Parece importante frisar, enfim, que não se trata de cooptação dos movimentos populares pelo PMCMV-E e sua lógica privatista. No caso dos movimentos ligados ao campo Democrático Popular, é bastante claro que houve uma construção conjunta do programa, desde o PCS, cujo desenho também era de interesse deles por conta da agilidade de processos e nacionalização da política. Já no caso do MTST, não se trata de subsunção ao programa (situação que tem muito mais semelhança com as “Entidades” abstratas), mas de seu uso estratégico não apenas para a nacionalização, mas principalmente para a criação de um complexo sistema de “Poder Popular” baseado nos elementos que o programa desenha: o tripé desregulamentação, desintermediação e descompartimentação; a figura abstrata da “Entidade”; o direito à moradia como alavanca de processos de mercado; a produtividade da construção civil imobiliária; a reificação do trabalhador como “demanda”; e, por fim, a ressignificação política da ocupação de terra: de moradia à entrada na institucionalidade via mesa de negociação (o novo “conselhismo”) e Bolsa Aluguel. O tema pode ser agora aprofundado.

mas a resposta das lideranças era sempre ligada ao curto prazo, de conquista do empreendimento a qualquer custo social.

*“O PMCMV-E veio para acabar com os movimentos populares”*⁴³⁸

Mais precisamente: para acabar com uma fase dos movimentos populares, introduzindo outra. Os dois mandatos de Lula (2003-2010) no governo federal marcaram a década de 2000 como um momento no qual três caminhos andaram em paralelo para os movimentos de luta pela moradia: a consolidação nacional do “modo petista de governar” por meio do Ministério das Cidades e do SNHIS⁴³⁹; a estruturação da CEF como articuladora da política pública, expressa na via bancária do PCS; e a retomada das ocupações de terra por movimentos não vinculados à via institucional. De maneira sumária, podem-se aproximar tais caminhos à predominância de articulações políticas diversas, respectivamente: com o Estado, com o mercado e a organização autônoma dos trabalhadores. Foram estas três instâncias que o Estado Democrático Popular buscou rearticular para adequar a estrutura social do país à nova ordem mundial, atualizando suas especificidades sem transformar seu papel.

Tal rearticulação procurou trazê-las para o mesmo campo de gerenciamento, sem que isso signifique *necessariamente* a construção de um consenso, ou um governo de coalizão. Este é o caso apenas de parte do PMCMV-E, principalmente presentes naquele terço de Entidades externas à luta por moradia, para as quais se trata de operar o programa passivamente. O Pinheirinho, analisado na Parte 2, se encaixa também neste tipo de relação política (mais radicalizada ainda por ter sido construído via FAR) caracterizada como o típico apassivamento promovido pelo Estado Democrático Popular, que foi aproximado, no Capítulo 2.4, com a Pós-Democracia em Rancière. No entanto, como visto nesta Parte 3, isso é apenas parte do programa, mas que indica uma das suas importantes facetas, principalmente na consolidação da relação, ou conformação, *entre movimento popular e mercado (como subsunção estatal)*.

Os movimentos do campo Democrático Popular, no entanto, ao participarem do PMCMV-E na modalidade de Autogestão, têm ainda algumas brechas – ainda que exista grande limitação, já explicitada no início deste capítulo. Elas advêm dos lugares que, na modalidade Empreitada Global, estão ocupadas pelas construtoras, principalmente no projeto e na gestão da produção no canteiro diretamente. Tais elementos não são completamente livres, como já adiantado: há a limitação do orçamento e do cronograma, além das restrições técnicas impostas pela normativa⁴⁴⁰. Mas há brechas. O que precisa ser analisada é a potência

⁴³⁸ Fala do Assessor da Presidência da CDHU em reunião de negociação de uma importante área ocupada, na qual a pesquisadora estava presente.

⁴³⁹ Vale notar que o SNHIS, representante do “modo petista de governar”, não foi revogado, mas sim ultrapassado, desmontado e desmanchado como letra morta, ainda que exista como legislação ativa. A comparação com o definhamento do de tal modelo petista é significativo: ele permanece existindo, com legislação e normatização não só ativa, mas cotidianamente reestruturada e reavivada. No entanto, é como se girasse em falso, pois não funciona na prática da produção urbana, oferecendo no máximo barreiras – logo superadas – ao mercado imobiliário, tendo, assim, papel mais de suporte psicológico ao autoengano necessário de toda uma geração do que de efetivação da Reforma Urbana.

⁴⁴⁰ Um empreendimento que a Usina está acompanhando (ainda em projeto) no Maranhão, por exemplo, envolveu um grande problema para aprovação pelo fato da assessoria propor um sistema alternativo de coleta de esgoto, dado que o terreno não tem possibilidade de ter acesso à rede. Em outra situação, a CEF colocou sérias barreiras à

política destas brechas em comparação a outros períodos, com outros sujeitos políticos e outros programas de financiamento. Sua relação com o capital imobiliário é *menor* (não que não exista) e mais voltada à conformação de sua lógica do que efetivamente à geração de lucros. Assim, nesta forma de ação do movimento popular na produção de moradia junto ao PMCMV-E se conforma principalmente uma *relação histórica específica com o Estado*, que faz parte das transformações que já vinham das contradições mesmas do modelo de mutirão autogerido construído na década de 1980 já dentro do campo Democrático Popular. O PMCMV-E joga tais contradições no limite, na adequação necessária destes processos à lógica de mercado *por meio do Estado*, que o próprio movimento construiu desde o PCS. Mas é importante marcar ainda sua diferença com os agentes de mercado: não há subsunção, mas disputa (no mesmo terreno, o que já é bem diferente do que há 30 anos).

É o MTST que vai expressar o modelo mais completo dentre os três caminhos, pois é aquele que se movimenta bem, sem subsunção (pois gerencia, por meio da possibilidade aberta pelo PMCMV-E / Empreitada Global), na *articulação entre movimento popular, Estado e mercado*. Por isso é a forma final de movimento popular mais acabada do processo no qual chegou a transição representada pelo Estado Democrático Popular, encontrando potência justamente no lugar que mais ressoa com a “nova razão do mundo” (Dardot e Laval (2016 [2009])), como visto principalmente no Capítulo 2.3). Nela, a dissolução da autonomia do sujeito político na razão própria ao capital concorrencial passa por uma estrutura na qual Estado e mercado não só existem como têm funções próprias. O Neoliberalismo, como dizem os autores, não significa “menos Estado”, mas outra função do mesmo, ligada à regulamentação das trocas e gerenciamento dos agentes de mercado – e não diretamente na produção, onde permanece o capital. Dentro desta “nova razão”, o MTST se move como correia de transmissão das diversas forças, constituindo uma rede potente de mobilização social – que não é autônoma nem contraposta, porém também não é interna, mas instável e movediça, cujo controle depende da eficiência das relações gerenciadas por suas lideranças.

Nesta relação é nítido também que o PMCMV-E é funcional também no sentido inverso: para o mercado e para o Estado, *e precisam do movimento popular para efetivar esta relação*. Para o primeiro, a modalidade é a entrada de empreiteiras e tecnologias ainda não aprovadas pela CEF e que, pelo fato de estarem sob contratação da Entidade e não do banco, podem participar do programa sem tantas restrições. Para o Estado, ela é a única relação possível com o gerenciamento de populações por meio da produção do urbano, pois em todas as outras modalidades do programa o domínio é do mercado, com pouca margem de manobra. Por conta desta relação, o PMCMV-E gerou dois fenômenos importantes na produção do urbano: um “novo conselhismo” e uma potente arma de gerenciamento de populações em situações de conflito urbano, que explodiram após 2013. São esses temas que, em essência, estão sendo referenciados na fala do Assessor da Presidência da CDHU, que se especializou na mediação de conflitos com movimentos populares e que, depois de demitido da companhia, presta assessoria para o acesso à política pública para a Polícia Militar.

Este último fenômeno teve intensificação e precisou ser gerido de maneira mais robusta (por isso o uso do PMCMV) por conta das grandes obras de reestruturação urbana

adoção da tecnologia de alvenaria autoportante em cerâmica aparente, que a Usina sempre utilizou nas suas obras ao longo de mais de 20 anos.

causadas pela Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016. Em São Paulo, acrescenta-se o Programa Mananciais⁴⁴¹ na zona sul da cidade, responsável pela remoção da ordem de 100mil pessoas (Cf. ROLNIK et.al.: 2017). O fato de o PMCMV-E ser o único com demanda direcionada (que não vem dos cadastros municipais e estaduais) fez com que fosse largamente usado nas mesas de negociação como única saída para comunidades que buscaram autônoma e coletivamente saída para o despejo, responsáveis pela escalada de conflitos na região, que teve seu ápice em 2013, no bojo das Jornadas de Junho, com a ocupação de cerca de 20 áreas em duas semanas, na maioria das vezes de maneira não direcionada por movimentos organizados. O movimento se alastrou rapidamente, incluindo a Ocupação da Faixa de Gaza pelo MTST também na zona sul, tendo alcançado cerca de 90 ocupações em toda a cidade no final de agosto daquele ano⁴⁴².

O PMCMV foi usado, a partir de 2013, numa esfera diversa daquela mais superficial, do “direito à moradia” ou ainda de “salvamento das construtoras”. Ele foi um *instrumento de Estado* num ciclo de escalada da crise política, iniciada no urbano, e que culmina no Impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Como visto na Parte 2, o programa foi central para a constituição de uma nova estrutura institucional, preparada para o enfrentamento do estado de sítio que as grandes cidades passaram a viver desde então – e que agora, sem o programa, certamente passarão para outra fase, mais militarizada. Assim, mais do que um programa de acesso à moradia, ele é um instrumento de remoção e aprofundamento do déficit. Sua padronização nacional e caráter técnico e financeiro centralizado foram elementos importantes para a conformação deste “padrão Pinheirinho” de enfrentamento da crise urbana desde então: remoção e deslocamento involuntário de populações para locais mais afastados e servidos pelo mercado imobiliário.

É neste sentido que é necessário ver sob outro ponto de vista a instrumentalização que o MTST faz do programa, ao participar ativamente desta nova forma de produção do urbano acionada pelo seu desenho. Pois a tática de ocupação temporária “para negociar” não é tão neutra: *ela aciona todo um mecanismo institucional do qual o movimento tem parte ativa*. A mesa de negociação, neste sentido, não é um momento de enfrentamento *contra* o Estado e os proprietários de terra. Sua dinâmica⁴⁴³ é a de colocar frente a frente, com direcionamento à resolução, Estado, movimento popular e proprietários de terra (todos com seus advogados e assessorias técnicas), com a entrada paulatina do setor da construção civil (empresários interessados) e da corretagem imobiliária, como visto no Pinheirinho. Numa segunda fase, a judicialização envolve a presença de juízes e da Polícia Militar. Esta fase, que até o Impeachment de Dilma Rousseff era reservada a grandes conflitos fundiários, desde então foi estendida e ganha cada vez mais caráter regulamentar no cotidiano dos movimentos de moradia em São Paulo, regido pelo GAORP do TJ-SP.

⁴⁴¹ Implantado em 2005, com recursos do Banco Mundial e gestão do Governo Estadual, o Programa Mananciais terá duração de 18 anos e está na sua terceira e última fase, com ações principalmente de urbanização de favelas e implantação de infra-estrutura e áreas verdes. O programa teve grande intensificação após a vinda de recursos federais por meio do PAC, após 2007.

⁴⁴² Cf. PassaPalavra < <http://passapalavra.info/2014/06/96027>>, acessado em 08 de janeiro de 2018.

⁴⁴³ A pesquisadora participou de inúmeras mesas de negociação, e sua descrição aqui vem desta experiência própria.

A mesa de negociação nada mais é do que um momento de acordo entre tais agentes, que institucionaliza seus conflitos e dá a eles encaminhamento materialmente possível. Os Conselhos da democracia participativa, em comparação, são espaços institucionais de enfrentamento de interesses, porém com vistas à formulação e controle de políticas públicas (no caso do poder executivo) e aparato normativo (no poder legislativo). Pois a mesa de negociação não é tão diversa, pois *transforma a política pública internamente e durante a sua dinâmica de implantação*, criando um sem número de excepcionalidades que, mais cedo ou mais tarde, aparecem em novas portarias, normativas e fases seguintes do PMCMV – que não tem conselho gestor. Não é a mesma coisa, pois tem a prevalência do poder judiciário, acionando um tipo de lógica – como visto no Capítulo 2.3 – própria ao “Estado de Exceção permanente”. Não parece corresponder à realidade, portanto, a prerrogativa do MTST de não se institucionalizar, pois tais vínculos, atualmente, são de novo tipo: a mesa de negociação gerada pela ocupação de terra temporária é o novo Conselho de Política Urbana sob predominância judiciária. Atualmente, é ali que se constrói e controla a política pública de habitação, considerando inclusive que ela prescinde de planejamento urbano. Ela é flexível, descentralizada, instável, padronizada abstratamente... tal qual a nova ordem mundial e seus sujeitos políticos.

Capítulo 3.3 O Estado Democrático Popular e a polêmica do Lulismo

O trabalho conduzido até aqui procurou, ao analisar a produção do urbano pelos movimentos populares, tecer os nexos entre as transformações operadas no sujeito político por meio de sua experiência de classe e de suas organizações desde a década de 1960 e, de outro lado, a conformação do que tem sido aqui designado como Estado Democrático Popular. Procuramos entendê-lo *não apenas como a gestão do governo federal entre 2003 e 2016*, mas como uma estrutura maior que, a partir do Estado, articula as várias forças sociais numa dinâmica de amoldamento à nova ordem mundial, na qual o avanço da predominância das formas próprias ao capital portador de juros determina uma nova fase de acumulação, com uma racionalidade específica. Tal racionalidade reformula formas sociais antes estabelecidas, porém não o faz de maneira a revolucionar o modo de produção capitalista e os diferentes papéis dos Estados nacionais, mas os *atualiza* para que a acumulação se dê em outro patamar.

Isso não se dá de maneira direcionada ou tão bem planejada, puramente como um “mal de origem”, “traição” ou “cooptação” do programa de esquerda construído no final da última ditadura (1964-1985) pelo campo Democrático Popular. Parece ser mais complexo do que isso. Assim como Marx descreveu o amoldamento dos trabalhadores pelo fetiche da mercadoria,

“os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem. Por isso, o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o sentido do hieróglifo, descobrir o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores, assim como a língua, é seu produto social” (MARX: 1983 [1867], 72. Grifos acrescentados).

Daí a importância do exercício da crítica dialética, que movimenta as contradições das formas sociais procurando sua *determinação histórica* e as maneiras de construção de um Poder Popular próprio para cada momento, na direção da emancipação humana.

Pensar sobre tais determinações no Brasil envolve também decifrar sua especificidade no cenário mundial, o que faz com que a análise não possa se limitar às forças sociais puramente nacionais (algo já bastante difícil de qualquer maneira, dada nossa origem vinculada à expansão do capitalismo desde a Europa). Somados todos estes elementos, parece-nos difícil entender este processo aqui descrito apenas sob a alcunha de “mais uma capitulação da esquerda” à típica forma populista latino-americana, que resulta mais cedo ou mais tarde em golpe de Estado da direita. Antes de qualquer coisa, não parece que a gestão petista no governo federal tenha sido um bloco tão homogêneo no tempo, no qual tenha implantado uma única estrutura de relações de poder (no caso, a conciliatória). E a própria dinâmica de adequação (com sucesso durante um bom tempo) às mudanças conjunturais indicam uma forma de gestão social potente, cuja principal característica parece ser menos um modelo a ser implantado e mais uma estrutura de amoldamento social. A dúvida seria então: é uma estrutura de adequação *permanente*, de longo prazo, ou a passagem necessária de uma forma à outra, num espaço de tempo determinado? Nossa posição é privilegiada, pois falamos num momento pós-golpe e, ainda que a conjuntura seja bastante instável, é evidente que, ao menos, não se pode falar no sucesso de uma estrutura permanente de conciliação – que era aquilo que desejava o Estado Democrático Popular, cuja forma não é adequada aos limites da alternância democrática (e daí uma de suas faces populistas).

Ao participar e depois analisar os estudos de caso aqui apresentados, foi fundamental entender os elementos de permanência e aqueles de mudança, que foi muito rápida ao longo destes últimos 10 anos. Elementos que pareciam fortuitos se consolidaram, outros que pareciam permanentes se desestruturaram, enquanto novos surgiam, obrigando a uma adaptação constante do olhar e da análise. Desta maneira, preferimos nos afastar do uso do termo “Lulismo” ao longo da elaboração do texto até aqui, pois entendemos que é uma categoria em disputa e que não, necessariamente, descreve bem todo o processo aqui descrito.

Como entendemos que o Estado Democrático Popular – constituído ao longo dos anos de gestão do PT no governo federal (mas não só caracterizado pela instância estatal) – é uma *estrutura de adaptação social*, será necessário caracterizá-lo *em movimento*, ou seja, não como um modelo fechado de gestão a ser aplicado, mas como um *constante realinhamento de rumos* pautados, intencionalmente, pela *permanência no poder* (e não pelo “acúmulo de forças” rumo a uma ruptura socialista), mas que, na prática, serviu para a *transição estrutural da sociedade* de um país cuja base social não condizia mais com seu papel requisitado pelo novo ordenamento mundial (em vários níveis). Isso significa não apenas mudanças econômicas ou políticas (temas cuja análise oscila na bibliografia, como será visto adiante) mas, também, mudanças na *forma social*: na racionalidade dos sujeitos políticos, na relação entre as forças sociais, na estrutura de classes e suas frações, nas formas de organização política da sociedade civil, etc. Talvez aí a grande dificuldade de cristalizar uma categoria, pois se trata, como disse Marx acima, de uma sociedade “descobrir o segredo de seu próprio produto social”.

Muitas das análises sobre o período de gestão do PT no governo federal se detiveram não no seu movimento histórico, mas em características que os respectivos analistas creditaram prevalência no período, como marcas que determinam sua identidade. Não há um consenso sobre a questão, porém algumas constâncias temáticas, dentro das quais se

desenvolvem polêmicas: seu caráter populista, as mudanças da luta de classes, o neodesenvolvimentismo e as relações entre Lula, o PT e o governo, entre as principais. O debate é muito extenso e apenas levantaremos parte dele aqui, elencando os autores e argumentos mais relevantes para nossa hipótese.

A expressão política da luta de classes

Francisco de Oliveira, em 1972, ao se contrapor à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) no seu famoso texto “Crítica à Razão Dualista”, chamava a atenção para o fato de que era necessária ao entendimento histórico do desenvolvimento brasileiro a noção dialética entre atraso e moderno, caracterizando a periferia do sistema não através de um processo evolucionário e clássico de formação capitalista, mas com especificidades que, ao contrário, informariam sobre tal sistema. Na sua tese, o arcaico, em vez de representar uma barreira para o desenvolvimento do país, tinha que ser compreendido na chave inversa: seria através dele que o capital se acumularia, caracterizando determinada dinâmica social na qual a expansão deste *atualizaria permanentemente* elementos do nosso tradicional atraso. O moderno precisaria do arcaico como presença permanente:

“A evidente desigualdade de que se reveste [o modo de acumulação próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós-anos 1930] que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930, que da existência de setores ‘atrasado’ e ‘moderno’. Esta combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil (...)” (OLIVEIRA: 2003 [1972], 60. Grifos acrescidos).

Foi visto na Parte 1 que tal análise também estava presente no trabalho de uma série de intelectuais do período, que procuravam fazer uma crítica à noção de “etapismo histórico” – cujos principais representantes eram o ISEB, a CEPAL e o PCB – na qual o desenvolvimento da América Latina estava “em atraso”, obstaculizado por elementos arcaicos que precisariam ser combatidos para que o capitalismo se completasse no país e, como isso, existisse a possibilidade da conjuntura própria ao socialismo. Como visto anteriormente, muitas foram as teses que combateram esta visão, que ficaram conhecidas como Teorias da Dependência, com destaque para André Gunder Frank e aqueles que delinearam a sua versão marxista (Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos), além de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. As consequências que tais autores tiram sobre a constatação da dependência são variadas, como visto, mas parece ser importante destacar que os elementos de suas críticas são invariavelmente retomados pelos críticos à gestão petista no governo federal: o papel da burguesia interna, sua relação com o capital internacional e com os trabalhadores, o papel do desenvolvimentismo e do populismo,

além da persistência do ciclo de períodos autoritários decorrente da própria estrutura de conformação social dependente.

Como visto também na Parte 1, tais elementos foram atualizados, por outros pesquisadores, para uma nova fase de acumulação do capital, de caráter rentista. Assim, David Harvey, 30 anos depois de Oliveira (2003), ao se debruçar sobre o “Novo Imperialismo” após o 11 de Setembro norte-americano, chega em conclusão semelhante ao brasileiro, porém mais sistêmica e atual. De acordo com o geógrafo, a “acumulação primitiva” descrita por Marx não pode ser entendida apenas como um momento histórico de formação original do capital, mas como um movimento constante do seu desenvolvimento e fundamental para sua expansão ampliada, com a qual está intrinsecamente ligado. Ele chamou esta permanência da acumulação primitiva de “acumulação via espoliação” (HARVEY: 2004b [2003]). A espoliação combina formas arcaicas e modernas de violência, articulando destituição e destruição à formação de novos campos de expansão para o capital. Como movimento permanente e necessário à acumulação, está presente em todo mundo capitalista, porém se apresenta de maneira específica de acordo com a realidade que se apresenta, conformando uma dinâmica global combinada e funcionalizada. Harvey chama a atenção particularmente para a ação do capital financeiro, que promove um ambiente econômico e institucional moldado a práticas predatórias, especulativas e fraudulentas, além de se basear no endividamento de populações e nações. O conceito de espoliação de Harvey dá mais força ao argumento de Oliveira na medida em que reforça, dando escala sistêmica, a relação dialética entre atraso e moderno – caracterizando o movimento de acumulação do capital através do seu aspecto extremamente violento e autoritário.

Dentro deste entendimento, combinado ao trabalho de François Chesnais (2005), Leda Paulani (2008) analisará a periferia do sistema como especialmente suscetível à espoliação por se estruturar funcionalmente como “plataforma de valorização financeira internacional”, responsável pela produção de mais-valia na alimentação do sistema. Marisa Amaral, por sua vez, fará a relação desta conjuntura com os elementos trazidos pela vertente marxista da Teoria da Dependência, descrevendo os novos mecanismos de transferência de valores operados pela lógica rentista. Adiantados todos estes elementos na Parte 1 (Capítulos 1.2 e 1.3), vale ainda lembrar que Oliveira, ainda em 1972, conclui seu livro com a hipótese de que o Brasil teria um desenvolvimento financeiro precoce, devido à característica intrínseca da economia de crescentes recursos de poupança não aplicados na esfera produtiva (hipótese também levantada por Ruy Mauro Marini que, porém, não chega na questão financeira). Ele adianta ali, portanto, análises futuras do papel da dívida pública brasileira e do controle dos fundos públicos, na medida em que já faz as ligações entre a esfera produtiva e sua subsunção precoce ao sistema financeiro. Segundo ele:

“(...) na medida em que o mercado de capitais sai de sua infância, ele refletirá mais de perto o desempenho da órbita produtiva. A aplicação tópica de políticas, tal como vem sendo a prática dos últimos anos, não pode contrarrestar indefinidamente uma situação que se cria no nível do real, no nível das forças produtivas e das relações de produção, situação marcada pela assimetria entre a virtualidade das forças produtivas e os obstáculos que as relações de produção antepõem para a materialização daquele potencial” (OLIVEIRA: 2003 [1972], 116. Grifos acrescentados).

Esta revisão foi necessária, pois é Francisco de Oliveira o primeiro, salvo engano, que fará uma análise crítica do governo Lula já em 2003, primeiro ano de gestão, com o artigo “O Ornitorrinco”. Nele, o autor revisitará sua análise estrutural do funcionalismo entre atraso e moderno no Brasil, cuja conformação de uma estrutura econômica precocemente rentista levava, agora no alvorecer do século XXI, a uma *sui generis* organização do poder político em torno da aliança de trabalhadores, internamente ao Estado, ao capital financeiro por meio da gestão de fundos públicos. Tal situação conformava, para o autor, naquele momento, uma “nova classe” de gestores oriundos da classe trabalhadora, que pactuavam o capital produtivo e o financeiro, característica fundamental do governo que iniciava – um ser de desenvolvimento truncado na figura alegórica do “ornitorrinco”. Por meio desta assertiva, Oliveira colocava de maneira precisa elementos que serão retrabalhados nos anos seguintes por muitos autores (inclusive ele mesmo): a relação entre os capitais produtivos e financeiros por meio do fundo público e as alianças de classe necessárias para que tal conformação resultasse em desenvolvimento, ainda que – ou necessariamente – nos marcos da dependência. Estava ali colocada a questão presente no início da década de 1970: seria possível o país se desenvolver, com ganhos para a classe trabalhadora, dentro da especificidade do capitalismo na região? O governo Lula demonstrava que sim, por meio, no entanto, da capitulação das lideranças sindicais e, por decorrência, do programa socialista do PT.

Delineava-se nesta crítica uma questão indireta que, no entanto, foi a primeira a ser analisada e sentida por todo o país: a diferença entre Lula (e a burocracia sindical a ele ligada) e o PT. Daí o termo “Lulismo” que, antes de qualquer coisa, delimita tal distância entre o mandatário e o desenvolvimento histórico, programático e estratégico do partido⁴⁴⁴. Nesta simples denominação, portanto, há o pressuposto crítico de que o que se iniciava naqueles anos não fazia mais parte da história do campo Democrático Popular, ainda que fosse seu ponto de chegada. Nem todos os comentadores entenderão desta forma o fenômeno, porém todos o compreendem como um momento de inflexão (maior ou menor) do Programa Democrático Popular operado pelo grupo ligado ao então presidente. Neste sentido, é importante esclarecer ao leitor que a continuidade da designação “Democrático Popular” usada nesta tese é proposital e indica que, para a pesquisadora, *trata-se não da autonomização de um grupo que acaba imunizando outros, mas do movimento histórico de uma força social dinâmica que, por sua forma mesma, pôde levar adiante, como Estado, um processo de amoldamento social de larga escala no país.*

⁴⁴⁴ Rudá Ricci foi certamente o primeiro, também salvo engano, a cunhar o termo “Lulismo”, ainda em 2004, dentro mesmo desta percepção de que havia uma diferença do grupo ligado ao ex-presidente em relação ao partido, mas que o hegemonizava, transformando por dentro seu programa político. Segundo o autor, o “Lulismo” teria começado em 1994 e se completado em 2002, alterando o projeto inicial petista: “A fusão do poder da burocracia partidária com o poder do saber técnico (de especialistas em marketing e temas específicos em políticas públicas) gerou uma nova estrutura partidária, mais centralizada, mais profissional, mais técnica e menos dinâmica e participativa que deu vazão a que denominamos de lulismo. O lulismo, em outros termos, tornou-se mais personalista e centralizador e buscou sua legitimação pela precisão técnica, pela negociação, pelo controle político e pela sedução do discurso afetivo da liderança partidária. É, efetivamente, o oposto do processo de legitimação do primeiro período do PT, no qual o consenso construído num longo processo de debates internos com ampla participação e poder da base partidária é que definia a confiança interna e legitimava a direção partidária. Em outras palavras, tratava-se de uma mudança significativa do sistema de legitimação interna” (RICCI: 2013, 44-45).

Os principais autores que seguiram a análise do “Lulismo” enquanto uma estrutura política específica estão ligados de maneira maior ou menor ao aparato conceitual de Antonio Gramsci. Luiz Werneck Vianna (VIANNA: 2011), referência no Brasil sobre o autor, escreve em 2007 um texto influente (“O Estado Novo do PT”) que vai inserir esta visão no debate já iniciado por Francisco de Oliveira em 2003. Dialogando com este, defende que o *moderno* possível na gestão do PT se afirmaria pelo *transformismo*⁴⁴⁵: a *atualização* de compromisso entre as elites, *não antagonizando com as forças do atraso* – da mesma maneira como faziam Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas. Seguiria, portanto, a tradição republicana brasileira anterior ao período militar, como uma espécie de *capitalismo politicamente orientado*. Na gestão Lula, no entanto, a ênfase na questão nacional estaria desacompanhada da “cláusula do popular”, conformando um *nacional desenvolvimentismo* contingente, não programático, como era nos casos de JK e Vargas⁴⁴⁶. A “despolitização” a qual se refere Oliveira, Vianna descreve como “judicialização da política”⁴⁴⁷, elemento que chamamos atenção na Parte 2 e que cresceu muito de importância principalmente depois de 2013 – o que torna a análise do autor de extrema relevância.

Vianna parte do conceito de *Revolução Passiva*⁴⁴⁸, descrevendo o governo Lula como a inversão dos termos da sua fórmula, pois é a esquerda que freia a mudança e submete (cooptando) a elite ao seu programa. Francisco de Oliveira, no mesmo ano de 2007, lança seu texto “Hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, BRAGA E RIZEK: 2010), no qual dialoga (ainda que não diretamente) com a análise de Vianna. Oliveira parte de outro conceito gramsciano, o de *Hegemonia*⁴⁴⁹, para caracterizar cenário semelhante: para o autor, o governo Lula efetivaria uma *hegemonia às avessas*, na qual as classes dominadas tomam a direção moral da sociedade e a dominação burguesa é aprofundada (é a elite que consente ser politicamente conduzida), operando o seqüestro político dos movimentos sociais de forma “transformística”.

“Parece que os dominados dominam, pois fornecem a ‘direção moral’ e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, direta ou indiretamente, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro, e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que os dominados comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda, e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula. (...) Nos termos de Marx e Engels, da equação ‘força + consentimento’ que forma a hegemonia, desaparece o elemento ‘força’. E o consentimento se transforma no seu avesso: não são mais os dominados quem consentem na sua própria exploração. São os dominantes - os capitalistas

⁴⁴⁵ Segundo Braga: “Sinteticamente, Gramsci chamou de ‘transformismo’ o processo de absorção pelas classes dominantes de elementos ativos ou grupos inteiros, tanto dos grupos aliados como dos adversários” (OLIVEIRA, BRAGA E RIZEK: 2010, 3).

⁴⁴⁶ Veremos adiante que esta visão também aparece em Mauro Iasi.

⁴⁴⁷ Para Vianna, a judicialização da política é uma prática de origem norte-americana na qual a defesa da democracia é aquela da constitucionalidade da lei, tendo como foco os direitos humanos. Neste processo, há um desmonte da independência da sociedade civil, opondo a República à Democracia. A República, nestes termos e segundo o autor, estaria mais ligada à Revolução Francesa, quando as decisões são tomadas pela vontade majoritária e há animação da esfera pública pelos atores sociais – sem mediação, portanto, de limites legislativos anteriores e sobrepostos à ação direta e autônoma da sociedade.

⁴⁴⁸ Ver nota 197.

⁴⁴⁹ O conceito de *Hegemonia*, em Gramsci, pode ser entendido como o conjunto de crenças e valores que se enraíza no senso comum como consenso, não coerção. Dentro destes limites, há o consenso ativo e o passivo, dependendo da relação entre os sujeitos da ação hegemônica e os demais atores sociais.

e o capital, explicita-se - que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a 'direção moral' não questione a forma da exploração capitalista" (OLIVEIRA, BRAGA E RIZEK: 2010, 26-27. Grifos acrescidos).

Tanto Vianna quanto Oliveira partem do pressuposto de que, para olhar para o governo Lula, é necessário a inversão dos termos das análises clássicas, na medida em que se apresenta como uma novidade especificamente brasileira (na coletânea referida faz-se um paralelo com a África do Sul, de desenvolvimento semelhante). Os termos da inversão são devedores de um entendimento que parte da luta de classes, identificando o PT *de Lula* como a representação da esquerda e dos trabalhadores, por um lado, e o Estado como lócus das classes dominantes. Nas duas análises há o sentido de "cooptação", de subsunção das elites à direção da esquerda que se compromete com a conservação do esquema capitalista. Daí as inversões: o Estado é ocupado pelos trabalhadores, com o programa das classes dominantes⁴⁵⁰.

Já em 2012, mas dentro desta mesma linha categorial, André Singer, na sua caracterização do "Lulismo" faz o paralelo com a "Questão Setentrional" caracterizada por Gramsci, que no caso brasileiro seria "meridional". Para o sardo, teria ocorrido na Itália uma aliança entre a burguesia industrial (do norte do país) e os latifundiários (do sul) que funcionalizou o atraso dos últimos através do seu significativo mercado cativo e de sua mão de obra barata. Esta aliança teria formado um "bloco de poder" que isolou a classe operária. Segundo Gramsci, citado em Singer: "A massa camponesa, incapaz de 'dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades', fica ligada, por meio dos intelectuais locais, 'ao grande proprietário rural'" (SINGER: 2012, 41). Ainda segundo esta análise, "a situação beneficiava até mesmo a aristocracia operária, cuja expressão política seria o reformismo social-democrata, que podia ser cooptada devido às altas margens de lucro da burguesia nortista" (SINGER: 2012, 41).

No caso brasileiro, Singer diz que o MST teve o papel histórico de colocar programaticamente a ruptura do camponês com a burguesia, porém não conseguiu fazer isso em escala, só alcançada quando o PT ascende ao governo federal e, com o "Lulismo", promove a polaridade de classes para além da antiga dualidade esquerda-direita.

"Mais que inversão de quadros (Werneck Vianna) ou de propósitos (Oliveira), o lulismo representa a criação de um bloco de poder novo, com projeto próprio, para cuja compreensão as noções de política de massas (O 18 Brumário) e de revolução passiva (Gramsci) me parecem úteis, desde que filtradas pela cor local. Um poder aparentemente acima das classes que leva adiante a integração do subproletariado à condição proletária, assim como o varguismo soldou os imigrantes rurais à classe trabalhadora urbana por meio da CLT e do PTB. Onde as linhas de continuidade entre varguismo e lulismo devam ser objeto de cuidadosa pesquisa" (SINGER: 2012, 44-45).

⁴⁵⁰ As análises de Vianna e Oliveira foram trabalhadas posteriormente por uma série de autores, muitos dos quais reunidos na coletânea "Hegemonia às avessas" (OLIVEIRA et.al.: 2010). Merece destaque a análise de Carlos Nelson Coutinho (2010), que prefere falar em *hegemonia da pequena política*, onde a grande política se perde no cotidiano parlamentar e intimista – formatando um *consenso passivo*, onde se aceita o existente como natural⁴⁵⁰. Para ele, Lula está dentro de uma contra-reforma neoliberal, na qual a predominância da pequena política é consolidada pelo *transformismo* (como *consentimento passivo*). Na mesma coletânea, Leda Paulani (2010) observa que a caracterização de Oliveira de "hegemonia às avessas" é decorrente de uma inusitada separação entre os papéis atribuídos à classe hegemônica: o de liderança moral e material – sendo a primeira permitida para uma gestão dos trabalhadores, enquanto a segunda não.

Desta forma Singer vai aproximar Oliveira de Vianna através da noção de revolução passiva em Gramsci. Segundo este, a revolução passiva é definida por dois momentos, um de restauração e outro de renovação. O primeiro é uma forma de reação às transformações radicais promovidas pelos trabalhadores, e o segundo ocorre quando as demandas populares são assimiladas pela classe dominante, desde o alto. São momentos que parecem contraditórios, mas fazem parte de uma unidade política. Assim, Singer traz a hipótese de que o “Lulismo” seria um *reformismo fraco*, em contraposição ao programa de um reformismo forte do primeiro PT. Sua característica é a de ser lento e desmobilizador, ainda que reformista – dentro dos parâmetros de uma revolução passiva. Por isso a perspectiva que o autor colocava, em 2012, era a de que o “Lulismo” duraria muito tempo, pois estava assentado numa lógica de base duradoura assentada num pacto de classes dependente do Estado e de seu líder, o que evitaria surpresas.

Singer (SINGER: 2012) vai localizar e caracterizar o “Lulismo” de maneira diferente de Ricci, dando ao termo uma expressão mais robusta e, por isso mesmo, sendo a principal referência na formulação da categoria. Se para Ricci o “Lulismo” é uma expressão de forças internas ao PT que se consolidam depois de 1994 e amadurecem em 2002, transformando o partido, para Singer o “Lulismo” *não se refere à dinâmica partidária*, mas a um *fenômeno social decorrente da primeira gestão de Lula* (e, portanto, não programático), que rearranja o espectro político brasileiro *depois de 2006*. Ricci parte da constatação da emergência de uma nova classe (primeiro, “média”, depois, “trabalhadora” na segunda edição do livro) influente, pois diretamente relacionada à base de sustentação do governo e que é a expressão social do “Lulismo” como prática política pragmática, burocrática e liberal. Singer não apoia sua hipótese na noção de uma nova classe, mas na mudança da fração de classe que vota no PT e que passa a ser sua sustentação política no segundo mandato.

A tese central de Singer parte do pressuposto de que no primeiro mandato de Lula há uma mudança da conjuntura internacional que permite a adoção de políticas para reduzir a pobreza e ativar o mercado interno sem confronto com o capital. Neste período, há uma conquista pelo PT das classes populares sem precedentes, baseada no aumento dos seus ganhos materiais através dos programas sociais, do aumento real do salário mínimo e do crédito consignado. A adesão, por ter como marca a questão material, não foi abalada pela crise moral do “Mensalão” em 2005, que atinge os estratos médios que foram historicamente a base social do partido. Em 2006, então, acontece segundo Singer um “realinhamento eleitoral”, quando o eleitorado petista se desloca para classes baixas, provocando um conservadorismo político típico das mesmas e conformando o que ele vai caracterizar como “Lulismo”. O autor discorda de que a base de sustentação do governo Lula é a classe média ou uma “nova classe média”, baseando-se em dados relativos ao espectro político e de classe dos votos nas eleições de 2002 e 2006.

Destes dados ele vai concluir que esta base social passa a ser uma fração de classe específica, o “subproletariado”. Este conceito viria de Paul Singer (1981), e designaria uma “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente” (SINGER: 2012, 18)⁴⁵¹. O

⁴⁵¹ Ruy Braga ajuda a definir melhor o termo usado por Singer, esclarecendo que o subproletariado se localizaria num espectro de classe que ganha entre 1 e 2 salários mínimos e congrega o lumpemproletariado, a população pauperizada, a estagnada e a latente, ou seja, pessoas que chegam no máximo a estar na espera por postos de

“Lulismo” seria então “o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado” (SINGER: 2012, 15). A marca do subproletariado, para Singer, é a passividade e a incapacidade organizativa, dependente portanto de um Estado paterno que ofereça mudança das suas condições materiais, mas sem ameaça à ordem. O autor faz um paralelismo com o “Bonapartismo” descrito por Marx no “18 Brumário”, no qual ocorre uma articulação de frações de classe via Estado, o “benfeitor patriarcal de todas as classes” (MARX: 1974 [1852]) representado por uma grande personalidade que preside um governo de coalizão. Neste sentido, enquanto o petismo se apoiou nas classes trabalhadoras organizadas, o “Lulismo” o fez nas desorganizadas, desideologizadas e pragmáticas. Ele representaria a crise do modelo de auto-organização para a política de luta de classes (baseada no poder popular e na organização de base).

O realinhamento eleitoral ao qual Singer se refere e que faz parte do movimento de formação do “Lulismo” é central na sua tese pois indica, segundo ele, uma mudança no espectro político brasileiro: a transformação da polarização entre esquerda e direita para outra, mais identificada com a luta de classes, a que ocorre entre ricos e pobres. Este deslocamento de classe teria provocado, contraditoriamente, a despolitização típica do “Lulismo” ao conformar uma relação paternalista entre o Estado (na figura forte de seu líder) e o subproletariado, que precisa do primeiro para se organizar e ter conquistas materiais, pois não tem autonomia política. No entanto, Singer destaca que esta despolitização é apenas um momento de verdade, na medida em que concretamente conforma um ambiente político ainda polarizado, só que em outros termos, para ele inclusive mais potentes pois representam a ruptura real do subproletariado em relação à burguesia.

A análise de Singer, no momento em que foi lançada (2012), foi muito importante porque teve como significado também uma síntese entre este debate mais *político* do “Lulismo” – bastante ligado aos pesquisadores gramscianos – e outros pesquisadores que estavam mais centrados em entender os significados *sociais* da reestruturação da classe trabalhadora promovida por tal fenômeno. Analisada pela academia principalmente após 2008, tal tema da reestruturação de classes era pautado publicamente pelo próprio governo federal como demonstração da efetividade de suas políticas de inclusão social, no momento de ápice de apoio popular. Tal propaganda foi elemento fundamental de sustentação política do governo Lula naquele momento, que procurava não acirrar a polarização social que Singer via eleitoralmente, mas, ao contrário, construir a ideia de que o país caminhava para o patamar do capitalismo central, cuja sociedade é majoritariamente de classe média – o símbolo do pacto da socialdemocracia europeia.

Nesta produção de ideologia, aparece neste momento dentro da academia a noção de que não seria possível avaliar o período somente a partir de uma visão “estanque” de luta de classes, na qual elas são caracterizadas de maneira monolítica entre trabalhadores e donos dos meios de produção e, ainda, bastante coerentes com suas representações políticas (esquerda e direita). Há um primeiro grupo de pesquisadores cariocas, (entre 2008 e 2012) que

trabalho em setores formais (BRAGA: 2012, 28), sem adentrar diretamente na produção. Seriam “formas não qualificadas, semiquelificadas, inconfessáveis e subalternas de trabalho” (BRAGA: 2012, 26). Paul Singer, ainda segundo Braga, teria descrito esta fração de classe através da sua impossibilidade material e social de ter organização política (reivindicação e mobilização coletiva).

faz emergir este conceito de “nova classe média”, pautado principalmente na observação empírica de deslocamento das predominâncias das faixas de renda do país⁴⁵². Tais análises não passam pelo diálogo com a vertente marxista-gramsciana de Vianna e Oliveira, porém inserem uma nova polêmica em torno da base de sustentação do governo Lula, que passaria pelo fracionamento da classe trabalhadora tradicional⁴⁵³.

A partir de 2012 (portanto, no mesmo momento de Singer) estas perspectivas de análise são extremamente criticadas por pesquisadores paulistas de origem marxista, que discutem o conceito de classe, a conjuntura brasileira e o “Lulismo”. Esta retomada, depois das primeiras polêmicas de 2007 de Oliveira e Vianna, traz a preocupação de aprofundar e complexificar a dinâmica de classes que pautou tal debate, procurando identificar a base social e política do “Lulismo” e sua relação com o Estado. O ponto de partida destes pesquisadores é que tal base precisa ser melhor definida *dentro do espectro da classe trabalhadora*⁴⁵⁴, através da análise das frações de classe que a compõem – numa aproximação maior com os escritos políticos de Marx (principalmente o “18 Brumário de Luis Bonaparte”).

Dentro deste esforço teórico de definição da base de sustentação do governo Lula, fica cada vez mais premente a necessidade de delimitar conceitualmente a dinâmica interna das frações da classe trabalhadora e as possíveis novidades dentro deste movimento durante a

⁴⁵² Dentro deste grupo pode-se destacar: Marcelo Neri (NERI; MELO: 2008), Amaury de Souza e Bolívar Lamounier (SOUZA; LAMOUNIER: 2010), além dos boletins da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2012) e dos relatórios de observação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2009 e 2011). A primeira edição de Ricci (2010) ainda trazia este conceito, depois refutado pelo autor. Segundo estas análises, baseadas em dados da FGV, em 2008 metade dos brasileiros poderia ser considerada “Classe C” (renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591), com clara origem nas classes D e E. Segundo Ricci: “Em outras palavras, o Brasil se tornou um país de classe média, similar aos EUA” (RICCI: 2013, 96). Tais análises têm como decorrência a percepção – objetivamente construída – de que o dito “Lulismo” (aqui ainda vinculado ao pragmatismo caracterizado por Ricci) seria sustentado socialmente por uma fração de classe pragmática, ligada à cultura do consumo – pouco afeita, portanto, à política “classista”. Desta maneira, conforma-se, para esta corrente acadêmica (ligada ao governo), um cenário de proximidade do Brasil em relação aos países desenvolvidos, caracterizando um certo “Estado de bem estar social” que harmonizaria a luta de classes, entendidas como extratos de renda.

⁴⁵³ Jessé José Freire de Souza (2009 e 2010), ligado à Brasília e ao Rio de Janeiro, também faz parte dos pesquisadores que pensaram os governos do PT do ponto de vista da formação de novos estratos da classe trabalhadora, criticando, porém, a noção de “nova classe média”, por conta de seus próprios pressupostos teóricos, principalmente no que concerne ao conceito de classe, que vai trazer de Pierre Bourdieu – para quem a renda não é seu definidor principal, mas as relações culturais, morais, simbólicas e de consumo dos grupos sociais. Antes dos paulistas (e de maneira diferente destes), ele critica o conceito por considerá-lo uma forma de violência simbólica ao equiparar o Brasil aos países desenvolvidos e comemorar o triunfo de um mercado liberalizado. No entanto, sua postura é a de que há sim mudanças, mas que elas devem ser entendidas no plano cultural da reordenação das classes. Daí formula um fracionamento da classe trabalhadora em “ralé” e “batalhadores” (indicando, na terminologia, sua base de definição de classes culturalista), sendo estes últimos – empreendedores populares, como analisado anteriormente – a base de sustentação do governo petista. Seu pragmatismo, com resposta estatal via crédito, os faria ser a estrutura social por excelência desta gestão, que atuaria para estes como uma espécie de condutora de sua ascensão, garantindo seu sufrágio de maneira instável, pois tal classe entenderia este movimento como conquista pessoal, e não social. Desta maneira, embora a análise de Souza tenha certo caráter legitimador da gestão, também aponta para seus limites eleitorais.

⁴⁵⁴ Marilena Chauí (CHAUÍ: 2013) e Márcio Pochmann (POCHMANN: 2012) vão se contrapor diretamente ao conceito de “nova classe média”, defendendo que a mudança social provocada pelo governo Lula teria, na verdade, formado uma nova (fração de) classe trabalhadora. Chauí identifica este crescimento através da incorporação de setores da dita classe média (que ela adota como expressão da pequena burguesia) na classe trabalhadora, por conta das mudanças no capitalismo na era neoliberal, que expande o assalariamento, transforma o conhecimento em mercadoria e a pequena propriedade em subsidiária do capital transnacional. Já Pochmann mostra que o que ocorreu foi um aumento da participação dos salários na renda nacional, reforçando a classe trabalhadora a partir do crescimento do assalariamento – que se daria como ascensão das classes populares pela maior formalização do trabalho.

gestão petista – buscando um modelo explicativo para suas aparentes contradições e horizontes possíveis para sua superação. É com este intuito que André Singer e Ruy Braga escrevem, também em 2012, as principais referências paulistanas⁴⁵⁵ sobre o “Lulismo”⁴⁵⁶.

A burguesia nacional e o Neodesenvolvimentismo

O ano de 2012 foi de balanço de 10 anos da gestão petista no governo federal, fazendo com que alguns de seus participantes e ideólogos escrevessem a respeito da experiência de governo, apropriando-se principalmente do conceito de “neodesenvolvimentismo” – uma dita superação *possível*⁴⁵⁷ do neoliberalismo, que incluiria elementos do desenvolvimentismo clássico. Segundo Rodrigo Castelo (CASTELO: 2012), ele foi cunhado por Luiz Carlos Bresser-Pereira em 2004, seguido de outros intelectuais ligados à FGV, à Unicamp e à UFRJ que se reuniram numa publicação de 2005 sobre o tema (João Siscú, Luiz Fernando de Paula e Renalt Michel) – numa perspectiva de defesa e proposição de uma etapa de desenvolvimento que superasse o neoliberalismo. Em 2010 é lançado um manifesto do grupo, as “Dez Teses sobre o Novo Desenvolvimentismo”⁴⁵⁸, assinado por uma série de economistas nacionais e internacionais. No ano seguinte, é formada a Rede Desenvolvimentista, formada principalmente por economistas da Unicamp e UFRJ. Assim, em 2012 já há bastante material sobre o tema, e vários intelectuais se debruçam sobre ele sistematizando-o e, em parte, criticando-o.

Reinaldo Gonçalves (2012) chama atenção para uma ampla revisão do chamado “Consenso de Washington” (CW), que deu origem, na primeira metade da década de 2000, ao Pós Consenso de Washington, ou Consenso de Washington Ampliado, cujo foco foi justamente a necessidade de ajuste do papel estatal. Na prática, tal revisão demonstra a necessidade do capital diante da tendência à crise do sistema de oferta desregulado próprio ao capital financeiro e da necessidade de contratos seguros para a sua circulação em larga escala. Este capital é aquele que determinará a lógica da expansão econômica, e deve ser direcionado pelas instituições na perspectiva de um crescimento sustentado no longo prazo, incluindo aí uma política tecnológica – contrapondo-se ao curto-prazismo neoliberal.

Assim, entre o máximo e o mínimo, consolida-se para o capital a necessidade de um Estado sólido, afirmando a complementaridade entre governo e mercado. Suas tarefas dentro desta perspectiva do CW Ampliado encontram-se principalmente na regulação da concorrência (antes liberalizada), inclusive nas empresas privatizadas evitando o monopólio privado ou público; regulação financeira e controle da flutuação da produção e da taxa de juros, ainda que com o Banco Central independente. A consolidação das instituições passaria

⁴⁵⁵ Ambos os pesquisadores são ligados ao CENEDIC-USP (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania), grupo de pesquisa ao qual se vincula Francisco de Oliveira.

⁴⁵⁶ Em “Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador” de André Singer e “A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista” de Braga.

⁴⁵⁷ “Para um governo neodesenvolvimentista, que, como tal, não cogita romper com o modelo capitalista neoliberal – pois o neodesenvolvimentismo é a política econômica de desenvolvimento possível dentro desse modelo de capitalismo (...)” (BOITO: 2017, 33).

⁴⁵⁸ Disponível em < <http://cnd.fgv.br/link-de-interesse> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.

pelo entendimento da máquina pública como gestora e, portanto, deve-se reverter o quadro de desmonte decorrente da política neoliberal assumindo metas de governança corporativa. A democracia deve ser aperfeiçoada com reformas institucionais que garantam a independência do poder Judiciário – característica que temos apontado constantemente neste trabalho, principalmente no Capítulo 2.3.

A concentração de renda e riqueza promovida pelo neoliberalismo, segundo estes economistas, deve ser combatida com metas de redução da desigualdade e da pobreza. Isso deve se dar não da mesma maneira preconizada pelo desenvolvimentismo (com a preocupação trabalhista e seguridade social pública), mas através da regulação da flexibilidade do trabalho e formação de redes de seguridade social alternativas. A formação de demanda, absolutamente descartada no período neoliberal, é retomada, mas através da perspectiva gerencial de metas, com políticas públicas focalizadas e de caráter privatizante das funções governamentais de planejamento. *O cidadão encarado como trabalhador no período desenvolvimentista (no qual a política de manutenção salarial estava no centro das atenções), agora deve ser entendido como consumidor.* As relações com os movimentos sociais, nesta lógica, são encaradas não através da anterior criminalização, mas na perspectiva de *inserção de suas demandas para dentro do Estado*, dentro dos limites da governança corporativa que muito se reconheceram dentro de práticas participativas e conselhistas – numa espécie de subsunção formal da organização popular. Este caráter formal, presente realmente na primeira metade dos anos 2000, se dá pelo fato de que ela está *dentro do aparato institucional*, mas sua forma de mobilização, suas estratégias, etc., não estão ainda totalmente conformadas, tendo certa autonomia.

O surgimento das teorias neodesenvolvimentistas⁴⁵⁹ no Brasil em meados da década pode, então, ser entendido como adaptação do país ao receituário de revisão do CW já presente mundialmente, mas que *precisa de determinações locais*. Nelas, o Estado tem papel mais definido para além da regulamentação financeira (que permanece sendo uma de suas principais tarefas). Ele deve criar as oportunidades para o investimento privado, com papel moderado no investimento (que deve obedecer a limites pré-estabelecidos) e na política industrial. Tais investimentos são diferentes daqueles promovidos pelo nacional-desenvolvimentismo: obedecendo estritamente a lógica da oferta, eles são pré-definidos em pacotes fechados (na maioria das vezes nem mesmo reajustados pela inflação), deixando a

⁴⁵⁹ Rodrigo Castelo (2012) chama a atenção para o fato de que, ainda que com esta base teórica em comum, há pelo menos três correntes neodesenvolvimentistas principais no Brasil, que dão maior ou menor relevância para determinados aspectos, principalmente o papel do Estado: “A primeira pode ser chamada de macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo (Bresser Pereira; Gala: 2010). A ideia básica apresentada é a primazia do mercado e seus mecanismos de produção da riqueza, com uma atuação reguladora do Estado nas falhas de mercado, especialmente nas políticas cambiais e de juros, com destaque para a promoção das exportações. A segunda corrente, chamada de pós-keynesiana, assemelha-se muito à primeira, sustentando o papel do Estado como redutor das incertezas do ambiente econômico para favorecer as tomadas de decisão de investimento do setor privado, variável responsável em larga medida pelo crescimento econômico. Cabe ressaltar que tanto a primeira quanto a segunda corrente advogam a tese da aliança do Estado com o mercado (leia-se o empresariado industrial) contra os rentistas, como se essa contraposição radical entre as frações da burguesia existisse em tempos de acelerada fusão dos diferentes ramos do capital (agrícola, bancário, comercial, industrial e rentista). Fala-se novamente em uma coalização nacional entre burguesia industrial nacional, burocracia estatal, setores médios e trabalhadores, com hegemonia dos primeiros dois grupos sobre os demais. A última corrente é a social desenvolvimentista, cujas propostas estão assentadas na afirmação do mercado interno via ampliação do consumo de massa. O Estado tem um peso maior nas propostas dessa corrente no que nas duas precedentes, e as políticas macroeconômicas devem ser subordinadas às de desenvolvimento” (CASTELO: 2012, 629).

cargo do agente privado do contrato a responsabilidade por eventuais desequilíbrios (como faz o PMCMV, visto no Capítulo 2.2). Na antiga lógica da demanda, o entendimento era de que o agente público deve se responsabilizar pela efetivação do investimento, ou seja, assumir todas as suas etapas se necessário, acomodando-se aos imprevistos intermediários.

Assim, seu papel é mais redistributivo do que planejador, deixando a cargo do agente privado todas as tarefas executivas, reguladas contratualmente. Este modelo é o que subjaz às Parcerias Público Privadas (PPPs) e concessões, relação entre Estado e Capital diversa também do modelo neoliberal para os países em desenvolvimento, onde vigoravam as privatizações. Nestas, o Estado deixa de ter qualquer controle sobre a empresa privatizada, no sentido mesmo da sua minimização social. As PPPs e concessões operam na perspectiva da presença do Estado, porém sob jugo da lógica privada, no papel de promovê-la e assegurá-la. É nesta lógica que é necessária determinada coalizão democrática com reformas institucionais para o fortalecimento do Estado: não no sentido nacional-desenvolvimentista, mas uma espécie de conformação do mesmo às exigências do Capital – dando certa *funcionalidade* interna ao seu movimento de reprodução.

As ações de fortalecimento do Estado, nesta perspectiva, devem ocorrer apenas dentro da relação de “complementaridade” com o mercado. Na questão do combate à corrupção, por exemplo, isso é nítido. Se no neoliberalismo ela já era visível, mas pouco combatida, a partir da revisão do CW passa a estar no centro das manchetes da imprensa. Inicialmente, como uma maneira de preservar a eficiência *do mercado* – dentro dos mecanismos da governança corporativa. Para o neodesenvolvimentismo, no entanto, a função do combate à corrupção (que permanece e se desenvolve em formas diversas) passa pela preservação da transparência e regulação do mesmo, ou seja, está justamente na relação entre Estado e mercado, que deve ser complementar.

A mesma situação de aparente ambiguidade se dá a partir da *defesa de políticas anticíclicas* pelo neodesenvolvimentismo, outra característica a priori keynesiana. Ambígua, pois o seu objetivo é criar forte demanda interna (com política de aumento sustentado do salário mínimo, disponibilidade de crédito, meta de empregos formais e políticas de redistribuição de renda), porém *dentro da perspectiva da demanda consumidora, não de direitos*. Assim, o aumento das redes de seguridade social é realizado a partir da privatização, a redução da pobreza não é acompanhada de diminuição da desigualdade e as políticas de pleno emprego são feitas a partir de baixos salários e regulamentação da flexibilização da CLT. O aumento da demanda agregada, portanto, fica a serviço da criação de um ambiente seguro e atrativo de investimento.

Estas teorias neodesenvolvimentistas, desenvolvidas na segunda metade dos anos 2000, ganham grande centralidade depois da crise mundial de 2009, sendo então consolidadas em 2010, já como programa assumido pelo governo nas eleições daquele ano, como pauta de Dilma Rousseff – cuja ação da Casa Civil foi central, em 2009, para implementação de políticas anticíclicas, com destaque para o PMCMV. Um artigo de José Dirceu (2012) – ex -ministro da Casa Civil na gestão Lula –, ajuda a esclarecer este ponto. O autor, de acordo com o conceito desenvolvido por Luiz Carlos Bresser-Pereira, procura caracterizar a política da gestão do PT no

governo federal como neodesenvolvimentista, em contraposição à gestão FHC da década de 1990, de caráter neoliberal. Segundo ele,

“Como forma de promover um salto de crescimento a partir da expansão da taxa de investimento, Bresser propõe um conjunto de medidas que classifica como ‘neodesenvolvimentistas’. Assim, dissiparíamos o impasse entre a orientação neoliberal (ou ortodoxia liberal) herdada da década de 1990 – que nos prescreve utilizar poupança externa para financiar nosso crescimento e lançar mão de altas taxas de juros, que apreciam o câmbio, para controlar a inflação – e a orientação desenvolvimentista. ‘Se o País seguisse outra política econômica, se adotasse de forma decidida os princípios do novo desenvolvimentismo, ao invés de ficar dividido entre este e o Consenso de Washington, poderia aumentar sua taxa de investimento e estar crescendo a uma taxa pelo menos duas vezes maior do que a lograda desde que, em 1994, a alta inflação inercial foi controlada, ou um terço maior do que a taxa média dos anos 2000’, escreveu Bresser. ‘Estou propondo uma estratégia nacional de desenvolvimento, que denomino novo desenvolvimentismo, que é substancialmente mais austera e responsável e leva a uma taxa de crescimento substancialmente maior do que aquela proporcionada pela ortodoxia convencional.’ (...) Nos termos em que o debate se desenrola, o que determina tanto o que se constitui neoliberalismo, quanto as clivagens do que se denomina desenvolvimentismo, são as concepções sobre o papel do Estado numa economia emergente e peculiar como a brasileira. De fato, Bresser distingue o neodesenvolvimentismo que propõe do desenvolvimentismo formulado por Celso Furtado pela presença do Estado no setor produtivo, o que não ocorre em sua proposição, de um Estado cujo papel na área econômica é ‘apenas estratégico ou indutor’⁴⁶⁰” (Op.cit., grifos acrescentados).

A defesa de Dirceu é a de que “em muitos aspectos, essa retomada do papel do Estado [promovida pelo governo petista] como formulador, executor e gestor se aproxima do que propõe Bresser como neodesenvolvimentismo”. Seguindo seu argumento:

“As políticas desenvolvimentistas realizadas nos governos do PT e dos partidos aliados redimensionaram o papel e a importância das empresas estatais, dos bancos públicos e dos fundos de pensão, que têm sido vitais para estimular e direcionar o desenvolvimento nacional. São políticas que atuam de forma consistente e articulada no fortalecimento e na expansão do mercado interno de massas, um dos eixos estruturantes do nosso crescimento. De fato, o desenvolvimentismo que praticamos combina transferência de renda, aumento da renda do trabalho (via uma política transparente e sólida de elevação do salário mínimo e pensões), ampliação em larga escala do acesso ao crédito, alta nos gastos ligados à área social (especialmente, Educação e Saúde), melhora no nível de investimento público e medidas de proteção e apoio ao setor industrial, que cada vez mais se destinam a estimular um imprescindível salto em tecnologia e inovação. (...) Aliás, o conjunto de medidas anticíclicas administradas durante a crise [de 2009], com claro objetivo de facilitar o acesso ao crédito, estimular o consumo e impedir o desaquecimento da economia, só foi factível porque se tratava de um governo de orientação de esquerda, que se utilizou do arsenal do Estado para atenuar os impactos da crise – vide as ações dos bancos públicos para elevar o crédito, além das medidas de redução de impostos e de injeção de liquidez via liberação de reservas (US\$ 50 bilhões) e do compulsório (R\$ 100 bilhões)” (Ibidem, grifos acrescentados).

Outro momento, ligado a este mas que o aprofunda, se deve à conformação de um modo de regulação no qual o Estado assume a gestão integrada do capital fictício principalmente ao “induzir” o desenvolvimento – como foi visto (Capítulo 2.2) no mecanismo de repasse, que induz à transformação no setor produtivo da construção civil. O cuidado que

⁴⁶⁰ A citação completa deste trecho no artigo de Bresser-Pereira é: “Enquanto para o velho desenvolvimentismo o Estado devia ser também produtor, porque o setor privado não tinha capacidade de investir, hoje, no quadro do novo desenvolvimentismo, em um país que já realizou sua revolução capitalista, o papel do Estado na área econômica deve ser apenas estratégico ou indutor”. (BRESSER-PEREIRA: 2011).

se deve ter aqui é que o discurso de Dirceu da “importância das empresas estatais, dos bancos públicos e dos fundos de pensão, que têm sido vitais para estimular e direcionar o desenvolvimento nacional” tende a fazer crer que tal indução se deve apenas ao investimento direto com capital nacional, que produzirá um ambiente de negócios e de produção a caminho do modelo dos países desenvolvidos. A questão, no entanto, é outra: tal indução é muito mais uma *conformação*, ou melhor, *uma subsunção determinada* do desenvolvimento nacional na medida exata de uma “economia emergente e peculiar como a brasileira”, para tomar ironicamente o discurso de Dirceu.

Ou seja, as defesas históricas do PT de acabar com a dependência externa como forma de incentivar o desenvolvimento interno autônomo – dentro de uma defesa anti-imperialista –, tomam a aparência de realidade, na medida em que o país não tem que cumprir, por via contratual, o receituário neoliberal. No entanto, esta visão de propaganda só se sustenta ao não ficar clara (estruturalmente) a ligação orgânica dos capitais fictícios mundiais e do sistema de crédito ligado a eles. Não é necessário mais o contrato literal com o neoliberalismo, pois ele instala sua lógica internamente ao sistema, sendo o caráter nacional da dívida uma mera ilusão de ótica (bem fabricada politicamente, diga-se de passagem). Segundo Leda Paulani:

“Consideremos agora a dívida pública. Ela constitui o elo mais visível da ligação entre Estado e setor privado, a objetivação da relação potencialmente contraditória – mas, de fato, associativa –, entre poder e dinheiro. E foi assim desde o início da história capitalista. Segundo Marx, a dívida pública converteu-se numa das maiores alavancas da acumulação primitiva que marcou o início do sistema. (...) Passados quinhentos anos, a dívida pública continua a ocupar lugar de destaque no movimento de acumulação. Em outras palavras, permanece a sociedade entre capital e Estado, por mais que o discurso econômico neoliberal demonstre ojeriza ao Estado e dê a entender que este e o mercado opõe-se polarmente” (PAULANI: 2008, 63-64. Grifo acrescido).

Segundo a pesquisadora, os chamados “trinta anos dourados” do pós-guerra foram marcados pela necessidade de geração de renda real e aumento da capacidade produtiva nos países centrais, dando espaço ao que Francisco de Oliveira chamou de “os direitos do antivalor” (1988 e 1998) – indicando uma contradição interna ao Estado que poderia, segundo o autor, ser explorada politicamente. Esta conjuntura se transforma em seguida, dando espaço à era neoliberal, na qual o papel dos Estados dos países periféricos é mais claramente o de assegurar a função do país na divisão mundial do trabalho como “plataforma de valorização financeira internacional”. Fazem isso através do manuseio da dívida: “(...) o Estado não só produz volumes substantivos deste ‘capital caído do céu’, para usar os termos de Marx, como garante, pela imposição de metas elevadíssimas de superávit primário, a extração da renda real necessária para ‘honrar’ o serviço deste capital fictício, cujo preço ele mesmo fixa” (PAULANI: 2008, 64).

Plínio de Arruda Sampaio Jr., acompanhando o argumento de Leda, critica a forma apologética da apropriação do termo “neodesenvolvimentismo” pelo governismo, pois ele seria um bem fabricado circuito de aparências (SAMPAIO JR.: 2012). Isso ocorreria pois os defensores (petistas) do caráter desenvolvimentista dentro do neoliberalismo, aspecto característico do neodesenvolvimentismo, não colocam em evidência os interesses em jogo, muito menos a predominância do capital fictício e sua dependência do Estado. Oculta-se,

desta maneira, a permanência da dupla articulação atacada pelos desenvolvimentistas históricos: dependência externa e desigualdade social. Para Sampaio Jr. o discurso ilusionista faz perderem-se os vínculos entre a ordem global e os ajustes liberais no país. No entanto, é necessário observar que o “discurso ilusionista” tem consequências reais, principalmente no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Neste, a aderência ao neodesenvolvimentismo – como “cor local” da revisão do CW – foi requisitada aos países dependentes pelo capital depois da crise de 2009 – momento que começa a fazer bastante sentido internamente pois marca o fim da dívida externa com o FMI (2008), a consolidação da teoria neodesenvolvimentista e o ajuste, no urbano, entre Estado e mercado imobiliário na efetivação da conexão com o mercado de capitais. A crise de 2009 é uma virada mundial que teve seu estopim em crise hipotecária, basicamente uma dívida lastreada à materialidade da habitação (FIX: 2011). A forma fictícia tende a driblar estas intercorrências ao se descolar totalmente da materialidade: baseia-se puramente na duplicação de valores que se valorizam de maneira especulativa, na perspectiva de ganhos em cima do trabalho futuro (e não trabalho morto, como o lastro habitacional). Ironicamente, ao ter que garantir estes ganhos futuros, o Estado nacional, particularmente dependente, deve “induzir” não qualquer produção, nem uma produção igual ao dos países centrais, mas *determinada produção dependente conformada à necessidade destes capitais*.

Ou seja, ainda que a hipótese de que o neodesenvolvimentismo seja uma alternativa ao neoliberalismo (discurso difundido pelos ideólogos petistas), isso não significa menos dependência ou possibilidade de desenvolvimento sustentado. Ao contrário, significa inclusive uma maior subsunção real à forma capital, que conforma a esfera produtiva. Neste sentido, seus críticos não o consideram uma “via do meio”, mas neoliberalismo “puro sangue”⁴⁶¹, mas *adaptado às condições e à função do país no sistema mundial*⁴⁶².

O debate político sobre o neodesenvolvimentismo envolve a relação de classes, particularmente os embates entre a burguesia nacional e a externa no setor produtivo, e entre estas e os rentistas. Este foi o tema ao qual chegou atualmente o debate para a maioria daqueles que se debruçaram sobre o governo petista, na tentativa de desvendar os motivos, desenvolvimento e caráter do golpe parlamentar de 2016 – questões em disputa pelas diversas correntes da esquerda.

Fazem parte destas análises os posicionamentos de Armando Boito⁴⁶³ (2017) e André Singer⁴⁶⁴ (2015 e 2016, numa atualização de suas análises após 2013), para os quais haveria

⁴⁶¹ Em 2008, portanto antes da consolidação teórica do neodesenvolvimentismo, Leda Paulani caracterizava o governo Lula de neoliberal por conta de três elementos principais: 1. a adesão ao processo de transformação do país em plataforma de valorização financeira internacional, promovendo uma política ortodoxa para manter a credibilidade no mercado mundial; 2. a adesão ao discurso único da política econômica ortodoxa, que faz transformações apenas na medida em que preserva o ambiente de negócios; e 3. A política social realizada a partir de políticas compensatórias de renda. (PAULANI: 2008, c.f. 70-71).

⁴⁶² “Essa função de linha auxiliar do investimento capitalista decorre da própria natureza periférica da estrutura econômica brasileira: como a taxa de poupança privada é historicamente baixa, o Estado é obrigado a recorrer à associação com o capital externo ou ao endividamento a fim de equacionar o problema do investimento capitalista no país” (BRAGA: 2012, 206).

⁴⁶³ “A grande burguesia interna brasileira – inserida no agronegócio, na construção pesada, na construção civil, na indústria naval, na indústria de transformação, no setor bancário e no setor comercial – foi a fração burguesa hegemônica nos governos do PT. Porém, para construir tal hegemonia, essa fração da grande burguesia teve de

uma pretensa separação entre uma burguesia industrial nacional e os setores ligados ao capital internacional, sendo que, para Singer, haveria também uma separação do setor financeiro⁴⁶⁵. Essa premissa tem a função de embasar a hipótese de que a gestão petista no governo federal tem fortes bases desenvolvimentistas que negariam seu aspecto neoliberal “puro” e justificariam os níveis de aprovação popular dentro de um governo de coalizão. Assim, o seu trunfo e aspecto positivo, para estes autores, residiria no fato de que ele representaria uma “janela” no mecanismo de subordinação brasileiro ao capital internacional. Este tipo de análise precisa ser colocado em perspectiva histórica, pois parece dispensar todo o capítulo de produção teórica em torno das Teorias da Dependência, que colocavam justamente em questão o grau de autonomia desta burguesia nacional e sua inviabilidade sistêmica. A Teoria Marxista da Dependência, em particular – a qual as análises de Leda Paulani e Marisa Amaral parecem se aproximar, no sentido de sua atualização –, chama a atenção para o fato de que, ainda que em determinados momentos haja incremento da produção industrial nacional, isso deve ser entendido sempre como movimento coordenado de maneira subordinada aos interesses do mercado mundial, que precisa *atualizar* as formas de espoliação. No caso, como visto no Capítulo 1.3, tais interesses adquirem, após a década de 1980, formas de extração próprias ao capital financeiro, que atualiza os mecanismos de transferência de valores típicos do nosso desenvolvimento capitalista.

André Singer, especificamente, na tentativa de elucidar o golpe de 2016, levanta a hipótese de que Dilma teria implantado uma “nova matriz” econômica após 2011, que teria “acelerado” o “Lulismo”, contrariando seu aspecto de “reformismo fraco” e “pacto conservador”, o que teria levado à sua crise⁴⁶⁶. Tal matriz teria dado prevalência a aspectos desenvolvimentistas e seria baseada: na redução dos juros, uso intensivo do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), aposta na reindustrialização, desonerações, plano para infraestrutura, reforma do setor elétrico, desvalorização do real, controle de capitais e proteção ao produto nacional. A subida da inflação decorrente destas ações teria sido o fator para o rompimento com as classes trabalhadoras, que estavam em ascensão dos níveis de consumo dos anos anteriores. Se em 2014 esses fatores já faziam o sinal amarelo acender, fazendo sua vitória eleitoral ser apertada, em 2015 há um grande “recuo do ensaio

recorrer à formação de uma frente política, que denominamos neodesenvolvimentista, e que contou com a participação das classes trabalhadoras – grande parte do operariado, da baixa classe média, do campesinato e dos trabalhadores da massa marginal” (BOITO: 2017, 30).

⁴⁶⁴ “Partimos da hipótese de que, sob a condução de Dilma, o lulismo apostou em uma coalizão de forças entre industriais e trabalhadores, que fracassou, afundando o navio que deveria levar o Brasil para fora da arrebentação gerada, em 2011, pelo segundo tsunami de dificuldades mundiais, isto é, a volta da crise financeira internacional iniciada em 2008”; e “Embora reconhecendo a pertinência das dúvidas que o uso da palavra desenvolvimentismo suscita, decidimos manter a expressão ‘ensaio desenvolvimentista’ para ressaltar o que nos parece a marca da nova matriz: ativismo estatal na busca de reindustrialização. *A vantagem de utilizá-la está em denotar o viés antiliberal da experiência dilmista*” (SINGER: 2016, 23 e 26. Grifos no original).

⁴⁶⁵ “Como se pode depreender, está em jogo saber qual é a *contradição principal*: engajamento na produção *versus* ganhos rentistas ou grande capital nacional *versus* grande capital internacional. Não é este o lugar para aprofundar o necessário debate, pois Boito reconhece que ‘o setor industrial tem conflito com o capital bancário nacional’, e nós admitimos que empresas de capital nacional possuem interesses que as opõem às de capital internacional. Ambas as contradições cortam tanto a coalizão produtivista quanto a rentista. Equivale dizer que, para iluminar a totalidade, o conjunto de tensões precisa ser levado em conta” (SINGER: 2015, 62).

⁴⁶⁶ “Enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes. Ao reduzir os juros e forçar os *spreads* para baixo, Dilma tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. Uma barreira foi rompida” (SINGER: 2016, 33).

desenvolvimentista”, que estaria “no deslocamento da burguesia industrial, que a partir de 2012 começa a sair da coalizão produtivista e passar para a rentista” (SINGER: 2016, 44).

Para explicar tal deslocamento – inesperado, dado que todas as necessidades de tal burguesia estavam sendo atendidas – Singer levanta quatro⁴⁶⁷ aspectos que devem ser considerados na análise: 1. A crescente “mistura entre capital da indústria e das finanças” (Op.Cit., 45), o que faria com que os industriais não colocassem tanto empenho na plataforma desenvolvimentista, tendo ganhos também com os juros altos; 2. O fortalecimento dos trabalhadores (pleno emprego, greves, formalização, aumento do salário mínimo) teria feito com que a burguesia iniciasse uma “greve de investimentos” (Op.Cit., 46) como forma de pressão junto ao governo; 3. O reposicionamento do governo frente ao capital internacional, abrindo o mercado interno sem suficiente regulamentação; 4. O fortalecimento ideológico dos argumentos do setor rentista, que pregam o anti-intervencionismo associando-o à corrupção, autoritarismo e incompetência. Diante dos ataques e da piora do cenário internacional, Dilma precisaria ter feito as ações da “nova matriz” com grande apoio popular, o que não foi uma prioridade, resultando num isolamento que lhe custou o *impeachment* via golpe parlamentar.

Tais argumentos se centram nas relações intercapitalistas para explicar o fim do “Lulismo” mais rápido do que Singer esperava. Segundo ele:

“Sobre o tema das frações burguesas, há ainda a considerar que, na realidade contemporânea, a variedade de interesses do capital pode estar mais misturada do que antes. A imbricação de empresas produtivas com investimentos rentistas e a associação de capitais nacionais com o grande capital internacional, entre outros, diluíram fronteiras, o que precisará ser tratado de maneira extensiva em outro estágio desta pesquisa. Por ora, ficaremos com a sugestão de Leda Paulani, de pensar os interesses capitalistas como um ‘contínuo fracionado’, em que, apesar de imbricados entre si, mantêm tensões permanentes. A formulação tenta ligar os interesses, mas ao mesmo tempo reconhece os conflitos internos” (SINGER: 2015, 64. Grifos acrescidos).

Nossa interpretação é diversa. Como dito em diversos momentos anteriormente, a lógica do capital portador de juros é muito mais complexa do que a disputa pela Taxa Selic (ainda que passe por ela). Sua rentabilidade se dá por meio de diversos mecanismos e sua relação com o capital produtivo e com o internacional pode ser mais ou menos direta, sendo a “dupla personalidade” dos empresários apenas uma das questões. Na análise de Singer, a disputa entre capital produtivo e rentista aparece apenas por meio da flutuação dos juros, na perspectiva de que o interesse do primeiro na sua baixa seria no sentido de captar recursos mais baratos. No entanto, é relevante o fato de que a década de 2000 mudou bastante esta relação no Brasil, pois tal captação não se dá apenas pela relação bancária, mas também pela abertura das empresas e pela intermediação de outras instituições de crédito, inclusive internacionais, cujas taxas são diversas.

A chamada “mudialização financeira”, categoria de Chesnais (2005. Ver também Capítulo 3.2), determina tarefas diversas nos diferentes países, mas sempre no sentido do ajuste a outra divisão internacional do trabalho – ainda que permaneçam as estruturas de

⁴⁶⁷ No artigo de 2015, o autor levantava cinco aspectos, tendo retirado um deles na versão de 2016, revisada. Este seria definido por uma espécie de solidariedade intercapitalista, na qual o componente de classe reage contra um intervencionismo estatal exacerbado. Singer parece ter dado prevalência, na versão final do artigo, às tensões intercapitalistas mais do que às suas afinidades.

dependência, elas precisam ser atualizadas de acordo com o novo receituário. Nos anos 1990, a principal tarefa brasileira foram (depois do controle de estabilidade monetária do Plano Real) as privatizações e começo da abertura do mercado financeiro nacional, conformadas pela securitização dos débitos e a internacionalização da dívida pública brasileira (Cf. PAULANI: 2008 e 2017). Nos anos 2000 as tarefas seguiram sem percalços durante a gestão petista⁴⁶⁸. Um dado que interessa particularmente neste trabalho, como analisado no Capítulo 2.2, foi o movimento de financeirização do setor imobiliário, mas que seguiu uma tendência de todo o capital produtivo, fazendo com que a mercado de ações brasileiro crescesse muito e diversificasse os instrumentos de remuneração. Prova disso é o movimento de abertura das empresas domésticas no mercado de capitais, acompanhada de fusões e *holdings* (Cf. FIX: 2007). O Gráfico 3 mostra as ofertas primárias⁴⁶⁹ de ações de empresas no país, que cresceu exponencialmente entre 2005 e 2007, significando 15% das empresas abertas com registro ativo hoje na Comissão de Valores Mobiliários (CVM, que foi criada em 1976). A queda abrupta de 2008 revela a resposta à crise internacional. Neste período entre 2005 e 2008 ocorreram mudanças substanciais no mercado de ações brasileiro: em 2006 a Bovespa⁴⁷⁰ se converte de maneira completa para a forma eletrônica, em 2007 ela mesma abre capital como empresa e, em 2008, se funde com a BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros) tornando-se a terceira maior bolsa do mundo em valor de mercado⁴⁷¹.

Gráfico 3: Evolução dos IPOs no Brasil desde 2000.

Fonte: elaboração própria a partir de dados da CVM: <http://www.cvm.gov.br>, acessado em 30 de novembro de 2015

⁴⁶⁸ Todas estas mudanças estão descritas em PAULANI: 2008, e não serão extensamente retomadas aqui.

⁴⁶⁹ O IPO (*Initial Public Offering*) determina sua abertura de capital, quando a empresa é “vendida” em frações (títulos) a acionistas (nacionais ou não), que passam a ter direito sobre parte dos lucros.

⁴⁷⁰ A Bovespa, desde 2000, centraliza o mercado de ações brasileiro, sendo a única a negociar títulos, enquanto as outras bolsas têm atuação local de prestação de serviços.

⁴⁷¹ Fonte: < <https://br.advfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/historia> > acessado em 18 de janeiro de 2018.

Este cenário *muda a forma de produção do setor industrial*, que deve responder à rentabilidade do sistema financeiro, que se descola facilmente das idiossincrasias produtivas locais (oferta de matérias primas, bens de capital, força de trabalho, flutuações de demanda, etc.). Nesse sentido, capital nacional e internacional, financeiro e produtivo, se misturam de maneira a não apenas interconectarem seus interesses imediatos, ainda que com tensões (como afirma Singer a partir de Paulani), mas principalmente a *modificarem a estrutura produtiva e as relações institucionais para se adequarem ao novo quadro, o que faz com que seja muito difícil a reversão destas relações de maneira a separar os interesses*. Vimos aqui, principalmente no Capítulo 2.2, as consequências desse movimento no setor imobiliário.

Assim, *não se altera a estrutura de dependência, mas seus mecanismos* (Cf. AMARAL: 2012). Não é possível, nestes termos, falar na força de interesses *próprios* a uma “burguesia nacional”, pois ainda que existam, estão sempre *conformados* a necessidades externas à particularidade de sua ação imediata. O “ensaio desenvolvimentista” a que se refere Singer precisa ser analisado menos pelo “valor de uso” do interesse da população, e mais *pelas necessidades de crescimento de produtividade exigidas pela mundialização financeira*⁴⁷² – que podem apenas eventualmente e por tempo determinado coincidir com necessidades reais da população, mas que não estão conectadas a elas e sim à remuneração sempre crescente destes capitais rentistas. Por esta razão defendemos aqui que as ações do governo petista devem ser analisadas dentro de uma dinâmica de *conformação, ou amoldamento* da estrutura *produtiva e institucional* nacional a tal novo ordenamento mundial – assim como Getulio Vargas fez na década de 1930, *atualizando-os* para as necessidades daquele período, marcado também por uma grande crise mundial que sempre faz alterar as relações do centro com os países dependentes na medida em que os primeiros necessitam de campos de “acumulação por espoliação” (Cf. HARVEY: 2004b) para reconstruir seus ativos destruídos.

A *aparente* reversão de atitude dos empresários apenas indica o momento em que o estabelecimento desta atualização necessita se separar das necessidades da população – um elemento, frisamos, estruturalmente passageiro e funcional na medida em que reordena as relações entre trabalho e capital por meio de pactos que transformam tal passagem *possível* nos termos da luta de classes. Neste momento os governos de coalizão são importantes, mas sempre de maneira temporária e instável. Isso porque, como adiantou Gunder Frank (ver Capítulo 1.2), o desenvolvimento capitalista latino-americano é sempre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, ou seja, a atualização das relações de dependência⁴⁷³. O limite do pacto é o chão da luta de classes, quando o capital, para mudar a produtividade *de patamar*, precisa

⁴⁷² E nesse ponto retoma-se Oliveira para quem, como visto no início do capítulo, já em 1972 falava da necessidade de reestruturação produtiva promovida *pelo capital financeiro* como forma geral no capitalismo, mas também particular no Brasil na medida em que o país tinha financeirização precoce dado o excesso de poupança frente ao investimento produtivo.

⁴⁷³ No mesmo período do texto de Gunder Frank (1966), Carlos Marighella escrevia: “Todos sabem que a ‘redemocratização’ ou o chamado retorno à democracia com eleições e pacifismo só serve aos interesses dos políticos burgueses, pois não conduz à modificação da estrutura econômica [...]. O que há no Brasil é um círculo vicioso. Os políticos burgueses pregam a ‘redemocratização’ e as eleições e assim vão ao governo, prometendo reformas e liberdades. Em seguida, vem novamente o golpe militar, sob pretexto de ‘perigo comunista’. E a comédia continua a repetir-se sob a forma de tragédia, como aconteceu com a deposição de Goulart” (Marighella In MAGALHÃES: 2012, 351). Chama a atenção não só o ciclo vicioso dos fatos históricos narrados, mas o ciclo vicioso da crítica acadêmica, que em período de crise golpista continua a acreditar no pacto com a “burguesia nacional”, como fez o PCB naquele mesmo momento que escrevia Marighella, motivo de seu rompimento com o partido.

pressionar a *regulação estatal* das relações de trabalho⁴⁷⁴ – pois ao longo do período “Lulista” (2006-2016) ele *já o fez na prática*, precarizando-as na mesma medida em que as formalizava. Não carece de coerência, portanto, a funcionalidade (também temporária) de Michel Temer para fazer as reformas trabalhista e da previdência, que necessitavam da quebra do pacto. O bolo precisava primeiro crescer, como sempre...

Nesse mesmo sentido parecem ir as análises de Mauro Iasi⁴⁷⁵, atualmente no PCB, que se dedicou ao tema desde o início da gestão do PT no governo federal e tem dado contribuições relevantes. Ele não se preocupa com as tensões intercapitalistas, mas sim com a relação entre a burguesia e os trabalhadores, dentro da forma cíclica como parece se dar dentro das estratégias dos grandes partidos de esquerda do país – nas quais suas alianças *sempre foram instáveis*. Sua análise não passa pela caracterização do dito “Lulismo”, pois sua preocupação está na conformação e dinâmica histórica do partido enquanto organização da classe trabalhadora que chega ao poder do Estado – portanto, não se trata apenas da determinação da política de Lula e seu grupo⁴⁷⁶, mas do desenvolvimento de um período específico de construção da consciência de classe dos trabalhadores realizada por suas organizações.

O ponto alto de suas análises⁴⁷⁷ parece ser a identificação pouco comentada pela bibliografia (particularmente a paulista, que faz algo parecido com o varguismo) entre a Estratégia Democrática Popular do PT e a Estratégia Democrática Nacional do PCB com particular influência na esquerda nas décadas de 1950 e 1960, até o golpe militar, que expressou, segundo Iasi, o seu esgotamento em forma de *tragédia*. Para ele, embora o *programa* dos dois grandes partidos da esquerda brasileira fosse a transição para o socialismo, eles desenvolveram *estratégias* diferentes, partindo da conclusão, em ambos, de que não seria possível a implantação direta desta meta na conjuntura do país. A estratégia *nacional* do PCB previa a necessidade de uma etapa de desenvolvimento do país vinculado à aliança com a burguesia industrial, fazendo um pacto para o cumprimento de “tarefas democráticas em atraso” que estariam impedindo a completa estruturação capitalista do Brasil; enquanto a *popular* do PT negava diretamente esta alternativa, definindo uma linha de alianças com a classe trabalhadora e setores médios sem a presença da burguesia, entendendo que o ciclo da revolução burguesa no país já estava realizado.

⁴⁷⁴ Singer e Boito sabem que a necessidade de pressionar as relações de trabalho faz parte do acordo intercapitalista: “Boito assinala corretamente que as disputas concorrenciais intercapitalistas não apagam os acordos burgueses gerais, por exemplo, o anseio de desindexação de salários, de desregulamentação das relações de trabalho e de redução dos direitos sociais. Isto é, apesar das desavenças, em certos momentos forma-se a frente única que parece haver se constituído em 2013/2014” (SINGER: 2015, 63). No entanto, como pode ser visto nesta citação, tal frente única se forma “em certos momentos”, quando acreditamos que, ao contrário, ela está sempre presente e suas mudanças de postura têm a ver somente com as necessidades das etapas de adaptação.

⁴⁷⁵ Por meio de sua tese de doutorado realizada também na USP entre 2001 e 2004, publicada em 2006 sob o título “As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento”. Mauro Luis Iasi, embora tenha formação paulistana, passou a lecionar na UFRJ em 2009. É também educador no Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio.

⁴⁷⁶ Iasi entende que tal política não é nova, mas apenas uma expressão da política da pequena burguesia na figura da burocracia sindical (ver nota 484).

⁴⁷⁷ O autor escreveu muitas notas, artigos e textos políticos durante estes anos, tendo publicado um livro recentemente com a seleção de alguns deles (ver IASI: 2017).

O *programa Democrático Popular* – antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista – seria, para o PT, alcançado por meio de tal *estratégia* que, segundo Iasi, foi realizada, porém seus erros de origem a impediram de concretizar o *programa* que teria, este sim, sido deformado por ela. Tal *estratégia* seria baseada na construção de um período democrático de caráter reformista, por meio de um governo de coalizão, cujo acúmulo de forças (feito por meio da *estratégia da pinça*⁴⁷⁸) permitiria que o avanço destas reformas, ao sofrerem resistência por parte do capital, levaria ao cumprimento do programa socialista. Seus principais aspectos seriam, portanto: a centralidade da questão democrática, a ação consolidada da sociedade civil, um Estado “ampliado” de síntese da luta de classes e a possibilidade de que reformas radicais levassem ao socialismo (Cf. Op.Cit., 305). O erro da *Estratégia Democrática Popular*, segundo Iasi, teria sido o de chegar ao poder *sem que o acúmulo de forças estivesse completado*, fazendo com que fosse necessária a aliança com a burguesia nacional. Sem tal acúmulo de forças, a *estratégia* deveria, segundo ele, ter sido reformulada, o que não aconteceu. Assim,

“O pragmatismo, a aliança com a burguesia monopolista, o abandono dos eixos centrais do programa Democrático Popular em nome de uma mera democratização da sociedade e do Estado burguês e, por fim, a restrição do horizonte da ação governamental aos marcos intransponíveis da ordem econômica e política burguesas, são expressões da adequação – e consequente deformação – da Estratégia Democrática Popular às condições reais de exercício do poder governamental” (IASI: 2017, 424).

O golpe de 2016, nestes termos, seria a expressão do esgotamento da *Estratégia Democrática Popular*, que teria se realizado sem ter bases sólidas para isso, criando o fato paradoxal “de que a experiência do PT, se não levou à meta socialista, suposta inicialmente, cumpriu factualmente uma outra tarefa: encerrou o ciclo de consolidação da revolução burguesa no Brasil” (Idem, 311). Ironicamente, esta era a *estratégia* negada inicialmente, a *Democrática Nacional* do PCB:

“Significativamente, as formulações do PT acabaram presas na fronteira entre o rompimento e a reprodução desta armadilha. Rompe com a formulação de etapas do PCB para reapresentá-la novamente de forma tragicamente caricatural. Na versão original, a aliança de classes era com a burguesia nacional, e a tarefa era desenvolver o capitalismo. Na reencenação do drama, a aliança é com a pequena burguesia para construir o ‘socialismo’. Para que fosse idêntica, a formulação deveria assumir um caráter nacional e supor alianças com a burguesia propriamente dita. Como veremos, nem um nem outro destes fatores, lamentavelmente, faltarão na sequência dos acontecimentos” (IASI: 2012 [2006], 441. Grifo acrescido).

Com essa citação feita em 2004 (publicada em 2006), Iasi, em 2017, completará: “Infelizmente, de fato não faltaram” (Op.Cit., 309). Assim, a tragédia do golpe civil-militar de 1964 se repete como fantasma da esquerda, na farsa do golpe parlamentar de 2016. Essa visão de Iasi é bastante importante pois coloca em perspectiva histórica um movimento que Singer e Boito vão fixar num pequeno espaço de tempo (o primeiro ainda mais do que o segundo), dando a ele um caráter tático enquanto, para Iasi, ele é parte de uma *estratégia* maior e coerente com o desenvolvimento do partido – do qual ele faz extensa retrospectiva documental (em IASI: 2012 [2006]). Enquanto os dois primeiros dão um caráter positivo ao “ensaio desenvolvimentista”, sem encarar suas contradições (que eles até certo ponto

⁴⁷⁸ Ver Capítulo 1.3.

levantam) como problemas estruturais da tática assumida pela “nova matriz”, lasi já adiantava que o PT já chegou ao poder sem correlação de forças e que não seria possível construí-la num governo de coalizão.

A aproximação que lasi faz das duas estratégias nos parece particularmente importante quando retomamos as análises do Capítulo 1.2, quando foi vista a relação entre o ideário nacional-desenvolvimentista presente na esquerda ligada ao trabalho de base (cuja maior expressão foi o método Paulo Freire) na década de 1960 e, depois, sua presença transfigurada na formulação do ideário ligado à *cidadania petista* da década de 1980. Ainda que o campo Democrático Popular, como diz lasi, se formou negando diretamente a herança pecebista – por meio da aliança predominante com o sujeito político *trabalhador* (e daí a alcunha de “popular”) –, os nexos da sua racionalidade estavam presentes por meio da categoria de cidadania participativa que subsidiava a formação do *povo* como *nação* (e descrevemos no Capítulo 1.3 a passagem do sujeito político trabalhador para o cidadão, também nestes termos). O movimento de deslocamento que lasi descreve – primeiramente no *nacional* para o *popular* – insere a contradição própria à luta de classes que o PCB desviava; e, retomando o ciclo vicioso – do *popular* para o *nacional* – na “metamorfose” “entre a negação e o consentimento”, o PT, sob alcunha de “neodesenvolvimentista” ou “ensaio desenvolvimentista”, recoloca a questão nacional, entendemos aqui, *sob outras bases*⁴⁷⁹: agora sob a racionalidade do capital portador de juros, a precarização do trabalho (escondida sob o aumento da formalização) e a reestruturação estatal com predominância judiciária e papel regulador e indutor na economia, fatores que conformam outro *sujeito político*, na perversão da democracia Democrática Popular, o cidadão-consumidor.

Assim, o “neodesenvolvimentismo”, entendemos, carrega tanto as contradições da esquerda que já tinham mostrado esgotamento e são renovadas em outro patamar, como se baseia naquilo que o ideário da década de 1960 procurava negar: o *povo* (dentro do ideário da democracia) transformado em *massa* (como consumidor). É, portanto, uma retomada das contradições do populismo (“indutivista” ou “manipulador”, como Vanilda Paiva dizia (Capítulo 1.2)) que não deveriam ser esquecidas quando se tenta dar positividade à ação da pretensa “burguesia nacional” que, nos argumentos de Singer, é salva moralmente pela cooptação sofrida pelo capital financeiro e internacional.

Esta análise de espectro histórico alongado e centrada na luta de classes e na organização dos trabalhadores foi também tema das pesquisas de Ruy Braga, porém sob outros argumentos, com outras consequências. Como seu trabalho se aproxima mais do que os acima apresentados da hipótese que desenvolvemos aqui, nos deteremos mais acuradamente nele.

⁴⁷⁹ Noção também levantada por Vianna (2011), como visto acima, que entende o nacional-desenvolvimentismo lulista como “contingencial” e “não programático”. Como sua análise é de 2007, antes da “nova matriz” descrita por Singer, poder-se-ia eventualmente dizer que a diferença desta é seu caráter programático, pois contingencialmente já era realizada antes.

Ruy Braga, em diálogo direto com Singer em 2012, propõe outra visão de todo o fenômeno, fazendo uma análise de maior alcance temporal, o que lhe permite maior complexidade de argumentação e maior atenção à dialética entre os dados estruturais e os históricos, alcançando também maior capacidade de apontamento dos movimentos futuros. Para ele, o “Lulismo” (entendido como a relação hegemônica de Lula sobre o partido que, depois, se autonomiza) não pode ser definido como uma mudança estrutural que aparece de maneira não programática apenas em 2006. Sua análise demonstra que as raízes desta formação social e política devem ser localizadas na formação mesma do PT, em 1980⁴⁸⁰. O pesquisador trata do tema nos seus dois últimos livros (2012 e 2017⁴⁸¹), havendo diferenças entre um e outro também devidas às transformações da conjuntura.

No primeiro livro, de 2012 (“A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista”), a tese de Braga parte de um pressuposto semelhante ao de Singer no que concerne ao entendimento de que é necessário delimitar as frações da classe trabalhadora que estão na base de sustentação do lulismo – avançando, portanto, a análise de Oliveira e Vianna que se centraram na dualidade trabalhadores-burguesia; e desviando da temática de Ricci, Jessé de Souza⁴⁸², dos cariocas e de Chauí e Pochmann para os quais a “nova classe média” ou “nova classe trabalhadora” seriam o elemento central de análise. Sua discussão será mais intensamente com Oliveira e Singer, para os quais, respectivamente, foi necessária a proposição teórica também de uma “nova classe” (OLIVEIRA: 2003) de trabalhadores contraditoriamente gestores de fundos de pensão; e de que é o subproletariado (SINGER: 2012) a chave de interpretação do que ele vai preferir chamar de “hegemonia lulista”, fenômeno mais extenso do que o apontado por Singer⁴⁸³.

Estas polêmicas têm a ver com o fato de que Braga localiza a hegemonia lulista dentro das relações internas entre as frações da classe trabalhadora, particularmente na sua organização política sindical, que dará origem ao PT. Não se trata, portanto, de considerar uma “nova classe” e sua movimentação durante o governo Lula, pois as raízes de tal hegemonia e sua particular articulação junto aos trabalhadores já teria se configurado na formação do

⁴⁸⁰ Braga aproxima-se, desta maneira (e apenas neste elemento), da análise de Ricci, para o qual o lulismo deve ser analisado primeiramente dentro da dinâmica partidária e como esta lógica se movimenta nacionalmente durante a gestão do governo federal. No entanto, para Ricci esta conformação interna ao partido origina-se nas mudanças ocorridas nas eleições de 1994, e não na formação do partido, como nos traz Braga.

⁴⁸¹ É interessante o fato de que as capas dos dois livros se relacionam com os assuntos abordados nesta tese – o Pinheirinho e a Frente Povo Sem Medo – nos momentos em que suas lutas foram (e são) significativas para os trabalhadores, num indicativo de consonância de análise neste aspecto.

⁴⁸² Braga discorda frontalmente de Jessé, ao entender que este autor defende o “Lulismo” como “esclarecimento popular”, delimitando a prática política dos trabalhadores aos comentários sobre o governo que elegem (Cf. BRAGA: 2012, 27-28).

⁴⁸³ Ainda que no livro de 2012 Braga estabeleça polêmica com as duas proposições, no segundo livro ele, ao se direcionar para outros campos de observação, acaba por dar validade a elas: “tanto Oliveira quanto Singer destrincharam aspectos complementares do regime hegemônico que durou até 2014. Enquanto Oliveira enfatizou a fusão dos movimentos sociais (em particular, do movimento sindical) ao aparelho de Estado e aos fundos de pensão, Singer enfocou o efeito eleitoralmente sedutor do sucesso das políticas públicas redistributivas que garantiram uma destacada desconcentração de renda entre aqueles que vivem dos rendimentos do trabalho. Em outras palavras, ambos descreveram as principais características da hegemonia lulista” (BRAGA: 2017, 99).

partido⁴⁸⁴. É por isso também que identifica a chave de compreensão do fenômeno na caracterização da “política do precariado”:

“Aos nossos olhos, o precariado, isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de ‘superpopulação relativa’⁴⁸⁵. (...) Em primeiro lugar, ela [essa definição] permite-nos localizar o precariado no coração do próprio modo de produção capitalista e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como parte integrante da classe trabalhadora, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe⁴⁸⁶. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho” (BRAGA: 2012, 18. Grifos no original).

Com esta proposição, Braga se afasta de Singer na medida em que este determina a base de sustentação social do lulismo no “subproletariado”. Para Braga, esta noção se afasta das determinações da relação capital-trabalho ao incluir uma população que não é força de trabalho propriamente dita⁴⁸⁷. Além disso, e talvez de maneira mais incisiva, Braga discorda de Singer quando este diz que o subproletariado não tem condições de organização coletiva por conta da precariedade da sua reprodução. Para o autor, de acordo com a citação acima, a precariedade é própria da dinâmica capitalista, e “nunca deixou de ser a regra na periferia do sistema”, sendo o “precariado”, portanto, uma categoria “própria à reprodução do capitalismo periférico” (BRAGA: 2012, 19). Ele diferencia, também e por outro lado, este precariado dos setores profissionais mais bem pagos e estáveis entre o proletariado, que assumiriam postos de liderança.

⁴⁸⁴ Mauro Iasi tem formulação parecida, feita em 2006 (como decorrência de seu doutoramento terminado em 2004), se posicionando contra a hipótese de Oliveira no que tange à formação de uma “nova classe”: “Ainda que tentadora esta aproximação, a nosso ver, acaba por atribuir uma dimensão e importância à camada dirigente do PT e a seu núcleo duro, na forma de uma ‘nova classe social’, que de fato ela não tem. Acreditamos que se trata de uma mudança de classe social que sofreram estes senhores, mas não de uma ‘nova’ classe; aliás, é uma classe muito antiga e nada gloriosa, na verdade bem pequena” (IASI: 2012 [2006], 553-4); “Estamos falando de uma camada ‘técnica’, de ‘operadores’, funcionários capacitados e competentes para exercer a sua função” (Idem, 555); “Trata-se de um pequeno setor social espremido entre o capital e o trabalho e que teme a colisão das classes, exatamente por estar no meio delas. Trata-se de um setor social que gostaria de diluir o antagonismo de classes para finalmente resolver sua incapacidade crônica em superar sua heterogeneidade (que, uma vez projetada defensivamente para fora da sociedade, a vê como ‘pluralista’) e falta absoluta de coerência, o que a obriga a sempre oscilar entre a defesa da ordem do capital ou, quando em perigo, radicalizar-se nos braços do povo. Trata-se de nossa boa e velha pequeno burguesia” (Ibidem, 555); “A base social do influxo moderado do PT, e que torna possível a prevalência de um horizonte pequeno-burguês no projeto deste partido, está na *burocracia partidária e sindical* formada neste processo” (Ibidem, 559).

⁴⁸⁵ [Nota do autor] “Por *lumpemproletariado*, Marx compreendia o ‘lixo de todas as classes’ formado por indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfetores recém-saídos da cadeia, batedores de carteiras, rufiões, mendigos... Para mais detalhes, ver Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (São Paulo, Boitempo, 2011). Por meio desta categoria, Marx pretendeu chamar a atenção para o aprofundamento, especialmente saliente em tempos de crise, da degradação social que submete um número grande de indivíduos, separando-os de suas classes originárias e transformando-os em uma massa ‘massa desintegrada’ vulnerável a movimentos reacionários. (...)” (BRAGA: 2012, 18).

⁴⁸⁶ [Nota do autor] “Neste ponto, vale destacar que, pelo fato de não possuírem qualificações escassas, não exercerem autoridade e não contratarem trabalho, os proletários precarizados constituem a fração mais subordinada e explorada da classe trabalhadora” (Idem).

⁴⁸⁷ “Ademais, devemos diferenciar analiticamente o pauperismo (e o lumpemproletariado) do precariado, pois entendemos que os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica” (Idem, 19). Segundo Braga, apoiando-se em Marx, “a população pauperizada seria formada pela massa de indigentes, de doentes, de acidentados e de incapacitados para o trabalho devido à idade” (Idem, 17).

A política própria do precariado descrito por Braga é caracterizada por um “classismo prático”, ou seja, uma relação política baseada em interesses materiais, carente de recursos organizativos, ideológicos e políticos. Daí sua dependência das lideranças operárias que se encontram, via de regra, nos setores profissionais da classe⁴⁸⁸. No entanto, isso não significa que não exista insatisfação neste setor mais precarizado, muito pelo contrário. Para Braga, o “classismo prático” do precariado precisa politizar rapidamente suas reivindicações, radicalizando ações. Acaba constituindo-se, portanto, como uma base de sustentação *instável* – uma conclusão oposta a de Singer. Esta seria sua “teoria da inquietação operária”, que explicita uma relação entre bases e lideranças cindida entre a manutenção da estabilidade via poder burocrático, e a politização nascida das necessidades prementes de uma fração de classe precária e instável. Esta seria a fração de classe própria à reprodução do capitalismo periférico, e por isso sua importância na análise da hegemonia lulista. Sua identidade de classe seria constituída através dos vínculos arcaicos que os trabalhadores trazem em comum em confronto com uma nova realidade urbana, desde a década de 1950⁴⁸⁹. A hipótese de Braga seria que:

“(…) o precariado migrante, ao ser incorporado ao regime de acumulação despótico, teria rapidamente iniciado sua auto-organização sindical, alimentando, entre a segunda metade da década de 1950 e o golpe militar de 1964, o afamado ciclo das greves gerais operárias da cidade de São Paulo. Em vez de um comportamento passivo e permeável à manipulação política, argumentaremos que a hegemonia populista⁴⁹⁰ caracterizou-se por um estado permanente de inquietação social entre os operários, especialmente sua fração precarizada, e que se expressou em seguidos desencontros entre o ativismo das bases metalúrgicas e a moderação das cúpulas sindicais” (BRAGA: 2012, 66. Grifos acrescentados).

Esta inquietação operária originada do “classismo prático” conformaria o que o autor conceitua de “política do precariado”: “um reformismo plebeu instintivamente anticapitalista, sindicalmente refratário à colaboração com as empresas e politicamente orientado pela crença no poder de decisão das bases” (BRAGA: 2012, 132), originado na década de 1950.

A década de 1970, especialmente durante o milagre brasileiro, foi um período em que as condições de trabalho se degradaram muito e os atritos entre a base sindical e suas lideranças se esgarçou ainda mais (num crescimento de sua consciência prática), rompendo,

⁴⁸⁸ “A necessidade de definir os limites gerais do precariado nos obriga também a diferenciá-los dos setores profissionais, ou seja, aqueles grupos mais qualificados, mais bem remunerados e, por isso mesmo, tendencialmente mais estáveis, da classe trabalhadora” (Idem).

⁴⁸⁹ Ainda que a categoria “precariado” não existisse naquele momento, Braga vê ali sua origem histórica material.

⁴⁹⁰ O conceito de “hegemonia populista”, usado aqui por Braga, se baseia na categorização da “Escola de Regulação” (segundo ele, ver Jean-Marie Vincent [org.], *École de La régulation et critique de La raison économique* (Paris, L’Harmattan, 1994)): “Por modo de regulação, entendemos o complexo social formado pelas instituições com responsabilidade direta pela reprodução mais ou menos coerente dos conflitos inerentes às relações sociais de produção capitalista. Usualmente, essas instituições organizam-se em torno da normalização global das relações de capital-trabalho (legislação trabalhista, previdência pública), do controle dos sindicatos e dos mercados (interno e externo de trabalho). A eficácia de um modo de regulação (*sua hegemonia*) pode ser medida por sua capacidade de reproduzir os conflitos trabalhistas por meio da construção do consentimento entre as classes sociais subalternas, isto é, sem a necessidade do uso da força repressiva do aparato estatal. Por regime de acumulação, compreendemos as instituições sociais com responsabilidade direta pela reprodução do processo de valorização do valor (produção e apropriação privada do excedente econômico) em um contexto histórico dado. (...) Finalmente, por modelo de desenvolvimento, entendemos a combinação histórica mais ou menos coerente de um determinado modo de regulação com um regime de acumulação dado. No caso brasileiro, um mesmo modelo de desenvolvimento, o fordismo periférico, por exemplo, comportou diferentes modos de regulação, o *populista* (1943-1964) e o autoritário (1964-1986) (...)” (BRAGA: 2012, 22. Grifos acrescentados).

no final da década, como o pacto sindical populista, de extensas redes institucionais. Tal pacto se fundava na consolidação de uma burocracia operária formada por sindicalistas em tempo integral que não tinham mais relação com a produção e intelectuais de classe média que passam a ocupar cargos de direção.

“A natureza socialmente ambivalente da burocracia operária, e que a diferencia das demais burocracias capitalistas, advém do fato de que, por um lado, seu poder não é exercido por meio da propriedade do dinheiro, mas do controle político do aparelho administrativo. Por outro, a burocracia operária é incapaz de reproduzir seu poder administrativo sem o recurso à riqueza monetária. A necessidade do controle político do aparato somada à incapacidade de se libertar da influência do dinheiro faz com que o poder burocrático apoie-se, mormente, na pacificação, ou mesmo na supressão, da atividade independente das classes subalternas. (...) a burocracia operária não tem uma ideologia própria: ao contrário, ela se apoia na reificação do Estado capitalista e em sua suposta eficiência administrativa” (BRAGA: 2012, 159).

Com o amadurecimento do “classismo prático” do precariado metalúrgico e o enfraquecimento do modo de regulação populista, ocorrem as grandes greves entre 1978 e 1980, nas quais nasce o chamado “novo sindicalismo”, baseado principalmente no ativismo desta base operária que foi descrito como uma “rebeldia das bases”, que se voltaram contra o sindicato oficial, fazendo um movimento sem direção organizativa (espontâneo), com caráter democrático e descentralizado. É neste cenário que Lula transforma-se numa grande liderança sindical. No entanto, Braga nos chama a atenção para sua descendência a partir da antiga burocracia operária (sendo indicado ao cargo de direção por Paulo Vidal, sindicalista tradicional), que se viu sem condições de tomar frente do movimento, enquanto Lula apresentava-se como um grande negociador e mediador, com carisma e confiança do precariado – elemento chave da hegemonia lulista também no governo federal.

O ponto chave da análise de Braga é que em 1980, no bojo da reestruturação produtiva, há uma grande derrota da greve dos metalúrgicos. É neste “refluxo da rebelião operária” que a burocracia sindical vê brecha para reassumir a estrutura oficial. *Desta maneira, o momento de formação do PT é aquele não de ascenso da luta política dos trabalhadores mais precarizados e que trouxeram uma nova forma de organização e reivindicação sindical, mas ao contrário, é o refluxo desta luta e a retomada do poder administrativo da burocracia sindical – de forma passiva.*

Para Braga, a hegemonia lulista deve ser compreendida dentro desta dinâmica histórica da relação entre o precariado e a burocracia sindical. Para ele, mais do que definir a fração de classe que dá sustentação eleitoral ao governo petista, é necessário entender a origem desta *forma social*, que se reproduz no período de maneira amplificada. A origem da hegemonia lulista estaria então na tradição brasileira da burocracia sindical vinculada ao Estado que constrói poder através de um duplo consentimento: ativo das lideranças e passivo do precariado. Isso configuraria uma “Revolução passiva à brasileira”, representando uma novidade – ou melhor, uma especificidade – em relação à era neoliberal.

“Se o lulismo for mesmo uma ‘revolução passiva à brasileira’ que logrou constituir certas margens de consentimento popular por meio da incorporação de parte das reivindicações dos ‘de baixo’ em reação à subversividade esporádica dos subalternos, a trajetória do novo sindicalismo pode nos dizer muito sobre as raízes do atual modelo hegemônico. Não se trata apenas da origem do PT. (...) Antes, porém, a revisita a essas pesquisas permitiu identificar os primeiros passos de uma nova forma de dominação social

cujo fundamento localiza-se no encontro de dois tipos de consentimento. (...) Amparada no prestígio acumulado durante o ciclo grevista, essa burocracia assegurou um tipo de consentimento operário alicerçado na regulação dos conflitos fabris sob controle da empresa. Além disso logrou, não sem conflitos, é verdade, restabelecer a tutela das organizações de base à estrutura oficial. Por outro lado, essa burocracia mostrou-se igualmente sensível às reivindicações das bases, além de permeável à incorporação daqueles operários que se destacavam pelo trabalho organizativo nas empresas. (...) Lula da Silva ergueu um consentimento ativo à sua liderança pela frequente incorporação às fileiras sindicais dos ativistas mais destacados nas empresas. Contou com isso com o decidido apoio de diferentes agrupamentos políticos reorganizados em torno do PT e da CUT. No encontro entre essas duas formas de consentimento, percebemos como a subversividade inorgânica transformou-se em consentimento ativo para muitas daquelas lideranças provenientes das bases operárias. (...) E uma nova forma de dominação social – apoiada sobre a pacificação reformista dos conflitos trabalhistas e somada à integração à estrutura sindical oficial, isto é, ao Estado, daqueles ativistas mais destacados – começa a se insinuar... Uma forma de dominação que desabrochou plenamente apenas após as eleições presidenciais de 2002” (BRAGA: 2012, 178-179. Grifos acrescentados).

Assim, o conceito de “Lulismo” é bastante variado para cada autor, mas, no entanto, há certo consenso em torno da sua caracterização como o encontro de uma liderança forte e pragmática com determinada fração de classe, acompanhado de forte “despolitização” social⁴⁹¹. Ruy Braga, no entanto, vê saída desta situação através da análise histórica, que se mostrou bastante relevante com os acontecimentos de Junho de 2013, em seguida, e que deflagraram o que hoje tem se defendido como o “fim do lulismo”. Segundo ele:

“O atual debate sobre o lulismo encontra-se prisioneiro de uma noção de satisfação proletária que obnubila a percepção do que Gramsci chamou de ‘fatalismo dos fracos’, isto é, aquele estado de inquietação social que antecede a transformação dos subalternos em protagonistas de sua própria história” (BRAGA: 2012, 130).

No final do livro de 2012, Braga inicia o debate no qual se aprofundará nos anos seguintes, centrado na caracterização do processo de crise da globalização e aprofundamento do neoliberalismo, que faz o precariado se massificar e deslocar as lutas das fábricas para o espaço urbano – tema que ficou em evidência após 2013, mas que, como visto até aqui, é candente há muitos anos. Este debate se acelerou após 2009 com o PMCMV, tendo sido eleito como principal programa anticíclico do governo, também conectado com a forma imobiliária da própria crise. Ainda no livro de 2012, o autor, a partir de Chesnais (2005), caracteriza a forma específica da “empresa neoliberal” no Brasil, a partir da qual tal regime de precarização foi lastro para a entrada no país na mundialização financeirizada:

“Na empresa neoliberal brasileira, o trabalho transformou-se no principal ajuste anticíclico e anti-inflacionário da rentabilidade dos ativos. Os trabalhadores foram subsumidos a um regime de acumulação mundializado organizado em torno da dominância dos mercados financeiros, ou seja, investidores institucionais e acionistas que se apropriam de rendas salariais e financeiras cada dia mais voláteis devido à instabilidade do crescimento econômico. (...) Consequentemente, o estatuto do trabalho foi modificado: as novas práticas verificadas no mercado de trabalho encontram-se na origem da emergência de um estatuto fragmentado do trabalho, devido em grande parte à procura por flexibilidade pelas empresas. As duas

⁴⁹¹ Segundo Vladimir Safatle, para quem a atual crise política do país expressa o fim da Nova República, declara: “O modelo de redemocratização brasileiro, que perdurou 30 anos, baseava-se em um certo equilíbrio produzido pelo imobilismo. (...) O resultado foi um sistema de freios que transformou os dois maiores grupos oposicionistas à ditadura (o PT e o núcleo mais consistente do PMDB, a saber, o que deu no PSDB) em gestores da inércia” (SAFATLE: 2015).

principais características desse estatuto renovado são: contratos com duração determinada e emprego por conta própria. Assim, os principais objetivos da reestruturação capitalista na década de 1990, isto é, a adaptabilidade à demanda e a racionalização dos processos produtivos por meio da mobilização permanente da força de trabalho, foram alcançados à custa do desmanche das formas tradicionais de solidariedade fordista e da crise do militância sindical de base” (BRAGA: 2012, 186. Grifos acrescentados).

O Brasil, nestes termos, por conta de sua estrutura econômica dependente, acaba tendo “função de linha auxiliar do investimento capitalista” (Idem, 206), noção muito parecida com a de Paulani que, portanto, entende que não é possível entender a reestruturação produtiva brasileira sem entender antes sua especificidade junto ao mercado mundial financeirizado. E, para falar sobre as possibilidades de superação deste cenário e suas possíveis (e previsíveis) reviravoltas, é necessário chegar aos trabalhadores. Assim, “na realidade, ao enfatizar os resultados eleitorais, as políticas públicas e o transformismo sindical, o debate atual mostrou-se desinteressado em investigar os dilemas e os dissabores vividos por aqueles que se encontram no ‘coração da atual equação política brasileira’, ou seja, o próprio precariado brasileiro” (Ibidem, 214). Braga então retoma Oliveira ao afirmar que “a financeirização do capital desposa a precarização do trabalho e o atraso continua dominando o moderno” (Ibidem, 224). Ao que chega à síntese:

“Este trabalho buscou juntar as suas pontas das considerações dialéticas de Chico sobre a modernização social: por um lado exploramos a tese de que, para prosperar, o capitalismo brasileiro precisa reproduzir permanentemente as condições econômicas e políticas de produção do trabalho barato; por outro, a ideia de que o transformismo petista fortaleceu essas condições de produção ao garantir que a extração de mais-valia encontrasse menos resistência entre os subalternos” (Ibidem, 226).

Nosso ponto aqui se, por um lado, concorda com a afirmação, por outro a complementar com um fator que teria sido relevante para Braga na escrita do segundo livro, de 2017 (“A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global”): o fato de que tal consentimento duplo (ativo das lideranças e passivo das bases) conseguido por meio do “transformismo petista”, ao ser analisado aqui por meio da produção do urbano pelos movimentos populares, além de reproduzir em boa parte dos casos esta mesma forma observada no sindicalismo, demonstrou um problema mais profundo para a luta de classes. O de que o aprofundamento das formas de acumulação próprias ao capital portador de juros e sua reestruturação produtiva foi, justamente por este precariado (cuja expressão política se dá na cidade e não dentro da fábrica), *defendido como uma vitória*.

Não é por outro motivo que certos movimentos populares – aqueles que ganham mais expressão – defendem o PMCMV. Não são apenas as casas (como valor de uso) que estão em questão, elemento ressaltado pela maioria das análises como base do pacto social “Lulista”, que oferece dádivas e constrói apassivamento e base eleitoral: *é a casa como mercadoria* que está em questão, ou seja, *a forma da sua produção*, cuja flexibilidade de mercado própria ao programa permite a massificação e produtividade requeridas – *também* – pelo movimento popular. No caso do sindicalismo, era claro para o operário que suas condições de trabalho pioram com a financeirização, que o precariza e exige mais produtividade e menos salário, além de repressão política. Isso se inverte com o “precariado urbano”: ao não se entender como trabalhador e sim como consumidor (e ser ativamente produzido desta maneira pela organização política), no limite, “de direitos”, este sujeito

político se beneficia com o desenvolvimento das forças produtivas, as quais passa a defender como vitória da classe trabalhadora. O urbano como valor de uso está descartado, pois não há outro projeto de cidade a se contrapor: a ação do movimento popular é limitada à disputa na distribuição de mercadorias, e não na forma da sua produção.

No livro de 2017 de Braga, aprofundando, portanto, a análise sobre a relação entre financeirização e precarização do trabalho, o autor vai se centrar na renovação das lutas sociais do último período⁴⁹²: “é necessário partirmos da constatação de que as formas de representação das classes trabalhadoras atravessam uma transição na qual as velhas estruturas organizacionais fordistas já não são mais eficazes para alterar os rumos deste declínio, enquanto novas perspectivas organizativas estão ainda em seus estágios embrionários” (BRAGA: 2017, 26). Ele caracteriza tais novas lutas sociais como organização do precariado agora no espaço urbano, ligado mais diretamente às formas de espoliação típicas desta fase do capitalismo, seguindo as contribuições de David Harvey, com o declínio das formas de organização sindical. As novas manifestações seriam feitas no espaço público, dirigidas *contra o Estado*, de maneira diversa daquelas entre capital e trabalho da era fordista, dando prevalência a levantes auto-organizados, e muitas vezes “espontâneos”. Esta nova perspectiva se afastou da questão sindical, antes fundamental, pois se tratava do entendimento da hegemonia lulista, construída nestas bases.

Assim, novos elementos surgiram na sua análise, principalmente aqueles derivados da questão urbana, que nos tocam neste trabalho. Ao adentrar nos espaços periféricos da cidade, Braga passa a fazer relações mais diretas entre a organização do precariado e o Estado sob hegemonia lulista, que antes apareciam de maneira mediada pela burocracia sindical ou indiretas pela regulação da financeirização nas relações de produção internas à fábrica. As Jornadas de Junho de 2013, embora tenham sido previstas pelo autor, não vieram, como parecia pela sua análise anterior, do precariado formalizado e rebelde à organização sindical. Foram lutas diretamente relacionadas à espoliação urbana, o que necessitava de um deslocamento de análise.

É assim que surgem (na sua análise) outras forças sociais que delineiam uma conjuntura da luta de classes menos definida pelas relações intercapitalistas (como permanece a postura de Singer) e mais comprometida com o aprofundamento do entendimento desta forma institucional específica colocada em andamento pelo que ele denominou hegemonia lulista, cujo impacto é grande nas relações sociais que determinam a luta de classes. A relação com a análise anterior permanece válida: a precarização dos trabalhadores promovida pela adequação do país ao regime de financeirização mundial com particular forma dependente, na qual a força de trabalho é o principal elemento de barreira para a continuidade da acumulação. Tal precarização, no urbano, é expressa pela *insegurança* generalizada, “muito parecida com a velha informalidade” (Op.Cit., 167) – elemento aqui analisado no Capítulo 2.3 – promovida pelo avanço das formas espoliativas. A violência deste processo é – como Marx já descreveu para a acumulação primitiva do capital – promovida e mediada pela *polícia*, a principal forma sob a qual o Estado aparece para a periferia. Sua posição dentro da organização estatal, como construímos e defendemos durante a Parte 2 desta tese, se vincula

⁴⁹² O autor faz as relações entre Brasil, África do Sul e Portugal, porém aqui, pelo escopo, selecionamos apenas as análises sobre a hegemonia lulista.

ao poder judiciário, que hoje se aproxima da desmedida e caracteriza em grande parte tal regulação estatal promovida pela “hegemonia lulista”, como quer Braga.

O PMCMV, que ganha centralidade agora na sua análise, é entendido dentro do arcabouço das formas espoliativas⁴⁹³ na medida em que promove, por um lado, o endividamento de uma parte de trabalhadores (nas Faixas 2 e 3) e, de outro (na Faixa 1), a segregação urbana⁴⁹⁴. No entanto, tais elementos são trazidos para embasar o argumento de que há uma “tensão entre direitos sociais assegurados constitucionalmente e serviços públicos que negam na prática o acesso a estes direitos”, o que “aprofundou a inquietação social ao longo de toda a era Lula” (Idem, 171-172). Essa argumentação – de extrema relevância e aqui aprofundada na Parte 2 – perde força quando o autor apresenta as lutas dos movimentos de moradia, em particular as ocupações do MTST, como formas de se contrapor à política pública promotora de espoliação e explicitar a “frustração do precariado urbano com os resultados da promessa de cidadania” (Ibidem, 174).

Esta construção argumentativa leva Braga a construir a justificativa das Jornadas de Junho de 2013, com o decorrente fim da hegemonia lulista⁴⁹⁵, como fruto da insatisfação da população, cansada com a promessa de direitos não realizados: “as Jornadas de Junho promoveram uma notável mudança no comportamento político dos grupos sociais subalternos, estimulando o engajamento dos jovens em projetos coletivos de defesa de seus direitos de cidadania” (Ibidem, 234). As ocupações de terra teriam então o significado da resistência ativa do precariado organizado à espoliação, comprovando sua teoria da “inquietação operária” originada do “classismo prático”, agora vinculado à materialidade do cotidiano da reprodução da força de trabalho. Segundo ele: “argumentaremos que as Jornadas de Junho revelaram a presença de um protagonista social, o jovem precariado, aproximando-se da tradição de mobilizações das classes subalternas no país que, desde a consolidação do fordismo periférico, se manifestam por meio da gramática dos direitos sociais e trabalhistas” (Ibidem, 227. Grifo acrescido).

Embora concordemos com o fato de que “a articulação entre os diferentes modos de mercantilização do espaço urbano e do trabalho oferece indícios mais sólidos a respeito de como interpretar a nova constelação política surgida em Junho de 2013” (Ibidem, 235), a análise aqui realizada nos Capítulos 3.1 e 3.2, em partes, mostra, infelizmente, que as coisas são mais complexas. Se o Pinheirinho (Parte 2) foi paradigmático como exemplo desta construção argumentativa – com o particular *consenso ativo* por parte do movimento popular, que ali operou um efetivo transformismo –, quando analisamos o caso do MTST e sua relação estrutural com o PMCMV estas relações parecem não dar conta. Se assim fosse, como explicar a verdadeira jornada de defesa do PMCMV pelo movimento? Necessária defesa dos direitos

⁴⁹³ “O atual modelo baseia-se em um tipo de acumulação por espoliação que mercantilizou o solo urbano ao transformá-lo em uma inesgotável fonte de superlucros capitalizados por bancos e construtoras” (Ibidem, 233).

⁴⁹⁴ Sua análise é baseada no trabalho de Raquel Rolnik (2015), que se detém especificamente nestas características do programa. Outras visadas sobre ele, principalmente as que se detém no seu aspecto produtivo (tecnologia e relações de produção), fazem falta na análise de Braga.

⁴⁹⁵ “É a traição pelo então recém-eleito governo das expectativas populares despertadas por uma campanha presidencial vertebrada pela garantia dos empregos e da inviolabilidade dos direitos sociais e trabalhistas, o que explica a alienação das bases sociais do governo petista. (...) O fim do lulismo significou o colapso de um modo de regulação hegemônico atado ao ciclo expansivo do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado” (Ibidem, 243).

adquiridos? Esses mesmos que o precariado tem “consciência” de não serem reais? Parece pouco provável e, inclusive, leva a argumentação à incoerência. Explica bem as revoltas de 2013, mas não explica o crescimento *por meio do PMCMV* do MTST após o acontecido. Pois o movimento soube sim direcionar a “inquietação operária”, *mas não no sentido contrário à hegemonia lulista, mas a seu favor*⁴⁹⁶.

Concordamos perfeitamente com Braga, nesse sentido, quando, em 2012, ele constrói a perspectiva de que a ascensão de Lula para controlar a insatisfação do precariado nas greves do final da década de 1970, sendo a ponte entre a velha burocracia sindical e a nova base operária. É por conta deste mesmo argumento que o MTST deve ser posto em perspectiva: sua ascensão pública, inclusive desfocalizando outros movimentos de moradia, expressa a passagem de uma forma organizativa da classe trabalhadora urbana para outra, *articulando antigos elementos com novos e, principalmente, gerenciando*⁴⁹⁷ *a vazão da “inquietação operária” que, em 2013, alcançou seu ápice numa dinâmica espontânea de ocupações de terra em São Paulo*. Vale apontar também que a forma de organização do precariado “pelo alto” continua valendo de maneira ainda mais acentuada do que no caso da hegemonia lulista sindical: em vez de lideranças populares, nascidas da própria luta de base (como foi Lula e os movimentos populares do campo Democrático Popular), o MTST, embora tenha nascido desta maneira, ganhou centralidade na esfera pública com a ascensão de um núcleo dirigente majoritariamente universitário – uma força social que muda de papel no Estado Democrático Popular, de assessoria à liderança. Tal mudança advém da adequação do movimento popular a uma forma social centrada no gerenciamento técnico de populações, onde o principal papel da liderança, cindida das bases, é a negociação com o Estado – por meio da mesa de negociação analisada no Capítulo 2.3. Não muda em nada a argumentação do próprio Braga em relação à burocracia sindical, e por isso a aproximação aqui feita entre MTST e o Estado Democrático Popular (ou “hegemonia lulista”), e não sua negação.

A hipótese de Braga do duplo consentimento articula dois fatores: o refluxo político da classe trabalhadora e a ascendência de uma elite dirigente. Este argumento, que ele utiliza para o setor operário, mas que depois amplia como *forma política da hegemonia lulista* também sob o governo federal nos parece consistente, tanto que é observável também nos movimentos populares – um passo que Braga não faz no seu livro de 2017, ao ver a organização popular sobre o urbano como saída para a “inquietação operária” que não tem mais espaço – e talvez nem potência histórica – dentro das fábricas. Quando foi construída analiticamente aqui a dinâmica de transformação do sujeito político de trabalhador a cidadão-consumidor se colocou em relevância tal refluxo de classe *de maneira generalizada* – uma mudança quantitativa decorrente da ampliação de hegemonia lulista do sindicalismo ao governo federal que se transforma em qualitativa. Tal ampliação, articulada com a forma de gerenciamento social adequada ao capital financeiro, tem como decorrência a maior

⁴⁹⁶ Isso é explicitado na mobilização do MTST em torno da defesa de Lula na condenação da Lava Jato em janeiro de 2018, quando a cidade de São Paulo se mobilizava novamente sobre a espoliação urbana: o aumento da tarifa de ônibus e metrô e a privatização de duas linhas deste, com greves e manifestações, as quais o movimento nem sequer citou nas redes sociais.

⁴⁹⁷ Urbanisticamente tal gerenciamento da espontaneidade do precariado é marcante: é digno de nota o fato de que as ocupações do MTST sejam muito padronizadas, com barracos de lona majoritariamente com dimensões iguais (particularmente a formação de uma altura constante chama a atenção), parecendo muito a versão precária – mas com a mesma forma social – do Pinheirinho dos Palmares.

estratificação da classe trabalhadora⁴⁹⁸, que precisa ter lideranças tão “focalizadas” quanto as políticas públicas neoliberais e as análises de crédito⁴⁹⁹.

Rizek (2010) se detém nessa especialização das lideranças populares como rede de capilaridade do que aqui estamos denominando de Estado Democrático Popular. A partir de pesquisa etnográfica, a pesquisadora aponta para o papel fundamental de lideranças comunitárias ligadas diretamente ao governo através de partidos da base aliada (e incluiríamos aqui sindicatos e alguns movimentos populares) que fazem a ligação entre frações de classe precarizadas e o governo federal através de inserção em políticas públicas e direcionamento de contratos. Para a autora, as lideranças comercializam “mercadoria política”⁵⁰⁰, na medida em que cria-se um mercado decorrente de uma demanda social. A moeda de troca é a participação obrigatória em atos, com sansões como desconto em folha ou exclusão de processo de conquista habitacional. A mediação deste processo é mais moral do que propriamente política. As lideranças, assim, se transformam em novos “empreendedores morais” profissionalizados, cumprindo função de Estado. Rizek chama a atenção para a ambiguidade entre consentimento e coerção que há nesta relação, impossibilitando a política como movimento autônomo de construção do ser social.

Neste ponto de vista concordamos com as contribuições de Iasi e Braga na medida em que, de maneiras diferentes, veem no desenvolvimento do PT um amoldamento de classe em refluxo histórico. Este movimento é uma combinação dialética entre a produção ativa deste refluxo (no nosso entendimento, tanto pela burocracia partidária quanto pelas lideranças populares) e o consentimento passivo de sujeitos políticos que se conforma enquanto classe trabalhadora através da sua *materialidade determinada*⁵⁰¹ – no caso, como parte da força produtiva do capital que se autonomiza nas suas formas fictícias. A confluência entre Iasi e Braga pode nos indicar que o Estado Democrático Popular é ao mesmo tempo a expressão da classe trabalhadora tal qual a luta de classes a constituiu neste período histórico, e aquele que a produziu ativamente⁵⁰².

⁴⁹⁸ Este tema foi trabalhado ao longo da tese também quando foi falado a respeito das diferenças entre os empreendedores populares e o “refúgio humano” (Baumann, no Capítulo 2.3), cada vez mais presente pela ampliação do trabalho precário.

⁴⁹⁹ Como analisado no Capítulo 3.2, a inserção da denominada “Faixa 1,5” no PMCMV 3 representa bem esta focalização por meio de uma faixa de renda intermediária que, de acordo com os movimentos populares, é característica dos grandes centros urbanos. Fica clara aqui esta necessidade de diferenciar e categorizar as frações de classe como nichos específicos de mercado político – e quanto mais fracionadas, melhor. Fica explicitado, neste exemplo, que tal fracionamento econômico, ligado diretamente à análise de crédito, tem uma derivação política clara na organização popular.

⁵⁰⁰ Rizek trabalha aqui com um conceito de Michel Misse: “As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio”, *Contemporaneidade e Educação*, V.1, nº 2, 1997, p. 93-116 (Op Cit. RIZEK: 2010, 229).

⁵⁰¹ Desta maneira, diz Iasi a partir de Marx, não haveria uma essência da consciência de classe, mas sua formação a partir do movimento concreto de luta. Marilena Chauí também destaca esta questão: “Uma classe social não é um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um *sujeito* social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesmo e se transforma por meio da luta de classes” (CHAUÍ: 2013, 130).

⁵⁰² Wolfgang Leo Maar (2010) chega à conclusão parecida (da constituição da classe em refluxo histórico), porém por outro caminho – ainda no comentário sobre a “hegemonia às avessas” de Oliveira. Segundo o autor, a inversão promovida pelo governo Lula seria a de reificar a práxis política, que é a própria dinâmica de formação do real, transformando-a em prática política, que naturaliza o real para além dos seus sujeitos. Assim, “(...) Há uma política que se refere à práxis reduzida enquanto instrumento de aplicação, como prática instrumental. A política reduzida como administração – o esvaziamento da política – corresponde a uma forma da práxis sustentada no modelo estrito do trabalho alienado e alienante conforme a situação vigente. A prática instrumental objetiva que a

“A experiência prática do PT se propunha a ser inovadora na medida em que atribuía aos próprios membros da classe o papel de construtores diretos de sua organização política e definidores de suas metas. Todavia, vimos que se processa uma dialética entre as classes e suas lideranças, assim como com suas organizações, de forma que simultaneamente a classe cria sua expressão política ao mesmo tempo em que esta cria a classe como classe. Assim, ao se moldar pelo comportamento da classe em seu refluxo, o partido acaba por agir de volta e moldar a classe dentro dos limites deste refluxo” (IASI: 2012, 533-534. Grifos acrescentados).

Para finalizar, nos parece importante colocar em perspectiva a noção de Braga, de que “as classes subalternas no país, desde a consolidação do fordismo periférico, se manifestam por meio da gramática dos direitos sociais e trabalhistas”, segundo sua citação acima. Parece-nos que há uma naturalização do processo histórico promovida pelo campo Democrático Popular de larga escala. Como visto na Parte 1, houve uma construção politicamente orientada no final da década de 1970 que conformou o novo campo de atuação da esquerda no país, voltado para a construção de uma determinada democracia, cujo centro foi os direitos sociais e a participação. Desde então, toda luta dos trabalhadores, *para ser entendida, justificada e admitida na esfera pública*⁵⁰³, precisa se conformar à “gramática dos direitos sociais e trabalhistas”. Não nos parece que foi assim nas décadas de 1960 e 1970, marcadas justamente pela “inquietação operária” que se organizava em torno das relações entre capital e trabalho, *inclusive no urbano*, publicizando a espoliação por meio da pauta da *carestia*, uma gramática que, embora católica, estava vinculada à defesa da esquerda laica de uma revolução socialista, pela *defesa do bem comum* e da *existência humana*.

E as Jornadas de Junho de 2013, neste aspecto, são significativas: o estopim da luta pela tarifa do MPL *não era uma luta por direitos*. Sua bandeira era clara: “Por uma vida sem catracas”⁵⁰⁴ e “Não são só 20 centavos”⁵⁰⁵. A manifestação massiva de 17 de junho foi

hegemonia às avessas implica conduzir a uma práxis subjetiva reduzida como política, convertida em mera engrenagem reprodutora da ordem vigente” (MAAR: 2010, 356). A ordem social, desta maneira e segundo o autor, impõe aos sujeitos a administração privada do vigente, pela qual eles se experimentam como sujeitos, mas que resulta em sua anulação como sujeitos políticos. Maar relembra Adorno (Mínima Moral, verbete 147) quando diz que o mesmo processo que impõe a barbárie aos homens é a base da sua sobrevivência. Desta maneira, os sujeitos se excluem da política: não seria assim uma inclusão passiva, mas uma *exclusão ativa*. Adotando os termos da Teoria Crítica, Maar coloca em evidência o fato de que não se trata de um processo específico de deformação que subordina o sujeito, mas de um processo social de “semiformação do sujeito”, no qual há uma “desindividualização voluntária”, uma “autossubordinação”. A consequência disso é que o trabalhador não se sente desconfortável e a sociedade acaba sendo ativamente reproduzida por aqueles que deveriam acabar com ela.

⁵⁰³ Ver Rancière: 1996.

⁵⁰⁴ Pauta que se cola a Agamben, quando diz que “a ação humana sem relação com o direito está diante de uma norma sem relação com a vida” (AGAMBEN: 2017 [2003], 131), como visto no Capítulo 2.3.

⁵⁰⁵ Pautas e lemas que, nas mãos do campo Democrático Popular, poderiam ter sido: “Pelo direito à mobilidade”, “Pela gestão participativa do transporte público”. Aliás, a resposta do prefeito Fernando Haddad (PT) às manifestações foi, no dia 2 de julho, formar o Conselho Municipal de Trânsito e Transportes, à qual o MPL respondeu em nota: “Em junho, tomamos as ruas de São Paulo e revogamos o aumento da tarifa, mostrando que o povo pode decidir os rumos do transporte. Os rumos da cidade. Em resposta às mobilizações, a prefeitura decretou a formação do Conselho Municipal de Transportes (CMT), como um espaço que garantiria a ‘participação popular e a gestão democrática do transporte’. Nada mais equivocado: a própria composição desse conselho e seu caráter consultivo já indicavam a contradição do discurso da prefeitura. Com maioria formada por representantes do empresariado e do poder público, não é possível garantir a participação popular. Isso, aliado ao caráter consultivo do Conselho, impede a gestão democrática: para se gerir é necessário ter o poder de decisão. A população deve decidir, não apenas ser consultada quanto à gestão do transporte público. (...) Enquanto quem decidir os rumos do transporte público for o lucro dos empresários, nossa alternativa será construir a gestão popular do transporte na prática, como fizemos em junho, revogando o aumento nas ruas. Ali, estava a semente de uma outra cidade possível, construída a partir da experiência da nossa luta. É com ela que nós, usuários e trabalhadores do transporte, poderemos escolher nossos próprios caminhos. Será do cotidiano de nossas lutas que essa nova cidade

principalmente *uma reação dos jovens à brutalidade da PM* na manifestação do MPL do dia 13, na Av. Paulista – não era por direitos, era pela vida. O movimento de transfiguração para a pauta por direitos, *feito pela própria esquerda*, foi aquele que *conformou* a “inquietação operária” dentro dos limites da apropriação possível por uma sociedade que, moldada pelo campo Democrático Popular, só entende a política por meio da relação com o Estado de Direito. Além disso, ao se afastar da sua designação “popular”, ligada ao sujeito político trabalhador, para a “nacional”, o Estado Democrático Popular pautou a *forma* do debate: o que estaria em jogo é a defesa do pacto pela cidadania e pela nação, não a defesa da vida digna dos trabalhadores. Dentro desta forma de debate pautado, infelizmente, a direita pôde nadar de braçada nas denúncias de corrupção (a moralização do direito ligada à governança corporativa neoliberal) e na ênfase no nacionalismo. Ambas são formas que, na verdade, encobrem ideologicamente a necessidade de avanço do capital sobre as relações de trabalho. Mudança de forma – de pauta – promovida pelo próprio campo Democrático Popular desde sua formação contraditória entre o aprofundamento da luta de classes e a conciliação do trabalho como “mediador de consciências”, instrumento de “cidadania”. Dentro destas pautas (o Estado de Direito e o nacionalismo), não adianta a esquerda defender conteúdo, pois seu campo político é outro – a disputa dentro das relações de produção. Quem retornou à luta de classes, porém, não foi a esquerda. E agora ela não tem mais como se defender, pois saiu do seu campo próprio de lutas.

nascerá, não por decreto dos de cima ou por falsos espaços participativos” Fonte:
<<https://saopaulo.mpl.org.br/?s=conselho+municipal>> acessado em 19 de janeiro de 2018.

Capítulo 3.4 A nova razão do movimento popular

“A mais velha especialização social, a especialização do poder, encontra-se na raiz do espetáculo. Assim, o espetáculo é uma atividade especializada que responde por todas as outras. É a representação diplomática da sociedade hierárquica diante de si mesma, na qual toda outra fala é banida. No caso, o mais moderno é também o mais arcaico” (DEBORD: 1997 [1967], 20. Grifos acrescentados).

A forma política do rentismo

O estudo de caso do empreendimento do Jardim Salete do MTST em Taboão da Serra trouxe uma série de elementos para a hipótese aqui desenvolvida que a tornaram mais complexa. Pois ali, por meio da produção do urbano, se expressou um tipo de racionalidade do movimento popular diversa tanto da tradição vinculada ao campo Democrático Popular (mutirão autogerido), quanto do modelo paradigmático do Pinheirinho dos Palmares, reproduzido nacionalmente como forma de institucionalização do intenso fenômeno de ocupação de terras em todo o país (feitas por organizações ou espontâneas).

O primeiro caso, analisado na Parte 1, foi aqui entendido como a expressão de um tempo histórico determinado, cujas contradições entre a formação do sujeito político trabalhador e o cidadão foram o centro dialético entre potencialidades e limites da experiência que, durante o primeiro período do Estado Democrático Popular, acreditamos ter completado seu ciclo político. O esgotamento da sua vitalidade (mas não da sua existência ou justificativa) se deu em meio a uma intensa transformação no sujeito político que a configurava, fruto de uma nova sociabilidade implantada por tal Estado, em conformidade *específica* com a nova ordem mundial. Nas conclusões do trabalho voltaremos a este ponto. No momento, vale explicitar: não entendemos estas experiências como determinantes da racionalidade do Estado Democrático Popular na produção do urbano, mas, pelo contrário, aquelas que foram funcionais para a transposição do antigo modelo ao novo, tendo sobrevivido como espectros do que um dia foram, politicamente falando, pois seu movimento dialético interno parece ter arrefecido em meio à precarização do *trabalhador* e à subsunção *real* da *cidadania* à gestão do capital. Sua forma política parece não mais dar resposta às exigências deste tempo – ainda que permaneça como referência de outro, como marco de uma significativa experiência de organização dos trabalhadores.

Já o Pinheirinho dos Palmares pode ser considerado um exemplo inverso: de como uma experiência de resistência pôde ser conformada a mais estreita ordem por meio da sua

adequação ao Estado de Direito. Como radicalismo da subsunção da organização popular a ele, também é um importante marco do significado da luta por moradia, porém, este, por dentro da forma mercadoria. Seu paradigma é o da conciliação de classes e apassivamento político, marca do “Lulismo” de Singer. Por isso mesmo, parece ser também uma fórmula fixada no tempo, dependente de elementos muito precisos do Estado Democrático Popular que devem se modificar, como o PMCMV, em transição para – certamente, segundo o que tem se mostrado em São Paulo – o modelo de PPPs onde o movimento popular deve assumir papéis ainda mais subsumidos na medida em que tende a ser o terceiro “P” (privado), podendo receber (privadamente) rendimentos da gestão e exploração comercial dos seus empreendimentos. Por pior que possa parecer o Pinheirinho dos Palmares, ele parece ser ainda uma transição para este modelo mais completo de subsunção do movimento popular à lógica do capital. Aguardemos os próximos capítulos da história, deixando claro que este paradigma é aquele próprio às formas de desenvolvimento *do Estado* sob predominância financeira – já que o movimento popular se amolda totalmente a ele.

O caso do MTST é diverso dos dois e indica algo mais importante – e mais potente – para aqueles que querem pensar os rumos das organizações populares pós Estado Democrático Popular. Pois a sua forma política de produção do urbano – que envolve a ocupação de terra para negociação, massificação por meio da promessa (ou especulação) de inclusão lastreada na efetiva rede de relacionamento institucional das lideranças, reificação do sujeito político, aliança com o capital imobiliário e da construção civil e expansão por meio da forma espetacular, geradora de “marca” – coloca em movimento uma aliança específica entre a organização, o Estado e o mercado *cujo protagonismo é dela*. Ou seja, não é uma forma para “dar encaminhamento de demanda” – como o Pinheirinho e uma fase do MTST anterior ao PMCMV –, mas própria ao objetivo de *reprodução em larga escala de certo Poder Popular*. Não se trata de “acumulação” de empreendimentos, mas de *reprodução* de uma forma política e consolidação de um sujeito político específico, cuja experiência de classe é pautada por esta racionalidade.

É nesse sentido que formulamos aqui a hipótese de que se trata de uma *forma política rentista* da estratégia do movimento popular, que sai da esfera de luta na *produção* (baseada na disputa capital/trabalho) para a da *circulação*, na qual o centro é a *distribuição de mercadorias* (e não valores de uso), com avanço das formas do fetichismo⁵⁰⁶. Nessa configuração, o Poder Popular – que é efetivo e tem demonstrado enorme poder de mobilização em torno dos temas candentes da esquerda hoje – é resultado de uma racionalidade operativa que é potencializada pela ressonância com a *lógica* predominante de reprodução do capital na atual ordem mundial. Ela pode ser observada na forma de *produção* de tal Poder Popular. É importante frisar, evitando maiores desentendimentos, que não se trata aqui de julgar os *conteúdos* do movimento, suas pautas ligadas à agenda da esquerda e a

⁵⁰⁶ O fetiche da mercadoria é caracterizado por Marx (Cf. Marx, “O Capital”, Capítulo 1, Livro I) na relação entre *produtor e produto* (ou seja, a relação de trabalho na esfera da produção) que, quando conformada à forma mercadoria, transmuta o primeiro em força de trabalho e o segundo, de valor de uso em valor. Neste movimento, o que era vivo é dominado pelo morto, ou seja, é reificado, fixado como *coisa*. Já o fetiche-capital (Cf. Marx, “O Capital”, Livro III, Tomo I, Capítulo XXIV) é um avanço da autonomização das formas do capital na medida em que, para além do fetiche da mercadoria, faz *parecer* que o capital (como *coisa*) se reproduz como organismo *vivo* na esfera da circulação, sem depender da passagem pela produção – o que não passa de uma *illusio* que, no entanto, se autonomiza, ganhando materialidade.

evidente importância que ele tem na conjuntura atual de mobilizações contra o golpe. Também não se trata de entendê-lo como uma empresa capitalista, longe disso. Queremos chamar a atenção para sua *forma social*, ou seja, a maneira como conforma os elementos de sua reprodução e a lógica que os faz pôr em movimento, que determinam uma *racionalidade* específica.

Essa *forma* é composta por elementos anteriormente descritos e que ressaltamos ser fruto de um desenvolvimento e adequação históricos, ou seja, não correspondem a uma estratégia pré-concebida abstratamente, mas fazem parte da interação dialética entre a experiência de organização popular na (nova) periferia, o encontro com um outro sujeito político e outras forças sociais, bem como uma diretriz das lideranças, a saber, a meta de expansão e massificação em torno das pautas da esquerda, no sentido de tensionar a correlação de forças, agora por meio da centralidade da questão urbana, ligada à espoliação crescente. Percebe-se que não é uma meta diversa daquela especificada aos movimentos sociais dentro da Estratégia Democrática Popular.

A diferença está no seu posicionamento estratégico na totalidade das lutas, que não se relaciona mais de maneira articulada com a “estratégia da pinça”. Nesta, o enfrentamento com o Estado e com o capital se davam, respectivamente, com o primeiro, por meio dos poderes executivo e legislativo e, com o segundo, na produção do urbano. O MTST se descola desta tradição ao negar, politicamente, a institucionalização da organização popular dentro do Estado naqueles termos e se adequar ao novo sujeito político conformado pelo Estado Democrático Popular, o cidadão-consumidor, cujo grau de precarização no trabalho já é tão alto que não enxerga mais neste o nível de contradição da época anterior, na qual sua identidade política se dava ainda pela relação com a produção (mesmo a de cidade).

Como visto na Parte 2, é necessário desvelar tal negação da institucionalização na medida em que o Estado Democrático Popular se configura como uma reestruturação do aparelho de governo. Nesta, é o judiciário que toma a frente dos demais poderes na medida exata da adequação às necessidades da predominância do capital portador de juros no mercado mundial – regulação e gestão. O fato deste poder não ser eletivo diz muito sobre a forma de poder própria a este ordenamento mundial, cujo funcionamento exige objetividade e estabilidade – algo que o afasta tanto da política, quando das idiossincrasias da esfera produtiva. Assim, pode-se dizer que, no caso desta “nova razão” do movimento popular, trata-se de *outro tipo de institucionalização*, cujo mecanismo de participação é a mesa de negociação, *instrumentalizada* pela política pública.

Tal mecanismo só pode ser pautado por um tipo de política pública também conformada à mesma lógica. O PMCMV-E, como visto no Capítulo 3.2, foi responsável por consolidá-la. Nele, ocorre a transformação definitiva da formulação qualitativa de um programa urbano em um mecanismo de produção adequado à sua função na nova racionalidade do capital: ela deve responder a uma necessidade que não é sua imediatamente (como valor de uso, a moradia digna), mas de ser instrumento *objetivo* (o mais abstrato possível) da relação entre Estado e movimento popular, numa conciliação mediada pelo mercado. Afinal, não importa aqui a forma de produção, mas que ela exista da maneira mais pragmática possível. Para tanto, os trabalhadores organizados devem virar “demanda”; os

movimentos populares, “Entidades”; a moradia digna (que envolve o acesso à cidade), “unidades habitacionais maiores”; a tecnologia, “modernizada” pela mais avançada precarização, a subempregada.

O sujeito político cidadão-consumidor chega a seu grau de desenvolvimento máximo: ao ser observada de perto, a massificação alcançada pelo movimento popular é promovida por meio da conversão dos sujeitos em mercadorias políticas – algo não necessariamente novo. A novidade está numa espécie de *securitização desta mercadoria* – ou seja, sua utilidade deixa de ser aquela (como no Pinheirinho) de *realização*, “encaminhamento de demanda”, mas passa a ser um lastro de rentabilidade política *permanente*, mecanismo que permite à organização se *expandir*. O mecanismo desta securitização começa com a associação do *direito à moradia* ao *subsídio* em larga escala, que acaba por transformar *déficit* em *demanda*, ou seja, dar *solvência à mercadoria*. Esta deixa de ser fixa e determinada por questões específicas (uma comunidade despejada, por exemplo), mas cria uma espécie de “figura jurídica” (como “demanda”) associada à sua própria instabilidade e precariedade, que resultam em nomadismo (analisada em RIZEK et.al.: 2015). Tal mercadoria pode, com esta instrumentação, ser fonte permanente de rendimentos na medida em que, ao ser “cadastrada” nas ocupações – que não servem, *justamente*, para dar *solução* às necessidades imediatas da população –, passam a ser moeda remunerada pela Bolsa Aluguel e fonte de preservação das mesas de negociação, além de massa de mobilização constante. A constância e expansão da mobilização, nestes termos, determina o *valor de mercado* do movimento, na medida em que lastreia sua *marca* e permite a *especulação* necessária para delimitar a *correlação de forças*. Do lado da “demanda”, o mecanismo de mantê-la é o investimento na *expectativa* (como no mercado de ações futuras) e na manutenção do *medo da insegurança* como atualizador de sua precariedade, que não será atendida imediatamente (como é o caso de ocupações para moradia).

O discurso sobre a Reforma Urbana também precisa ser colocado em perspectiva. Para além da falta de disputa pelas localizações urbanas⁵⁰⁷ (que foi pauta dos movimentos de moradia das áreas centrais das grandes metrópoles na primeira metade da década de 2000) – fenômeno cujos agentes não são só o MTST –, é relevante a análise da maneira de acesso à terra a qual se utiliza o movimento. No seu discurso político, a terra urbana é elemento central de disputa na medida em que expressa – de maneira ancestral – a desigualdade brasileira. No entanto, diferente das lutas pela terra que sempre marcaram a história dos movimentos populares brasileiros, o MTST não está disputando um *meio de produção*, mas sim uma mercadoria como *propriedade* pois, no PMCMV-E Empreitada Global, quem produz é a empreiteira contratada, que entrega uma mercadoria pronta. Não há nenhum domínio de um meio de produção e, portanto, o sujeito político aqui construído não tem acesso à experiência de classe própria à autonomia.

Além disso, chama atenção o fato de que não há uma crítica à forma da compra de terra no mercado. Certo, o movimento faz ocupação, elemento base de uma radicalidade necessária na disputa de terra urbana. No entanto, seu fraco empenho em lutar pela

⁵⁰⁷ Rafael Borges Pereira desenvolveu este tema na sua dissertação, na qual analisa a luta pela localização urbana (pauta importante da Reforma Urbana) na estratégia de três grandes movimentos de moradia (UMM, FLM e MTST). Ver PEREIRA: 2017.

desapropriação e urbanização das áreas é mais uma expressão da mesma atitude frente à irrelevância da produção: ao “solucionar” as áreas (nem sempre as mesmas ocupadas) pelo mercado, participa da mesma lógica do capital imobiliário que acaba determinando o preço da terra urbana por meio da associação de seu potencial construtivo com o custo da mercadoria imobiliária – lógica da compra de terras no PMCMV, como foi visto aqui no Capítulo 2.2. Não se produz outra cidade, mas mais do mesmo, cuja disputa se desloca, portanto, para a *distribuição das mercadorias*. Nesse sentido, há um retrocesso em relação à Reforma Urbana, pois dela se perde o fundamento: sem controle popular da *produção* do urbano, não há outra cidade possível. Ao criticar os seus mecanismos de institucionalização, joga-se o bebê com a água do banho.

O MTST, como visto no Capítulo 3.1, apresentava grande potência política frente ao esgotamento da estratégia Democrática Popular na produção do urbano. Esta conviveu sempre com a contradição da relação com o Estado de Direito, que era seu principal limite. Ao fazer a crítica à ela, no entanto, o movimento não deslocou o centro de contradição para os desafios próprios à organização popular autônoma, mas se conformou à dinâmica própria ao Estado Democrático Popular: a judicialização da política e a aliança com o capital produtivo (no urbano) enquanto meio de obter ganhos políticos rentistas (ainda que não diretamente monetários), apoiados na consolidação do sujeito político cidadão-consumidor. Não se trata de julgar esta configuração como uma “traição” de suas lideranças ou “cooptação” por meio de retribuições privadas: trata-se de apontar um amoldamento *formal à racionalidade própria* à formação social que melhor responde às necessidades desta época.

Esse amoldamento tem um caráter contraditório, antes do que puramente negativo. Pois se, por um lado, ele enfrenta de maneira mais adequada vários dos limites que se avultaram frente à estratégia dos movimentos de moradia ligados ao campo Democrático Popular – que resultaram no seu esgotamento –, por outro é delimitado por forças que podem manter a sua ação política *transformadora* dentro de limites bastante estreitos, *por motivos diversos da tradição anterior*. Se, nesta, a subsunção da autogestão ao Estado era o limite claro de sua atuação – ou seja, o enfretamento do sujeito político trabalhador com o cidadão; no novo modelo parece que a subsunção da “inquietação operária” causada pelo avanço da precarização e espoliação urbana a um modelo de produção urbana privatista (que hoje é o PMCMV, mas que poderá ser outro logo mais, nos termos das PPPs) é o seu novo limite político – do sujeito político cidadão ao consumidor, longe, portanto, do trabalhador, o que torna a contradição ainda mais difícil de resolver nos termos de um programa de organização popular autônoma.

Por isso que nos parece que a análise da produção urbana do MTST é um campo privilegiado para a compreensão do fenômeno do Estado Democrático Popular. As contradições de ambas as formas se correspondem *atualmente* de maneira muito próxima, expressando uma dinâmica de amoldamento conjunto de diversas forças sociais como resultado de um período de condução à adequação a esta nova racionalidade mundial, por meio de nossas especificidades. Assim, mesmo sem o domínio do aparelho estatal, tal *forma* parece *se mover socialmente* por meio da organização dos trabalhadores e direcionamento de sua experiência de classe no urbano, da mesma maneira que a dinâmica desenvolvimentista

dentro da esquerda latino-americana parece se renovar e adequar às novas conjunturas de forma cíclica, mas sempre alterando seu patamar de acordo com elas.

y

O

Ao longo desta tese procuramos dar conta de todo o período da gestão petista no governo federal, pela visada da produção do urbano e os movimentos populares de moradia. A preocupação foi caracterizar seu significado dentro da tradição histórica do campo Democrático Popular, ou seja, pensar sobre a experiência de classe e as organizações dos trabalhadores brasileiros num período de grandes transformações mundiais, com foco no momento de ascensão ao Estado – por isso a designação usada de Estado Democrático Popular. O “Lulismo”, tal qual descrito por André Singer, é um fenômeno determinado, inclusive no tempo, inscrito neste período e que, segundo o autor, teve também um fim. O Estado Democrático Popular, tal qual trabalhado aqui, foi entendido como o ponto de chegada e de amoldamento de uma forma política construída desde o final da década de 1970 e que, ao ter acesso à instituição de uma maneira diversa daquela que teve até então, passa a se conformar a um tipo de racionalidade que acompanha as necessidades de atualização da estrutura social do país a certa nova ordem mundial.

Isso não significa uma ruptura ou cooptação, mas um processo no qual as contradições internas da antiga forma (baseadas na relação entre a identidade de trabalhadores e cidadãos da designação *popular*) se movimentam e perdem a dinâmica de equilíbrio instável que tinham antes, fazendo com que tenha havido uma passagem de predominância da construção do sujeito político trabalhador (que já era, como visto no Capítulo 1.2, a transformação da construção social do sujeito político excluído, marginalizado) para o cidadão e, depois, para o cidadão-consumidor. Um processo paralelo à forma de desenvolvimento do próprio capitalismo (nas cores locais), na medida em que opera uma linha de conformações do produtor direto: primeiramente a destituição de propriedade dos meios de produção e reprodução, depois inclusão como força de trabalho (primeiro movimento de reificação, o do fetiche da mercadoria), sujeito de direitos (ao se configurar socialmente como mercadoria a ser vendida no mercado de trabalho), consumidor e proprietário de meios de *reprodução* e, por fim, beneficiário de rendimentos destas propriedades. Talvez não seja necessário lembrar que o estágio seguinte é a crise, como um colapso das contradições até então movimentadas em torno daquela primeira, entre valor de uso e valor.

O campo Democrático Popular foi aquele que direcionou politicamente a experiência da classe trabalhadora no último período de maneira hegemônica, adequando seu enfrentamento ao capital por dentro do próprio desenvolvimento das formas deste – estratégia clássica na medida em que pretende superar esta forma social e não retroceder, precisando tencioná-la e não negá-la. A contradição, no entanto, fica cada vez mais velada na medida em que a lógica da autonomização das formas própria ao capital se desenvolve, obscurecendo a esfera da produção e sua força motriz humana. Desta maneira, trata-se aqui de analisar a especificidade dos enfrentamentos e seu grau de amoldamento, pois isso pode

significar um descolamento entre intenção e gesto muitas vezes difícil de perceber ou ter consciência das consequências e como elas alteram os sentidos originais.

É nesse sentido que o fenômeno do “Lulismo” nos parece *parte* deste processo de amoldamento, que perpassou o Estado, o capital, as organizações e a classe, mas cujos elementos já se movimentavam antes dele, continuando após, porém já em outro patamar. O MTST nos parece, assim, o *herdeiro* deste processo junto aos movimentos populares – mais do que os movimentos que nasceram do campo Democrático Popular e mantiveram a mesma estratégia anterior, pois estes não foram capazes de dar resposta à transição e aos novos enfrentamentos necessários da classe trabalhadora. Mais também do que os inúmeros casos “padrão Pinheirinho”, que marcaram momentos de submissão da organização popular ao aparato institucional, sem movimentar suas contradições. Do outro lado, no entanto, a herança lulista traz consigo o amoldamento a uma forma social cujo centro contraditório a ser tensionado não permite grandes margens de manobra. Uma expressão disso é que seus objetivos declarados frente ao urbano (que ainda assim são contraditórios com a prática, como vimos, que trabalha no sentido inverso) não chegam nem às reformas antes propostas pelo Projeto Democrático Popular e consolidadas em décadas de investimento político na prática legislativa, executiva e popular, principalmente porque não dizem respeito às formas de intervenção na sua *produção*, deixando-a, na prática, sob as mãos do capital.

O período no qual se consolidou o Estado Democrático Popular, entendido como forma de amoldamento, não parece se constituir, portanto, como bloco fechado para “implantação” de um determinado projeto. Talvez por isso pareça contraditório, instável e certas vezes sem direcionamento algum (como coloca Paulani (2017)). Isso, no entanto, fica no plano aparente, pois um governo de coalizão tem um objetivo bastante claro: adequar interesses com direcionamento ao “desenvolvimento”, ou seja, conformar as forças sociais para darem a resposta mais eficiente aos desígnios da hegemonia mundial, aquela que proporciona o crescimento almejado “por todos”. São necessárias várias movimentações históricas para que isso aconteça e, no campo urbano, isso pôde ser observado por meio de momentos cuja confluência de transformações deram ensejo a períodos de realinhamento de forças bastante característicos.

Como visto no Capítulo 2.2, nos primeiros anos de gestão do PT, com Lula, foram implantados os preceitos institucionais construídos ao longo dos anos de experiência deste campo, consolidados no Projeto Moradia (INSTITUTO CIDADANIA: 2000) e na aprovação do Estatuto das Cidades (2001). Com a implantação do Ministério das Cidades no início da gestão, em 2003, sob condução de Olívio Dutra (PT), seguiram os trabalhos para a construção do SNHIS, como visto no mesmo capítulo, com a criação, nestes anos ainda, do seu fundo (FNHIS) e do Conselho das Cidades. No mesmo momento, é construído junto aos movimentos de moradia o PCS (Capítulo 3.2), que nacionalizava a produção por autogestão. Vimos que o ápice desta implantação foi também a consolidação da hegemonia do sujeito político cidadão frente ao trabalhador (Capítulo 1.3), o que se expressou na institucionalização exacerbada das formas de organização popular, suas figuras jurídicas, sua remuneração e inserção direta no Estado, fenômeno que já se consolidava em São Paulo por meio da gestão da então petista Marta Suplicy (2001-2004).

Tal institucionalização se dava não em qualquer momento, mas sob um governo que assumiu um pacto ao ser eleito, declarados publicamente por meio da “Carta ao Povo Brasileiro”, lançada no processo eleitoral de 2002. Nela estavam as bases do programa que, depois de 2005, foi aprofundado pelo conceito de “neodesenvolvimentismo”. Este documento lançado em campanha, portanto, pode ser aqui entendido como um embrião de um programa que foi sendo construído ao longo do governo, mas que nesse primeiro mandato teve que se haver tanto com a implantação de programas históricos do PT, quanto com a construção de confiança do mercado. Pela primeira vez dando centralidade à economia no plano de governo, o PT se compromete nesta “Carta” com o fortalecimento das exportações e do mercado interno de massa, uma política econômica junta à política social, reformas estruturais, combate ao déficit habitacional, à fome e à insegurança, governabilidade e respeito aos contratos. Logo em seguida da vitória eleitoral um grupo de intelectuais do RJ e SP lança outro documento, intitulado “A Agenda Perdida: diagnóstico e propostas para a retomada do crescimento com maior justiça social”⁵⁰⁸. Segundo Ricci, neste documento

“Há uma combinação de ações que dialoga com várias escolas de pensamento em políticas públicas: focalização, políticas compensatórias, crédito popular e preparação para ingresso no mercado em expansão, de um lado; e reforma agrária, descentralização das políticas, coordenação central das políticas sociais e críticas à vinculação do crescimento econômico como possibilidade de diminuição da desigualdade social, de outro. Um arranjo programático da área social que procura não transparecer certa ambiguidade ou discurso heterodoxo em excesso. A ambiguidade aparece justamente porque as políticas sociais se subordinam à criação de um ambiente seguro para os investimentos econômicos e oferta de crédito privado e não necessariamente como justiça ou promoção social (até então, mote das formulações de agendas de governo das forças políticas de esquerda no país)” (RICCI: 2013, 60. Grifos acrescentados).

Desta maneira, *as políticas públicas têm uma posição central na política econômica*, na medida em que *criam base social* para a conformação do país como “plataforma de valorização financeira internacional” – e por isso ganham uma amplitude nacional bastante diversa em comparação às gestões anteriores do período democrático. Fica aqui selado um pacto instável no campo urbano, no qual ao mesmo tempo em que se consolidam construções políticas históricas, deflagram-se as contradições da forma social que elas defendiam, em torno do pacto pela cidadania participativa. Não se trata, portanto, de cooptação ou traição, mas do movimento próprio de uma contradição já presente, que se desenvolve incentivada pelas formas sociais hegemônicas as quais se adapta como maneira possível de serem efetivadas neste momento histórico.

Tais contradições se deram em diversos planos, e resultaram num movimento de quebra da base petista em 2004: a fundação do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), tendo a Reforma da Previdência do final de 2003 como “gota d’água” para iniciar o grande racha do PT; da Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), retirando base da CUT⁵⁰⁹; e da FLM (Frente de

⁵⁰⁸ Este documento dá mais profundidade à “Carta” criando uma efetiva agenda de ação governamental. O documento propõe – entre outros pontos ligados à política social e reformas estruturais – a reversão da baixa taxa de investimento nacional, a recuperação da poupança pública e o estímulo e garantia para o aumento do crédito privado (RICCI: 2013). A política social é pensada de maneira focalizada, com caráter produtivista ligado à garantia de eficiência.

⁵⁰⁹ Não apenas a Conlutas, mas outras quatro Centrais Sindicais foram criadas no período: Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) em 2005, União Geral dos Trabalhadores (UGT) em 2007, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) em 2007 e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) em 2008.

Luta pela Moradia), que reorganizou o campo político em torno da moradia em área central em São Paulo, retomando as ocupações de prédios abandonados. No mesmo ano (2004) foi feita a ocupação do Pinheirinho e, entre 2002 e 2004, foi o período no qual o MTST deu início a uma nova fase do movimento (nas Ocupações Carlos Lamarca, em Osasco, Santo Dias, em São Bernardo do Campo, e Rosa Luxemburgo, entre Osasco e São Paulo). Foi seu período de regionalização⁵¹⁰ na grande São Paulo, no qual passou a conhecer o cotidiano de reintegrações de posse violentas (sem negociação), a realidade de famílias que não ficavam na ocupação e logo a abandonavam sem ver perspectiva de “conquista”, configurando os primeiros elementos que formarão o modelo de ocupações do período seguinte.

Assim, estes primeiros anos do governo petista representaram o auge e o início do esgotamento do programa do campo Democrático Popular para o urbano, mas parece que em diversos outros setores também. Ao ganharem materialidade, tais propostas enfrentaram seus limites de maneira mais direta, sem conseguir dar uma resposta no sentido do tensionamento necessário para o um possível acúmulo de forças, esgarçando a pinça: as políticas públicas e avanços legislativos não davam conta do aumento da espoliação e da nova periferia e, de outro lado, o mercado cobrava seu lado no pacto. Foram nestes primeiros anos que, consideramos, o Programa Democrático Popular foi sublimado: se desmaterializou rumo a um lugar hipotético e idealizado, inatingível frente à conjuntura que se desenhava, mas que continuou seguindo – até hoje – sua implantação como se nada estivesse ocorrendo, como uma sombra que se move já sem força de atuação na realidade. Esta teimava em tornar letra morta todo o aparato legislativo, enquanto o movimento popular vivia dias de transição: o campo Democrático Popular vivia dias de auge⁵¹¹ numa redoma institucional, pois a periferia explodia.

No entanto, em 2005 o Ministro Olívio Dutra é substituído por Márcio Fortes de Almeida (PP) em meio ao evento que mudaria definitivamente os rumos do Estado Democrático Popular: a crise do “Mensalão”, como ficou conhecido o esquema de pagamento de deputados realizado pelo PT para a aprovação de propostas do governo. Ali ficou claro que a redoma estava apoiada numa nova forma política, passada despercebida pelo achatamento da crítica em torno da “eterna corrupção brasileira”. Diferente da corrupção “tradicional”, que resultava em vantagens monetárias privadas, o “Mensalão” explicitava outra forma de relação entre poder e dinheiro: a centralidade do Estado na *gestão* do capital sob predominância financeira (vista no Capítulo 2.3), *induzindo* a transformação do parque produtivo brasileiro e *regulando* os novos instrumentos e contratos. Aparecia um novo papel do Estado e da política, no qual a corrupção é de outro tipo, pois a própria riqueza se movimenta de outra maneira. O pacto transparecia: os trabalhadores não seriam capitalistas (donos dos meios de produção antes de propriedade do Estado), mas *gestores* do capital (como Oliveira adiantara), *remunerados por seu trabalho*.

Na produção do urbano essas relações ficavam mais claras – e não é à toa que a crise mundial vem do mesmo lugar, bem como a Operação Lava Jato: é em 2005 que acontecem as

⁵¹⁰ Antes disso, o movimento teve duas ocupações que se transformaram em moradia definitiva, sem despejo (Parque Oziel em Sumaré e Anita Garibaldi em Guarulhos), que seguiam ainda o padrão de ocupações tradicionais.

⁵¹¹ Em São Paulo, a gestão Marta fez o Plano Diretor Estratégico do município em 2002 (primeiro após a aprovação do Estatuto das Cidades) e colocou em implantação várias políticas de acesso à moradia, inclusive mutirões novos recém contratados e, nacionalmente, a construção do SNHIS andava a passos largos.

transformações na regulação estatal dos instrumentos financeiros de securitização imobiliária que, em articulação com os fundos públicos, promoveram mudanças na forma de funcionamento deste mercado por meio da viabilização do SFI (ver Capítulo 2.2). No mesmo ano as empresas do setor começam a abrir capital na bolsa, dando início a um ciclo de crescimento que altera tanto a construção civil quanto o mercado de terras e aluguéis (idem).

É desta maneira que, em ano eleitoral, explicitam-se mudanças que foram ocorrendo ao longo do primeiro mandato do PT que conformaram um cenário inusitado e controverso, característico da forma política que se adequava às novas necessidades do capital de acordo com as especificidades locais. Nela, movimentos grandes são realizados pelo Estado sem que apareçam na mesma intensidade que medidas diretas de interferência na economia (incluída a taxa de juros). São transformações internas nas formas de funcionamento institucional que alteram também relações sociais na medida em que alteram indiretamente as relações de trabalho e mais diretamente as condições e possibilidades de consumo. Alteram-se as condições de reprodução dos trabalhadores por meio da elevação dos seus custos urbanos e da precarização do trabalho, que são fatores que parecem ser decorrentes da própria “natureza” do capitalismo. Isso tudo, inclusive, pode ocorrer junto ao aumento de investimento nas políticas sociais, de aumento do salário mínimo e do crédito popular, cuja função conciliatória também tem caráter de transformação da forma social: elas fazem a passagem definitiva para o sujeito político cidadão-consumidor.

André Singer entende este momento (as eleições de 2006 seguidas ao “Mensalão”) como de “realinhamento eleitoral” (ver Capítulo 3.3), a partir do qual há um deslocamento da base de sustentação do governo para o que ele chamou de “subproletariado”, beneficiado pela política social e não afetado pela crise do “Mensalão”, cujo caráter conservador teria levado ao pacto rebaixado de um “reformismo fraco”. O fenômeno, denominado “Lulismo”, marcaria uma grande mudança na história do PT e deveria durar bastante tempo pelas suas características, ainda que o autor tenha apontado para uma nova polarização social, entre ricos e pobres, ao invés da dualidade política entre esquerda e direita. Tais anos dariam fôlego a certo “sonho rooseveltiano” de desenvolvimento nacional com pactuação política “pelo alto”, dado que sua base de sustentação popular teria como característica uma grande dificuldade de auto-organização.

No campo urbano, o “Lulismo” representou a consolidação das formas que se delineavam anteriormente, no Estado, no mercado e no movimento popular, proporcionada pelos “anos de ouro” que a economia parecia seguir, além do pacto político. No âmbito estatal, o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em 2007 tinha o significado mais puro desenvolvimentista, com grande investimento para “modernizar” o território brasileiro e possibilitar a infraestrutura necessária para o crescimento que se construía. Tal investimento não pode apenas ser visto do ponto de vista de seu valor de uso. Do ponto de vista da produção do espaço, estes anos foram de intensa expansão de compra de terras e intensificação do seu uso nas áreas urbanas, por conta da abertura de mercado do setor imobiliário (Capítulo 2.2).

A combinação do PAC com esta expansão gerou a situação inusitada e tensa na periferia a que se refere Braga: a formalização do emprego foi acompanhada de precarização

não apenas do ponto de vista salarial e das relações de trabalho, mas também do aumento dos aluguéis e das remoções promovidas pelas urbanizações de favelas e implantação de infraestrutura. Não nos esqueçamos de que foi também em maio de 2006 que o PCC (Primeiro Comando da Capital) tomou conta do espaço público da cidade nos seus ataques à polícia, marcando politicamente um novo domínio do espaço periférico em São Paulo e, ao mesmo tempo, publicizando e aprofundando a ação repressora da Polícia Militar. Do ponto de vista da periferia, ali estava declarada publicamente uma guerra que ela já vivia no cotidiano há alguns anos, mas que agora tinha no debate público uma legitimação social para se radicalizar, *sem que a sua voz fosse legitimada*⁵¹². Um ano depois, em maio de 2007, acontecia outra guerra em praça pública desta periferia que ocupava o centro da cidade para assistir ao show dos Racionais MC's, cujo confronto com a PM tinha clara vinculação com sua “guerra particular”.

Para os movimentos populares de luta pela moradia este momento foi de consolidação das diferenças fundamentais entre o campo Democrático Popular e o MTST, não apenas nas suas ações diretas, mas principalmente nas suas relações estatais. Enquanto os primeiros apostavam no PCS e no FNHIS (já em funcionamento), ou seja, utilizavam-se da política pública, os segundos entraram no período que daria caráter do movimento dali em diante. As ocupações Chico Mendes e João Cândido (como visto no Capítulo 3.1) foram completamente diferentes das anteriores, correspondendo a uma nova estratégia: ao ser inevitável a reintegração de posse e devido ao fato prático de que as famílias não permaneciam nas ocupações cotidianamente (sendo isso que as fazia parecerem massificadas), o movimento resolve estruturar esta situação ao seu favor, articulando cadastro (das famílias) e negociação (com o Estado).

“As ocupações Chico Mendes e João Cândido representaram um novo patamar de organização e elaboração interna de suas ações e prioridades. Mudou o desenho da ocupação, a estrutura organizativa, as relações internas e a forma de negociação e pressão sobre os governos se aprimoraram. De outro lado, o Estado aprimorou o tipo de relação que estabeleceria com o movimento, passando da não aceitação das ações e da determinação do despejo para a negociação, o que, contudo, não significou conquistas. Essa estratégia do Estado trouxe, muitas vezes, uma dinâmica intermitente de avanço e recuo, o que acarretou consequências profundas aos movimentos populares desde os anos 80” (GOULART: 2011, 44. Grifo acrescido).

Contrariamente à afirmação de Débora Goulart, era exatamente por meio desta estratégia que o MTST construía sua primeira “conquista” (o empreendimento do Jardim Salete em Taboão da Serra), necessária para sua meta a partir de então: a estadualização e posterior nacionalização. Esta expansão nacional, portanto, era o objetivo daqueles anos tanto dele quanto dos movimentos do campo Democrático Popular, estes por via do PCS, ambos *por meio do Estado*. O MTST, no entanto, desenhava outro caminho, mais adaptado à precarização da periferia e também à sua relação com a repressão policial. O ideário do PCS, do outro lado,

⁵¹² Gabriel Feltran, sobre este assunto, renomeia uma “ação criminosa” do PCC naquela semana, dando razão à Alba Zaluar, para quem a declaração pública da organização deveria ser entendida como *manifesto político*: “O sequestro de um repórter da Rede Globo pelo PCC, em agosto de 2006, é um episódio exemplar dos limites à legitimação pública dessa espécie de ação, atualmente. O repórter foi libertado em troca da leitura no ar de uma *carta de reivindicações por direitos no sistema carcerário*. Embora a forma como a reivindicação chegou a ser exibida tenha sido exaustivamente debatida, o conteúdo da carta não teve qualquer repercussão pública. Tratava-se de um texto pautado de fora a fora pelas palavras *direito, lei e justiça*, que entretanto, por ter sido veiculado a partir de uma série de ilegalidades, coações e violências, perdia completamente seu patamar de validação pública” (FELTRAN: 2011, 183).

alavancava outro tipo de “demanda”, cujas características são maior estabilidade (pois o processo envolve comprometimento cotidiano de médio prazo), maior estrutura social e familiar para o envolvimento no trabalho coletivo e disposição para um intenso processo de formação política. Essa fração da classe trabalhadora não é a mesma (predominantemente) que o MTST organiza. Ela está mais vinculada justamente ao *sujeito político trabalhador-cidadão* que, no período “lulista”, será conformado sob a identidade de *empreendedor popular* – como visto no processo da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara, iniciado justamente nestes anos. Há, portanto, uma especialização da organização das frações da classe trabalhadora, mas isso não significa uma negação da relação institucional, apenas outra forma de vinculação, que responde às suas necessidades de capilarização “focalizada”. Daí a dificuldade de se caracterizar *uma* fração de classe que lastreia o “Lulismo” (que, nestes termos, ficou, na bibliografia e na mídia, mais colado aos movimentos do campo Democrático Popular). Ao entender esse processo como fenômeno histórico em movimento, uma melhor designação nos parece ser a de “período lulista”, no qual se configura uma transição da estrutura estatal na sua relação com as classes populares, que necessita deste momento de pactuação (o “Lulismo”) como *conformação de estruturas sociais* à outra lógica.

Percebe-se que a ação estatal do período “lulista” combina a reestruturação material do país com investimentos e incentivos no setor produtivo (uma característica desenvolvimentista, mas que serve a outros desígnios agora); a estruturação dos sistemas, mecanismos e instrumentos do mercado financeiro e, principalmente, as suas costuras com o setor produtivo (elemento central na tese de Paulani, baseada em Chesnais); a gestão dos trabalhadores por meio de ações focalizadas, baseadas na constituição de uma rede de lideranças intermediárias com vinculações diversas com a institucionalidade, que também se amolda a estas necessidades; e a reestruturação interna do Estado, cuja centralidade da esfera judiciária ganha proeminência. Evidente que isso só foi possível por conta da onda positiva da economia mundial, principalmente frente aos países dependentes e exportadores de *commodities*.

A reversão do cenário internacional em 2009 mexe as peças deste pacto – cuja característica estável e lenta a que se refere Singer só poderia ser real se fosse considerado que o desenvolvimento do capitalismo no país não trouxesse junto nosso subdesenvolvimento, de uma maneira agora acelerada por conta do tempo próprio às finanças. Como já apontava Braga, esse pacto tem um limite claro: a precarização do trabalho e, acrescentaríamos, das condições de reprodução da força de trabalho nas cidades. Além disso, como apontava o texto de Harvey (2004b), as saídas para as crises de acumulação do capital são o avanço das técnicas permanentes de espoliação da sua periferia. Inicia-se, então, um novo período para o Estado Democrático Popular que, diferente do período anterior, passa a responder ao cenário mundial por meio de medidas de caráter emergencial, que também intensificam a violência institucional.

O PMCMV, lançado neste ano como parte do pacote anticíclico, expressava exatamente estas condições da dependência: a necessidade de abrir campo de expansão que rearticulasse o pacto “lulista” numa *nova fase*, depois da primeira já consolidada (as bases institucionais do mercado financeiro, que são as mais rápidas pela sua facilidade de implantação), acompanhando um movimento constante de amoldamento. O PMCMV

rearticula todo o pacto no urbano, porém já como resposta a uma conjuntura que se acelerou, devido à crise internacional, encontrando no país uma possibilidade de expansão do mercado imobiliário proporcionada pela estruturação das suas vinculações entre o setor da construção civil e o mercado financeiro. Com particular interferência direta nos movimentos populares, tal momento marcou definitivamente o desequilíbrio de forças que já se delineava nos primeiros anos do Estado Democrático Popular. Com o enterro do corpo ainda quente do PlanHab e, com ele, da consolidação prática do SNHIS (que permanecem no limbo de uma existência morta-viva), o pacto “lulista” se movimenta com claro direcionamento – que já estava posto anteriormente. O amoldamento conjunto das forças sociais em torno do governo de emergência econômica continua a trazer benefícios a todos, principalmente frente a nacionalização de processos antes muito centralizados no eixo Rio-SP (inclusive de mobilização popular). Mas isso também fez com que, em todos eles (Estado, mercado e trabalhadores) se radicalizassem contradições já existentes, que tensionavam o pacto.

Como descreve Singer (2015 e 2016), há grande movimentação do governo frente à dinâmica entre os setores produtivos e rentistas. Porém, como colocado no Capítulo 3.3, tal cenário não pode ser entendido como uma disputa de rendimentos *entre eles*, mas de *dificuldades de adequação entre seus interesses conjuntos*. Pois a estrutura produtiva tem outro tempo frente ao capital financeiro, e o Estado outro ainda, resultando nos já conhecidos e estruturais desequilíbrios capitalistas. Do lado do movimento popular, tais desequilíbrios também se faziam presentes: já era muito difícil dar conta do tamanho da explosão periférica, cujo recente amoldamento do sujeito político à identidade de cidadão-consumidor – proporcionado também pela aceleração do pacto – elevava suas necessidades. Para piorar o cenário, o preço da terra periférica crescia por conta do PMCMV.

Esse processo se dá de maneira muito violenta no chão urbano, e a reintegração de posse do Pinheirinho, em 2012, expressa isso com precisão – inclusive e principalmente na não esperada resistência que a população teve. É neste período que, como visto no Capítulo 3.1, o MTST se estadualizava e nacionalizava (a partir de 2009), porém ainda apoiado na construção de uma rede política, não produtiva, que consolidava a estratégia da ocupação para negociar (o número de ocupações foi extremamente intensificado a partir de 2008). Também é em 2012 que começam os movimentos de crítica e resistência às séries de espoliações promovidas pelos preparativos para a Copa do Mundo de 2014, congregando muitos jovens sem anterior organização política. E, também, quando é lançada a Fase 2 do PMCMV. Assim, percebe-se que após a crise mundial de 2009 uma série de desequilíbrios do pacto intensificado geraram mudanças qualitativas na correlação das forças sociais. Não se trata mais de apassivamento e controle “pelo alto”. Ruy Braga (2017) confirma essa informação no aspecto sindical, demonstrando o aumento do número de greves a partir de 2008 e principalmente depois de 2010. O pacto característico do “Lulismo” de Singer nas eleições de 2006 não demonstrava apenas fadiga por questões externas, mas a explosão de suas contradições estruturais e, principalmente, seu limite no chão da luta de classes.

As contradições internas são os elementos que fazem o Estado Democrático Popular se movimentar como estrutura de adequação social do país. Assim, parece que as forças amoldadas internamente a esta dinâmica têm uma relação tensa até 2013, com alianças e oposições, mas sempre como *parte* da adequação. Neste ano há efetivamente a quebra do

pacto “lulista”, mas isso não significa que apenas uma de duas forças – o capital produtivo, como quer ver Singer – o rompeu, *mas todas elas se movimentaram mais uma vez*, em resposta ao acirramento das contradições. Como visto no Capítulo 3.3, as rápidas transformações internas das Jornadas de Junho de 2013 expressam, de maneira sintética, esta movimentação de forças: da revolta contra a espoliação e a violência à pauta dos direitos (único caminho de legitimação social conformado pelo campo Democrático Popular, que a hegemonizou), que rapidamente se desloca para a questão estatal e, dentro dela, a polarização entre direitos e gestão “responsável e eficiente” (contra a corrupção) ganhou o caráter difuso de que “algo deu errado no meio do caminho”, sem que este objeto pudesse ser claramente delimitado.

Uma hipótese a ser colocada é a de que naquele momento já havia acordo, por parte do capital, sobre a forma de adequação necessária e todos os instrumentos para que isso se efetivasse já estavam dados por conta das ações do período “lulista”. A batalha dos “*spreads*” a que se refere Singer nos parece um processo normal de acordos intercapitalistas, a ponto de, logo em seguida, já estarem todos de acordo frente às reais batalhas. O rompimento do pacto nos parece que veio, primeiramente, de fora dele, justamente do seu negativo, dos setores espoliados que, sem terem “uma bandeira”, tinham o “não” na fala não legitimada no espaço público de uma democracia de coalizão. Vladimir Safatle corrobora para esta visão:

“Pois a fúria popular contra o Itamaraty [numa foto icônica de junho de 2013] era a encarnação do verdadeiro medo que sempre assombrou este país, a saber, o medo da insurreição de uma massa amorfa e descontrolada, de força negadora bruta que encarnaria todas as décadas e séculos de revolta surda e muda. Uma força que não se submeteria mais ao poder do Estado, à lógica de suas representações. Em outras palavras, uma expressão acabada da clássica ideia de Maquiavel: quando o povo fala e sobe à cena política, ele diz simplesmente ‘não’ sem mais qualquer atributo” (SAFATLE: 2017. Grifo acrescido).

Mas o “não” não era possível, e é a própria esquerda que fará o papel de voltar os trilhos para as questões dos direitos e do “capitalismo insuficiente”. A partir dali o país entra num período de gerência de crise, pois o capital quer que o Estado Democrático Popular dê as garantias de que conseguirá manter o pacto de classes. Para isso, não era suficiente apenas fazer seus desejos (plenamente realizados), mas *também ser capaz de controlar a revolta por meio deste pacto*, algo quase impossível na medida em que o próximo passo para a adequação final estava nas reformas trabalhista e da previdência.

E isso foi tentado: após 2013 o urbano foi marcado pela ascensão desmesurada do poder judiciário, forma que o Estado Democrático Popular encontrou para dar conta desta conjuntura. Isso ficou bastante claro no episódio completo do Pinheirinho, visto na Parte 2, que aconteceu justamente durante este período. Além da judicialização da mesa de negociação, as táticas militares para controle de confrontos se modificam, entrando largamente na ilegalidade, sendo consolidadas *post festum* pela Lei Antiterrorismo de 2016 (Lei 13.260/2016). Tal cenário, já delineado anteriormente por conta das necessidades do capital financeiro (Capítulo 2.3), se exacerba de maneira a levar as contradições ao limite: autônomo aos outros poderes, é ele que dará o golpe final no pacto “lulista”. Mais uma vez Safatle, sobre o julgamento do ex-presidente Lula em 24 de janeiro de 2018 dentro da Operação Lava Jato:

“Afinal, o que estamos a ver: o sinal exemplar do fortalecimento de um Poder Judiciário autônomo capaz de combater a corrupção nas mais altas esferas do Estado ou o último capítulo de um golpe visando aniquilar as possibilidades de um dos grupos políticos hegemônicos na política brasileira das últimas décadas voltar ao poder? Note-se que, para funcionar, a tese da condenação de Lula como expressão da nova força do Poder Judiciário precisaria de fatos complementares que não existem na realidade brasileira atual. (...) A grande ilusão que impulsionou certos setores da vida nacional em torno de Lula foi acreditar estar seguro em uma “governabilidade” desta natureza, ao invés de realmente lutar para mudá-la e perceber que não haveria espaço real dentro dela. O que o julgamento de Lula mostrou foi simplesmente o contrário. Seu destino é a expressão do colapso de todo horizonte de conciliação na política nacional, com seu preço a pagar em moedas de grandes empreiteiras” (SAFATLE: 2018. Grifos acrescentados).

Mas se o pacto não é mais possível depois do golpe parlamentar de 2016, isso não significa que as formas sociais de sua existência não permaneçam atuantes. Parece-nos, como dito anteriormente, que o pacto era entendido de maneiras diversas pelas forças sociais que o constituíam. Enquanto o campo Democrático Popular o via como projeto a ser implantado (e o primeiro texto de Singer (2012) parece levar a esta conclusão também), as forças do mercado o viam de maneira funcional (visão que Singer também parece adotar já no segundo texto (2017)). Tal funcionalidade não era apenas no sentido dos ganhos diretos (do ponto de vista dos capitalistas individuais), mas também, talvez principalmente, do ponto de vista da adequação social, econômica, política e cultural à nova fase de acumulação mundial (um interesse da classe capitalista). Deste ponto de vista, é importante entender as formas de amoldamento das lutas da classe trabalhadora, que *permanecem atuantes*.

Esse é o ponto mais delicado. Pois a reestruturação da esquerda pós-Estado Democrático Popular não teria como ser menos contraditória, afinal ela é herdeira do pacto e, sem ele, perde sua massificação dentro de uma classe trabalhadora que foi moldada por meio da identidade do sujeito político cidadão-consumidor. Tanto isso, quanto o julgamento de Lula, são a expressão do “tiro no pé” da estratégia adotada, pois ela criou seus próprios coveiros. Assim, *a racionalidade e a estrutura institucional criada pelo Estado Democrático Popular continuam se movendo após o fim dos governos petistas*, e têm caráter contraditório. Pois tal racionalidade também criou, em seu seio – e nisso o MTST tem importância fundamental – o imaginário da revolta e alguns instrumentos dela. Se antes ela pôde ser direcionada como lastro da lógica rentista do movimento popular, sem o pacto (e o PMCMV era instrumento disso) esse direcionamento fica muito mais difícil. Portanto, vivemos realmente num momento instável, no qual é central o posicionamento sobre o Estado Democrático Popular e a ciência de que os tempos que virão serão necessariamente de dispersão por conta da não existência do pacto e do acirramento da precariedade dos trabalhadores, que dificultarão ainda mais sua possibilidade de organização.

Segundo Mauro Iasi:

“De certa maneira a rebelião das massas se converte em um instrumento de chantagem ou ameaça para que os segmentos burgueses caiam em si e aceitem renegociar os termos do pacto. Esse é um jogo perigoso. Primeiro porque não se deve blefar quando se trata de uma política revolucionária que se pretenda séria. Parece que não se convoca as massas para que a classe trabalhadora estabeleça as condições de seu próprio poder, mas para que garanta a correlação de forças para que se recomponha as condições que marcaram a conciliação de classes que prevaleceu até 2016. O grande problema dessa alternativa é que o

petismo se assusta mais com a rebelião das massas do que a burguesia: não há lugar para a insurreição na estratégia democrática popular e o PT não sabe o que fazer quando ela se apresenta, como ficou evidente em 2013. Por outro lado, a burguesia tem meios jurídicos, políticos e repressivos para enfrentar um descontrole social – alguns desses instrumentos, aliás, gentilmente oferecidos pelos governos petistas como a manutenção da Lei de Segurança Nacional, a Portaria Normativa que estabelece as Operações da garantia da Lei e da Ordem de dezembro de 2013 e a Lei Antiterrorismo, só para citar alguns dispositivos –, além, é claro, de um sistema judiciário que se emancipou da tutela incomoda do Direito e da Justiça” (IASI: 2018).

A ascensão do MTST pós-2013 é a expressão da consolidação das contradições do Estado Democrático Popular – e não uma força de confronto a ele. Pois ao mesmo tempo em que mobiliza a fração de classe mais precária e atingida pelas transformações de todo o período, com ações diretas e radicalizadas, além do discurso crítico ao campo Democrático Popular, é também a única organização popular que pode dar direcionamento à massa precarizada, pois se adequou para isso quando a aceleração do pacto “lulista” descartou, internamente, a *racionalidade* própria a seu programa original (pois seu conteúdo já era descartado há algum tempo). Nesse sentido, ele é a melhor expressão da herança do Estado Democrático Popular, ou seja, o movimento popular cuja *forma política* é derivada diretamente do amoldamento a ele que é, por sua vez, a expressão da organização social sob coalizão.

A contradição é evidente e, por isso mesmo, polêmica. No entanto, dá respostas à aliança cada vez maior entre MTST e PT *pós-golpe* (quando a saída do Estado deu a este maior flexibilidade de alianças), cujo estertor é pautado pela necessidade de base popular *adequada à sua racionalidade*. Trata-se de uma *ressonância formal*, não necessariamente de conteúdo – ainda que esse possa se adequar paulatinamente à questão dos direitos, cada vez mais presentes no discurso público do movimento, mas que claramente não é a questão principal, já que tal pauta também é a do campo Democrático Popular. Ressonância esta que só se percebe ao entender as formas de reprodução da estratégia do movimento, muito claras na sua forma de produção do urbano. Como diz Sérgio ferro,

“A obra realizada de arquitetura esconde e revela um projeto; como qualquer realização, deforma-o atenuando ou alterando, na prática, suas propostas iniciais. Mas guarda, mesmo assim, sua orientação básica. E, por isto, a obra permite reconstruir, com razoável segurança, os traços mais significativos da estrutura do projeto. (...) Portanto, as eventuais contradições objetivas de uma obra, verificáveis na construção, na utilização, nas reações que provoca ou entre os instrumentos usados, explicitam defasagens e incoerências internas do projeto particular e da atitude global que o justifica e que nele se concretiza” (FERRO: 2006a [1967], 47).

Conclusão

Figura 75 (verso): Entrada da Coordenação da Vila Soma, Sumaré-SP.

Fonte: Arquivo da Usina, 2017.

Os três estudos de caso apresentados aqui são uma narrativa da última década no que concerne à produção de habitação pelos movimentos populares no entorno de São Paulo. *Uma* entre várias possíveis. Acreditamos, no entanto, que ela é bastante expressiva dos caminhos e descaminhos que tomou a organização popular durante o período, refletindo uma faceta política importante do país. Ao ter como centro a produção do urbano, foi possível desvelar as forças sociais atuantes na sua articulação direta, não mediada pela face pública discursiva – ainda que esta seja elemento importante de análise, principalmente quando é confrontada com sua aplicação prática.

O que salta aos olhos durante este período é a grande desagregação social nas camadas populares, mas, ao mesmo tempo, sua força de sobrevivência frente à instabilidade e precariedade que se ampara na coletividade. Não se trata inicialmente de coletivos políticos em luta pela transformação social, mas de grupos que se encontram em situações similares de *inexistência social*, fruto do aprofundamento das desigualdades estruturais do país e do seu lugar no mercado mundial – elementos grandes demais para, na percepção destes trabalhadores, se relacionarem com seu cotidiano de violência permanente. O que se viu foram casos (que se multiplicam pelo país⁵¹³) de grandes grupos que acabam se formando na tentativa de se proteger destas violências que, de uma forma ou de outra, se sintetizam nesse não-lugar social – onde a segurança da casa tem sua importância. A ocupação de terra diretamente para moradia (que aparece nos casos da Comuna Urbana e do Pinheirinho) demonstra sua necessidade de amparo coletivo cuja urgência não tem o mesmo tempo da institucionalidade, nem o mesmo caráter público, a efetivação de direitos, a contestação social. Ela surge de forma bruta: é expressão de um *dano* (conforme Rancière) sem narrativa.

⁵¹³ A Imagem que abre esta Conclusão (entrada da Coordenação da Vila Soma, em Sumaré-SP) é um dos exemplos de grande ocupação urbana (2.500 famílias), em área bem localizada e disputada pelo capital imobiliário, como foi o Pinheirinho. Outro exemplo importante na cena nacional é a região do Izidora, onde estão três ocupações contíguas em Belo Horizonte, (Esperança, Rosa Leão e Vitória), que somam cerca de 5mil famílias também em disputa com o capital imobiliário. Ambas são fruto das transformações na cena urbana após 2012 (ano da ocupação da Vila Soma e da reintegração de posse do Pinheirinho), rumo ao ápice de tensões em 2013, quando o Izidora foi ocupado, inicialmente, de maneira espontânea.

A autonomia que surge daí é fruto do desamparo – não é ainda conquista política. No entanto, é a construção dela, sua irrupção. Pois é necessária organização para se construir bairros e, principalmente, para se mantê-los – física, social ou juridicamente. As relações de poder que vão se criando nas comunidades são as articulações desta construção coletiva e sua rede de conexões com a sociedade – que é historicamente determinada. E sua relação se dá por meio de sua insegurança e precariedade: estão para além de serem alvos fáceis, pois são o próprio meio no qual se movimentam as redes de poder social – o Estado (e sua polícia), os proprietários (com ou sem papéis), os comerciantes (legais ou ilegais), as diversas assistências (igrejas, ONGs, políticos, universidades, etc.)... A possibilidade de sair (com graus maiores ou menores) deste circuito, ou ao menos enfrentá-lo, sempre se dá por meio da organização coletiva e sua capacidade de lidar com tais forças sociais. E é aí que se encontra um veio rico de potencialidades – e de perigos.

Foi visto aqui que o Estado Democrático Popular e sua hegemonia política nos últimos 15 anos é fruto da gestão destas precariedades por meio de suas diversas capilaridades. Tal estrutura política, no entanto, se encontra *também* em outras organizações poderosas, principalmente as igrejas neopentecostais e o crime organizado (que se movem da mesma maneira), além das inúmeras maneiras de sobrevivência individual, que também criam relações de poder (como o empreendedorismo popular ou o mercado ilegal de terras). Assim, a potencialidade da construção política precisa disputar espaço com outras forças, muito mais fortes, pois a favor das formas hegemônicas de reprodução social. Esta construção política contra-hegemônica, que pretende a emancipação das potencialidades humanas, precisa ser necessariamente outra em relação há 30 anos. Ela está diante de outra subjetividade, construída por outra objetividade. Há uma crise evidente instalada nas forças contra-hegemônicas, pois elas perderam espaço – e sentido – ao se mover dentro da mesma forma social que pretendiam combater. Esperavam que, apenas com conteúdos críticos, pudessem se contrapor. De outro lado, as formas consolidadas de resistência e construção de emancipação de um momento histórico anterior também deixaram de ter ressonância, sendo ressignificadas e conformadas.

Este foi o caso da Comuna Urbana, vista na Parte 1. Ela foi uma experiência de trabalhadores sem terra que, ao se verem em situação de extrema vulnerabilidade por estas mesmas forças de controle da periferia acima elencadas, decidiram tomar um caminho coletivo – autoconstruir sua segurança, num lugar autônomo, projetado segundo as suas necessidades e desejos futuros, orientados politicamente por organizações comprometidas. A Comuna Urbana foi um dos casos de maior apropriação do processo de construção de moradias pelos trabalhadores que a Usina já havia passado, com diversas relações de trabalho. Autonomia inclusive do movimento e da assessoria – o que nem sempre deu bons frutos durante o processo de construção, mas, hoje, permite que eles continuem apropriados deste espaço, ou em luta coletiva por ele. Em vários momentos críticos da obra foram eles que, resistentes, fizeram-na continuar, com toda a precariedade que isso significava – o que, de mais a mais, é sua condição estrutural. Ao tomar esta decisão, passaram a entrar em contato com inúmeras forças sociais, principalmente o Estado e o mercado (durante a construção), os quais eram figuras externas ao seu cotidiano – o que gera, evidentemente, uma série de contradições, importantes de serem enfrentadas.

Lidaram com isso da maneira que puderam, conformados também historicamente. Aqueles anos, entre 2009 e 2010, foram efetivamente muito difíceis para a organização popular, que se encontrava entre a aceleração lulista (como visto no Capítulo 3.4) – que propiciava possibilidades antes inexploradas de consolidação nacional –, e as dificuldades justamente com os processos locais, que envolviam entraves cotidianos e um enfrentamento de maior vulto: uma nova subjetivação da periferia e, depois de 2012 ficou mais claro, um crescimento das forças conservadoras desta escala de poder mais local. Houve um afastamento da base que, por sua vez, parecia tocar os processos autonomamente. Só que algo se perdeu no meio do caminho: a construção política contra-hegemônica, que a organização de base poderia ter propiciado, mas que foi relegada a segundo plano na medida em que se priorizava a dinâmica nacional. A partir de 2012 esses processos locais explodiram, como a reintegração de posse do Pinheirinho deixou claro, num espectro maior. E a Comuna Urbana, ao se mudar para seu local definitivo, já não queria mais a tutela do MST, que não a apoiou no momento em que mais precisava.

De outro lado, a proposta de organicidade da Usina, no canteiro, também não dava resultados. Por um lado, ela era impedida, pelo MST, de dar uma dinâmica de formação política ao processo. Por outro, a relação com o trabalho, dos moradores, era contraditória. Aqueles que mais se apropriaram dos preceitos da autogestão que a Usina construiu, os levaram para o empreendedorismo combinado à gestão social, criando um tipo de poder totalitário e pragmático, conformado a uma lógica distante da noção de Comuna. Uma lógica, no entanto, que lhes parecia inevitável dado o tamanho do processo que lhes foi jogado nas mãos, sem direcionamento político. Esta situação foi analisada, naquele momento, de maneira isolada, por meio de culpabilizações individuais. Na visada de hoje, nos parece que ele foi expressão de algo maior que ocorria nacionalmente. E que continha elementos de um fim de ciclo, que não podiam ser visíveis imediatamente.

O Pinheirinho, analisado na Parte 2, já expressou com contundência a que ponto a organização popular e as formas de controle institucional haviam chegado, em consonância com a nova produção do urbano representada pelo modelo privatista do PMCMV. O mesmo processo inicial de autoconstrução de um lugar para os sem-existência social se encontrou com o enfrentamento das forças locais e com fortes instrumentos de conformação institucional. Este encontro era extremamente expressivo. Veja-se que o Estado Democrático Popular se amoldou a um tipo de dinâmica social criada, talvez involuntariamente (por se tratar já das consequências do período lulista), por ele mesmo: uma realidade local em explosão, que precisa de mecanismos potentes de controle centralizado nacionalmente, que, por sua vez, se utilizaram da articulação entre Estado e capital de maneira específica.

O regime de urgência também amoldou a organização popular, para a qual as formas organizativas locais – como a autogestão na produção do urbano com verbas públicas, combinadas com a luta pelo seu território ocupado (e até hoje sem destinação) – já não faziam sentido. Há um nítido processo de deslocamento do campo político, que também fez parte da história do PT na medida em que chegou ao governo federal: a generalização de processos locais necessitou da abstração das suas qualidades específicas e de sua adequação às formas mais voláteis e descarnadas, próprias ao capital, que pudessem permitir o controle centralizado e o amoldamento ao mercado (no qual a forma mercadoria é sua expressão mais

autonomizada). A forma urbana do Pinheirinho dos Palmares é a síntese deste processo. No entanto, bem como no duplo caráter das mercadorias (valor de uso e valor), a contradição estrutural permanece viva: é na (falta da) qualidade de vida e sua permanente precariedade, não encerrada pela conquista da moradia, que reside a insatisfação latente, o *dano* não respondido – a revolta sem narrativa.

O Pinheirinho demonstrou a mais perfeita sintonia desta articulação de controle social perpetrada entre Estado e mercado, por meio da produção do urbano. É na frustração do acesso ao direito como experiência de classe, promovido publicamente à máxima conquista política, que se encontra em formação certa desilusão – senão ódio – do dito precariado aos seus representantes. Não parece fortuito que no Pinheirinho e na Comuna Urbana tenham aparecido demonstrações públicas – e intencionalmente provocativas – de apoio de moradores a candidatos de direita. Mais uma vez, a contradição é movimento intrínseco ao processo (e sua possível potência latente): tal apoio não significa a defesa do programa conservador, mas a demonstração de esgotamento do ciclo de luta por direitos sem ganhos de cidadania. Há mais revolta neste apoio do que abraço programático. No entanto, ele é movido pelo desespero, pelo medo da precariedade sem solução – elementos perigosos que dão ensejo a uma conjuntura fascista. Segundo João Bernardo: “no tom do mago que treme perante as suas próprias encantações, Hitler teria confidenciado: ‘Vou dizer-lhe um segredo. Eu vi o homem novo. Ele é intrépido e cruel. Ao vê-lo, tive medo’” (BERNARDO: 2015, 910)⁵¹⁴.

É uma conjuntura, portanto, muito delicada. E que exige esforço de compreensão maior do que o habitual, pois é necessário ver para além das aparências, para além dos conteúdos programáticos: precisamos chegar à estrutura de produção do poder que hoje organiza os trabalhadores. E, para isso, será necessário passar pela avaliação destas

⁵¹⁴ Bernardo se aprofunda nestas contradições, que já demonstraram historicamente seus perigos: o fascismo vem de dentro das lutas dos trabalhadores, no momento mesmo no qual elas se amoldam, se invertendo, *pelo medo*, à forma da *empresa capitalista*: “Na indústria, portanto, a sequência cronológica não foi menos esclarecedora do que no meio rural. Primeiro, encontramos uma ação profundamente subversiva, destruidora das hierarquias patronais e capaz de pôr em causa as relações sociais de produção. Depois assistimos à burocratização deste processo e à conversão gradual do ataque às hierarquias dentro das fábricas num ensaio de ascensão de novas elites no interior das velhas hierarquias; já não se tratava de mudar as relações de produção, mas de permitir que os dirigentes sindicais se sentassem em algumas reuniões da direção das empresas. Finalmente, numa terceira fase, os fascistas apresentaram-se como um movimento político capaz de consagrar legalmente a substituição das elites, com a condição, evidentemente, de a nova elite ser constituída por eles e não pela burocracia sindical marxista. Posta a questão nestes termos, de pouco interessava aos trabalhadores que fossem uns ou outros, invocando a qualidade mítica de seus representantes, a ingressarem nas administrações das fábricas. **E os fascistas puderam prosseguir o ciclo de recuperação das instituições nascidas nas lutas, através da inversão dos objetivos destas lutas.** Com a violência das milícias, começaram então a conquistar as massas trabalhadoras aos seus dirigentes tradicionais. Os squadristi nunca passaram de pequeníssimos grupos e depararam com a hostilidade da enorme maioria do proletariado. O tipo de terror a que recorreram foi expressão daquele isolamento, lançando-se em brigadas coesas e disciplinadas, compostas por poucos homens e empregando um grau de violência muitíssimo superior à capacidade de resposta do adversário. Mas estes métodos nunca surtiriam efeito se do outro lado não se houvessem rompido já as relações mais sólidas que podem tornar imbatíveis os trabalhadores, a solidariedade e o igualitarismo forjados nas grandes lutas diretas. Abandonado este quadro social, só resta ao proletariado a inserção no outro quadro, cuja estrutura é determinada pelo capitalismo e que tem como regra primordial o estímulo das rivalidades entre trabalhadores e a sujeição de cada um à disciplina da empresa. Numa dicotomia simplificada, ou prevalecem as relações de luta, dando consistência e solidez aos vínculos que ligam os trabalhadores, ou prevalece a hierarquização capitalista da sociedade, e debilitam-se neste caso as relações dos trabalhadores enquanto classe. Pequenas minorias coesas e bem organizadas podem apavorar um inimigo incomparavelmente mais numeroso se ele estiver socialmente disperso. É então, e só então, que o terror sistemático se torna uma arma decisiva nos conflitos” (Idem, 33-34. Grifos acrescentados).

articulações entre Estado, mercado e movimentos populares, que nos parecem elucidar ao menos uma parte da conjuntura contraditória em que vivemos.

O caso dos Conjuntos João Cândido e Chico Mendes, do MTST em Taboão da Serra, dão muitos elementos para se pensar sobre tais contradições. Pois seria fácil adequar tal experiência aos moldes do pragmatismo e das benesses do mercado. Há algo mais ali, que mostra a força de um movimento crescente de organização popular, cujo caráter é diverso do Pinheirinho. Há uma aglutinação em torno da sua forma política que tem força para dar tensão à luta de classes. A pergunta então deve ser: o que faz uma organização ter tamanha força popular nesta conjuntura, na qual, como foi visto ao longo desta tese, a subjetivação dos trabalhadores, cada vez mais precarizados (e é exatamente esta fração de classe que o MTST organiza), é amoldada à lógica do cidadão consumidor?

Um elemento importante é que tal forma de produção do urbano não se propõe a construir outra forma de sociabilidade, contra-hegemônica. Não é exigido para sua base nada mais do que a existência. E o pagamento parece ser alto. Ora, isso é bastante para aqueles que não têm existência social alguma. Ter voz coletiva é importante. Mas ainda não é esse o centro da questão, pois as pessoas não estão sob seu controle para “ter voz coletiva”. Estão lá pela promessa da casa, cuja conquista é uma expectativa futura que depende apenas do tempo e da sua presença em atos – e não da sua capacidade organizativa, como aconteceu na Comuna Urbana e como acontecia no período anterior a ela. Percebe-se que é tal expectativa futura individual que move este poder, e não um *projeto de futuro coletivo e as estratégias para alcançá-lo*. Como foi visto no Capítulo 3.4, a forma social que se reproduz por meio da expectativa futura é a do capital fictício. E sua instrumentalização histórica é aquela da abstração de todos os elementos que poderiam eventualmente dar qualidade, especificidade, ao processo: o PMCMV e sua contundente mercantilização da moradia, que se mostra como resposta mais adequada à construção deste tipo de organização popular.

Foi visto em detalhe, nos capítulos precedentes, que as formas de produção da moradia e da cidade de cada um dos casos são extremamente diferentes – e a observação dos Organogramas de obra é bastante elucidativa. No entanto, chama a atenção o fato de que sejam divulgadas, pelos movimentos populares respectivos, como iguais. Para colocar tais soluções lado a lado, elaboramos a Tabela 6, abaixo, que demonstra graficamente tais diferenças, e também as proximidades de soluções habitacionais entre movimentos populares e o mercado. Percebe-se que há gradações importantes até onde se envolvem os agentes: o Estado dentro da fase de projeto/planejamento, o movimento popular avançando até a administração da obra e, de outro lado, a transversalidade do mercado, dos moradores e da assessoria técnica, que aparecem em várias etapas do processo.

Tabela 6: Forças sociais atuantes nos diferentes processos de construção de habitação descritos.

Fonte: Elaboração própria.

Percebem-se na Tabela 6 algumas diferenças que foram apontadas ao longo do trabalho: a primeira contraposição evidente entre produção habitacional pública e a autoconstrução; depois entre esta e o mutirão autogerido, onde se vê outra articulação de agentes e recursos, indicando uma organização coletiva e social antes inexistente (a presença de matizes secundárias de cor, onde agentes se complementam, também demonstra tal especificidade, que expressa o caráter “participativo” destes processos). As três colunas que descrevem processos autogeridos são muito próximas, com diferenças pontuais, porém relevantes, que foram levantadas anteriormente: o acesso à terra pelo mercado no PMCMV; a articulação de recursos cada vez mais restritiva; a disputa pelo trabalho social; e o aparecimento da figura da Entidade Organizadora (na responsabilidade contratual e no gerenciamento de demanda).

As diferenças são radicais, porém, na passagem para o PMCMV Entidades em Empreitada Global (modalidade usada pelo MTST): primeiro em relação aos moradores, que desaparecem por completo, restando ser mão de obra contratada, sem acesso à nenhuma decisão (nem em projeto). Afora os elementos já mudados pelo advento do PMCMV (terra, trabalho social, demanda e responsabilidade contratual), nos outros itens observa-se uma combinação antes inexistente: o movimento popular junto ao capital privado (projeto e responsabilidade técnica, além de eventual acordo sobre contratação de mão de obra indicada); e a total abertura de espaço para o mercado, inclusive – e principalmente – nas decisões do processo (pois seu pequeno aparecimento anterior era apenas em parte da execução). O FAR, modalidade usada pelo Pinheirinho (que teve a exceção de poder indicar a demanda, desde que enquadrada, como visto no Capítulo 2.1), demonstra a saída por completo do movimento popular.

Há algo de estranho, portanto, na necessidade de serem divulgados (pelos movimentos) como processos iguais – ou mais potentes – de conquistas populares. Por um lado deve haver algo a se esconder, por outro a necessidade de se filiar ao que se considerou a consolidação do programa urbano da esquerda. Mas este programa foi aquele ligado ao campo Democrático Popular, justo aquele a qual se quer contrapor como novo paradigma. Não faz, portanto, sentido – aparentemente. Assim como pareceu não fazer sentido as contradições do Estado Democrático Popular num primeiro momento. O que se procurou construir, ao longo deste trabalho, foi uma contribuição no desvelamento destes processos, que parecem dizer muito sobre a indiferenciação discursiva que oculta mecanismos de reprodução de poder, nem sempre “populares”.

Mas existem ainda caminhos alternativos que poderiam ser tomados, com alguma potência emancipadora? É evidente que não há uma resposta certa para essa pergunta, ainda mais no momento instável que vivemos. Uma coisa é certa: com o desmonte do sistema de negociação e seus instrumentos, somado ao aprofundamento da crise e as reformas em curso, que precarizarão ainda mais o trabalho, os processos de ocupação de terra só vão crescer – sendo os casos espontâneos ainda mais intensos. Esse cenário carrega consigo imensas contradições: se por um lado é um tensionamento da luta de classes, por outro sabemos que as forças sociais hegemônicas na periferia têm muito mais capacidade organizativa – ou melhor, coercitiva – do que as forças contra-hegemônicas, ainda mais se estão dispersas como atualmente, em micro-processos ainda mais pontuais do que foram os

mutirões autogeridos das décadas de 1980 e 1990 (se estes eram “ilhas de virtuosismo”, como dizia Oliveira, hoje os coletivos ativistas que atuam nas periferias são jangadas no mar aberto). Neste aspecto, alguns casos têm surgido deste processo de fim do PMCMV que são interessantes e, embora estejam mergulhados em contradições, abrem brechas para potencialidades ainda não exploradas – e que precisam da criatividade de uma nova militância para darem frutos.

São ocupações de terra urbana *para moradia* – o que já as difere das ocupações *para negociar*. Os casos da Vila Soma e da região da Izidora, já citados, são exemplos de processos de resistência ao paradigma do Pinheirinho, principalmente pelo fato de terem sido extremamente assediados por todas estas forças descritas aqui (Estado e mercado, afora o cotidiano das forças da periferia) e estarem, até agora (cerca de 5 anos), sob controle de suas coordenações – autônomas em relação às organizações da esquerda, ainda que assistidas por militantes e técnicos engajados, além das universidades. Ambas estão sendo palco de um enorme avanço no campo da advocacia popular, que tem conseguido conquistas na esfera jurídica que vão no sentido de resistir à reintegração de posse, dando tempo para que os processos políticos se consolidem internamente. Com isso, conseguiram decisões históricas no STF e no STJ, que criaram jurisprudência para outros casos semelhantes.

Eles criaram extensas redes de apoio nacionais, que trabalham em conjunto trocando experiências técnicas e políticas. Não se pode dizer que são ilhas de socialismo, nem que estejam preparando a revolução. No entanto, para a conjuntura atual, a possibilidade de resistência já diz bastante sobre a capacidade de organização popular. A Vila Soma, apenas em 2015 (depois que a atual coordenação assumiu a ocupação), fez 66 atos públicos sem nenhuma grande estrutura partidária ou sistema de pontuação e hoje luta pela regularização fundiária, e não pela construção de um novo (grande) conjunto habitacional. Isso pois o estudo técnico que as assessorias fizeram (que a pesquisadora fez parte) indica que esta solução – que pode ser imediatamente implantada, já que urbanisticamente está tudo dentro dos limites legais estabelecidos pelo município, mesmo as áreas de preservação e de risco – custaria menos da metade do custo da remoção e construção de novas unidades habitacionais (R\$125milhões contra R\$300milhões), além de despende menos tempo, aproveitar o investimento já feito pelas famílias e assegurar uma qualidade espacial que elas jamais teriam num espaço institucionalizado. Do outro lado, um terreno vazio há mais de 30 anos, com acúmulo de dívidas e bem localizado.

Não será possível se aprofundar nestes casos neste trabalho que agora se conclui, ainda que eles ensejem também boas discussões – que têm sido formuladas por alguns pesquisadores e militantes tanto em São Paulo e Campinas como em Belo Horizonte. Acreditamos ser necessário, no entanto, ressaltar que eles são desafios para os arquitetos e urbanistas, que se veem na condição de ter que se despojar, muitas vezes, do desenho e da construção em nome de outras práticas e organizações espaciais, cuja autonomia em relação ao seu controle é muito maior do que a profissão, atualmente, define. Em Belo Horizonte, particularmente, a conjuntura para estas ocupações é bastante propícia, dada a ineficiência da política pública municipal e estadual e da presença de outra tradição nas lutas por moradia em relação a São Paulo. Esta conjuntura fez com que, a partir de 2008, houvesse uma explosão de ocupações, que aconteceram antes das paulistanas e que o PMCMV não foi capaz de

contornar⁵¹⁵: segundo Denise Morado Nascimento e Rafael Bittencourt (2016), hoje são mais de 10mil famílias nessas novas ocupações urbanas, que tem coordenações internas e são acompanhadas por organizações políticas (principalmente o MLB – Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas e as Brigadas Populares, além da presença importante da Pastoral da Terra). A UFMG e a PUC-MG também estão presentes nestas ocupações, bem como coletivos de arquitetos e urbanistas ligados ou não à universidade. É uma cena muito diferente da de São Paulo, onde estas experiências existem, mas são pequenas tanto em quantidade, quanto em expressão política, dada a importância que assumiu em nossas terras o PMCMV-E.

Estas experiências fizeram dar novos contornos à antiga discussão sobre a autoconstrução na década de 1970, como foi visto na Parte 1. Segundo Marcela Silviano Brandão Lopes, pesquisadora do Grupo PRÁXIS (Grupo de pesquisa da UFMG):

“Pode-se afirmar que todas as ocupações urbanas configuram um movimento contra-hegemônico e de invenção potente pelo direito à cidade, e, como tal, atuam como resistência a uma organização fundiária excludente e a políticas institucionais. O que se observa nesses movimentos de ocupação é que a autonomia não é um objetivo a ser atingido, mas é algo que já existe no processo em si. Mesmo que haja coordenação e lideranças fortes nos grupos de moradores, há sempre processos decisórios específicos e singulares. (...) Todas essas ‘artesanias’ configuram, sob nosso ponto de vista, ações que se produzem na construção do comum dentro das cidades, tendo em vista que são engendradas nas brechas do poder instituído, denunciando a própria fragilidade e as contradições das instituições. (...) Essas ações podem surgir nas práticas da autoconstrução, que por si só são subversivas, pois acontecem sem a presença direta dos técnicos e especialistas do espaço (arquitetos, engenheiros, economistas, etc.). E aqui, partimos do pressuposto que a autoconstrução é adotada pelo morador não simplesmente por falta de recursos e conhecimentos, mas também por opção a uma autonomia nas decisões espaciais. (...) Se observamos com atenção algumas ações que se repetem nesse universo, percebemos que há um ‘planejamento tático’ com pressupostos diferentes daqueles que subsidiam os arquitetos, principalmente no que se refere à sua temporalidade. Por exemplo, a opção pela alvenaria de tijolo cerâmico feita pelos moradores das ocupações urbanas está associada, entre outros fatores, à necessidade de revelar a construção não provisória ao poder público; a materialidade escolhida afirma duplamente sua resistência – tanto pela ação, quanto pela tecnologia construtiva. Trata-se, pois, de uma decisão tática e planejada” (LOPES: 2016, 31-33. Grifos acrescidos).

Antes de concordar ou não com o posicionamento, vale ressaltar o significado deste retorno ao tema 40 anos depois – evidentemente com mudanças que a conjuntura enseja. Como visto no Capítulo 1.2, esta fala é muito próxima da de John Turner (1977) – que centra sua análise nos processos decisórios – e, conhecendo algumas práticas de coletivos nestas ocupações, também há a presença de intervenções tanto urbanas quanto construtivas, retomando as ações de arquitetos na década de 1980, ainda sem aporte de recursos públicos. É sintomático que, em pleno governo Democrático Popular e com o maior programa habitacional desde o BNH, o que tenha se expandido tenha sido a autoconstrução – novamente, da mesma maneira. Se a história se repete é, no entanto, importante atentar para as consequências que estas práticas tiveram, com a defesa de sua institucionalização: o conselhismo e, mais perigosamente, as políticas neoliberais para o urbano – ambas perversões da participação e da autonomia.

⁵¹⁵ Segundo os autores, até 2014 foram entregues apenas 1.470 UHs em Belo Horizonte, sendo que o déficit do município é de 78.340 UHs.

Mas a diferença de conjuntura é, por outro lado, grande. Estamos no final de um ciclo histórico democrático, e não no início, como era a década de 1980. Como tentamos descrever nesta tese, hoje existem contradições entre Estado, mercado e *movimento popular* que antes não existiam, pois o BNH não teve o mesmo efeito sobre tais organizações naquele momento. Também o contexto econômico era diverso: a produção do urbano se inseria na perspectiva do desenvolvimentismo militar e, em seguida, na sua crise – e, portanto, o investimento estatal tinha outro significado, estava vinculado a outras questões. Não sabemos, por outro lado, se o PMCMV vai continuar ou não, principalmente a modalidade Entidades, que interfere diretamente nas organizações populares. É um momento muito delicado e instável e, por isso mesmo, nos parece que as experiências no cotidiano das ocupações não reintegradas, por menores que possam ser (e, coletivamente, não são), ensejam uma série de novas possibilidades apenas pela resistência que significam, nessa conjuntura – a negação bruta a que se referia Safatle.

Além disso, as lutas por moradia já carregam anos de experiências na produção do urbano pelos trabalhadores. Nestes termos, nos parece que é possível inserir um debate sobre a apropriação e gestão coletiva dos meios de produção (projeto e execução) do urbano nestas ocupações, avançando sobre a crítica das relações de trabalho – algo que os mutirões autogeridos superaram em relação à autoconstrução. Como visto no caso da Comuna Urbana, no entanto, há que se levar em consideração a formação de uma nova subjetivação política pelos trabalhadores, bem como a dispersão das organizações de esquerda (ao menos em São Paulo). Desta maneira, tais ocupações são hoje um campo de novas possibilidades políticas relacionadas ao trabalho de base, porém confrontam-se no cotidiano com forças cuja violência é desmedida, inclusive de dentro delas mesmas. No entanto, ainda nos parecem ser uma potencialidade em aberto.

Este trabalho procurou mostrar as permanências, transformações e contradições das estratégias de ação na produção do urbano pelos movimentos populares no último período. A busca é a de, a partir da avaliação da experiência do Estado Democrático Popular nesta área, dar alguma luz aos caminhos a seguir daqui em diante. De acordo com a metodologia assumida, pôde-se ver que, para fazer esta avaliação, não é suficiente a análise da ação das organizações populares relacionadas à moradia no que concerne apenas ao discurso programático, ou à quantificação de mobilização ou de unidades habitacionais “conquistadas”. É necessário ir mais a fundo nas *formas* por meio das quais se viabilizam tais manifestações públicas, a mobilização de forças sociais, os recursos e as estratégias políticas junto à base. Foi visto que, ao levantar estas questões, foi possível entender a estrutura na qual se move uma extensa rede de adaptações sociais perpetrada pelo Estado Democrático Popular, cuja face pública é a da conciliação.

Na verdade, o que vimos não foi exatamente pacificação, manipulação, cooptação, mas, pelo contrário, um intenso movimento político ao longo desses anos: uma dinâmica adaptativa das forças sociais à nova demanda do capital e, com ela, novas formas de lutas. É evidente que tal dinâmica é extremamente contraditória, rearranjando interesses constantemente, construindo conformações e deslocamentos, produzindo consenso e também revolta... Interessa aqui, no entanto, reconhecer as formas que se adaptaram melhor às condições históricas hegemônicas, apresentando, portanto, limites insuperáveis para sua

transformação – ainda, ou por isso mesmo, que sejam as que mais cresçam nas mobilizações da esquerda. De outro lado, trata-se também de apontar aquelas estratégias que estão defasadas, não ressoando nem se contrapondo, simplesmente tendo uma existência paralela, como vozes já reconhecidas e conformadas, que perderam a vitalidade, o caráter de rompimento próprio à ação política. Assim, não se trata de reproduzir a prática padrão dos mutirões autogeridos, que agora nos parece sem chão histórico, nem, porém, desqualificar sua experiência, mas superá-la. E parece evidente que a saída pela forma mercadoria, como o PMCMV Entidades introduziu, não pode construir uma dinâmica contra-hegemônica, nem mesmo com uso tático, como foi visto principalmente na Parte 3.

A dificuldade de analisar e propor ações no momento presente é que a conjuntura faz confundir alguns elementos, levando o campo contra-hegemônico a acreditar que deva ter *programa* urgentemente. E então se produz e reproduz conteúdos de uma maneira quase irresponsável, fazendo as pessoas acreditarem que estão fazendo parte de formulações concretas – um desejo que é fruto da patologia das novas comunicações digitais. Percebe-se que o participacionismo se autonomizou por completo, sem que tenha mais nenhuma relação com o trabalho de base, com a formulação objetiva ligada às contradições reais, com a experiência de classe direta e, sintomaticamente, esquecendo todo o programa e as formulações que a esquerda construiu (inclusive fora do PT) ao longo dos últimos 30 anos, sem procurar superá-la. Há uma série de problemas com isso, mas um nos parece particularmente importante: é significativo que os programas se preocupem em demonstrar a relevância da participação (ainda que de maneira farsesca), enquanto as estratégias permaneçam sob uma cortina de fumaça. Não se trata apenas de segurança, em muitos casos, mas de um funcional ocultamento das forças sociais que estão efetivamente se movimentando por detrás do “programa participativo” (que não tem nenhuma relevância prática, pois é autônomo à concretude da luta de classes). Uma preocupação que nos cabe em particular: as articulações com o capital e com o Estado Democrático Popular na *produção do urbano*, pois estas *determinam objetivamente* as estratégias de reprodução do poder das organizações populares, conformando uma determinada subjetivação da classe trabalhadora.

Nestes termos, acreditamos que o cenário pós 2013 não marcou apenas o dito “fim do lulismo” (como fim da democracia de conciliação) e a ascensão das forças conservadoras da sociedade: promoveu também o amadurecimento de formas mais sofisticadas de gerenciamento de populações dentro do campo da esquerda, como herança do Estado Democrático Popular. Embora a luta de classes dê mostras de ter retornado, não nos parece que a forma política própria ao gerenciamento do conflito *por dentro da esquerda* tenha perecido. Ela apenas se adaptou a uma nova conjuntura, dando nova vida à mesma lógica de reificação da subjetivação dos trabalhadores – que é a forma concreta que subjaz ao seu gerenciamento social. Não concordamos totalmente, portanto, quando Vladimir Safatle declara: “Essa esquerda, o último ator a confiar no sistema moribundo de gestão de conflitos próprio à democracia liberal, precisava morrer. Ela acabou” (SAFATLE: 2017, 389).

Eppur, se muove...

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008 [2003]. Tradução de Iraci D. Poleti.
- AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do Imperialismo e da Dependência: A atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese de doutorado, FEA-USP. São Paulo: 2012. Orientação: Leda Maria Paulani.
- ARANTES, Paulo. Esquerda e Direita no espelho das ONGs. In: ARANTES, Paulo (Org.). *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004 [2000].
- _____. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- _____. Entrevista à revista Caros Amigos, nº.215, 2015.
- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre – de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos 1970*. In: Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 83, p. 103-127, 2009.
- _____. A Anti Reforma Urbana Brasileira e um Novo Ciclo de Lutas nas Cidades. In: SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (Org.). *Jornadas de Junho - A revolta popular em debate*. Rio de Janeiro: Instituto Caio Prado Jr. - ICP, 2014, v. 1, p. 41-66.
- _____. ; HIRAO, Flávio Higuchi; LAZARINI, Kaya. A experiência recente da Usina junto aos movimentos populares de sem teto (UMM) e sem terra (MST). In: USINA, Coletivo. *Usina: entre o projeto e o canteiro*. São Paulo: Edições Aurora, 2015.
- BAITZ, Ricardo. *Uma aventura pelos elementos formais da propriedade: nas tramas da relativização, mobilidade e abstração, à procura da contra-propriedade*. Tese de doutorado, FFLCH-USP. São Paulo: 2011. Orientação: Amélia Luisa Damiani.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia. 'Não sei se é o momento de unificar a esquerda, não', diz Marcelo Freixo. In: Folha de São Paulo, 29 de dezembro de 2017, disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1946626-nao-sei-se-e-o-momento-de-unificar-a-esquerda-nao-diz-marcelo-freixo.shtml> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.
- BARAVELLI, José Eduardo. *O Cooperativismo Uruguaio na Habitação Social de São Paulo: das Cooperativas Fucvam à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FAU-USP, 2006.
- _____. *Trabalho e Tecnologia no Programa MCMV*. Tese de Doutorado, FAU-USP. São Paulo: 2014. Orientação de Ermínia Terezinha Menon Maricato.
- BARBOSA, Benedito; BEDESCHI, Luciana; FALCÃO, Matheus Zuliane. *Novas siglas mediarão conflitos fundiários em São Paulo*. In: sítio ObservaSP, 07 de janeiro de 2015.

<https://observasp.wordpress.com/2015/01/07/novas-siglas-mediacao-conflitos-fundiarios-em-sao-paulo/> (Acessado em 15 de fevereiro de 2016).

BARROS, Francisco Toledo. *Formação profissional dos trabalhadores da construção civil: o canteiro de obras e a emancipação social*. Tese de doutorado, IAU-USP. São Carlos: 2017. Orientação de João Marcos de Almeida Lopes.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas, Volume I: Magia e Técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1940]. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet.

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo*. Versão eletrônica, ampliada, 2015. 1ª Edição: Porto: Edições Afrontamento, 2003.

_____. *MST e agroecologia: uma mutação decisiva*. Versão eletrônica, 2012. In: <<http://passapalavra.info/2012/03/97517>> acessado em 30 de janeiro de 2018.

BETTO, Frei. *A Mosca Azul*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BOITO JR., Armando. O Legado dos Governos do PT. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. *Cinco Mil Dias: O Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo Editorial / Fundação Lauro Campos, 2017.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho [1978]. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1982.

_____. *Urbanização no Brasil pós-golpe 64*. In: “Revista Comunicare – Revista de Pesquisa da Faculdade Cásper Líbero”, Vol. 4, nº 2, segundo semestre de 2004.

_____. *Os Pioneiros da Habitação Social: Cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Editora Unesp / Edições Sesc-SP, 2014.

_____. O desmaio do menino de Brasília expôs os equívocos da política urbana. In: Folha de São Paulo, 28 de novembro de 2017. Disponível em <<http://m.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2017/11/1938756-o-desmaio-do-menino-de-brasilia-expos-os-equivocos-da-politica-urbana.shtml?loggedpaywall>> acessado em 15 de dezembro de 2017.

BOULOS, Guilherme Castro. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos Sem-Teto*. São Paulo: Autonomia Literária, 2015a.

_____. *De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015b.

- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. *A Rebelião do Precariado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação alternativa na sociedade autoritária. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- BRASIL. *Plano Nacional de Habitação – versão para debates*. Brasília: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação. Primeira impressão: Maio de 2010. Disponível em < http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material_de_Apoio/PL_ANONACIONALDEHABITAO.pdf > acessado em 13 de fevereiro de 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. In: Revista de Economia Política, v. 30, n. 4, p. 663 680, 2010.
- _____. *O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo*. In: Revista Interesse Nacional, Ano 4, número 13, abril-junho 2011.
- CAMARGO, Camila Moreno de. *Minha Casa Minha Vida Entidades: Entre os direitos, as urgências e os negócios*. Tese de Doutorado, São Carlos, IAU-USP, 2016. Orientação de Cibele Saliba Rizek.
- CARCANHOLO, Marcelo. *Dependencia, Super-explotación del Trabajo y Crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid (Espanha): Maia Ediciones, 2017.
- CARTA dos 51. *Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas*. 2011. Disponível em < <http://www.passapalavra.info/2011/11/48866> > acessado em 18 de fevereiro de 2016.
- CARVALHO, Caio Santo Amore de. *Lupa e Telescópio: o Mutirão em Foco - São Paulo, Anos 90 e Atualidade*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FAU-USP, 2004. Orientação: Maria Ruth Amaral de Sampaio.
- CARVALHO, Denise. *A Bolsa não Perdoa*. In: Revista Exame, Edição 0909, dezembro de 2007. Disponível em < <http://www.bivirloc.com/ejournals/EXAME/2007/num%20909%202007.pdf> > acessado em 13 de fevereiro de 2018.
- CASTELLS, Manuel. La urbanización dependiente en América Latina. In: CASTELLS, Manuel (Org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona (Espanha): Gustavo Gili, 1973. Tradução de Patrício Véléz.
- CASTELO, Rodrigo. *O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro*. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 112, outubro-dezembro 2012.

- CATINI, Carolina de Roig. *Força de trabalho, sujeito do direito e educação: notas introdutórias*. In: Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 262-285, jan./abr. 2016a.
- _____. *Educação: contradições das lutas sociais e os limites do reformismo*. In: Revista Mouro, janeiro 2016b.
- CHAUÍ, Marilena. Uma Nova Classe Trabalhadora. In: SADER, Emir (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013.
- CHESNAIS, François (Org.). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani.
- CIAVATTA, Maria. *Trabalho como princípio educativo na sociedade contemporânea: o trabalho como princípio educativo*. Síntese do texto apresentado no Seminário Nacional de Formação – MST. Guararema: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2005. Disponível em < <http://www.forumeja.org.br/files/Programa%205.pdf> > acessado em 10 de fevereiro de 2018.
- CONTIER, Felipe (Org.). *A História da Arquitetura Vista do Canteiro: Três aulas de Sérgio Ferro*. São Paulo: GFAU, 2010.
- CORRÊA, Ana Elisa Cruz. O MST e a Frente de Esquerda: (neo) desenvolvimentismo em tempos de crise. In: Anais do VIII Colóquio Internacional Marx Engels, 2015, v. 1. p. 1-10. Campinas.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A Hegemonia da Pequena Política. In: BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001 [1902].
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016 [2009]. Tradução de Mariana Echalar.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967]. Tradução de Estela dos Santos Abreu.
- DIRCEU, José. *Os Governos do PT e o Desenvolvimento do Brasil*. In: Revista Interesse Nacional, Ano 5, número 17, abril-junho 2012.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, Sofrimento e Sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- ENGELS, Friedrich. “A questão da habitação”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, s/d [1873], V.II.
- FATHY, Hassan. *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

- FELTRAN, Gabriel Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo, CosacNaify, 2006a.
- _____. *Nota Sobre "O Vício da Virtude"*. In: Revista Novos Estudos 76, Cebrap, Novembro 2006b.
- FIDELIS, Nina. *Um sonho em construção*. São Paulo: Revista Fórum, nº89 Agosto 2010, pgs. 28-31.
- FIX, Mariana de Azevedo Barreto. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese de Doutorado, Campinas, Instituto de Economia-UNICAMP, 2011. Orientador Wilson Cano.
- FRANK, André Gunder. *El desarrollo del subdesarrollo*. In: Revista Pensamiento Crítico, Havana, nº7, agosto de 1967, pp. 159-172.
- FRAMPTON: *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1980]. Tradução de Jefferson Luiz Camargo.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores*. Disponível em < http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392215839_O%20TRABALHO%20COMO%20PRINC%C3%8DPIO%20EDUCATIVO%20NO%20PROJETO.pdf > acessado em 10 de fevereiro de 2018.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional municipal no Brasil 2005*. Belo Horizonte: 2006.
- _____. *Déficit Habitacional no Brasil*. Belo Horizonte: 2013.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2010 [1997].
- GOLDFARB, Yamila. *A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 2007. Orientação: Marta Inez Medeiros Marques.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado*. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 112, outubro-dezembro 2012.
- GOULART, Débora Cristina. *O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem teto – MTST*. Tese de doutorado, Marília, UNESP, 2011. Orientação: Marcos Tadeu Del Roio.
- GREGOTTI, Vittorio. *Dentro l'architettura*. Torino: Bollati Boringhieri, 1991.

- GUERREIRO, Isadora de Andrade. *CEUs: Potencialidades e Contradições*. Trabalho Final de Graduação, São Paulo, FAU-USP, 2006. Orientação: Vera Maria Pallamin.
- _____. *Arquitetura-capital: a funcionalidade dos edifícios corporativos paulistas*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FAU-USP, 2010. Orientação: Vera Maria Pallamin.
- _____. *A formação política por meio do trabalho no canteiro*. Projeto Contracondutas: Editorial Trabalho e Arquitetura, coordenação de Ícaro Vilaça. Disponível em < <http://www.ct-escoladacidade.org/contracondutas/editorias/trabalho-e-arquitetura/arquitetura-do-contra-canteiro-formacao-politica-por-meio-do-trabalho/> > acessado em 05 de fevereiro de 2018. 2016a.
- _____. *O MST em transição: a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara e o lulismo*. Belo Horizonte: Anais do I Simpósio Nacional Educação, Marxismo e Socialismo, 2016b.
- _____. O MTST e o PMCMV: O “Poder Popular” próprio ao lulismo. In: Revista Dialektiké, v. 1, p. 52-78, 2016c. Disponível em < <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/dialektike/article/view/5551/1638> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.
- GHILARDI, Flavio Henrique. *Cinco décadas de cooperativismo de moradia no Uruguai*. In: Revista E-metropolis, nº30, ano 8, setembro de 2017.
- GUIMARÃES, Juarez. Debate: A estratégia da pinça. In: Revista Teoria e Debate nº 12 , out/nov/dez de 1990. Disponível em < <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/debate-estrategia-da-pinca> > acessado em 11 de fevereiro de 2018.
- HARVEY, David. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990 [1982]. Tradução de Mariluz Caso.
- _____. *Espaços de Esperança*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Editora Loyola, 2004a [2000]. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.
- _____. *O novo imperialismo*. São Paulo, Editora Loyola, 2004b [2003]. Tradução de Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves.
- _____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013 [1982]. Tradução de Magda Lopes.
- HAUG, Wolfgang Fritz. *Crítica da Estética da Mercadoria*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997 [1971]. Tradução de Erlon José Paschoal.
- HOWARD, Ebenezer. *Cidades-Jardins do amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996 [1898]. Tradução de Marco Aurélio de Lagonegro e Maria Irene de Queiroz Ferreira LinkSzmrecsányi.

- IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012 [2006].
- _____. *Política, Estado e Ideologia na Trama Conjuntural*. São Paulo: Instituto Caio Prado Júnior, 2017.
- _____. E agora? É hora de chutar o tabuleiro!. In: Blog da Boitempo, 26 de janeiro de 2018. Disponível em < <https://blogdaboitempo.com.br/2018/01/26/e-agora-e-hora-de-chutar-o-tabuleiro/> > acessado em 26 de janeiro de 2018.
- INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Moradia*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2000.
- KOURY, Ana Paula. Grupo arquitetura nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro. São Paulo: Romano Guerra; EDUSP; FAPESP, 2003.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo, Dependência e Marginalidade Urbana na América Latina: uma contribuição teórica*. In: Revista Novos Estudos Cebrap, nº8, p. 77-96, 1974.
- _____. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- LAIATE, Carolina. *Pinheirinho: movimento social, violência estatal e a constituição do espaço urbano em São José dos Campos*. Trabalho Final de Graduação, FAU-USP, 2012. Orientação de Vera Maria Pallamin.
- LEFÈVRE, Rodrigo. *Projeto de um acampamento de obra: uma utopia*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FAU-USP, 1981. Orientação de Nestor Goulart Reis Filho.
- _____. Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo [1979]. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1982.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991 [1968]. Tradução de Rubens Eduardo Frias.
- _____. *A produção do espaço*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006 [1974]. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins.
- LIMA, Daniela. Dirigentes do PT veem líder dos sem teto Boulos com potencial como sucessor de Lula na esquerda. In: Folha de São Paulo, 30 de outubro de 2017. Disponível em < <http://painel.blogfolha.uol.com.br/2017/10/30/dirigentes-do-pt-veem-lider-dos-sem-teto-boulos-com-potencial-como-sucessor-de-lula-na-esquerda/> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.
- LOCATELLI, Piero. MTST constrói moradias com as próprias mãos. In: Revista Carta Capital, 10 de junho de 2014. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/moradia-pelas-proprias-maos-2178.html> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.

- LONGO, Ivan. Minha Obra, Minha Casa, Minha Vida. In: Revista Fórum, 12 de setembro de 2014. Disponível em < <https://www.revistaforum.com.br/digital/164/minha-obra-minha-casa-minha-vida/> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.
- LOPES, João Marcos de Almeida. O Anão Caolho. In: Revista Novos Estudos 76, Cebrap, Novembro 2006.
- _____. ; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. *Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres*. São Carlos: Anais do SILACC – Simpósio Ibero Americano “Cidades e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas”, 2010.
- _____. *Sobre arquitetos e sem-tetos*. Memorial de Livre Docência, São Carlos, EESC-USP, 2011.
- _____. Assentamento Ireno Alves dos Santos: os sem terra e a concepção de uma outra cidade. In: *Usina: entre o projeto e o canteiro*. São Paulo: Edições Aurora, 2015.
- _____. ; BRAGA, Mário; GERMANO, Wagner. Nota sobre a fundação da Usina. In: USINA, Coletivo. *Usina: entre o projeto e o canteiro*. São Paulo: Edições Aurora, 2015.
- LOPES, Marcela Silviano Brandão. Artesanias na Cidade Autoconstruída. In: NASCIMENTO, Denise Morado (Org.). *Saberes [auto]construídos*. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016.
- LOUREIRO, Isabel. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- MAAR, Wolfgang Leo. Política como Práxis: Hegemonia às avessas, um exercício teórico. In: BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- MAIOR, Jorge Luis Souto. O MTST, o direito social e a fila. In: Folha de São Paulo, 22 de agosto de 2014. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/08/1504027-jorge-luiz-souto-maior-o-mtst-o-direito-social-e-a-fila.shtml> > acessado em 15 de dezembro de 2017.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível [1976]. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1982.
- _____. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2014 [2011].

- _____. ; ROYER, Luciana. A Política Urbana e de Habitação. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. *Cinco Mil Dias: O Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo Editorial / Fundação Lauro Campos, 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência [1973]. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.
- _____. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2017 [1969].
- MARTINS, Clara Pássaro. *Os edifícios São Vito e Mercúrio*. Trabalho Final de Graduação, São Paulo, FAU-USP, 2008. Orientação: Joana Gonçalves.
- MATHEUS, Delwek. *Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: a comuna da terra*. Trabalho de Conclusão de Curso da ENFF. Juiz de Fora: 2003.
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. In: MARX, Karl. “Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos”. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974 [1852]. Tradução de Leandro Konder.
- _____. *Teorías sobre la Plusvalía*. Buenos Aires, Editorial Cartago, Segunda Parte, 1975 [1905]. Tradução de Floreal Mazía.
- _____. *Livro I Capítulo VI (Inédito)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978 [1867]. Tradução do castelhano da Siglo XXI Editores S/A por Eduardo Sucupira Filho e corrigido com a edição alemã por Célia Regina de Andrade Bruni.
- _____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Abril, Volume I (Livro I, Tomo I), 1983 [1867]. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.
- _____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Abril, Volume I (Livro I, Tomo II), 1984 [1867]. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.
- _____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Abril, Volume IV (Livro III, Tomo I), 1986a [1890]. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.
- _____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Abril, Volume V (Livro III, Tomo II), 1986b [1890]. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.
- _____. ; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: Revista Estudos Avançados, vol.12 no.34, São Paulo: Set./Dez. 1998 [1848]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000300002&script=sci_arttext (acessado em 15 de janeiro de 2016).
- _____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007 [1845]. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008 [1844]. Tradução de Jesus Ranieri.

- _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011 [1871].
Tradução de Rubens Enderle.
- MELO, Karoline Alves de. *Contribuição à dosagem de Concreto Auto Adensável com adição de filler calcário*. Dissertação de mestrado, Florianópolis, PPGE-UFSC, 2005. Orientação de Wellington Longuini Repette.
- MOREIRA, Fernanda Accioly. *O lugar da autogestão no Governo Lula*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FAU-USP, 2009. Orientador: Reginaldo Luiz Nunes Ronconi.
- NASCIMENTO, Denise Morado; BITTENCOURT, Rafael. Invadir ou Ocupar?. In: NASCIMENTO, Denise Morado (Org.). *Saberes [auto]construídos*. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016.
- NERI, Marcelo; MELO, Luisa Carvalhaes Coutinho de [org.]. *Miséria e a Nova Classe Média na década da igualdade*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2008.
- O ÓDIO. Direção de Mathieu Kassovitz. Paris, França: 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio [1979]. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1982.
- _____. *Surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público*. In: Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n.22, p.8-28, out. 1988.
- _____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- _____. *Crítica à Razão Dualista [1972] e O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. *O Vício da virtude: Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. In: Revista Novos Estudos 74, Cebrap, Março 2006.
- _____. ; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- OLIVEIRA, Sandro Barbosa de. *Repensando a (re)produção social do espaço: a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara do MST na redefinição urbana*. Dissertação de mestrado, Guarulhos, EFLCH-UNIFESP, 2013. Orientação de Henrique José Domiciano Amorim.
- ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos: um conto de fadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 [1945]. Tradução de Heitor Aquino Ferreira.
- OSÓRIO, Jaime. Padrão de Reprodução do Capital: Uma proposta teórica. In: OSÓRIO, Jaime; FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de Reprodução do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. Tradução de Carla ferreira e Mathias Luce.
- PACHUKANIS, E. B.. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988 [1924]. Tradução de Silvio Donizete Chagas.

- PAINCEIRA, Juan Pablo. *Central Banking in Middle Income Countries in the Course of Financialisation: a study with special reference to Brazil and Korea*. Tese de Doutorado, Londres, SOAS - University of London, 2011.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. São Paulo: Graal, 2000 [1980].
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções Políticas do 5º Encontro Nacional*. 1987.
- _____. *Carta ao Povo Brasileiro*. 2002.
- PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- _____. Capitalismo Financeiro, Estado de Emergência Econômico e Hegemonia às Avessas no Brasil. In: BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- _____. *A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história*. In: Boletim de Economia e Política Internacional, v. 10, p. 89-102, 2012.
- _____. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. *Cinco Mil Dias: O Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo Editorial / Fundação Lauro Campos, 2017.
- PERCASSI, Jade. *Educação popular e movimentos populares: emancipação e mudança de cultura política através de participação e autogestão*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FEUSP, 2008. Orientação de Celso de Rui Beisiegel.
- PEREIRA, Luiz. Urbanização e Subdesenvolvimento [1965]. In: PEREIRA, Luis (Org.). *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- PEREIRA, Rafael Borges. Contribuição ao debate sobre a Reforma Urbana: A localização na cidade na luta dos movimentos de moradia. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FAU-USP, 2017. Orientação: Ermínia Maricato. Co-orientação: Jean Tible.
- PERLMAN, Janice E.. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Tradução de Waldivia Marchiori Portinho.
- POCHMANN, Márcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- QUANDO a rua vira casa. Curta-metragem: Direção Tetê Moraes. Roteiro e participação de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Bairro do Catumbi, Rio de Janeiro: 1980. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=F6oxiTOMenA> > acessado em 03 de fevereiro de 2018.

- QUIJANO, Aníbal. La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina [1971]. In: CASTELLS, Manuel (Org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona (Espanha): Gustavo Gili, 1973. Tradução de Patrício Vélez.
- _____. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina [1968]. In: ALMEIDA, Fernando Lopes de. *A questão urbana na América Latina*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996. Tradução de Ângela Leite Lopes.
- RICCI, Rudá. *Lulismo: da era dos movimenos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2013 [2010].
- RIZEK, Cibele Saliba; BARROS, J. S.; BERGAMIN, Marta de Aguiar. *A política de produção habitacional por mutirões autogestionários: construindo algumas questões*. In: ANAIS do X ENA. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 1-22, 2003.
- _____. Verde, Amarelo, Azul e Branco: O fetiche de uma mercadoria e seu segredo. In: BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- _____; CARVALHO, Caio Santo Amore de; CAMARGO, Camila Moreno de; CASTRO, Andrea Quintanilha de; PEREIRA, Rafael Borges; RODRIGUES, Daniela Perre; PEREIRA, Marina Barrio. Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade – Inserções urbanas e o PMCMV-Entidades: incursões etnográficas. In: CARVALHO, Caio Santo Amore de; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs.). *Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- _____. Faces do lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- RODRIGUES, Evaniza Lopes. *Estratégia Fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FAU-USP, 2013. Orientação: Raquel Rolnik.
- ROLDAN, Dinalva Derenzo. *Um ideário urbano em desenvolvimento: a experiência de Louis-Joseph Lebreton em São Paulo de 1947 a 1958*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FAU-USP, 2012. Orientação de José Tavares Correia de Lira.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- _____; LEITÃO, Karina; COMARU, Francisco; LINS, Regina Dulce (Coord.). *Observatório de Remoções 2015- 2017: Relatório final de projeto*. São Paulo: FAU-USP, 2017.

- ROSSI, Aldo. *L'architettura della città*. Padova: Marsilio Editori, 1966.
- ROSSO, Sadi Dal. *Mais Trabalho!*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015 [2008].
- ROYER, Luciana de Oliveira. *Financeirização da Política Habitacional*. Tese de doutorado, São Paulo, FAU-USP, 2009. Orientação: Ermínia Maricato.
- SADER, Emir (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra, 1995 [1988].
- SAFATLE, Vladimir. Deixe os mortos enterrarem seus mortos. In: Folha de São Paulo, 07 de agosto de 2015. Disponível em < <http://m.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/08/1665348-deixe-os-mortos-enterrarem-seus-mortos.shtml> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.
- _____. Um Problema de Imagem. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. *Cinco Mil Dias: O Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo Editorial / Fundação Lauro Campos, 2017.
- _____. A sanha anticorrupção no Brasil vai até Lula e termina nele. Folha de São Paulo, 26 de janeiro de 2018. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2018/01/1953389-a-sanha-anticorruptao-no-brasil-vai-ate-lula-e-termina-nele.shtml> > acessado em 26 de janeiro de 2018.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 112, outubro-dezembro 2012.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro: Convênio IBAM/FINEP, 1981.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- SANTOS, Theotônio dos. *The Structure of Dependence*. In: American Economy Review, maio 1970, pp. 231-236.
- SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. In: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011, 2ªed.

- SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2015 [1998]. Tradução de Marcos Santarrita.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social, Habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.
- SILVA, Roberta Maria Lobo da. *A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes*. Tese de Doutorado em Educação, Niterói-RJ, Universidade Federal Fluminense, 2005. Orientação: Maria Ciavatta Franco.
- SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. In: Revista Novos Estudos CEBRAP, nº88, dezembro de 2010.
- _____. *Os sentidos do Lulismo – reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*. In: Revista Novos Estudos Cebrap, Edição 102, Volume 34 , nº2, Julho de 2015.
- _____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- SINGER, Paul. Urbanização, Dependência e Marginalidade na América Latina. In: SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense / Edições Cebrap, 1975 [1973].
- _____. *Dominação e Desigualdade: Estrutura de classe e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.
- _____. *O uso do solo urbano na economia capitalista* [1978]. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1982.
- SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut (Orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010.
- SOUZA, Diego Beja Inglês de. *Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)*. São Paulo: Annablume, 2010.
- SOUZA, Jessé José Freire de. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- _____. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012 [2010].

- STÉDILE, Janaína. *Projetando utopias: a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara*. Barcelona: Anais do I Congresso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible, 2014, pgs. 138-143. Disponível In: http://issuu.com/laboratoriovivienda21/docs/livre_actas_web?e=5107182/7286708 (acessado em 24 de fevereiro de 2016).
- THIESEN, José Rodolfo Pacheco. *Trabalho, Estética, Arquitetura: a contribuição de György Lukács para um estudo crítico sobre a responsabilidade social do arquiteto*. Dissertação de mestrado, São Carlos, IAU-USP, 2015. Orientação de João Marcos de Almeida Lopes.
- TONE, Beatriz Bezerra. *Notas sobre a valorização imobiliária em São Paulo na era do capital fictício*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FAU-USP, 2010. Orientação: Prof. Dr. Paulo Cesar Xavier Pereira.
- _____. *São Paulo, Século XXI: Valorização imobiliária e dissolução urbana*. Tese de Doutorado, São Paulo, FAU-USP, 2015. Orientação de Paulo César Xavier Pereira.
- TONIN, Vitor Hugo. *Muita gente sem casa, muita casa gente: Entre superlucros e superexploração – a dialética da habitação em país dependente*. Dissertação de mestrado, Florianópolis, UFSC, 2015. Orientação de Lino Fernando Bragança Peres.
- TUMOLO, Paulo Sérgio. *O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica*. Caxambu: Anais da 24ª Reunião Anual da ANPED, 2001. Disponível em < <http://24reuniao.anped.org.br/ts.htm> > acessado em 10 de fevereiro de 2018.
- TURNER, John F. C.. *Vivienda, todo el poder para los usuarios: hacia la economía en la construcción del entorno*. Madrid (Espanha): H. Blume Ediciones, 1977. Tradução de José Corral.
- USINA, Coletivo. *Arquitetura, Política e Autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais*. In: Revista Urbânia, v. 3, p. 49-60, 2008.
- _____. *The experience of USINA: a workers collective in collaboration with popular movements*. In: Scapegoat Journal, Toronto, Canadá, 20 maio 2011.
- _____. *A Comuna Urbana*. In: Revista Piseagrama, v. 4, p. 19-22, 2012a.
- _____. *Processos de projeto como construção de autonomia*. São Paulo: Revista Urbânia, V. 5, 2014, pgs. 194-204.
- _____. *Usina: entre o projeto e o canteiro*. São Paulo: Edições Aurora, 2015.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- WACQUANT, Lôic. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A Onda Punitiva]*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. Tradução de Sérgio Lamarão.

_____. *As Duas faces do Gueto*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. Tradução de Paulo Cezar Castanheira.

ZIBECHI, Raúl. *Dispersar el poder: los movimientos como poderes antiestatales*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

Legislação consultada:

BNH/FGTS:

Lei nº 5.107, de 13 de Setembro de 1966.
Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990.
Decreto nº 6.827/09.
Resolução CCFGTS nº 460, de 14 de dezembro de 2004

PAR/FAR:

Lei nº 10.188, de 12 de Fevereiro de 2001.
Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013.

FDS:

Lei nº 8.677, de 13 de Julho de 1993.
Decreto nº 3.907, de 4 de setembro de 2001.
Resolução nº 194, de 12 de dezembro de 2012.

SNHIS:

Lei nº 11.124, de 16 de Junho de 2005.
Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006.
Assistência Técnica: Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

PMCMV:

(Ver: https://www.caixa.gov.br/downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/legislacao_fgts.pdf)
Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009.
Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011.
Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011.
Decreto nº 7.795 de 24 de agosto de 2012.
Decreto nº 7.825, de 11 de Outubro de 2012.
Resolução nº 194, de 12 de dezembro de 2012.
Portaria Nº 168, de 12 de abril de 2013.
Instrução Normativa nº 14, de 22 de março de 2017.
Portaria nº 267, de 22 de março de 2017.
Portaria Ministério das Cidades nº 105/2012.
Portaria Ministério das Cidades nº 107/2013.

Outras:

Parcelamento do Solo: Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979.
Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Tesouro Nacional: Decreto nº 4.643, de 24 de março de 2003.
Secretaria Geral da Presidência da República: Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.
CIMFurb: Portaria Interministerial nº 17, de 27 de junho de 2014.
GAORP: Portaria nº 9.102/2014 do TJSP.
Lei Antiterrorismo: Lei 13.260/2016.

Sites:

Capítulo 1.1

< <http://www.mst.org.br/nossa-historia/00-04> > acessado em 20 de junho de 2017
< <http://passapalavra.info/2011/11/48866> > acessado em 20 de junho de 2017
< https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Bernardo > acessado em 30 de janeiro de 2018
< <http://passapalavra.info/2012/03/97517> > acessado em 30 de janeiro de 2018
< <https://www.youtube.com/watch?v=F6oxiTOMenA> > acessado em 03 de fevereiro de 2018.
< <https://canstudio.com.au/2014/01/30/streets-in-the-sky/> > acessado em 04 de fevereiro de 2018.
< <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.154/4895> > acessado em 04 de fevereiro de 2018.
< <http://cooperaativa.blogspot.com.br> > acessado em 04 de fevereiro de 2018.
< <http://www.usina-ctah.org.br/> > acessado em julho de 2017.
< <http://www.ct-escoladacidade.org/contraconduas/editorias/trabalho-e-arquitetura/arquitetura-do-contracanteiro-formacao-politica-por-meio-do-trabalho/> > acessado em 05 de fevereiro de 2018.
< <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/12/prefeito-de-jandira-e-motorista-sao-mortos-tiros.html> > acessado em 08 de fevereiro de 2018.
< <http://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000393965/um-dos-envolvidos-na-morte-do-prefeito-de-jandira-confessa-participacao-no-crime.html> > acessado em 08 de fevereiro de 2018.
< <https://www.facebook.com/CUDHC> > acessado em 09 de fevereiro de 2018.

Capítulo 1.2

< <http://www.forumeja.org.br/files/Programa%205.pdf> > acessado em 10 de fevereiro de 2018.
< <http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/> > acessado em 10 de fevereiro de 2018.
< <http://24reuniao.anped.org.br/ts.htm> > acessado em 10 de fevereiro de 2018.
< <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1> > acessado em 25 de outubro de 2017.
< <https://blogdaboitempo.com.br/2013/02/07/apresentacao-a-ontologia-de-lukacs/> > acessado em 29 de outubro de 2017.

Capítulo 1.3

- < <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antteriores/debate-estrategia-da-pinca> > acessado em 11 de fevereiro de 2018.
- < <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1406> > acessado em 11 de fevereiro de 2018.
- < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-frei-betto-bolsa-familia-e-projeto-de-poder,335703> > acessado em 15 de novembro de 2017.
- < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86> > acessado em 01 de julho de 2015.
- < http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=54 > acessado em 01 de julho de 2015.
- < <http://www.passapalavra.info/2011/11/48866> > acessado em 18 de fevereiro de 2016.

Capítulo 2.1

- < <https://www.observatorioderemocoes.fau.usp.br/quem-somos/> > acessado em 6 de dezembro de 2017.
- < <https://www.observatorioderemocoes.fau.usp.br/mapa-denuncias/> > acessado em 6 de dezembro de 2017.
- < <http://www.habitasampa.inf.br/conselho-municipal-de-habitacao/apresentacoes/> > acessado em 6 de dezembro de 2017.
- < <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/> > acessado em 04 de fevereiro de 2016.
- < <http://www.ameliapt.com.br> > acessado em 12 de fevereiro de 2018.
- < http://www.pcc.cu/opm_cdr.php > acessado em 04 de fevereiro de 2016.

Capítulo 2.2

- < <http://www.fgts.gov.br/trabalhador/index.asp> > acessado em 12 de Julho de 2014.
- < <http://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp> > acessado em 12 de Julho de 2014.
- < <http://www.cidades.gov.br/index.php/o-conselho-das-cidades.html> > acessado em 12 de julho de 2014.
- < http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material_de_Apoio/PLANONACIONALDEHABITAO.pdf > acessado em 13 de fevereiro de 2018.
- < <http://www.bivirloc.com/ejournals/EXAME/2007/num%20909%202007.pdf> > acessado em 13 de fevereiro de 2018.
- < <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file> > acessado em 14 de julho de 2014.
- < <http://www.sh.com.br/blog/2014/lumiform-sh-no-painel-tecnologia-sustentavel-da-construir-ne/> > acessado em 09 de dezembro de 2017.
- < <http://sh.com.br/formas-para-concreto/formas-para-concreto-lumiform-sh/> > acessado em 09 de dezembro de 2017.
- < <http://sh.com.br/quem-somos/> > acessado em 09 de dezembro de 2017.
- < <http://techne17.pini.com.br/engenharia-civil/135/artigo285721-1.aspx> > acessado em 09 de dezembro de 2017.

< <https://www.master-builders-solutions.basf.com.br/pt-br/sobre-n%C3%B3s/pesquisa-e-desenvolvimento> > acessado em 08 de dezembro de 2017.

< <http://www.cimentoitambe.com.br/o-uso-do-concreto-autoadensavel-no-brasil/> > acessado em 09 de dezembro de 2017.

< <http://techne17.pini.com.br/engenharia-civil/135/artigo285721-1.aspx> > acessado em 09 de dezembro de 2017.

< <http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4550> > acessado em 13 de fevereiro de 2018.

Capítulo 2.3

< <http://secretariageral.gov.br/sobre/articulacao-social> > acessado em 17 de novembro de 2015.

< <https://observasp.wordpress.com/2015/01/07/novas-siglas-mediacao-conflitos-fundiarios-em-sao-paulo/> > acessado em 15 de fevereiro de 2016.

< <http://m.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2017/11/1938756-o-desmaio-do-menino-de-brasilia-expos-os-equivocos-da-politica-urbana.shtml?loggedpaywall> > acessado em 15 de dezembro de 2017.

< <http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2014/08/1504027-jorge-luiz-souto-maior-o-mtst-o-direito-social-e-a-fila.shtml> > acessado em 15 de dezembro de 2017.

< <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit> > acessado em 14 de fevereiro de 2018.

Capítulo 2.4

< https://www.youtube.com/watch?v=T4e_QsMfKEg > acessado em 14 de Janeiro de 2016.

< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000300002&script=sci_arttext > acessado em 15 de janeiro de 2016.

Capítulo 3.1

< <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/dialektike/article/view/5551/1638> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.

< <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/> > acessado em 22 de maio de 2016.

< <http://www.indexmundi.com/pt/pre%E7os-de-mercado/?mercadoria=min%C3%A9rio-de-ferro&meses=180> > acessado em 20 de maio de 2016.

< <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/moradia-pelas-proprias-maos-2178.html> > acessado em 03 de janeiro de 2018.

< <https://www.revistaforum.com.br/digital/164/minha-obra-minha-casa-minha-vida/> > acessado em 03 de janeiro de 2018.

< <http://passapalavra.info/2014/06/96027> > acessado em 01 de janeiro de 2018.

< <http://passapalavra.info/2014/06/96614> > acessado em 01 de janeiro de 2018.

< http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/09/LESTE_FlorestanJMA.pdf > acessado em 04 de janeiro de 2018.

< www.ambientearquitetura.com > acessado em 04 de janeiro de 2018.

< <https://www.youtube.com/watch?v=IWxX4VOIHww> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.

< <http://www.mtst.org/mtst/2017-ano-de-muitas-lutas-e-conquistas-para-o-mtst/> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.

< <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1946626-nao-sei-se-e-o-momento-de-unificar-a-esquerda-nao-diz-marcelo-freixo.shtml> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.

< <http://painel.blogfolha.uol.com.br/2017/10/30/dirigentes-do-pt-veem-lider-dos-sem-teto-boulos-com-potencial-como-sucessor-de-lula-na-esquerda/> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.

Capítulo 3.2

< <http://passapalavra.info/2014/06/96027> >, acessado em 08 de janeiro de 2018.

Capítulo 3.3

< <http://cnd.fgv.br/link-de-interesse> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.

< <https://br.advfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/historia> > acessado em 18 de janeiro de 2018.

< <http://www.cvm.gov.br> > acessado em 30 de novembro de 2015.

< <http://m.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/08/1665348-deixe-os-mortos-enterrarem-seus-mortos.shtml> > acessado em 15 de fevereiro de 2018.

< <https://saopaulo.mpl.org.br/?s=conselho+municipal> > acessado em 19 de janeiro de 2018.

Capítulo 3.4

< <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2018/01/1953389-a-sanha-anticorruptao-no-brasil-vai-ate-lula-e-termina-nele.shtml> > acessado em 26 de janeiro de 2018.

< <https://blogdaboitempo.com.br/2018/01/26/e-agora-e-hora-de-chutar-o-tabuleiro/> > acessado em 26 de janeiro de 2018.